ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 101 Brasília - DF, segunda-feira, 30 de maio de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Cidadania 20
Ministério das Comunicações 22
Ministério da Defesa 25
Ministério do Desenvolvimento Regional 28
Ministério da Economia 28
Ministério da Educação 78
Ministério da Infraestrutura 91
Ministério da Justiça e Segurança Pública 94
Ministério do Meio Ambiente 98
Ministério de Minas e Energia 99
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 113
Ministério da Saúde 114
Ministério do Trabalho e Previdência 149
Ministério do Turismo 152
Ministério Público da União 162
Tribunal de Contas da União 163
Poder Judiciário 164
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 170

Esta edição é composta de 172 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.052 **(1)**

ORIGEM : ADI - 5052 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PUBLICO - CONAMP
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), julgando parcialmente procedente a ação direta, sem redução de texto, no que foi acompanhado pelos Ministros Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Luiz Fux, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Ausente o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), participando, em Lisboa, Portugal, do colóquio "*O Conselho Superior da Magistratura e o Conselho Nacional de Justiça: As Experiências Comparadas de Portugal e Brasil na Organização das Magistraturas*", a convite da Academia de Jurisprudentes de Língua Portuguesa, fazendo, em seguida, visitas ao Conselho Superior da Magistratura e à Corte Constitucional daquele País. Falou a Dra. Ela Wiecko Vilkmer de Castilho, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 30.10.2014.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, dos artigos 216, caput, 217, caput, e 218, caput, todos da Lei Complementar 75/93, de modo a afastar qualquer interpretação que implique remoção do membro da carreira de seu ofício de lotação, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Dias Toffoli, André Mendonça, Ricardo Lewandowski, Edson Fachin e Nunes Marques. Não votou o Ministro Alexandre de Moraes, sucessor do Ministro Teori Zavascki, que votara em assentada anterior. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.635 **(2)**

ORIGEM : ADI - 5635 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (20016/DF, 091152/RJ)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FCDL/RJ
ADV.(A/S) : CARLOS ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS (093242/RJ)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS E DE LUBRIFICANTES - SINDICOM
ADV.(A/S) : LUCIANO DE SOUZA GODOY (38681/DF, 168438/RJ, 258957/SP)
ADV.(A/S) : RICARDO ZAMARIOLA JUNIOR (61911/DF, 224324/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ATACADO FARMACÊUTICO - ABAFARMA
ADV.(A/S) : LAURINDO LEITE JUNIOR (217426/RJ, 173229/SP)
ADV.(A/S) : LEANDRO MARTINHO LEITE (217423/RJ, 174082/SP)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FECOMÉRCIO-RJ
ADV.(A/S) : MARY HELLEN NASCIMENTO DA SILVA (172652/RJ)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS - IBP
ADV.(A/S) : LEONARDO ALFRADIQUE MARTINS (098995/RJ, 459317/SP)

Decisão: Após o voto do Ministro Roberto Barroso (Relator), que julgava parcialmente procedentes os pedidos formulados na presente ação direta de inconstitucionalidade, para conferir interpretação conforme a Constituição ao art. 2º da Lei nº 7.428/2016 e ao art. 2º da Lei nº 8.645/2019, ambas do Estado do Rio de Janeiro, de modo a (i) afastar qualquer exegese que vincule as receitas vertidas ao FEEF/FOT a um programa governamental específico; e (ii) garantir a não cumulatividade do ICMS relativo ao depósito instituído, sem prejuízo da vedação ao aproveitamento indevido dos créditos; salientava que se aplicam aos depósitos em questão as regras próprias do ICMS; e propunha a fixação da seguinte tese de julgamento: "São constitucionais as Leis nºs 7.428/2016 e 8.645/2019, ambas do Estado do Rio de Janeiro, que instituíram o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF e, posteriormente, o Fundo Orçamentário Temporário - FOT, fundos atípicos cujas receitas não estão vinculadas a um programa governamental específico e detalhado", pediu vista dos autos o Ministro André Mendonça. Falaram: pela requerente, o Dr. Pedro Henrique Braz Siqueira; e, pelo *amicus curiae* Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP, o Dr. Leonardo Alfradique. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.595 **(3)**

ORIGEM : 6595 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski (Relator), Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, que julgavam procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal e material da Lei Federal nº 13.967/2019, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 10.12.2021 a 17.12.2021.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal e material da Lei Federal 13.967/2019, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.683 **(4)**

ORIGEM : 6683 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS
ADV.(A/S) : BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA (55744/DF, 33670/GO) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S) : ANDRE DE VILHENA MORAES SILVA (50700/DF)
ADV.(A/S) : DANIEL SOARES ALVARENGA DE MACEDO (36042/DF)
ADV.(A/S) : GIOVANA DE PAULA OLIVEIRA (24348/DF)
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)

Decisão: Após os votos dos Ministros Nunes Marques (Relator), Rosa Weber, Gilmar Mendes, André Mendonça e Dias Toffoli, que julgam parcialmente procedente o pedido, para atribuir interpretação conforme à Carta da República ao art. 95, I, da Constituição do Estado do Amapá, na redação dada pela Emenda de n. 31/2003, e ao art. 6º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa daquele ente federado, de modo a explicitar ser permitida uma única reeleição ou recondução consecutiva, para o mesmo cargo, na mesma legislatura ou na subsequente, e modulavam os efeitos da decisão, a fim de conferir eficácia retroativa limitada e manter a composição da Mesa Diretora eleita antes de 6 de abril de 2021; dos votos dos Ministros Roberto Barroso e Luiz Fux (Presidente), que acompanhavam o Ministro Relator quanto ao mérito da ação direta, divergindo apenas quanto ao marco temporal a ser adotado para a modulação temporal dos efeitos da decisão, devendo, em regra, o entendimento desta Corte ser aplicado às eleições realizadas após a data de publicação da ata de julgamento da ADI 6524 (i.e., 07.01.2021), preservando-se a validade dos atos praticados antes de ser oficialmente comunicado ao público o resultado do primeiro julgamento em que se fixou a tese ora acolhida, devendo, ainda, ser desconsiderado tal marco temporal nos casos em que a antecipação de eleições constituir expediente fraudulento voltado a impedir a prevalência do entendimento desta Corte para mandatos futuros; dos votos dos Ministros Alexandre de Moraes e Edson Fachin, que acompanhavam o Ministro Relator quanto ao mérito da ação direta, com ressalva em relação à modulação de efeitos, ponto em que divergiam da proposta do Relator por entender que o precedente da Corte proferido no julgamento da ADI 6524 deve ser aplicado aos parlamentares que tomaram posse em cargos diretivos das Assembleias Legislativas a partir da data da publicação da ata do referido julgamento; e dos votos dos Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, que julgavam integralmente procedente a ação direta, devendo aplicar-se *in totum*, também no âmbito estadual, o entendimento firmado por esta Corte na ADI 6.524/DF, com efeitos *ex nunc* a partir do julgamento deste feito, o julgamento foi suspenso para proclamação do resultado em sessão presencial. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.686 **(5)**

ORIGEM : 6686 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS
ADV.(A/S) : BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA (55744/DF, 33670/GO) E OUTRO(A/S)

AVISO

Foram publicadas em 27/5/2022 as edições extras nºs 100-A e 100-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)

Decisão: Após os votos dos Ministros Nunes Marques (Relator), Roberto Barroso, Rosa Weber, Gilmar Mendes, André Mendonça, Luiz Fux (Presidente) e Dias Toffoli, que conheciam parcialmente da ação direta e, na parte conhecida, julgavam improcedente o pedido, e, em relação ao pedido de desconstituição do Presidente da Mesa Diretora alegadamente eleito pela terceira vez consecutiva e no exercício do cargo desde 1º de fevereiro de 2021, por razões de segurança jurídica, confiança legítima e excepcional interesse social (Lei n. 9.868/1999, art. 27), impunham a preservação da composição empossada na direção da Casa Legislativa antes da data da publicação do acórdão formalizado no julgamento da ADI 6.524 - 6 de abril de 2021 -, conforme cristalizado na jurisprudência desta Corte; dos votos dos Ministros Alexandre de Moraes e Edson Fachin, que julgavam improcedente a ação direta, com ressalva em relação à modulação de efeitos, ponto em que divergiam da proposta do Relator por entender que o precedente da Corte proferido no julgamento da ADI 6524 deve ser aplicado aos parlamentares que tomaram posse em cargos diretivos das Assembleias Legislativas a partir da data da publicação da ata do referido julgamento; e dos votos dos Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, que julgavam integralmente procedente a ação direta, devendo aplicar-se *in totum*, também no âmbito estadual, o entendimento firmado por esta Corte na ADI 6.524/DF, com efeitos *ex nunc* a partir do julgamento deste feito, o julgamento foi suspenso para proclamação do resultado em sessão presencial. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.687 **(6)**
ORIGEM : 6687 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS
ADV.(A/S) : BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA (55744/DF, 33670/GO) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
ADV.(A/S) : PROCURADORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ
ADV.(A/S) : MARIA DE LOURDES SOBRAL CARDOSO NOGUEIRA (2250/PI)
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)

Decisão: Após os votos dos Ministros Nunes Marques (Relator), Rosa Weber, Gilmar Mendes, André Mendonça e Dias Toffoli, que julgam parcialmente procedente o pedido, para atribuir interpretação conforme à Carta Federal ao art. 63, XIV, da Constituição do Estado do Piauí e ao art. 6º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa daquele ente federado, de modo a explicitar ser permitida uma única reeleição ou recondução consecutiva a idêntico cargo na mesma legislatura ou na subsequente, e modulavam os efeitos da decisão, a fim de conferir eficácia retroativa limitada e manter a composição da Mesa Diretora eleita antes de 6 de abril de 2021; dos votos dos Ministros Roberto Barroso e Luiz Fux (Presidente), que acompanhavam o Ministro Relator quanto ao mérito da ação direta, divergindo apenas quanto ao marco temporal a ser adotado para a modulação temporal dos efeitos da decisão, devendo, em regra, o entendimento desta Corte ser aplicado às eleições realizadas após a data de publicação da ata de julgamento da ADI 6524 (i.e., 07.01.2021), preservando-se a validade dos atos praticados antes de ser oficialmente comunicado ao público o resultado do primeiro julgamento em que se fixou a tese ora acolhida, devendo, ainda, ser desconsiderado tal marco temporal nos casos em que a antecipação de eleições constituir expediente fraudulento voltado a impedir a prevalência do entendimento desta Corte para mandatos futuros; dos votos dos Ministros Alexandre de Moraes e Edson Fachin, que acompanhavam o Ministro Relator quanto ao mérito da ação direta, com ressalva em relação à modulação de efeitos, ponto em que divergiam da proposta do Relator por entender que o precedente da Corte proferido no julgamento da ADI 6524 deve ser aplicado aos parlamentares que tomaram posse em cargos diretivos das Assembleias Legislativas a partir da data da publicação da ata do referido julgamento; e dos votos dos Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, que julgavam integralmente procedente a ação direta, devendo aplicar-se *in totum*, também no âmbito estadual, o entendimento firmado por esta Corte na ADI 6.524/DF, com efeitos *ex nunc* a partir do julgamento deste feito, o julgamento foi suspenso para proclamação do resultado em sessão presencial. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.700 **(7)**
ORIGEM : 6700 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
AM. CURIAE. : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT - DIRETÓRIO NACIONAL
ADV.(A/S) : ANTONIO MALVA NETO (34121/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.708 **(8)**
ORIGEM : 6708 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)
AM. CURIAE. : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT - DIRETÓRIO NACIONAL
ADV.(A/S) : ANTONIO MALVA NETO (34121/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.711 **(9)**
ORIGEM : 6711 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)
AM. CURIAE. : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT - DIRETÓRIO NACIONAL
ADV.(A/S) : ANTONIO MALVA NETO (34121/DF)

Decisão: Após os votos dos Ministros Nunes Marques (Relator), Rosa Weber, Gilmar Mendes, André Mendonça e Dias Toffoli, que julgam parcialmente procedente o pedido, para atribuir interpretação conforme à Carta Federal ao art. 63, XIV, da Constituição do Estado do Piauí e ao art. 6º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa daquele ente federado, de modo a explicitar ser permitida uma única reeleição ou recondução consecutiva, para idêntico cargo, na mesma legislatura ou na subsequente, e modulavam os efeitos da decisão, a fim de conferir eficácia retroativa limitada e manter a composição da Mesa Diretora eleita antes de 6 de abril de 2021; dos votos dos Ministros Roberto Barroso e Luiz Fux (Presidente), que acompanhavam o Ministro Relator quanto ao mérito da ação direta, divergindo apenas quanto ao marco temporal a ser adotado para a modulação temporal dos efeitos da decisão, devendo, em regra, o entendimento desta Corte ser aplicado às eleições realizadas após a data de publicação da ata de julgamento da ADI 6524 (i.e., 07.01.2021), preservando-se a validade dos atos praticados antes de ser oficialmente comunicado ao público o resultado do primeiro julgamento em que se fixou a tese ora acolhida, devendo, ainda, ser desconsiderado tal marco temporal nos casos em que a antecipação de eleições constituir expediente fraudulento voltado a impedir a prevalência do entendimento desta Corte para mandatos futuros; dos votos dos Ministros Alexandre de Moraes e Edson Fachin, que acompanhavam o Ministro Relator quanto ao mérito da ação direta, com ressalva em relação à modulação de efeitos, ponto em que divergiam da proposta do Relator por entender que o precedente da Corte proferido no julgamento da ADI 6524 deve ser aplicado aos parlamentares que tomaram posse em cargos diretivos das Assembleias Legislativas a partir da data da publicação da ata do referido julgamento; e dos votos dos Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, que julgavam integralmente procedente a ação direta, devendo aplicar-se *in totum*, também no âmbito estadual, o entendimento firmado por esta Corte na ADI 6.524/DF, com efeitos *ex nunc* a partir do julgamento deste feito, o julgamento foi suspenso para proclamação do resultado em sessão presencial. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.712 **(10)**
ORIGEM : 6712 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS ¿ UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
AM. CURIAE. : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : ANTONIO MALVA NETO (34121/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.718 **(11)**
ORIGEM : 6718 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)
AM. CURIAE. : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT - DIRETÓRIO NACIONAL
ADV.(A/S) : ANTONIO MALVA NETO (34121/DF)

Decisão: Após os votos dos Ministros Nunes Marques (Relator), Rosa Weber, Gilmar Mendes, André Mendonça e Dias Toffoli, que julgam parcialmente procedente o pedido, para atribuir interpretação conforme à Carta Federal aos arts. 95, I, e 100, § 3º, da Constituição do Estado do Amapá, na redação dada pela Emenda de n.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

31/2003, e ao art. 6º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa daquele ente federado, de modo a explicitar ser permitida uma única reeleição ou recondução consecutiva, para o mesmo cargo, na mesma legislatura ou na subsequente, e modulavam os efeitos da decisão, a fim de conferir eficácia retroativa limitada e manter a composição da Mesa Diretora eleita antes de 6 de abril de 2021; dos votos dos Ministros Roberto Barroso e Luiz Fux (Presidente), que acompanhavam o Ministro Relator quanto ao mérito da ação direta, divergindo apenas quanto ao marco temporal a ser adotado para a modulação temporal dos efeitos da decisão, devendo, em regra, o entendimento desta Corte ser aplicado às eleições realizadas após a data de publicação da ata de julgamento da ADI 6524 (i.e., 07.01.2021), preservando-se a validade dos atos praticados antes de ser oficialmente comunicado ao público o resultado do primeiro julgamento em que se fixou a tese ora acolhida, devendo, ainda, ser desconsiderado tal marco temporal nos casos em que a antecipação de eleições constituir expediente fraudulento voltado a impedir a prevalência do entendimento desta Corte para mandatos futuros; dos votos dos Ministros Alexandre de Moraes e Edson Fachin, que acompanhavam o Ministro Relator quanto ao mérito da ação direta, com ressalva em relação à modulação de efeitos, ponto em que divergiam da proposta do Relator por entender que o precedente da Corte proferido no julgamento da ADI 6524 deve ser aplicado aos parlamentares que tomaram posse em cargos diretivos das Assembleias Legislativas a partir da data da publicação da ata do referido julgamento; e dos votos dos Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, que julgavam integralmente procedente a ação direta, devendo aplicar-se *in totum*, também no âmbito estadual, o entendimento firmado por esta Corte na ADI 6.524/DF, com efeitos *ex nunc* a partir do julgamento deste feito, o julgamento foi suspenso para proclamação do resultado em sessão presencial. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.199 **(12)**

ORIGEM	: ADI - 49374 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MATO GROSSO
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
EMBTE.(S)	: SINDICATO DOS FISCAIS DE TIBUTOS ESTADUAIS DE MATO GROSSO - SINFATE
ADV.(A/S)	: DORIANE JUREMA PSENDZIUK (5262/MT) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ANTONIO DE SOUZA MORENO (MT017326/)
EMBDO.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE MATO GROSSO - SIPROTAF
ADV.(A/S)	: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO (9172/B/MT)
ADV.(A/S)	: JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES (12009/O/MT)
ADV.(A/S)	: THIAGO DE ABREU FERREIRA (5928/O/MT)
AM. CURIAE.	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S)	: FRANCISCO EDMILSON DE BRITO JUNIOR (20526/O/MT)

Decisão: (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, deixou de admitir os embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso, em observância à jurisprudência consolidada do Tribunal, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.199 **(13)**

ORIGEM	: ADI - 49374 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MATO GROSSO
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
EMBTE.(S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S)	: FRANCISCO EDMILSON DE BRITO JUNIOR (20526/O/MT)
EMBDO.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE MATO GROSSO - SIPROTAF
ADV.(A/S)	: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO (9172/B/MT)
ADV.(A/S)	: JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES (12009/O/MT)
ADV.(A/S)	: THIAGO DE ABREU FERREIRA (5928/O/MT)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS FISCAIS DE TIBUTOS ESTADUAIS DE MATO GROSSO - SINFATE
ADV.(A/S)	: DORIANE JUREMA PSENDZIUK (5262/MT) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ANTONIO DE SOUZA MORENO (MT017326/)

Decisão: (ED) O Tribunal, por unanimidade, deu parcial provimento aos embargos de declaração opostos pela Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, para corrigir a conclusão do acórdão embargado, que passa a ter a seguinte redação: "18. Diante do exposto, julgo procedente o pedido para: (i) dar interpretação conforme aos arts. 2º, 5º e art. 7º, parágrafo único e alínea b, da Lei Complementar nº 98/2001, do Estado de Mato Grosso, de modo a afastar qualquer aplicação que possibilite a investidura de outrora ocupantes do cargo de Agente de Fiscalização e Arrecadação de Tributos Estaduais (AFATE) em cargos de Agente de Fiscalização e Arrecadação de Tributos Estaduais (ATE); e (ii) declarar a inconstitucionalidade dos arts. 10, II e XII, e 11 da Lei Complementar nº 98/2001, do Estado de Mato Grosso. 19. Modulo os efeitos temporais da decisão para: (i) preservar os atos praticados pelos servidores investidos irregularmente em cargos de ATE; e (ii) ressalvar, exclusivamente para fins de aposentadoria, os aposentados e os indivíduos que implementaram os requisitos para a aposentadoria até a data da publicação da ata de julgamento. 20. Fixo a seguinte tese de julgamento: A equiparação de carreira de nível médio a outra de nível superior constitui ascensão funcional, vedada pelo art. 37, II, da CF/88. 21. É como voto". Tudo nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.594 **(14)**

ORIGEM	: 6594 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
EMBDO.(A/S)	: ASSOCIACAO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO - CONAMP
ADV.(A/S)	: JULIANA MOURA ALVARENGA DILASCIO (20522/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.769 **(15)**

ORIGEM	: 6769 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARANÁ
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
EMBTE.(S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
EMBDO.(A/S)	: PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração para, modulando os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, assentar a validade do ato normativo até a data da publicação da ata do julgamento do mérito da presente ação, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.946 **(16)**

ORIGEM	: ADI - 97456 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES
ADV.(A/S)	: CRISTIANO CALDAS PINTO (129593/RJ)
AM. CURIAE.	: ACÓRDÃOSASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INFRA ESTRUTURA E INDÚSTRIAS DE BASE - ABDIB
ADV.(A/S)	: MARICÍ GIANNICO (213130 RJ OAB)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS - ABCR
ADV.(A/S)	: MARCELO MONTALVAO MACHADO (34391/DF, 31755-A/PA, 4187/SE, 357553/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS INVESTIDORES EM AUTOPRODUÇÃO DE ENERGIA - ABIAPE
ADV.(A/S)	: MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA (36464/DF, 177504/MG, 59384/RJ, 64481A/RS, 150585/SP)
ADV.(A/S)	: ELENA LANDAU (140841/RJ)
ADV.(A/S)	: VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO (58812/DF, 104227/RJ)
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ SOUZA DA SILVEIRA (16379/DF, 122655/RJ)
ADV.(A/S)	: JESSICA BAQUI DA SILVA (51420/DF)

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que julgava parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "da concessão" contida no *caput* do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, propondo a aplicação do art. 27 da Lei nº 9.868/98, para dar efeitos prospectivos à presente decisão, de modo que o poder público promova, no prazo máximo de 2 (dois) anos contados da data desta sessão de julgamento, as licitações de todas as concessões cuja transferência tenham sido efetivadas, com fundamento no referido dispositivo legal, no que foi acompanhado pelo Ministro Alexandre de Moraes, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

Decisão: (Processo destacado do Plenário virtual) Após os votos dos Ministros Dias Toffoli (Relator), Gilmar Mendes e Nunes Marques, que conheciam da ação direta de inconstitucionalidade e julgavam improcedente o pedido formulado, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República; pelo interessado Presidente da República, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base - ABDIB, o Dr. Gustavo Binenbojm; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR, o Dr. Orlando Magalhães Maia Neto; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia - ABIAPE, o Dr. André Silveira; e, pelo *amicus curiae* Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o Dr. Saulo Benigno Puttini. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux (Presidente). Presidiu o julgamento a Ministra Rosa Weber (Vice-Presidente). Plenário, 9.12.2021.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, que julgavam parcialmente procedente o pedido, nos termos de seus votos. Plenário, Sessão Virtual de 25.2.2022 a 8.3.2022.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 27, *caput* e § 1º, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, renumerado pela Lei nº 11.196/05. Transferência da concessão ou do controle societário da concessionária. Alegada violação do art. 175 da Constituição Federal. Vício inexistente. Isonomia e impessoalidade. Princípios correlatos do dever de licitar. Ofensa não configurada. Caráter personalíssimo ou natureza *intuito personae* dos contratos administrativos. Superação da tese. Finalidades do procedimento licitatório. Seleção da proposta mais vantajosa, com respeito à isonomia e à impessoalidade. Garantia institucional. Possibilidade de alteração contratual objetiva e subjetiva. Concessões públicas. Peculiaridades. Caráter dinâmico e incompleto desses contratos. Mutabilidade contratual. Pressuposto de estabilidade e segurança jurídica das concessões. Finalidade da norma impugnada. Medida de duplo escopo. Transferência da concessão X subconcessão dos serviços públicos. Distinção. Formação de relação contratual nova. Improcedência do pedido.

1. A concepção de que os contratos administrativos ostentam caráter personalíssimo ou natureza **intuitu personae** "reflete uma transposição mecânica do direito administrativo francês anterior ou, quando menos, traduz um regime jurídico não mais existente" (JUSTEN FILHO, Marçal. **Considerações acerca da modificação subjetiva dos contratos administrativos**. Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP. Belo Horizonte: Editora Fórum, ano 4, n. 41, maio/2005).

2. Em nosso sistema jurídico, o que interessa à Administração é, sobretudo, a seleção da proposta mais vantajosa, independentemente da identidade do particular contratado ou dos atributos psicológicos ou subjetivos de que disponha. Como regra geral, as características pessoais, subjetivas ou psicológicas são indiferentes para o Estado. No tocante ao particular contratado, basta que tenha comprovada capacidade para cumprir as obrigações assumidas no contrato.

3. O princípio constitucional da impessoalidade veda que a Administração Pública tenha preferência por esse ou aquele particular. Então, a identidade do particular contratado não é relevante por si mesmo, devendo ser considerada apenas e tão somente na justa medida em que representa o preenchimento dos requisitos objetivos e previamente definidos, previstos na lei e no edital do certame.

4. É a proposta mais vantajosa que, **prima facie**, vincula a Administração. Mantidos seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos.

5. Tendo em vista que as concessões públicas se estabelecem em bases não completamente definidas e cambiantes conforme múltiplos fatores externos, só é possível cogitar a estabilidade econômica e segurança jurídica das relações e situações a ela relacionadas a partir da mutabilidade contratual. Desse modo, considerando a dinâmica peculiar e complexa das concessões públicas, é natural - e até salutar - que o próprio regime jurídico das concessões contenha institutos que permitam aos concessionários se ajustarem às vicissitudes da execução contratual. As transferências da concessão e do controle societário da concessionária, previstas no dispositivo legal impugnado, são exemplos de institutos dessa natureza.

6. Os contratos de concessão seguem uma modelagem própria e inovadora, distinta do padrão de contratação previsto na Lei nº 8.666/93. Não há na Constituição brasileira de 1988 fundamento que ampare a suposição de uniformidade do regime nuclear dos contratos públicos. Existem regimes diversos de contratação administrativa que convivem paralelamente e de forma pontualmente subsidiária, não havendo embates entre os modelos previstos nas Leis nº 8.666/93 e nº 8.987/95.

7. A norma impugnada é uma "via de mão dupla", porque, "por um lado, busca equacionar a rigidez do contrato com a dinâmica do mundo negocial (...); por outro, assegura à Administração Pública o controle da regularidade desse ato". Trata-se de norma de duplo escopo, que institui a anuência da Administração Pública como relevante prerrogativa de verificação da regularidade da avença havida entre particulares, em prol do interesse público.

8. Mesmo no tocante aos serviços públicos, a exigência constitucional de licitação prévia não se traduz em regra absoluta e inflexível. Ao contrário. Os comandos constitucionais inscritos no art. 37, inciso XXI, e no art. 175, **caput**, a par de estipularem, como regra, a obrigatoriedade de licitação, não definem, eles próprios, os exatos contornos do dever de licitar, cabendo ao legislador ordinário ampla liberdade quanto a sua conformação, à vista da dinamicidade e da variedade das situações fáticas a serem abrangidas pela respectiva normatização. Há precedentes do Supremo Tribunal Federal no sentido de privilegiar a escolha legislativa, desde que protegidos os valores constitucionais assegurados pela garantia da licitação.

9. Do cotejo da norma impugnada com o parâmetro constitucional de controle, verifica-se que eles se referem a momentos distintos da contratação, possuindo diferentes âmbitos de incidência. O art. 175 da Constituição exige a realização de licitação para a outorga inicial da prestação dos serviços públicos a particulares. Enquanto isso, o art. 27 da Lei nº 8.987/95 só se aplica após licitada a prestação do serviço público e formalizado o respectivo contrato de concessão. É no decorrer da execução contratual, e havendo anuência do poder concedente, que se procede à transferência da concessão ou do controle societário.

10. O ato de transferência da concessão e do controle societário da concessionária, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.987/95, não se assemelha, em essência, à subconcessão de serviço público prevista no art. 26 do mesmo diploma, justificando-se o tratamento legal diferenciado. Diversamente da transferência da concessão ou do controle acionário, que não dá início a uma relação jurídico-contratual nova e mantém intacta a base objetiva do contrato, a subconcessão instaura uma relação jurídico-contratual inteiramente nova e distinta da anterior entre o poder concedente e a subconcessionária.

11. Na espécie, não se constata a alegada burla à exigência constitucional de prévia licitação para a concessão de serviços públicos, constante do art. 175 da CF, a qual é devidamente atendida com o certame levado a cabo para sua outorga inicial e cujos efeitos jurídicos são observados e preservados no ato de transferência mediante a anuência administrativa. Também não se pode cogitar afronta aos princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade. No procedimento licitatório, a isonomia se concretiza ao se proporcionar a todos os particulares interessados em contratar com a Administração a faculdade de concorrerem em situação de igualdade. A impessoalidade, por sua vez, decorre da observância de regras objetivas e predefinidas na lei e no edital do certame para a seleção da proposta mais vantajosa, bem como para o escrutínio das características inerentes ao futuro contratado.

12. Não faz sentido exigir que o ato de transferência do art. 27 da Lei nº 8.987/95 observe os princípios da isonomia e da impessoalidade. A anuência é matéria reservada ao Administrador e pressupõe o atendimento de requisitos bem específicos. A par disso, a operação empresarial sobre a qual incide a anuência é, tipicamente, um negócio jurídico entre particulares e, como tal, é disciplinado pelo direito privado. O concessionário, como agente econômico que é, pode decidir sobre seus parceiros empresariais conforme critérios próprios. Não há, portanto, espaço para aplicação dos princípios da isonomia e da impessoalidade, os quais são típicos da relação verticalizada que possui uma entidade estatal em um dos polos.

13. Pedido julgado improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.292 **(17)**

ORIGEM : ADI - 5292 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : SALOMAO ANTONIO RIBAS JUNIOR (40914/SC)

Decisão: Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 16.576/2015 de Santa Catarina, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 12.11.2021 a 22.11.2021.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 16.576/2015 de Santa Catarina, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Ministros Edson Fachin e Rosa Weber. Plenário, Sessão Virtual de 18.3.2022 a 25.3.2022.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 16.576/2015 DE SANTA CATARINA. OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DIÁRIA DE FOTOS DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS EM NOTICIÁRIOS DE TV E JORNAIS DE SANTA CATARINA. INVASÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE RADIODIFUSÃO E EXPLORAR O SERVIÇO. INGERÊNCIA DO PODER PÚBLICO EM ENTIDADES PRIVADAS DE JORNALISMO. CONTRARIEDADADE AO PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA. AFRONTA AO ART. 220 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.*

AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE.

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 891 **(18)**

ORIGEM : 891 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S) : DANIEL SOARES ALVARENGA DE MACEDO (36042/DF)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 748 **(19)**

ORIGEM : 748 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO (68951/BA, 25120/DF, 409584/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : PARTIDO VERDE - PV
ADV.(A/S) : VERA LUCIA DA MOTTA (59837/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE - ABRAMPA
AM. CURIAE. : REDE NACIONAL PRÓ UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - REDE PRÓ UC
ADV.(A/S) : VIVIAN MARIA PEREIRA FERREIRA (313405/SP)
ADV.(A/S) : DOUGLAS HERRERA MONTENEGRO (83651/PR)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
ADV.(A/S) : RUDY MAIA FERRAZ (22940/DF)
ADV.(A/S) : RODRIGO DE OLIVEIRA KAUFMANN (23866/DF, 374576/SP)
ADV.(A/S) : TACIANA MACHADO DE BASTOS (30385/DF, 45189/RS)
AM. CURIAE. : CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - CBIC
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE LOTEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - AELO
AM. CURIAE. : SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO - SECOVI
ADV.(A/S) : MARCELO TERRA (19242/DF, 53205/SP)
ADV.(A/S) : MARCOS ANDRE BRUXEL SAES (165024/RJ, 20864/SC, 437731/SP)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE CIMENTO - SNIC
ADV.(A/S) : WERNER GRAU NETO (02202/A/DF, 109705/RJ, 120564/SP)
ADV.(A/S) : CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO (376335/SP)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
ADV.(A/S) : LEONARDO ESTRELA BORGES (87164/MG)
ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (20016/DF, 091152/RJ)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMPANHIAS DE ENERGIA ELETRICA - ABCE
ADV.(A/S) : WERNER GRAU NETO (02202/A/DF, 109705/RJ, 120564/SP)
ADV.(A/S) : CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO (376335/SP)
ADV.(A/S) : CLARA AMOROSO DE ANDRADE (427424/SP)

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber (Relatora), Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes, que julgavam parcialmente procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 500/2020, com a imediata restauração da vigência e eficácia das Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002, como já definido na medida cautelar implementada; e julgavam improcedente o pedido de inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 499/2020, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Falaram: pelo requerente, o Dr. Felipe Santos Corrêa; pelos *amici curiae* Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA e Rede Nacional Pró Unidades de Conservação - REDE PRÓ UC, a Dra. Vivian Maria Pereira Ferreira; pelos *amici curiae* Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE e Sindicato Nacional das Indústrias de Cimento - SNIC, o Dr. Werner Grau Neto; pelo *amicus curiae* Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, o Dr. Rodrigo de Oliveira Kaufmann; e, pelo *amicus curiae* Confederação Nacional da Indústria - CNI, o Dr. Leonardo Estrela Borges. Plenário, Sessão Virtual de 10.12.2021 a 17.12.2021.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 500/2020, com a imediata restauração da vigência e eficácia das Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002, como já definido na medida cautelar implementada, e julgou improcedente o pedido de inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 499/2020. Tudo nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 915 **(20)**

ORIGEM : 00656471820211000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para: (i) declarar a não recepção pela Constituição de 1988 dos arts. 116, II, 117 e 125 a 128, da Lei 7.109/1977, e do art. 38 da Lei 9.381/1986, ambas do Estado de Minas Gerais, na parte em que admitem a convocação temporária de profissionais sem prévio vínculo efetivo com a administração pública estadual para suprir vacância de cargo público efetivo; (ii) declarar a inconstitucionalidade por arrastamento do Decreto 48.109/2020 e da Resolução SEE 4.475/2021, também daquele Estado; e (iii) modular os efeitos da decisão para que os contratos temporários firmados até a conclusão do julgamento de mérito possam ser preservados pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir do termo *a quo* antes referido (a publicação do acórdão do presente julgamento), nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA ITI Nº 24, DE 27 DE MAIO DE 2022

Altera o DOC-ICP-05.03 para melhorias nos procedimentos de coleta e verificação da qualidade de biometrias.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 9º do anexo I do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, pelo art. 1º da Resolução nº 33 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, e pelo art. 2º da Resolução nº 163 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 17 de abril de 2020,

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar continuamente a segurança e a confiabilidade nos processos de identificação de um requerente de um certificado digital ICP-Brasil, e

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os processos tecnológicos de identificação biométrica na ICP-Brasil, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa altera o documento "Procedimentos para identificação biométrica na ICP-Brasil DOC-ICP-05.03", consolidado pela Instrução Normativa ITI nº 09, de 22 de outubro de 2020, para melhorias nos procedimentos de coleta e verificação da qualidade de biometrias.

Art. 2º O Anexo da Instrução Normativa ITI nº 09, de 22 de outubro de 2020, (DOC-ICP-05.03) passa a vigorar com as seguintes alterações:

"2. .....

2.1 A coleta de dados biométricos na modalidade presencial deve ser feita de forma assistida (acompanhada) por um agente de registro (AGR). Na modalidade remota por videoconferência, a coleta de dados biométricos deverá ser realizada pela captura de face (frame) do requerente durante a videoconferência de forma assistida e, opcionalmente, pela coleta das impressões digitais do requerente. Pode ser realizada a captura da face de forma não assistida e assíncrona à videoconferência, para execução do batimento biométrico junto a uma base oficial nacional ou PSBio.

.....

2.4 A coleta biométrica na ICP-Brasil deve ser realizada e verificada a qualidade quando da captura conforme os seguintes parâmetros:

2.4.1 Parâmetros mínimos para biometria facial:

a) enquadrar a cabeça e a parte superior dos ombros para que o rosto ocupe de 70% a 80% da fotografia, apenas um rosto no enquadramento;

b) rosto virado para a frente;

c) olhos e boca não obstruídos;

d) pessoa não está sorrindo;

e) envio de apenas uma Face;

f) requisitos técnicos:

i. a coleta deverá ser realizada com no mínimo 90 pixels de distância entre o centro dos olhos. Esta medida assegura uma resolução mínima da foto e deve ser validada durante a coleta e na recepção no PSBio;

ii. a fotografia deve ser gerada em formato de imagem (PNG, JPEG ISO/IEC 10918), com cor, compressão limitada a garantir tamanho máximo da imagem de 1 Mb;

iii. a aplicação de videoconferência responsável pela captura da face (frame) deverá efetuar a crítica dos parâmetros dispostos nas alíneas acima. (Incluído pela Instrução Normativa ITI nº 05, de 2021); e

iv. o PSBio deve rejeitar a imagem caso ela não atenda os parâmetros mínimos mensuráveis no caso de cadastros.

2.4.2 .....

.....

2.6.3 .....

2.6.3.1 A AC que não responder no prazo estabelecido assume o risco da fraude, e deve revogar o certificado, caso já tenha emitido.

.....

2.6.8 Os PSBios devem excluir todas as transações pendentes a mais de 30 dias sem resposta e liberar o IDN, executando o fluxo estabelecido no item 4.4.7.

2.6.9 As AC não podem realizar operações de verificação (1:1), na forma estabelecida no item 2.5.4, com dados biométricos que não tenham sido aprovados pela rede de PSBio.

.....

3.6.4 Deve ter, no mínimo, capacidade operacional para realizar 99% das transações de identificação que chegam das ACs e de outros PSBios, por dia. Cabe notar que quando houver acúmulo de transações pendentes, estas deverão ser tratadas em ordem cronológica, de forma que serão atendidas o equivalente a no mínimo 99% das transações de identificação 1:N que chegam em um dia, mesmo que isso não implique que 99% das transações do dia sejam atendidas.

3.6.5 O PSBIO que não atingir, no mês, o SLA (Service Level Agreement) estabelecido nos itens 3.6.1 e 3.6.4 fica impedido de prestar serviços para novas AC.

.....

3.7.3 Deve verificar a qualidade das biometrias recebidas das suas ACs e de outros PSBios, confirmando que as coletas foram realizadas dentro dos padrões mínimos de qualidade estabelecidos nesta norma, incluindo, no mínimo, as seguintes verificações automáticas:

a) para face:

i. enquadramento da cabeça e a parte superior dos ombros para que o rosto ocupe de 70% a 80% da fotografia, apenas um rosto no enquadramento;

ii. rosto virado para a frente;

iii. olhos e boca sem obstrução; e

iv. pessoa não está sorrindo.

b) .....

3.7.3.1 O campo PID do pacote NIST (não conformidade de face), deve ser habilitado e indica que o PSBio não deve utilizar a face coletada nos seus processamentos biométricos dos fluxos descritos no item 4 deste documento. Se para a mesma transação houver dedos com índice NFIQ, a face poderá ser armazenada em base exclusivamente para fins de consulta e exibição em operações que envolverão inspeção visual da face para fins de tratamento de exceção. Caso contrário a transação deve ser recusada.

.....

3.10.5 Prazo para resolver outros erros

3.10.5.1 Devem ser também retiradas imediatamente da lista de pendências transações que receberam uma resposta de erro assíncrona ou não processados com mais de 30 (trinta) dias independente do motivo. Essas transações devem ser colocadas sob análise no PSBio de origem e devem ser reenviadas após o problema ser sanado quando isto for possível, e, uma vez aceitas, podem novamente constar na lista de pendências.

3.10.5.2 O PSBio de destino, ao receber nova versão de uma transação anteriormente recusada, deve seguir o definido nos itens 3.10.2, 3.10.3 e 3.10.4

.....

3.14.1 O PSBio deverá ter um sistema para gestão de comunicações de erros de negócio e de outros erros assíncronos recebidos de outros PSBios.

.....

3.14.5 O prazo para tratamento dos erros de negócio e de outros erros é de até 12 (doze) horas para serem sanados pelos PSBios.

.....

4.1.6 Captura Antecipada

4.1.6.1 As AC poderão realizar captura antecipada de minucias biométricas (face e impressão digital) possibilitando ao usuário a coleta biométrica antes de iniciar a emissão do certificado na modalidade de videoconferência com batimento biométrico em base oficial nacional ou na verificação na rede PSBio.

4.1.6.2 Somente poderá ser realizada captura antecipada com software que permita a detecção de vivacidade (liveness) do requerente, obrigatória, para minimizar manipulação de rosto e voz em montagens de vídeo conhecidas como "deepfake" e com a verificação de parâmetros de qualidade da biometria estabelecido no item 3.7.3.

....." (NR)

Art. 3º Fica aprovada a versão 3.1 do documento "DOC-ICP 05.03 - Procedimentos para identificação biométrica na ICP-Brasil".

Parágrafo único. A identificação da versão do documento "Procedimentos para identificação biométrica na ICP-Brasil" deverá ser atualizada no preâmbulo e incluída no controle de versões do anexo da Instrução Normativa ITI nº 09, de 22 de outubro de 2020.

Art. 4º A Instrução Normativa ITI nº 09, de 22 de outubro de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º Fica aprovada a versão 3.1 do documento DOC-ICP-05.03 - Procedimentos para Identificação Biométrica na ICP-Brasil, anexa a esta Instrução Normativa." (NR)

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2022.

Parágrafo único. Os PSBios têm o prazo de até 1º de agosto de 2022 para corrigir ou cancelar as transações pendentes de tratamento de erro. Após esse prazo deve ser observado o item 3.14.5 do anexo da Instrução Normativa ITI nº 09, de 22 de outubro de 2020, (DOC-ICP-05.03).

CARLOS ROBERTO FORTNER

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA NORMATIVA CGAU/AGU Nº 7, DE 25 DE MAIO DE 2022

Delega competências no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

O CORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 10.994, de 14 de março de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00406.000367/2022-84, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a delegação de competências para a prática de atos administrativos, no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

Art. 2º Ficam delegadas ao Corregedor Auxiliar responsável pela Corregedoria Auxiliar 2, com reserva de exercício, as seguintes competências:

I - praticar atos de distribuição de processos submetidos ao Corregedor-Geral;

II - receber intimações e notificações dirigidas ao Corregedor-Geral da Advocacia da União;

III - assinar comunicações oficiais produzidas no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, ressalvadas as que recomendarem assinatura pelo Corregedor-Geral;

IV - praticar atos interlocutórios de supervisão, orientação e coordenação das unidades da Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

V - aprovar atos e manifestações jurídicas submetido(a)s ao Corregedor-Geral da Advocacia da União, ressalvados:

a) os relatórios de correição de correição ordinária ou extraordinária;

b) os relatórios de verificação correicional que proponham a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar contra Membro da Advocacia Geral da União;

c) os pareceres relacionados ao desempenho dos integrantes das Carreiras da Advocacia-Geral da União submetidos ao estágio confirmatório;

d) os atos que devam ser submetidas ao Advogado-Geral da União, ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União ou ao Conselho Superior da Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União;

e) a decisão de recursos administrativos; e

f) a edição de atos de caráter normativo, tais como:

1) os de designação de correição ordinária ou extraordinária;

2) os de designação, recondução, substituição ou prorrogação de comissões de sindicâncias ou processos administrativos disciplinares;

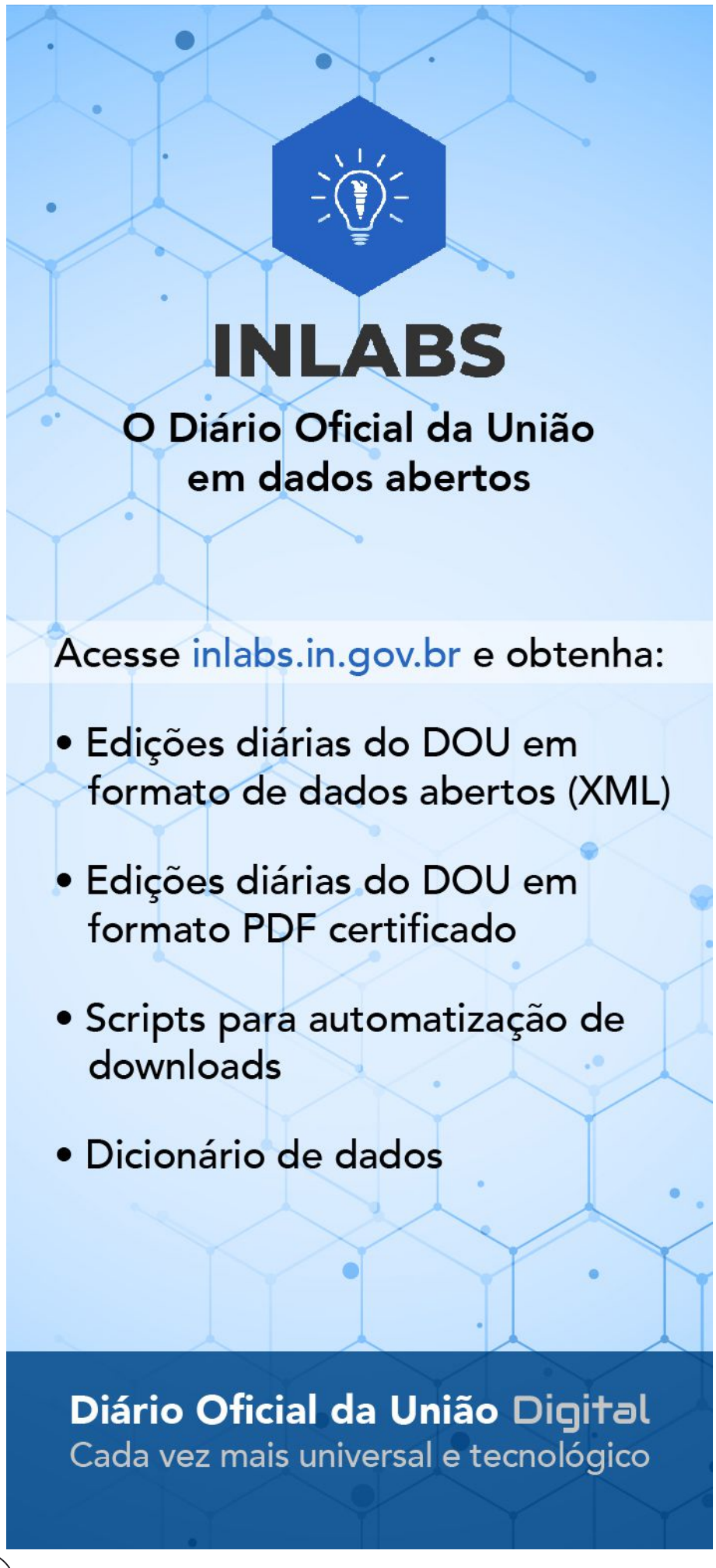
3) as portarias e instruções normativas; e

4) as orientações normativas relacionadas com a melhoria e a observância dos padrões de conduta dos membros da Advocacia-Geral da União.

Art. 3º As ressalvas previstas no inciso V do caput do art. 2º não se aplicam na hipótese de substituição automática do exercício das atribuições do cargo do Corregedor-Geral, na forma do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor em 1º de junho de 2022.

EDIMAR FERNANDES DE OLIVEIRA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA BAHIA

PORTARIA Nº 59, DE 25 DE MAIO DE 2022

A Superintendente Federal de Agricultura no Estado da Bahia, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), em especial as dispostas nos artigos 262 e 292, aprovado através da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21012.004701/2021-91, resolve:

Art. 1º Cadastrar sob o número BR-BA0285, da empresa EMBALATEC BAHIA EMBALAGENS LTDA., CNPJ Nº 05.975.877/0001-11, localizada na Avenida Jorge Amado, nº 20, Quadra A, Distrito Industrial, Posto da Mata, Nova Viçosa-BA, CEP 45.928-000, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, na modalidade: Tratamento Térmico por Calor - Ar Quente Forçado.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 78, de 23/06/2021, publicada no DOU de 29/06/2021.

Art. 3º O cadastro é válido por tempo indeterminado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

SUELENE SANTOS DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 26 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e

Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 583 - HABILITAR a Médica Veterinária LAIS COSTA DOS SANTOS, CRMV-PR Nº 14856 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (Processo nº 21034.007405/2022-75):

1.EQUINOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná;

2.BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 584 - HABILITAR a Médica Veterinária BRUNA MARCELA WAGNER, CRMV-PR Nº 20398 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies PEIXES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.007409/2022-53).

Nº 585 - HABILITAR a Médica Veterinária CÁSSIA CAROLINE FAZOLIN, CRMV-PR Nº 11252 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (Processo nº 21034.007411/2022-22):

1.EQUINOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná;

2.BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 586 - CANCELAR A HABILITAÇÃO da Médica Veterinária LETÍCIA MISTURINI DALLA COSTA, CRMV-PR Nº 12760, de acordo com o item VII do Art. 9º da instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 409 de 07/02/2018 (Processo nº 21034.007412/2022-77)

CLEVERSON FREITAS

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

PORTARIA SAF/MAPA Nº 280, DE 27 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão e manutenção do direito de uso do Selo Biocombustível Social.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 36, inciso II, alíneas "a" e "c", 39, inciso III, e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021 e os incisos I, V e VI do art. 4º do Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso XIII do art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 2º do Decreto nº 10.708, de 28 de maio de 2021, no art. 4º do Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, e no art. 2º do Decreto nº 10.708, de 28 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios e procedimentos relativos à concessão e manutenção do direito de uso do Selo Biocombustível Social, que deverão observar os ditames da presente Portaria.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito desta Portaria, consideram-se as seguintes definições:

I - biodiesel - biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme previsto em regulamento, para geração de outro tipo de energia, que pode substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

II - biocombustível - substância derivada de biomassa renovável, tal como biodiesel, etanol e outras substâncias estabelecidas em regulamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que pode ser empregada diretamente ou por meio de alterações em motores a combustão interna ou para outro tipo de geração de energia, e substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

III - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001;

IV - Cadastro Ambiental Rural (CAR) - registro eletrônico de abrangência nacional junto ao órgão ambiental competente, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012;

V - agricultor familiar - definido na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e detentor de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF);

VI - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) - instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), integradas por agricultores familiares, os seus Empreendimentos Familiares Rurais e as suas formas associativas de organização, na forma do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017;

VII - Declaração de Aptidão ao Pronaf Principal (DAP Principal) - instrumento que identifica os agricultores familiares, seus empreendimentos familiares rurais e demais formas de organização, nos termos da Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República;

VIII - Declaração de Aptidão ao Pronaf Acessória (DAP Acessória) - utilizada para identificação dos jovens, com idade entre quinze e vinte e nove anos, filhos/filhas ou aqueles que estejam sob sua responsabilidade e as mulheres agregadas a uma UFPA e deve, obrigatoriamente, estar vinculada a uma DAP Principal;

IX - Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica (DAP Jurídica) - instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), integradas por agricultores familiares, os seus Empreendimentos Familiares Rurais e as suas formas associativas de organização, nos termos da Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República;

X - Declaração de Aptidão ao Pronaf Ativa (DAP Ativa) - a que possibilita o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais e que combine ainda dois atributos: última versão e válida, nos termos da Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República;

XI - Cooperativa Agropecuária da Agricultura Familiar: cooperativa agropecuária detentora de Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica ou CAF ativos;

XII - Cooperativa Agropecuária: cooperativa agropecuária não detentora de Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica ou CAF;

XIII - Empresas Cerealistas: pessoas jurídicas constituídas legalmente e que, segundo os seus atos constitutivos, exerçam cumulativamente as atividades de limpar, padronizar, armazenar e comercializar os produtos in natura de origem vegetal, exclusivamente para soja, milho e canola;

XIV - Agente Intermediário Habilitado: pessoa jurídica, conforme estabelecido nos incisos X, XI e XII, habilitada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma desta Portaria, responsável pela comercialização de matéria-prima oriunda da agricultura familiar para fornecimento ao produtor de biodiesel detentor do Selo Biocombustível Social, de que trata o Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020;

XV - Selo Biocombustível Social: componente de identificação concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a cada unidade industrial do produtor de biodiesel que atenda aos critérios descritos nesta Portaria, e que confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares, enquadrados no Pronaf, na forma disposta no Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, ou outro que venha substituí-lo;

XVI - produtor de biodiesel: pessoa jurídica constituída na forma de sociedade sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, beneficiária de concessão ou autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e possuidora de Registro Especial de Produtor junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;

XVII - matéria-prima - fonte de óleo de origem vegetal ou animal, beneficiada ou não, e o seu óleo, seja bruto, beneficiado, transformado ou residual, sendo que a fonte de óleo vegetal in natura, quando cultivada, deve atender a um dos requisitos citados a seguir:

a) possuir zoneamento agroclimático publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ou

b) possuir recomendação técnica emitida por órgão estadual de pesquisa agropecuária (Oepa) ou pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);

XVIII - insumo - todo elemento utilizado no processo de produção de biodiesel, excetuada a matéria-prima de que trata o inciso XVII do caput, e desde que atenda aos critérios previamente definidos pelo Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo;

XIX - produção agrícola esperada - refere-se à produção anual estimada futura de uma determinada cultura perene, quando atingida sua maturidade produtiva;

XX - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) - prestação de serviços técnicos qualificados e capacitação, sem despesas para os agricultores familiares contratados, para a produção de matéria(s)-prima(s) em compatibilidade com a segurança alimentar da família e geração de renda, contribuindo para a melhor inserção na cadeia produtiva do biodiesel e o alcance da sustentabilidade da propriedade. Pode ser executada diretamente pela equipe técnica do produtor de biodiesel ou, de maneira terceirizada, por outras empresas, cooperativas e instituições, as quais disponham de profissionais habilitados nos respectivos conselhos de classe, desde que haja previsão no estatuto social ou contrato social para a prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural;

XXI - valor de respaldo - é o valor total, em moeda nacional, das aquisições de matéria-prima da agricultura familiar, considerando-se os multiplicadores e o percentual mínimo;

XXII - laudo técnico - documento técnico elaborado em formato físico ou digital por profissional de ciências agrárias, devidamente registrado nos respectivos conselhos de classe e habilitado para exercer a função;

XXIII - assinatura eletrônica - os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020;

XXIV - frustração de safra - redução total ou parcial da produção agrícola estimada decorrente de eventos causados por adversidades climáticas, desde que comprovada por órgão oficial;

XXV - mortalidade animal - redução total ou parcial do rebanho decorrente de eventos causados por enfermidades, adversidades climáticas, desde que comprovada por órgão oficial; e

XXVI - produção própria - a produção cuja matéria-prima in natura origina-se de empresa produtora de biodiesel, sendo, no caso do óleo, considerada produção própria quando a matéria-prima in natura for produzida e processada pela empresa.

§ 1º A expressão "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)", desacompanhada dos qualificativos principal, acessória ou jurídica, abrange as hipóteses dos incisos VII, VIII e IX do caput, para todos os efeitos desta Portaria.

§ 2º As remissões desta Portaria à DAP e as suas modalidades de que tratam os incisos VII a X do caput, abrangem o CAF e suas modalidades equivalentes.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DO SELO BIOCOMBUSTÍVEL SOCIAL

SEÇÃO I

DAS AQUISIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Art. 3º O percentual mínimo de aquisições de matéria-prima da agricultora familiar, feitas pelo produtor de biodiesel para fins de concessão e manutenção do direito de uso do Selo Biocombustível Social, fica estabelecido em 51% (cinquenta e um por cento).

§ 1º O percentual mínimo de que trata este artigo é calculado pela seguinte fórmula:

A/51% ³ B, em que:

I - "A" é o custo anual, em reais, das aquisições da agricultura familiar de qualquer região brasileira; e

II - "B" é o valor total, em reais, das vendas totais de biodiesel no ano civil, excluído o valor proporcional ao volume de biodiesel exportado;

§ 2º Para o cálculo do percentual mínimo de aquisição, a produção própria de matéria-prima deve ser valorada ao preço médio de aquisição de matéria-prima de terceiros no período de apuração.

§ 3º Para efeito de cálculo do percentual mínimo de aquisição, quando a produção de matéria-prima própria pelo produtor de biodiesel não possuir a referência do preço de aquisições de terceiros de que trata o parágrafo anterior, deverá ser

adotado o preço praticado na localidade, na região ou na praça-referência de formação de preço mais próximos do empreendimento agrícola do produtor de biodiesel.

§ 4º As aquisições de animais vivos como matéria-prima de origem animal para composição do cálculo do percentual mínimo estarão limitadas a bovinos, caprinos, ovinos e peixes.

§ 5º Os insumos fornecidos pelos agricultores familiares e utilizados no processo de produção do biodiesel de que trata o inciso XVIII do art. 2º poderão compor o valor de aquisição da matéria-prima da agricultura familiar, desde que atendidos os demais critérios nesta Portaria.

§ 6º Quando se tratar de aquisição de milho, na forma de grãos ou óleo, a compra estará limitada em, no máximo, 30% (trinta por cento) do valor total adquirido da agricultura familiar pelo produtor de biodiesel.

§ 7º A soma das aquisições de insumos e de milho, de que tratam os § § 5º e 6º, fica limitada ao máximo de 30% (trinta por cento) do valor total adquirido da agricultura familiar pelo produtor de biodiesel.

§ 8º A compra de matéria-prima e de insumos da agricultura familiar deverá ser comprovada por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição, o que não dispensa a apresentação posterior de documentação complementar e outros elementos comprobatórios nas hipóteses de fiscalização.

§ 9º O valor de comercialização anual de matéria-prima pelo agricultor familiar, no âmbito do programa estatal regulamentado por esta Portaria, fica limitado ao valor máximo da renda bruta familiar estabelecida pelo Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil para efeito de enquadramento dos agricultores e demais integrantes da unidade familiar de produção agrária como beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Art. 4º O custo anual, em reais, de aquisição de matérias-primas da agricultura familiar contratada computará o somatório dos seguintes itens de custo:

I - o valor de aquisição da matéria-prima, produzida em conformidade com o tamanho da área do estabelecimento declarada na DAP ativa ou CAF ativo;

II - os valores referentes às doações dos insumos de produção e serviços aos agricultores familiares, desde que não oriundos de recursos públicos, limitados aos seguintes itens:

a) sementes e/ou mudas;
b) análise de solos;
c) adubos;
d) corretivo de solo;
e) horas-máquina e/ou combustível;
f) sacaria;
g) máquinas, equipamentos e benfeitorias ligadas à atividade agropecuária ou agroindustrial para produção de matérias-primas, doados para cooperativas agropecuárias da agricultura familiar habilitadas;
h) sistemas de geração de energia a partir de fontes renováveis, tais como solar, eólica, biogás, ligadas à atividade agropecuária ou agroindustrial, doados para cooperativas agropecuárias da agricultura familiar e habilitadas como fornecedoras de matéria-prima no âmbito do Selo Biocombustível Social, na forma da Portaria nº 143, de 8 de dezembro de 2020, da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
i) gastos com certificação orgânica referentes às matérias-primas adquiridas no âmbito do Selo Biocombustível Social;
j) gastos para o registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) referentes à propriedade do agricultor familiar; e
k) gastos para a recuperação de reserva legal ou área de preservação permanente (APP) do agricultor familiar;

III - os valores referentes aos contratos, convênios, termos de parceria, ou outros instrumentos admitidos por lei, realizados com órgãos ou entidades públicas para pesquisas agropecuárias relacionadas à diversificação de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar ou pesquisas e eventos relacionados ao aperfeiçoamento do conhecimento do Selo Biocombustível Social, desde que seja de interesse da agricultura familiar e de uso público, e previamente admitido pelo Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo;

IV - o valor referente à assistência técnica e extensão rural executada diretamente pela equipe técnica do produtor de biodiesel aos agricultores familiares, limitado aos seguintes itens:

a) salários e/ou honorários dos técnicos contratados diretamente pelos produtores de biodiesel, inclusos os encargos trabalhistas;
b) despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação gastos com o técnico contratado para a realização da assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, sendo esses custos contabilizados em 15% (quinze por cento) do salário e/ou honorário do técnico ou, no caso em que o produtor de biodiesel preferir, poderá apresentar os comprovantes dessas despesas no valor limitado a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do valor do pagamento do salário e/ou honorário do técnico contratado diretamente pelo produtor de biodiesel; e
c) gastos com atividades coletivas para capacitação dos agricultores familiares;

V - o valor referente à assistência técnica e extensão rural prestada por empresas ou instituição terceirizada, desde que os profissionais relacionados estejam registrados nos respectivos conselhos de classe.

§ 1º Os custos citados neste artigo, repassados aos agricultores familiares na forma de adiantamento a ser deduzido no momento da venda ou que estejam contemplados nas operações de crédito efetivadas pelo produtor ao amparo do Pronaf ou demais formas de financiamento da produção, não poderão ser incluídos no somatório de custos de aquisições da agricultura familiar.

§ 2º A comprovação dos valores das doações e de pesquisas agropecuárias será feita:

I - na hipótese do inciso II do caput, por meio de nota fiscal emitida pelo fornecedor dos insumos e serviços, e do recibo da doação correspondente, emitido pelo agricultor familiar ou cooperativa agropecuária da agricultura familiar habilitada;

II - na hipótese do inciso III do caput, por meio de contratos, convênios, termos de parceria, ou outros instrumentos admitidos por lei, notas fiscais, ou outros comprovantes idôneos da realização das despesas.

§ 3º No caso de doação de máquinas e equipamentos usados, considerar-se-á, para fins de cálculo do custo de doação, um decréscimo de, pelo menos, 10% (dez por cento) no valor descrito na nota fiscal por ano de uso.

§ 4º Quando se tratar de doação, nos termos das alíneas "g" e "h" do inciso II do caput, o valor do bem poderá ser amortizado em até cinco anos pelo produtor de biodiesel, desde que solicitado e deferido pelo Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

§ 5º Os insumos utilizados pelos produtores de biodiesel no processo de produção do biocombustível, quando fornecidos por agricultores familiares, poderão compor o valor de aquisição da matéria-prima da agricultura familiar, desde que observadas as seguintes condições:

I - a aquisição dos insumos será limitada à quantidade necessária utilizada no processo de produção de biodiesel da unidade produtora;

II - deverão atender aos mesmos critérios de aquisição de matéria-prima; e

III - não será contabilizada a produção esperada.

§ 6º Os valores dos itens de custo de que trata o inciso III do caput deverão ter a comprovação por meio de documento específico da contratação, parceria ou cooperação assinado entre o produtor de biodiesel e o órgão de pesquisa oficial, documentos comprobatórios dos gastos e relatórios de execução física e financeira da pactuação.

§ 7º A soma dos valores dos itens de custo de que trata o inciso III do caput fica limitada a, no máximo, 10% (dez por cento) do valor alcançado pelo item de custo de que trata o inciso I do caput do mesmo artigo.

§ 8º A soma dos valores dos itens de custo dos incisos II, III, IV e V do caput fica limitada ao valor de aquisição da matéria-prima, definida no inciso I do caput do mesmo artigo:

I - a, no máximo, 50% (cinquenta por cento), para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; e

II - a, no máximo, 70% (setenta por cento), para as regiões Norte, Nordeste e Semiárido.

§ 9º Para fins de cálculo do percentual mínimo de aquisições da agricultura familiar de que trata o art. 3º, inciso I, do caput, o valor de aquisição de matéria-prima será multiplicado cumulativamente por:

I - cinco, quando se tratar de aquisições de matérias-primas oriundas das regiões Nordeste, Semiárido e Norte;

II - quatro, quando se tratar de aquisições das matérias-primas definidas no inciso XVII do art. 2º, exceto soja, milho e animais vivos;

III - quatro, quando se tratar de aquisições de matérias-primas realizadas pelo produtor de biodiesel das regiões Sudeste e Centro-Oeste, oriundas da agricultura familiar de suas respectivas regiões, e

IV - 1,3 (um e três décimos), quando se tratar de aquisições das matérias-primas oriundas de cooperativas agropecuárias da agricultura familiar habilitadas.

§ 10. Para os fins de cálculo do percentual mínimo de aquisições da agricultura familiar de que trata o art. 3º, os valores de doação e de pesquisas agropecuárias previstos nos incisos II e III do caput serão multiplicados por dois.

§ 11. Os multiplicadores de que trata o § 9º somente incidirão sobre o valor de aquisição de matérias-primas de origem animal quando forem fornecidas na forma de óleo, gordura ou sebo.

§ 12. Os multiplicadores de que trata o § 9º não serão aplicados às aquisições de insumos da agricultura familiar definidos na forma do inciso XVIII do art. 2º.

Art. 5º Com o início da exigibilidade do Cadastro Ambiental Rural (CAR), todos os imóveis rurais cuja propriedade ou posse seja dos agricultores familiares inseridos no Selo Biocombustível Social deverão estar inscritos no CAR, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º Fica definido o limite de matéria-prima fornecida por agricultor familiar considerando a área declarada e a produtividade da cultura apresentada, comprovadas por meio do emprego dos dados oficiais, atendida a seguinte ordem de preferência:

I - da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);
II - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e
III - de outro órgão público de competência reconhecida para definir a produtividade nos seguintes referenciais:
a) na região de produção; e
b) na área mais próxima, caso a região de produção de que trata a alínea "a" do inciso III do caput não disponha dos dados necessários.

Parágrafo único. A ordem de preferência estabelecida neste artigo poderá ser alterada pelo Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, mediante requerimento e justificativa técnica do produtor de biodiesel.

Art. 7º Quando se tratar de culturas perenes, para fins de comprovação do percentual mínimo de que trata o art. 3º, será suficiente o cálculo da produção esperada em função da área implantada com a cultura no campo, devidamente contratada e conduzida pelo agricultor familiar.

§ 1º Para fins de cálculo de expectativa de produção da cultura perene, usar-se-ão os coeficientes técnicos de produtividade na maturidade produtiva da cultura, por meio dos dados oficiais, disponibilizados por órgãos públicos, respeitando a seguinte ordem de preferência:

I - da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);
II - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
III - da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e
IV - de outro órgão público de competência reconhecida para definir a expectativa de produtividade nos seguintes referenciais:
a) na região de produção; e
b) na área mais próxima, caso a região de produção de que trata a alínea "a" do inciso IV do § 1º do caput não disponha dos dados necessários.

§ 2º A ordem de preferência estabelecida no § 1º do caput poderá ser alterada pelo Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, mediante requerimento e justificativa técnica do produtor de biodiesel.

§ 3º A regra do caput aplica-se para a análise da concessão e manutenção do Selo Biocombustível Social até a maturidade produtiva da cultura ou antes disso, mediante manifestação formal do produtor de biodiesel.

§ 4º A produção esperada da cultura perene de que trata o caput não será multiplicada pelos fatores previstos no § 9º do art. 4º, excetuadas as aquisições realizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Semiárido.

Art. 8º A frustração total ou parcial de safra ou mortalidade animal, devidamente comprovada, será considerada no cálculo do percentual mínimo de aquisições de matéria-prima da agricultura familiar:

I - no caso de frustração total de safra:
a) será considerada a estimativa de produção, baseada na área contratada da agricultura familiar;
b) o produtor de biodiesel deve apresentar, no mínimo, um laudo técnico de visita;

II - no caso de frustração parcial de safra:
a) será considerada, para fins de cálculo, apenas as perdas superiores a 20% (vinte por cento);
b) será considerada a expectativa de produção total da área contratada, desde que comprovada a aquisição da produção remanescente da matéria-prima, tendo que apresentar, no mínimo, quatro laudos técnicos, podendo ser avaliados casos específicos;

III - a mortalidade animal será considerada nos casos de óbito, por doenças ou casos fortuitos, acompanhada da documentação comprobatória:
a) o relatório de acompanhamento dos órgãos estaduais responsáveis pela defesa sanitária;
b) o decreto de situação de emergência e calamidade pública do local de ocorrência;
c) a declaração assinada por órgãos públicos de assistência técnica e extensão rural no Estado; e
d) a declaração de perdas assinada pela cooperativa habilitada contratada.

§ 1º A frustração de safra e mortalidade animal deverá ser requerida formalmente pelo produtor de biodiesel ao Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo.

§ 2º A aferição do disposto nos incisos I e II do caput dar-se-á por meio dos dados oficiais, segundo a seguinte ordem de preferência:

I - da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);
II - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e
III - de outro órgão público de competência reconhecida para definir a produtividade nos seguintes referenciais:
a) na região de produção; e
b) na área mais próxima, caso a região de produção não disponha dos dados necessários.

§ 3º A ordem de preferência estabelecida no § 2º do caput poderá ser alterada pelo Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo mediante requerimento e justificativa técnica do produtor de biodiesel.

SEÇÃO II

DAS AQUISIÇÕES DOS AGENTES INTERMEDIÁRIOS HABILITADOS

Art. 9º A aquisição de matéria-prima oriunda dos agentes intermediários somente será considerada para os fins de concessão e manutenção do Selo Biocombustível Social, caso estes sejam habilitados.

Parágrafo único. Para fins de contabilização do percentual mínimo de matéria-prima oriunda dos agentes intermediários habilitados deverá ser exclusivamente proveniente dos agricultores detentores de DAP física ativa.

SEÇÃO III

DOS CONTRATOS COM A AGRICULTURA FAMILIAR

Art. 10. Para a concessão e a manutenção do direito de uso do Selo Biocombustível Social, o produtor de biodiesel deverá celebrar contratos previamente com todos os agricultores familiares ou agentes intermediários habilitados.

§ 1º A celebração dos contratos de que trata o caput deverá ser realizada antes do plantio da cultura contratada.

§ 2º O período do plantio da cultura na região é definido pelo zoneamento agroclimático ou recomendação técnica.

§ 3º A comprovação da anterioridade do contrato poderá ser feita por uma das seguintes formas:

I - mediante o reconhecimento de firma em cartório;

II - mediante declaração da entidade representativa da agricultura familiar emissora de DAP, na forma da lei;

III - mediante assinatura digital, desde que seja emitida por alguma das autoridades certificadoras credenciadas perante a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP/Brasil; ou

IV - mediante apresentação digital do contrato celebrado, desde que este esteja devidamente assinado pelo representante do produtor de biodiesel e pelo agricultor familiar ou agente intermediário habilitado, contendo a assinatura de pelo menos duas testemunhas e que o contrato seja enviado ao Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo mediante ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no prazo de até quinze dias da assinatura do contrato.

§ 4º Serão estabelecidas outras formas idôneas de comprovação da data de celebração dos contratos por meio de regulamento, além daquelas previstas § 2º do caput.

§ 5º Os contratos cuja matéria-prima seja de origem animal, extrativismo e cultura perene em fase de produção deverão ser assinados por ambas as partes antes da criação, extração ou colheita, com o prazo mínimo de vigência de um ano.

§ 6º No caso de matéria-prima de origem animal, o prazo mínimo para o início da comercialização será de acordo com o sistema de produção, observada a recomendação técnica emitida por órgão estadual de pesquisa agropecuária (Oepa) e/ou Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

§ 7º Não será exigido o prazo de que trata o § 5º do caput para o fornecimento de matéria-prima de origem animal, devidamente amparado por renovação contratual formalizada no prazo máximo de trinta dias, desde que não haja interrupção na prestação de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares.

§ 8º Os contratos celebrados entre as partes deverão conter, minimamente:

I - a identificação das partes integrantes do contrato, constando obrigatoriamente o número da DAP do agricultor familiar e, quando for o caso, da DAP Jurídica de cooperativa agropecuária da agricultura familiar habilitada;

II - a quantidade contratada por matéria-prima e a especificação da área equivalente, em hectares (ha), respeitando a área estabelecida na DAP;

III - o prazo contratual em meses;

IV - o critério de formação de preço, referencial de preço ou valor de compra da matéria-prima;

V - os critérios de reajustes do preço contratado e de preço mínimo;

VI - as condições, responsabilidades e local de entrega da matéria-prima;

VII - a cláusula de responsabilidade do produtor de biodiesel pela prestação de assistência técnica e extensão rural ao agricultor familiar;

VIII - a cláusula de responsabilidade por inadimplemento contratual e sobre danos decorrentes de culpa ou dolo das partes;

IX - as salvaguardas previstas para as partes, explicitando as condições para os casos de frustração de safra e caso de força maior;

X - o foro será definido de acordo com o domicílio do agricultor familiar ou do agente intermediário habilitado.

§ 9º Nos assentamentos de reforma agrária, o produtor de biodiesel deverá comunicar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sobre as contratações dos arranjos produtivos, até a data do plantio da matéria-prima contratada determinada pelo zoneamento agroclimático.

§ 10. Os contratos celebrados na forma do § 8º do caput somente poderão ser modificados por meio de termo aditivo, que deverá atender às mesmas formalidades e aos critérios a que está sujeita a celebração do instrumento principal de contratação, nos termos desta Portaria.

I - fica dispensada a celebração do termo aditivo quando o acréscimo no volume das aquisições de matérias-primas não ultrapassar a porcentagem de 25% (vinte e cinco por cento) do valor original do contrato;

II - qualquer acréscimo no fornecimento de matéria-prima deverá ser compatível com a área de produção originalmente contratada;

III - o repasse de volume de matéria-prima contratada da agricultura familiar para outro produtor de biodiesel poderá ser efetuado por meio de termo aditivo, mediante prévia apresentação de justificativa ao Departamento de Estruturação Produtiva e que não caracterize o repasse de arranjo produtivo excedente, quando houver quebra de contrato, desde que:

a) seja assegurada assistência técnica ao agricultor familiar nas etapas da cultura;

b) o contrato em questão tenha sido celebrado antes do plantio; e

c) haja declaração de concordância entre as partes;

IV - é permitido o aditamento de prazo, uma única vez, por período igual ao de vigência do contrato; e

V - as aquisições adicionais que ultrapassem o disposto no inciso V do caput devem estar apoiadas em "aditivos" aos contratos originais, com as devidas justificativas para sua realização e com a anuência das partes.

Art. 11. O agente intermediário habilitado deverá celebrar contratos previamente com todos os agricultores familiares, conforme previsto no art. 10 desta Portaria, exceto no caso dos agricultores familiares que estejam no quadro social da cooperativa.

Art. 12. A celebração de contrato coletivo com agricultores familiares é admitida, desde que observe, cumulativamente:

I - as prescrições do § 7º do art. 10;

II - a assinatura do instrumento por todos os agricultores familiares envolvidos, detentores de DAP ativa;

III - contenha cláusula autônoma que exima expressamente a corresponsabilidade entre os agricultores familiares na entrega da produção;

IV - assegure a prestação de assistência técnica e extensão rural ao agricultor familiar; e

V - identifique e agrupe, em relação a cada agricultor familiar, ao menos as seguintes informações:

a) o nome, número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a DAP;

b) a denominação do produto objeto da contratação;

c) a área de produção de matéria-prima;

d) a produção contratada;

e) a data de início do contrato; e

f) o prazo de execução contratual.

Parágrafo único. A comprovação das aquisições provenientes dos contratos de que trata este artigo será feita por comprovantes individuais, conforme estabelecido no art. 17.

SEÇÃO IV

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL AOS AGRICULTORES FAMILIARES

Art. 13. Para concessão e manutenção do direito de uso do Selo Biocombustível Social, o produtor de biodiesel deverá assegurar assistência técnica e extensão rural para a produção de matérias-primas a todos os agricultores familiares com os quais firmar contrato.

§ 1º A prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares para a produção de matérias-primas poderá ser desenvolvida diretamente pela equipe técnica do produtor de biodiesel ou de maneira terceirizada a outras empresas, cooperativas prestadoras de assistência técnica, agentes intermediários habilitados e instituições, as quais disponham de profissionais habilitados nos respectivos conselhos de classe e previsão no estatuto social ou contrato social para prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural.

§ 2º Os laudos técnicos deverão estar devidamente assinados pelo técnico e pelo agricultor familiar ou membro da unidade familiar de produção agrária, contendo a data de visita e a fase da cultura, de preferência contendo registro fotográfico e coordenadas geográficas.

Art. 14. No planejamento e na implementação da assistência técnica e extensão rural, recomenda-se a observância dos princípios e dos objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), conforme disposto na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, ou em outra que venha substituí-la.

§ 1º Nas ações de capacitação técnica, deverão ser utilizadas abordagens metodológicas participativas e técnicas vivenciais, que incentivem e facilitem a participação coletiva dos agricultores familiares nos processos de planejamento e execução de atividades, estimulando a organização associativa e cooperativa.

§ 2º As equipes de assistência técnica e extensão rural devem colaborar com os agricultores familiares para que possam se capacitar na administração do estabelecimento rural e acessar as políticas públicas necessárias para o bom desenvolvimento das atividades produtivas.

Art. 15. A assistência técnica e extensão rural para a produção de matérias-primas, de responsabilidade do produtor de biodiesel, deverá ser realizada nas seguintes fases:

I - para matérias-primas de origem vegetal:

a) elaboração e/ou acompanhamento do projeto técnico para a produção, nos casos de pleito de financiamento agrícola;

b) plantio;

c) condução (manejo e práticas culturais); e

d) colheita;

II - para matérias-primas de origem animal:

a) elaboração e/ou acompanhamento do projeto técnico, nos casos de pleito de financiamento;

b) manejo sanitário;

c) manejo nutricional; e

d) manejo reprodutivo.

§ 1º Nos incisos I e II do caput, deverá ser realizada, no mínimo, uma visita técnica na propriedade para cada uma das fases que existir, totalizando pelo menos quatro visitas, sendo comprovadas por meio de laudos técnicos.

§ 2º Em se tratando de mais de uma cultura contratada a ser cultivada na mesma área e no mesmo ano safra, será necessário apresentar, no mínimo, seis laudos que contemplem todas as culturas.

§ 3º Em se tratando de culturas perenes e produção animal, a assistência técnica e extensão rural deve ser efetuada de forma permanente ao longo do ano, dentro da vigência do contrato de garantia de compra da matéria-prima, considerando os princípios e orientações constantes nesta Portaria.

§ 4º O serviço técnico ofertado pelo produtor de biodiesel deverá buscar a integração aos serviços desenvolvidos pelas organizações prestadoras de assistência técnica e extensão rural na região e/ou comunidade.

§ 5º A assistência técnica e extensão rural para a produção de matéria-prima destinada à produção de biodiesel deverá contemplar e incentivar a participação de toda a família, valorizando o trabalho e o papel das mulheres agricultoras e dos jovens no processo de planejamento, produção e comercialização da matéria-prima.

§ 6º Cada técnico poderá responsabilizar-se pelo atendimento máximo de cento e cinquenta agricultores familiares.

§ 7º A assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares extrativistas de espécies nativas oleaginosas deverá seguir, quando houver, as diretrizes de boas práticas de manejo sustentável da espécie.

Art. 16. O produtor de biodiesel poderá assegurar assistência técnica e extensão rural de forma permanente, ao longo do ano, para todas as outras culturas e atividades produzidas nos estabelecimentos dos agricultores familiares contratados para fornecimento de matéria-prima.

Parágrafo único. O valor da assistência técnica e extensão rural permanente e para outras culturas e atividades dos estabelecimentos da agricultura familiar será considerado para fins de cálculo do percentual mínimo de aquisições da agricultura familiar de que trata o art. 3º, observados os incisos IV e V do art. 4º.

SEÇÃO V

DA DOCUMENTAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES À SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

Art. 17. O produtor de biodiesel manterá registro com documentação comprobatória das aquisições da matéria-prima de que trata o inciso I do art. 4º, feitas a cada ano civil, por um período de cinco anos, sem prejuízo dos prazos decadenciais previstos em lei.

§ 1º A documentação comprobatória das aquisições da matéria-prima da agricultura familiar será aquela prevista na forma da legislação estadual vigente.

§ 2º A documentação comprobatória do valor das aquisições da matéria-prima da agricultura familiar ou do agente intermediário habilitado deverá conter, no campo de informações complementares, o número da DAP do agricultor e, quando for o caso, de DAP Jurídica da cooperativa habilitada.

§ 3º Em se tratando de contratos celebrados diretamente com os agricultores familiares para a produção animal, o produtor de biodiesel deverá apresentar também a Guia de Transporte Animal.

§ 4º Quando se tratar da aquisição de insumos referentes a produtos florestais de origem madeireira, o produtor de biodiesel deverá observar todos os critérios técnicos estabelecidos na legislação ambiental vigente.

Art. 18. O produtor de biodiesel manterá registro dos contratos celebrados com agricultores familiares e com os agentes intermediários habilitados, conforme art. 10, por um período de cinco anos, sem prejuízo dos prazos decadenciais previstos em lei.

Art. 19. O produtor de biodiesel fica obrigado a manter e apresentar a documentação comprobatória dos contratos e aquisições celebrados com o agente intermediário.

Parágrafo único. O agente intermediário habilitado fica obrigado a apresentar a documentação comprobatória da operação realizada com o agricultor familiar, tais como os instrumentos de contratos, notas fiscais de aquisição, guia de transporte animal, laudos técnicos, e outros hábeis a comprovação.

Art. 20. No caso da assistência técnica e extensão rural (ATER), dos custos de doações de insumos e de investimentos em pesquisa agropecuária, o produtor de biodiesel deve:

I - manter os registros e comprovações da assistência técnica e extensão rural realizada, em conformidade com o plano de assistência técnica e extensão rural;

II - manter os registros dos comprovantes dos valores gastos com a assistência técnica e extensão rural, conforme discriminado no art. 4º, incisos IV e V;

III - apresentar à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, ao fim de cada safra, um relatório final contendo a síntese de todas as atividades individuais e coletivas desenvolvidas junto aos agricultores familiares;

IV - apresentar à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, ao fim de cada safra, ocorrências de sinistros que resultarem em redução ou frustração de safras relacionadas à cultura, conforme disposto no art. 8º, bem como a produção e produtividade alcançada em cada comunidade, vila ou assentamento;

V - manter os registros dos comprovantes dos valores gastos com as doações previstas no art. 4º, inciso II; e

VI - manter os registros dos comprovantes dos valores gastos com pesquisa prevista no art. 4º, inciso III.

Art. 21. O produtor de biodiesel fornecerá à Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo, até o dia 31 de janeiro de cada ano, as informações de contratos, aquisições e assistência técnica e extensão rural necessárias para a verificação do cumprimento dos critérios do Selo Biocombustível Social do ano anterior.

§ 1º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizará ferramenta para a inserção das informações de que trata este artigo.

§ 2º Quando a entrada da matéria-prima para a produção de biodiesel provier de sua filial, a empresa de biodiesel deverá apresentar a nota fiscal de aquisição da matéria-prima.

§ 3º Devem ser comunicadas à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo as situações de mudança de endereço da unidade industrial, mudança de razão social, alterações no contrato social, incorporações, alteração na capacidade produtiva autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), encerramento de atividades do produtor de biodiesel, abertura de filiais para compra de matéria-prima da agricultura familiar e de outros fornecedores, com as respectivas documentações comprobatórias.

§ 4º As situações que envolvam a transferência de titularidade da concessão de uso do Selo Biocombustível Social entre produtores de biodiesel deverão ser apresentadas à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, com a documentação prevista nos incisos I ao IX do art. 22, objetivando a avaliação e dotação dos procedimentos cabíveis.

§ 5º Quaisquer inconformidades verificadas em atividades de filiais, abertas pelo produtor de biodiesel para compra de matéria-prima da agricultura familiar e de outros fornecedores, serão de total responsabilidade do produtor de biodiesel detentor do Selo Biocombustível Social.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS DE SOLICITAÇÃO, MANUTENÇÃO E CANCELAMENTO DA CONCESSÃO DE USO DO SELO BIOCOMBUSTÍVEL SOCIAL

SEÇÃO I

DA CONCESSÃO DE USO DO SELO BIOCOMBUSTÍVEL SOCIAL

Art. 22. A solicitação de concessão de uso do Selo Biocombustível Social deve ser efetuada pelo produtor de biodiesel, por meio de ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - carta de solicitação endereçada ao Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informada em ferramenta eletrônica disponibilizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - cópia do documento de autorização de produtor de biodiesel expedido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

III - cópia do documento de Registro Especial expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - cópia do documento de inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda;

V - cópia de cada modelo de contrato celebrado com os agricultores familiares e/ou agentes intermediários habilitados, conforme observado no art. 10, de quem adquira matéria-prima, devidamente preenchidos e assinados pelo produtor de biodiesel, agricultor familiar ou agentes intermediários habilitados;

VI - relação de agricultores familiares individuais e/ou agentes intermediários habilitados com os quais possua contrato, informados em ferramenta eletrônica disponibilizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VII - declaração de adimplência, informada em ferramenta eletrônica disponibilizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VIII - plano de assistência técnica e extensão rural; e

IX - projeto social, informado em ferramenta eletrônica disponibilizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º A relação entre o volume de biodiesel a produzir e a capacidade instalada autorizada, solicitada no projeto social, deverá ser, no mínimo, igual à média da capacidade produtiva utilizada apresentada pelo produtor de biodiesel nos últimos seis meses.

§ 2º O produtor de biodiesel que não possuir histórico de produção nos últimos seis meses, deverá adotar, para os meses sem informação, a média de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de produção autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Art. 23. A análise da solicitação de concessão de uso do Selo Biocombustível Social considerará as informações apresentadas pelo produtor de biodiesel, na forma do Capítulo II desta Portaria, para efeito de cálculo do percentual mínimo de aquisições da agricultura familiar.

§ 1º As matérias-primas de origem vegetal e animal previamente contratadas com a agricultura familiar, que não tenham sido fornecidas ao produtor de biodiesel até a solicitação da concessão de uso do Selo Biocombustível Social, serão consideradas de acordo com a produtividade média, a ser apurada segundo os dados oficiais, na seguinte ordem de preferência:

I - da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);

II - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e

III - de outro órgão público de competência reconhecida para definir a produtividade nos seguintes referenciais:

a) na região de produção; e

b) na área mais próxima, caso a região de produção não disponha dos dados necessários.

§ 2º A ordem de preferência estabelecida no § 1º do caput poderá ser alterada pelo Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo mediante requerimento e justificativa técnica do produtor de biodiesel.

Art. 24. O plano de assistência técnica e extensão rural deverá estar em conformidade com o disposto na Seção IV do Capítulo II, contemplando, minimamente:

I - a descrição do quadro de profissionais da assistência técnica e extensão rural, com seus respectivos perfis, número de inscrição na entidade de classe e funções;

II - quando terceirizada ou conveniada, esta deverá apresentar também cópia autenticada dos contratos ou convênios com a instituição que prestará esse serviço;

III - a identificação da área de atuação de cada técnico da assistência técnica e extensão rural, discriminando o(s) estado(s), município(s), comunidade(s), vila(s) ou assentamento(s), se for o caso, e o número de agricultores familiares assistidos;

IV - descrição da metodologia a ser empregada na assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares ao longo do ano agrícola, com o plano de visitação às propriedades, incluindo assessorias técnicas individuais e atividades coletivas para as diferentes atividades; e

V - descrição das atividades de capacitação utilizadas e sua devida programação.

Art. 25. No caso de terceirização da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares e de sua capacitação, o contrato ou convênio que estabelece as obrigações das partes deverá conter, além do previsto no art. 24, a obrigação de o contratado informar ao produtor de biodiesel os dados referentes à realização da assistência técnica e extensão rural em conformidade com o plano estabelecido.

Art. 26. A Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo terá um prazo de até noventa dias, a contar da data de solicitação, desde que a documentação esteja completa, para avaliação do cumprimento dos critérios do Selo Biocombustível Social e para emissão de parecer conclusivo.

§ 1º A avaliação do cumprimento dos critérios do Selo Biocombustível Social para fins de concessão incluirá a análise documental e a auditoria de campo, caso sejam julgadas necessárias.

§ 2º A concessão de uso do Selo Biocombustível Social será publicada, por extrato, no Diário Oficial da União, ficando dispensada a emissão posterior de quaisquer documentos que impliquem a repetição do ato, tais como certidões, declarações e outros.

SEÇÃO II

DA MANUTENÇÃO DA CONCESSÃO DE USO DO SELO BIOCOMBUSTÍVEL SOCIAL

Art. 27. A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo procederá à avaliação do cumprimento dos critérios do Selo Biocombustível Social e da regularidade documental nos seguintes casos:

I - ordinariamente, com frequência anual; e

II - a qualquer tempo, de ofício ou em virtude de denúncia formalizada ao Secretário da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

§ 1º A avaliação anual será feita com base nas informações prestadas pelo produtor de biodiesel e previstas no art. 21, assim como em visita de campo, quando necessário, e análise da documentação prevista na Seção V do Capítulo II e na Seção I do Capítulo III.

§ 2º O produtor de biodiesel, sempre que requisitado pelo Departamento de Estruturação Produtiva, deverá disponibilizar a documentação comprobatória pertinente ao cumprimento dos critérios de concessão e manutenção do Selo Biocombustível Social, tais como os documentos relativos a movimentação de materiais e as demonstrações contábeis relativas às transações realizadas.

§ 3º Caso o produtor de biodiesel seja controlador de duas ou mais unidades industriais detentoras do Selo Biocombustível Social, o percentual mínimo de aquisições da agricultura familiar será calculado de forma conjunta para todas as unidades, podendo ser computado de maneira individual para cada uma das unidades, mediante solicitação ao Departamento de Estruturação Produtiva.

§ 4º O produtor de biodiesel que descumprir o percentual mínimo de aquisições de matéria-prima da agricultura familiar a que se refere o art. 3º, até o limite de 50% (cinquenta por cento), poderá compensar o valor de respaldo não alcançado até esta porcentagem-limite da seguinte forma:

I - o saldo devedor poderá ser adimplido utilizando os valores de respaldo excedentes dos últimos três anos anteriores ao ano em que o valor de respaldo não foi alcançado; e

II - caso não seja suficiente a compensação de trata o inciso anterior, o produtor de biodiesel, mediante a celebração do Termo de Compromisso de Compensação do Anexo I desta Portaria, poderá compensar o saldo devedor do valor de respaldo, apurado após a aplicação da compensação de que trata o inciso anterior, e adicionado de um terço, por meio de aquisições excedentes, a serem realizadas no ano safra subsequente à notificação de descumprimento realizada pelo Departamento de Estruturação Produtiva.

Art. 28. A concessão de uso do Selo Biocombustível Social será cancelada, a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses:

I - cancelamento da autorização expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

II - cancelamento do Registro Especial de Produtor de Biodiesel expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

III - desatendimento de qualquer um dos critérios dispostos nesta Portaria.

Art. 29. O procedimento de cancelamento seguirá os seguintes passos:

I - o processo tramitará na Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo em autos apartados e em apenso aos autos principais;

II - o produtor de biodiesel será notificado, por meio de ofício, constando os fatos e fundamentos legais pertinentes, com prazo de trinta dias para a apresentação das alegações e documentos comprobatórios, conforme dispõe o inciso III do art. 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sendo que serão recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando consideradas ilícitas, impertinentes, desnecessárias e protelatórias; e

III - decorrido o prazo estabelecido e mantida a situação de inconformidade, o produtor de biodiesel será notificado da decisão de cancelamento da concessão, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e que será publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º O cancelamento da concessão de uso do Selo Biocombustível Social passará a contar a partir da data de publicação no Diário Oficial da União.

§ 2º O produtor de biodiesel somente poderá ingressar com novo pedido de concessão de uso do Selo Biocombustível Social após decorridos nove meses da publicação do ato de cancelamento.

§ 3º No caso de descumprimento do Termo de Compromisso de Compensação do Anexo I, celebrado na forma do inciso II do § 4º do art. 27, o prazo para o novo pedido de concessão de uso do Selo Biocombustível Social será de vinte e quatro meses, contados da publicação do ato de cancelamento.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. O Departamento de Estruturação Produtiva regulamentará a aplicação das disposições desta Portaria.

Art. 31 O representante legal investido de poderes de representação pelo produtor de biodiesel assumirá a responsabilidade civil, criminal e administrativa, sem prejuízo da responsabilização da pessoa jurídica do produtor de biodiesel, pelo falseamento das informações a serem fornecidas perante a ferramenta eletrônica disponibilizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 32. A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo poderá firmar contratos, convênios e instrumentos congêneres para o cumprimento desta Portaria, nos termos do art. 4º, parágrafo único do Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020.

Art. 33. As regras estabelecidas nesta Portaria serão aplicadas para as aquisições e contratos estabelecidos a partir do ano safra 2022/2023, para todos os produtores de biodiesel detentores da concessão de uso do Selo Biocombustível Social.

Art. 34. Revoga-se a Portaria nº 272, de 30 de dezembro de 2021, da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 35. Esta Portaria entra em vigor em 30 de maio de 2022.

MARCIO CANDIDO ALVES

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO

O produtor de biodiesel, ..., empresa inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo(a) Sr(a) .....,(nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), reconhece que na avaliação do Selo Biocombustível Social do ano civil ....., não atendeu ao percentual mínimo de aquisição de matéria-prima da agricultura familiar, faltando respaldar o valor de R$ .....(valor por extenso). Neste sentido, se compromete a compensar o valor de respaldo, adicionado de um terço, no total de..... até o ano de .....

O produtor de biodiesel declara que esta confissão implica no reconhecimento da obrigação, bem como na renúncia às instâncias administrativas e judicial, ou desistência de eventual recurso de qualquer espécie interposto.

O descumprimento pelo produtor de biodiesel da compensação do valor de respaldo, no prazo fixado neste termo de confissão e compromisso, implicará na perda do Selo Biocombustível Social, somente podendo este ingressar com um novo pedido de concessão de uso do Selo Biocombustível Social após decorrido vinte e quatro meses da publicação do cancelamento, nos termos do §3º, art. 29, da Portaria SAF/MAPA nº 280, de 27 de maio de 2022.

LOCAL E DATA

.....

(Nome)

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 873, DE 27 DE MAIO DE 2022

CANCELAR, A PEDIDO E POR ÓBITO AS INSCRIÇÕES NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP E AS LICENÇAS DE PESCADORES PROFISSIONAIS, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS INCISOS IV E V DO ART. 20 DA PORTARIA Nº 265, DE 29 DE JUNHO DE 2021, DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, O USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO III DO ART. 32 DO ANEXO I AO DECRETO Nº 10.827 DE 30 DE SETEMBRO DE 2021, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA PORTARIA Nº 265, DE 29 DE JUNHO DE 2021, DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, E O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 21000.097736/2021-03, resolve:

ART. 1º CANCELAR, A PEDIDO E POR ÓBITO, AS INSCRIÇÕES NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP E AS LICENÇAS DE PESCADORES PROFISSIONAIS, EFETIVADAS NOS ESTADOS DE ALAGOAS, MINAS GERAIS, PARAÍBA, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SERGIPE, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA PORTARIA Nº 265, DE 29 DE JUNHO DE 2021, DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA FORMA DO ANEXO I DESTA PORTARIA.

ART. 2º ESTA PORTARIA, COM O RESPECTIVO MOTIVO QUE ENSEJOU O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA E AS LICENÇAS DE PESCADORES PROFISSIONAIS, DEVERÁ SER AFIXADA EM LUGAR VISÍVEL E DE FÁCIL ACESSO NA SEDE DAS SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, DESCRITOS NO ART. 1º.

ART. 3º ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR 7 (SETE) DIAS APÓS A DATA DA SUA PUBLICAÇÃO.

JAIRO GUND

ANEXO I

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP E AS LICENÇAS DE PESCADORES PROFISSIONAIS EFETIVADAS NOS ESTADOS DE ALAGOAS, MINAS GERAIS PARAÍBA, PARANÁ RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SERGIPE.

N°	NOME	CPF	RGP	SITUAÇÃO	PROCESSO	ESTADO	MOTIVO
1	ÉRIKA TAHAIS BARROS DA SILVA SANTOS	101.*****42	AL-P0201658-6	DEFERIDO	21006.000158/2022-13	AL	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
2	ADAIR FIDELES	083.*****59	MG-P0806366-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
3	ADAO FERREIRA DA SILVA	469.*****34	MG-P0975651-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
4	ADELIO VAZ DA SILVA	989.*****15	MG-P1168237-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
5	ADIMILSON MIRANDA	903.*****87	MG-P0127616-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
6	ADMILSON ALVES COSTA	052.*****98	MG-P1003761-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
7	ADNALDO NUNES DE SOUZA	949.*****20	MG-P0985117-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
8	ADRIANA BOAVENTURA	929.*****91	MG-P0995003-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
9	ADRIANA CASSIANO PEREIRA	949.*****00	MG-P1337040-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
10	ADRIANO FERREIRA DE SOUZA	058.*****60	MG-P0600969-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
11	AGOSTINHO JOSE VITOR SILVA	051.*****20	MG-P1004850-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
12	AGRIMAR MARIA DOS SANTOS	301.*****64	MG-P1247827-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
13	AGUIDA DA CONCEIÇÃO RAIMUNDO	122.*****28	MG-P1241262-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
14	AILTON CARLOS DE LIMA	263.*****87	MG-P0545774-1	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
15	ALADIM DE FIGUEIREDO	444.*****04	MG-P0654073-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
16	ALAOR FERREIRA PEDROSA	451.*****91	MG-P0318325-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
17	ALDAIR JOSE MENDES GONÇALVES	082.*****40	MG-P1223456-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
18	ALEF APARECIDO GONZAGA MENDES	122.*****44	MG-P1300880-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
19	AMANDA ALINE DA SILVA COSTA	056.*****24	MG-P1104677-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
20	ANA PAULA PEREIRA PAIVA	054.*****57	MG-P0719390-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
21	ANDREA DE PAULA SOUZA	111.*****71	MG-P0724851-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
22	ANDREIA ALVES DO COUTO PACHECO	525.*****30	MG-P0970379-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
23	ANSELMO MOISÉS DIAS	081.*****90	MG-P1105341-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
24	ANTONIO AUGUSTO DE SOUSA	735.*****53	MG-P1077825-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
25	ANTONIO CARLOS MOREIRA	557.*****49	MG-P1154757-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
26	ANTONIO GONCALVES MEIRELES	052.*****27	MG-P0212221-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
27	ANTONIO JOSE DO AMARAL	484.*****53	MG-P0767922-1	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
28	ANTONIO MARCOS PINHEIRO	383.*****40	MG-P0965282-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
29	ANTONIO MARTINS CARDOSO	002.*****82	MG-P0093059-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
30	ANTONIO ORLANDO BALDUINO	870.*****82	MG-P0068925-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
31	ANTONIO ROBERTO BATISTA	412.*****15	MG-P1284217-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
32	ANTONIO SERAFIM DA SILVA	584.*****87	MG-P1106697-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
33	ANTONIO ULISSES DE ARAUJO	778.*****44	MG-P0984239-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
34	APARECIDA CELESTE DA SILVA	788.*****00	MG-P0799179-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
35	APARECIDA CONSOLAÇÃO MARTINS DA SILVA	082.*****88	MG-P0665424-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
36	ARMANDO RIBEIRO SILVA	688.*****72	MG-P0936884-6	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
37	ARNALDO FERMINO ESTEVES	199.*****49	MG-P0668295-5	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
38	ATAIDE BASILIO DA SILVA	742.*****87	MG-P0322364-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
39	CARLOS ANTONIO DE ARAUJO	542.*****72	MG-P1099874-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
40	CARLOS JOSÉ DA FONSECA	771.*****53	MG-P0990504-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
41	CATARINA MARIA DE OLIVEIRA BATISTA	524.*****72	MG-P1298098-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
42	CLARIMUNDO DA CRUZ	339.*****10	MG-P0080765-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021

43	CLAUDIO ANTONIO DIAS	050.*****26	MG-P0891329-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
44	CLAUDIO OLIVEIRA GALDINO	644.*****91	MG-P0068087-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
45	CLEUSA MARIA VIEIRA	257.*****58	MG-P1281661-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
46	CONCEIÇÃO APARECIDA RODRIGUES	027.*****77	MG-P0896033-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
47	CRISTINA RAIMUNDA DA SILVA VENTURA	949.*****49	MG-P1098834-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
48	DALMA DE OLIVEIRA	103.*****18	MG-P0298160-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
49	DALVA DE OLIVEIRA NUNES	806.*****49	MG-P1098834-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
50	DANIEL FERREIRA RIBEIRO	365.*****87	MG-P0454892-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
51	DANILO CAETANO BRAGA	578.*****20	MG-P0391226-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
52	DELDUQUE PINHEIRO JUNIOR	625.*****15	MG-P1006563-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
53	DELMA MAURA VITAL	996.*****91	MG-P0965211-4	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
54	DENIVAL MARTINS DA SILVA	045.*****48	MG-P1082191-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
55	DIVALDO JOSE SOARES	522.*****00	MG-P0587918-7	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
56	DONIZETTI MACHADO	505.*****91	MG-P0149211-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
57	EDGAR EDUARDO DA SILVA	477.*****87	MG-P0827429-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
58	EDNA FERREIRA BASTOS	093.*****42	MG-P1082585-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
59	ELIANA DIAS DE SOUZA	909.*****06	MG-P0989565-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
60	ELIZABETE MARIA DA SILVA	068.*****95	MG-P1004396-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
61	ELIZEU FERREIRA DE SOUZA	673.*****34	MG-P1004898-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
62	ELMA LUCIA FERREIRA CAMPOS	357.*****20	MG-P1026157-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
63	ELPIDIO BERNARDINO ANDRADE GUIMARAES	345.*****68	MG-P1008142-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
64	ENILSON BATISTA	029.*****09	MG-P0195727-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
65	EUCLEINE GOMES DA SILVA	491.*****30	MG-P0388337-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
66	EXPEDITO ANTONIO DA SILVA	813.*****20	MG-P0978427-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
67	FABIO DA SILVA	027.*****57	MG-P1189821-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
68	FERNANDO ANTONIO CABRAL	414.*****99	MG-P0053742-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
69	FERNANDO BATISTA DA SILVA	821.*****34	MG-P1298086-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
70	FERNANDO JOAQUIM DA SILVA	058.*****65	MG-P1167183-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
71	FERNANDO LAGARES RODRIGUES	092.*****56	MG-P1081588-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
72	FRANCISCO DE PAULA VITOR	782.*****49	MG-P0977045-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
73	FRANCISCO LUIS XAVIER	398.*****49	MG-P0804996-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
74	GEAN DIAS SILVA	045.*****00	MG-P0989335-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
75	GERALDA APARECIDA CAMARGO DE OLIVEIRA	793.*****68	MG-P1017311-8	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
76	GERALDO CARLOS ALVES QUEIROZ	430.*****13	MG-P0492736-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
77	GERALDO EDVARD DO COUTO	647.*****87	MG-P1082711-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
78	GERALDO PORFIRIO DE BARCELOS	446.*****49	MG-P0987649-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
79	GERSON DE SOUSA TIMOTEO	332.*****66	MG-P1296053-4	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
80	GILBERTO CUSTODIO	531.*****68	MG-P1012676-5	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
81	GILSON COSTA FERREIRA	694.*****08	MG-P1011443-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
82	GRACIANO PARREIRA DE SOUZA	192.*****20	MG-P0049066-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
83	HELENIZE MENDONÇA VICENTINI	693.*****49	MG-P1298406-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
84	HELIA SANTOS RESENDE	860.*****20	MG-P0791852-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
85	HELSON ANTONIO SOARES	934.*****87	MG-P1017282-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
86	HIGINO JOSE DE ASSIS	518.*****15	MG-P0422123-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
87	HOSTERLI GERALDO PEREIRA	541.*****91	MG-P1272034-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
88	IASMIM LUIZA CORREA DE SOUZA	016.*****70	MG-P0742135-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
89	IDEVALDO JOSE GONCALVES	240.*****06	MG-P0972504-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
90	INAMAR PEREIRA DE ALMEIDA	061.*****27	MG-P0981271-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
91	IRAIDES PIRES CARVALHO	094.*****07	MG-P0682329-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
92	ISAMAR APARECIDA SILVA MAIA	853.*****15	MG-P0993971-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
93	IURY SOUSA SILVA	114.*****82	MG-P1081208-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
94	IVANI MARQUES RIBRAS	022.*****84	MG-P0186680-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
95	JAIR BASILIO DA SILVA	949.*****53	MG-P0724981-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
96	JAIR DE MORAIS	175.*****68	MG-P1007202-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
97	JANIRA FERREIRA VITOR	007.*****70	MG-P1015654-5	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021

98	JAQUES JOSE ESSIM	473.*****00	MG-P0655915-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
99	JESUS ANTONIO AMERICO	559.*****68	MG-P1012154-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
100	JESUS ELIAS DA SILVA	567.*****68	MG-P0977863-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
101	JOANISVALDO RAMOS	191.*****15	MG-P0813032-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
102	JOAO BATISTA MARQUES DO NASCIMENTO	308.*****76	MG-P1281075-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
103	JOÃO EUDES DA SILVA	024.*****07	MG-P0343729-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
104	JOÃO LUCAS DA SILVA	061.*****11	MG-P0988141-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
105	JOÃO MALAQUIAS CORREA	439.*****04	MG-P1080395-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
106	JOÃO SILVERIO DE ALMEIDA	515.*****00	MG-P0673163-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
107	JOAQUIM JOSE DA TRINDADE	515.*****53	MG-P0143727-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
108	JOAQUIM SOARES DE OLIVEIRA	056.*****95	MG-P0992248-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
109	JOBELINA NUNES DO NASCIMENTO	048.*****75	MG-P0741473-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
110	JOSE ALAIR SILVA	468.*****68	MG-P0252690-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
111	JOSE ALVES LOPES	030.*****09	MG-P0202651-1	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
112	JOSE APARECIDO RIBEIRO	357.*****72	MG-P0714509-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
113	JOSE CARLOS FELIZARDO	854.*****72	MG-P1007233-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
114	JOSE CELSO DE CASTRO	524.*****34	MG-P0460214-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
115	JOSE DONIZETE CRUZ	444.*****00	MG-P0445087-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
116	JOSE EUSTAQUIO DA COSTA GONTIJO	003.*****70	MG-P1079256-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
117	JOSE FERNANDO MARTINS	993.*****72	MG-P0970700-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
118	JOSE FRANCISCO GATO	319.*****15	MG-P0819522-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
119	JOSE FRANCISCO SIMOES	515.*****72	MG-P1003161-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
120	JOSE HIPOLITO SIMAO FILHO	529.*****53	MG-P0887180-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
121	JOSE MARCOS DE OLIVEIRA	916.*****12	MG-P1003015-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
122	JOSE PEDRO DE PAIVA	767.*****49	MG-P0659315-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
123	JOSE ROBERTO FAGUNDES	000.*****41	MG-P0903618-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
124	JOSE RONALDO SILVESTRE	328.*****79	MG-P0994734-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
125	JOSE WILSON REIS	779.*****64	MG-P1081189-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
126	JUCELIA DE OLIVEIRA MIZAEL	929.*****04	MG-P0905431-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
127	JUCIEL ROMANO DOS REIS	988.*****65	MG-P1100500-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
128	JUSCINALDO ROSALINO NUNES	053.*****10	MG-P1009077-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
129	KEILA APARECIDA DE SOUZA PEREIRA	064.*****59	MG-P0268924-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
130	LAURIANI FERREIRA DE MORAIS	064.*****76	MG-P0587607-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
131	LAURIDES FERREIRA DA SILVA	477.*****34	MG-P0977795-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
132	LAZARO DE PAULA	457.*****20	MG-P0968059-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
133	LEANDRO FERREIRA NETO	397.*****63	MG-P0235188-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
134	LEONORA MARIA SILVA	487.*****53	MG-P0648795-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
135	LEVI MARTINS	344.*****87	MG-P0305074-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
136	LINDEIA ASSIS COUTINHO	031.*****29	MG-P1079137-6	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
137	LINDERLEU CRISTIANO TAVARES SILVA	036.*****98	MG-P0527652-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
138	LIZETE PEREIRA DE SOUZA	834.*****04	MG-P0988260-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
139	LOURENÇO DE OLIVEIRA	848.*****87	MG-P1017297-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
140	LUCIENE MARIA GONCALVES DE MORAIS	931.*****20	MG-P1020377-7	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
141	LUCIENE SILVA ASSIS	093.*****38	MG-P1238050-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
142	LUCINEIA GONÇALVES DE FREITAS	735.*****78	MG-P0990306-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
143	LUIZ CAROLINA GARCIA	681.*****49	MG-P0659311-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
144	LUIZ CESAR DE CASTRO	055.*****05	MG-P1079950-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
145	LUSIA RESENDE MOREIRA FERREIRA	007.*****82	MG-P0977044-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
146	MANOEL MESSIAS GOMES QUEIROZ	504.*****68	MG-P0988248-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
147	MANOEL MESSIAS SOARES	013.*****13	MG-P0297146-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
148	MARCIA APARECIDA JUSTINO	039.*****89	MG-P0434720-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
149	MARCIA MOREIRA PINTO	029.*****80	MG-P1081415-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
150	MARCIO JOSE PURAS	049.*****81	MG-P0986666-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
151	MARCIO RODRIGUES FERREIRA	038.*****02	MG-P0190393-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021

152	MARCOS ANTÔNIO DE MESQUITA	057.*****47	MG-P1105330-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
153	MARCOS ANTÔNIO GUALBERTO	028.*****56	MG-P0249847-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
154	MARCOS ANTONIO LOPES	793.*****87	MG-P0984084-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
155	MARGARIDA DA SILVA ROBERTO	587.*****86	MG-P0569878-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
156	MARIA APARECIDA BATISTA	039.*****70	MG-P0253720-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
157	MARIA APARECIDA BOAVENTURA	810.*****53	MG-P0969110-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
158	MARIA APARECIDA DA CUNHA	517.*****34	MG-P0531227-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
159	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	017.*****81	MG-P0364645-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
160	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA GARCIA	749.*****20	MG-P1081237-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
161	MARIA APARECIDA DE SOUSA	756.*****04	MG-P0983743-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
162	MARIA APARECIDA GONTIJO DA SILVA	001.*****71	MG-P0382094-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
163	MARIA APARECIDA LOPES MARTINS	043.*****85	MG-P0965238-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
164	MARIA APARECIDA OLIVEIRA PIMENTA	030.*****28	MG-P0987391-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
165	MARIA APARECIDA RIBEIRO	017.*****50	MG-P1081211-5	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
166	MARIA AUGUSTA DA SILVA BOTELHO	810.*****34	MG-P0338983-7	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
167	MARIA CANDIDA DA SILVA	756.*****15	MG-P0270785-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
168	MARIA CARMEN BATISTA	039.*****89	MG-P1079158-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
169	MARIA CLEIDES DA CUNHA	024.*****47	MG-P0698345-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
170	MARIA DA CONCEIÇÃO FERNANDES BARBOSA NUNES	078.*****07	MG-P0151810-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
171	MARIA DAS DORES DA CUNHA	157.*****91	MG-P0968062-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
172	MARIA DAS DORES VIEIRA ALVES	061.*****74	MG-P0498169-8	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
173	MARIA DE FATIMA PEREIRA DE PAIVA	549.*****19	MG-P0954496-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
174	MARIA DE LOURDES CAMARGO SANTOS	004.*****30	MG-P0331113-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
175	MARIA ELENA XAVIER RODRIGUES	009.*****10	MG-P0817861-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
176	MARIA FILOMENA RIBEIRO	042.*****36	MG-P0006681-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
177	MARIA GENOVEVA MESQUITA	904.*****15	MG-P0236755-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
178	MARIA HELENA GONÇALVES	130.*****40	MG-P1081661-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
179	MARIA HELENA RODRIGUES	049.*****48	MG-P0263945-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
180	MARIA HILARIA NUNES	844.*****72	MG-P1281541-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
181	MARIA JESUINA DA SILVA LIMA	040.*****47	MG-P0699410-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
182	MARIA JOSE VICTOR FREITAS	346.*****43	MG-P1079134-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
183	MARIA MARILDA DE MENDONÇA SILVA	067.*****09	MG-P1272022-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
184	MARIA PERPETUA DA COSTA BARBOSA	091.*****17	MG-P1010927-8	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
185	MARIA REGINA DA SILVA GONTIJO	742.*****34	MG-P0766825-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
186	MARIA ROSA DE OLIVEIRA	487.*****91	MG-P1023085-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
187	MARILUSA PEREIRA BARROS MARQUES	064.*****04	MG-P0947054-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
188	MARINA SIMÕES DE OLIVEIRA	026.*****05	MG-P0144053-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
189	MARIO ANTONIO DO NASCIMENTO	535.*****91	MG-P0587287-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
190	MARLENE NUNES SOLIS	294.*****72	MG-P1079880-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
191	MARLI ANTONIA DA SILVA MOREIRA	930.*****15	MG-P1170460-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
192	MARLUCE BORGES DA SILVA	486.*****00	MG-P0671855-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
193	MARTHA CANDIDA DE SOUZA	000.*****32	MG-P0219535-6	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
194	MAURICIO RODRIGUES DE PAIVA	284.*****72	MG-P0968960-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
195	MILTON FERREIRA DA SILVA	271.*****25	MG-P0964654-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
196	MILTON MARKIS	274.*****00	MG-P0007467-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
197	MILTON TEIXEIRA	872.*****00	MG-P0245476-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
198	MOEMA NOGUEIRA SOARES	205.*****53	MG-P1081790-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
199	MONICA AUGUSTA DA SILVA PEREIRA	787.*****20	MG-P1167795-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
200	NATALIA REGINA DA SILVA	095.*****01	MG-P1299217-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021

201	NATSUKO SHIMADA	081.*****21	MG-P0736275-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
202	NELSON ANTONIO DOS SANTOS	433.*****15	MG-P0977916-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
203	NEUZA MARIA PEREIRA	058.*****52	MG-P0067204-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
204	NEUZA MARIA TEODORO DA SILVA	314.*****87	MG-P0716513-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
205	OLIVEIRA DE PAULA	050.*****65	MG-P0498554-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
206	OSCAR APARECIDO SOUZA LOPES	415.*****68	MG-P0770765-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
207	OSMAR LUIZ FERREIRA	485.*****77	MG-P0986326-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
208	OSORIA APARECIDA DA SILVA	043.*****25	MG-P1282047-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
209	OSVALDO DE SOUZA	477.*****91	MG-P0992242-4	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
210	OSVALDO DONIZETE DA SILVA	362.*****04	MG-P0869510-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
211	OTAVIANO JOSE LIBERIO	318.*****00	MG-P0389299-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
212	OTO MARTINS DE FIGUEIREDO	363.*****20	MG-P0002802-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
213	PATRICIA DA SILVA	081.*****29	MG-P0800903-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
214	PAULO AGUIMAR DA COSTA	237.*****68	MG-P1009510-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
215	PAULO ALEXANDRE MEDEIROS	849.*****83	MG-P1260623-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
216	PAULO ALEXANDRE XAVIER	013.*****00	MG-P1298079-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
217	PAULO COELHO DE PAULA	474.*****49	MG-P0062203-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
218	PEDRO DONIZETTI MACULANO	475.*****15	MG-P0920655-0	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
219	RAIMUNDO DONIZETE PIRES	995.*****04	MG-P0989708-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
220	RAQUEL MARIA DA SILVA	097.*****97	MG-P1299224-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
221	REDUZINA GONÇALVES DE OLIVEIRA	052.*****60	MG-P1168250-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
222	REGINA MERI ROSA	076.*****22	MG-P0707892-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
223	REGINALDO MARIA MACEDO	876.*****72	MG-P1307048-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
224	RENI SERAFIM DA SILVA	855.*****20	MG-P0835072-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
225	RITA BERNARDINA DE JESUS	687.*****72	MG-P1098952-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
226	ROBERTO FERNANDES DA SILVA	966.*****53	MG-P1318492-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
227	ROBERTO TEODORO DA COSTA	484.*****15	MG-P0823411-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
228	RODNEY ROCHA	498.*****00	MG-P0419154-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
229	RODOLFO JOSE DE SOUZA	949.*****15	MG-P0970523-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
230	ROGERIO CANÇADO DE OLIVEIRA	638.*****91	MG-P0767831-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
231	ROGERIO DA SILVEIRA	058.*****21	MG-P1003287-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
232	ROGERIO PEREIRA DA SILVA	037.*****64	MG-P0970558-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
233	ROMILDA DE MESQUITA SILVA	514.*****20	MG-P0977915-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
234	ROMILDO FIDELES COSTA	693.*****20	MG-P0245045-9	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
235	RONAN ALVES DA SILVA	046.*****71	MG-P0995570-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
236	RONICLEI INACIO DOS REIS	966.*****49	MG-P0116711-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
237	RONILSON JOSE DE ASSIS	555.*****04	MG-P1170493-1	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
238	ROSA MARIA DE CAMPOS	030.*****43	MG-P1265415-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
239	ROSILAINE APARECIDA FERREIRA DUARTE	083.*****00	MG-P0314500-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
240	ROSILDA FERNANDES DE REZENDE	767.*****04	MG-P1079212-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
241	SANTAURO VICENTE DA SILVA	361.*****68	MG-P0101986-9	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
242	SEBASTIAO AFONSO ROBERTO	402.*****70	MG-P0995331-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
243	SEBASTIAO EDUARDO	998.*****20	MG-P0465275-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
244	SEBASTIAO JOSE DE MESQUITA	238.*****00	MG-P0555873-9	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
245	SEBASTIAO PEDRO DE LUCENA	320.*****00	MG-P0642717-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
246	SEBASTIAO WALTER ALVES	482.*****68	MG-P0290225-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
247	SELDINA RODRIGUES DE OLIVEIRA	029.*****39	MG-P0311568-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
248	SELMA MARTINS DE ARRUDA	083.*****07	MG-P0386475-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
249	SELVINO PEREIRA DE SOUZA	849.*****82	MG-P0228578-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
250	SILVERIO MARTINS DE RESENDE	324.*****87	MG-P1079175-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
251	SILVIO AUGUSTO CABRAL	493.*****25	MG-P0994924-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
252	SIMONE BARROS	106.*****96	MG-P1080363-7	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
253	SINESIO JOSE BOTELHO	468.*****68	MG-P0989699-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
254	TADEU TEIXEIRA RODRIGUES	024.*****55	MG-P1009274-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
255	TARCISIO APARECIDO GONTIJO	509.*****72	MG-P0638874-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021

256	TELISON JOSE PIMENTA	069.*****38	MG-P1233978-5	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
257	TEREZINHA FURTADO DE ALVARENGA	041.*****96	MG-P1167177-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
258	VALDELINO RODRIGUES MOREIRA	141.*****91	MG-P1344263-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
259	VALDENOR DIAS DE SOUZA	002.*****41	MG-P0820594-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
260	VALDETE DO NASCIMENTO EVA	543.*****49	MG-P1162424-1	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
261	VALDOMIRO HONORATO	895.*****20	MG-P1022631-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
262	VALQUIRIA ALEXANDRE	506.*****03	MG-P1081187-1	SUSPENSO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
263	VALQUIRIA FERNANDES DOS SANTOS	085.*****79	MG-P0929309-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
264	VANETE DAS GRAÇAS SOUZA	302.*****72	MG-P0553077-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
265	VERA LUCIA DE OLIVEIRA SOUSA	076.*****61	MG-P0433009-8	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
266	VERANICE CORREA DE SOUZA	720.*****15	MG-P1078485-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
267	VILCISLEI DE OLIVEIRA SILVA	083.*****80	MG-P0997686-0	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
268	VILMA CLARICE DA SILVA	583.*****00	MG-P1263944-6	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
269	VLADIMIR ANTONIO GOMES	734.*****91	MG-P1079305-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
270	WALDECIR MARTINS	505.*****68	MG-P0279762-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
271	WALDIR JOAO DE MIRANDA	044.*****03	MG-P1158347-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
272	WILLIAM ANTERO FELIPE	363.*****20	MG-P1167077-4	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
273	WILMAR ANTONIO MAIA	819.*****97	MG-P1281503-7	DEFERIDO	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
274	OTHON BATISTA DA SILVA	036.******98	PB-P0996597-5	DEFERIDA	21032.009185/2021-53	PB	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
275	RICIERI BATISTA GIROLDO	463.******59	PR-P1025314-8	DEFERIDA	21034.000742/2022-31	PR	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
276	TATIANE MARTINS	070.******73	PR-P0945240-7	DEFERIDA	21034.000438/2022-94	PR	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
277	WANESSA FRANCIELI DE OLIVEIRA	035.******77	PR-P1042134-8	DEFERIDA	21034.000436/2022-03	PR	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
278	AILSON CARREIRO DA ROCHA	689.******20	RS-P02905189	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
279	ANTONIO ODILO ARRAIS	448.******00	RS-P07000549	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
280	GILVANIA DA SILVA VIANNA	002.******03	RS-P03959340	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
281	JOÃO LUIZ GARCIA	376.******68	RS-P01628670	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
282	MARIA IZABEL DA SILVA GARCIA	685.******15	RS-P01576484	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
283	MARIA CELONIR ANTIQUEIRA DE CASTRO	903.******72	RS-P03325966	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
284	PASQUALE CATALDO DA SILVA TURCO	459.******20	RS-P032144247	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
285	ROSEMAR DA SILVEIRA DUARTE	679.******20	RSP04698195	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
286	SERGIO RODRIGUES	413.******68	RS-P05035885	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
287	SUECI FIGUEIRO LEÃO	689.******04	RS-P01117908	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
288	JAIR DE ALADINO SAGAS	022.******30	SC-P0238700-5	DEFERIDA	21050.005779/2021-77	SC	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
289	ALESANDRA SANTOS SILVA	062.******60	SE-P1280659-7	DEFERIDA	21054.000339/2022-74	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2022
290	FERNANDA MORAES DOS SANTOS	042.******66	SE-P1295149-8	DEFERIDA	21054.003386/2021-99	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2023
291	EVA MARIA DOS SANTOS CRUZ	043.******61	SE-P1078143-8	DEFERIDA	21054.003470/2021-11	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2024
292	HILDA ROSA BOMFIM	201.******34	SE-P1107063-4	DEFERIDA	21054.000405/2022-14	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2025
293	JOSÉ ROSIVANIO DOS SANTOS	503.******68	SE-P1034417-6	DEFERIDA	21054.000281/2022-69	SE	Por óbito, com base no Inciso V do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
294	JOSINETE MARIA DA SILVA	044.******39	SE-P1075309-6	DEFERIDA	21054.000173/2022-96	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
295	JOSIVANIA SANTANA SANTOS	034.******20	SE-P0093660-1	DEFERIDA	21054.000289/2022-25	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2022
296	LEILA BARBOSA DOS SANTOS	055.******21	SE-P1219866-7	DEFERIDA	21054.003417/2021-10	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2023
297	MAGNA FERREIRA DOS ANJOS	453.******15	SE-P1152806-0	SUSPENSA	21054.000188/2022-54	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2024
298	MARGILENE ANDRADE FERREIRA	019.******57	SE-P1162431-8	DEFERIDA	21054.000219/2022-77	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2025
299	ROSIVANIA DA COSTA RODRIGUES	040.******11	SE-P0288289-9	DEFERIDA	21054.000174/2022-31	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2026

PORTARIA SAP/MAPA Nº 874, DE 27 DE MAIO DE 2022

Cancelar, a pedido e por óbito as inscrições no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e as Licenças de Pescadores Profissionais, de acordo com o disposto nos incisos IV e V do art. 20 da Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, o uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827 de 30 de setembro de 2021, de acordo com o disposto na Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21000.041447/2022-22, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido e por óbito, as inscrições no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e as Licenças de Pescadores Profissionais, efetivadas nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul e Sergipe, de acordo com o disposto na Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria, com o respectivo motivo que ensejou o cancelamento da inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e as Licenças de Pescadores Profissionais, deverá ser afixada em lugar visível e de fácil acesso na sede das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas Unidades da Federação, descritos no art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) dias após a data da sua publicação.

JAIRO GUND

ANEXO I

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP E AS LICENÇAS DE PESCADORES PROFISSIONAIS EFETIVADAS NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS, PARAÍBA, RIO GRANDE DO SUL E SERGIPE

Nº	NOME	CPF	RGP	SITUAÇÃO	PROCESSO SEI	ESTADO	MOTIVO DO CANCELAMENTO
1	ALEX BARBOSA	103.******05	MG-P1296049-4	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
2	ANTONIO CRAVEIRO DE CASTRO	324.******87	MG-P1019731-4	SUSPENSA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
3	ANTONIO FERREIRA BUENO	395.******68	MG-P0973057-9	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
4	ANTONIO GOMES PEREIRA	836.******68	MG-P0349280-5	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
5	CARLOS TEODORO DE CARVALHO	362.******91	MG-P0721568-5	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
6	CLEUZA QUEIROZ DA SILVA CAMARGOS	054.******69	MG-P0716451-7	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
7	CLEYTON MEDEIRO DE MIRANDA	068.******06	MG-P0545212-7	SUSPENSA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
8	DELCIR GONCALVES DE SOUZA FILHO	012.******88	MG-P1079878-7	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
9	DONIZETTI FRANCISCO DA SILVA	515.******91	MG-P0288226-6	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
10	EMERENCIANA DE FATIMA FERREIRA	487.******53	MG-P1080706-4	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
11	GERALDO GABRIEL RIBEIRO	446.******63	MG-P0059473-6	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
12	JOSE ADAUTO MENDES	563.******00	MG-P0989685-0	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
13	JOSE CÂNDIDO LÍDIO	362.******91	MG-P1073748-7	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
14	JOSE EVANGELISTA LOPES	346.******04	MG-P1079901-4	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
15	JOSE JOAQUIM FILHO	804.******00	MG-P0450233-0	SUSPENSA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
16	JUVENAL ANTONIO DE MORAIS	523.******15	MG-P0970490-4	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
17	LUCI MAIA FERREIRA	395.******04	MG-P0981331-0	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
18	MARIA ALVES DE SOUZA	205.******03	MG-P1299206-7	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
19	MARIA JOSE DE JESUS GOMES	058.******29	MG-P1077899-6	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
20	MARLIN APARECIDA TEIXEIRA VIEIRA	044.******46	MG-P1105438-7	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
21	MONICA HELENA VENANCIO	140.******46	MG-P0664686-8	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
22	NEIDE DUQUE RODRIGUES	049.******77	MG-P1010977-8	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
23	RITA BATISTA DE MORAIS SILVA	056.******98	MG-P0252613-8	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	Por óbito, com base no Inciso V do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
24	TARLEI ARLINDO	045.******94	MG-P0871286-9	DEFERIDA	21028.010931/2021-11	MG	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
25	MARIA EDUARDA CAMILO BATISTA DE SOUSA	096.******05	PB-P0996966-8	DEFERIDA	21032.003726/2021-30	PB	Por óbito, com base no Inciso V do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
26	JOÃO LUIZ GARCIA	376.******68	RS-P0162867-0	DEFERIDA	21042.015702/2021-12	RS	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021
27	GIVALDA PINHEIRO DA SILVA	017.******80	SE-P0601583-7	DEFERIDA	21054.000473/2022-75	SE	A pedido, com base no Inciso IV do Artigo 20 da Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de junho de 2021

PORTARIA SAP/MAPA Nº 882, DE 26 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca NAZARE I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca NAZARE I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa n° 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.002781/2022-75, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca NAZARE I, de propriedade do Sr. Vital Januário Miguel, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° SC-0018943-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação n° 443-M200200013-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca; serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca NAZARE I, de propriedade do Sr. Vital Januário Miguel, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° SC-0018943-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação n° 443-M200200013-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 883, DE 26 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ESTELA MARIS, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ESTELA MARIS, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa n° 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.006976/2019-99, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ESTELA MARIS, de propriedade do Domingos da Silveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° SC-0021233-1 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação n° 444-002427-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca; serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ESTELA MARIS, de propriedade do Domingos da Silveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° SC-0021233-1 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação n° 444-002427-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis);

Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 884, DE 26 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ISADORA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ISADORA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa n° 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003250/2021-19, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ISADORA, de propriedade do Sr. José Carmo dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° SC-0022046-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação n° 441888897-7, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca; serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ISADORA, de propriedade do Sr. José Carmo dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° SC-0022046-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação n° 441888897-7, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 885, DE 26 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SANTA PAULINA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SANTA PAULINA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003325/2021-61, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SANTA PAULINA, de propriedade da Sr. João Manoel Silveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0022246-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 442-011941-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SANTA PAULINA, de propriedade da Sr. João Manoel Silveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0022246-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 442-011941-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 886, DE 26 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca APARECIDA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca APARECIDA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa n° 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.006986/2020-68, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca APARECIDA, de propriedade do Sr. Toniel Vieira de Lima, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° SC-0029684-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação n° 441.014.075-2, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca; serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca APARECIDA, de propriedade do Sr. Toniel Vieira de Lima, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o n° SC-0029684-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação n° 441.014.075-2, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 887, DE 26 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LILI, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LILI, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria n° 617, de 8 de março de

2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa n° 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003108/2021-71, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LILI, de propriedade do Sr. Hugo do Rosário Oliveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029738-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 442-015422-5, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LILI, de propriedade do Sr. Hugo do Rosário Oliveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029738-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 442-015422-5, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira n° 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria n° 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 888, DE 26 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SARAGAÇO I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SARAGAÇO I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa n° 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003120/2021-86, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SARAGAÇO I, de propriedade do Sr. Laurentino Benedito Neves, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0022959-6 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441-045948-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SARAGAÇO I, de propriedade do Sr. Laurentino Benedito Neves, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0022959-6 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441-045948-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira n° 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria n° 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 889, DE 26 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca REI DO OCEANO, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.4, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca REI DO OCEANO, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.9, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa n° 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.011184/2019-36, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca REI DO OCEANO, de propriedade da Sr. Roberto Rodrigues, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0015811-4, e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 445-007548-0, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de fundo, para a captura das espécies-alvo: Corvina (Micropogonias furnieri), Castanha (Umbrina canosai), Pescada (Cynoscion striatus), Abrotea (Urophycis brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.04.001, que corresponde ao item 2.4 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca REI DO OCEANO, de propriedade da Sr. Roberto Rodrigues inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0015811-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 445-007548-0, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha- real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira n° 6.08.002, que corresponde ao item 6.9 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria n° 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 890, DE 26 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca DONA LAURA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca DONA LAURA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria n° 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa n° 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003322/2021-28, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca DONA LAURA, de propriedade do Sr. Higo Ademar dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029615-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410061364, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca DONA LAURA, de propriedade do Sr. Higo Ademar dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029615-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410061364, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B.

vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira n° 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial n° 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria n° 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

PORTARIA Nº 9, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41 do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e tendo em vista o que consta do Processo nº 21000.015424/2022-62, resolve:

Art. 1° Submeter à consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, proposta que estabelece requisitos mínimos e reconhece programas de promoção de boas práticas agropecuárias, na etapa primária da cadeia produtiva pecuária, aplicados por entes públicos e privados no território nacional, com o propósito de estimular a produção de alimentos seguros e de qualidade, promover ações que visem melhorar a qualidade da produção de alimentos, promover práticas sustentáveis de produção agrícola e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural.

§ 1° A minuta se encontra disponível no anexo desta Portaria e na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas.

§ 2° A manifestação de que trata o caput deve ser apresentada no formato de planilha editável, conforme exemplo abaixo, devendo ser enviada para o e-mail: cgpa.decap@agro.gov.br.

Identificação do artigo, parágrafo, inciso e alínea	Texto atual	Proposta de alteração ou inclusão	Justificativa técnica e legal para a alteração	Dados do Contribuinte
xxxxxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx

§ 3° Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a observância aos demais ditames legais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

§ 4° A inobservância do formato proposta implicará na recusa automática das sugestões encaminhadas.

Art. 2° Findo o prazo estabelecido no artigo 1° desta Portaria, a Coordenação-Geral de Produção Animal - CGPA/DECAP/SDI-MAPA avaliará as sugestões recebidas.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEBER OLIVEIRA SOARES

ANEXO I À MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA MAPA Nº XXX, DE XX DE XXXXXXXX DE 2022

Estabelece requisitos mínimos e reconhece programas de promoção de boas práticas agropecuárias, na etapa primária da cadeia produtiva pecuária, aplicados por entes públicos e privados no território nacional, com o propósito de estimular a produção de alimentos seguros e de qualidade, promover ações que visem melhorar a qualidade da produção de alimentos, promover práticas sustentáveis de produção agrícola e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, no Decreto nº 5.741, e o que consta do processo SEI nº 21000.047536/2022-82, resolve:

Art. 1º Estabelecer requisitos mínimos e reconhecer programas de promoção de boas práticas agropecuárias, na etapa primária da cadeia produtiva pecuária, aplicados por entes públicos e privados no território nacional, com o propósito de estimular a produção de alimentos seguros e de qualidade, promover ações que visem melhorar a qualidade da produção de alimentos, promover práticas sustentáveis de produção pecuária e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, consideram-se:

I - Boas Práticas Agropecuárias: conjunto de princípios, procedimentos e recomendações técnicas aplicadas em todas as etapas da criação dos animais e na produção e processamento de produtos de origem animal, orientadas a promover a oferta de alimento seguro, cuidar da saúde e bem-estar humano e animal, proteger o meio ambiente e melhorar as condições dos trabalhadores rurais e sua família; e

II - Etapa primária da cadeia produtiva pecuária: processo de produção desenvolvido no interior do estabelecimento rural, incluindo as fases de planejamento da implantação da pastagem e produção de grãos para alimentação animal, cria, recria e engorda.

Art. 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá reconhecer programas de boas práticas pecuárias na etapa primária da cadeia produtiva pecuária aplicados por entes públicos e privados.

§ 1º O reconhecimento ocorrerá mediante solicitação voluntária de registro do programa junto à Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º Para fins de reconhecimento do programa de boas práticas agropecuárias serão considerados os requisitos mínimos considerados nesta Portaria.

§ 3º As normas, regulamentos, gestão e auditoria dos programas de boas práticas agropecuárias são de inteira responsabilidade do ente público ou privado que o instituiu, cabendo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apenas o reconhecimento do programa quanto ao cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 4º O ente público ou privado responsável pelo programa de boas práticas agropecuárias registrado nos termos do art. 3º desta Portaria assinará o Termo de Autodeclaração.

Parágrafo único. Caberá ao ente responsável pela gestão do programa a ser reconhecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o controle dos produtores rurais e fornecedores quanto ao cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos por essa normativa e no programa reconhecido.

Art. 5º Ficam considerados como requisitos mínimos para reconhecimento do programa de adoção das Boas Práticas Agropecuárias na etapa primária da cadeia produtiva pecuária:

I - planejamento e gestão do estabelecimento rural;

II - organização e higiene no estabelecimento rural;

III - cumprimento da legislação ambiental e trabalhista vigente;

IV - manejo de pastagens, a fim de aumentar a fertilidade, promover a conservação do solo e evitar erosão;

V - uso racional e qualidade da água;

VI - uso correto de insumos;

VII - uso de estratégias de medicina veterinária preventiva;

VIII - rastreabilidade do processo produtivo com registros e controles da produção;

IX - destinação adequada dos resíduos gerados no estabelecimento rural;

X - manejo racional dos animais, mitigando as situações que possam gerar estresse, dor e riscos de acidentes com os trabalhadores.

Parágrafo único. A implementação do disposto neste artigo deve observar as especificidades e recomendações técnicas de órgãos internacionais e órgãos oficiais para cada tipo de produção pecuária e localidade.

Art. 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá firmar parceria com instituições públicas e privadas para implantação e execução de programas e projetos que promovam as boas práticas agropecuárias.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em xx de xxxxxx de 2022.

MARCOS MONTES CORDEIRO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/SR-(04)/DFE/Nº 42, de 10/09/2013, publicada no DOU. nº 178, de 13/09/2013, seção 1, página nº 90, BS. nº 37, de 16/09/2013, que criou o Projeto de Assentamento Santa Rita, localizado no município de Guarani de Goiás/GO, código SIPRA DF0207000; onde se lê: "... com área total de 1.232,4792 ha (um mil duzentos e trinta e dois hectares, quarenta e sete ares e noventa e dois centiares)...", leia-se: "... com área total medida de 1.249,4472 (um mil duzentos e quarenta e nove hectares, quarenta e quatro ares e setenta e dois centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA INCRA/SR-06/Nº 44 de 01 DE OUTUBRO DE 1996, que cria o Projeto de Assentamento Nova Lagoa Rica, situado no município de Paracatu/MG, código SIPRA MG0052000, publicada no D.O.U nº 192 de 02/10/1996 seção 1, página 19712, onde se lê: ... "111 (cento e onze) unidades agrícolas familiares"..., leia-se: "112 (cento e doze) unidades agrícolas familiares", por deliberação do Comitê de Decisão Regional da SR(06), conforme RESOLUÇÃO Nº 1140, de 16 DE MAIO DE 2022, que aprovou a redefinição da capacidade de assentamento para o PA Nova Lagoa Rica para 112 famílias.

Na Portaria INCRA/SR-06/Nº 0392 de 26 DE MAIO DE 1994, que cria o Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho, situado no município de Campo Florido/MG, código SIPRA MG0030000, publicada no D.O.U nº 100 de 27/05/1994, seção 1, página 7781, onde se lê: ... "115 (cento e quinze) unidades agrícolas familiares"..., leia-se: "119 (cento e dezenove) unidades agrícolas familiares", conforme Planta Geral do Parcelamento e por deliberação do Comitê de Decisão Regional da SR(06), RESOLUÇÃO Nº 1139, de 16 DE MAIO DE 2022 , que aprovou a redefinição da capacidade de assentamento para o PA Nova Santo Inácio/Ranchinho para 119 famílias.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1.126, DE 12 DE MAIO DE 2022

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUDESTE DO PARA - SR (PA/SE), Órgão colegiado criado de acordo a alínea "b" do inciso "V", do artigo 2º, c/c artigo 5º da Estrutura Regional do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 10.252 de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de fevereiro de 2020, que aprova a sua Estrutura Regimental, combinado com o Regimento Interno, aprovado pela Portaria INCRA nº 531 de 23 de março de 2020, tendo em vistas a decisão adotada na sua Reunião realizada em 08 de abril de 2022, ATA da 131ª reunião do CDR, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de doação de bens móveis pertencentes ao acervo desta Autarquia no valor de R$ 189.233,44 (Cento e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos) ao INSTITUTO BRASILEIROS AMIGOS DA VIDA - IBAV, considerados antieconômicos conforme Processo Administrativo 54000.081957/2021-19.

Art. 2º Autorizar o Senhor Superintendente Regional do INCRA, para no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, artigo 118, do Regimento Interno do INCRA, assinar o respectivo Termo de Doação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO LOPES SANTANA
Superintendente

RESOLUÇÃO Nº 1.128, DE 12 DE MAIO DE 2022

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUDESTE DO PARA - SR (PA/SE), Órgão colegiado criado de acordo a alínea "b" do inciso "V", do artigo 2º, c/c artigo 5º da Estrutura Regional do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 10.252 de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de fevereiro de 2020, que aprova a sua Estrutura Regimental, combinado com o Regimento Interno, aprovado pela Portaria INCRA nº 531 de 23 de março de 2020, tendo em vistas a decisão adotada na sua Reunião realizada em 22 de março de 2022, ATA da 130ª reunião do CDR, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de doação de bens móveis pertencentes ao acervo desta Autarquia no valor de R$ 189.233,44 (Cento e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos) a APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE REDENÇÃO, considerados antieconômicos conforme Processo Administrativo 54000.048258/2021-59.

Art. 2º Autorizar o Senhor Superintendente Regional do INCRA, para no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, artigo 118, do Regimento Interno do INCRA, assinar o respectivo Termo de Doação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO LOPES SANTANA
Superintendente

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 56, DE 27 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a prorrogação "de ofício", da vigência dos Convênios celebrados no exercício de 2019 entre a União, por intermédio do Ministério da Cidadania e ente Federados.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, e

Considerando o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que no art. 116 informa que as disposições aplicam-se no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;, resolve:

Art. 1º Prorrogar, de ofício, a vigência dos convênios relacionados na forma do anexo, celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Cidadania, e Entes Federados, com fundamento no art. 27, VI, da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que atribui ao Concedente a obrigação de prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos.

Art. 2º A prorrogação que trata a presente Portaria obedece ao disposto no §4º da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, sendo compatível com o período em que houve o atraso para conclusão do objeto pactuado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

SEQ	PROCESSO	ENTE	UF	Nº CONVÊNIO	DATA DA VIGÊNCIA ALTERADA	
					DE	PARA
1	71000.082561/2019-85	Secretaria de Est. de Assist. social Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres-SEASDHM	AC	896931/2019	30/08/2022	17/04/2023
2	71000.082562/2019-20	Secretaria de Est. de Assist. social Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres-SEASDHM	AC	896933/2019	30/08/2022	17/04/2023
3	71000.082563/2019--74	Secretaria de Est. de Assist. social Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres-SEASDHM	AC	896934/2019	30/08/2022	26/11/2022
4	71000.082564/2019-19	Secretaria de Est. de Assist. social Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres-SEASDHM	AC	896935/2019	30/08/2022	17/04/2023
5	71000.082565/2019-63	Secretaria de Est. de Assist. social Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres-SEASDHM	SP	896936/2019	30/08/2022	17/04/2023
6	71000.082566/2019-16	Secretaria de Est. de Assist. social Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres-SEASDHM	AC	896938/2019	30/08/2022	17/04/2023
7	71000.082567/2019-52	Secretaria de Est. de Assist. social Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres-SEASDHM	AC	896939/2019	30/08/2022	17/04/2023
8	71000.061525/2019-88	Laranjal do Jari	AP	888057/2019	27/08/2022	01/05/2023
9	71000.061526/2019-22	Laranjal do Jari	AP	888062/2019	27/08/2022	01/05/2023
10	71000.061527/2019-77	Laranjal do Jari	AP	888070/2019	27/08/2022	01/05/2023
11	71000.061528/2019-11	Laranjal do Jari	AP	888076/2019	27/08/2022	01/05/2023
12	71000.061533/2019-24	Laranjal do Jari	AP	888049/2019	27/08/2022	22/12/2022
13	71000.061531/2019-35	Laranjal do Jari	AP	888046/2019	27/08/2022	09/03/2023
14	71000.061529/2019-66	Laranjal do Jari	AP	888040/2019	27/08/2022	22/12/2022
15	71000.068310/2019-98	Santana	AP	888219/2019	27/08/2022	26/11/2022
16	71000.080666/2019-08	Serra do Navio	AP	893602/2019	27/08/2022	20/04/2023
17	71000.080863/2019-92	Alegre	BA	893696/2019	27/08/2022	30/04/2023
18	71000.081788/2019-11	Guarapari	ES	895968/2019	30/08/2022	26/05/2023
19	71000.080751/2019-68	Guaçuí	ES	893688/2019	27/08/2022	17/04/2023
20	71000.068443/2019-64	Catalão	GO	888253/2019	27/08/2022	31/12/2022
21	71000.080821/2019-88	Guimaraes	MA	893769/2019	27/08/2022	31/12/2022
22	71000.068480/2019-72	Fortaleza dos Nogueiras	MA	888259/2019	27/08/2022	31/12/2022
23	71000.070785/2019-44	Açucena	MG	888943/2019	27/08/2022	17/04/2023
24	71000.067859/2019-65	Andradas	MA	888088/2019	27/08/2022	09/03/2023
25	71000.080835/2019-00	Fortaleza dos Nogueiras	MA	893792/2019	27/08/2022	24/07/2023
26	71000.068419/2019-25	Araguari	MG	888240/2019	27/08/2022	05/01/2023
27	71000.061503/2019-18	Araguari	MG	888080/2019	27/08/2022	26/05/2023
28	71000.067786/2019-10	Bom Sucesso	MG	888050/2019	27/08/2022	30/04/2023
29	71000.080562/2019-95	Carlos Chagas	MG	893254/2019	27/08/2022	15/12/2022
30	71000.068304/2019-31	Carmo do Paranaíba	MG	888217/2019	27/08/2022	04/05/2023
31	71000.070631/2019-52	Claudio	MG	888855/2019	27/08/2022	05/05/2023
32	71000.070974/2019-17	Conceição da Barra de Minas	MG	888973/2019	27/08/2022	15/12/2022
33	71000.041982/2019-56	Congonhas	MG	888053/2019	27/08/2022	20/05/2023
34	71000.038625/2019-19	Coromandel	MG	883838/2019	27/08/2022	05/01/2023
35	71000.053744/2019-93	Leopoldina	MG	888995/2019	27/08/2022	30/04/2023
36	71000.039247/2019-82	Governador Valadares	MG	883867/2019	27/08/2022	30/04/2023
37	71000.080880/2019-56	Governador Valadares	MG	893814/2019	27/08/2022	31/12/2022
38	71000.040987/2019-61	Igarapé	MG	887686/2019	27/08/2022	16/04/2023
39	71000.080885/2019-89	Ipatinga	MG	893837/2019	27/08/2022	17/04/2023
40	71000.080596/2019-80	Itambacuri	MG	893967/2019	27/08/2022	12/09/2023
41	71000.068448/2019-97	Itamonte	MG	888256/2019	27/08/2022	31/12/2022
42	71000.047559/2019-60	Malacacheta	MG	888059/2019	27/08/2022	15/12/2022
43	71000.038620/2019-88	Lagoa Dourada	MG	883837/2019	27/08/2022	15/12/2022
44	71000.067940/2019-45	Malacacheta	MG	888101/2019	27/08/2022	15/12/2022
45	71000.080942/2019-20	Nepomuceno	MG	894155/2019	27/08/2022	30/04/2023
46	71000.038623/2019-11	Ouro Branco	MG	883839/2019	27/08/2022	31/12/2022
47	71000.040997/2019-05	Perdões	MG	888054/2019	27/08/2022	30/04/2023
48	71000.068782/2019-41	Perdões	MG	888350/2019	27/08/2022	17/04/2023
49	71000.050321/2019-11	Pouso Alto	MG	887707/2019	27/08/2022	26/05/2023
50	71000.067990/2019-22	Sabará	MG	888104/2019	27/08/2022	17/04/2023
51	71000.040999/2019-96	Santa Maria do Suaçuí	MG	888017/2019	27/08/2022	31/12/2022
52	71000.041984/2019-45	Santa Rita de Minas	MG	888061/2019	27/08/2022	16/04/2023
53	71000.080926/2019-37	São Gonçalo do Pará	MG	893978/2019	27/08/2022	09/03/2023
54	71000.047597/2019-12	Malacacheta	MG	888100/2019	27/08/2022	09/03/2023
55	71000.070961/2019-48	São João do Manhuaçu	MG	888968/2019	27/08/2022	05/03/2023
56	71000.061549/2019-37	Senador José Bento	MG	888048/2019	27/08/2022	30/04/2023
57	71000.067823/2019-81	Teófilo Otoni	MG	888081/2019	27/08/2022	20/05/2023
58	71000.080896/2019-69	Teófilo Otoni	MG	893847/2019	27/08/2022	30/04/2023
59	71000.080601/2019-54	Teófilo Otoni	MG	893564/2019	27/08/2022	30/04/2023
60	71000.068313/2019-21	Tupaciguara	MG	888218/2019	27/08/2022	05/01/2023
61	71000.067997/2019-44	Uberaba	MG	888106/2019	27/08/2022	20/05/2023
62	71000.038884/2019-31	Caeté	MG	883850/2019	27/08/2022	06/08/2023
63	71000.082605/2017-13	Uberlândia	MG	888220/2019	27/08/2022	17/04/2023
64	71000.039472/2019-19	São João Del Rei	MG	887704/2019	27/08/2022	24/07/2023
65	71000.080365/2019-76	Rondon do Pará	PA	892974/2019	27/08/2022	15/12/2022
66	71000.080098/2019-37	Juruti	PA	892871/2019	27/08/2022	24/07/2023
67	71000.079395/2019-74	Caetés	PE	888794/2019	27/08/2022	30/04/2023
68	71000.070495/2019-09	Recife	PE	888845/2019	27/08/2022	05/05/2023
69	71000.068482/2019-61	Curitiba	PR	888262/2019	27/08/2022	20/05/2023

70	71000.068475/2019-60	Curitiba	PR	888255/2019	27/08/2022	20/05/2023
71	71000.039349/2019-06	Curitiba	PR	883872/2019	27/08/2022	20/05/2023
72	71000.039355/2019-55	Curitiba	PR	883875/2019	27/08/2022	20/05/2023
73	71000.068462/2019-91	Curitiba	PR	888248/2019	27/08/2022	20/05/2023
74	71000.039354/2019-19	Curitiba	PR	883874/2019	27/08/2022	20/05/2023
75	71000.039356/2019-08	Curitiba	PR	883876/2019	27/08/2022	20/05/2023
76	71000.039350/2019-22	Curitiba	PR	883873/2019	27/08/2022	20/05/2023
77	71000.039347/2019-17	Curitiba	PR	883871/2019	27/08/2022	24/07/2023
78	71000.070955/2019-91	Curitiba	PR	888963/2019	27/08/2022	24/07/2023
79	71000.080929/2019-71	Guaratuba	PR	893983/2019	30/08/2022	07/01/2023
80	71000.041983/2019-09	Icaraíma	PR	888011/2019	27/08/2022	30/04/2023
81	71000.080932/2019-94	Mandirituba	PR	893992/2019	27/08/2022	09/03/2023
82	71000.070999/2019-11	Ponta Grossa	PR	888976/2019	27/08/2022	03/02/2023
83	71000.040993/2019-19	Quedas do Iguaçu	PR	887688/2019	27/08/2022	16/04/2023
84	71000.039359/2019-33	Bom jesus do Itabapoana	RJ	883878/2019	27/08/2022	16/04/2023
85	71000.080307/2019-42	Itaocara	RJ	892961/2019	27/08/2022	30/04/2023
86	71000.068251/2019-21	Duque de Caxias	RJ	888293/2019	27/08/2022	06/08/2023
87	71000.068463/2019-35	Campos dos Goytacazes	RJ	888270/2019	27/08/2022	06/08/2023
88	71000.080667/2019-44	Mendes	RJ	893604/2019	27/08/2022	20/05/2023
89	71000.080683/2019-37	Miguel Pereira	RJ	893611/2019	27/08/2022	17/04/2023
90	71000.072150/2019-81	Miracema	RJ	889455/2019	27/08/2022	20/05/2023
91	71000.080619/2019-56	Miracema	RJ	893577/2019	27/08/2022	20/05/2023
92	71000.080772/2019-83	Natividade	RJ	893710/2019	27/08/2022	07/01/2023
93	71000.080933/2019-39	Natividade	RJ	893995/2019	30/08/2022	07/01/2023
94	71000.061501/2019-29	Nova Friburgo	RJ	888066/2019	27/08/2022	30/04/2023
95	71000.047781/2019-62	Paraíba do Sul	RJ	893730/2019	27/08/2022	21/05/2023
96	71000.068457/2019-88	São Gonçalo	RJ	888266/2019	27/08/2022	20/05/2023
97	71000.080636/2019-93	São Gonçalo	RJ	893588/2019	27/08/2022	17/04/2023
98	71000.068466/2019-79	São João do Meriti	RJ	888269/2019	27/08/2022	05/05/2023
99	71000.067883/2019-02	Três Rios	RJ	888093/2019	27/08/2022	30/04/2023
100	71000.067873/2019-69	Três Rios	RJ	888092/2019	27/08/2022	30/04/2023
101	71000.067869/2019-09	Três Rios	RJ	888091/2019	27/08/2022	30/04/2023
102	71000.067885/2019-93	Três Rios	RJ	888094/2019	27/08/2022	30/04/2023
103	71000.067888/2019-27	Três Rios	RJ	888095/2019	27/08/2022	30/04/2023
104	71000.080781/2019-74	Valença	RJ	893724/2019	27/08/2022	13/03/2023
105	71000.080935/2019-28	Valença	RJ	893999/2019	27/08/2022	20/05/2023
106	71000.068504/2019-93	Valença	RJ	888280/2019	27/08/2022	09/03/2023
107	71000.080786/2019-05	Varre-sai	RJ	893732/2019	27/08/2022	07/01/2023
108	71000.080669/2019-33	Volta Redonda	RJ	893605/2019	27/08/2022	16/01/2023
109	71000.080664/2019-19	Volta Redonda	RJ	893603/2019	27/08/2022	21/05/2023
110	71000.080507/2019-03	Volta Redonda	RJ	893268/2019	27/08/2022	01/05/2023
111	71000.068827/2019-87	Cabo Frio	RJ	888371/2019	27/08/2022	24/07/2023
112	71000.051152/2019-37	Campos dos Goytacazes	RJ	887743/2019	27/08/2022	24/07/2023
113	71000.080876/2019-98	Campos dos Goytacazes	RJ	893813/2019	27/08/2022	06/08/2023
114	71000.061509/2019-95	Pimenta Bueno	RO	888367/2019	27/08/2022	30/04/2023
115	71000.071043/2019-36	Caxias do Sul	RS	888989/2019	27/08/2022	30/04/2023
116	71000.081761/2019-11	Cruz Alta	RS	895883/2019	30/08/2022	18/12/2022
117	71000.081766/2019-43	Não Me Toque	RS	895888/2019	30/08/2022	21/05/2023
118	71000.081914/2019-20	Tapejara	RS	896403/2019	30/08/2022	05/05/2023
119	71000.081771/2019-56	Taquari	RS	895889/2019	30/08/2022	18/12/2022
120	71000.081767/2019-98	Campo Ere	SC	895898/2019	30/08/2022	13/03/2023
121	71000.080676/2019-35	Lages	SC	893608/2019	27/08/2022	09/03/2023
122	71000.068843/2019-70	São Bento do Sul	SC	888376/2019	27/08/2022	26/12/2022
123	71000.039362/2019-57	Americana	SP	883880/2019	27/08/2022	30/04/2023
124	71000.068509/2019-16	Avaré	SP	888284/2019	27/08/2022	07/01/2023
125	71000.081452/2019-41	Barretos	SP	895364/2019	27/08/2022	30/04/2023
126	71000.080107/2019-90	Brotas	SP	892883/2019	27/08/2022	07/01/2023
127	71000.068441/2019-75	Dracena	SP	888251/2019	27/08/2022	17/04/2023
128	71000.068293/2019-99	Itapevi	SP	888214/2019	27/08/2022	13/03/2023
129	71000.081471/2019-77	Itapira	SP	895408/2019	27/08/2022	30/04/2023
130	71000.081444/2019-02	Itu	SP	895342/2019	27/08/2022	17/04/2023
131	71000.081507/2019-12	Jundiaí	SP	895438/2019	27/08/2022	17/04/2023
132	71000.068286/2019-97	Mogi das Cruzes	SP	888211/2019	27/08/2022	21/05/2023
133	71000.061558/2019-28	Mogi das Cruzes	SP	888203/2019	27/08/2022	20/05/2023
134	71000.068210/2019-61	Nova Lusitânia	SP	888227/2019	27/08/2022	17/04/2023
135	71000.068456/2019-33	Ourinhos	SP	888264/2019	27/08/2022	05/05/2023
136	71000.068355/2019-62	Guarulhos	SP	888231/2019	27/08/2022	09/03/2023
137	71000.068186/2019-61	Ourinhos	SP	888181/2019	27/08/2022	20/05/2023
138	71000.081459/2019-62	Salto	SP	895384/2019	27/08/2022	07/01/2023
139	71000.081531/2019-51	Santa Cruz do Rio Pardo	SP	895477/2019	27/08/2022	07/01/2023
140	71000.068213/2019-03	Santopolis do Aguapei	SP	888236/2019	27/08/2022	30/04/2023
141	71000.053746/2019-82	Santopolis do Aguapei	SP	888241/2019	27/08/2022	17/04/2023
142	71000.068290/2019-55	Suzano	SP	888213/2019	27/08/2022	17/04/2023
143	71000.068503/2019-49	Suzano	SP	888279/2019	30/08/2022	17/04/2023
144	71000.081303/2019-81	Cristalândia	SP	894687/2019	27/08/2022	30/04/2023
145	71000.070752/2019-02	Dianópolis	TO	888917/2019	27/08/2022	09/03/2023
146	71000.080951/2019-11	Dois Irmãos do Tocantins	TO	894543/2019	27/08/2022	18/12/2022
147	71000.081157/2019-94	Marianópolis do Tocantins	TO	894575/2019	27/08/2022	17/04/2023
148	71000.080736/2019-10	Aparecida do Rio Negro	TO	893674/2019	27/08/2022	30/04/2023

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.315, DE 5 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 01250.017975/2018-25, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade EMPRESA PERNAMBUCO DE COMUNICAÇÃO S/A EPC, CNPJ nº 17.659.736/0001-79, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de CATENDE (Serra da Prata)/PE, o canal 45 (quarenta e cinco), como canal de reuso de Caruaru/PE, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 3.760, DE 12 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e nº 294, de 30 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53563.000499/2018	MULTI TV COMUNICAÇÕES LTDA	TV	Natal	RN	Multa	9.724,67	Cláusula Terceira, "o", do Contrato de Concessão, publicado no DOU em 26/08/2002, c/c o item 7.1, "g", da Portaria nº 310/2006.	Portaria DEIRF n° 3760 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

THIAGO AGUIAR SOARES

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

PORTARIA MCOM Nº 5.690, DE 27 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.002900/2022-84, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Acvolcaja - Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 557/2000, publicada no Diário Oficial da União em 22/09/2000, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 227/2002, publicado no Diário Oficial da União em 04/11/2002, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53830.002588/1998, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Carlos Costacurta, nº 271, Jardim Alvorada, para a Rua Emira Princivale Lima, nº 315, Jardim São Marcos, na localidade de Jardinópolis/SP.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 21°01'18"S e longitude 47°46'34"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 5.734, DE 27 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.016582/2021-58, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO POPULAR DE SENADOR SÁ executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 587/2006, publicada no Diário Oficial da União em 20/09/2006, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 465/2009, publicado no Diário Oficial da União em 20/07/2009, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53650.000247/2002, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Alfredo Campos, s/nº, Centro, para a Rua Alfredo Campos, s/nº, Centro, na localidade de SENADOR SÁ/CE.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 03°21'25"S e longitude 40°28'06"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 5.740, DE 27 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.012186/2021-51, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE ALAGOINHAS executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 156/2008, publicada no Diário Oficial da União em 08/04/2008, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 657/2009, publicado no Diário Oficial da União em 08/10/2009, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53000.053523/2006, a transferir o local de instalação do sistema irradiante do Povoado Calu, s/nº, para a Fazenda Quinta Calu, nº 777, Povoado Calu, na localidade de ALAGOINHAS/BA.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 12°09'48"S e longitude 38°21'59"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATO Nº 7.236, DE 24 DE MAIO DE 2022

Expedir autorização à SIMONE SCHNEITER, CPF nº ***.902.145-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 7.349, DE 26 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53520.001204/2022-79. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a EDILSON LEITE, CPF nº ***.855.759-**, para explorar Serviços de Interesse Restrito concedido por meio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 7.177, DE 23 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53504.003101/2022-41. Expede autorização à Merco - Importação, Exportação e Serviços Ltda, CNPJ nº 09.005.577/0001-60, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 25 DE MAIO DE 2022

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.292 - Processo nº 53504.000085/2022-35. AGRÍCOLA MORENO DE NIPOÃ LTDA, CNPJ nº 15.418.409/0001-08;

Nº 7.295 - Processo nº 53504.000879/2022-07. PPG INDUSTRIAL DO BRASIL - TINTAS E VERNIZES - LTDA., CNPJ nº 43.996.693/0001-27.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 26 DE MAIO DE 2022

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.320 - Processo nº 53504.005073/2021-16. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SAUSALITO, CNPJ nº 52.370.285/0001-56.
Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 7.335 - Processo nº 53504.002044/2022-83. Sococo S.A. Industrias Alimentícias, CNPJ nº 12.285.276/0002-23;

Nº 7.339 - Processo nº 53504.002538/2022-68. LUIZ HENRIQUE MIRANDA DIAS, CPF nº ***.161.078-**;

Nº 7.340 - Processo nº 53504.002584/2022-67. ALEXANDRE GUSTAVO LONGHI, CPF nº ***.500.428-**;

Nº 7.344 - Processo nº 53504.003037/2022-07. Good Flight Escola de Aviação Civil Eireli, CNPJ nº 38.195.752/0001-28;

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 19 DE MAIO DE 2022

Nº 6.986. Processo nº 53542.001584/2017-26. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a NIELSON MAGALHÃES DA ROCHA, CPF nº ***.216.331-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 6.996. Processo nº 53542.001775/2022-55. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a JANILSON DE OLIVEIRA, CPF nº ***.530.991-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 7.006. Processo nº 53542.001691/2022-11. Expede autorização a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0003-94, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.007. Processo nº 53542.001690/2022-77. Expede autorização a BOM FUTURO AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0034-90, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.008. Processo nº 53542.001692/2022-66. Expede autorização a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0044-62, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 20 DE MAIO DE 2022

Nº 7040. Processo nº 53542.001698/2022-33. Expede autorização a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0056-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7042. Processo nº 53542.001817/2022-58. Expede autorização a DERSO PORTILHO VIEIRA, CPF nº ***.514.311-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7044. Processo nº 53542.001693/2022-19. Expede autorização a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0043-81, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7045. Processo nº 53542.001826/2022-49. Expede autorização a JULIANA MAGALHAES, CPF nº ***.714.991-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7049. Processo nº 53542.001694/2022-55. Expede autorização a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0068-30, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7050. Processo nº 53542.001695/2022-08. Expede autorização a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0031-48, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7051. Processo nº 53542.001772/2022-11. Expede autorização a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0051-91, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7052. Processo nº 53542.001696/2022-44. Expede autorização a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0053-53, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7053. Processo nº 53542.001697/2022-99. Expede autorização a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0038-14, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7060. Processo nº 53542.001869/2022-24. Expede autorização a MOISES LOPES MENDES, CPF nº ***.478.351-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7077. Processo nº 53542.001552/2022-98. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a EVANDRO ROBERTO CORTEZIA, CPF nº ***.176.861-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado
Privado.

Nº 7078. Processo nº 53542.001125/2022-18. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a PEDRO AFONSO AÇÚCAR & BIOENERGIA LTDA, CNPJ nº 09.067.572/0001-62, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 23 DE MAIO DE 2022

Nº 7155. Processo nº 53542.001386/2022-20. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a EMERSON LUIZ ALVES, CPF nº ***.398.511-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 7160. Processo nº 53542.001936/2022-19. Expede autorização a NATHYAN DNILY DE ALMEIDA PINHO, CPF nº ***.487.261-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7161. Processo nº 53542.001935/2022-66. Expede autorização a FRANCISCO DE SOUSA LIMA, CPF nº ***.655.811-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7162. Processo nº 53542.001933/2022-77. Expede autorização a D & Z INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 41.427.988/0001-57, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7163. Processo nº 53542.001926/2022-75. Expede autorização a TULE RICARDO HUDSON DOS SANTOS, CPF nº ***.588.349-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7164. Processo nº 53542.001206/2022-18. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a CLAUDIO JOSE RAVANINI, CPF nº ***.656.409-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 7167. Processo nº 53542.001560/2022-34. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a AGROPECUARIA MAGGI LTDA, CNPJ nº 00.315.457/0021-39, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 7174. Processo nº 53542.001882/2022-83. Expede autorização a ALINE FONTINELE CORREIA VIANA, CPF nº ***.684.651-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7176. Processo nº 53542.001912/2022-51. Expede autorização a BRASIL MANGANES LTDA, CNPJ nº 10.306.257/0001-20, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7179. Processo nº 53542.001927/2022-10. Expede autorização a FABIANO VANDRESEN, CPF nº ***.028.489-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7180. Processo nº 53542.001934/2022-11. Expede autorização a KASSIO VINICIUS ROCHA SIQUEIRA, CPF nº ***.851.531-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 25 DE MAIO DE 2022

Nº 7252. Processo nº 53542.001863/2022-57. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a AILTON PEREIRA DE SOUSA, CPF nº ***.342.841-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 7284. Processo nº 53542.001971/2022-20. Expede autorização a DIDEPI - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 09.414.097/0001-53, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7285. Processo nº 53542.001972/2022-74. Expede autorização a NEW SAFE RASTREAMENTO EIRELI, CNPJ nº 31.222.667/0001-62, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7283. Processo nº 53542.001974/2022-63. Expede autorização a GIONGO PECUARIA S.A., CNPJ nº 02.298.704/0001-18, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7286. Processo nº 53542.001976/2022-52. Expede autorização a BALSAS AVIAÇÃO AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 08.928.667/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7287. Processo nº 53542.001270/2022-91. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a ITAMAR VIEIRA BATISTA, CPF nº ***.092.131-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.090, DE 3 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53548.000469/2022-41. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, VANDERLEI FERRAZA JACYNTO, CPF nº ***.399.241-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 23 DE MAIO DE 2022

Nº 7.132. Processo nº 53548.000459/2022-14. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, WALDIR PASSARA FILHO, CPF nº ***.135.408-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.140. Processo nº 53548.000396/2022-98. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, THIAGO FERNANDES BATTISTELLI, CPF nº ***.659.601-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.151. Processo nº 53548.000471/2022-11. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, VALMIR SAMPAIO MACHADO, CPF nº ***.524.281-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.153. Processo nº 53548.000406/2022-95. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, MARCOS ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA, CPF nº ***.123.711-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 7.165. Processo nº 53548.000450/2022-03. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, WILLIAN MACHADO BRAGA, CPF nº ***.861.821-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 7.288, DE 25 DE MAIO DE 2022

Outorgar autorização de uso de radiofrequência à PENEDO AGROINDUSTRIAL S/A, CNPJ nº 12.382.008/0001-49, associada à autorização do Serviço Limitado Privado.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 7.309, DE 26 DE MAIO DE 2022

Expedir autorização a RADIO PANATI LTDA, CNPJ: 09.172.917/0001-48, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 7.338, DE 26 DE MAIO DE 2022

Decretar a extinção do serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração dos Serviços de Radioamador e de Rádio do Cidadão, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas da entidade ALMIR DINIZ BARROS, CPF: XXX.651.054-XX

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 24 DE MAIO DE 2022

Nº 7.211 - Processo nº 53569.000786/2022-10. Expede autorização à Andrea Costa Dantas, CPF nº ***.482.302.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.213 - Processo nº 53569.000797/2022-08. Expede autorização a Eneas Francisco Bastos Ribeiro, CPF nº ***.955.043.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.214 - Processo nº 53569.000781/2022-97. Expede autorização à M. A. Cardoso Teixeira Ltda, CNPJ nº 45717405000183, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.215 - Processo nº 53569.000782/2022-31. Expede autorização à Estrela do Norte Navegação Eireli, CNPJ nº 41663859000168, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.216 - Processo nº 53569.000792/2022-77. Expede autorização a Antonio Severino Pereira de Oliveira, CPF nº ***.212.802.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.217 - Processo nº 53569.000806/2022-52. Expede autorização a Marcio Paysano Nobre, CPF nº ***.303.342.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.218 - Processo nº 53569.000807/2022-05. Expede autorização a Tiago Carvalho Gomes, CPF nº ***.268.312.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 11 DE MAIO DE 2022

Nº 6.578 Processo nº 53500.062558/2021-47. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ARMAZÉM, CNPJ 03.191.364/0001-94, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Armazém/SC.

Nº 6.583 Processo nº 53500.010460/2022-95. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS BARREIROS, CNPJ 03.090.806/0001-06, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Barreiros/PE.

Nº 6.585 Processo nº 553500.092694/2021-61. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à CENTRO COMUNITÁRIO ESPERANÇA, CNPJ 02.918.482/0001-99, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Miranorte/TO.

Nº 6.586 Processo nº 53500.000487/2022-70. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE DÁRIO MEIRA E REGIÃO DO MÉDIO RIO DE CONTAS, CNPJ 02.692.075/0001-06, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dário Meira/BA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.612, DE 12 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53500.017878/2022-23. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE ÁGUA QUENTE DE RADIODIFUSÃO, CNPJ 03.150.866/0001-77, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Águas Formosas/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 19 DE MAIO DE 2022

Nº 6.944 Processo nº 53500.041730/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Porciúncula/RJ.

Nº 6.945 Processo nº 53500.041732/2022-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Boqueirão do Leão/RS.

Nº 6.946 Processo nº 53500.041733/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Iguatemi/MS.

Nº 6.947 Processo nº 53500.041734/2022-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gaúcha do Norte/MT.

Nº 6.948 Processo nº 53500.041735/2022-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jauru/MT.

Nº 6.949 Processo nº 53500.041736/2022-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Poxoréu/MT.

Nº 6.950 Processo nº 53500.041738/2022-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO OSNY JOSE GONCALVES, CNPJ 72.448.640/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ibirama/SC.

Nº 6.951 Processo nº 53500.041740/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO OSNY JOSE GONCALVES, CNPJ 72.448.640/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ituporanga/SC.

Nº 6.952 Processo nº 53500.041742/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO OSNY JOSE GONCALVES, CNPJ 72.448.640/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Presidente Getúlio/SC.

Nº 6.953 Processo nº 53500.041743/2022-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO OSNY JOSE GONCALVES, CNPJ 72.448.640/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Taió/SC.

Nº 6.954 Processo nº 53500.041745/2022-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO OSNY JOSE GONCALVES, CNPJ 72.448.640/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Doutor Pedrinho/SC.

Nº 6.955 Processo nº 53500.041751/2022-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ 27.865.757/0026-52, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Amparo do Serra/MG.

Nº 6.956 Processo nº 53500.041754/2022-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Borges/RS.

Nº 6.957 Processo nº 53500.041758/2022-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS TV SANTA CRUZ LTDA, CNPJ 90.705.690/0001-77, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Progresso/RS.

Nº 6.958 Processo nº 53500.041760/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS TV SANTA ROSA LTDA, CNPJ 93.088.367/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campina das Missões/RS.

Nº 6.959 Processo nº 53500.041762/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS TV SANTA ROSA LTDA, CNPJ 93.088.367/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Porto Mauá/RS.

Nº 6.960 Processo nº 53500.041767/2022-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALTO URUGUAI SA, CNPJ 89.424.113/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Erebango/RS.

Nº 6.961 Processo nº 53500.041768/2022-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALTO URUGUAI SA, CNPJ 89.424.113/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Machadinho/RS.

Nº 6.962 Processo nº 53500.041772/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CRUZ ALTA LTDA, CNPJ 88.404.645/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Boa Vista do Cadeado/RS.

Nº 6.963 Processo nº 53500.041773/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO IMEMBUI SA, CNPJ 95.607.909/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Capão do Cipó/RS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 26 DE MAIO DE 2022

Nº 7.328 Processo nº 53500.045204/2022-19. Expede autorização à WEST NET TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 43.706.504/0001-34, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.332 Processo nº 53500.045715/2022-31. Expede autorização à IP CALL COMERCIO E SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 35.142.482/0001-07, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.345 Processo nº 53500.041292/2022-80. declara extinta, por renúncia, a partir de 12/05/2022, a autorização outorgada a PR TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 09.054.075/0001-20, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.346 Processo nº 53500.039187/2022-81. Expede autorização à CONECTIFIBRA TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 42.872.654/0001-55, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2022

Nº 7.362 Autoriza Servico Nacional de Aprendizagem Industrial, CNPJ nº 03.774.819/0026-52, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Caetano do Sul/SP, no período de 01/06/2022 a 30/07/2022.

Nº 7.363 Autoriza MENDLOC COMERCIO SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 21.129.464/0001-72, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Goiânia/GO, no período de 03/06/2022 a 10/06/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 301/GC3, DE 27 DE MAIO DE 2022

Aprova a Instrução que dispõe sobre a Admissão de Candidatos Civis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto nos art. 1º e 2º da Lei nº 2.165, de 5 de janeiro de 1954, no art. 20 da Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo 67050.004771/2022-75, procedente do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-24 "Admissão de Candidatos Civis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)", que com esta baixa.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 1.201/GC3, de 13 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 156, de 14 de agosto de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

ANEXO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade disciplinar o processo de admissão de candidatos civis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

1.2 CONCEITUAÇÃO

1.2.1 Curso Fundamental - curso ministrado nos dois primeiros anos do Curso de Graduação em Engenharia, destinado ao ensino dos conhecimentos básicos gerais de Engenharia.

1.2.2 Curso Profissional - curso ministrado nos três últimos anos do Curso de Graduação, constituindo-se de matérias que caracterizam uma especialização profissional.

1.3 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se ao ITA e, no que couber, às demais Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER).

2 CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

2.1 A admissão de candidatos civis no ITA é feita, compulsoriamente, no 1º Ano do Curso Fundamental, mediante processo seletivo, de caráter eliminatório, efetuado perante Comissão Fiscalizadora, previsto no item 5.1.2 desta Instrução.

2.2 A admissão no Curso Profissional do ITA far-se-á a partir da conclusão, com aproveitamento, do Curso Fundamental, efetivando-se a escolha da especialidade de acordo com os critérios objetivos do item 8.5 desta Instrução.

2.2.1 A matrícula no 1º Ano do Curso Profissional do ITA, para os alunos que não forem Oficiais ou Aspirante a Oficial da Reserva das Forças Armadas, somente será feita após o término, com aproveitamento, do Curso do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ).

2.3 O candidato à admissão ao Curso Fundamental do ITA deve satisfazer às seguintes exigências:

a) ser brasileiro nato;

b) haver concluído o Ensino Médio ou como tal reconhecido;

c) ser solteiro;

d) ter no máximo 23 (vinte e três) anos completos de idade, no último dia do ano anterior ao da matrícula;

e) ter condições de saúde e aptidão física para matrícula no CPORAER-SJ;

f) estar com sua situação perante o Serviço Militar regularizada; e

g) ter idoneidade moral.

2.3.1 É vedada a admissão de candidatos possuidores de Certificado de Isenção do Serviço Militar, por incapacidade física ou moral.

2.3.2 É vedada a admissão de candidatos oriundos das Escolas Militares, desligados por motivo de conceito disciplinar.

2.3.3 É vedada a admissão de candidatos que tenham sido desligados do ITA por insuficiência de desempenho acadêmico ou por motivo disciplinar.

3 CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

3.1 A inscrição no processo seletivo far-se-á mediante "Requerimento de Inscrição", dirigido ao Reitor do ITA.

3.2 Os "Requerimentos de Inscrição" deverão ser encaminhados à Comissão Permanente da Seção de Vestibular (IVR-VEST), conforme estabelecido no edital do processo seletivo ao ITA.

3.3 A IVR-VEST divulgará, via internet, a relação nominal dos candidatos com inscrição deferida.

4 PROCESSO SELETIVO

4.1 A admissão de candidatos civis no 1º Ano do Curso Fundamental do ITA far-se-á por intermédio de processo seletivo, o qual os avaliará, sob os aspectos de escolaridade e de saúde.

4.2 O processo seletivo compreende:

a) exame de escolaridade; e

b) exame médico.

4.3 O Reitor do ITA, para a realização processo seletivo, nomeará, anualmente, uma Comissão Examinadora, à qual competirá, sob orientação da Comissão Permanente, pertencente à IVR-VEST, elaborar e corrigir as provas do exame de escolaridade.

4.3.1 A avaliação das provas é feita na escala de 0 (zero) a 10 (dez), considerando-se até a quarta casa decimal.

4.3.2 Cabe à Comissão Permanente proceder à classificação dos candidatos, segundo a ordem decrescente dos graus relativos, obtidos no exame de escolaridade, e remeter, após o resultado da inspeção de saúde, à Divisão de Assuntos Estudantis (IG-AES), a relação dos candidatos aprovados e classificados nas vagas fixadas anualmente pelo Comandante da Aeronáutica.

4.3.3 Compete à IVR-VEST comunicar aos candidatos aprovados no exame de escolaridade, classificados nas vagas fixadas, incluindo os candidatos reservas, a data e a hora de apresentação no ITA para o exame médico e o início das atividades.

5 EXAME DE ESCOLARIDADE

5.1 O exame de escolaridade constará de provas escritas, de caráter eliminatório, versando sobre matérias ministradas no Ensino Médio.

5.1.1 As provas são realizadas em impressos próprios, fornecidos pelo ITA.

5.1.2 Para cada local selecionado, será designada, anualmente, pelo Reitor do ITA, uma Comissão Fiscalizadora, a qual ficará encarregada da realização das provas.

5.1.3 As Comissões Fiscalizadoras prestarão, aos candidatos, as demais informações necessárias à realização das provas.

5.2 As provas são contidas em envelopes lacrados, os quais somente serão abertos, em cada local, por um membro da Comissão Fiscalizadora, nas datas e horas fixadas para o início das provas, perante os candidatos que a estas comparecerem.

5.3 Na eventualidade do candidato vir a ser eliminado na fase do exame de escolaridade, do processo seletivo, conforme previsto em Edital, a eliminação será feita pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora, na forma estabelecida pelo Reitor do ITA.

6 EXAME MÉDICO

6.1 Os candidatos aprovados no exame de escolaridade serão submetidos a exame médico, a fim de verificar sua condição física, para matrícula no ITA e no CPORAER-SJ.

6.1.1 O exame médico, de caráter eliminatório, será realizado pela Junta Regular de Saúde do Esquadrão de Saúde de São José dos Campos (ES-SJ), de acordo com a orientação da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA) e com o disposto no Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, que aprova as "Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC)".

7 HABILITAÇÃO E MATRÍCULA

7.1 São considerados habilitados para a matrícula os candidatos que, no exame de escolaridade, obtiverem média geral igual ou superior a 5 (cinco) e, em cada prova, grau igual ou superior a 4 (quatro).

7.1.1 Os candidatos habilitados são classificados de acordo com a média geral obtida, observando-se, como critério de desempate, os melhores resultados na prova de Matemática, Física e Química, nesta ordem. Prevalecendo o empate, qualificar-se-á o candidato de maior idade.

7.2 É considerado apto à matrícula o candidato habilitado que:

a) obtiver grau final superior a 5 (cinco) e estiver classificado dentro do número de vagas;

b) for julgado apto no exame médico, previsto na alínea "b", do item 4.2 desta Instrução; e

c) apresentar os documentos, abaixo relacionados, necessários para matrícula:

cópia da carteira de identidade;

certificado de conclusão do ensino médio;

histórico escolar do ensino médio;

carta patente, se oficial da reserva das Forças Armadas;

diploma de conclusão de curso, se declarado Aspirante a Oficial da Reserva das Forças Armadas;

certificado de alistamento militar ou certificado de reservista e, quando for o caso, outro documento que indique estar em dia com as obrigações militares, observada a legislação pertinente, em vigor;

título de eleitor, se for maior de 18 (dezoito) anos;

autorização do responsável (pai ou mãe), de acordo com o capítulo I, artigo 5º, inciso I da Constituição da República Federal do Brasil de 1988, para os candidatos menores de 18 (dezoito) anos (Termo de Tutela, se o documento for assinado pelo Tutor); e

2 (duas) fotografias 3 x 4 cm.

7.2.1 Não serão aceitos documentos que apresentem rasuras, emendas ou quaisquer outras irregularidades.

7.2.2 Os documentos podem ser apresentados em cópias devidamente autenticadas.

7.2.3 A não apresentação, no ato de habilitação para matrícula, de todos os documentos referidos na alínea "c" do item 7.2 desta Instrução implicará o cancelamento da inscrição e a anulação das provas realizadas.

7.3 Observado o disposto no item 7.2 desta Instrução, os candidatos aprovados no processo seletivo serão matriculados no ITA, no 1º Ano do Curso Fundamental.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O Comandante da Aeronáutica, mediante proposta do Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), fixará, anualmente e por especialidade, o número de vagas para Admissão de Candidatos Civis nos Cursos Fundamental e Profissional do ITA.

8.2 As instruções necessárias à realização do processo seletivo ao 1º Ano do Curso Fundamental do ITA, publicadas, em Edital específico, serão estabelecidas pelo Reitor do ITA, ao qual compete todas as providências previstas nesta Instrução, assim como a matrícula dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas que, anualmente, forem fixadas, de acordo com o disposto no item 8.1 desta Instrução.

8.2.1 A Reitoria do ITA expedirá, no que for de sua competência, modelos de documentos que forem necessários à Inscrição no processo seletivo.

8.3 O prazo de validade do processo seletivo se limitará ao ano para o qual foi realizado.

8.4 A inscrição de candidato para o processo seletivo ao ITA implica na aceitação irrestrita às condições do exame, sem direito algum à compensação resultante do não aproveitamento por falta de vagas, de indeferimento do pedido de inscrição, de anulação de inscrição ou eliminação do processo seletivo.

8.5 A escolha de especialidade para a matrícula no primeiro período do 1º Ano do Curso Profissional será realizada pelo aluno, de acordo com os seguintes requisitos cumulativos:

a) conclusão, com aproveitamento, do Curso Fundamental, após certificação pela Divisão de Registros e Controle Acadêmico (IG-RCA); e

b) ordem decrescente, a partir da classificação geral dos alunos, que considerará: (i) a média da nota obtida nos três primeiros períodos do Curso Fundamental, chamada de Nota acadêmica (Na); (ii) a nota obtida no Processo Seletivo, chamada de Nota do vestibular (Nv); e (iii) a nota obtida no Estágio de Formação Militar do CPORAER-SJ, chamada de Nota militar (Nm), na proporção de pesos Na:Nv:Nm, de 8:1:1. A classificação geral será gerada a partir da relação emitida pela Divisão de Registros e Controle Acadêmico (IG-RCA) no início do 4º semestre do Curso Fundamental, e o processo de definição de escolha será coordenado pela IG-DAE, atendido o número de vagas disponibilizadas por especialidade, fixadas anualmente pelo Comandante da Aeronáutica.

8.5.1 Caso ocorra o desligamento do aluno no CPORAER-SJ, por incapacidade física para o Serviço Militar da qual não decorra incapacidade para as atividades escolares do ITA, será considerada a proporção de pesos, Na:Nv:Nm, de 9:1:0.

8.5.2 Em caso de empate na classificação geral dos alunos, serão adotados os critérios de desempate adiante e na seguinte ordem:

a) maior Nota acadêmica, Na;

b) maior Nota do vestibular, Nv;

c) maior Nota militar, Nm; e

d) idade mais avançada.

8.5.3 Os alunos matriculados no 2º ano do Curso Fundamental, ocupando vagas destinadas aos optantes ao Quadro de Oficiais Engenheiros da Ativa da Aeronáutica (QOEng), estarão sujeitos às prescrições deste item e concorrerão, entre si, às vagas de especialidades destinadas à formação de Oficiais Engenheiros, nos termos do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975.

8.5.4 Em sendo criada especialidade, apenas os alunos concludentes do Curso Fundamental, do ano que antecede ao início do Curso Profissional, poderão concorrer às vagas, atendidos os requisitos do item 8.5.

8.6 Os alunos do ITA que optarem e forem selecionados para ingresso no QOEng deverão, ao final do Curso Fundamental, ser submetidos à inspeção de saúde, de acordo com as Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS) aplicável ao caso.

8.7 Aos alunos civis do ITA, será concedida uma bolsa de estudos que compreende ensino e alimentação.

8.7.1 Poderá ser concedida bolsa integral, incluindo hospedagem e prestação de serviços médicos e odontológicos, pelo Esquadrão de Saúde de São José dos Campos (ES-SJ) a ser renovada semestralmente, mediante solicitação à IG-AES e após avaliação socioeconômica, realizada por profissional do Serviço Social que atestará situação de vulnerabilidade social.

8.7.2 É facultado aos alunos civis do ITA a utilização dos seguintes benefícios, mediante indenização na forma de regulamentação própria:

a) hospedagem em dependência específica e apropriada destinada aos alunos de graduação regularmente matriculados no ITA; e

b) serviços médicos e odontológicos a serem prestados pelo Esquadrão de Saúde de São José dos Campos (ES-SJ).

8.8 O valor da taxa de inscrição e as demais instruções serão estabelecidas, anualmente, no edital do processo seletivo ao ITA, publicado em Diário Oficial da União.

8.9 O ITA não fornecerá, aos candidatos, apostilas, transportes, hospedagem e alimentação.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 CASOS NÃO PREVISTOS

O Reitor do ITA resolverá os casos não previstos nesta Instrução e baixará os atos complementares, necessários ao seu cumprimento.

PORTARIA GABAER Nº 302/GC3, DE 27 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a Matrícula, Deveres, Direitos, Regime Disciplinar e Exclusão do aluno do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto nos art. 1º e 2º da Lei nº 2.165, de 5 de janeiro de 1954, na Lei nº 6.165, de 9 de dezembro de 1974, no art. 120, § 1º, do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, e no Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975; para cumprimento do disposto no art. 14. do Regulamento do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 676/GC3, de 30 de abril de 2019, e considerando o que consta do Processo nº 67050.004771/2022-75, procedente do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, resolve:

Art. 1º As matrículas nos cursos do ITA serão feitas por ato do Reitor, após terem sido cumpridas as formalidades exigidas na legislação pertinente.

§ 1º O Curso de Graduação em Engenharia do ITA, com duração de cinco anos, é composto do Curso Fundamental, com duração de dois anos, e do Curso Profissional, com duração de três anos.

§ 2º Os candidatos ao Curso Fundamental, do ITA, aprovados no Concurso de Admissão e classificados nas vagas abertas, anualmente, por ato do Comandante da Aeronáutica, quando civis e não forem oficiais ou Aspirantes-a-Oficial da Reserva das Forças Armadas, serão, compulsoriamente, matriculados no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, de São José dos Campos (CPORAER-SJ), concomitantemente com sua matrícula no ITA.

§ 3º A matrícula no 1º ano do Curso Profissional do ITA, para os alunos civis que não forem Oficiais ou Aspirantes-a-Oficial da Reserva das Forças Armadas, somente será feita após o término, com aproveitamento, do Curso do CPORAER-SJ, ressalvado o caso previsto no item VI, do art. 6º, desta Portaria.

Art. 2º São deveres dos alunos de graduação:

I - comparecer, pontualmente, a todas as atividades escolares;

II - apresentar, com pontualidade, todos os trabalhos escolares exigidos;

III - dedicar-se exclusivamente às atividades escolares do Curso a que estiver matriculado, salvo outras que venham a ser especificamente autorizadas pela autoridade competente;

IV - observar rigorosa probidade na execução dos trabalhos escolares;

V - obedecer a todas as regras, normas, prescrições, instruções e ordens emanadas de autoridade competente; e

VI - apresentar-se sempre de maneira digna e correta, quer no Instituto, quer fora dele, de modo a manter elevado o conceito do ITA e da Aeronáutica.

Art. 3º Ao aluno do Curso de Graduação do ITA é assegurado:

I - a rematrícula uma única vez, quando excluído por ter sido julgado incapaz de prosseguir no curso, por Junta de Saúde da Aeronáutica;

II - a promoção ao período letivo seguinte, desde que cumpridas as formalidades para aprovação no período letivo anterior;

III - a revisão de prova, desde que solicitada no prazo estabelecido em instrução própria, por escrito e devidamente fundamentada, à autoridade competente;

IV - a bolsa de estudo que compreende ensino e alimentação;

V - a possibilidade de escolha de especialidade, no ato da matrícula no 1º ano do Curso Profissional, mediante processo de definição coordenado pela IG-DAE, atendido o número de vagas disponibilizadas por especialidade, de acordo com os critérios da ICA 37-24;

VI - a análise de sua situação acadêmica, a qual será feita por comissão de verificação de aproveitamento escolar do ITA;

VII - a graduação como Engenheiro, na especialidade que tiver cursado, ao concluir, com aproveitamento, o Curso de Graduação em Engenharia do ITA;

VIII - recorrer de punição, por escrito, à autoridade do ITA que a aplicou e em última instância ao Reitor do ITA; e

IX - a inclusão no Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da Ativa (QOEng), no Posto de 1º Tenente, a contar da data de conclusão, com aproveitamento, do Curso de Engenharia do ITA, observada a precedência hierárquica de acordo com a ordem decrescente de aproveitamento escolar em todo o Curso e satisfeitas, ainda, as seguintes condições:

a) tenha sido convocado como Aspirante-a-Oficial de Infantaria da Aeronáutica, Estagiário de Engenharia, ao ser matriculado no 1º ano do Curso Profissional do ITA, respeitada a legislação pertinente e, nestas condições, concluído o Curso;

b) tenha sido selecionado para inclusão no QOEng ao concluir o Curso de Engenharia do ITA; e

c) tenha satisfeito os demais requisitos previstos na legislação pertinente.

Art. 4º Os alunos civis dos cursos de graduação estão sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal em que hajam incorrido:

I - advertência verbal - aplicada pelo Chefe da Divisão de Alunos;

II - repreensão por escrito - aplicada pelo Chefe da Divisão de Alunos;

III - segunda época compulsória em uma ou mais disciplinas ministradas no período - aplicada pelo Chefe da Divisão de Alunos;

IV - segunda época compulsória em todas as disciplinas ministradas no período e trancamento compulsório de matrícula - aplicado pelo Pró-Reitor de Graduação; e

V - trancamento compulsório de matrícula e desligamento - aplicados pelo Reitor.

§ 1º As penalidades poderão ser aplicadas em caráter reservado.

§ 2º Os alunos militares dos cursos de graduação estão sujeitos, além das penalidades descritas neste artigo, às punições disciplinares decorrentes de faltas que caracterizem transgressão disciplinar, conforme o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica.

Art. 5º As penalidades previstas no artigo anterior serão aplicadas em caso de:

I - desobediência às determinações do Reitor, de qualquer membro do Corpo Docente ou de outra autoridade da Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos;

II - desrespeito a qualquer membro do Corpo Docente ou de outra autoridade da Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos;

III - falta de comparecimento ou atraso a qualquer atividade escolar, sem motivo justificado;

IV - não execução de exercícios, trabalhos práticos e outras tarefas, ou falta de pontualidade em sua apresentação;

V - perturbação da ordem;

VI - danos propositais ao material da Fazenda Nacional, além da obrigação de repor a coisa danificada ou indenizá-la;

VII - prática de ato atentatório à moral ou aos bons costumes;

VIII - prática de trote;

IX - improbidade na execução de trabalhos escolares;

X - prática de atos desonestos; e

XI - infração de prescrição legal ou regulamentar, ou de instruções expressas emanadas das autoridades competentes.

Art. 6º A exclusão do aluno, do Curso de Graduação que estiver realizando e, consequentemente, do ITA, verificar-se-á:

I - por conclusão do Curso de Graduação;

II - a pedido do interessado;

III - por desligamento do Curso por falta de frequência ou por insuficiência de aproveitamento, na forma prevista nas Normas Reguladoras para os Cursos de Graduação do ITA;

IV - por desligamento do Instituto por indisciplina, na forma estabelecida nesta Portaria;

V - por desligamento do Curso por improbidade na execução de trabalhos escolares;

VI - por desligamento do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, de São José dos Campos (CPORAER-SJ), salvo por incapacidade física para o Serviço Militar da qual não decorra incapacidade para as atividades escolares do ITA;

VII - por motivo de saúde, quando for julgado incapaz para as atividades escolares do ITA, por Junta de Saúde da Aeronáutica; e

VIII - por falecimento.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no item VI deste artigo ao aluno desligado do CPORAER-SJ com condições de rematrícula naquele Centro, caso em que será automaticamente trancada sua matrícula no ITA, com possibilidade de renovação na forma estabelecida em legislação pertinente.

Art. 7º As Normas Reguladoras para os Cursos de Graduação do ITA, estabelecendo as normas gerais referentes às condições de escolaridade, matrícula, ensino, situação militar do aluno, desligamento, rematrícula e outros aspectos relativos aos Cursos de Graduação, serão baixadas pelo Reitor do ITA e aprovadas pelo Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

Art. 8º Os dispositivos estabelecidos nesta Portaria aplicam-se, inclusive, aos alunos que estiverem realizando estágios curriculares fora do ITA.

Art. 9º Os casos não previstos serão submetidos à consideração do Comandante da Aeronáutica pelo Reitor do ITA, por intermédio do Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

Art. 10. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 560/GC3, de 20 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 161, de 21 de agosto de 2007, e

II - a Portaria nº 2.101/GC3, de 4 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 234, de 4 de dezembro de 2019.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

PORTARIA GABAER Nº 303/GC3, DE 27 DE MAIO DE 2022

Fixa vagas para matrícula nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), para o ano 2023.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, em conformidade com o previsto na Lei nº 6.165, de 9 de dezembro de 1974, no Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, e considerando o que consta no Processo nº 67750.001623/2022-10, procedente do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, resolve:

Art. 1º Fixar em 150 (cento e cinquenta) o número de vagas para admissão no Curso Fundamental do ITA, para o ano de 2023, de acordo com as necessidades do Comando da Aeronáutica, assim distribuídas:

I - Engenharia Aeronáutica: 23 (vinte e três);

II - Engenharia Eletrônica: 25 (vinte e cinco);

III - Engenharia Mecânica-Aeronáutica: 25 (vinte e cinco);

IV - Engenharia Civil-Aeronáutica: 18 (dezoito);

V - Engenharia de Computação: 32 (trinta e duas); e

VI - Engenharia Aeroespacial: 27 (vinte e sete).

Art. 2º As vagas fixadas no art. 1º serão reservadas e discriminadas da seguinte forma, para o início do Curso Profissional do ITA:

I - 114 (cento e catorze) vagas destinadas aos candidatos não optantes ao Quadro de Oficiais Engenheiros (QOEng), aprovados em Exame de Admissão, assim distribuídas:

a) Engenharia Aeronáutica: 16 (dezesseis);

b) Engenharia Eletrônica: 18 (dezoito);

c) Engenharia Mecânica-Aeronáutica: 22 (vinte e dois);

d) Engenharia Civil-Aeronáutica: 15 (quinze);

e) Engenharia de Computação: 24 (vinte e quatro); e

f) Engenharia Aeroespacial: 19 (dezenove).

II - 36 (trinta e seis) vagas destinadas aos candidatos optantes ao QOEng, aprovados em Exame de Admissão, assim distribuídas:

a) Engenharia Aeronáutica: 7 (sete);

b) Engenharia Eletrônica: 7 (sete);

c) Engenharia Mecânica-Aeronáutica: 3 (três);

d) Engenharia Civil-Aeronáutica: 3 (três);

e) Engenharia de Computação: 8 (oito); e

f) Engenharia Aeroespacial: 8 (oito).

Parágrafo único. As vagas enumeradas nos incisos I e II deste artigo serão preenchidas, dentro das respectivas opções de especialidade que o aluno do ITA manifestar no quarto Semestre do Curso Fundamental, conforme os critérios de meritocracia estabelecidos nas normas internas daquele Instituto.

Art. 3º Os casos não previstos serão resolvidos pelo Comandante da Aeronáutica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 11 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 303/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ESTÂNCIA FELICIDADE, situado no Município de Viamão, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.900087/2015-74. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 306/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ESTÁDIO ATLÉTICO PARANAENSE, situado no Município de Curitiba, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900686/2017-50. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 307/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo COSTA LESTE AEROVILLE, situado no Município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900760/2016-57. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 309/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ARIRIBÁ, situado no Município de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900584/2016-53. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 310/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo PENÍNSULA AVARÉ, situado no Município de Arandu, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.901159/2018-43. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 312/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo POUSO DAS ÁGUIAS, situado no Município de Quissamã, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67613.901121/2018-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 11 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 304SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ESPADIM, situado no Município de Paranhos, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900013/2022-67. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 305/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA VATICANO, situado no Município de Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.901002/2021-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 308/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BRASÍLIA, situado no Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima - RR. Processo nº 67615.900357/2021-75. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 311/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo URUAÇU, situado no Município de Uruaçu, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900100/2022-24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 313/SAGA, DE 12 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo COSTA ESMERALDA JURERÊ, situado no Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900279/2017-42. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 12 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 314/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo CLUBE CEU, situado no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67617.901279/2021-14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 315/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA TERERÉ, situado no Município de Antônio João, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900203/2022-84. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 17 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 316/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto JSAQ8L25, situado no Município de Guarujá, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900032/2019-58. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 319/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PRIVADO UMBARÁ ENERGY, situado no Município de Curitiba, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.901416/2018-47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 323/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto AD2202, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.003149/2015-68. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 17 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 317/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO VICENTE, situado no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901530/2021-82. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 318/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CANDOARA, situado no Município de Candói, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900186/2022-85. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 320/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA IMPERIAL, situado no Município de Sebastião Leal, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900484/2021-84. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 321/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MURANNO, situado no Município de Anápolis, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901644/2021-22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 322/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CAMPANA, situado no Município de Rio Brilhante, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900210/2022-86. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 324/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo GUACHO, situado no Município de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900811/2021-16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 325/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo CONDOMÍNIO AERONÁUTICO JW, situado no Município de Santa Rita, no Estado da Paraíba - PB. Processo nº 67614.900065/2022-23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 326/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ESPÍRITO SANTO I, situado no Município de Formosa do Rio Preto, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900086/2022-49. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 327/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo BELA UNIÃO, situado no Município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul - RS Processo nº 67613.900870/2021-86. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 328/SAGA, DE 18 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo RIO BRILHANTE, situado no Município de Rio Brilhante, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.901131 /2017-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 18 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 329/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo PRIVADO FAZENDA CATARINENSE, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67612.900179/2022-93. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 330/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOSÉ, situado no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900074/2022-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 331/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo COMANDANTE JORGE MELLO, situado no Município de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900022/2022-48. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 332/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA LEONARDO, situado no Município de Pedra Preta, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900349/2021-29. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 333/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PAU BRASIL, situado no Município de Itinga do Maranhão, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900080/2022-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 334/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo REGIONAL VALE DO JAGUARIBE, situado no Município de Morada Nova, no Estado do Ceará - CE. Processo nº 67614.900216/2022-43. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 336/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ITAPUA, situado no Município de Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67614.900718/2021-93. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 337/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA NAZARÉ, situado no Município de Buritizeiro, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900326/2022-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 338/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PINDARÉ, situado no Município de Bom Jesus das Selvas, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900053/2022-99. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 339/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo OURO VERDE, situado no Município de Aquiraz, no Estado do Ceará - CE. Processo nº 67614.900138/2022-87. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 340/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FAZENDA ROQUE, situado no Município de Itaberaí, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901443/2021-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 335/SAGA, DE 18 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ARENA FLY, situado no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901146/2020-07. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 19 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 341/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo EL SALVADOR, situado no Município de Nova Viçosa, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900098/2022-73. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 343/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA FÊNIX, situado no Município de Bonfim, no Estado de Roraima - RR. Processo nº 67615.900054/2022-33. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 344/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SERINHAÉM, situado no Município de Ituberá, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900046/2022-05. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 345/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto SANTA CASA DE CURITIBA, situado no Município de Curitiba, no Estado do Paraná - PR Processo nº 67613.900226/2022-99. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 346/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HAHN, situado no Município de Piracaia, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900279/2022-70. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 347/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto JEQUIÁ DA PRAIA, situado no Município de Jequiá da Praia, no Estado de Alagoas - AL. Processo nº 67614.900230/2022-47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 348/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA UIRAPURU, situado no Município de Formosa do Rio Preto, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900872/2021-65. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 349/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOÃO, situado no Município de Nova Granada, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.900514/2022-53. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 350/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MARIA HELENA, situado no Município de São João dos Patos, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67614.900816/2021-21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 351/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA RITA DE CÁSSIA, situado no Município de Mineiros, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900538/2022-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 353/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo DR. JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO, situado no Município de Capelinha, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900306/2022-54. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 352/SAGA, DE 19 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BMX TORRE C1, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901082/2017-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 354/SAGA, DE 20 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ESTÂNCIA MIL, situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900910/2018-94. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 356/SAGA, DE 20 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) para o Aeródromo BLUMENAU, situado no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900729/2021-83. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.mil.br/aga).

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.699, DE 26 DE MAIO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Helena -MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santa Helena - MA, no valor de R$ 503.014,09 (quinhentos e três mil quatorze reais e nove centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009754/2022-86.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.700, DE 26 DE MAIO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Félix do Xingu - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Félix do Xingu - PA, no valor de R$ 874.617,33 (oitocentos e setenta e quatro mil seiscentos e dezessete reais e trinta e três centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009784/2022-92.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n° 1690, de 25 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 14, Seção 1, Edição 100, de 27 de maio de 2022, onde se lê: "Reconhece situação de emergência em municípios do Estado de Pernambuco/PE", leia-se: "Reconhece situação de emergência em municípios do Estado da Paraíba/PB".

Ministério da Economia

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 351, DE 27 DE MAIO DE 2022

Prorroga, por até um ano, a suspensão da exigibilidade da medida antidumping sobre as importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5ml, 10ml ou 20ml, com ou sem agulhas, comumente classificadas nos subitens 9018.31.11 e 9018.31.19 da NCM, originárias da China.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e considerando as informações, razões e fundamentos presentes no Anexo Único e no Despacho Decisório nº 1513/2022/ME, e o deliberado em sua 194ª Reunião, ocorrida no dia 11 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por até um ano, a partir de 22 de junho de 2022, a suspensão da exigibilidade da medida antidumping aplicada sobre as importações de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5ml, 10ml ou 20ml, com ou sem agulhas, comumente classificadas nos subitens 9018.31.11 e 9018.31.19 da NCM, originárias da China, de que trata a Resolução Gecex nº 216, de 21 de junho de 2021.

Art. 2º A medida antidumping mencionada no art. 1º será extinta ao final do novo período de suspensão previsto no art. 1º, caso não seja reaplicada, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Art. 3º Tornar públicos os fatos que justificaram as decisões contidas nesta Resolução, conforme consta do Anexo Único.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

ANEXO ÚNICO

Os documentos referentes ao pleito de reaplicação da medida antidumping suspensa, por razões de interesse público, sobre as importações de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5ml, 10ml ou 20ml, com ou sem agulhas, comumente classificadas nos subitens 9018.31.11 e 9018.31.19 da NCM, originárias da China, foram acostados nos autos eletrônicos dos Processos SEI/ME 19972.101016/2020-21 (público) e 19972.101017/2020-76 (confidencial).

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de prorrogação da suspensão por mais 1(um) ano da medida antidumping suspensa, por razões de interesse público, sobre as importações de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5ml, 10ml ou 20ml, com ou sem agulhas, comumente classificadas nos subitens 9018.31.11 e 9018.31.19 da NCM, originárias da China, nos termos da Resolução GECEX nº 216, de 21 de junho de 2021.

2. Ressalte-se que, nos termos do art. 15 da Portaria Secex nº 13, caso o ato de suspensão por razões de interesse público não estabeleça a reaplicação automática da medida antidumping ao final do período de suspensão nele previsto, poderão ser apresentados pedidos de reaplicação da medida antidumping definitiva pelo prazo remanescente de sua vigência.

3. Ademais, conforme os §§ 2º e 3º do artigo 15, da referida Portaria, eventual pedido de reaplicação deverá ser apresentado sob a forma do Questionário de Interesse Público, que deverá ser preenchido com fatos supervenientes que possam alterar as conclusões constantes do parecer final da avaliação de interesse público anterior que recomendou a suspensão da medida antidumping definitiva, bem como deve ser apresentado nos autos do processo de avaliação de interesse público que deu origem à suspensão, no prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 4 (quatro) meses antes do vencimento da suspensão.

4. Em termos do histórico do pleito de reaplicação listado, vale ressaltar que a medida antidumping foi objeto de 1(uma) investigação original de dumping, 2(duas) revisões de final de período e 1(uma) avaliação de interesse público, conforme tópico seguinte.

1.1 Do histórico de investigações de dumping e avaliação de interesse público

1.1.1 Da investigação de dumping e das revisões

5. Em 23 de novembro de 2007, a Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda., (BD Brasil), protocolou no então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1 ml, 3 ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, quando originárias da China, de dano à indústria doméstica e de nexo causal entre esses.

6. A investigação antidumping foi iniciada por meio da Circular Secex nº 37, de 18 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2008 e foi encerrada por meio da Resolução Camex nº 53, de 17 de setembro de 2009, publicada no D.O.U. de 18 de setembro de 2009, com aplicação, por 5 anos, de direito antidumping definitivo na forma de alíquota específica de US$ 7,73/kg para a empresa chinesa Shanghai Kindly Enterprise Development Group Co. Ltd., e de US$ 10,67/kg para as demais empresas da China.

7. Em 30 de abril de 2014, a BD Brasil protocolou petição de início de revisão do direito antidumping aplicado às importações de seringas descartáveis quando originárias da China, com base no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

8. Após a análise das informações prestadas e presentes os elementos de prova cabíveis, tendo sido verificada a existência de elementos suficientes que justificavam a abertura, a revisão foi iniciada por meio da Circular Secex nº 54, de 16 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2014.

9. Por fim, tendo sido verificado ser muito provável a retomada da prática de dumping de seringas descartáveis da China para o Brasil e do dano dela decorrente, a revisão foi encerrada por meio da Resolução Camex nº 58, de 19 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2015 com a prorrogação da aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por quilogramas, no montante de US$ 4,55/kg.

10. Em 28 de maio de 2019, foi publicada a Circular Secex nº 34, de 27 de maio de 2019, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1 ml, 3 ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, comumente classificados nos subitens 9018.31.11 e 9018.31.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, encerrar-se-ia no dia 22 de junho de 2020.

11. Com base na Circular Secex nº 39/2020, de 19 de junho 2020, foi iniciada em 22 de junho de 2020 a revisão da medida antidumping aplicada às seringas descartáveis de uso geral originárias da China.

12. Ao final, ficou comprovada a probabilidade de retomada da prática de dumping nas exportações de seringas descartáveis para uso geral originárias da China, e de provável retomada do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, caso os direitos antidumping não fossem renovados. Nos termos do §4º do art. 107 do Regulamento Brasileiro, em caso de determinação positiva para a probabilidade de retomada de dumping, na hipótese de não ter havido exportações do país ao qual se aplica a medida antidumping, ou de ter havido apenas exportações em quantidades não representativas durante o período de revisão, recomenda-se a prorrogação do direito antidumping em montante igual ou inferior ao do direito em vigor.

13. Nesse sentido, a revisão foi encerrada por meio da Resolução Gecex nº 216, de 21 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2021 com a prorrogação da aplicação do direito antidumping definitivo em montante inferior ao então vigente, na forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por quilogramas, no montante de US$ 3,99/kg.

14. Apresentado o histórico de investigações e revisões, segue tabela-resumo com a evolução da medida antidumping aplicada às importações do produto sob análise:

Evolução da medida antidumping aplicada às importações do produto em análise (NCM 9018.31.11 e 9018.31.19)

Investigação	Origem	Produtor/Exportador	Medida Antidumping (US$/kg)	Alíquota Ad Valorem (%)
Original	China	Shanghai Kindly Enterprise Development Group Co. Ltd	7,73	272,9
		Demais empresas	10,67	376,7
1ª revisão	China	Todos	4,55	160,6
2ª revisão	China	Todos	3,99	140,9

Fonte: Parecer DECOM nº 18/2009, Parecer DECOM nº 27/2015, Parecer SDCOM nº 18/2020 e Parecer SDCOM nº 26/2021.
Elaboração: SDCOM.

1.1.2 Das decisões por razões de interesse público

15. No intuito de facilitar o combate à pandemia de saúde decorrente do Covid-19, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX) decidiu, por meio da Resolução GECEX nº 23/2020, publicada no DOU de 26 de março de 2020, suspender, até 30 de setembro de 2020, por interesse público, os direitos antidumping aplicados às importações das seringas descartáveis originárias da República Popular da China. Em 1º de outubro de 2020, o período de suspensão se encerrou e os direitos antidumping voltaram a vigorar.

16. Novamente, em 07 de janeiro de 2021, sobre o mesmo tema de combate à pandemia de saúde decorrente do Covid-19, o GECEX decidiu suspender, até 30 de junho de 2021, por interesse público, os direitos antidumping aplicados às importações das seringas descartáveis originárias da República Popular da China. A decisão consta na Resolução GECEX nº 145/2021, publicada no DOU de 07 de janeiro de 2021.

17. Sobre a referida renovação da suspensão do direito antidumping, cabe indicar as conclusões alçadas pelo Ministério da Saúde, em NOTA TÉCNICA Nº 2/2021-CGITS/DGITIS/SCTIE/MS, referendando o pleito de renovação da suspensão, conforme o trecho a seguir:

Dessa maneira, visando garantir a vacinação da população brasileira contra a Covid-19, minimizando possíveis restrições na oferta de seringas descartáveis, o Ministério da Saúde solicita ao Gecex a suspensão dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas quando originárias da China, enquanto durar a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

18. Além disso, as alíquotas ad valorem do Imposto de Importação (II) dos subitens tarifários correspondentes a seringas foram reduzidas a zero por cento (0%), tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Covid-19, desde a publicação da Resolução GECEX nº 17/2020, de 17 de março de 2020, até o dia 30 de junho de 2021, conforme as Resoluções GECEX nº 133/2020 e nº 146/2021.

19. Convém destacar que as suspensões acima listadas, por razões de interesse público, foram tratadas em sentido mais amplo como no combate à pandemia do Covid-19, uma vez que a cláusula de interesse público pode ser amparada por avaliação de interesse público de cunho técnico conduzida pela SDCOM, com base na Portaria Secex nº 13, de 2020, ou ser aplicada com base em razões de interesse público mais abrangentes, nos termos do art. 3º do Decreto nº 8.058/2013, do art. 7º do Decreto nº 10.044/2019 e do Art. 29 da Portaria Secex nº 13, de 2020.

20. De todo modo, foi conduzida também avaliação de interesse público sobre a medida antidumping em vigor, seguindo os trâmites previstos na Portaria Secex nº 13/2020. Em 8 de janeiro de 2021, foi publicada a Circular Secex nº 1, de 7 de janeiro de 2021, que, com base no Parecer SEI nº 20.661/2020/ME, de 6 de janeiro de 2021, instaurou a referida avaliação.

21. Após análise dos elementos apresentados nos autos, constatou-se que:

"a. o produto é considerado um bem de consumo intermediário com aplicação para o setor de saúde;

b. O produto é típico da cadeia de suprimentos de serviços hospitalares, e tem como elos principais a montante as indústrias produtoras de polipropileno, papel, rolha e filme. A montante, há insumos diversos com destaque para a cadeia termoplástica, com uso de resina de polipropileno. A jusante, as seringas descartáveis são consumidas por clientes dos setores público e privado, principalmente hospitais, clínicas, laboratórios e farmácias. Contudo, não há elementos a respeito de outros elos da cadeia produtiva a jusante do referido produto;

c. em que pese a aparente possibilidade de substitutibilidade parcial do produto sob análise por seringas com dispositivos de segurança, não há elementos conclusivos para definir a extensão desse grau de substituição em termos de produção e de viabilidade econômica, em termos da demanda e oferta;

d. o mercado brasileiro se manteve altamente concentrado na maior parte do período sob análise, com oscilações pontuais para o nível moderado apenas em T5 e T8.

e. a China figurou como a maior produtora global de seringas descartáveis, seguida por Europa e América do Norte. Ademais, entre 2015 e 2020, a região cuja produção apresentou maior crescimento foi a América do Norte ([CONFIDENCIAL] %). Por outro lado, a China apresentou o menor crescimento ([CONFIDENCIAL] %) nesse período;

f. Em relação aos efeitos da pandemia, deve-se ter cautela quanto à delimitação sobre as condições da oferta internacional e da efetiva penetração das importações chinesas no Brasil, uma vez que os reflexos da pandemia são ainda incertos e de complexo entendimento nas condições da oferta internacional do produto, de modo que avaliar cenários futuros sem a delimitação da completude de sua extensão poderia acarretar estimativas parciais ou ainda resultados imprecisos sobre oferta e demanda do produto, até porque o produto sob análise tem grande sensibilidade nas ações de combate à pandemia.

g. em 2020 os quatro principais exportadores mundiais de seringas descartáveis foram responsáveis por 57,5% da oferta mundial, distribuídos entre EUA (1º lugar, com 17,3%), China (2º lugar, com 15,2%), França (3º lugar, com 13,8%) e Alemanha (4º lugar, com 11,2%);

h. China, Suíça, Hungria, México e Países Baixos aparecem como os cinco maiores países exportadores líquidos de seringas descartáveis em 2020;

i. a dinâmica dos preços das importações brasileiras de seringas descartáveis sugere que a aplicação da medida antidumping teve o condão de criar origens competitivas em preço, rivalizando com a origem em análise (China), algo já delineado com a penetração das importações observada das origens Paraguai, Índia e Colômbia. Nesse ponto, convém destacar os preços competitivos e relativamente estáveis destas três origens referidas. Por fim, destaque-se que, no período de T12 a T15, os preços médios das seringas importadas de Paraguai, Índia e Colômbia, convergiram para o mesmo patamar. Este patamar de preço corresponde a 46,6% do preço médio da seringa chinesa ao longo do mesmo período;

j. a aplicação do direito antidumping em T6 e T11 teve o condão de inibir de forma expressiva as importações brasileiras de seringas descartáveis da origem investigada. Por outro lado, a imposição de tal direito abriu espaço para a penetração das importações de origens não gravadas, em especial do Paraguai, da Índia e da Colômbia. Com efeito, origens não gravadas ocuparam cerca de [CONFIDENCIAL] % das importações em T15, com destaque para Colômbia ([CONFIDENCIAL] %), Índia ([CONFIDENCIAL] %) e, principalmente, Paraguai ([CONFIDENCIAL] %);

k. nota-se que não há outras medidas de defesa comercial aplicadas pelo Brasil às importações de seringas descartáveis provenientes de outras origens, além da China;

l. a tarifa brasileira de importação de seringas descartáveis de 16% está acima do patamar praticado por 96% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC. Na comparação com os cinco maiores exportadores do produto em 2019, o II brasileiro é maior que as tarifas de importação médias praticadas pelos EUA (0%), China (8%), França (0%), Alemanha (0%) e Suíça (0%);

m. dentre os países aos quais foram concedidas preferências tarifárias, Paraguai e Colômbia exportam volumes significativos de seringas para o Brasil;

n. considerando-se a aplicação dos direitos antidumping definitivos como marco inicial, constata-se que as medidas estão em vigor há quase 12 anos;

o. não foram encontradas possíveis barreiras não tarifárias impostas pelo Brasil a outros países relacionadas ao código 9018.39.99 do Sistema Harmonizado na comparação mundial, conforme código 9018.31 do SH;

p. A participação da indústria doméstica no mercado brasileiro decresceu 22% (de [CONFIDENCIAL] unidades para [CONFIDENCIAL] unidades) de T1 a T15, a despeito do crescimento de 77,1% (de [CONFIDENCIAL] unidades para [CONFIDENCIAL] mil unidades) do mercado brasileiro nesse período. Da mesma forma, as importações de seringas chinesas caíram 16,8% (de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] unidades) entre T2 e T15. Por outro lado, as importações das origens não gravadas aumentaram expressivos 2.879,7% (de [CONFIDENCIAL] unidades para [CONFIDENCIAL] unidades) ao longo de T1 a T15

q. A indústria doméstica de seringas descartáveis tende a priorizar suas vendas para o mercado interno. O comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou uma restrição à oferta, visto que a evolução de preços seguiu, em grande medida, a tendência de custos de produção. Considerando todo o período analisado, o preço do produto da indústria doméstica teve aumento de 84,2%, enquanto o índice de produtos industriais aumentou em 241,0%. O preço de venda da indústria doméstica foi, em regra, superior ao preço do produto importado (calculado na condição CIF). Tanto em relação aos preços das origens gravadas quanto das demais origens, o preço da indústria doméstica foi superior à origem gravada em quase todos os períodos com exceção de T11 e T12;

r. Não foram obtidos, no curso da presente avaliação de interesse público, elementos sobre possíveis restrições em termos de qualidade e variedade do produto sob análise.

s. na retirada dos direitos antidumping, o Modelo de Equilíbrio Parcial estima que o índice de preço do produto se reduziria em 2,56% e a quantidade total demandada no mercado brasileiro apresentaria elevação de 0,91%. No cômputo geral, estima-se que

o bem-estar líquido da economia seria elevado em US$ 1,09 milhão a partir da retirada dos direitos em análise;

t. no exercício de imposição dos direitos vigentes no cenário anterior à aplicação as estimativas do Modelo de Equilíbrio Parcial indicam que, tendo em vista os valores centrais das faixas de elasticidade assumidas, o índice de preço do produto aumentaria em 10,43% e a quantidade demandada no mercado brasileiro cairia 3,41%. No cômputo geral, estima-se que o bem-estar líquido da economia seria reduzido em US$ 3,07 milhões a partir da aplicação do direito em análise."

22. Diante de tais elementos, a referida avaliação se encerrou com as seguintes considerações e recomendação:

"Verifica-se, portanto, que o produto em tela é típico da cadeia de suprimentos de serviços hospitalares e possui características de essencialidade no contexto de saúde pública na crise sanitária vigente e da vacinação da população brasileira em face da pandemia do Covid-19.

Sobre a oferta internacional, ao longo do período de T1 a T15, foram constatadas evidências que sinalizam a perda de relevância da origem gravada China no mercado brasileiro, em função do desvio de comércio para origens não gravadas, tanto em termos de volume, quanto em termos de preço, principalmente com elevada penetração de importações no país, como Paraguai, Índia e Colômbia. Nessa condição, observou-se a regionalização, no âmbito do Mercosul, da competição pelo mercado brasileiro de seringas, uma vez o grupo SRL - produtora nacional - possui plantas produtivas no Brasil e no Paraguai, sendo este país a origem exportadora mais relevante nas importações - em termos de volume - entre T11 e T13 e em T15.

Principalmente a partir da entrada da origem Paraguai pelo grupo SRL no Brasil, observou-se que a regionalização, em certa medida, impactou na concentração deste mercado, que se manteve altamente concentrado na maior parte do período sob análise, com oscilações pontuais para o nível moderado apenas em T5 e T8.

Em relação aos efeitos da pandemia, por mais que seus reflexos sejam incertos e de complexo entendimento nas condições da oferta internacional do produto, não se pode afastar que, quando se observa a evolução das importações no período de suspensão do direito antidumping (T16 e T17), a origem investigada China aumentou suas exportações para o Brasil nesse período, especialmente no cenário de suspensão dos direitos antidumping. Nesse contexto, evidenciou-se sinalização de realocação da participação das importações brasileiras nesse curto prazo, como também a contribuição dessa origem no atendimento da demanda interna do produto na composição das importações brasileiras no contexto da pandemia.

Não obstante a isso, sobre as condições da oferta nacional, retoma-se que apenas entre T1 e T3, a indústria doméstica apresentou capacidade instalada para atender o mercado brasileiro de seringas descartáveis. Observou-se ainda que a indústria doméstica e a produção nacional, a priori, não teriam produção nem capacidade instalada efetiva suficientes para suprir a demanda do mercado brasileiro de seringas descartáveis com base nos dados obtidos, o que pode explicar a necessidade de complementaridade de importações para atendimento da demanda do mercado brasileiro. Deve-se ressalvar, no entanto, que não foram aportados aos autos de interesse público a capacidade instalada dos produtores nacionais em sua completude (ou seja, da SRL e Injex), mas tão somente da indústria doméstica (BD Brasil).

Ainda que se tenham argumentos, nos autos, dos esforços de produção de seringas pela BD Brasil para atendimento da demanda interna brasileira ou até mesmo condições para abastecimento da demanda por completo no período atual, não se pode descartar uma possível restrição na adequação da oferta nacional em termos da necessidade de prévio planejamento para abastecimento, quando se toma em conta a expansão deste mercado pela relevância deste produto em serviços médicos-laboratoriais em época de pandemia com demanda para vacinação.

Nesse sentido, pontua-se a atuação da SENACON/MJ, a qual asseverou que as informações fornecidas pela BD Brasil indicaram que a maximização da produção de tais produtos não ocorreria de maneira imediata, pois dependeria de fatores externos como a disponibilização de matéria-prima, da negociação de aumento de turnos com o sindicato da categoria - para incluir três turnos ao invés de dois -, do cancelamento de férias coletivas, dentre outros. Da mesma forma, outro produtor nacional, a SRL teria indicado possível fator limitante da quantidade produzida de seringas seria os moldes e máquinas de montagem. Por outro lado, não foram identificados elementos que apontem restrição à oferta nacional em termos de preço, visto que a evolução de preços seguiu, em grande medida, a tendência de custos de produção. Com efeito, a evolução de preços da indústria doméstica foi inferior ao aumento registrado pelo índice de produtos industriais.

Nestes termos, não se pode descartar preocupações sobre a capacidade de atendimento da indústria doméstica em atender no curto prazo a demanda imediata do mercado brasileiro por seringas descartáveis, para fins da intensificação da vacinação da população brasileira em face da pandemia do Covid-19. Sem os devidos ajustes produtivos e de mão-de-obra, bem como o necessário planejamento prévio das encomendas por parte do governo federal em um cenário atípico de crise sanitária, pode haver, em certo grau, dificuldade para atendimento de curto prazo da demanda imediata do mercado brasileiro por seringas descartáveis.

Diante do exposto, entende-se que existem elementos excepcionais que justificam a suspensão da medida de defesa comercial por interesse público por 1 (um) ano, nos termos do inciso I, do art. 14 da Portaria Secex 13/2020.

Espera-se que, com o avançar do calendário de vacinação, superado o período inicial de intensificação da vacinação da população brasileira, aliado ao planejamento, ao fracionamento futuro e à previsibilidade da entrega das vacinas, será possível estabilizar a demanda nacional e aumentar a capacidade produtiva da indústria doméstica (atualmente com ociosidade de [CONFIDENCIAL] % para atender em maior proporção ao mercado nacional. Tais circunstâncias, adicionadas à permanência de origens alternativas de importação para o atendimento da demanda nacional, poderão ensejar, após 1 (um) ano de suspensão por interesse público, a reaplicação da medida de defesa comercial em face das importações chinesas, caso não mais subsistam os elementos excepcionais decorrentes da vacinação da pandemia do Covid-19 que justificam a presente recomendação de suspensão da medida de defesa comercial por razões de interesse público.

Nestes termos, sugere-se a suspensão das medidas antidumping definitivas sobre importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, comumente classificadas nos itens tarifários 9018.31.11 e 9018.31.19 da NCM, originárias da China, por um ano, prorrogável uma única vez por igual período, na forma do art. 3º, I, do Decreto nº 8.058/2013."

23. Desse modo, a Resolução Gecex nº 216/2021, que prorrogou a medida antidumping, suspendeu, por até um ano, prorrogável uma única vez por igual período, a exigibilidade da medida antidumping aplicada sobre as importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5ml, 10ml ou 20ml, com ou sem agulhas, originárias da China.

2. PLEITO DE REAPLICAÇÃO DAS MEDIDAS ANTIDUMPING

24. Em 22 de março de 2022, a BD Brasil apresentou QIP com pedido de reaplicação da medida antidumping sobre as importações brasileiras de seringas originárias da China, suspensa em razão de interesse público pela Resolução Gecex nº 216/2021.

25. O QIP protocolado faz menção, em grande medida, à instrução probatória apresentada ao longo da avaliação de interesse público realizada em paralelo à segunda revisão de final de período. Nesse sentido, a pleiteante da reaplicação das medidas, BD Brasil, se absteve de juntar elementos novos aos autos em grande parte dos tópicos analisados durante uma avaliação, conforme será descrito a seguir.

26. Basicamente, o pleito de reaplicação das medidas apresentado pela BD Brasil foi fundamentado pelos seguintes argumentos:

a. aumento de exportações dos principais países exportadores no período mais recente;

b. diversificação de origens exportadoras capazes de competir com a China no fornecimento de seringas para o mercado global;

c. as importações chinesas teriam perdido participação no total importado pelo Brasil e existiriam fontes alternativas, como Paraguai, Índia, Estados Unidos e Colômbia;

d. haveria medidas antidumping em vigor na Argentina, com aplicação suspensa até 31 de dezembro de 2022, o que poderia gerar desvio de comércio prospectivamente;

e. o grupo BD teria tomado medidas necessárias para garantia do abastecimento de seringas e estaria executando uma reorganização mundial de suas plantas produtivas, com investimentos que superariam US$ 1,2 bilhão em quatro anos de execução;

f. a produção diária do país poderia ser de 6 milhões de seringas por dia, enquanto o recorde de doses aplicadas da vacina contra a Covid-19 no Brasil teria sido de 3,3 milhões de unidades;

g. as circunstâncias sob as quais a decisão de suspensão teria sido tomada não estariam mais vigentes. A demanda nacional por seringas descartáveis teria apresentado declínio, não se configurando mais uma demanda extraordinária que ensejaria preocupações sobre abastecimento; e

h. ainda que subsistisse a preocupação de desabastecimento restrita às seringas de 1ml, não haveria motivação para a suspensão dos direitos antidumping sobre as seringas com capacidade de 3 ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml.

3. DO INDEFERIMENTO DO PLEITO DE REAPLICAÇÃO DAS MEDIDAS ANTIDUMPING

27. Apresentados os elementos trazidos pela pleiteante da reaplicação das medidas, traz-se à tona o que a Portaria Secex nº 13, de 29 de janeiro de 2020, prevê sobre pedidos de reaplicação de medida antidumping definitiva suspensa pelo prazo remanescente de sua vigência.

28. Essa portaria estabelece em seu art. 15, caput, que, caso o ato de suspensão não estabeleça a reaplicação automática da medida antidumping ao final do período de suspensão nele previsto, poderão ser apresentados pedidos de reaplicação da medida antidumping definitiva pelo prazo remanescente de sua vigência.

29. Não sendo apresentados tais pedidos, o §1º estabelece que a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) remeterá automaticamente ao Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, após expirado o prazo mínimo previsto para protocolo, recomendação de prorrogação da suspensão por mais 1 (um) ano ou, em casos em que a prorrogação já tiver ocorrido, recomendação de extinção da medida antidumping.

30. Os parágrafos do art. 15, por sua vez, dispõem sobre requisitos para apresentação de eventual pedido de reaplicação.

31. Como requisitos formais, são previstas a forma de Questionário de Interesse Público (§2º) e o prazo de no mínimo de 3 (três) meses e máximo de 4 (quatro) meses antes do vencimento da suspensão da medida antidumping definitiva (§3º).

32. Já como requisito material, o §2º determina que o referido Questionário de Interesse Público deverá ser preenchido com fatos supervenientes que possam alterar as conclusões constantes do parecer final da avaliação de interesse público anterior que recomendou a suspensão da medida antidumping definitiva.

33. Nesse sentido, voltando ao pedido de reaplicação de medidas protocolado pela BD Brasil, percebe-se que os requisitos formais foram cumpridos, na medida em que: i) houve apresentação de QIP; e ii) o QIP foi protocolado em 22 de março de 2022, 3 (três) meses antes do vencimento da suspensão da medida em 22 de junho de 2022.

34. Não obstante, a SDCOM identificou que não foram apresentados fatos supervenientes que pudessem alterar as conclusões constantes do parecer final da avaliação de interesse público anterior que recomendou a suspensão da medida antidumping definitiva.

35. Para explicitar tal situação, foi elaborada a tabela a seguir, relacionando os critérios analisados em uma avaliação de interesse público (AIP), conforme estabelecido no Guia de Interesse Público em Defesa Comercial, e os elementos apresentados pela BD Brasil, detalhando a análise dos pontos suscitados no QIP apresentado:

Análise acerca da existência de fatos supervenientes no Questionário de Interesse Público apresentado pela BD Brasil	
Critérios Analisados	Fatos supervenientes apresentados no QIP da BD Brasil
I. Características do produto, da cadeia produtiva e do mercado de produto sob análise	
I.1 Características do produto sob análise	Não há. A pleiteante faz referência ao QIP apresentado no âmbito da última AIP.
I.2 Cadeia produtiva do produto sob análise	Não há. A pleiteante faz referência ao QIP apresentado no âmbito da última AIP.
I.3 Substitutibilidade do produto sob análise	Não há. A pleiteante faz referência ao QIP apresentado no âmbito da última AIP.
I.4. Concentração do mercado do produto sob análise	Não há. A pleiteante faz referência às conclusões da SDCOM na última AIP, assim como ao QIP apresentado naquela oportunidade.
II. Oferta internacional do produto sob análise	
II.1 Origens alternativas do produto sob análise	Não há. Sobre dados de produção mundial, faz referência ao QIP apresentado no âmbito da última AIP. Sobre exportações mundiais, balança comercial dos principais exportadores e importações brasileiras, apresenta dados incapazes de alterar as conclusões da última AIP. Com efeito, o aumento de exportações, a perda de participação das importações chinesas e a existência de outras origens para importações são elementos alinhados com a análise já realizada e que, portanto, corroboram as conclusões alcançadas nesse tópico da oferta internacional.
II.2 Barreiras tarifárias e não tarifárias ao produto sob análise	Não há. A pleiteante faz referência às conclusões da SDCOM na última AIP, assim como ao QIP apresentado naquela oportunidade. Acerca da suspensão das medidas antidumping aplicadas pela Argentina, trata-se de ato de março de 2020, anterior à instauração da última AIP, não se configurando, portanto, como fato novo.
III. Oferta nacional do produto sob análise	
III.1 Consumo nacional aparente do produto sob análise	Não há. A pleiteante faz referência às conclusões da SDCOM na última AIP, assim como ao QIP apresentado naquela oportunidade. Importante destacar que os dados de vendas da indústria doméstica não foram atualizados nem para o cenário recente já considerado na última AIP (T16 e T17), o que impossibilita analisar as variações de mercado alegadas pela BD Brasil, como declínio da demanda nacional.
III.2 Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos	Não há. A pleiteante faz referência a divulgações do Grupo BD datadas de dezembro de 2020, sobre recebimento de pedidos e realização de investimentos, não se configurando, portanto, como fato novo. Sobre dados de produção, a empresa se reporta ao QIP apresentado na última AIP. A Nota Técnica nº 996/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS emitida pela Ministério da Saúde em agosto de 2021, por sua vez, reforça a escassez de seringas de 1 ml, modelo inserido no escopo do produto objeto de medida antidumping.
III.3 Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade	Não há. A pleiteante faz referência às conclusões da SDCOM na última AIP, assim como ao QIP apresentado naquela oportunidade.
IV. Impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional	
IV.1 Impactos na indústria doméstica	Não há. A pleiteante faz referência a documentos apresentados no âmbito da revisão de final de período, assim como ao QIP apresentado na última AIP.
IV.2 Impactos na cadeia a montante	Não há. A pleiteante faz referência ao QIP apresentado na última AIP.
IV.3 Impactos na cadeia a jusante	Não há. A pleiteante faz referência às conclusões da SDCOM na última AIP, assim como ao QIP apresentado naquela oportunidade. Ademais, não traz informações que se configuram como fatos supervenientes.

Elaboração: SDCOM.

36. Assim, as informações apresentadas pela BD Brasil já foram previamente analisadas pela SDCOM na avaliação de interesse público anterior, não preenchendo, portanto, com os requisitos mínimos previstos no §2º do art. 15 da Portaria Secex 13/2020, sobre o preenchimento de com fatos supervenientes que possam alterar as conclusões constantes do parecer final da avaliação de interesse público anterior que recomendou a suspensão da medida antidumping definitiva, fulcro central da análise de um pedido de reaplicação das medidas antidumping.

37. Nessa lógica, com base no Despacho n. 03188/2021/PGFN/AGU, contido no Parecer nº 680/2021/PGAPCEX/PGFN/AGU, tem-se que:

"Quando o §2º do art. 15 determina que somente serão aceitos pedidos de reaplicação preenchidos com fatos supervenientes, está a se dizer que a decisão pela aplicação de medidas antidumping com suspensão por um ano (art. 14, I), possui o caráter rebus sic stantibus, ou seja, pode ser alterada se alterada a situação que lhe deu ensejo. Em outras palavras, "estando assim as coisas" o processo continuará o seu fluxo, seguindo as decisões já tomadas, com base nas informações e fatos outrora disponíveis.

Se a parte interessada não apresenta fatos novos, ou seja, supervenientes à própria decisão que justifiquem a sua reforma ou mesmo uma nova decisão, é sinal de que a situação não se alterou e portanto, não há que se falar em modificação da decisão pela autoridade administrativa.

Mais ainda, a manifestação que apenas repete fatos e fundamentos já apresentados

anteriormente, sem trazer aos autos "fatos supervenientes" apresenta preclusão consumativa. Isto é, este ato já foi praticado pela parte anteriormente, ou lhe foi dada a oportunidade, e não foi aproveitado no momento certo. Assim sendo, o pedido de reaplicação de medida suspensa que não traga fatos supervenientes por ser considerada preclusa."

38. Recorde-se, ainda, que uma nova avaliação de interesse público, no âmbito de um pedido de reaplicação de medida antidumping, não possui natureza jurídica de pedido de reconsideração e/ou recurso administrativo, dado que esse trâmite processual é diverso e de caráter sumário (de 3 a 4 meses para análise e decisão). Logo, igualmente não pode ser confundido com a condução de uma nova avaliação de interesse público de forma concomitante a uma investigação de defesa comercial.

39. Isto posto, não foram apresentados pela BD Brasil fatos novos ou supervenientes que ensejassem sequer a análise do pleito de reaplicação da medida antidumping, como disciplina o §2º do art. 15 da referida Portaria, pelo não preenchimento do requisito material, qual seja, a apresentação de fatos supervenientes que possam alterar as conclusões constantes do parecer final da avaliação de interesse público anterior que recomendou a suspensão da medida antidumping definitiva.

40. Ressalte-se que o único elemento novo apresentado pela pleiteante, a Nota Técnica nº 996/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS emitida pela Ministério da Saúde em agosto de 2021, reforça os elementos considerados na última avaliação de interesse público, contrapondo-se à tese defendida pela pleiteante no pedido de reaplicação, conforme a seguir:

"Contudo, o quantitativo necessário de seringas de 1 mL entregues pelos fornecedores é inferior à quantidade de vacinas produzidas. Além do revés na aquisição desses insumos no mercado interno, a própria OPAS relata dificuldades em encontrar disponibilidade de seringas de 1 ml no mercado internacional, haja vista o volume solicitado pelo Brasil."

41. A respeito desse aspecto, vale reforçar que as seringas de 1 ml estão inseridas no escopo do produto objeto de medida antidumping e que a definição desse escopo é discutida apenas no âmbito da investigação de dumping, não cabendo às avaliações de interesse público adentrar nesse mérito. Assim, fica comprometido o argumento da BD Brasil acerca do amplo atendimento à demanda por seringas e corroboram-se as preocupações levantadas na última avaliação sobre a capacidade de atendimento da indústria doméstica em atender, no curto prazo, o mercado brasileiro de seringas descartáveis, para fins de vacinação da população brasileira em face da pandemia do Covid-19.

42. No que se refere à pandemia, registra-se que não foram trazidas informações, acompanhadas de dados e elementos de prova relevantes, que mostrassem o declínio da demanda nacional por seringas descartáveis, valendo-se de meras alegações sem carga probatória.

43. A esse respeito, é de conhecimento amplo que o pico de novos casos de Covid-19 no Brasil, considerando todo o período de pandemia, ocorreu em janeiro de 2022. Ademais, desde a tomada de decisão de suspensão da medida antidumping em junho de 2021, a vacinação manteve fluxo intenso, com aplicação de doses de reforço, como é de conhecimento público.

44. Assim, com base no que foi exposto, a SDCOM indeferiu, por meio do Despacho Decisório nº 1252/2022/ME, o pleito de reaplicação da medida antidumping sobre as importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5ml, 10ml ou 20ml, com ou sem agulhas, comumente classificados nos subitens 9018.31.11 e 9018.31.19 da NCM, originárias da China, em função do não cumprimento do §2º do art. 15 da Portaria Secex nº 13/2020.

45. Por fim, registre-se que o Despacho Decisório nº 1252/2022/ME foi enviado para a parte requerente em 4 de abril de 2022, tendo transcorrido, sem qualquer manifestação, o prazo para interposição de recurso administrativo de 10 (dez) dias previsto no art. 59 da Lei nº 9.784/1999.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

46. Ante os elementos apresentados acima, tem-se que:

a. o pleito de reaplicação das medidas antidumping interposto pela BD Brasil foi indeferido por ausência de fatos supervenientes, uma vez que não foram apresentados fatos novos, ou seja, supervenientes, consistentes em requisitos materiais necessários para a análise do pleito de reaplicação das medidas antidumping suspensas por interesse público, nos termos do §2º do art. 15 da Portaria Secex nº13/2020;

b. o prazo para interposição de recurso administrativo transcorreu sem qualquer manifestação da parte reclamante;

c. o Parecer nº 680/2021/PGAPCEX/PGFN/AGU, de 25 de agosto de 2021, o qual corroborou a ausência de necessidade de nova avaliação de interesse público, em virtude da falta de apresentação de fatos supervenientes; e

d. a decisão da Resolução Gecex nº 216/2021, a qual se refere ao primeiro período de suspensão da medida antidumping em análise, não tendo havido a prorrogação desse período.

47. Assim sendo, com base no art. 2º da Resolução Gecex nº 216, de 21 de junho de 2021, o qual disciplina que a suspensão da exigibilidade da medida seria prorrogável uma única vez por igual período, conforme o disposto no inciso I do art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, prorroga-se, por mais 1 (ano), a suspensão da medida antidumping sobre as importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5ml, 10ml ou 20ml, com ou sem agulhas, comumente classificados nos subitens 9018.31.11 e 9018.31.19 da NCM, originárias da China.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 352, DE 27 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre pedidos de reconsideração em face da Resolução Gecex nº 303, de 23 de fevereiro de 2022, que prorrogou direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de calçados, comumente classificadas nas posições 6402 a 6405 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e tendo em vista o deliberado em sua 194ª Reunião, ocorrida no dia 11 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de reconsideração objetos dos processos SEI/ME nº 19971.100199/2022-30 e SEI/ME nº 19971.100206/2022-01, apresentados, respectivamente, pela Associação pela Indústria e Comércio Esportivo (Ápice) e pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), em face da Resolução Gecex nº 303, de 23 de fevereiro de 2022, que prorrogou o direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de calçados, originárias da República Popular da China, tendo como razões de motivação os fundamentos das Notas Técnicas SEI nº 18839, 18470 e 18477 (Processo SEI 19972.100467/2021-22), de 29 de abril de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA SEST/SEDDM/ME Nº 4.855 DE 27 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das suas atribuições que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais até o 2º bimestre de 2022, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DE 2022

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 2º bimestre

O Orçamento de Investimento das empresas estatais federais para o exercício de 2022 foi aprovado pela Lei 14.303, de 21 de janeiro de 2022, Lei Orçamentária Anual, publicada no Diário Oficial da União de 24.04.2021, no valor global de R$ 96.511.395.852,00 (noventa e seis bilhões, quinhentos e onze milhões, trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais). Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 201 projetos e 181 atividades, distribuídos em 62 empresas estatais federais. Os valores atribuídos a cada um dos subtítulos (projeto/atividade/localizador de gasto) constantes da LOA consolidam a denominada "Dotação Inicial".

Foram aprovados créditos adicionais e transposição de dotações orçamentárias, ao Orçamento de Investimento, promovendo suplementações ou cancelamentos em dotações de subtítulos pré-existentes. A consolidação dos valores da Dotação Inicial com o movimento decorrente dos créditos aprovados resultou na chamada "Dotação Atual", que define o limite anual de gasto autorizado para cada subtítulo.

O Orçamento de Investimento de 2022 teve sua dotação aumentada em decorrência da reabertura de créditos, transposições, incorporações e suplementações de créditos, no decorrer do exercício, no montante de R$ 348.099.946,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, noventa e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais). Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

Em razão da diversidade das empresas estatais federais, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest, para fins de programação e acompanhamento da execução orçamentária, classifica as empresas em dois grandes setores: o Setor Produtivo Estatal (SPE), com 55 empresas e Setor Financeiro (SFI), com 7 bancos oficiais.

As 62 empresas computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- 7, no setor financeiro;
- 2, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- 20, no setor de energia elétrica, em atividades de geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- 12, no setor de petróleo, gás natural e derivados, em atividades de extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- 7, no setor de administração portuária;
- 1, no setor de comunicações;
- 2, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- 2, no setor industrial de transformação, em segmentos diversificados, como produção de moeda, fertilizantes e hemoderivados;
- 8, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos; e
- 1, no setor de pesquisa, desenvolvimento e planejamento.

Na Tabela 01, a seguir, está demonstrado o movimento que resultou na "Dotação Autorizada" de R$ 96.859.495.798,00 (noventa e seis bilhões, oitocentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais). Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2022 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 182 projetos e 183 atividades.

TABELA 01 - Demonstrativo da evolução da dotação - até 2º bimestre

Valores em R$ 1,00

Especificação	Créditos - Suplementação	Créditos - Cancelamento	Movimento Líquido
Dotação Inicial (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022)			96.511.395.852
Portaria/Ato/Resolução 3578 de 20.04.2022 (Reabertura de Crédito Especial DEST)	50.454.609	0	50.454.609
Caixa Econômica Federal - CAIXA	33.420.625	0	33.420.625
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	17.033.984	0	17.033.984

Portaria/Ato/Resolução 3580 de 20.04.2022 (Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades até o limite de 30% do respectivo valor constante da Lei nº 13.587 de 02 de janeiro de 2018 (LOA-2018).)	24.590.032	3.995.378	20.594.654
Caixa Econômica Federal - CAIXA	20.594.654	0	20.594.654
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	3.995.378	3.995.378	0
Portaria/Ato/Resolução 3576 de 20.04.2022 (Saldos de exercícios anteriores para ações em execução em não contempladas na LOA)	3.334.416	0	3.334.416
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	3.334.416	0	3.334.416
Portaria/Ato/Resolução 3581 de 20.04.2022 (Saldos de exercícios anteriores, suplementação de subtítulos para atender despesas relativas a ações em execução em 2013)	268.202.854	0	268.202.854
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	268.202.854	0	268.202.854
Portaria/Ato/Resolução 3579 de 20.04.2022 (A Suplementação / Cancelamento de dotações orçamentárias de subtítulos de projetos, atividade integrantes da mesma ação no âmbito da mesma empresa, não se aplica a restrição dos 30% do respectivo valor constante da LOA-2018.)	37.215.182	37.215.182	0
Caixa Econômica Federal - CAIXA	26.435.354	26.435.354	0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	10.779.828	10.779.828	0
Portaria/Ato/Resolução 4371 de 11.05.2022 (Saldos de exercícios anteriores, suplementação de subtítulos para atender despesas relativas a ações em execução em 2013)	4.391.649	0	4.391.649
Companhia Docas do Ceará - CDC	4.391.649	0	4.391.649
Portaria/Ato/Resolução 4076 de 06.05.2022 (Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades até o limite de 30% do respectivo valor constante da Lei nº 13.587 de 02 de janeiro de 2018 (LOA-2018).)	1.121.764	0	1.121.764
Companhia Docas do Ceará - CDC	1.121.764	0	1.121.764
Resumo dos Créditos	389.310.506	41.210.560	348.099.946
Dotação Total Autorizada			96.859.495.798

A Tabela 02 demonstra, em valores consolidados por setor/grupo, a evolução da dotação, comparativamente com a posição executada no bimestre e, ainda, coeficientes que permitem observar, em termos percentuais, a participação tanto do Setor Produtivo como do Setor Financeiro no somatório dos gastos das estatais com a constituição e manutenção de seus ativos operacionais, bem como o respectivo desempenho na execução de suas programações.

TABELA 02 - Demonstrativo da despesa por Setor / Grupo

Valores em R$ 1,00

Setor / Grupo	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado até 2° Bimestre (d)	Perc. de Realização (d/c)	Composição (%) (d/dT)
Setor Produtivo Estatal	90.537.051.257	294.084.667	90.831.135.924	12.873.139.254	14,2	96,5
Grupo Petrobras	75.063.086.000	17.033.984	75.080.119.984	11.295.761.380	15,0	84,7
Grupo Eletrobras	10.742.769.518	0	10.742.769.518	793.049.776	7,4	5,9
Demais Empresas do Setor Produtivo	4.731.195.739	277.050.683	5.008.246.422	784.328.098	15,7	5,9
Setor Financeiro	5.974.344.595	54.015.279	6.028.359.874	463.840.027	7,7	3,5
Total	96.511.395.852	348.099.946	96.859.495.798	13.336.979.281	13,8	100,0

O Orçamento de Investimento aprovado para 2022, teve uma redução de 33,1% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2021. Comparando o volume executado no 2º bimestre com o do ano anterior, houve também uma queda de 35,1%.

TABELA 03 - Demonstrativo da despesa por Setor / Grupo 2021/2022

Valores em R$ 1,00

Setor / Grupo	Dotação Final-2021 (a)	Realizado até 2° Bimestre (b)	Dotação Final-2022 (c)	Realizado até 2° Bimestre (d)	Var. % Dotação Final	Var. % Realizado
Setor Produtivo Estatal	137.657.833.494	19.933.431.287	90.831.135.924	12.873.139.254	-34,0	-35,4
Grupo Petrobras	126.100.345.000	18.583.217.682	75.080.119.984	11.295.761.380	-40,5	-39,2
Grupo Eletrobras	7.114.255.681	682.691.318	10.742.769.518	793.049.776	51,0	16,2
Demais Empresas do Setor Produtivo	4.443.232.813	667.522.287	5.008.246.422	784.328.098	12,7	17,5
Setor Financeiro	7.148.138.928	628.267.900	6.028.359.874	463.840.027	-15,7	-26,2
Total	144.805.972.422	20.561.699.187	96.859.495.798	13.336.979.281	-33,1	-35,1

O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido no §º1 do art. 41 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2022 (Lei nº 14.194, de 20 de agosto 2021), contempla os dispêndios destinados à aquisição ou manutenção de bens do ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

Até o 2º bimestre de 2022, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R$ 13.336.979.281,00 (treze bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais), equivalentes a 13,8% do valor global da dotação autorizada.

Despesa por Órgão

A Tabela 04 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação autorizada de cada ministério setorial para o exercício de 2022 e os valores já realizados no período de janeiro a abril deste ano.

TABELA 04 - Execução OI - por Órgão

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.750.000	255.101	527.176	30,1
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	12.959.600	0	4.811	0,0
Ministério da Economia	6.744.058.015	267.007.878	483.098.511	7,2
Ministério de Minas e Energia	85.825.445.502	6.418.734.284	12.088.811.156	14,1
Ministério da Saúde	356.886.060	2.648.434	4.381.916	1,2
Ministério da Infraestrutura	1.069.936.250	47.976.376	82.693.703	7,7
Ministério das Comunicações	744.511.186	52.645.546	107.471.323	14,4
Ministério da Defesa	2.103.949.185	254.711.795	569.990.685	27,1
Total	96.859.495.798	7.043.979.414	13.336.979.281	13,8

Fontes de financiamento dos investimentos

A Tabela 05 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 05 - Fontes de Financiamento dos Investimentos - OI

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	% (b/tb)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% (c/tc)
Recursos Próprios	88.327.982.541	6.685.484.922	94,9	12.581.409.011	94,3
Geração Própria	88.327.982.541	6.685.484.922	94,9	12.581.409.011	94,3
Recursos Para Aumento Do Patrimonio Liquido	3.734.836.906	358.494.492	5,1	755.570.270	5,7
Controladora	1.112.031.245	64.509.872	0,9	118.474.355	0,9
Outras Fontes	27.393.176	14.659	0,0	4.391.457	0,0
Tesouro	2.595.412.485	293.969.961	4,2	632.704.458	4,7
Direto	300.000	0	0,0	0	0,0
Saldos de Exercícios Anteriores	2.595.112.485	293.969.961	4,2	632.704.458	4,7
Operações De Crédito De Longo Prazo	4.234.269.081	0	0,0	0	0,0
Internas	4.234.269.081	0	0,0	0	0,0
Outros Recursos De Longo Prazo	562.407.270	0	0,0	0	0,0
Debêntures	562.407.270	0	0,0	0	0,0
Total	96.859.495.798	7.043.979.414	100,0	13.336.979.281	100,0

Dos gastos realizados com investimentos no 2º bimestre de 2022, a significativa parcela, equivalente a 94,3% do total, foi financiada com recursos de geração própria. A parcela restante foi paga, em parte, com recursos da Controladora (0,9%) e também através de Tesouro - Saldos de Exercícios Anteriores (4,7%). Em relação à dotação atual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 91,2%, em seguida vêm os grupamentos: Tesouro - Saldos de Exercícios Anteriores com (2,68%), Controladora (1,15%), Operações de Crédito de Longo Prazo Internas (4,37%) e completando Outros Recursos de Longo Prazo - Debêntures (0,58%). Destaca-se a capacidade das empresas estatais em financiarem as despesas de investimentos com recursos próprios.

Despesa por Funções e Subfunções

Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do governo são agrupadas por "Função" e "Subfunção". As "funções" representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A "subfunção" constitui parte da "função" em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas "funções". As "subfunções" podem ser combinadas com diferentes "funções".

As tabelas 06 e 07 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no 2º bimestre de 2022 e no acumulado do exercício, agrupados, respectivamente, por "funções" e "subfunções".

TABELA 06 - Execução OI - por Função
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Agricultura	61.750.010	345.472	625.355	1,0
Saúde	356.886.060	2.648.434	4.381.916	1,2
Indústria	121.555.018	337.829	2.223.716	1,8
Previdência Social	82.719.556	631.229	1.600.868	1,9
Comércio e Serviços	6.492.743.031	265.948.449	479.180.559	7,4
Transporte	1.069.936.250	47.976.376	82.693.703	7,7
Energia	85.825.445.502	6.418.734.284	12.088.811.156	14,1
Comunicações	744.511.186	52.645.546	107.471.323	14,4
Defesa Nacional	2.103.949.185	254.711.795	569.990.685	27,1
Total	96.859.495.798	7.043.979.414	13.336.979.281	13,8

TABELA 07 - Execução OI - por SubFunção
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Administração Geral	4.077.016.592	369.278.829	766.728.908	18,8
Tecnologia da Informação	4.347.038.018	130.930.828	301.182.240	6,9
Suporte Profilático e Terapêutico	348.569.461	2.126.036	3.813.078	1,1
Produção Industrial	83.939.122	0	966.065	1,2
Serviços Financeiros	2.862.489.517	119.807.917	188.917.913	6,6
Comunicações Postais	380.048.774	25.483.509	35.050.124	9,2
Energia Elétrica	11.207.686.915	521.241.010	874.770.970	7,8
Combustíveis Minerais	71.146.843.000	5.646.532.100	10.765.930.530	15,1
Transporte Aéreo	349.783.122	23.033.580	45.557.425	13,0
Transporte Hidroviário	996.358.293	86.385.020	144.821.594	14,5
Transportes Especiais	1.059.722.984	119.160.585	209.240.434	19,7
Total	96.859.495.798	7.043.979.414	13.336.979.281	13,8

Despesa por Programa

Os programas constituem-se instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que o compõem.

TABELA 08 - Execução OI - por Programa
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	9.941.556.529	400.691.625	737.118.377	7,4
Conecta Brasil	85.127.759	102.610	102.610	0,1
Energia Elétrica	10.990.525.466	511.394.901	860.586.661	7,8
Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	72.575.432.984	5.828.934.979	11.087.846.292	15,3
Aviação Civil	349.783.122	23.033.580	45.557.425	13,0
Transporte Aquaviário	627.491.293	23.142.726	32.146.266	5,1
Gestão e Organização do SUS	348.569.461	2.126.036	3.813.078	1,1
Defesa Nacional	1.941.009.184	254.552.957	569.808.572	29,4
Total	96.859.495.798	7.043.979.414	13.336.979.281	13,8

Alguns programas, principalmente no âmbito do setor de Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, destacam-se em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados, como também pelo empenho das empresas. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 8 programas:

- Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, 83,1%;
- Energia Elétrica, 6,5%;
- Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais, 5,5%;
- Defesa Nacional, 4,3%; e
- Aviação Civil, 0,3%.

Despesa por Órgão/Unidade

A Tabela 09 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados para cada Órgão e Unidade, discriminando os valores da respectiva dotação autorizada para 2022, do realizado no 2º bimestre, e o acumulado no exercício, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 09 - Execução OI - por Órgão/Unidade
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	1.750.000	255.101	527.176	30,1
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasaminas	1.750.000	255.101	527.176	30,1
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES	12.959.600	0	4.811	0,0
Financiadora de Estudos e Projetos - Finep	12.959.600	0	4.811	0,0
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	6.744.058.015	267.007.878	483.098.511	7,2
Banco da Amazônia S.A.	58.945.959	3.653	13.653	0,0
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	270.275.638	5.085.066	7.698.273	2,8
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	139.099.500	6.669.637	15.101.946	10,9
Casa da Moeda do Brasil - CMB	121.555.018	337.829	2.223.716	1,8
Caixa Econômica Federal - Caixa	3.155.946.388	43.140.902	138.417.786	4,4
BB Tecnologia e Serviços S.A.	189.348.021	4.633.741	7.639.692	4,0
Banco do Brasil S.A.	2.569.427.756	204.129.464	305.922.358	11,9
BBTur Viagens e Turismo Ltda(*em liquidação*)	55.000	0	0	0,0
Empresa Gestora de Ativos - Emgea	2.704.498	2.567	2.567	0,1
Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	2.000.000	0	0	0,0
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	82.719.556	631.229	1.600.868	1,9
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Bndes	91.980.671	2.283.419	4.379.473	4,8
Ceagesp - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	60.000.010	90.371	98.179	0,2
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	85.825.445.502	6.418.734.284	12.088.811.156	14,1
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	4.487.943.600	137.309.115	209.151.470	4,7
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	109.425.951	0	0	0,0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	1.127.546.124	38.797.752	64.914.065	5,8
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	2.244.838.077	201.308.577	349.102.598	15,6
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	1.232.867.069	71.806.534	102.415.047	8,3
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	70.986.450.000	5.616.359.454	10.781.021.733	15,2
Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR	230.000	0	0	0,0
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	231.134.984	36.720.968	59.273.935	25,6
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	790.044.000	56.126.042	100.495.571	12,7
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil	849.675.601	37.508.631	52.635.337	6,2
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	210.000	0	0	0,0
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	1.910.000.000	129.147.377	204.287.185	10,7

Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	694.566.000	44.879.640	67.636.622	9,7
Termomacaé S.A.	50.000	0	0	0,0
Termobahia S.A.	50.000	0	0	0,0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	29.316.000	2.440.498	3.425.375	11,7
Gás Brasiliano Distribuidora S.A.	1.853.000	0	0	0,0
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	44.207.245	260.481	14.365.126	32,5
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A.	2.556.000	0	0	0,0
Transpetro International B.V.	192.272.000	45.717.726	79.620.959	41,4
Brasil Ventos Energia S.A.	155.265	6.544	13.089	8,4
Transenergia Goiás S.A.	334.252	0	0	0,0
Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.	1.411.300	62.410	124.819	8,8
Energia dos Ventos V S.A.	300.000	0	0	0,0
Energia dos Ventos VI S.A.	300.000	0	0	0,0
Energia dos Ventos VII S.A.	300.000	0	0	0,0
Energia dos Ventos VIII S.A.	300.000	0	0	0,0
Energia dos Ventos IX S.A.	300.000	0	0	0,0
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	10.000.000	0	0	0,0
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.	632.635.034	282.535	328.225	0,1
Transpetro Bel 09 S.A.	30.237.000	0	0	0,0
Refinaria de Mucuripe S.A.	47.802.000	0	0	0,0
Refinaria de Mataripe S.A.	146.785.000	0	0	0,0
Refinaria de Manaus S.A.	14.527.000	0	0	0,0
Paraná Xisto S.A.	4.823.000	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE	356.886.060	2.648.434	4.381.916	1,2
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	356.886.060	2.648.434	4.381.916	1,2
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	1.069.936.250	47.976.376	82.693.703	7,7
Companhia Docas do Ceará - CDC	19.140.642	1.519.587	4.568.786	23,9
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	8.950.000	370.628	635.285	7,1
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	89.357.522	6.345.377	7.032.217	7,9
Autoridade Portuaria de Santos S.A.	255.254.000	1.692.531	4.542.896	1,8
Companhia Docas do Pará - CDP	123.495.726	2.894.690	7.833.163	6,3
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	153.568.470	426.974	701.130	0,5
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	61.032.146	11.693.009	11.693.009	19,2
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	359.137.744	23.033.580	45.687.217	12,7
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	744.511.186	52.645.546	107.471.323	14,4
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	744.511.186	52.645.546	107.471.323	14,4
MINISTÉRIO DA DEFESA	2.103.949.185	254.711.795	569.990.685	27,1
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron	1.942.671.783	254.711.795	569.990.685	29,3
Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.	161.277.402	0	0	0,0
Total	96.859.495.798	7.043.979.414	13.336.979.281	13,8

Das 62 empresas que tiveram programação de dispêndios aprovada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2022, 10 apresentaram, até o 2º bimestre, desempenho, em termos percentuais de realização das respectivas dotações autorizadas, superior à média geral de 13,8%. São elas: TI B.V., 41,4%; TSLE, 32,5%; Ceasaminas, 30,1%; Emgepron, 29,3%; TBG, 25,6%; CDC, 23,9%; Codern, 19,2%; Chesf, 15,6%; Petrobras, 15,2%; e ECT, 14,4%.

Não há empresas com execução acima da dotação anual aprovada. As empresas Ativos S.A., BB Turismo (em liquidação), EDV IX, EDV V, EDV VI, EDV VII, EDV VIII, Eletrobras, Eletropar, Fote (incorporada), Gasbrasiliano, Mataripe, Mucuripe, NAV Brasil, Paraná Xisto S.A, PB-LOG, PPSA, Refinaria de Manaus, Termobahia, Termomacaé, TGO, Transbel, não apresentaram execução no período.

Distribuição geográfica da despesa

A Tabela 10 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados no bimestre e até o bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 36,4% do montante realizado até o bimestre. Os investimentos implementados no exterior participaram com 2,6% até o bimestre.

TABELA 10 - Execução OI - por Macrorregião

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	Composição % de (a) / (c)	
				a/Ta	c/Tc
Exterior	2.854.316.426	220.675.564	352.873.153	2,9	2,6
Nacional	32.774.872.041	2.628.608.131	4.856.320.352	33,8	36,4
Região Centro-Oeste	35.948.362	799.191	1.175.546	0,0	0,0
Região Nordeste	5.683.340.009	358.655.350	641.458.654	5,9	4,8
Região Norte	1.373.095.263	45.857.478	78.646.004	1,4	0,6
Região Sudeste	53.995.140.211	3.786.082.513	7.383.953.466	55,7	55,4
Região Sul	142.783.486	3.301.187	22.552.106	0,1	0,2
Total	96.859.495.798	7.043.979.414	13.336.979.281	100,0	100,0

Da relação percentual entre gasto efetivo e Dotação Autorizada de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 14,8%; Exterior, 12,4%; Região Norte, 5,7%; Região Nordeste, 11,3%; Região Sudeste, 13,7%; Região Sul, 15,8%; e Região Centro-Oeste, 3,3%.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 14.194, de 20 de agosto 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 (LDO-2022).

As tabelas de 11 a 15, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, até o 2º bimestre de 2022, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 41 da LDO-2022, tendo presente que: 1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo Bndes.

TABELAS 11 a 15

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2022

(Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO 2022 - Art. 122 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

		Saldos em 31.12.2021															
Região/UF	Saldos em 31.12.2021		Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	151.366	151.366	39.487	17.334	9.245	8.507	30.092	17.466	29.236	78.637	48.970	23.758	78.441	12.466	13.133	729	46.598
AC	7.064	7.064	1.649	457	604	249	1.119	770	2.216	4.556	1.721	787	5.153	610	476	30	796
AP	5.973	5.973	169	842	351	86	1.695	551	2.278	4.115	1.368	490	3.911	298	260	7	1.497
AM	19.208	19.208	335	4.111	2.012	692	3.297	3.782	4.980	10.147	5.142	3.919	9.116	1.140	1.807	210	6.935

PA	58.355	58.355	12.324	7.773	3.237	4.376	16.759	6.115	7.771	28.101	19.445	10.809	24.013	5.088	4.382	353	24.520
RO	29.778	29.778	11.441	2.192	1.707	2.135	4.004	2.969	5.330	16.210	9.902	3.666	17.436	2.134	2.587	34	7.588
RR	5.472	5.472	1.011	463	347	91	910	749	1.902	3.612	1.118	742	3.912	396	528	3	634
TO	25.515	25.515	12.557	1.496	987	877	2.309	2.530	4.759	11.895	10.275	3.345	14.899	2.801	3.093	93	4.629
Nordeste	395.114	395.114	48.006	49.502	24.171	7.937	95.260	89.395	80.843	189.206	95.181	110.727	220.955	26.970	33.032	2.754	111.403
AL	18.132	18.132	1.816	1.903	1.012	225	1.905	6.138	5.132	9.080	2.865	6.187	13.868	1.070	1.054	20	2.120
BA	109.618	109.618	19.064	12.348	6.325	2.638	31.000	19.486	18.758	56.154	28.193	25.271	55.422	8.796	9.714	1.216	34.471
CE	56.422	56.422	3.788	8.771	4.989	1.162	11.242	12.026	14.443	25.913	14.825	15.684	30.385	3.433	4.607	221	17.775
MA	44.615	44.615	8.790	3.967	2.818	746	12.015	6.801	9.478	24.376	10.744	9.495	23.177	4.038	3.363	118	13.919
PB	26.587	26.587	1.572	2.550	1.659	518	3.884	10.888	5.516	9.689	4.993	11.905	19.254	1.330	2.754	69	3.180
PE	59.082	59.082	3.812	13.408	3.105	1.102	13.578	14.831	9.246	27.228	13.034	18.820	33.035	3.413	4.037	873	17.724
PI	29.500	29.500	5.191	2.156	1.905	776	6.952	4.492	8.028	14.757	7.963	6.780	15.509	2.063	3.194	154	8.581
RN	34.313	34.313	1.476	2.551	1.454	445	12.396	8.562	7.429	15.099	8.716	10.498	18.447	1.591	2.722	28	11.525
SE	16.845	16.845	2.496	1.847	904	325	2.288	6.171	2.813	6.910	3.848	6.087	11.858	1.237	1.587	55	2.108
Sudeste	887.752	887.752	64.551	145.011	44.547	51.555	158.536	267.955	155.597	565.421	43.774	278.557	536.789	29.308	53.812	20.193	247.649
ES	26.291	26.291	5.017	1.617	1.689	2.039	4.026	7.392	4.510	17.272	1.170	7.849	19.454	1.262	1.562	447	3.565
MG	202.321	202.321	30.446	15.926	10.175	11.459	21.912	62.906	49.496	132.926	6.009	63.386	139.572	9.701	13.853	3.476	35.719
RJ	151.832	151.832	1.292	18.366	7.975	6.917	47.482	39.637	30.163	104.334	11.481	36.017	79.380	2.976	8.223	4.699	56.554
SP	507.308	507.308	27.795	109.101	24.708	31.139	85.117	158.020	71.427	310.889	25.114	171.305	298.383	15.369	30.174	11.570	151.811
Sul	419.572	419.572	84.692	50.502	31.159	33.766	40.306	116.659	62.487	269.607	17.649	132.316	266.655	28.554	34.943	9.579	79.842
PR	165.127	165.127	34.982	19.071	14.594	12.148	13.380	47.427	23.524	101.944	7.665	55.518	105.079	12.068	11.958	3.696	32.325
RS	149.789	149.789	34.688	18.297	9.198	11.268	17.069	39.929	19.341	99.243	5.820	44.726	95.804	10.195	13.117	2.841	27.832
SC	104.657	104.657	15.022	13.134	7.367	10.351	9.857	29.303	19.622	68.420	4.164	32.073	65.772	6.291	9.868	3.042	19.684
Centro-Oeste	274.826	274.826	72.938	14.640	12.710	9.744	34.378	64.432	65.985	157.824	44.029	72.972	197.724	16.638	20.286	2.502	37.675
DF	59.829	59.829	2.043	3.019	2.228	2.134	9.705	17.986	22.715	39.019	5.506	15.304	44.129	1.962	2.056	617	11.066
GO	97.615	97.615	27.048	4.211	4.114	2.507	10.785	27.578	21.372	50.932	15.219	31.464	79.051	5.159	5.508	941	6.956
MT	70.475	70.475	29.455	2.648	3.625	3.429	9.263	9.974	12.081	40.744	14.243	15.488	42.986	6.350	9.478	578	11.085
MS	46.907	46.907	14.392	4.763	2.742	1.673	4.625	8.893	9.817	27.129	9.061	10.717	31.559	3.167	3.245	367	8.568
TOTAL	2.128.630	2.128.630	309.674	276.989	121.832	111.509	358.572	555.906	394.147	1.260.696	249.603	618.331	1.300.564	113.935	155.206	35.758	523.167

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2022

(Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO 2022 - Art. 122 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

		Realizado até o 2º Bimestre / 2022															
Região/UF	Programação 2022		Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	61.076	27.792	2.871	1.807	2.442	167	1.736	2.356	16.412	21.531	2.823	3.437	16.632	2.807	2.223	93	6.037
AC	3.204	1.496	86	85	134	10	123	123	935	1.299	134	63	1.164	162	104	0	66
AP	2.856	1.106	27	35	91	3	97	61	793	1.002	54	50	926	72	53	0	55
AM	9.404	7.908	183	472	547	16	169	775	5.747	6.635	161	1.112	2.302	329	280	49	4.948
PA	19.596	8.350	936	737	870	101	927	597	4.183	6.141	943	1.266	5.827	1.039	734	37	713
RO	10.874	4.136	807	295	320	7	126	376	2.206	2.903	810	423	3.121	548	369	5	94
RR	2.663	983	79	47	129	0	33	72	622	762	92	129	778	82	123	0	0
TO	12.480	3.813	754	136	350	31	263	353	1.925	2.789	630	394	2.515	576	561	0	161
Nordeste	182.183	68.548	4.719	6.676	7.625	360	10.271	9.618	29.279	46.650	9.570	12.328	44.707	6.371	7.494	495	9.481
AL	8.423	3.794	368	388	252	7	328	631	1.821	2.940	309	545	2.911	265	246	0	371
BA	50.230	18.410	1.760	1.832	2.196	92	2.793	2.189	7.549	12.254	3.357	2.799	11.202	1.554	2.203	130	3.321
CE	25.013	9.929	335	1.276	1.599	27	1.329	1.402	3.962	6.611	1.389	1.929	6.452	1.051	951	60	1.415
MA	24.611	7.741	813	701	801	44	445	725	4.211	6.214	725	802	5.673	872	911	139	146
PB	12.553	5.259	121	437	427	10	1.309	1.020	1.936	2.953	791	1.515	3.171	390	665	8	1.025
PE	25.143	9.548	408	974	1.288	161	1.555	1.665	3.496	6.220	923	2.405	6.192	868	1.047	153	1.288
PI	12.846	4.742	427	300	396	9	619	574	2.417	3.579	571	592	3.245	504	669	0	324
RN	14.876	6.235	129	474	470	6	1.714	752	2.689	4.139	1.000	1.096	3.745	515	492	4	1.479
SE	8.490	2.890	358	295	196	3	180	660	1.198	1.740	505	645	2.117	351	309	0	112
Sudeste	461.076	186.473	7.537	19.962	13.559	15.985	13.515	40.283	75.632	146.946	994	38.534	129.560	8.081	11.623	2.028	35.180
ES	13.785	5.157	97	577	578	68	431	793	2.614	4.282	11	864	3.895	348	389	24	501
MG	101.943	34.916	1.581	3.115	3.812	1.660	2.329	5.728	16.690	28.483	53	6.380	25.683	2.277	2.918	538	3.500
RJ	68.361	29.027	181	1.420	1.583	474	2.153	13.006	10.210	20.584	427	8.016	24.101	1.289	1.379	195	2.063
SP	276.988	117.375	5.678	14.851	7.586	13.783	8.602	20.757	46.117	93.598	503	23.274	75.881	4.168	6.938	1.271	29.116
Sul	242.426	78.790	4.549	13.813	8.899	2.887	6.012	11.796	30.833	67.298	123	11.368	50.539	5.374	8.529	1.247	13.101
PR	82.736	29.399	1.918	4.000	3.515	840	1.519	4.691	12.916	23.946	49	5.404	20.431	1.966	2.448	454	4.100
RS	103.173	27.337	1.797	4.378	3.114	1.227	2.336	4.087	10.399	23.490	16	3.831	17.836	2.007	3.597	338	3.560
SC	56.517	22.052	834	5.436	2.270	821	2.157	3.018	7.518	19.862	58	2.132	12.271	1.401	2.484	455	5.441
Centro-Oeste	184.467	61.370	3.940	3.367	4.990	1.152	3.346	6.869	37.706	51.508	2.607	7.256	48.934	3.855	4.922	591	3.069
DF	62.974	22.405	215	1.415	1.567	410	1.088	2.097	15.613	20.190	535	1.680	18.155	1.218	1.717	117	1.197
GO	55.343	17.639	1.685	1.072	1.305	103	962	2.691	9.820	14.077	873	2.689	14.490	1.153	1.258	257	481
MT	40.526	12.259	1.589	635	1.316	552	898	1.241	6.028	9.818	661	1.780	8.696	838	1.264	182	1.279
MS	25.624	9.068	451	245	803	87	397	840	6.244	7.422	538	1.108	7.593	646	682	34	112
TOTAL	1.131.229	422.972	23.617	45.626	37.514	20.551	34.880	70.922	189.862	333.933	16.117	72.923	290.372	26.488	34.790	4.454	66.868

TABELA 13 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2022

(Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO 2022 - Art. 122 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

		Realizado até o 2º Bimestre / 2022															
Região/UF	Programação 2022		Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	50.825	18.202	656	1.306	2.200	519	2.368	1.342	9.812	14.030	1.285	2.887	12.218	1.616	1.457	150	2.761
Amortização	41.554	14.118	443	1.022	1.762	392	1.753	951	7.797	11.210	846	2.063	9.472	1.276	1.201	123	2.047

Encargos	9.271	4.084	213	284	438	127	615	391	2.015	2.821	439	824	2.746	341	256	27	714
AC	2.674	1.150	31	53	111	15	139	54	746	1.004	99	47	884	98	74	1	93
Amortização	2.231	909	21	39	89	11	101	39	608	808	66	35	706	79	58	1	64
Encargos	443	242	11	14	22	4	38	15	138	196	34	12	178	18	16	0	29
AP	2.546	1.041	66	73	68	6	141	30	657	833	168	40	835	83	40	1	81
Amortização	2.131	777	35	43	54	4	96	21	524	656	92	29	636	56	30	1	53
Encargos	415	264	31	31	14	1	45	8	133	177	76	11	199	27	9	0	29
AM	8.209	2.889	14	309	442	47	352	490	1.236	1.828	127	934	1.796	263	245	34	551
Amortização	6.378	2.187	10	240	355	37	258	345	943	1.440	89	658	1.337	206	200	27	416
Encargos	1.832	702	4	69	87	10	93	145	293	388	38	276	459	57	45	6	135
PA	16.464	7.001	233	590	866	260	1.238	355	3.459	5.376	540	1.085	4.209	667	610	74	1.441
Amortização	13.556	5.399	155	472	699	194	918	253	2.708	4.261	359	779	3.246	528	509	60	1.054
Encargos	2.908	1.603	78	119	167	66	320	103	752	1.115	181	307	963	138	101	14	387
RO	8.856	2.718	62	180	295	125	280	165	1.612	2.237	122	359	1.966	230	193	26	303
Amortização	7.277	2.149	46	148	230	93	210	116	1.307	1.805	86	258	1.562	182	159	22	224
Encargos	1.579	569	16	32	65	32	70	48	305	432	36	101	404	49	34	4	79
RR	2.180	724	6	26	100	6	59	34	493	597	6	121	598	60	54	1	12
Amortização	1.795	574	4	20	78	4	45	25	398	484	4	86	472	48	45	1	9
Encargos	385	150	2	6	22	1	14	10	95	113	2	35	126	12	9	0	2
TO	9.894	2.679	244	75	317	61	160	214	1.608	2.156	223	300	1.931	215	241	13	279
Amortização	8.186	2.123	171	61	257	48	125	152	1.310	1.756	149	218	1.513	176	199	11	226
Encargos	1.708	555	73	14	60	13	35	62	298	400	73	82	418	39	42	2	53
Nordeste	161.176	57.068	2.616	7.949	8.135	600	7.805	4.764	25.198	39.994	7.819	9.255	35.935	6.753	6.481	625	7.274
Amortização	131.122	44.166	2.251	6.132	6.532	471	5.319	3.368	20.092	31.856	5.768	6.542	28.138	5.413	5.138	489	4.989
Encargos	30.054	12.902	365	1.817	1.603	129	2.486	1.395	5.106	8.138	2.051	2.713	7.797	1.340	1.343	136	2.286
AL	7.031	2.979	180	317	308	15	230	399	1.531	2.268	377	334	2.298	251	234	1	194
Amortização	5.632	2.286	154	241	245	11	171	280	1.184	1.734	318	234	1.747	195	183	1	160
Encargos	1.400	693	25	77	63	3	59	119	347	534	59	100	551	56	51	0	34
BA	44.808	15.526	944	2.171	2.188	181	2.129	1.176	6.737	11.156	2.125	2.245	9.321	1.857	1.809	201	2.338
Amortização	36.642	12.024	815	1.685	1.728	142	1.435	832	5.388	8.897	1.526	1.601	7.309	1.489	1.432	161	1.634
Encargos	8.166	3.500	128	486	460	39	694	344	1.350	2.258	598	644	2.012	368	377	40	705
CE	21.225	8.417	167	1.507	1.854	76	1.139	568	3.106	5.467	1.399	1.551	5.302	1.265	951	64	836
Amortização	17.115	6.479	147	1.155	1.490	58	763	402	2.464	4.332	1.071	1.076	4.163	1.009	741	48	519
Encargos	4.110	1.938	20	351	365	17	376	166	642	1.134	329	475	1.139	256	210	16	316
MA	23.024	6.378	319	720	815	48	1.015	325	3.136	4.910	769	699	4.045	776	637	118	802
Amortização	19.222	4.992	272	565	659	37	680	231	2.549	3.968	524	500	3.245	626	519	99	504
Encargos	3.802	1.386	47	155	156	11	336	94	587	942	245	199	800	150	118	20	298
PB	10.424	3.547	105	486	461	32	298	430	1.736	2.219	472	856	2.465	389	466	9	218
Amortização	8.374	2.751	87	383	371	25	212	303	1.370	1.769	377	605	1.918	312	349	7	166
Encargos	2.050	796	18	103	90	8	86	126	365	450	95	251	547	77	117	3	52
PE	23.616	8.298	290	1.548	1.237	152	1.356	805	2.911	5.469	1.057	1.772	4.661	908	1.151	200	1.379
Amortização	19.052	6.368	251	1.182	1.000	125	959	567	2.285	4.353	760	1.255	3.565	729	938	149	986
Encargos	4.564	1.932	39	366	238	27	397	238	626	1.117	297	518	1.096	179	212	52	393
PI	11.801	4.415	228	362	522	46	536	264	2.457	3.402	515	498	2.841	479	355	13	727
Amortização	9.681	3.479	192	280	435	35	377	188	1.972	2.715	416	348	2.250	385	287	10	547
Encargos	2.120	936	36	82	87	12	159	76	485	687	100	149	591	95	69	3	180
RN	12.396	5.044	121	527	524	28	922	421	2.501	3.588	623	833	3.282	516	608	9	631
Amortização	9.998	3.867	103	405	423	21	596	300	2.018	2.890	384	593	2.599	415	479	7	367
Encargos	2.398	1.177	19	122	101	7	326	121	483	698	239	240	683	101	129	1	264
SE	6.851	2.461	262	311	227	21	180	377	1.083	1.515	481	465	1.721	312	270	9	149
Amortização	5.407	1.918	229	237	181	16	126	266	863	1.197	392	329	1.342	254	210	8	105
Encargos	1.444	543	33	74	46	5	53	111	221	317	89	137	379	58	60	1	44
Sudeste	427.553	174.653	1.965	22.324	16.276	19.242	16.432	26.423	71.991	141.819	2.777	30.057	100.562	8.686	12.234	3.413	49.758
Amortização	345.046	137.030	1.480	17.962	13.286	14.757	12.778	18.694	58.073	113.799	2.105	21.126	77.729	7.159	10.166	2.829	39.146
Encargos	82.507	37.623	485	4.362	2.990	4.485	3.654	7.729	13.918	28.020	672	8.931	22.833	1.527	2.068	583	10.612
ES	12.394	4.342	42	401	544	150	468	509	2.230	3.637	58	647	3.195	377	412	122	237
Amortização	9.718	3.357	32	323	424	121	357	359	1.743	2.847	43	467	2.431	301	343	102	181
Encargos	2.677	984	10	77	120	29	111	150	487	790	15	179	764	76	68	21	55
MG	89.916	30.145	1.002	2.837	3.339	1.377	2.477	3.320	15.794	25.095	330	4.720	19.651	2.299	2.830	581	4.785
Amortização	71.022	23.728	742	2.276	2.651	1.122	1.897	2.340	12.700	20.094	244	3.390	15.191	1.863	2.331	471	3.873
Encargos	18.894	6.417	260	561	689	255	580	979	3.094	5.001	86	1.330	4.460	436	500	110	912
RJ	72.368	35.447	12	1.836	4.881	2.050	4.391	11.173	11.104	26.240	1.152	8.055	21.259	1.347	1.695	712	10.435
Amortização	58.034	25.829	10	1.481	4.068	361	3.414	7.868	8.628	19.610	890	5.329	15.528	1.117	1.406	592	7.186
Encargos	14.333	9.618	3	355	813	1.689	977	3.305	2.476	6.630	262	2.726	5.731	230	289	120	3.249
SP	252.875	104.717	909	17.251	7.513	15.665	9.096	11.421	42.864	86.847	1.236	16.634	56.457	4.663	7.297	1.998	34.302
Amortização	206.272	84.116	697	13.883	6.144	13.153	7.110	8.127	35.003	71.248	928	11.940	44.580	3.878	6.086	1.665	27.906
Encargos	46.603	20.601	212	3.368	1.369	2.512	1.986	3.294	7.861	15.598	308	4.695	11.878	785	1.211	332	6.395
Sul	207.630	61.747	3.450	10.129	8.307	2.657	5.380	6.463	25.361	52.639	990	8.118	37.951	5.522	7.259	1.871	9.144
Amortização	162.886	48.432	2.591	8.227	6.610	2.132	4.178	4.563	20.131	41.735	736	5.961	29.051	4.376	6.012	1.533	7.460
Encargos	44.743	13.315	859	1.902	1.697	525	1.202	1.900	5.230	10.904	253	2.157	8.901	1.145	1.247	338	1.684
PR	68.357	22.937	1.291	3.656	3.643	894	1.620	2.412	9.421	18.766	405	3.766	14.165	2.064	2.207	587	3.913
Amortização	54.415	17.979	987	2.988	2.915	712	1.253	1.704	7.418	14.931	300	2.748	10.818	1.643	1.819	479	3.221
Encargos	13.942	4.959	304	669	727	182	366	708	2.003	3.836	105	1.018	3.348	421	388	109	693
RS	89.904	23.055	1.662	3.477	2.559	918	2.566	2.406	9.469	19.951	333	2.771	14.898	1.938	2.826	626	2.767
Amortização	69.370	18.028	1.228	2.809	2.026	740	1.979	1.694	7.552	15.743	248	2.037	11.429	1.519	2.352	516	2.212
Encargos	20.534	5.027	434	668	532	178	587	712	1.917	4.208	85	734	3.469	419	474	110	556
SC	49.369	15.754	497	2.996	2.106	846	1.194	1.645	6.471	13.921	252	1.581	8.888	1.520	2.226	657	2.464
Amortização	39.102	12.425	376	2.431	1.668	679	946	1.165	5.161	11.061	188	1.176	6.804	1.215	1.841	538	2.028
Encargos	10.267	3.328	122	565	438	166	248	480	1.310	2.860	63	405	2.084	305	384	119	436
Centro-Oeste	159.040	49.317	2.505	3.160	4.947	930	5.674	3.258	28.842	41.579	1.935	5.802	34.950	4.033	4.734	733	4.866
Amortização	128.574	39.560	1.945	2.574	4.049	750	4.383	2.313	23.546	33.783	1.594	4.183	27.840	3.300	3.927	577	3.916
Encargos	30.466	9.757	560	586	899	180	1.291	945	5.296	7.797	341	1.619	7.110	733	808	156	950
DF	56.521	18.862	569	1.136	1.569	117	1.595	1.213	12.662	17.209	281	1.372	14.057	1.244	1.642	189	1.731
Amortização	45.706	15.413	466	946	1.298	96	1.262	865	10.481	14.191	231	991	11.461	1.034	1.382	155	1.382

Encargos	10.816	3.449	103	191	271	21	333	348	2.181	3.018	50	381	2.596	209	260	34	349
GO	47.224	12.735	599	921	1.342	166	1.221	1.136	7.350	10.321	699	1.715	9.259	1.216	1.249	308	703
Amortização	37.562	9.997	444	745	1.082	129	927	802	5.867	8.176	582	1.239	7.179	983	1.029	231	575
Encargos	9.662	2.738	155	176	260	37	294	333	1.483	2.145	117	476	2.079	234	220	77	128
MT	33.899	10.530	954	645	1.241	537	2.137	539	4.476	8.409	552	1.569	6.333	941	1.187	194	1.875
Amortização	27.636	8.416	735	527	1.020	440	1.644	382	3.668	6.834	450	1.132	4.983	763	974	158	1.539
Encargos	6.264	2.114	219	119	221	97	493	157	809	1.575	102	437	1.350	178	213	37	336
MS	21.396	7.189	383	457	796	109	721	370	4.353	5.640	403	1.146	5.302	632	656	41	558
Amortização	17.671	5.733	300	357	648	84	551	264	3.530	4.582	331	820	4.216	520	542	33	422
Encargos	3.725	1.457	83	101	147	25	170	107	823	1.059	72	326	1.085	112	114	8	136
TOTAL	1.006.223	360.986	11.192	44.868	39.866	23.948	37.659	42.250	161.203	290.062	14.806	56.119	221.617	26.610	32.165	6.791	73.804
Amortização	809.182	283.307	8.710	35.918	32.238	18.502	28.411	29.890	129.638	232.383	11.049	39.875	172.230	21.524	26.444	5.551	57.558
Encargos	197.041	77.680	2.482	8.951	7.628	5.446	9.248	12.360	31.565	57.679	3.757	16.244	49.387	5.086	5.722	1.239	16.246

TABELA 14 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2022

(Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO 2022 - Art. 122 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

		Saldos em 30.04.2022															
Região/UF	Programação 2022 Saldos		Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	161.618	160.956	41.702	17.836	9.487	8.156	29.460	18.480	35.836	86.138	50.509	24.309	82.855	13.657	13.899	672	49.874
AC	7.593	7.409	1.703	489	627	244	1.102	839	2.406	4.851	1.755	803	5.432	674	506	29	768
AP	6.282	6.038	130	804	374	84	1.650	583	2.415	4.284	1.254	500	4.003	286	273	6	1.470
AM	20.404	24.229	505	4.275	2.117	661	3.113	4.067	9.491	14.954	5.177	4.098	9.623	1.206	1.842	226	11.332
PA	61.487	59.704	13.028	7.919	3.240	4.217	16.447	6.357	8.495	28.866	19.848	10.990	25.631	5.459	4.505	316	23.792
RO	31.796	31.196	12.187	2.307	1.732	2.018	3.850	3.180	5.923	16.877	10.590	3.729	18.591	2.451	2.763	13	7.378
RR	5.955	5.731	1.083	485	376	86	885	786	2.031	3.778	1.204	749	4.092	418	596	2	622
TO	28.101	26.649	13.067	1.558	1.020	847	2.411	2.670	5.076	12.528	10.682	3.439	15.483	3.162	3.413	80	4.511
Nordeste	416.122	406.594	50.109	48.229	23.661	7.696	97.726	94.250	84.924	195.862	96.932	113.800	229.727	26.588	34.045	2.624	113.610
AL	19.523	18.946	2.004	1.974	956	217	2.003	6.370	5.422	9.752	2.797	6.397	14.480	1.084	1.066	19	2.297
BA	115.040	112.503	19.880	12.009	6.333	2.549	31.663	20.500	19.569	57.253	29.425	25.825	57.304	8.493	10.108	1.146	35.453
CE	60.209	57.932	3.957	8.541	4.734	1.113	11.431	12.860	15.298	27.057	14.814	16.061	31.535	3.219	4.608	217	18.355
MA	46.203	45.977	9.284	3.947	2.804	742	11.445	7.201	10.554	25.680	10.700	9.597	24.804	4.135	3.637	139	13.263
PB	28.716	28.300	1.588	2.501	1.625	495	4.895	11.478	5.716	10.423	5.312	12.565	19.961	1.330	2.953	68	3.987
PE	60.609	60.331	3.931	12.834	3.156	1.110	13.778	15.691	9.831	27.978	12.900	19.453	34.566	3.373	3.933	825	17.634
PI	30.546	29.827	5.390	2.094	1.779	739	7.035	4.802	7.988	14.934	8.019	6.874	15.913	2.087	3.508	141	8.178
RN	36.792	35.502	1.484	2.497	1.401	423	13.187	8.892	7.618	15.649	9.092	10.761	18.910	1.591	2.606	24	12.373
SE	18.484	17.274	2.592	1.832	873	307	2.288	6.454	2.928	7.136	3.872	6.266	12.254	1.276	1.626	46	2.071
Sudeste	921.275	899.572	70.122	142.650	41.830	48.298	155.619	281.815	159.238	570.547	41.991	287.034	565.787	28.703	53.201	18.809	233.071
ES	27.681	27.105	5.072	1.794	1.724	1.956	3.989	7.676	4.894	17.916	1.123	8.066	20.154	1.233	1.539	349	3.830
MG	214.348	207.091	31.025	16.205	10.648	11.743	21.764	65.314	50.393	136.313	5.732	65.046	145.604	9.679	13.941	3.434	34.434
RJ	147.825	145.412	1.460	17.950	4.678	5.341	45.243	41.469	29.270	98.678	10.756	35.978	82.223	2.917	7.907	4.182	48.182
SP	531.421	519.965	32.565	106.701	24.781	29.257	84.623	167.356	74.681	317.640	24.380	177.945	317.806	14.874	29.814	10.844	146.626
Sul	454.369	436.615	85.792	54.186	31.750	33.996	40.939	121.992	67.959	284.267	16.782	135.566	279.242	28.406	36.213	8.955	83.799
PR	179.506	171.589	35.610	19.415	14.466	12.094	13.279	49.707	27.019	107.123	7.310	57.156	111.345	11.970	12.199	3.563	32.512
RS	163.058	154.072	34.823	19.198	9.753	11.577	16.839	41.610	20.271	102.782	5.503	45.787	98.741	10.264	13.888	2.553	28.626
SC	111.805	110.955	15.359	15.573	7.532	10.325	10.820	30.675	20.669	74.361	3.970	32.624	69.155	6.172	10.126	2.840	22.661
Centro-Oeste	300.252	286.879	74.373	14.847	12.753	9.966	32.050	68.042	74.849	167.753	44.701	74.426	211.708	16.460	20.474	2.361	35.878
DF	66.282	63.371	1.689	3.297	2.226	2.427	9.198	18.869	25.666	42.001	5.759	15.611	48.227	1.936	2.132	545	10.532
GO	105.734	102.520	28.134	4.361	4.077	2.444	10.527	29.134	23.842	54.689	15.393	32.438	84.283	5.096	5.517	890	6.734
MT	77.102	72.204	30.090	2.637	3.700	3.443	8.024	10.676	13.633	42.153	14.352	15.699	45.348	6.246	9.554	565	10.489
MS	51.135	48.784	14.461	4.551	2.749	1.652	4.301	9.363	11.708	28.910	9.196	10.678	33.850	3.182	3.270	361	8.122
TOTAL	2.253.636	2.190.616	322.098	277.747	119.480	108.112	355.794	584.579	422.805	1.304.567	250.914	635.135	1.369.319	113.814	157.831	33.421	516.231

TABELA 15 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2022

(Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO 2022 - Art. 122 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO

Consolidado das Agências

em R$ milhão

		Realizado até o 2º Bimestre / 2022															
Região/UF	Programação 2022		Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	54	7	0	0	0	0	7	0	0	7	0	0	1	1	0	5	0
AC	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	19	5	0	0	0	0	5	0	0	5	0	0	1	1	0	3	0
PA	20	2	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0
RO	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TO	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	10	2	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0
BA	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MA	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0
Sudeste	51	11	0	1	0	0	9	0	0	11	0	0	2	7	1	1	0
ES	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MG	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	27	4	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	3	0	1	0
SP	15	7	0	1	0	0	5	0	0	7	0	0	2	3	1	0	0
Sul	22	12	0	1	0	0	10	0	0	12	0	0	0	8	2	2	0
PR	13	4	0	1	0	0	2	0	0	4	0	0	0	0	1	2	0
RS	8	7	0	0	0	0	7	0	0	7	0	0	0	7	0	0	0
SC	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	150	32	0	3	0	0	29	0	0	32	0	0	3	16	3	10	0

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

PORTARIA SPU-TO/ME Nº 4.829, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 6º da Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 1º de dezembro de 2021, na Seção 1 - Extra B, página 1, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 00055.001458/2011-10, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, sem encargo, realizada por meio da Lei Estadual nº 1.044/99 e regulamentada pelo Decreto nº 725/1999, do imóvel urbano Sítio Aeroportuário de Palmas, Loteamento Taquari ou Tatá, registrado sob a matrícula 153.369 do Livro 02 de Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis de Palmas.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à instalação do Aeroporto de Palmas.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO SILVA ALFENAS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RETIFICAÇÃO

No art. 2º da Portaria RFB nº 177, de 23 de maio de 2022, publicada no DOU nº 97, de 24/05/2022, seção 1, página 102,

Onde se lê:

"Art. 2º ...

em que:"

Leia-se:

"Art. 2º ...

IEI-RFB = [Somatório de (Ci x Pi)] x F, com "i" variando de 1 a 5,

em que:"

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

RETIFICAÇÃO

No § 2º do art. 19 da Portaria Coana nº 75, de 12 de maio de 2022, publicada no DOU nº 90, de 13 de maio de 2022, seção 1, páginas 79 a 81,

Onde se lê: "§ 2º O registro de logs somente será fornecido aos usuários habilitados nos perfis RFB - Gestão Nacional e RFB - Gestão Regional."

Leia-se: "§ 2º O registro de logs somente será fornecido aos usuários habilitados nos perfis RFB - Administração e RFB - Gestão Operacional."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 26 DE MAIO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e considerando o teor da Portaria nº 1.154, de 22 de dezembro de 2022, da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, que aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela empresa Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A., CNPJ nº 42.627.875/0001-68, e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.004659/2022-27, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica GRÃOS DO PIAUÍ CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS SPE S.A., CNPJ n° 42.627.875/0001-68, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 56, DE 20 DE MAIO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.128333/2022-91, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017 a pessoa jurídica RIO NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 08.835.355/0001-02, na qualidade de subcontratada, para navegação de apoio marítimo, até 28/02/2023 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art.2º A pessoa jurídica contratante é PGS Suporte Logístico e Serviços Ltda, CNPJ nº 07.785.858/0001-58.

Art. 3º A operadora indicante é a pessoa jurídica Petróleo Brasileiro S.A. , CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 4º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MASTROIANI CESAR MACHADO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08/RFB Nº 163, DE 27 DE MAIO DE 2022

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de produtor.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo § 1º do artigo 5º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, e no processo administrativo nº 13032.102308/2022-87, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0120 ao estabelecimento CAMPANARI FABRICACAO DE AGUARDENTE LTDA, CNPJ nº 30.761.284/0001-08, situado na Estrada Municipal Sítio Santo Antônio, s/n, Caixa Postal 80 - Bairro da Barra, Monte Alegre do Sul/SP, para a atividade específica de PRODUTOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08/RFB Nº 164, DE 27 DE MAIO DE 2022

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de engarrafador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo § 1º do artigo 5º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, e no processo administrativo nº 13032.102308/2022-87, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0121 ao estabelecimento CAMPANARI FABRICACAO DE AGUARDENTE LTDA, CNPJ nº 30.761.284/0001-08, situado na Estrada Municipal Sítio Santo Antônio, s/n, Caixa Postal 80 - Bairro da Barra, Monte Alegre do Sul/SP, para a atividade específica de ENGARRAFADOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 27 DE MAIO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 10906.038097/2022-05, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SOLAR DO CERRADO CONSTRUCOES SPE LTDA, CNPJ nº 43.312.312/0001-43, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV AC IX, matriculado no CNO sob nº 90.007.73628/75, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria SPE nº 960, de 15 de setembro de 2021, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 16/09/2021, Seção 1, Pág. 100, com prazo estimado de 25/01/2021 a 30/10/2022, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada Total Nº 5500083243 e seus Termos Aditivos, firmado entre beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica VALE S.A., CNPJ 33.592.510/0001-54, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 29, de 20 de outubro de 2021, expedido pela Delegacia de Maiores Contribuintes da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO, publicado no DOU de 25/10/2021, Seção 1, Pág. 26.

Art. 3º A presente concessão se restringe ao âmbito do projeto UFV AC IX, em consonância com o disposto no art. 8º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º Concluída a participação no projeto, deve ser requerido o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, em consonância com o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 27 DE MAIO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB

nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 10906.038134/2022-77, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SOLAR DO CERRADO CONSTRUCOES SPE LTDA, CNPJ nº 43.312.312/0001-43, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV AC XX, matriculado no CNO sob nº 90.007.73628/75, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria SPE nº 650, de 5 de maio de 2021, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 07/05/2021, Seção 1, Pág. 107, com prazo estimado de 25/01/2021 a 30/10/2022, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada Total Nº 5500083243 e seus Termos Aditivos, firmado entre beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica VALE S.A., CNPJ 33.592.510/0001-54, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 16, de 16 de junho de 2021, expedido pela Delegacia de Maiores Contribuintes da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO, publicado no DOU de 22/06/2021, Seção 1, Págs. 72/73.

Art. 3º A presente concessão se restringe ao âmbito do projeto UFV AC XX, em consonância com o disposto no art. 8º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º Concluída a participação no projeto, deve ser requerido o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, em consonância com o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 27 DE MAIO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 10906.038166/2022-72, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SOLAR DO CERRADO CONSTRUCOES SPE LTDA, CNPJ nº 43.312.312/0001-43, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV AC XXII, matriculado no CNO sob nº 90.007.73628/75, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria SPE nº 637, de 5 de maio de 2021, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 07/05/2021, Seção 1, Pág. 106, com prazo estimado de 25/01/2021 a 30/10/2022, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada Total Nº 5500083243 e seus Termos Aditivos, firmado entre beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica VALE S.A., CNPJ 33.592.510/0001-54, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 3, de 16 de junho de 2021, expedido pela Delegacia de Maiores Contribuintes da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO, publicado no DOU de 21/06/2021, Seção 1, Pág. 41.

Art. 3º A presente concessão se restringe ao âmbito do projeto UFV AC XXII, em consonância com o disposto no art. 8º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º Concluída a participação no projeto, deve ser requerido o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, em consonância com o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 17, DE 23 DE MAIO DE 2022

Concede Registro Especial a importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso III, da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e de acordo com contido no dossiê eletrônico nº 10906.094300/2022-15, declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro Especial, na atividade de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob nº 09201/0197, o estabelecimento da empresa CG Comércio de Utensílios Domésticos, Brinquedos e Texteis, Importação e Exportação Ltda, inscrito no CNPJ sob o número 34.038.663/0002-06, situado na Rua Manoel Vieira Garção 77, Sala 409, Centro, Itajaí/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL CARLOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SRRF10 nº 102, de 20 de maio de 2022, publicada na página 108 da Seção 1 da Edição nº 97 do Diário Oficial da União de 24 de maio de 2022:

Onde se lê: "Art. 8º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor no dia 01 de junho de 2022."

Leia-se: "Art. 8º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2022."

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 1, DE 22 DE MAIO DE 2022

Inscreve no Registro Especial e autoriza produção e engarrafamento dos produtos que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 360, III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, artigos 3º, e o que consta do processo n° 13033.082805/2022-41, declara:

Artº 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o n° 10103/070, como PRODUTOR/ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa PUEBLO PAMPEIRO INDUSTRIA DE BEBIDAS ART, inscrita no CNPJ sob o nº 27.409.022/0001-66.

Artº 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir/engarrafar os produtos abaixo discriminados

DESCRIÇÃO DETALHADA	MARCA COMERCIAL	NCM/EX	TIPO DE RECIPIENTE	CAPACIDADE
HIDROMEL	PRIMITIVO	22067000	VIDRO	750 ML

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE ZORZO RIGHES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 27 DE MAIO DE 2022

Declara o registro como pessoa jurídica preponderantemente exportadora - Regime de Suspensão do IPI, de que tratam os artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, com as alterações posteriores, da pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO EM SANTO ÂNGELO/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "b" do inciso I do artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, considerando o disposto no artigo 17 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, considerando o art. 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022 e o que consta do processo nº 13033.015301/2022-16, declara:

Art. 1º O registro da pessoa jurídica Vibra Agroindustrial S/A, CNPJ nº 93.586.303/0001-19, como pessoa jurídica preponderantemente exportadora - Regime de Suspensão do IPI, de que tratam os artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009, observadas as condições previstas nessa Instrução.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MATHEUS CERETTA DAMIÃO

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

DESPACHO DE 27 DE MAIO DE 2022

Processo nº 17944.100521/2022-22
Interessado: Município de Salvador, BA.
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre o Município de Salvador, BA e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), cujos recursos se destinam a realização de investimentos na infraestrutura viária no Município de Salvador.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 7257/2022/ME, de 09/05/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 27 DE MAIO DE 2022

Processo nº: 17944.104107/2021-10
Interessado: Município de Rio dos Cedros - SC
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre Município de Rio dos Cedros - SC e o Banco do Brasil S.A., no valor de R$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), destinados a obra de infraestrutura e/ou mobilidade, na Rua 1º de Maio (RCD 040), bairro Cruzeiro, com extensão de 2,116km, iniciando na estaca 39+0,00PP (defronte Maiola Madeiras) e terminando na estaca 144+16,00PF (Ponte Pênsil dos Expedicionários).
Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 7471/2022/ME, de 11/05/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos da Portaria SETO/ME nº 3906, de 02 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2022, Edição Extra A, Seção 1, páginas 1 a 9,
Onde se lê:
ANEXO I
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PARTICIPANTE
Eu, (nome completo do servidor participante), declaro que atendo às condições para participação no Programa de Gestão da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento previstas na Portaria SETO/ME nº 14.185, de 02 de dezembro de 2021, e na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia, e declaro que tenho ciência e estou de acordo:
a) com o prazo de antecedência mínima de convocação de dois dias úteis para comparecimento pessoal às Unidades da Secretaria Especial, a que se refere o art. 15 da Portaria SETO/ME nº 14.185, de 02 de dezembro de 2021, publicada pela SETO;
b) com as atribuições e responsabilidades do servidor participante a que se referem os artigos 14 e 15 da Portaria SETO/ME nº 14.185, de 02 de dezembro de 2021, e o art. 22 da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia;
c) com o dever do servidor participante de manter a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, quando executar o PDG-SETO na modalidade teletrabalho;
d) que minha participação no PDG-SETO não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia;
e) quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia;
f) quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;
g) com o dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber;
h) com as orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;
i) com todas as demais normas previstas na Portaria XXX, de XXX, publicada pela Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, e na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia.
COM A ASSINATURA DESTE TERMO, AUTORIZO:
a) a disponibilização do meu número de telefone pessoal a pessoas que façam chamadas telefônicas para a minha unidade de exercício no Ministério da Economia, sem necessidade de avaliação, pelo atendente, a respeito da pertinência do fornecimento; e
b) o fornecimento do meu número de telefone pessoal a servidores em exercício no Ministério da Economia que indiquem necessidade de contato telefônico relacionado às minhas atividades profissionais.
E comprometo-me, ainda, a permanecer disponível e atuante, bem como acessível à Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento durante toda a jornada laboral em regime de teletrabalho, mantendo uma rotina de acesso ao e-mail institucional e ao telefone celular, nos termos dos arts. 22 e 23 da Instrução Normativa nº 65/2020.
A assinatura do Termo de Ciência e Responsabilidade será efetivada no sistema informatizado.

Leia-se:
ANEXO I
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PARTICIPANTE
Eu, (nome completo do servidor participante), declaro que atendo às condições para participação no Programa de Gestão da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento previstas na Portaria SETO/ME nº 14.185, de 02 de dezembro de 2021, e na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia, e declaro que tenho ciência e estou de acordo:
a) com o prazo de antecedência mínima de convocação de dois dias úteis para comparecimento pessoal às Unidades da Secretaria Especial, a que se refere o art. 15 da Portaria SETO/ME nº 14.185, de 02 de dezembro de 2021, publicada pela SETO;
b) com as atribuições e responsabilidades do servidor participante a que se referem os artigos 14 e 15 da Portaria SETO/ME nº 14.185, de 02 de dezembro de 2021, e o art. 22 da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia;
c) com o dever do servidor participante de manter a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, quando executar o PDG-SETO na modalidade teletrabalho;
d) que minha participação no PDG-SETO não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia;
e) quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia;
f) quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;
g) com o dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber;
h) com as orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;
i) com todas as demais normas previstas na Portaria SETO/ME nº 14.185, de 02 de dezembro de 2021, publicada pela Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, e na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia.
COM A ASSINATURA DESTE TERMO, AUTORIZO:
a) a disponibilização do meu número de telefone pessoal a pessoas que façam chamadas telefônicas para a minha unidade de exercício no Ministério da Economia, sem necessidade de avaliação, pelo atendente, a respeito da pertinência do fornecimento; e
b) o fornecimento do meu número de telefone pessoal a servidores em exercício no Ministério da Economia que indiquem necessidade de contato telefônico relacionado às minhas atividades profissionais.
E comprometo-me, ainda, a permanecer disponível e atuante, bem como acessível à Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento durante toda a jornada laboral em regime de teletrabalho, mantendo uma rotina de acesso ao e-mail institucional e ao telefone celular, nos termos dos arts. 22 e 23 da Instrução Normativa nº 65/2020.
A assinatura do Termo de Ciência e Responsabilidade será efetivada no sistema informatizado.
Onde se lê:
ANEXO III
TABELA DE ATIVIDADES - SUBUNIDADES: SETO/GABINETE/DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS/DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/DEPARTAMENTO DE RISCOS, CONTROLES E CONFORMIDADE

PARÂMETROS PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE	Nível I - atividades de baixa complexidade Nível II - atividades de média complexidade Nível III - atividades de alta complexidade				
ATIVIDADE	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM TELETRABALHO (HORAS)	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Elaboração de documentos	Documentos elaborados	III	26,4	24	10,00%
		III	17,6	16	10,00%
		II	8,8	8	10,00%
		II	4,4	4	10,00%
		I	3,5	3	16,67%
		I	3	2,5	20,00%
		I	1,2	1	20,00%
Realizar pesquisas no Diário Oficial da União e anexar publicações relacionados a colegiados não remunerados	Ato anexado ao processo SEI	I	1,2	1	20,00%
Realização de instrução processual no SEI	Processo instruído	III	8,8	8	10,00%
		III	6,6	6	10,00%
		II	4,4	4	10,00%
		I	2,5	2	25,00%
		I	1,2	1	20,00%
Realização de conformidade e/ou revisão de documentos ou processos	Conformidade e/ou revisão de documentos ou processos		4,4	4	10,00%
			2,5	2	25,00%
			1,2	1	20,00%
Atualizar informações relacionadas aos membros de colegiados não remunerados	Informações atualizadas	II	2	1,5	33,33%
Realização de acompanhamento de processos, demandas e/ou prazos	Processos, demandas e/ou prazos acompanhados/monitorados	III	8,8	8	10,00%
		III	6,6	6	10,00%
		II	4,4	4	10,00%
		I	2,5	2	25,00%
		I	1,2	1	20,00%
Gerenciamento as caixas SEI	Caixas SEI gerenciadas	III	26,4	24	10,00%
		III	17,6	16	10,00%
		II	8,8	8	10,00%
		II	4,4	4	10,00%
		I	3,5	3	16,67%
		I	3	2,5	20,00%
		I	2	1,5	33,33%
		I	1,2	1	20,00%
		I	0,8	0,5	60,00%
Realização da conformidade e conversão de minutas de documentos no SEI	Conformidade e conversão realizados	III	3,5	3	16,67%

		II	3	2,5	20,00%
		I	1,2	1	20,00%
Expedição e/ou peticionamento eletrônico de documentos ou processos e acompanhamento de recebimento	Documentos ou processo expedidos	III	3	2,5	20,00%
		II	1,2	1	20,00%
		I	0,8	0,5	60,00%
Formatação e envio os atos para publicação no DOU, BSE ou BGP	Atos formatados e enviados para publicação no DOU, BGP ou BSE	III	3,5	3	16,67%
		II	3	2,5	20,00%
		I	1,2	1	20,00%
		I	0,8	0,5	60,00%
Realização de controle de publicações de atos	Controle de publicações atualizado	I	0,8	0,5	60,00%
Acompanhar e atualizar a legislação pertinente à Secretaria Especial	Controle de legislação atualizado	II	1,2	1	20,00%
Gerenciamento das caixas de e-mails institucionais da Secretaria Especial	Caixas de e-mail gerenciadas	III	2	1,5	33,33%
		II	1,2	1	20,00%
		I	0,8	0,5	60,00%
Envio e acompanhamento de consultas no SINC de cargos em comissão e de conselheiros fiscais da União junto às estatais	Consultas enviadas e acompanhadas	III	2	1,5	33,33%
		II	1,2	1	20,00%
		I	0,8	0,5	60,00%
Participação em treinamento ou capacitação	Treinamento e capacitação realizados	III	5	4	25,00%
		II	2	1,5	33,33%
		I	1,5	1	50,00%
Participar de reuniões internas e externas	Participação em reuniões realizadas	III	8,8	8	10,00%
		III	6,6	6	10,00%
		II	4,4	4	10,00%
		I	2,5	2	25,00%
		I	2	1,5	33,33%
		I	1,5	1	50,00%
		I	2	1,5	33,33%
		I	1,5	1	50,00%
		I	1,2	1	20,00%
		I	1	0,5	100,00%
Análise de propostas de normativo (leis, decretos, portarias) de temas vinculados à atuação da SETO	Produção de Nota Informativa e minuta de despacho	III	3,5	3	16,67%
		II	2	1,5	33,33%
		I	1,5	1	50,00%
Análise de processos relativos à contratação de operações de crédito internas e externas e concessão de garantias	Produção de Nota Informativa, ofícios e minuta de despacho	III	3,5	3	16,67%
		II	2	1,5	33,33%
		I	1,5	1	50,00%
Análise de processos sobre assuntos societários que envolvam a participação da União	Produção de Nota Informativa, ofícios e minuta de despacho	III	3,5	3	16,67%
		II	2	1,5	33,33%
		I	1,5	1	50,00%
Análise de processos de demandas judiciais e de controle (interno e externo)	Produção de Nota Informativa, ofícios e minuta de despacho	III	3,5	3	16,67%
		II	2	1,5	33,33%
		I	1,5	1	50,00%
Consolidação, atualização, e/ou gerenciamento de planilhas	Planilhas consolidadas, atualizadas e/ou gerenciadas	III	8,8	8	10,00%
		III	6,6	6	10,00%
		II	4,4	4	10,00%
		I	2,5	2	25,00%
		I	1,2	1	20,00%
Cadastrar as solicitações de viagens (nacionais e internacionais) no SCDP	Cadastro de viagens realizadas	I	1,2	1	20,00%
Executar os atos de gestão orçamentária relativas a diárias e passagens no SIAFI.	Execução orçamentária realizada	II	1,2	1	20,00%
Prestar contas das viagens realizadas dentro do SCDP.	Prestação de contas de viagem realizada.	I	1,2	1	20,00%
Solicitar emissão de passaporte oficial	Minuta de ofício elaborada	I	1,2	1	20,00%
Solicitar emissão de nota verbal para obtenção de vistos	Minuta de ofício elaborada	I	1,2	1	20,00%
Instrução processual de autorização para afastamento do país	Minuta de despacho elaborada	II	2	1,5	33,33%
Fiscalização de contratos administrativos e ateste de faturas	Realizar ateste de faturas	II	2	1,5	33,33%
	Fiscalização do contrato	II	2	1,5	33,33%
Realizar a execução financeira para pagamento de serviços contratados e emissão de ordens de pagamento.	Execução financeira realizada	III	3	2,5	20,00%
Atendimento ao usuário interno para acesso a sistemas e e-mail	Solicitação de acesso inserida no SEI e enviada ao setor responsável	I	1	0,5	100,00%
	Ordem de serviço criada	I	1	0,5	100,00%
Cadastramento de consultas para provimento dos cargos em comissão e das funções de confiança junto ao SINC	Consulta cadastrada	I	1	0,5	100,00%
		II	1,5	1	50,00%
Instrução processual de movimentação, alteração de exercício, exoneração, dispensa, nomeação ou designação de servidor	Processos instruídos	III	3	2,5	20,00%
	Minutas de despacho ou ofício ou portarias elaboradas	II	2	1,5	33,33%
	Gestão de sistemas de pessoal e produtividade	II	4	3	33,33%
Apoio às atividades de gestão de pessoas	Homologar férias no SIAPE	II	2	1,5	33,33%
	Minutas de ofícios elaboradas	I	1,5	1	50,00%
	Envio de informações à órgãos internos e externos	II	2	1,5	33,33%
	Realização de alterações, interrupções e cancelamentos de férias junto ao SIAPE.	II	2	1,5	33,33%
	Realizar a Avaliação de Desempenho Individual e Institucional, para fins de pagamento das gratificações de desempenho conforme normativos vigentes	III	3,5	3	16,67%
	Atualização do assentamento funcional dos servidores	II	2	1,5	33,33%
	Homologar de frequência dos servidores no SISREF	I	1,5	1	50,00%
	Consolidar e enviar relatórios de frequência dos servidores aos órgãos responsáveis	II	3,5	3	16,67%
Atividades administrativas diversas	Agendamento de compromissos oficiais	I	4	3	33,33%
	Publicação da Agenda Pública em site oficial	II	2	1,5	33,33%
	Atendimento ao público interno e externo	I	5	3,5	42,86%

Cadastramento, triagem, distribuição de processos, e controle de prazos e de informações relacionadas às demandas de assuntos parlamentares	Registro no bloco interno no SEI	I	1,1	1	10,00%
	Registro de anotação e marcador no processo no SEI	I	2,8	2,5	12,00%
	Despacho elaborado, revisado e assinado	I	2,2	2	10,00%
	Planilha de Controle de Processos atualizada	I	2,8	2,5	12,00%
	Planilha de Controle de Processos atualizada	II	1,7	1,5	13,33%
	Planilha de Controle de Processos atualizada	II	5,5	5	10,00%
	Processo tramitado	I	1,1	1	10,00%
Interlocução com gestores internos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e participação em reuniões (internas e externas)	Planilha de Controle de Processos atualizada	II	2,8	2,5	12,00%
	Planilha de Controle de Reuniões atualizada	II	6	5	20,00%
Elaboração, revisão e assinatura de documentos, e tramitação e conclusão de processos	Documento técnico elaborado	III	3,6	3	20,00%
	Minuta de despacho ou nota informativa elaborada no SEI	II	7,2	6	20,00%
	Despacho ou nota informativa revisado(a) no SEI	II	2	1,8	11,11%
	Despacho ou nota informativa assinado(a) no SEI	II	2	1,7	17,65%
	Processo concluído	I	0,6	0,5	20,00%
Acompanhamento das matérias em fase de sanção na SETO/ME	Relatório Gerencial atualizado	III	5,4	4,5	20,00%
	Áudio de matérias distribuído	II	0,6	0,5	20,00%
Acompanhamento das publicações dos atos e impactos correlacionados	Relatório de Publicação e Vetos atualizado	II	4,2	3,5	20,00%
Apoio aos gestores na implantação de melhorias de processos e sistemas da Assessoria	Documento técnico elaborado	II	2,8	2,5	12,00%
Análise de processos no SEI	Processo analisado	III	8,8	8	10,00%
		III	6,6	6	10,00%
		II	4,4	4	10,00%
		I	2,5	2	25,00%
		I	1,2	1	20,00%
CGCON - analisar orientação recebida sobre demanda da UGE.	Análise realizada	I	2,5	2	25%
CGCON - consultar sobre demanda da UGE.	Consulta realizada	I	2,5	2	25%
CGCON - repassar orientação à UGE.	Orientação repassada	I	2,5	2	25%
UGE - gerenciar demanda (receber e analisar).	Demanda gerenciada	I	1,5	1	50%
UGE - gerenciar demanda (enviar orientação).	Demanda respondida	I	1,5	1	50%
Analisar a apropriação de encargo contratual pelo regime de competência - Ativo.	Análise realizada	I	4	3	25,00%
Analisar a apropriação de encargo contratual pelo regime de competência - Passivo.	Análise Realizada	I	4	3	25,00%
Analisar a conciliação de conta contábil.	Análise realizada	I	5	4	25%
Analisar a inconsistência de Conformidade de Registro de Gestão.	Análise realizada	I	1,5	1	50%
Consultar SIAFI Operacional CONCONFREG - situação da Conformidade de Registro de Gestão.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
Analisar a inconsistência de desequilíbrio de equação de auditor.	Análise realizada	I	1,5	1	50%
Confeccionar acompanhamento da execução orçamentária mensal.	Acompanhamento confeccionado	I	4,5	4	11,11%
Analisar a inconsistência de saldo alongado, ou indevido, ou estático por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	I	3,5	3	14,29%
Confeccionar acompanhamento da execução orçamentária trimestral	acompanhamento confeccionado	I	4,5	4	11,11%
Analisar a inconsistência de saldo invertido por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	I	2,5	2	25%
ITC (Informe Trimestral de Contabilidade) - confeccionar.	Informe confeccionado	I	9	8	11,11%
Analisar a inconsistência de saldo irrisório ou residual por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	I	3,5	3	14,29%
Analisar a inconsistência de saldo transitório por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	I	3,5	3	14,29%
ITC (Informe Trimestral de Contabilidade) - revisar.	Informe revisado	I	4	3,5	12,50%
Identificar conta contábil e UGE relacionadas a Item de Análise.	Conta Contábil Identificada	I	5	4,5	10,00%
RCC (Relatório de Conformidade Contábil) - confeccionar	Relatório confeccionado	I	4,5	4	11,11%
RCC (Relatório de Conformidade Contábil) - revisar.	relatório revisado	I	2,5	2	25%
Revisar os registros mensais de Apontamentos na planilha SECON	registros mensais revisados	I	7	6	14,29%
Revisar os registros trimestrais de Apontamentos na planilha SECON.	registros trimestrais revisados	I	5	4	25%
SIAFI Operacional - BALANCETE - Saldo invertido por conta contábil e conta corrente - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
SIAFI Operacional - CONCONFCON - UGE com restrição contábil no mês anterior - consultar.	consulta realizada	I	1,5	1	50%
SIAFI Operacional - CONCONFREG - Situação da Conformidade de Registro de Gestão - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
SIAFI Operacional - diversas transações - consultar.	consulta realizada	I	1,5	1	50%
SIAFI Operacional - diversas transações - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
SIAFI Web - diversas transações - consultar.	consulta realizada	I	1,5	1	50%
Tesouro Gerencial - por conta contábil e conta corrente - consultar.	consulta realizada	I	2,5	2	25%
SIAFI Web - CONDESAUD - Desequilíbrio de equação de auditor - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
SIAFI Web - diversas transações - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
SIAFI Web - CONDEMCON - Balanço Financeiro (BF) - consultar.	consulta realizada	I	1,5	1	50%
Tesouro Gerencial - por conta contábil e conta corrente - consultar.	Consulta realizada	I	4,5	4	12,5%
DCASP do SIAFI Web - Balanço Orçamentário (BO) - analisar.	análise realizada	I	1,5	1	50%
DCASP do SIAFI Web - Balanço Patrimonial (BP) - analisar.	análise realizada	I	1,5	1	50%
Reunir com demais Unidades.	reunião realizada	I	2,5	2	25%
Reunir com os integrantes da SECON.	reunião realizada	I	3,5	3	16,67%
CGCON - consultar sobre dúvida da SECON	Consulta realizada	I	3,5	3	16,67%
Confeccionar ata de reunião da SECON com outras Unidades	Ata Elaborada	I	1,5	1	50%
Definir critérios e regras para criação do SICON	Definições efetuadas	I	2,5	2	25%
ITC (Informe Trimestral de Contabilidade) - inserir no COLABORA	Documento Inserido	I	1,5	1	50%

Participar de treinamento	Treinamento Realizado	I	16	12	25,00%
PTI (Plano de Trabalho Individual) - planejamento e execução - confeccionar	Plano Confeccionado	I	1,5	1	50%
RCC (Relatório de Conformidade Contábil) - inserir no COLABORA	Relatório Inserido	I	1,5	1	50%
SEI - gerenciar documento/processo (incluir, consultar e excluir)	processo gerenciado	I	1,5	1	50%
Aplicar treinamento em UGE	Treinamento realizado	I	4,5	4	12,5%
Elaborar material de treinamento para UGE	Material elaborado	I	9	8	12,5%
Analisar trabalho do TCU (requisição de informação e recomendação de auditoria)	Recomendação analisada	I	2,5	2	25%
Executar Circularização	Circularização executada	I	9	8	12,5%
Coletar informações do POAC	Plano executado	I	85	80	6,25%
Participar de projeto conjunto da SURIC (reunião)	Participação registrada	I	2,5	2	25%
Relacionar Apontamentos com inconsistências relevante (SIAFI e RIC) e não relevante (RIC)	Apontamento relacionado	I	2,5	2	25%
Analisar DCASP do SIAFI Web - Balanço Financeiro (BF)	Análise realizada	I	1,5	1	50%
Analisar DCASP do SIAFI Web - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	Análise realizada	I	1,5	1	50%
Atualizar Base Única de Apontamentos (BUA) mensalmente	Base atualizada	I	1,5	1	50%
Atualizar Base Única de Apontamentos (BUA) trimestralmente	Base atualizada	I	2,5	2	25%
Analisar DCASP do SIAFI Web - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	Análise realizada	I	1,5	1	50%
Analisar DCASP do SIAFI Web - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	Análise realizada	I	1,5	1	50%
Analisar Nota Explicativa (NE)	Análise realizada	I	2,5	2	25%
Calcular Indicadores Estratégicos da SECON	Indicador calculado	I	2,5	2	25%
Elaborar Relatório da Circularização	Relatório elaborado	I	9	8	12,5%
Registrar a Conformidade Contábil no SIAFI	Registro efetuado	I	3	2	50%
Elaborar Nota Informativa da Seccional de Contabilidade sobre determinado tema (NIS)	Nota elaborada	I	4	3	25,00%
Elaborar Plano Operacional de Análise Contábil (POAC)	Plano elaborado	I	85	80	6,25
Elaborar Plano Plurianual de Análise Contábil (PPAC)	Plano elaborado	I	21	20	5%
Elaborar Programa de Gestão da Seccional de Contabilidade (PDGS)	Programa elaborado	I	2,5	2	25%
Elaborar Relatório de Inconsistências Contábeis (RIC)	Relatório elaborado	I	4,5	4	12,5
Analisar os dados recebidos da Circularização	Análise realizada	I	9	8	12,5%
Revisar o Relatório de Inconsistências Contábeis - RIC	Relatório revisado	I	2,5	2	25%
Analisar documentos (POAC)	Documentos analisados	I	130	120	8,33%
Elaborar Relatório (POAC)	Relatório elaborado	I	45	40	12,5%
Supervisionar e gerenciar atividades finalísticas	Gestão finalística executada	I	1	1	0,00%
Supervisionar e gerenciar atividades de apoio	Gestão de apoio executada	I	1	1	0,00%
Supervisionar e gerenciar atividades estratégicas	Gestão estratégica executada	I	1	1	0,00%
Representar institucionalmente o Tesouro Nacional em eventos, fóruns e congêneres (não colegiados específicos)	Representação institucional realizada	I	1	1	0,00%
Participar tecnicamente de eventos, fóruns e congêneres (não colegiados específicos)	Participação técnica realizada	I	1	1	0,00%
Participar de reuniões e encontros técnicos internos	Participação concluída	I	1	1	0,00%
Deslocar-se e/ou pernoitar fora da Sede para participação em quaisquer eventos presenciais relativos ao trabalho	Deslocamento e/ou pernoite cumpridos	I	1	1	0,00%
Atender a cursos e eventos de formação e capacitação técnica	Curso ou evento de formação realizado	I	1	1	0,00%
Assessorar tecnicamente e genericamente	Assessoria técnica prestada	I	1	1	0,00%
Secretariar autoridades e outras pessoas em funções de chefia	Secretariado executado	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada pela Assessoria Econômica, de Comunicação e de Assuntos Parlamentares	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada pela Subsecretaria de Riscos	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada pela Tecnologia da Informação	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada pelo Desenvolvimento Institucional	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada pela Secretaria Especial de Fazenda	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada pelo Ministério da Economia	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Participar de Conselho Fiscal	Participação realizada	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada por órgãos de controle	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada por legislação genérica	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Fiscalizar contrato	Contrato fiscalizado	I	1	1	0,00%
Fiscalizar TED	TED fiscalizado	I	1	1	0,00%
Atestar produto contratado	Ateste de produto realizado	I	1	1	0,00%
Realizar estudos e pesquisas não finalísticos	Estudos e pesquisas não finalísticos realizados	I	1	1	0,00%
Realizar atividade de conformidade	Conformidade realizada	I	1	1	0,00%
Ensinar ou aprender atividade de trabalho	Atividade de trabalho ensinada ou aprendida	I	1	1	0,00%
Monitorar e qualificar entregas relativas ao PdG	Monitoramento e qualificação realizados	I	1	1	0,00%
Monitorar e registrar entregas relativas ao PdG	Monitoramento e registro realizados	I	1	1	0,00%
Executar e acompanhar os trâmites relacionados a férias, licenças e demais afastamentos de servidores	Trâmites executados e acompanhados	I	1	1	0,00%
Executar e acompanhar os trâmites relacionados a movimentação, progressão funcional e avaliação de desempenho de servidores	Trâmites executados e acompanhados	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada por órgãos judiciais	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Desenvolver formações internas para capacitação da equipe ou corpo funcional, em plataforma de cursos online do Tesouro	Aula ou curso cadastrado na plataforma de cursos online	I	1	1	0,00%
Supervisionar e gerenciar projetos não finalísticos	Gestão não finalística executada	I	1	1	0,00%
Monitorar e atender demandas em canal de comunicação (e-mail, e-Serviços, Fale Conosco, Intranet, Teams etc.)	Demandas atendidas	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada pelos comitês gerenciais do Tesouro	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Gerenciar conteúdo da STN na internet	Conteúdo gerenciado	I	1	1	0,00%
Realizar atividade demandada por coordenações-gerais do Tesouro	Demanda atendida	I	1	1	0,00%
Revisar entregas e produtos finalísticos (relatórios técnicos, pareceres, notas técnicas etc)	Entregas e produtos finalísticos revisados	I	1	1	0,00%
Participar de reuniões e encontros técnicos externos	Participação concluída	I	1	1	0,00%
Estar de sobreaviso para exercer atividades não finalísticas	Período de sobreaviso para exercer atividades não finalísticas cumprido	I	1	1	0,00%
Elaborar e propor minutas de alterações na legislação (Portarias, Decretos, Leis, Resoluções)	Proposição de minuta executada	I	1	1	0,00%

Elaborar documentos e relatórios diversos (não finalísticos)	Documentos e relatórios elaborados	I	1	1	0,00%
Gerir riscos	Riscos geridos	I	1	1	0,00%
Monitorar e atender demandas no SEI	SEI monitorado e demandas atendidas	I	1	1	0,00%
Atualizar manual de procedimentos internos da unidade	Manual de procedimentos internos atualizado	I	1	1	0,00%
Atender às demandas pontuais e/ou periódicas que estejam relacionadas à articulação entre as equipes internas e às demais áreas institucionais	Relatório de atividades elaborado	II	8	8	0,00%
Atender às demandas pontuais e/ou periódicas que estejam relacionadas à articulação entre as equipes internas e às demais áreas institucionais	Relatório de atividades elaborado	III	24	24	0,00%
Avaliar a conformidade da gestão	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	I	1	1	0,00%
Avaliar a conformidade da gestão	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	II	8	8	0,00%
Avaliar a conformidade da gestão	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	III	24	24	0,00%
Avaliar a conformidade dos controles internos operacionais	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	I	1	1	0,00%
Avaliar a conformidade dos controles internos operacionais	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	II	8	8	0,00%
Avaliar a conformidade dos controles internos operacionais	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	III	24	24	0,00%
Verificar a conformidade das demandas dos órgãos de controle	Relatório de atividades elaborado	I	1	1	0,00%
Verificar a conformidade das demandas dos órgãos de controle	Relatório de atividades elaborado	II	9	8	12,5%
Verificar a conformidade das demandas dos órgãos de controle	Relatório de atividades elaborado	III	26	24	8,33%
Verificar a conformidade das demandas judiciais	Relatório de atividades elaborado	I	1	1	0,00%
Verificar a conformidade das demandas judiciais	Relatório de atividades elaborado	II	9,5	8	18,75%
Verificar a conformidade das demandas judiciais	Relatório de atividades elaborado	III	26	24	8,33%
Elaborar relatório de riscos estratégicos	Relatório de riscos estratégicos elaborado	I	110	106	3,77%
Atualizar o sistema Monitora	Relatório mensal de acompanhamento do projeto elaborado	I	74	70	5,71%
Apoiar a implantação de gestão de riscos em processo selecionados pela SETO	Apoio realizado	I	1,1	1	10%
Planejar a abertura do projeto de apoio à gestão de riscos	Proposta de termo de abertura do projeto elaborada	I	90	80	11,11%
Divulgar os resultados do projeto	Proposta de termo de encerramento do projeto elaborada	I	90	80	12,5%
Propor norma de gestão de riscos	Minuta de norma elaborada	I	210	200	5%
Propor norma de gestão de continuidade de negócios	Minuta da norma elaborada	I	210	200	5%
Acompanhar os testes periódicos dos planos de continuidade dos processos críticos	Testes acompanhados	I	1,1	1	10%
Desenvolver novo sistema de gerenciamento riscos operacionais	Relatório mensal de acompanhamento elaborado	I	75	70	7,14%
Coordenar o planejamento das ações de integridade	Nota técnica com o planejamento das ações para os próximos 12 meses elaborada	I	64	60	6,67%
Monitorar as ações de integridade	Relatório de andamento das ações de integridade elaborado	I	21	20	5%
Propor normas de integridade	Minuta de norma de integridade elaborada	I	210	200	5%
Elaborar materiais para disseminação da cultura de integridade	Material de disseminação (nota, matéria na Intranet etc.) elaborado	I	22	20	10%
Aprimorar modelo de avaliação do grau de maturidade da gestão de riscos em unidades da SETO	Modelo aprimorado	I	130	120	8,33%
Coordenar a avaliação do grau de maturidade da gestão de riscos em unidades da SETO	Nota técnica com resultados da avaliação elaborada	I	130	120	8,33%
Elaborar projetos de SIC	Minuta do projeto entregue	I	80	72	11,11%
Acompanhar a revisão do Plano de Continuidade para processos críticos	Acompanhamento realizado	I	1,1	1	10%
Acompanhar os resultados do monitoramento de riscos	Acompanhamento realizado	I	5	4	25%
Disseminar a cultura de continuidade de negócios na STN	Material de disseminação (nota, matéria na Intranet etc.) elaborado	I	22	20	10%
Disseminar a cultura de continuidade de negócios na STN	Material de disseminação (nota, matéria na Intranet etc.) elaborado	I	22	20	10%
Disseminar a cultura de riscos na STN	Material de disseminação (nota, matéria na Intranet etc.) elaborado	I	22	20	10%
Elaborar relatórios e notas técnicas	Documento elaborado	1	50	45	11,11%
Elaborar documentos diversos (planilhas, apresentações etc.)	Documento elaborado	1	16	14,5	10,34%
Realizar estudos e pesquisas	Estudo ou pesquisa realizados	1	50	45	11,11%
Revisar entregas e produtos (relatórios técnicos, normas, pareceres, notas técnicas, projetos etc.)	Documento(s) revisado(s)	1	30	27	11,11%
Atender demandas sobre SIC em canal de comunicação (e-mail, e-Serviços, Fale Conosco, intranet etc.)	Atendimento e resposta realizada	1	16	14,5	10,34%
Gerenciar conteúdo da STN sobre SIC na internet	Conteúdo gerido	1	8	7,5	6,67%
Assessorar tecnicamente e genericamente em assuntos de SIC	Assessoramento realizado junto a demandante interno ou externo	1	4	3,5	14,29%
Participar tecnicamente de eventos, fóruns e congêneres (não colegiados específicos)	Participação no evento	1	18	16,5	9,09%
Realizar atividade demandada pelo Comitê de Segurança da Informação da STN - COSIC	Documento elaborado	1	30	27	11,11%
Elaborar normativos de SIC	Minuta de norma entregue	1	100	90	11,11%
Publicar matérias na intranet	Matéria elaborada e publicada	1	20	18	11,11%
Realizar atividade demandada por órgão externo	Atividade realizada	1	50	45	11,11%
Desenvolver cursos para capacitação da equipe ou corpo funcional	Curso/treinamento criado e disponibilizado	1	100	90	11,11%
Monitorar ações sobre SIC	Acompanhamento realizado	1	2,5	2	25%
Cálculo da seleção de Políticas Públicas para ciclo CMAP	Lista de ações e políticas para serem avaliadas em um ciclo CMAP	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Cálculo de modelos de simulação para alterações e propostas de políticas públicas	Planilha ou rotina de programação que execute metodologia de simulação permitindo avaliar os impactos de alterações e propostas de políticas públicas e achados correspondentes	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Cálculo para elaboração do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios.	Valores calculados para compor o Demonstrativo.	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Coordenação de avaliação de políticas públicas no CMAP	Relatório de avaliação consolidado, Relatório de Recomendações, apresentação de resultados, reuniões com órgãos gestores e executores e supervisores da avaliação	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%

		I	2,2	2	10%
Definição de escopo de Boletim de Subsídios	Escopo do Boletim e estrutura de tópicos	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Definição de escopo de estudos sobre alterações e propostas de políticas públicas.	Escopo do estudo	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Definição de escopo de outros relatórios/documentos/publicações do Departamento	Escopo do produto	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Diagramação de documentos	Documentos	III	17,6	16	10%
		II	11	10	10%
		I	6,6	6	10%
Elaboração de apresentações do Departamento	Apresentação ou versão de apresentação	III	-	-	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Elaboração de apresentações do CMAP	Apresentação ou versão de apresentação	III	-	-	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
	Apresentação ou relatório com proposta de escopo do produto.	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de estudos preparatórios para Boletim de Subsídios	Apresentação ou relatório com proposta de escopo do produto.	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de estudos preparatórios para etapas dos processos de avaliação do CMAP	Parte de apresentação a ser realizada com público externo no âmbito de avaliações do Departamento ou do CMAP.	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de estudos preparatórios para outros relatórios/documentos/publicações do Departamento	Apresentação ou relatório com proposta de escopo da avaliação.	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de estudos preparatórios sobre alterações e propostas de políticas públicas	Sumário executivo, resumo, apresentação	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de minuta de atos normativos relacionados a propostas e alterações de políticas públicas	Minuta de ato normativo ou nova versão	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de minuta do Orçamento de Subsídios da União.	Minuta de seção ou versão do Orçamento de Subsídios da União ou de seu Anexo Estatístico	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de minuta para outros relatórios/documentos/publicações do Departamento	Minuta de seção ou versão do documento	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de minuta para outros relatórios/documentos/publicações do CMAP	Minuta de seção ou versão do documento	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de Parecer Técnico de Supervisão do CMAP	Parecer ou versão do Parecer	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração de sumário executivo de textos diversos	Apresentação ou relatório para consumo interno ou externo.	III	-	-	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Elaboração de sumário executivo do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	Apresentação ou relatório para consumo interno ou externo.	III	-	-	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Elaboração de sumário executivo do OSU	Apresentação ou relatório para consumo interno ou externo.	III	-	-	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Elaboração do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	Tabelas e Nota Técnica	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Elaboração e revisão de documentos segundo as normas de redação oficial	Ofícios, Despachos, minutas diversas, manifestações técnicas, etc.	III	3,3	3	10%
		II	1,65	1,5	10%
		I	0,55	0,5	10%
Gestão das atividades do Departamento	Demandas diversas distribuídas e respondidas, agendamento de reuniões de equipe, despachos	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão das outras atividades do CMAP	Demandas diversas distribuídas e respondidas, agendamento de reuniões de equipe, despachos	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão de arquivos e documentos da área	Sistema de arquivos organizado	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão de bases de dados	Novas bases de dados e extratos ou atualizações de bases existentes	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%

		I	8,8	8	10%
Gestão de caixa de e-mail individual	Leitura, organização e exclusão de e-mails	III	5,5	5	10%
		II	2,2	2	10%
		I	0,55	0,5	10%
Gestão de demandas externas	Respostas no e-Sic, no SIGAC, no Conecta-TCU, no Governa, e-Aud, SEI e outros sistemas.	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão de outros sistemas de informação	Sistema desenvolvido, aprimorado ou atualizado	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Gestão de seminários e eventos do CMAP	Agendamento, pauta definida, convite a palestrantes	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão de sistemas de informação do CMAP	Sistema desenvolvido, aprimorado ou atualizado	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades do Departamento	Partes ou versões de plano de desenvolvimento institucional, plano de comunicação, plano de disseminação dos trabalhos, comunicação e reunião para acesso a bases de dados, plano de desenvolvimento de novos processos	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades do CMAP	Partes ou versões de plano de desenvolvimento institucional, plano de comunicação, plano de disseminação dos trabalhos, comunicação e reunião para acesso a bases de dados, plano de desenvolvimento de novos processos	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades relacionadas ao Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	Portarias revisadas, metodologias implementadas ou revisadas, recálculos, contatos de novos fornecedores de informação Análises e resultados de atividades relacionadas ao monitoramento da implementação das recomendações resultantes das avaliações	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão do monitoramento das recomendações do CMAP		III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão do Sistema dos Benefícios Financeiros e Creditícios	Sistema desenvolvido, aprimorado ou atualizado	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Gestão do site do CMAP	Seções novas ou em versões novas, textos revisados, arquivos adicionados, correções e atualizações, manualização de procedimentos.	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão do site do CMAP	Seções novas ou em versões novas, textos revisados, arquivos adicionados, correções e atualizações, manualização de procedimentos.	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Gestão e aplicação de cursos e oficinas de capacitação	Material de capacitação	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Gestão e participação em reuniões e oficinas do CMAP	Agendamento, pauta, minuta ou versão de ata	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Identificação, solicitação e validação de dados de outros órgãos para o Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	E-mails e ofícios de solicitação, informações recepcionadas, dados validados	III	44	40	10%
		II	26,4	24	10%
		I	8,8	8	10%
Participação e presença em eventos externos como seminários, palestras e oficinas relacionadas às atividades do Departamento	Relato do evento	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Participação em cursos e oficinas de capacitação	Certificados, produtos entregues ou demonstrativo das habilidades adquiridas	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Participação em foros internacionais	Elaboração de material, atendimento de demandas, participação em apresentações	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Participação em outros Conselhos, Comitês e Grupos Técnicos	Resultados e encaminhamentos relatados ou registrados em ata de reunião.	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Revisão de atos normativos relacionados a propostas e alterações de políticas públicas	Ato normativo	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Revisão de atos normativos relacionados ao CMAP	Ato normativo	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%

		I	2,2	2	10%
Revisão de avaliação de política pública do CMAP	Relatório de avaliação e de recomendação	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Revisão de Boletim de Subsídios	Boletim de Subsídios	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Revisão de outros relatórios/documentos/publicações do Departamento	Relatórios, documentos ou publicações	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Revisão de outros relatórios/documentos/publicações do CMAP	Relatórios, documentos ou publicações	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Revisão de pareceres e notas técnicas para atendimento de demanda externa	Parecer ou nota técnica	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Revisão de relatório sobre alterações e propostas de políticas públicas	Relatório de estudo relacionado a propostas e alterações de políticas públicas	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Revisão do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	Tabelas, apresentações e relatórios que compõem ou acompanham o Demonstrativo	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Revisão do Orçamento de Subsídios da União	Relatório, apresentação e Anexo Estatístico	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%
Supervisão das atividades de avaliação do CMAP	Reuniões agendadas, conteúdo recepcionado validado, comunicação orientativa	III	26,4	24	10%
		II	8,8	8	10%
		I	2,2	2	10%

Leia-se:

ANEXO III

TABELA DE ATIVIDADES - SUBUNIDADES: SETO/GABINETE/DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS/DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/DEPARTAMENTO DE RISCOS, CONTROLES E CONFORMIDADE

PARÂMETROS ADOTADOS PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE		Nível I - atividades de baixa complexidade Nível II - atividades de média complexidade Nível III - atividades de alta complexidade			
Código	Atividade	Entregas esperadas	Faixa de complexidade da atividade	Tempo de execução da atividade em regime presencial (horas)	Tempo de execução da atividade em teletrabalho (horas)	Ganho percentual de produtividade
TO-01	Elaboração de documentos	Documentos elaborados	III	26,4	24	10%
TO-02	Elaboração de documentos		III	17,6	16	10%
TO-03	Elaboração de documentos		II	8,8	8	10%
TO-04	Elaboração de documentos		II	4,4	4	10%
TO-05	Elaboração de documentos		I	3,5	3	16,67%
TO-06	Elaboração de documentos		I	3	2,5	20%
TO-07	Elaboração de documentos		I	1,2	1	20%
TO-08	Realizar pesquisas no Diário Oficial da União e anexar publicações relacionadas a colegiados não remunerados	Ato anexado ao processo SEI	I	1,2	1	20%
TO-09	Realização de controle de publicações de atos	Controle de publicações atualizado	I	2,5	2	25%
TO-10	Realização de controle de publicações de atos		I	0,8	0,5	60%
TO-11	Realização de instrução processual no SEI	Processo instruído	III	8,8	8	10%
TO-12	Realização de instrução processual no SEI		III	6,6	6	10%
TO-13	Realização de instrução processual no SEI		II	4,4	4	10%
TO-14	Realização de instrução processual no SEI		I	2,5	2	25%
TO-15	Realização de instrução processual no SEI		I	1,2	1	20%
TO-16	Realização de conformidade e/ou revisão de documentos ou processos	Conformidade e/ou revisão de documentos ou processos realizada	III	4,4	4	10%
TO-17	Realização de conformidade e/ou revisão de documentos ou processos		II	2,5	2	25%
TO-18	Realização de conformidade e/ou revisão de documentos ou processos		I	1,2	1	20%
TO-19	Atualizar informações relacionadas aos membros de colegiados não remunerados	Informações atualizadas	II	2	1,5	33,33%
TO-20	Realização de acompanhamento de processos, demandas e/ou prazos	Demandas, processos e prazos acompanhados e monitorados	III	8,8	8	10%
TO-21	Realização de acompanhamento de processos, demandas e/ou prazos		III	6,6	6	10%
TO-22	Realização de acompanhamento de processos, demandas e/ou prazos		II	4,4	4	10%
TO-23	Realização de acompanhamento de processos, demandas e/ou prazos		I	2,5	2	25%
TO-24	Realização de acompanhamento de processos, demandas e/ou prazos		I	1,2	1	20%
TO-25	Gerenciamento das caixas SEI	Processos SEI recepcionados, incluídos em bloco interno e tramitados para a área responsável	III	26,4	24	10%
TO-26	Gerenciamento das caixas SEI		III	17,6	16	10%
TO-27	Gerenciamento das caixas SEI		II	8,8	8	10%
TO-28	Gerenciamento das caixas SEI		II	4,4	4	10%
TO-29	Gerenciamento das caixas SEI		I	3,5	3	16,67%
TO-30	Gerenciamento das caixas SEI		I	3	2,5	20%
TO-31	Gerenciamento das caixas SEI		I	2	1,5	33,33%
TO-32	Gerenciamento das caixas SEI		I	1,2	1	20%
TO-33	Gerenciamento das caixas SEI		I	0,8	0,5	60%
TO-34	Realização da conformidade e conversão de minutas de documentos no SEI	Conformidade e conversão realizados	III	3,5	3	16,67%
TO-35	Realização da conformidade e conversão de minutas de documentos no SEI		II	3	2,5	20%
TO-36	Realização da conformidade e conversão de minutas de documentos no SEI		I	1,2	1	20%
TO-37	Expedição e/ou peticionamento eletrônico de documentos ou processos e acompanhamento de recebimento	Documentos ou processos expedidos	III	3	2,5	20%
TO-38	Expedição e/ou peticionamento eletrônico de documentos ou processos e acompanhamento de recebimento		II	1,2	1	20%
TO-39	Expedição e/ou peticionamento eletrônico de documentos ou processos e acompanhamento de recebimento		I	0,8	0,5	60%

TO-40	Formatação e envio de atos para publicação no DOU, BSE ou BGP	Atos formatados e enviados para publicação no DOU, BGP ou BSE	II	3	2,5	20%
TO-41	Formatação e envio de atos para publicação no DOU, BSE ou BGP		I	1,2	1	20%
TO-42	Formatação e envio de atos para publicação no DOU, BSE ou BGP		I	0,8	0,5	60%
TO-43	Acompanhar e atualizar a legislação pertinente à Secretaria Especial	Controle de legislação atualizado	II	1,2	1	20%
TO-44	Gerenciamento das caixas de e-mails institucionais da Secretaria Especial	Recepção e distribuição de e-mails realizadas	III	2	1,5	33,33%
TO-45	Gerenciamento das caixas de e-mails institucionais da Secretaria Especial		II	1,2	1	20%
TO-46	Gerenciamento das caixas de e-mails institucionais da Secretaria Especial		I	0,8	0,5	60%
TO-47	Envio e acompanhamento de consultas no SINC de funções e cargos comissionados e de indicações para conselheiros fiscais da União junto às empresas estatais	Minuta de portaria gerada e inserida em processo SEI	II	1,2	1	20%
TO-48	Envio e acompanhamento de consultas no SINC de funções e cargos comissionados e de indicações para conselheiros fiscais da União junto às empresas estatais	Consulta acompanhada e minuta de liberação disponibilizada à área solicitante	II	1,2	1	20%
TO-49	Envio e acompanhamento de consultas no SINC de funções e cargos comissionados e de indicações para conselheiros fiscais da União junto às empresas estatais	Consulta inserida e enviada no SINC	I	0,8	0,5	60%
TO-50	Participação em treinamento ou evento de capacitação	Treinamento ou capacitação realizados	III	5	4	25%
TO-51	Participação em treinamento ou evento de capacitação		II	2	1,5	33,33%
TO-52	Participação em treinamento ou evento de capacitação		I	1,5	1	50%
TO-53	Participação em reuniões internas e externas	Participação em reuniões	III	8,8	8	10%
TO-54	Participação em reuniões internas e externas		III	6,6	6	10%
TO-55	Participação em reuniões internas e externas		II	4,4	4	10%
TO-56	Participação em reuniões internas e externas		I	2,5	2	25%
TO-57	Participação em reuniões internas e externas		I	2	1,5	33,33%
TO-58	Participação em reuniões internas e externas		I	1,5	1	50%
TO-59	Participação em reuniões internas e externas		I	1,2	1	20%
TO-60	Participação em reuniões internas e externas		I	1	0,5	100%
TO-61	Análise de propostas de normativo (leis, decretos, portarias) de temas vinculados à atuação da SETO	Produção de Nota Informativa ou Técnica e minuta de despacho	III	3,5	3	16,67%
TO-62	Análise de propostas de normativo (leis, decretos, portarias) de temas vinculados à atuação da SETO		II	2	1,5	33,33%
TO-63	Análise de propostas de normativo (leis, decretos, portarias) de temas vinculados à atuação da SETO		I	1,5	1	50%
TO-64	Análise de processos relativos à contratação de operações de crédito internas e externas e concessão de garantias	Produção de Nota Informativa ou Técnica, ofícios e minuta de despacho	III	3,5	3	16,67%
TO-65	Análise de processos relativos à contratação de operações de crédito internas e externas e concessão de garantias		II	2	1,5	33,33%
TO-66	Análise de processos relativos à contratação de operações de crédito internas e externas e concessão de garantias		I	1,5	1	50%
TO-67	Análise de processos sobre assuntos societários que envolvam a participação da União	Produção de Nota Informativa ou Técnica, ofícios e minuta de despacho	III	3,5	3	16,67%
TO-68	Análise de processos sobre assuntos societários que envolvam a participação da União		II	2	1,5	33,33%
TO-69	Análise de processos sobre assuntos societários que envolvam a participação da União		I	1,5	1	50%
TO-70	Análise de processos de demandas judiciais e de controle (interno e externo)	Produção de Nota Informativa ou Técnica, ofícios e minuta de despacho	III	3,5	3	16,67%
TO-71	Análise de processos de demandas judiciais e de controle (interno e externo)		II	2	1,5	33,33%
TO-72	Análise de processos de demandas judiciais e de controle (interno e externo)		I	1,5	1	50%
TO-73	Consolidação, atualização, e/ou gerenciamento de planilhas	Planilhas consolidadas, atualizadas e/ou gerenciadas	III	6,6	6	10%
TO-74	Consolidação, atualização, e/ou gerenciamento de planilhas		II	4,4	4	10%
TO-75	Consolidação, atualização, e/ou gerenciamento de planilhas		I	2,5	2	25%
TO-76	Consolidação, atualização, e/ou gerenciamento de planilhas		I	1,2	1	20%
TO-77	Cadastrar as solicitações de viagens (nacionais e internacionais) no SCDP	Cadastro de viagens realizado	I	1,2	1	20%
TO-78	Executar os atos de gestão orçamentária relativas a diárias e passagens no SIAFI	Execução orçamentária realizada	II	1,2	1	20%
TO-79	Prestar contas das viagens realizadas dentro do SCDP	Prestação de contas de viagens realizada	I	1,2	1	20%
TO-80	Solicitar emissão de passaporte oficial	Criação de processo SEI com a documentação do servidor e elaboração de minuta de ofício	I	1,2	1	20%
TO-81	Solicitar emissão de nota verbal para obtenção de vistos	Criação de processo SEI com a documentação do servidor e elaboração de minuta de ofício	I	1,2	1	20%
TO-82	Conformidade processual de autorização para afastamento do país	Conformidade realizada e elaboração de minuta de despacho	II	2	1,5	33,33%
TO-83	Fiscalização de contratos administrativos e ateste de faturas	Contrato fiscalizado e faturas atestadas	II	2	1,5	33,33%
TO-84	Realizar a execução financeira para pagamento de serviços contratados e emissão de ordens de pagamento.	Execução financeira realizada e ordens de pagamento emitidas	III	3	2,5	20%
TO-85	Atendimento de demandas da Lei de Acesso à Informação via SEI ou SDSIC	Recepção, análise, tramitação,	I	1	0,5	100%
TO-86	Atendimento de demandas da Lei de Acesso à Informação via SEI ou SDSIC	Consolidação de informações e resposta enviados	II	1,5	1	50%
TO-87	Atendimento de demandas de Ouvidoria	Recepção, análise, resposta ou repasse da demanda	I	1	0,5	100%

TO-88	Atendimento de demandas de sistemas de controle interno e externo	Recepção, análise e instrução processual	I	1	0,5	100%
TO-89	Atendimento ao usuário interno para acesso a sistemas e e-mail	Solicitação de acesso inserida no SEI e enviada ao setor responsável	I	1	0,5	100%
TO-90	Atendimento ao usuário interno para acesso a sistemas e e-mail	Ordem de serviço criada	I	1	0,5	100%
TO-91	Instrução processual de movimentação, alteração de exercício, exoneração, dispensa, nomeação ou designação de servidor	Processos instruídos e minutas de despacho, portarias e/ou ofícios elaborados	III	3	2,5	20%
TO-92	Instrução processual de movimentação, alteração de exercício, exoneração, dispensa, nomeação ou designação de servidor		II	2	1,5	33,33%
TO-93	Gerir o sistema de produtividade e desempenho dos servidores	Criação, habilitação e execução de programas de gestão	II	3	2,5	20%
TO-94	Gerir o sistema de produtividade e desempenho dos servidores	Aprovação de solicitações e de planos de trabalho	II	3	2,5	20%
TO-95	Gerir o sistema de produtividade e desempenho dos servidores		I	2	1,5	33,33%
TO-96	Gerir o sistema de produtividade e desempenho dos servidores	Avaliação de planos de trabalhos	III	5	4	25%
TO-97	Apoio às atividades de gestão de pessoas	Promover a homologação, interrupção e demais alterações de férias no SIAPE	II	2	1,5	33,33%
TO-98	Apoio às atividades de gestão de pessoas	Minutas de ofícios elaboradas	I	1,5	1	50%
TO-99	Apoio às atividades de gestão de pessoas	Envio de informações à órgãos internos e externos	II	2	1,5	33,33%
TO-100	Apoio às atividades de gestão de pessoas	Realizar a Avaliação de Desempenho Individual e Institucional para fins de pagamento das gratificações de desempenho conforme normativos vigentes	III	3,5	3	16,67%
TO-101	Apoio às atividades de gestão de pessoas	Atualização do assentamento funcional dos servidores	II	2	1,5	33,33%
TO-102	Apoio às atividades de gestão de pessoas	Homologação de frequência no SISREF	I	1,5	1	50%
TO-103	Apoio às atividades de gestão de pessoas	Elaboração da documentação de posse e envio à área de cadastro funcional	II	2	1,5	33,33%
TO-104	Apoio às atividades de gestão de pessoas	Consolidação e envio dos relatórios de frequência dos aos órgãos responsáveis	II	3,5	3	16,67%
TO-105	Atividades administrativas diversas	Agendamento de compromissos oficiais	I	4	3	33,33%
TO-106	Atividades administrativas diversas	Publicação da Agenda Pública em site oficial	II	2	1,5	33,33%
TO-107	Atividades administrativas diversas	Atendimento ao público interno e externo	I	5	3,5	42,86%
TO-108	Cadastramento, triagem, distribuição de processos, e controle de prazos e de informações relacionadas às demandas de assuntos parlamentares	Planilha de Controle de Processos atualizada	I	16,7	14,5	15%
TO-109	Interlocução com gestores internos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e participação em reuniões (internas e externas)	Planilha de Controle de Reuniões atualizada	II	9,0	7,5	20%
TO-110	Elaboração, revisão e assinatura de documentos, e tramitação e conclusão de processos	Minuta de despacho ou nota informativa elaborada, revisada e assinada no SEI	II	12,0	10,0	20%
TO-111	Acompanhamento das matérias em fase de sanção na Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento	Relatório Gerencial atualizado e enviado à equipe e ao Secretário Especial Adjunto do Tesouro e Orçamento	III	5,4	4,5	20%
TO-112	Acompanhamento das publicações dos atos e impactos correlacionados	Relatório de Publicação e Vetos atualizado e enviado à equipe e ao Secretário Especial Adjunto do Tesouro e Orçamento	II	4,2	3,5	20%
TO-113	Apoio aos gestores na implantação de melhorias de processos e sistemas do Departamento de Assuntos Econômicos da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento	Processo tramitado	II	3,2	2,8	15%
TO DERIC-01	CGCON - analisar orientação recebida sobre demanda da UGE.	Análise realizada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-02	CGCON - consultar sobre demanda da UGE.	Consulta realizada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-03	CGCON - repassar orientação à UGE.	Orientação repassada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-04	UGE - gerenciar demanda (receber e analisar).	Demanda gerenciada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-05	UGE - gerenciar demanda (enviar orientação).	Demanda respondida	I	1,5	1	50%
TO DERIC-06	Analisar a apropriação de encargo contratual pelo regime de competência - Ativo.	Análise realizada	I	4	3	25%
TO DERIC-07	Analisar a apropriação de encargo contratual pelo regime de competência - Passivo.	Análise Realizada	I	4	3	25%
TO DERIC-08	Analisar a conciliação de conta contábil.	Análise realizada	I	5	4	25%
TO DERIC-09	Analisar a inconsistência de Conformidade de Registro de Gestão.	Análise realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-10	Consultar SIAFI Operacional CONCONFREG - situação da Conformidade de Registro de Gestão.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-11	Analisar a inconsistência de desequilíbrio de equação de auditor.	Análise realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-12	Confeccionar acompanhamento da execução orçamentária mensal.	Acompanhamento confeccionado	I	4,5	4	11,11%
TO DERIC-13	Analisar a inconsistência de saldo alongado, ou indevido, ou estático por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	I	3,5	3	14,29%
TO DERIC-14	Confeccionar acompanhamento da execução orçamentária trimestral	acompanhamento confeccionado	I	4,5	4	11,11%
TO DERIC-15	Analisar a inconsistência de saldo invertido por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-16	ITC (Informe Trimestral de Contabilidade) - confeccionar.	Informe confeccionado	I	9	8	11,11%
TO DERIC-17	Analisar a inconsistência de saldo irrisório ou residual por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	I	3,5	3	14,29%
TO DERIC-18	Analisar a inconsistência de saldo transitório por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	I	3,5	3	14,29%
TO DERIC-19	ITC (Informe Trimestral de Contabilidade) - revisar.	Informe revisado	I	4	3,5	12,50%
TO DERIC-20	Identificar conta contábil e UGE relacionadas a Item de Análise.	Conta Contábil Identificada	I	5	4,5	10%
TO DERIC-21	RCC (Relatório de Conformidade Contábil) - confeccionar	Relatório confeccionado	I	4,5	4	11,11%
TO DERIC-22	RCC (Relatório de Conformidade Contábil) - revisar.	Relatório revisado	I	2,5	2	25%
TO DERIC-23	Revisar os registros mensais de Apontamentos na planilha SECON	Registros mensais revisados	I	7	6	14,29%
TO DERIC-24	Revisar os registros trimestrais de Apontamentos na planilha SECON.	Registros trimestrais revisados	I	5	4	25%
TO DERIC-25	SIAFI Operacional - BALANCETE - Saldo invertido por conta contábil e conta corrente - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-26	SIAFI Operacional - CONCONFCON - UGE com restrição contábil no mês anterior - consultar.	consulta realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-27	SIAFI Operacional - CONCONFREG - Situação da Conformidade de Registro de Gestão - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-28	SIAFI Operacional - diversas transações - consultar.	consulta realizada	I	1,5	1	50%

TO DERIC-29	SIAFI Operacional - diversas transações - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-30	SIAFI Web - diversas transações - consultar.	consulta realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-31	Tesouro Gerencial - por conta contábil e conta corrente - consultar.	consulta realizada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-32	SIAFI Web - CONDESAUD - Desequilíbrio de equação de auditor - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-33	SIAFI Web - diversas transações - consultar.	Consulta realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-34	SIAFI Web - CONDEMCON - Balanço Financeiro (BF) - consultar.	consulta realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-35	Tesouro Gerencial - por conta contábil e conta corrente - consultar.	Consulta realizada	I	4,5	4	12,50%
TO DERIC-36	DCASP do SIAFI Web - Balanço Orçamentário (BO) - analisar.	Análise realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-37	DCASP do SIAFI Web - Balanço Patrimonial (BP) - analisar.	Análise realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-38	Reunir com demais Unidades.	Reunião realizada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-39	Reunir com os integrantes da SECON.	Reunião realizada	I	3,5	3	16,67%
TO DERIC-40	CGCON - consultar sobre dúvida da SECON	Consulta realizada	I	3,5	3	16,67%
TO DERIC-41	Confeccionar ata de reunião da SECON com outras Unidades	Ata Elaborada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-42	Definir critérios e regras para criação do SICON	Definições efetuadas	I	2,5	2	25%
TO DERIC-43	ITC (Informe Trimestral de Contabilidade) - inserir no COLABORA	Documento Inserido	I	1,5	1	50%
TO DERIC-44	Participar de treinamento	Treinamento Realizado	I	16	12	25%
TO DERIC-45	PTI (Plano de Trabalho Individual) - planejamento e execução - confeccionar	Plano Confeccionado	I	1,5	1	50%
TO DERIC-46	RCC (Relatório de Conformidade Contábil) - inserir no COLABORA	Relatório Inserido	I	1,5	1	50%
TO DERIC-47	SEI - gerenciar documento/processo (incluir, consultar e excluir)	Processo gerenciado	I	1,5	1	50%
TO DERIC-48	Aplicar treinamento em UGE	Treinamento realizado	I	4,5	4	12,50%
TO DERIC-49	Elaborar material de treinamento para UGE	Material elaborado	I	9	8	12,50%
TO DERIC-50	Analisar trabalho do TCU (requisição de informação e recomendação de auditoria)	Recomendação analisada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-51	Executar Circularização	Circularização executada	I	9	8	12,50%
TO DERIC-52	Coletar informações do POAC	Plano executado	I	85	80	6,25%
TO DERIC-53	Participar de projeto conjunto da SURIC (reunião)	Participação registrada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-54	Relacionar Apontamentos com inconsistências relevante (SIAFI e RIC) e não relevante (RIC)	Apontamento relacionado	I	2,5	2	25%
TO DERIC-55	Analisar DCASP do SIAFI Web - Balanço Financeiro (BF)	Análise realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-56	Analisar DCASP do SIAFI Web - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	Análise realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-57	Atualizar Base Única de Apontamentos (BUA) mensalmente	Base atualizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-58	Atualizar Base Única de Apontamentos (BUA) trimestralmente	Base atualizada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-59	Analisar DCASP do SIAFI Web - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	Análise realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-60	Analisar DCASP do SIAFI Web - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	Análise realizada	I	1,5	1	50%
TO DERIC-61	Analisar Nota Explicativa (NE)	Análise realizada	I	2,5	2	25%
TO DERIC-62	Calcular Indicadores Estratégicos da SECON	Indicador calculado	I	2,5	2	25%
TO DERIC-63	Elaborar Relatório da Circularização	Relatório elaborado	I	9	8	12,50%
TO DERIC-64	Registrar a Conformidade Contábil no SIAFI	Registro efetuado	I	3	2	50%
TO DERIC-65	Elaborar Nota Informativa da Seccional de Contabilidade sobre determinado tema (NIS)	Nota elaborada	I	4	3	25%
TO DERIC-66	Elaborar Plano Operacional de Análise Contábil (POAC)	Plano elaborado	I	85	80	6,25
TO DERIC-67	Elaborar Plano Plurianual de Análise Contábil (PPAC)	Plano elaborado	I	21	20	5%
TO DERIC-68	Elaborar Programa de Gestão da Seccional de Contabilidade (PDGS)	Programa elaborado	I	2,5	2	25%
TO DERIC-69	Elaborar Relatório de Inconsistências Contábeis (RIC)	Relatório elaborado	I	4,5	4	12,5
TO DERIC-70	Analisar os dados recebidos da Circularização	Análise realizada	I	9	8	12,50%
TO DERIC-71	Revisar o Relatório de Inconsistências Contábeis - RIC	Relatório revisado	I	2,5	2	25%
TO DERIC-72	Analisar documentos (POAC)	Documentos analisados	I	130	120	8,33%
TO DERIC-73	Elaborar Relatório (POAC)	Relatório elaborado	I	45	40	12,50%
TO DERIC-74	Supervisionar e gerenciar atividades finalísticas	Gestão finalística executada	I	1	1	0%
TO DERIC-75	Supervisionar e gerenciar atividades de apoio	Gestão de apoio executada	I	1	1	0%
TO DERIC-76	Supervisionar e gerenciar atividades estratégicas	Gestão estratégica executada	I	1	1	0%
TO DERIC-77	Representar institucionalmente o Tesouro Nacional em eventos, fóruns e congêneres (não colegiados específicos)	Representação institucional realizada	I	1	1	0%
TO DERIC-78	Participar tecnicamente de eventos, fóruns e congêneres (não colegiados específicos)	Participação técnica realizada	I	1	1	0%
TO DERIC-79	Participar de reuniões e encontros técnicos internos	Participação concluída	I	1	1	0%
TO DERIC-80	Deslocar-se e/ou pernoitar fora da Sede para participação em quaisquer eventos presenciais relativos ao trabalho	Deslocamento e/ou pernoite cumpridos	I	1	1	0%
TO DERIC-81	Atender a cursos e eventos de formação e capacitação técnica	Curso ou evento de formação realizado	I	1	1	0%
TO DERIC-82	Assessorar tecnicamente e genericamente	Assessoria técnica prestada	I	1	1	0%
TO DERIC-83	Secretariar autoridades e outras pessoas em funções de chefia	Secretariado executado	I	1	1	0%
TO DERIC-84	Realizar atividade demandada pela Assessoria Econômica, de Comunicação e de Assuntos Parlamentares	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-85	Realizar atividade demandada pela Subsecretaria de Riscos	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-86	Realizar atividade demandada pela Tecnologia da Informação	Demanda atendida	I	1	1	0%

TO DERIC-87	Realizar atividade demandada pelo Desenvolvimento Institucional	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-88	Realizar atividade demandada pela Secretaria Especial de Fazenda	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-89	Realizar atividade demandada pelo Ministério da Economia	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-90	Participar de Conselho Fiscal	Participação realizada	I	1	1	0%
TO DERIC-91	Realizar atividade demandada por órgãos de controle	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-92	Realizar atividade demandada por legislação genérica	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-93	Fiscalizar contrato	Contrato fiscalizado	I	1	1	0%
TO DERIC-94	Fiscalizar TED	TED fiscalizado	I	1	1	0%
TO DERIC-95	Atestar produto contratado	Ateste de produto realizado	I	1	1	0%
TO DERIC-96	Realizar estudos e pesquisas não finalísticos	Estudos e pesquisas não finalísticos realizados	I	1	1	0%
TO DERIC-97	Realizar atividade de conformidade	Conformidade realizada	I	1	1	0%
TO DERIC-98	Ensinar ou aprender atividade de trabalho	Atividade de trabalho ensinada ou aprendida	I	1	1	0%
TO DERIC-99	Monitorar e qualificar entregas relativas ao PdG	Monitoramento e qualificação realizados	I	1	1	0%
TO DERIC-100	Monitorar e registrar entregas relativas ao PdG	Monitoramento e registro realizados	I	1	1	0%
TO DERIC-101	Executar e acompanhar os trâmites relacionados a férias, licenças e demais afastamentos de servidores	Trâmites executados e acompanhados	I	1	1	0%
TO DERIC-102	Executar e acompanhar os trâmites relacionados a movimentação, progressão funcional e avaliação de desempenho de servidores	Trâmites executados e acompanhados	I	1	1	0%
TO DERIC-103	Realizar atividade demandada por órgãos judiciais	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-104	Desenvolver formações internas para capacitação da equipe ou corpo funcional, em plataforma de cursos online do Tesouro	Aula ou curso cadastrado na plataforma de cursos online	I	1	1	0%
TO DERIC-105	Supervisionar e gerenciar projetos não finalísticos	Gestão não finalística executada	I	1	1	0%
TO DERIC-106	Monitorar e atender demandas em canal de comunicação (e-mail, e-Serviços, Fale Conosco, Intranet, Teams etc.)	Demandas atendidas	I	1	1	0%
TO DERIC-107	Realizar atividade demandada pelos comitês gerenciais do Tesouro	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-108	Gerenciar conteúdo da STN na internet	Conteúdo gerenciado	I	1	1	0%
TO DERIC-109	Realizar atividade demandada por coordenações-gerais do Tesouro	Demanda atendida	I	1	1	0%
TO DERIC-110	Revisar entregas e produtos finalísticos (relatórios técnicos, pareceres, notas técnicas etc)	Entregas e produtos finalísticos revisados	I	1	1	0%
TO DERIC-111	Participar de reuniões e encontros técnicos externos	Participação concluída	I	1	1	0%
TO DERIC-112	Estar de sobreaviso para exercer atividades não finalísticas	Período de sobreaviso para exercer atividades não finalísticas cumprido	I	1	1	0%
TO DERIC-113	Elaborar e propor minutas de alterações na legislação (Portarias, Decretos, Leis, Resoluções)	Proposição de minuta executada	I	1	1	0%
TO DERIC-114	Elaborar documentos e relatórios diversos (não finalísticos)	Documentos e relatórios elaborados	I	1	1	0%
TO DERIC-115	Gerir riscos	Riscos geridos	I	1	1	0%
TO DERIC-116	Monitorar e atender demandas no SEI	SEI monitorado e demandas atendidas	I	1	1	0%
TO DERIC-117	Atualizar manual de procedimentos internos da unidade	Manual de procedimentos internos atualizado	I	1	1	0%
TO DERIC-118	Atender às demandas pontuais e/ou periódicas que estejam relacionadas à articulação entre as equipes internas e às demais áreas institucionais	Relatório de atividades elaborado	II	8	8	0%
TO DERIC-119	Atender às demandas pontuais e/ou periódicas que estejam relacionadas à articulação entre as equipes internas e às demais áreas institucionais	Relatório de atividades elaborado	III	24	24	0%
TO DERIC-120	Avaliar a conformidade da gestão	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	I	1	1	0%
TO DERIC-121	Avaliar a conformidade da gestão	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	II	8	8	0%
TO DERIC-122	Avaliar a conformidade da gestão	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	III	24	24	0%
TO DERIC-123	Avaliar a conformidade dos controles internos operacionais	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	I	1	1	0%
TO DERIC-124	Avaliar a conformidade dos controles internos operacionais	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	II	8	8	0%
TO DERIC-125	Avaliar a conformidade dos controles internos operacionais	Relatório de avaliação de conformidade elaborado	III	24	24	0%
TO DERIC-126	Verificar a conformidade das demandas dos órgãos de controle	Relatório de atividades elaborado	I	1	1	0%
TO DERIC-127	Verificar a conformidade das demandas dos órgãos de controle	Relatório de atividades elaborado	II	9	8	12,50%
TO DERIC-128	Verificar a conformidade das demandas dos órgãos de controle	Relatório de atividades elaborado	III	26	24	8,33%
TO DERIC-129	Verificar a conformidade das demandas judiciais	Relatório de atividades elaborado	I	1	1	0%
TO DERIC-130	Verificar a conformidade das demandas judiciais	Relatório de atividades elaborado	II	9,5	8	18,75%
TO DERIC-131	Verificar a conformidade das demandas judiciais	Relatório de atividades elaborado	III	26	24	8,33%
TO DERIC-132	Elaborar relatório de riscos estratégicos	Relatório de riscos estratégicos elaborado	I	110	106	3,77%
TO DERIC-133	Atualizar o sistema Monitora	Relatório mensal de acompanhamento do projeto elaborado	I	74	70	5,71%
TO DERIC-134	Apoiar a implantação de gestão de riscos em processo selecionados pela SETO	Apoio realizado	I	1,1	1	10%
TO DERIC-135	Planejar a abertura do projeto de apoio à gestão de riscos	Proposta de termo de abertura do projeto elaborada	I	90	80	11,11%
TO DERIC-136	Divulgar os resultados do projeto	Proposta de termo de encerramento do projeto elaborada	I	90	80	12,50%
TO DERIC-137	Propor norma de gestão de riscos	Minuta de norma elaborada	I	210	200	5%
TO DERIC-138	Propor norma de gestão de continuidade de negócios	Minuta da norma elaborada	I	210	200	5%
TO DERIC-139	Acompanhar os testes periódicos dos planos de continuidade dos processos críticos	Testes acompanhados	I	1,1	1	10%
TO DERIC-140	Desenvolver novo sistema de gerenciamento riscos operacionais	Relatório mensal de acompanhamento elaborado	I	75	70	7,14%
TO DERIC-141	Coordenar o planejamento das ações de integridade	Nota técnica com o planejamento das ações para os próximos 12 meses elaborada	I	64	60	6,67%
TO DERIC-142	Monitorar as ações de integridade	Relatório de andamento das ações de integridade elaborado	I	21	20	5%
TO DERIC-143	Propor normas de integridade	Minuta de norma de integridade elaborada	I	210	200	5%

TO DERIC-144	Elaborar materiais para disseminação da cultura de integridade	Material de disseminação (nota, matéria na Intranet etc.) elaborado	I	22	20	10%
TO DERIC-145	Aprimorar modelo de avaliação do grau de maturidade da gestão de riscos em unidades da SETO	Modelo aprimorado	I	130	120	8,33%
TO DERIC-146	Coordenar a avaliação do grau de maturidade da gestão de riscos em unidades da SETO	Nota técnica com resultados da avaliação elaborada	I	130	120	8,33%
TO DERIC-147	Elaborar projetos de SIC	Minuta do projeto entregue	I	80	72	11,11%
TO DERIC-148	Acompanhar a revisão do Plano de Continuidade para processos críticos	Acompanhamento realizado	I	1,1	1	10%
TO DERIC-149	Acompanhar os resultados do monitoramento de riscos	Acompanhamento realizado	I	5	4	25%
TO DERIC-150	Disseminar a cultura de continuidade de negócios na STN	Material de disseminação (nota, matéria na Intranet etc.) elaborado	I	22	20	10%
TO DERIC-151	Disseminar a cultura de continuidade de negócios na STN	Material de disseminação (nota, matéria na Intranet etc.) elaborado	I	22	20	10%
TO DERIC-152	Disseminar a cultura de riscos na STN	Material de disseminação (nota, matéria na Intranet etc.) elaborado	I	22	20	10%
TO DERIC-153	Elaborar relatórios e notas técnicas	Documento elaborado	1	50	45	11,11%
TO DERIC-154	Elaborar documentos diversos (planilhas, apresentações etc.)	Documento elaborado	1	16	14,5	10,34%
TO DERIC-155	Realizar estudos e pesquisas	Estudo ou pesquisa realizados	1	50	45	11,11%
TO DERIC-156	Revisar entregas e produtos (relatórios técnicos, normas, pareceres, notas técnicas, projetos etc.)	Documento(s) revisado(s)	1	30	27	11,11%
TO DERIC-157	Atender demandas sobre SIC em canal de comunicação (e-mail, e-Serviços, Fale Conosco, intranet etc.)	Atendimento e resposta realizada	1	16	14,5	10,34%
TO DERIC-158	Gerenciar conteúdo da STN sobre SIC na internet	Conteúdo gerido	1	8	7,5	6,67%
TO DERIC-159	Assessorar tecnicamente e genericamente em assuntos de SIC	Assessoramento realizado junto a demandante interno ou externo	1	4	3,5	14,29%
TO DERIC-160	Participar tecnicamente de eventos, fóruns e congêneres (não colegiados específicos)	Participação no evento	1	18	16,5	9,09%
TO DERIC-161	Realizar atividade demandada pelo Comitê de Segurança da Informação da STN - COSIC	Documento elaborado	1	30	27	11,11%
TO DERIC-162	Elaborar normativos de SIC	Minuta de norma entregue	1	100	90	11,11%
TO DERIC-163	Publicar matérias na intranet	Matéria elaborada e publicada	1	20	18	11,11%
TO DERIC-164	Realizar atividade demandada por órgão externo	Atividade realizada	1	50	45	11,11%
TO DERIC-165	Desenvolver cursos para capacitação da equipe ou corpo funcional	Curso/treinamento criado e disponibilizado	1	100	90	11,11%
TO DERIC-166	Monitorar ações sobre SIC	Acompanhamento realizado	1	2,5	2	25%
TO DEAP-01	Cálculo da seleção de Políticas Públicas para ciclo CMAP	Lista de ações e políticas para serem avaliadas em um ciclo CMAP	III	44	40	10%
TO DEAP-02	Cálculo da seleção de Políticas Públicas para ciclo CMAP		II	26,4	24	10%
TO DEAP-03	Cálculo da seleção de Políticas Públicas para ciclo CMAP		I	8,8	8	10%
TO DEAP-04	Cálculo de modelos de simulação para alterações e propostas de políticas públicas	Planilha ou rotina de programação que execute metodologia de simulação permitindo avaliar os impactos de alterações e propostas de políticas públicas e achados correspondentes	III	44	40	10%
TO DEAP-05	Cálculo de modelos de simulação para alterações e propostas de políticas públicas		II	26,4	24	10%
TO DEAP-06	Cálculo de modelos de simulação para alterações e propostas de políticas públicas		I	8,8	8	10%
TO DEAP-07	Cálculo para elaboração do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios.	Valores calculados para compor o Demonstrativo.	III	44	40	10%
TO DEAP-08	Cálculo para elaboração do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios.		II	26,4	24	10%
TO DEAP-09	Cálculo para elaboração do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios.		I	8,8	8	10%
TO DEAP-10	Coordenação de avaliação de políticas públicas no CMAP	Relatório de avaliação consolidado, Relatório de Recomendações, apresentação de resultados, reuniões com órgãos gestores e executores e supervisores da avaliação	III	26,4	24	10%
TO DEAP-11	Coordenação de avaliação de políticas públicas no CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-12	Coordenação de avaliação de políticas públicas no CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-13	Definição de escopo de Boletim de Subsídios	Escopo do Boletim e estrutura de tópicos	III	26,4	24	10%
TO DEAP-14	Definição de escopo de Boletim de Subsídios		II	8,8	8	10%
TO DEAP-15	Definição de escopo de Boletim de Subsídios		I	2,2	2	10%
TO DEAP-16	Definição de escopo de estudos sobre alterações e propostas de políticas públicas	Escopo do estudo	III	26,4	24	10%
TO DEAP-17	Definição de escopo de estudos sobre alterações e propostas de políticas públicas		II	8,8	8	10%
TO DEAP-18	Definição de escopo de estudos sobre alterações e propostas de políticas públicas		I	2,2	2	10%
TO DEAP-19	Definição de escopo de outros relatórios/documentos/publicações do Departamento	Escopo do produto	III	26,4	24	10%
TO DEAP-20	Definição de escopo de outros relatórios/documentos/publicações do Departamento		II	8,8	8	10%
TO DEAP-21	Definição de escopo de outros relatórios/documentos/publicações do Departamento		I	2,2	2	10%
TO DEAP-22	Diagramação de documentos	Documentos diagramados	III	17,6	16	10%
TO DEAP-23	Diagramação de documentos		II	11	10	10%
TO DEAP-24	Diagramação de documentos		I	6,6	6	10%
TO DEAP-25	Elaboração de apresentações	Apresentação ou versão de apresentação	II	8,8	8	10%
TO DEAP-26	Elaboração de apresentações		I	2,2	2	10%
TO DEAP-27	Elaboração de apresentações do CMAP	Apresentação ou relatório com proposta de escopo do produto.	III	44	40	10%
TO DEAP-28	Elaboração de apresentações do CMAP		II	26,4	24	10%
TO DEAP-29	Elaboração de apresentações do CMAP		I	8,8	8	10%
TO DEAP-30	Elaboração de estudos preparatórios para Boletim de Subsídios	Apresentação ou relatório com proposta de escopo do produto.	III	44	40	10%
TO DEAP-31	Elaboração de estudos preparatórios para Boletim de Subsídios		II	26,4	24	10%
TO DEAP-32	Elaboração de estudos preparatórios para Boletim de Subsídios		I	8,8	8	10%
TO DEAP-33	Elaboração de estudos preparatórios para etapas dos processos de avaliação do CMAP	Parte de apresentação a ser realizada com público externo no âmbito de avaliações do Departamento ou do CMAP.	III	44	40	10%
TO DEAP-34	Elaboração de estudos preparatórios para etapas dos processos de avaliação do CMAP		II	26,4	24	10%
TO DEAP-35	Elaboração de estudos preparatórios para etapas dos processos de avaliação do CMAP		I	8,8	8	10%

TO DEAP-36	Elaboração de estudos preparatórios para outros relatórios/documentos/publicações do Departamento	Apresentação ou relatório com proposta de escopo da avaliação.	III	44	40	10%
TO DEAP-37	Elaboração de estudos preparatórios para outros relatórios/documentos/publicações do Departamento		II	26,4	24	10%
TO DEAP-38	Elaboração de estudos preparatórios para outros relatórios/documentos/publicações do Departamento		I	8,8	8	10%
TO DEAP-39	Elaboração de estudos preparatórios sobre alterações e propostas de políticas públicas	Sumário executivo, resumo, apresentação	III	44	40	10%
TO DEAP-40	Elaboração de estudos preparatórios sobre alterações e propostas de políticas públicas		II	26,4	24	10%
TO DEAP-41	Elaboração de estudos preparatórios sobre alterações e propostas de políticas públicas		I	8,8	8	10%
TO DEAP-42	Elaboração de minuta de atos normativos relacionados a propostas e alterações de políticas públicas	Minuta de ato normativo ou nova versão	III	44	40	10%
TO DEAP-43	Elaboração de minuta de atos normativos relacionados a propostas e alterações de políticas públicas		II	26,4	24	10%
TO DEAP-44	Elaboração de minuta de atos normativos relacionados a propostas e alterações de políticas públicas		I	8,8	8	10%
TO DEAP-45	Elaboração de minuta do Orçamento de Subsídios da União.	Minuta de seção ou versão do Orçamento de Subsídios da União ou de seu Anexo Estatístico	III	44	40	10%
TO DEAP-46	Elaboração de minuta do Orçamento de Subsídios da União.		II	26,4	24	10%
TO DEAP-47	Elaboração de minuta do Orçamento de Subsídios da União.		I	8,8	8	10%
TO DEAP-48	Elaboração de minuta para outros relatórios/documentos/publicações do Departamento	Minuta de seção ou versão do documento	III	44	40	10%
TO DEAP-49	Elaboração de minuta para outros relatórios/documentos/publicações do Departamento		II	26,4	24	10%
TO DEAP-50	Elaboração de minuta para outros relatórios/documentos/publicações do Departamento		I	8,8	8	10%
TO DEAP-51	Elaboração de minuta para outros relatórios/documentos/publicações do CMAP	Minuta de seção ou versão do documento	III	44	40	10%
TO DEAP-52	Elaboração de minuta para outros relatórios/documentos/publicações do CMAP		II	26,4	24	10%
TO DEAP-53	Elaboração de minuta para outros relatórios/documentos/publicações do CMAP		I	8,8	8	10%
TO DEAP-54	Elaboração de Parecer Técnico de Supervisão do CMAP	Parecer ou versão do Parecer	III	44	40	10%
TO DEAP-55	Elaboração de Parecer Técnico de Supervisão do CMAP		II	26,4	24	10%
TO DEAP-56	Elaboração de Parecer Técnico de Supervisão do CMAP		I	8,8	8	10%
TO DEAP-57	Elaboração de sumário executivo de textos diversos	Apresentação ou relatório para consumo interno ou externo.	II	8,8	8	10%
TO DEAP-58	Elaboração de sumário executivo de textos diversos		I	2,2	2	10%
TO DEAP-59	Elaboração de sumário executivo do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	Apresentação ou relatório para consumo interno ou externo.	II	8,8	8	10%
TO DEAP-60	Elaboração de sumário executivo do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios		I	2,2	2	10%
TO DEAP-61	Elaboração de sumário executivo do OSU	Apresentação ou relatório para consumo interno ou externo.	III	-	-	10%
TO DEAP-62	Elaboração de sumário executivo do OSU		II	8,8	8	10%
TO DEAP-63	Elaboração de sumário executivo do OSU		I	2,2	2	10%
TO DEAP-64	Elaboração do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	Tabelas e Nota Técnica	III	44	40	10%
TO DEAP-65	Elaboração do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios		II	26,4	24	10%
TO DEAP-66	Elaboração do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios		I	8,8	8	10%
TO DEAP-67	Elaboração e revisão de documentos segundo as normas de redação oficial	Ofícios, Despachos, minutas diversas, manifestações técnicas e outros	III	3,3	3	10%
TO DEAP-68	Elaboração e revisão de documentos segundo as normas de redação oficial		II	1,65	1,5	10%
TO DEAP-69	Elaboração e revisão de documentos segundo as normas de redação oficial		I	0,55	0,5	10%
TO DEAP-70	Gestão das atividades do Departamento de Avaliação de Políticas Públicas	Demandas diversas distribuídas e respondidas, agendamento de reuniões de equipe, despachos	III	26,4	24	10%
TO DEAP-71	Gestão das atividades do Departamento de Avaliação de Políticas Públicas		II	8,8	8	10%
TO DEAP-72	Gestão das atividades do Departamento de Avaliação de Políticas Públicas		I	2,2	2	10%
TO DEAP-73	Gestão das outras atividades do CMAP	Demandas diversas distribuídas e respondidas, agendamento de reuniões de equipe, despachos	III	26,4	24	10%
TO DEAP-74	Gestão das outras atividades do CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-75	Gestão das outras atividades do CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-76	Gestão de arquivos e documentos da área	Sistema de arquivos organizado	III	26,4	24	10%
TO DEAP-77	Gestão de arquivos e documentos da área		II	8,8	8	10%
TO DEAP-78	Gestão de arquivos e documentos da área		I	2,2	2	10%
TO DEAP-79	Gestão de bases de dados	Novas bases de dados e extratos ou atualizações de bases existentes	III	44	40	10%
TO DEAP-80	Gestão de bases de dados		II	26,4	24	10%
TO DEAP-81	Gestão de bases de dados		I	8,8	8	10%
TO DEAP-82	Gestão de caixa de e-mail individual	Leitura, organização e exclusão de e-mails	III	5,5	5	10%
TO DEAP-83	Gestão de caixa de e-mail individual		II	2,2	2	10%
TO DEAP-84	Gestão de caixa de e-mail individual		I	0,55	0,5	10%
TO DEAP-85	Gestão de demandas externas	Respostas no e-Sic, no SIGAC, no Conecta-TCU, no Governa, e-Aud, SEI e outros sistemas.	III	26,4	24	10%
TO DEAP-86	Gestão de demandas externas		II	8,8	8	10%
TO DEAP-87	Gestão de demandas externas		I	2,2	2	10%

TO DEAP-88	Gestão de outros sistemas de informação	Sistema desenvolvido, aprimorado ou atualizado	III	44	40	10%
TO DEAP-89	Gestão de outros sistemas de informação		II	26,4	24	10%
TO DEAP-90	Gestão de outros sistemas de informação		I	8,8	8	10%
TO DEAP-91	Gestão de seminários e eventos do CMAP	Agendamento, pauta definida, convite a palestrantes	III	26,4	24	10%
TO DEAP-92	Gestão de seminários e eventos do CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-93	Gestão de seminários e eventos do CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-94	Gestão de sistemas de informação do CMAP	Sistema desenvolvido, aprimorado ou atualizado	III	44	40	10%
TO DEAP-95	Gestão de sistemas de informação do CMAP		II	26,4	24	10%
TO DEAP-96	Gestão de sistemas de informação do CMAP		I	8,8	8	10%
TO DEAP-97	Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades do Departamento de Avaliação de Políticas Públicas	Partes ou versões de plano de desenvolvimento institucional, plano de comunicação, plano de disseminação dos trabalhos, comunicação e reunião para acesso a bases de dados, plano de desenvolvimento de novos processos	III	26,4	24	10%
TO DEAP-98	Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades do Departamento de Avaliação de Políticas Públicas		II	8,8	8	10%
TO DEAP-99	Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades do Departamento de Avaliação de Políticas Públicas		I	2,2	2	10%
TO DEAP-100	Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades do CMAP	Partes ou versões de plano de desenvolvimento institucional, plano de comunicação, plano de disseminação dos trabalhos, comunicação e reunião para acesso a bases de dados, plano de desenvolvimento de novos processos	III	26,4	24	10%
TO DEAP-101	Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades do CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-102	Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades do CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-103	Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades relacionadas ao Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	Portarias revisadas, metodologias implementadas ou revisadas, recálculos, contatos de novos fornecedores de informação	III	26,4	24	10%
TO DEAP-104	Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades relacionadas ao Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios		II	8,8	8	10%
TO DEAP-105	Gestão do desenvolvimento estruturante das atividades relacionadas ao Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios		I	2,2	2	10%
TO DEAP-106	Gestão do monitoramento das recomendações do CMAP	Análises e resultados de atividades relacionadas ao monitoramento da implementação das recomendações resultantes das avaliações	III	26,4	24	10%
TO DEAP-107	Gestão do monitoramento das recomendações do CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-108	Gestão do monitoramento das recomendações do CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-109	Gestão do Sistema dos Benefícios Financeiros e Creditícios	Sistema desenvolvido, aprimorado ou atualizado	III	44	40	10%
TO DEAP-110	Gestão do Sistema dos Benefícios Financeiros e Creditícios		II	26,4	24	10%
TO DEAP-111	Gestão do Sistema dos Benefícios Financeiros e Creditícios		I	8,8	8	10%
TO DEAP-112	Gestão do site do CMAP	Seções novas ou em versões novas, textos revisados, arquivos adicionados, correções e atualizações, manualização de procedimentos.	III	26,4	24	10%
TO DEAP-113	Gestão do site do CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-114	Gestão do site do CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-115	Gestão e aplicação de cursos e oficinas de capacitação	Material de capacitação	III	44	40	10%
TO DEAP-116	Gestão e aplicação de cursos e oficinas de capacitação		II	26,4	24	10%
TO DEAP-117	Gestão e aplicação de cursos e oficinas de capacitação		I	8,8	8	10%
TO DEAP-118	Gestão e participação em reuniões e oficinas do CMAP	Agendamento, pauta, minuta ou versão de ata	III	26,4	24	10%
TO DEAP-119	Gestão e participação em reuniões e oficinas do CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-120	Gestão e participação em reuniões e oficinas do CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-121	Identificação, solicitação e validação de dados de outros órgãos para o Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	E-mails e ofícios de solicitação, informações recepcionadas, dados validados	III	44	40	10%
TO DEAP-122	Identificação, solicitação e validação de dados de outros órgãos para o Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios		II	26,4	24	10%
TO DEAP-123	Identificação, solicitação e validação de dados de outros órgãos para o Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios		I	8,8	8	10%
TO DEAP-124	Participação e presença em eventos externos como seminários, palestras e oficinas relacionadas às atividades do Departamento	Relato do evento	III	26,4	24	10%
TO DEAP-125	Participação e presença em eventos externos como seminários, palestras e oficinas relacionadas às atividades do Departamento		II	8,8	8	10%
TO DEAP-126	Participação e presença em eventos externos como seminários, palestras e oficinas relacionadas às atividades do Departamento		I	2,2	2	10%
TO DEAP-127	Participação em cursos e oficinas de capacitação	Certificados, produtos entregues ou demonstrativo das habilidades adquiridas	III	26,4	24	10%
TO DEAP-128	Participação em cursos e oficinas de capacitação		II	8,8	8	10%
TO DEAP-129	Participação em cursos e oficinas de capacitação		I	2,2	2	10%
TO DEAP-130	Participação em foros internacionais	Elaboração de material, atendimento de demandas, participação em apresentações	III	26,4	24	10%
TO DEAP-131	Participação em foros internacionais		II	8,8	8	10%
TO DEAP-132	Participação em foros internacionais		I	2,2	2	10%
TO DEAP-133	Participação em outros Conselhos, Comitês e Grupos Técnicos	Resultados e encaminhamentos relatados ou registrados em ata de reunião.	III	26,4	24	10%
TO DEAP-134	Participação em outros Conselhos, Comitês e Grupos Técnicos		II	8,8	8	10%
TO DEAP-135	Participação em outros Conselhos, Comitês e Grupos Técnicos		I	2,2	2	10%
TO DEAP-136	Revisão de atos normativos relacionados a propostas e alterações de políticas públicas	Ato normativo revisado	III	26,4	24	10%
TO DEAP-137	Revisão de atos normativos relacionados a propostas e alterações de políticas públicas		II	8,8	8	10%
TO DEAP-138	Revisão de atos normativos relacionados a propostas e alterações de políticas públicas		I	2,2	2	10%

TO DEAP-139	Revisão de atos normativos relacionados ao CMAP	Ato normativo revisado	III	26,4	24	10%
TO DEAP-140	Revisão de atos normativos relacionados ao CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-141	Revisão de atos normativos relacionados ao CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-142	Revisão de avaliação de política pública do CMAP	Relatório de avaliação e de recomendação	III	26,4	24	10%
TO DEAP-143	Revisão de avaliação de política pública do CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-144	Revisão de avaliação de política pública do CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-145	Revisão de Boletim de Subsídios	Boletim de Subsídios revisado	III	26,4	24	10%
TO DEAP-146	Revisão de Boletim de Subsídios		II	8,8	8	10%
TO DEAP-147	Revisão de Boletim de Subsídios		I	2,2	2	10%
TO DEAP-148	Revisão de outros relatórios/documentos/publicações do Departamento	Relatórios, documentos ou publicações revisados	III	26,4	24	10%
TO DEAP-149	Revisão de outros relatórios/documentos/publicações do Departamento		II	8,8	8	10%
TO DEAP-150	Revisão de outros relatórios/documentos/publicações do Departamento		I	2,2	2	10%
TO DEAP-151	Revisão de outros relatórios/documentos/publicações do CMAP	Relatórios, documentos ou publicações revisados	III	26,4	24	10%
TO DEAP-152	Revisão de outros relatórios/documentos/publicações do CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-153	Revisão de outros relatórios/documentos/publicações do CMAP		I	2,2	2	10%
TO DEAP-154	Revisão de pareceres e notas técnicas para atendimento de demanda externa	Parecer ou nota técnica revisados	III	26,4	24	10%
TO DEAP-155	Revisão de pareceres e notas técnicas para atendimento de demanda externa		II	8,8	8	10%
TO DEAP-156	Revisão de pareceres e notas técnicas para atendimento de demanda externa		I	2,2	2	10%
TO DEAP-157	Revisão de relatório sobre alterações e propostas de políticas públicas	Relatório de estudo relacionado a propostas e alterações de políticas públicas, revisado	III	26,4	24	10%
TO DEAP-158	Revisão de relatório sobre alterações e propostas de políticas públicas		II	8,8	8	10%
TO DEAP-159	Revisão de relatório sobre alterações e propostas de políticas públicas		I	2,2	2	10%
TO DEAP-160	Revisão do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios	Tabelas, apresentações e relatórios que compõem ou acompanham o Demonstrativo, revisados	III	26,4	24	10%
TO DEAP-161	Revisão do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios		II	8,8	8	10%
TO DEAP-162	Revisão do Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios		I	2,2	2	10%
TO DEAP-163	Revisão do Orçamento de Subsídios da União	Relatório, apresentação e Anexo Estatístico revisados	III	26,4	24	10%
TO DEAP-164	Revisão do Orçamento de Subsídios da União		II	8,8	8	10%
TO DEAP-165	Revisão do Orçamento de Subsídios da União		I	2,2	2	10%
TO DEAP-166	Supervisão das atividades de avaliação do CMAP	Reuniões agendadas, conteúdo recepcionado validado e comunicação orientativa	III	26,4	24	10%
TO DEAP-167	Supervisão das atividades de avaliação do CMAP		II	8,8	8	10%
TO DEAP-168	Supervisão das atividades de avaliação do CMAP		I	2,2	2	10%

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 19.841, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 da Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 29/03/2022, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 10.924.241/0001-80
Anterior Denominação Social
PKF BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 10.924.241/0001-80

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 27 DE MAIO DE 2022

Nº 19.842 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza SERGIO ALEXANDRE PENCHAS, CPF nº 157.544.448-85, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.843 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza DANIEL MALVEZZI CLAUDIO, CPF nº 310.512.738-03, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.844 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a CAPITÂNIA ALTERNATIVES S.A., CNPJ nº 41.475.648, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.845 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a UMK CONSULTORIA DE VALORES MOBILIARIOS LTDA., CNPJ nº 45.708.838, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.846 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza BRUNO NIERO BARDINI, CPF nº 045.604.329-29, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.847 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza VITOR DA SILVA ALVES, CPF nº 766.170.922-87, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.848 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza GUILHERME DA ROCHA ALBUQUERQUE, CPF nº 092.794.277-17, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.849 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza PEDRO PELIZON LOBO GUIMARÃES, CPF nº 143.481.827-60, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.850 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza CLAUDIO JOSE REIS DE CARVALHO JUNIOR, CPF nº 621.755.722-34, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 6, DE 18 DE MAIO DE 2022

Proposta de revisão do estoque regulatório com vistas ao cancelamento de medida regulatória de baixo impacto para a sociedade - Plataforma Elevatória Veiculares para Veículos de Características Rodoviárias. Proposta de alteração dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cantoneiras de Aço Laminadas a Quente Para Montagem de Torres de Transmissão de Energia Elétrica aprovados pela Portaria Inmetro nº 261, de 2007.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.005007/2021-95, resolve:

Art. 1º Fica disponível, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto de alteração dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cantoneiras de Aço Laminadas a Quente Para Montagem de Torres de Transmissão de Energia Elétrica aprovados pela Portaria Inmetro nº 261, de 12 de julho de 2007.

Art. 2º Fica aberto, a partir da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas ao texto proposto.

Art. 3º As críticas e sugestões deverão ser apresentadas na Plataforma Participa + Brasil contida na página www.gov.br/participamaisbrasil/alteracoes-rac-cantoneiras-aco-laminadas

§ 1º As críticas e sugestões que não forem apresentadas conforme previsto no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em utilizar a Plataforma supremencionada poderá solicitar ajuda pelo e-mail dconf.consultapublica@inmetro.gov.br.

Art. 4º Findo o prazo fixado no art. 2º desta Consulta Pública, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Esta Consulta Pública entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR

ANEXO

PROPOSTA DE TEXTO DE PORTARIA DEFINITIVA

Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cantoneiras de Aço Laminadas a Quente Para Montagem de Torres de Transmissão de Energia Elétrica - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, a Consulta Pública nº 6, de 18 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de xx de xxxxx de xxxx, seção 1, página xx, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.005007/2021-95, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Ficam aprovados os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Cantoneiras de Aço Laminadas a Quente Para Montagem de Torres de Transmissão de Energia Elétrica, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II desta Portaria.

§ 1º A avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de declaração da conformidade do fornecedor, deve ser realizada consoante os Requisitos ora aprovados.

§ 2º Aplicam-se os presentes Requisitos às cantoneiras de aço laminadas a quente para montagem de torres de transmissão de energia elétrica.

§ 3º Compete à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel a definição, por meio de ato normativo próprio, quanto à compulsoriedade da declaração do fornecedor de cantoneiras de aço laminadas a quente para montagem de torres de transmissão de energia elétrica.

Art. 2º Não é competência legal do Inmetro a regulamentação técnica de cantoneiras de aço laminadas a quente para montagem de torres de transmissão de energia elétrica, bem como o exercício do poder de polícia administrativa quanto ao objeto, cabendo, exclusivamente a supervisão quanto ao uso da marca, tendo por foco o cumprimento das regras de Avaliação da Conformidade.

Prazos e disposições transitórias

Art. 3º A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de declaração do fornecedor com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. As declarações já emitidas deverão ser revisadas, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

Cláusula de revogação

Art. 4º Ficam revogadas, na data de vigência desta Portaria:

I - Portaria Inmetro nº 178, de 18 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2006, seção1, página 73; e

II - Portaria Inmetro nº 261, de 12 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2007, seção1, páginas 101 a 102.

Vigência

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

ANEXO I

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CANTONEIRAS DE AÇO LAMINADAS A QUENTE PARA MONTAGEM DE TORRES DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos para avaliação da conformidade de cantoneiras de aço laminadas a quente para montagem de torres de transmissão de energia elétrica, através do mecanismo de Declaração do Fornecedor, de forma a promover a segurança dos usuários.

Nota: Para simplicidade de texto o termo "cantoneiras de aço laminadas a quente para montagem de torres de transmissão de energia elétrica" é referenciado neste RAC apenas como cantoneiras.

1.1 Agrupamento para efeito da Declaração da Conformidade do Fornecedor

Para a declaração do fornecedor do objeto deste RAC, aplica-se o conceito de família, conforme definição estabelecida no item 4.2 deste RAC.

2. SIGLAS

Para fins deste RAC, é adotada a sigla a seguir, complementada pelas siglas contidas nos documentos complementares citados no item 3.

RGDF Requisitos Gerais de Declaração da Conformidade do Fornecedor

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins destes Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC), são adotados os documentos a seguir complementados por aqueles citados no RGDF Produtos:

Portaria Inmetro nº 140, de 2021	Aprova os Requisitos Gerais para Declaração da Conformidade do Fornecedor de Produtos - RGDF Produtos.
ABNT NBR ISO 6892-1:2013 versão corrigida 2015	Materiais metálicos - Ensaio de tração, Parte 1: Método de ensaio à temperatura ambiente.
ABNT NBR 16952:2021	Cantoneiras de aço laminadas a quente, para uso em torres de transmissão e distribuição de energia, estruturas de subestações e torres de telecomunicações - Requisitos.
ABNT NBR 7007:2016	Aço-carbono e aço microligado para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural - Requisitos.
ASTM A588	Standard Specification For High-Strength Low-Alloy Structural Steel, Up To 50 Ksi [345 MPa] Minimum Yield Point, With Atmospheric Corrosion Resistance.
ASTM A572	Standard Specification For High-Strength Low-Alloy Columbium-Vanadium Structural Steel.
ASTM A36	Standard Specification For Carbon Structural Steel.

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições a seguir, complementadas por aquelas contidas nos documentos complementares citados no item 3 deste RAC.

4.1 Cantoneiras de aço

Perfil cuja seção transversal é semelhante à letra L, cujas abas podem possuir larguras iguais ou não.

4.2 Família

Conjunto de modelos de cantoneiras, de mesmo fabricante, da mesma unidade fabril, possuindo as mesmas características construtivas relativas ao grau do aço e faixa de bitola (Grupo), conforme especificadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Grupo/faixa de bitolas

Grupo/faixa de bitolas
Grupo 1 - largura até 52,0 mm
Grupo 2 - largura de 52,1 a 89,9 mm
Grupo 3 - largura de 90,0 a 152,4 mm
Grupo 4 - largura maior que 152,4 mm

4.3 Memorial descritivo

Documento emitido pelo fornecedor, que descreve inequivocamente as características do produto e seus processos de fabricação, conforme anexo A deste RAC.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de avaliação da conformidade aplicável a cantoneiras é o da Declaração da Conformidade do Fornecedor.

Este RAC admite 3 (três) modelos de Declaração, devendo o Fornecedor optar por um deles:

- Ensaios;
- Ensaios e Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da linha de produção do produto (aciaria e laminação) e uso de laboratório de 3ª parte acreditado; ou
- Ensaios e Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da linha de produção do produto (aciaria e laminação) e uso de laboratório de 1ª parte acreditado.

6. ETAPAS DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

6.1 Avaliação inicial

6.1.1 Ensaios iniciais

Os critérios para os ensaios iniciais devem seguir os requisitos descritos no RGDF Produtos.

6.1.1.1 Definição dos ensaios a serem realizados

6.1.1.1.1 Os critérios para a definição dos ensaios a serem realizados devem seguir os requisitos descritos no RGDF Produtos.

6.1.1.1.2 Devem ser realizados todos os ensaios descritos na Tabela 2.

Tabela 2 - Ensaios para cantoneiras

Item	Ensaio	Procedimento
1	Requisitos de Composição Química	Itens 5.1 e 5.2 da ABNT NBR 7007:2016
2	Requisitos de Propriedades Mecânicas (Ensaio de Tração)	Item 6 da ABNT NBR 7007:2016/ABNT NBR ISO 6892-1:2013
3	Requisitos Dimensionais	Itens 4.1 a 4.5 da ABNT NBR 16952:2021
4	Requisitos de Qualidade Superficial	Item 4.6 da ABNT NBR 16952:2021

6.1.1.1.2.1 São admitidos os requisitos de composição química, de propriedades mecânicas, dimensionais e de qualidade superficial dos aços classificados como ASTM A36, A572 (GR 50 e GR 60) e A588, conforme previsto nas normas ASTM correspondentes.

6.1.1.1.3 Deve ser assegurado que os feixes das cantoneiras contenham etiquetas de identificação firmemente fixadas e preservadas de forma a não serem danificadas durante manuseio e transporte, nas quais devem constar as seguintes informações:

a) fabricante e/ou importador;
b) nome do produto;
c) identificação da corrida de produção;
d) dimensões (designação comercial); e
e) grau do aço.

6.1.1.2 Definição da amostragem

As amostras devem ser ensaiadas conforme o modelo selecionado pelo fornecedor para declaração da conformidade do fornecedor conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Amostragem de cantoneiras para os ensaios iniciais

Modelo da declaração	Amostragem
Ensaios	amostras de 50% das dimensões por família
Ensaios e Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da linha de produção do produto (aciaria e laminação) e uso de laboratório de 3ª parte acreditado	3 amostras de dimensões nominais diferentes por família
Ensaios e Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da linha de produção do produto (aciaria e laminação) e uso de laboratório de 1ª parte acreditado	3 amostras de dimensões nominais diferentes por família

Nota: Para o grau AR 415, admite-se a retirada de amostras de mesma dimensão nominal, porém de corrida diferente, totalizando no mínimo três amostras.

6.1.1.3 Definição do laboratório

6.1.1.3.1 Os critérios de definição do laboratório devem seguir os requisitos estabelecidos no RGDF Produtos. Entretanto, conforme previsto no item 5, é admitido o uso de laboratório de 1ª parte acreditado, respeitando-se as demais condições previstas nesse RAC.

6.1.1.3.2 Poderão ser selecionados ainda pelo fornecedor laboratórios de 3ª parte acreditados por Organismo de Acreditação que seja signatário do acordo de reconhecimento mútuo do ILAC, IAAC ou da European Cooperation for Accreditation - EA.

6.1.2 Emissão da Declaração da Conformidade do Fornecedor

A emissão da Declaração da Conformidade do Fornecedor, por família de cantoneira, deve seguir os critérios estabelecidos no RGDF Produtos. A Declaração deve ser acompanhada da seguinte documentação:

a) memorial descritivo, conforme anexo A desse RAC;
b) relatório(s) de ensaio(s), de acordo com o estabelecido no item 6.1 desse RAC; e
c) certificado com base na norma ABNT NBR ISO 9001:2015 ou ISO 9001:2015, quando aplicável.

A Declaração da Conformidade do Fornecedor e o(s) documentos previstos nas alíneas "a", "b" e "c" acima, emitido(s) conforme os critérios anteriormente estabelecidos, devem ficar disponíveis na infraestrutura do fornecedor (planta fabril ou, no caso de produtos importados, nas dependências do importador).

6.1.2.1 Validade da declaração da conformidade do fornecedor

A validade da Declaração da Conformidade do Fornecedor é de 36 (trinta e seis meses) devendo atender aos demais critérios estabelecidos no RGDF Produtos.

6.2 Avaliação de manutenção

Após a emissão da declaração da conformidade, é de responsabilidade do fornecedor manter as condições técnico-organizacionais que deram origem à declaração inicial. A avaliação de manutenção deve ser realizada conforme os períodos explicitados na Tabela 3 e os critérios estabelecidos no RGDF Produtos.

6.2.1 Ensaios de manutenção

6.2.1.1 Definição dos ensaios de manutenção a serem realizados

6.2.1.1.1 Os critérios para os ensaios de manutenção devem seguir os requisitos descritos no RGDF Produtos.

6.2.1.1.2 Devem ser realizados os os ensaios estabelecidos no item 6.1.1.1 deste RAC.

6.2.1.2 Definição da amostragem de manutenção

As amostras devem ser ensaiadas conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Amostragem de cantoneiras para os ensaios de manutenção

Modelo da declaração	Amostragem do ensaio de manutenção	Periodicidade do ensaio de manutenção
Ensaios	amostras de 50% das dimensões por família	a cada 4 meses
Ensaios e Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da linha de produção do produto (aciaria e laminação) uso de laboratório de 3ª parte acreditado	3 amostras de dimensões nominais diferentes por família	a cada 12 meses
Ensaios e Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da linha de produção do produto (aciaria e laminação) e uso de laboratório de 1ª parte acreditado	3 amostras de dimensões nominais diferentes por família	a cada 12 meses, em laboratório de 1ª parte acreditado
		a cada 18 meses, em laboratório de 3ª parte acreditado

Nota: Para o grau AR 415, admite-se a retirada de amostras de mesma dimensão nominal, porém de corrida diferente, totalizando no mínimo três amostras.

6.2.1.3 Definição do laboratório

Os critérios de definição do laboratório devem seguir os requisitos estabelecidos no subitem 6.1.1.3 desse RAC.

6.3 Avaliação de renovação

Os critérios para a avaliação de renovação devem seguir os requisitos descritos no RGDF Produtos. A avaliação de renovação deve ocorrer a cada 36 (trinta e seis) meses, devendo ser concluída até o limite da validade da declaração anteriormente emitida.

7. ENCERRAMENTO DA DECLARAÇÃO DA CONFORMIDADE DO FORNECEDOR

Os critérios para o encerramento da declaração da conformidade do fornecedor devem seguir os requisitos descritos no RGDF Produtos.

8. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

8.1 Os critérios para o Selo de Identificação da Conformidade devem seguir o estabelecido no RGDF Produtos e as condições definidas no Anexo II.

8.2 O fornecedor deve apor o Selo de Identificação da Conformidade em todas as etiquetas que acompanham as cantoneiras referenciadas na declaração de conformidade do fornecedor.

9. AUTORIZAÇÃO PARA USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para a autorização para uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir os requisitos descritos no RGDF Produtos.

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

10.1 Os critérios para responsabilidades e obrigações estão definidos no RGDF Produtos.

10.2 O fornecedor deve manter, sob a sua guarda, todos os documentos que permitam a rastreabilidade de todas as informações e afirmações abrangidas na Declaração da Conformidade do Fornecedor, inclusive quanto à rastreabilidade dos lotes de produção das cantoneiras referenciados na Declaração da Conformidade do Fornecedor, por um prazo de, no mínimo, 5 (cinco) anos.

11. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

O recebimento de denúncias, reclamações e sugestões deve seguir conforme definido no RGDF Produtos.

ANEXO A - MEMORIAL DESCRITIVO

A.1 O memorial descritivo deve especificar inequivocamente cada modelo e marca de cada cantoneira, referenciadas na Declaração de Conformidade do Fornecedor.

A.2 O memorial descritivo deve ser apresentado em português.

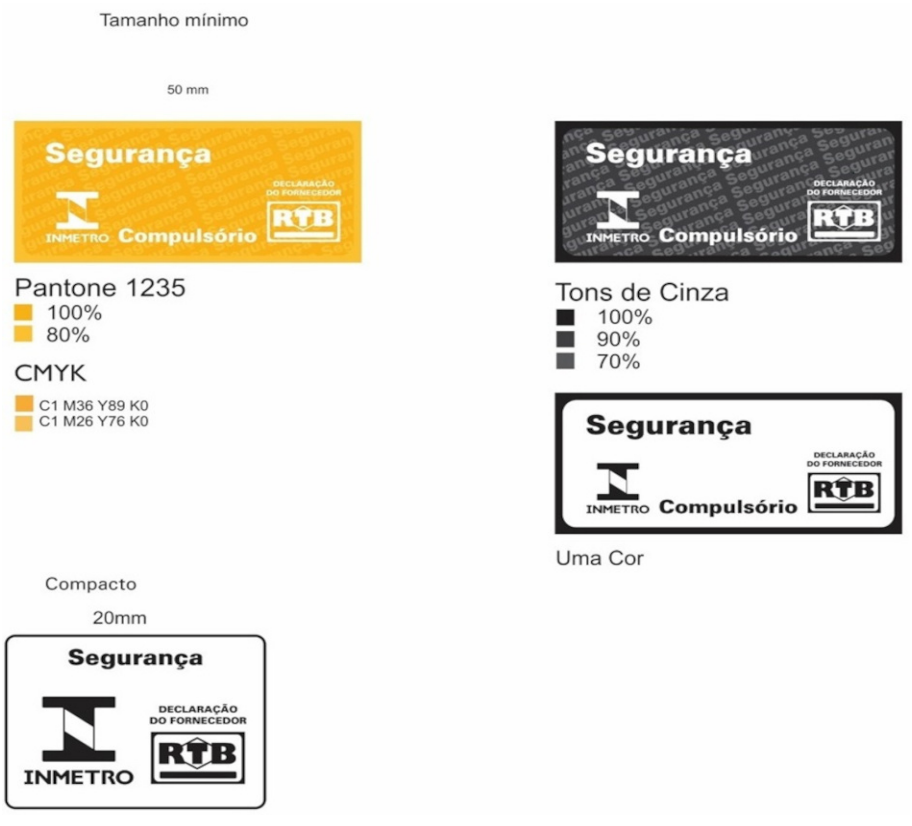
A.3 O memorial descritivo deve conter:

A.3.1 Aplicável a todos os modelos - dimensões e graus do aço produzidos pela unidade fabril declarada de forma que seja possível identificar a cantoneira posteriormente no mercado; razão social do fabricante/importador e identificação da forma de rastreabilidade de produção/importação da cantoneira, apresentando o formato da mesma.

A.3.2 Aplicável aos modelos com ensaios, certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da linha de produção do produto (aciaria e laminação) e uso de laboratório acreditado (1ª ou 3ª parte) - grupo(s) (faixa de bitola) e grau(s) do aço produzidos pela unidade fabril declarada de forma que seja possível identificar a cantoneira posteriormente no mercado.

ANEXO II

SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE



PORTARIA Nº 221, DE 23 DE MAIO DE 2022

Aprova regulamentação técnica metrológica consolidada para sistemas de medição ou medidores de energia elétrica ativa e/ou reativa, eletrônicos, monofásicos e polifásicos e sistemas de iluminação pública.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos II e III, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e item 4, alínea "a" da Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

Considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto;

Considerando a Portaria Inmetro nº 586, de 1º de novembro de 2012, que aprova o Regulamento Técnico Metrológico de software para medidor eletrônico de energia elétrica e software para sistema distribuído de medição de energia elétrica;

Considerando a Portaria Inmetro nº 587, de 5 de novembro de 2012 e suas portarias correlatas, que estabelecem as condições mínimas a serem observadas no controle metrológico legal de medidores eletrônicos de energia elétrica;

Considerando a Portaria Inmetro nº 371, de 28 de setembro de 2007 e suas portarias correlatas, que estabelecem as condições mínimas a serem observadas no controle metrológico legal de sistemas distribuídos de medição de energia elétrica;

Considerando a necessidade de estabelecer o controle metrológico legal de sistemas de iluminação pública;

Considerando a necessidade de isonomia entre os instrumentos de medição de energia elétrica - medidores, sistemas de medição e sistemas de iluminação pública;

Considerando que o assunto foi amplamente discutido com os fabricantes nacionais, entidades de classe, organismos governamentais e demais segmentos envolvidos e interessados;

Considerando a consulta pública que colheu contribuições da sociedade em geral para elaboração do Regulamento ora aprovado, divulgada pela Consulta Pública nº 21, de 25 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de de 28 de outubro de 2021, Seção 1, páginas 27 a 35, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.011741/2019-79, resolve:

Objeto e campo de aplicação

Art. 1º Fica aprovada a regulamentação técnica metrológica para sistemas de medição e medidores de energia elétrica composta pelos seguintes anexos:

I - Anexo A: Regulamento Técnico Metrológico; e

II - Anexo B: Requisitos Técnicos de Segurança de Software e Hardware.

Parágrafo único. O disposto nesta regulamentação se aplica aos sistemas de iluminação pública, aos sistemas de medição e aos medidores de energia elétrica ativa e/ou reativa, eletrônicos utilizados para tarifação e comercialização de energia elétrica.

Disposições transitórias

Art. 2º Os fabricantes e importadores de sistemas de medição e medidores poderão solicitar aprovação ou modificação de modelo com base nos requisitos aprovados pelas Portarias Inmetro nº 371, de 2007 e nº 587, de 2012, até 30 de setembro de 2023.

Parágrafo único. Após o prazo definido no caput, serão aceitas somente solicitações de modificação com objetivo de correção de software.

Art. 3º Os sistemas medição e medidores aprovados com base nas Portarias Inmetro nº 371, de 2007 e nº 587, de 2012, poderão ser submetidos a verificação inicial até 31 de dezembro de 2028.

§ 1º Para os sistemas de medição não se aplicam os requisitos de relógio.

§ 2º Para os medidores mencionados no caput, não se aplicam os requisitos de relógio e software (Anexo B).

Art. 4º Os modelos aprovados com base nas Portarias Inmetro nº 371, de 2007 e nº 587, de 2012, poderão ser submetidos à atualização para comprovação do atendimento aos requisitos da regulamentação ora aprovada com a realização dos ensaios abaixo:

I - ensaios para sistemas de medição:

a) tensão de impulso;

b) início de funcionamento;

c) verificação do método de cálculo de energia ativa;

d) verificação das perdas internas;

e) influência de componente harmônico nos circuitos de tensão e corrente;

f) influência da inversão da sequência de fase;

g) influência da componente CC (1/2 onda) no circuito de corrente CA;

h) influência da indução magnética CC de origem externa;

i) influência da indução magnética CA de origem externa;

j) influência da operação de dispositivos internos;

k) influência da interface de comunicação;

l) sobrecarga de curta duração;

m) variação brusca da tensão;

n) influência de harmônicas ímpares;

o) imunidade a curtas interrupções e quedas de tensão;

p) perturbações de correntes diferenciais conduzidas; e

q) ensaios adicionais para sistemas ou medidores de múltipla tarifação, se aplicável; e

r) ensaio de influência de sub-harmônicas.

II - ensaios para medidores de energia:

a) influência de harmônicas ímpares;

b) perturbações de correntes diferenciais conduzidas; e

c) ensaio de influência de sub-harmônicas.

§ 1º Os modelos que não forem objeto de atualização só poderão ser submetidos a verificação inicial até 31 de dezembro de 2028.

§ 2º A atualização poderá ser caracterizada pela emissão de nova portaria de aprovação de modelo.

§ 3º Os ensaios de perturbações de correntes diferenciais conduzidas e de influência de sub-harmônicas serão exigidos a partir de 3 de junho de 2024.

Art. 5º Os sistemas e medidores aprovados com base nas portarias Inmetro nº 371, de 2007 e nº 587, de 2012, poderão continuar em uso desde que atendam aos erros máximos admissíveis estabelecidos no regulamento técnico metrológico ora aprovado.

Art. 6º Sistemas de medição ou medidores de energia elétrica com portaria de aprovação de modelo provisória vencida não poderão ser recuperados.

Art. 7º Os medidores de energia elétrica, aprovados pela Portaria Inmetro nº 431, de 4 de dezembro de 2007, não podem ser oferecidos à venda, exceto para medidores com corrente máxima de 200 A.

Parágrafo único. Os medidores a que se refere o caput poderão continuar a ser oferecidos à venda até 31 de dezembro de 2022.

Art. 8º Para medidores aprovados pelo regulamento a que se refere esta Portaria, os ensaios de perturbações de correntes diferenciais conduzidas e de influência de sub-harmônicas serão exigidos a partir de 3 de junho de 2024.

Regras para sistemas de iluminação pública

Art. 9º Os sistemas de iluminação pública poderão ser instalados sem aprovação de modelo até 1º de abril de 2024.

Parágrafo único. Os sistemas mencionados no caput deverão atender aos requisitos para verificação voluntária previstos no regulamento ora aprovado.

Art. 10. Na avaliação de modelos de sistemas de iluminação pública iniciados até 30 de setembro de 2026, serão considerados apenas os ensaios a seguir:

I - tensão aplicada;

II - corrente de partida;

III - marcha em vazio;

IV - variação da corrente;

V - influência da temperatura ambiente;

VI - influência da variação de tensão;

VII - influência da variação da frequência;

VIII - mostrador;

IX - verificação do tempo de autonomia;

X - influência de componente harmônico nos circuitos de tensão e corrente;

XI - influência da interface de comunicação; e

XII - ensaios de compatibilidade eletromagnética.

§ 1º Após o prazo estabelecido no caput, serão aplicáveis todos os ensaios previstos na regulamentação ora aprovada.

§ 2º Os modelos aprovados na condição indicada no caput deverão ser submetidos ao restante dos ensaios previstos na regulamentação ora aprovada até 31 de dezembro de 2028, sob pena do cancelamento da aprovação de modelo.

Art. 11. Os sistemas de iluminação pública deverão ser submetidos à verificação inicial a partir de 1º de abril de 2024.

Art. 12. Os sistemas de iluminação pública instalados antes da vigência desta regulamentação poderão continuar em uso desde que atendam aos erros máximos admissíveis.

Infrações

Art. 13. A infringência a quaisquer dispositivos desta regulamentação técnica metrológica sujeitará o infrator às penalidades previstas no artigo 8º da Lei 9.933, de 20 de dezembro e 1999.

Revogação

Art. 14. Ficam revogadas, a partir de 1º de outubro de 2023:

I - Portaria Inmetro nº 371 , de 28 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 1º de outubro de 2007, Seção 1, página 100;

II - Portaria Inmetro nº 378 , de 16 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 19 de outubro de 2007, Seção 1, página 41;

III - Portaria Inmetro nº 586, de 1º de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 2012, Seção 1, página 62;

IV - Portaria Inmetro nº 587, de 5 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 2012, Seção 1, páginas 62 a 63;

V - Portaria Inmetro nº 82, de 21 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 25 de fevereiro de 2013, Seção 1, página 161;

VI - Portaria Inmetro nº 180, de 11 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 4 de maio de 2020, Seção 1, página 52;

VII - Portaria Inmetro nº 520, de 28 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 2 de dezembro de 2014, Seção 1, páginas 63 a 64;

VIII - Portaria Inmetro nº 95, de 9 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 11 de fevereiro de 2015, Seção 1, páginas 71 a 72;

IX - Portaria Inmetro nº 330, de 11 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 6 de agosto de 2019, Seção 1, página 18;

X - Portaria Inmetro nº 81, de 4 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 6 de maio de 2020, Seção 1, página 52; e

XI - Portaria Inmetro nº 477, de 30 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 8 de dezembro de 2021, Seção 1, página 71.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos e as demais disposições com base no objeto do caput.

Vigência

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR

ANEXO A

REGULAMENTO TÉCNICO METROLÓGICO - RTM A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 221, DE 23 DE MAIO DE 2022.

1. TERMOS E DEFINIÇÕES

1.1 Para fins deste regulamento aplicam-se os termos constantes do Vocabulário Internacional de Termos de Metrologia Legal, aprovado pela Portaria Inmetro nº 150, de 29 de março de 2016, e do Vocabulário Internacional de Metrologia - Conceitos fundamentais e gerais e termos associados, aprovado pela Portaria Inmetro nº 232, de 08 de maio de 2012, ou suas substitutas, além dos demais apresentados a seguir.

1.2 Medidor, sistema de medição e medição

1.2.1 Medidor eletrônico de energia elétrica: medidor de energia elétrica estático no qual a corrente e a tensão agem sobre elementos de estado sólido (componentes eletrônicos) para produzir uma informação de saída proporcional à quantidade de energia elétrica medida, doravante chamado apenas de medidor.

1.2.2 Sistema de medição de energia elétrica: conjunto de um ou mais módulos de medição ou medidores de energia elétrica e, frequentemente, outros dispositivos, montado e adaptado para fornecer informações destinadas à obtenção dos valores de energia elétrica medida, doravante chamado apenas de sistema.

1.2.2.1 O termo sistema se refere também a SIP, exceto quando algum subitem indique tratamento específico.

1.2.3 Sistema de iluminação pública (SIP): sistema ou medidor de energia elétrica, monofásico, utilizado em serviço de iluminação pública.

1.2.4 Medição unidirecional: medição realizada por sistema ou medidor de energia elétrica (ativa e/ou reativa) somente no sentido do fluxo direto.

1.2.5 Medição bidirecional: medição realizada por sistema ou medidor de energia elétrica (ativa e/ou reativa) em ambos os sentidos de fluxo.

1.2.6 Medição multitensão: medição realizada por sistema ou medidor que possui mais de uma tensão nominal.

1.2.7 Medição multigrandeza: medição realizada por sistema ou medidor provido de certo número de registros, destinando-se a medir e registrar, simultaneamente, no mínimo duas grandezas elétricas.

1.2.8 Medição multifunção: medição realizada por sistema ou medidor com funcionalidades adicionais à medição, registro e exibição de grandezas elétricas e eventos, tais como: memória de massa, dispositivo de comunicação e outras.

1.2.8.1 Saída de pulso não caracteriza funcionalidade adicional à medição.

1.2.9 Modelo: termo utilizado para definir um projeto em particular de sistema ou medidor, produzido por um determinado fabricante.

1.2.10 Sistema ou medidor para ligação direta: sistema ou medidor destinado a ser ligado diretamente ao circuito a ser medido.

1.2.11 Sistema ou medidor para ligação indireta: sistema ou medidor destinado a ser ligado ao circuito a ser medido através de transdutor de corrente externo, com ou sem transdutor de potencial externo.

1.2.12 Padrão de medição: Realização da definição duma dada grandeza, com um valor determinado e uma incerteza de medição associada, utilizada como referência. (VIM, 5.1)

1.2.13 Equipamento de verificação: Equipamento que satisfaz aos requisitos legais e que é utilizado para verificação (VIML, 4.15).

1.3 Sistemas ou medidores de múltipla tarifação

1.3.1 Medição de múltipla tarifação: medição e indicação do consumo de energia elétrica em diferentes postos tarifários.

1.3.2 Segmento horário: cada um dos períodos de tempo pré-programados nos quais são registrados e acumulados, os dados de energia do ponto de medição.

1.3.3 (Registrador de) posto tarifário: Registro onde é acumulada a energia integralizada em um ou mais segmentos horários.

1.3.4 Relógio: dispositivo que mede e registra a data e a hora do sistema ou medidor.

1.3.5 Relógio de referência: dispositivo padrão a ser utilizado como referência de tempo.

1.3.6 Mecanismo de controle do relógio: processo pelo qual o sistema ou medidor de múltipla tarifação controla seu relógio de forma a manter sua grandeza com a exatidão especificada.

1.3.7 Erro na indicação de tempo: diferença entre o intervalo de tempo medido pelo relógio e o mesmo intervalo de tempo medido por um relógio de referência.

1.3.8 Exatidão do relógio: Grau de concordância entre um valor medido pelo relógio e um valor de referência de tempo.

1.3.9 Reserva operativa: período de tempo durante o qual o relógio do sistema ou medidor é capaz de manter-se dentro da exatidão especificada, sem tensão de alimentação.

1.3.10 Registrador totalizador geral: registrador que agrega as energias dos registradores dos diferentes postos tarifários.

1.3.11 Base de tempo: fonte de referência para data e horário.

1.4 Elementos funcionais

1.4.1 Circuitos auxiliares: circuitos destinados à conexão de dispositivos externos.

1.4.2 Circuitos de corrente: circuitos por onde circulam as correntes a serem medidas.

1.4.3 Circuitos de tensão: circuitos onde são aplicadas as tensões a serem medidas, podendo incluir o circuito da fonte de alimentação do sistema ou medidor.

1.4.4 Constante Kh (constante de verificação): relação entre a energia elétrica medida e a quantidade de pulsos emitidos pelo dispositivo de verificação. Esse valor deve ser expresso em Wh/pulso e varh/pulso.

1.4.5 Constante Ke (constante eletrônica): quantidade de energia que define a unidade básica armazenada. Este valor deve ser expresso em Wh/pulso ou em varh/pulso.

1.4.6 Dispositivo de verificação: dispositivo por meio do qual se verifica ou ensaia o sistema ou medidor.

1.4.7 Pulsos de verificação: pulsos emitidos pelo dispositivo de verificação.

1.4.8 Elemento de medição: parte do sistema ou medidor constituída de um sensor de tensão e de um sensor de corrente (ou dois sensores de corrente no caso de medidores de um elemento a três fios), que produz uma saída com informação proporcional à grandeza registrada.

1.4.9 Dispositivo de indicação de funcionamento: dispositivo que fornece um sinal visível do funcionamento do sistema ou medidor.

1.4.10 Memória volátil: memória que retém informações armazenadas somente enquanto energizada.

1.4.11 Memória não-volátil: memória que retém as informações armazenadas mesmo quando desenergizada.

1.4.12 Memória de massa: memória interna ao sistema ou medidor onde são armazenadas em intervalos de tempo definidos, grandezas medidas ou calculadas.

1.4.13 Fluxo direto: fluxo de energia no sentido linha-carga do sistema ou medidor.

1.4.14 Fluxo reverso: fluxo de energia no sentido carga-linha do sistema ou medidor.

1.4.15 Registrador: dispositivo destinado a armazenar informações de medições de energia do sistema ou medidor. Os registradores podem ser classificados como:

I - registrador de energia ativa unidirecional: registra o valor da energia ativa, sempre somando esse valor, independente do sentido do fluxo;

II - registrador de energia ativa direta: registra o valor da energia ativa em fluxo direto, que corresponde a toda energia ativa medida nos quadrantes Q-I e Q-IV;

III - registrador de energia ativa reversa: registra o valor da energia ativa em fluxo reverso, que corresponde a toda energia ativa medida nos quadrantes Q-II e Q-III;

IV - registrador de energia reativa indutiva unidirecional: registra o valor da energia reativa indutiva, nos quadrantes Q-I e Q-III;

V - registrador de energia reativa capacitiva unidirecional: registra o valor da energia reativa capacitiva, nos quadrantes Q-II e Q-IV; e

VI - registrador de energia reativa por quadrante: registra o valor da energia reativa exclusivamente em seu respectivo quadrante.

1.4.16 Mostrador: parte integrada ao medidor que apresenta informações relativas à medição e, opcionalmente, às condições de funcionamento do sistema ou medidor.

1.4.17 Mostrador externo: parte externa ao sistema ou medidor que apresenta informações relativas à medição e, opcionalmente, às condições de funcionamento.

1.4.18 Alimentação auxiliar: entrada de tensão (CA e/ou CC) independente do circuito de medição, para energização do sistema ou medidor.

1.4.19 Relé de corte/religa: dispositivo que permite efetuar corte e/ou religação de fornecimento de energia elétrica das unidades consumidoras.

1.5 Partes do sistema ou medidor

1.5.1 Base: parte do medidor ou módulo de medição destinada à sua fixação e sobre a qual podem ser fixadas a estrutura, a tampa do medidor ou módulo de medição, o bloco de terminais e a tampa do bloco de terminais.

1.5.2 Estrutura: elemento destinado a fixar algumas partes do medidor à base ou, em se tratando de sistema, ao gabinete.

1.5.3 Tampa do medidor ou módulo de medição: parte sobreposta à base para cobrir e proteger as partes internas do medidor ou módulo de medição.

1.5.4 Bloco de terminais: parte destinada a agrupar os terminais do sistema, medidor ou módulo de medição.

1.5.5 Tampa do bloco de terminais: parte destinada a cobrir e proteger o bloco de terminais.

1.5.6 Gabinete: parte do sistema de medição destinada à sua fixação e na qual são fixados a estrutura, os módulos e tampa do gabinete.

1.5.7 Tampa do gabinete: parte sobreposta ao gabinete para cobrir e proteger as partes internas do sistema de medição.

1.5.8 Dispositivo interno: todo e qualquer dispositivo interno ao sistema ou medidor que não executa tarefas de medição e de registro de energia, e que não possuam definição específica descrita neste regulamento.

1.5.9 Dispositivo externo: todo e qualquer dispositivo externo ao sistema ou medidor que não executa tarefas de medição e de registro de energia, e que não possuam definição específica descrita neste regulamento.

1.5.10 Módulo de medição: Dispositivo utilizado para realizar medição de energia elétrica, utilizando o mesmo princípio do medidor eletrônico de energia elétrica, associado a um ou mais dispositivos suplementares que pode(m) ser avaliado(s) separadamente, conforme requisitos de desempenho metrológicos e técnicos prescritos na regulamentação pertinente.

1.5.11 Módulo de controle: parte do sistema destinada ao controle dos demais módulos.

1.5.12 Módulo de comunicação: parte do sistema responsável pela comunicação.

1.5.13 Porta óptica: interface de comunicação óptica, dotado de um elemento foto-receptor e de um elemento foto-emissor.

1.5.14 Terminal de terra: terminal externo conectado a partes condutoras acessíveis da base do sistema ou medidor para fins de segurança pessoal e do equipamento.

1.5.15 Placa(s) de identificação: espaço(s) destinado(s) à identificação do sistema, medidor ou módulo.

1.5.16 Esquema de ligação: representação gráfica dos elementos de medição e suas conexões com o bloco de terminais, incluindo a identificação dos circuitos auxiliares.

1.5.17 Diagrama de ligação: representação gráfica do tipo de conexão elétrica em que o sistema ou medidor pode ser utilizado.

1.5.18 Marca de selagem: Marca destinada a proteger o sistema ou medidor contra qualquer modificação não autorizada, ajuste, remoção de partes, software, etc (VIML, 2.20).

1.5.19 Marca de selagem metrológica: marca aposta pelo fabricante ou reparador do sistema ou medidor, controlada pelo Inmetro e seus órgãos delegados.

1.5.20 Parte metrologicamente relevante: Software ou hardware que interfere nos requisitos regulamentados pela metrologia legal, por exemplo, a exatidão de medição, ou no correto funcionamento do referido sistema ou medidor.

1.5.21 Cadeia legalmente relevante: compreende o processo de captura, processamento e publicação do resultado da medição ao usuário.

1.5.22 Tomada: dispositivo destinado à fixação intercambiável do SIP, provendo conexão ao circuito externo.

1.6 Grandezas, erros e termos usados nos ensaios

1.6.1 Índice de classe: letra que define os critérios destinados a avaliar a qualidade metrológica e funcional do sistema ou medidor.

1.6.2 Corrente nominal (In): intensidade de corrente (valor eficaz) que serve de referência para a realização dos ensaios constantes deste regulamento.

1.6.3 Corrente máxima (Imáx): maior intensidade de corrente (valor eficaz) que pode ser conduzida em regime permanente sem que o erro percentual e a elevação de temperatura admissíveis sejam ultrapassados.

1.6.4 Erro percentual: diferença entre um valor de energia medido (pelo sistema ou medidor) e um valor de referência (medido por padrão de medição ou determinada pelo método Potência x Tempo), dividido pelo valor de referência, multiplicado por 100%.

1.6.5 Erro de referência (e1): erro percentual, levantado antes da aplicação da grandeza de influência ou perturbação.

1.6.6 Frequência nominal (fn): frequência que serve de referência para a realização dos ensaios constantes deste regulamento.

1.6.7 Tensão nominal (Vn): tensão de fase (valor eficaz) que serve de referência para a realização dos ensaios constantes deste regulamento.

1.6.8 Tensão de fornecimento (Vf): tensão nominal da rede secundária de distribuição.

1.6.9 Energização do sistema ou medidor: ato ou efeito de aplicar e manter energia sobre os circuitos do sistema ou medidor responsáveis por tornar o sistema ou medidor apto a realizar a medição, podendo ocorrer ou não simultaneamente com a conexão do circuito de medição do sistema ou medidor.

1

7 Condições de utilização

1.7.1 Condições de utilização: conjunto de todas as variações para as quais estão definidas as características de desempenho e as grandezas de influência, dentro das quais os erros percentuais do sistema ou medidor e suas variações são especificados e determinados.

1.7.2 Condições de referência: Condições de funcionamento prescritas para avaliar o desempenho do sistema ou medidor ou para comparar resultados de medição. Compreende a tensão nominal, corrente nominal e defasamento nulo entre tensão e corrente, caso não especificado.

1.7.3 Estabilidade térmica: condição na qual a variação no erro percentual como consequência dos efeitos térmicos for, durante 20 min, inferior a 0,1 vezes o erro máximo admissível para a medição que está sendo considerada.

1.7.4 Faixa de temperatura limite de funcionamento: condições extremas que um sistema ou medidor em funcionamento pode suportar sem danos e sem degradação de suas características metrológicas quando subsequentemente usado em suas condições de serviço.

1.7.5 Fator de distorção harmônica de uma onda: razão entre o valor eficaz do resíduo (obtido subtraindo-se de uma onda alternada, não-senoidal, o seu termo fundamental) e o valor eficaz da onda completa, expressa em percentagem.

1.7.6 Temperatura de referência: temperatura ambiente especificada para as condições de referência.

1.7.7 Coeficiente médio de temperatura: razão entre a variação do erro percentual e a variação da temperatura que produz aquela variação.

1.8 Termos relacionados com a realização dos ensaios

1.8.1 Ângulo ϕ: defasagem entre a tensão e corrente.

1.8.1.1 Se a corrente estiver atrasada em relação a tensão este ângulo varia entre 0 grau a - 180 graus.

1.8.1.2 Se a corrente estiver adiantada em relação a tensão este ângulo varia entre 0 grau a + 180 graus.

1.8.2 Amostra: exemplares retirados aleatoriamente de um lote a ser inspecionado.

1.8.3 Perícia metrológica legal: Atividade desenvolvida pelo Inmetro ou órgão metrológico delegado que tem por finalidade examinar e demonstrar as condições de funcionamento de um instrumento de medição e determinar suas características metrológicas de acordo com as exigências regulamentares ou normas aplicáveis.

2. REQUISITOS METROLÓGICOS

2.1 Unidade de medida

2.1.1 As grandezas devem ser indicadas em:

a) energia ativa: kilowatts hora (kWh); e

b) energia reativa: Kilovoltampere hora (kvarh).

2.2 Definição de modelo

2.2.1 O modelo do sistema ou medidor é definido pelas seguintes propriedades metrológicas:

I - grandezas medidas: energia ativa e/ou reativa;

II - tecnologia do elemento sensor de tensão;

III - tecnologia do elemento sensor de corrente;

IV - valor da corrente máxima; e

V - tecnologia do mostrador variando de eletromecânico para eletrônico.

2.2.2 O modelo do SIP é definido pelas propriedades metrológicas estabelecidas pelos incisos "I", "II" e "III" do subitem 2.2.1.

2.2.3 Quaisquer funcionalidades ou mudanças implementadas em um determinado modelo, que não alterem as propriedades definidas no subitem 2.2.1, não caracterizam um novo modelo.

2.2.4 Medidores polifásicos aprovados não necessitam de modificação de modelo para serem utilizados com número menor de elementos, desde que fisicamente não se altere o número total de elementos.

2.2.5 O sistema ou medidor deve ter seu índice de classe especificado (A, B, C ou D).

2.2.5.1 O sistema ou medidor deve manter em toda a sua faixa de medição os limites de erro percentual estabelecidos para seu índice de classe, salvo quando especificado em contrário neste regulamento.

2.2.6 O(s) registrador(es) do sistema ou medidor deve(m) se enquadrar em pelo menos um dos subitens de 1.4.15, onde são definidos os tipos de registradores.

2.2.7 O valor total de energia é a soma algébrica das energias de cada elemento de medição.

2.2.8 Não é permitida a utilização da corrente de neutro para registro da medição de energia elétrica.

2.3 Condições de utilização

2.3.1 As condições de utilização estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1 – Condições de utilização

Condição ou grandeza de influência	Valores ou faixas
Frequência	$F_n \pm 2\%$ (1)
Tensão	De 0,8 V_n a 1,15 V_n (1)
Corrente	$\leq I_{máx}$ (1)
Fator de potência	0,5 indutivo a 1 a 0,8 capacitivo.
Temperatura	Faixa operacional especificada: - 10 °C a + 80 °C Faixa limite de funcionamento: - 10 °C a + 80 °C Faixa limite para armazenamento e transporte: - 25 °C a + 80 °C (2)
Umidade relativa	Média anual: < 80% Para 30 dias, estando distribuídos de modo natural pelo período de um ano: 95% Ocasionalmente nos outros dias: 85%
Tipo de conexão	Os sistemas ou medidores devem ser utilizados conforme os tipos de conexões elétricas declarados pelo fabricante.
Distorção harmônica	Distorção harmônica total de tensão: ≤ 10,0% Distorção harmônica total de tensão para as componentes pares não múltiplas de 3: ≤ 2,5% Distorção harmônica total de tensão para as componentes ímpares não múltiplas de 3: ≤ 7,5% Distorção harmônica total de tensão para as componentes múltiplas de 3: ≤ 6,5%

(1) As tensões nominais, correntes nominais, correntes máximas e frequência nominal são as especificadas nas Tabelas 12 e 12a deste regulamento.

(2) O armazenamento e o transporte do sistema fora da faixa limite de funcionamento e dentro da faixa limite para armazenamento e transporte devem ser realizados por um período máximo de 60 h.

2.3.2 O sistema ou medidor deve manter todas as características de construção do modelo aprovado e estar com todas as partes e dispositivos em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

2.3.3 Todas as inscrições obrigatórias, unidades, símbolos, e indicações devem se apresentar clara e facilmente legíveis.

2.3.4 O(s) mostrador(es) ou mostrador(es) externo(s) do sistema ou medidor deve(m) estar acessíveis para que o usuário possa acompanhar a medição de energia elétrica da unidade consumidora, exceto para sistemas de medição de iluminação pública.

2.3.5 A colocação das marcas de selagem das partes legalmente relevantes são de responsabilidade do fabricante ou do órgão metrológico responsável pela verificação inicial ou verificação subsequente. A colocação das demais marcas de selagem são de responsabilidade da distribuidora.

2.4 Erros máximos admissíveis (EMA)

2.4.1 O sistema ou medidor deve ser projetado e fabricado de tal forma que seu erro percentual não exceda o erro máximo admissível para o índice de classe especificado, conforme condições a seguir.

2.4.2 Erros máximos admissíveis em avaliação de modelo

2.4.2.1 O módulo de medição ou medidor deve manter seu erro percentual dentro dos limites de erros máximos admissíveis, conforme Tabelas 2 e 2a.

Tabela 2 – EMA para energia ativa de sistemas ou medidores monofásicos e polifásicos com cargas equilibradas ou sistemas ou medidores polifásicos com cargas monofásicas, por elemento

Grandeza		Limites de erro percentual para medidores com índice de classe			
Corrente	Fator de potência	D	C	B	A
< 10% In	1	± 0,2	± 1,0	± 1,5	± 2,5
10% In ≤ I ≤ $I_{máx}$	1	± 0,2	± 0,5	± 1,0	± 2,0
10% In ≤ I < 20% In	0,5ind; 0,8cap	± 0,3	± 1,0	± 1,5	± 2,5
20% In ≤ I < I_{max}	0,5ind; 0,8cap	± 0,3	± 0,6	± 1,0	± 2,0

Tabela 2a – EMA para energia reativa de sistemas ou medidores monofásicos e polifásicos com cargas equilibradas ou sistemas ou medidores polifásicos com cargas monofásicas, por elemento

Grandeza		Limites de erro percentual para medidores com índice de classe			
Corrente	Sen (φ)	D	C	B	A
< 10% In	1	± 1,0	± 1,5	± 2,5	± 4,0
10% In ≤ I ≤ $I_{máx}$	1	± 0,5	± 1,0	± 2,0	± 3,0
10% In ≤ I < 20% In	0,5ind; 0,8cap	± 1,0	± 1,5	± 2,5	± 4,0
20% In ≤ I < Imax	0,5ind; 0,8cap	± 0,5	± 1,0	± 2,0	± 3,0

2.4.3 Erros máximos admissíveis em verificação inicial e após reparos

2.4.3.1 O sistema ou medidor deve ter seu erro de medição (percentual) dentro dos limites de erros máximos admissíveis indicados na Tabela 3, quando em verificação inicial e após reparos.

Tabela 3 - EMA para sistemas ou medidores monofásicos e polifásicos, em verificação inicial e após reparos

Grandeza		Limites de erro percentual para medidores com índice de classe			
Corrente	Fator de potência	D	C	B	A
10% In ≤ I ≤100% In	1	± 0,2	± 0,5	± 1,0	± 2,0
100% In	0,5ind; 0,8cap	± 0,3	± 0,6		
Valores para energia ativa. Para energia reativa, multiplicar os limites de erro percentual admissível por 2.					

2.4.4 Erros máximos admissíveis em verificação voluntária

2.4.4.1 O sistema ou medidor deve ter seu erro de medição (percentual) dentro dos limites de erros máximos admissíveis indicados nas Tabelas 4 e 4a, quando em verificação voluntária.

Tabela 4 - EMA para verificação voluntária na instalação do consumidor, para sistemas ou medidores monofásicos e polifásico

Grandeza		Limites de erro percentual para medidores com índice de classe			
Corrente	Fator de potência	D	C	B	A
10% In ≤ I ≤100% In	1; 0,5ind	± 0,4	± 1,2	± 2,2	± 3,2
Valores para energia ativa. Para energia reativa, multiplicar os limites de erro percentual admissível por 2.					

Tabela 4a - EMA para verificação voluntária em laboratório, para sistemas ou medidores monofásicos e polifásicos

Grandeza		Limites de erro percentual para medidores com índice de classe			
Corrente	Fator de potência	D	C	B	A
10% In ≤ I ≤100% In	1; 0,5ind	± 0,3	± 0,7	± 1,3	± 2,5
Valores para energia ativa. Para energia reativa, multiplicar os limites de erro percentual admissível por 2.					

2.5 Limites de erros e efeitos permitidos para os ensaios de desempenho e perturbações eletromagnéticas

2.5.1 Ensaios de desempenho

2.5.1.1 Ensaio de temperatura ambiente

2.5.1.1.1 O coeficiente médio de temperatura do sistema ou medidor deve cumprir os requisitos da Tabela 5, para toda a faixa de temperatura (- 10 °C a + 80 °C), mantendo-se as demais condições de referência.

Tabela 5 - Coeficientes de temperatura admissíveis

Grandeza		Coeficiente médio de temperatura em %/°C para sistemas e medidores com índice de classe							
Corrente	Fator de potência	Conexão direta				Conexão indireta			
		D	C	B	A	D	C	B	A
10% I_n ≤ I ≤	1	0,02	0,04	0,05	0,10	0,01	0,03	0,05	0,10
$I_{máx}$	0,5ind; 0,8cap	0,04	0,05	0,07	0,15	0,02	0,05	0,07	0,15
Valores para energia ativa. Para energia reativa, multiplicar coeficiente médio de temperatura por 2.									

2.5.1.1.2 A variação do erro percentual sobre toda a faixa de temperatura não pode ultrapassar os valores estabelecidos na Tabela 6.

Tabela 6 - Variação do erro percentual sobre toda a faixa de temperatura

Grandeza	Limite de variação do erro percentual sobre toda faixa de temperatura especificada para sistemas e medidores de índice de classe			
Fator de potência	D	C	B	A
1 0,5ind	± 0,3	± 0,7	± 1,7	± 3,3
Valores para energia ativa. Para energia reativa multiplicar os limites de erro percentual admissível por 2.				

2.5.1.2 Ensaios gerais

2.5.1.2.1 A variação do erro percentual do sistema ou medidor, em relação ao erro de referência (e1), deve estar dentro do estabelecido na Tabela 7, com o sistema ou medidor funcionando em condições de referência e quando qualquer grandeza de influência varia nas condições definidas.

2.5.1.2.2 O sistema ou medidor deve continuar a funcionar após a conclusão de cada um dos ensaios realizados para comprovação do atendimento aos requisitos descritos na Tabela 7.

Tabela 7 – Limite de variação do erro percentual sob variação de grandezas de influência

Grandeza de influência	Condições específicas	Corrente	FP	Limite de variação do erro percentual para medidores de índice de classe			
				D	C	B	A
Variação da corrente (1)(2)(7)	Medidores ou sistemas monofásicos ou polifásicos com cargas polifásicas:	5% In	1	Ver Tabelas 2 e 2a			
		10% In	1 0,5i 0,8c				
	Energia ativa e Energia reativa	20%, 50%, 100%, 200%, 400% e >400% In	1 0,5i 0,8c				
	Medidores ou sistemas polifásicos com cargas monofásicas por elemento. (8)	10%, 20%, 50%, 100% 200%, 400% >400%	1				
	Energia ativa e Energia reativa	20%, 50% 100%, 200%, 400% e >400% In	0,5i 0,8c				
Variação de tensão (1)(2)(3)	< 80% V_n	In	1; 0,5i	+10 a –100	+10 a –100	+10 a –100	+10 a –100
	80%V_n; 115% V_n	In	1	± 0,2	± 0,3	± 1,0	± 1,5
			0,5i	± 0,3	± 0,6	± 1,5	± 2,2
	90% V_n; 110% V_n	In	1	± 0,1	± 0,2	± 0,7	± 1,0
			0,5i	± 0,2	± 0,4	± 1,0	± 1,5
Variação da frequência (3)	F_n ± 2%, energia ativa	In	1 0,5i	± 0,05 ± 0,07	± 0,1 ± 0,15	± 0,5 ± 0,7	± 0,8 ± 1,0
Harmônico nos circuitos de tensão e corrente (1)(2)(3)(4)	$V_1 = V_n$; V_5 = 10% V_n; I_1 = 0,5 $I_{MÁX}$; I_5 = 40% I_1	0,1In ≤ I ≤ Imax	1	e_1 ± 0,2	e_1 ± 0,3	e_1 ± 0,6	e_1 ± 1,0
Inversão da sequência de fase (1)	Quaisquer duas fases invertidas	10% I_n	1	e_1 ± 0,05	e_1 ± 0,1	e_1 ± 1,5	e_1 ± 1,5
Interrupção de uma ou duas fases (1)	Uma ou duas fases interrompidas	In	1	e_1 ± 0,5	e_1 ± 1,0	e_1 ± 2,0	e_1 ± 4,0
Componente CC (1/2 onda) no circuito de corrente CA (3)(5)	Corrente de ½ onda limitada em 60 A (R.M.S)	$I_{máx}$ / √2	1	e_1 ± 2,0	e_1 ± 3,0	e_1 ± 3,0	e_1 ± 6,0
Indução magnética CC de origem externa (3)	Força magnetomotriz de 1.000 amperes-espiras	In	1	e_1 ± 2,0	e_1 ± 2,0	e_1 ± 2,0	e_1 ± 2,0
Indução magnética CA de origem externa (3)	0,5 mT	In	1	e_1 ± 0,5	e_1 ± 1,0	e_1 ± 2,0	e_1 ± 3,0
Operação de dispositivos internos (3)	Operação simultânea do maior número possível de dispositivos internos.	5% I_n	1	e_1 ± 0,05	e_1 ± 0,1	e_1 ± 0,5	e_1 ± 1,0
Interface de comunicação (3)	Operação de todas as interfaces de comunicação, mesmo que não simultaneamente.	5% I_n	1	e_1 ± 0,05	e_1 ± 0,1	e_1 ± 0,5	e_1 ± 1,0
Sobrecarga de curta duração (3)	Ligação direta; t = meio ciclo de rede ± 20 %	30 $I_{máx}$	1	e_1 ± 0,05	e_1 ± 0,05	e_1 ± 1,0	e_1 ± 1,5
	Ligação indireta; t = 0,5 s	20 $I_{máx}$	1	e_1 ± 0,05	e_1 ± 0,05	e_1 ± 0,5	e_1 ± 1,0
Autoaquecimento(3)	Ligação indireta; 1 h ≤ t ≤ 3 h;	$I_{máx}$	1	± 0,1	± 0,2	± 0,7	± 1,0
			0,5i	± 0,1	± 0,2	± 1,0	± 1,5
	Ligação direta; 1 h ≤ t ≤ 3 h;	$I_{máx}$	1	± 0,2	± 0,5	± 0,7	± 1,0
			0,5i	± 0,4	± 0,7	± 1,0	± 1,5
Variação brusca da tensão (3)(6)	200% V_n, 1 s	10% In ≤ I ≤ In	1	± 0,2	± 0,5	± 1,0	± 2,0
		In	0,5i 0,8c	± 0,3	± 0,6	± 1,0	± 2,0
Harmônicos ímpares no circuito de corrente	Vn	In	1	e_1 ± 0,6	e_1 ± 1,5	e_1 ± 3,0	e_1 ± 6,0
Sub-Harmônicos	Vn	In(9)	1	e_1 ± 0,5	e_1 ± 0,75	e_1 ± 1,5	e_1 ± 3,0

(1) Este requisito deve ser atendido nos sentidos de fluxo de energia direto e reverso, no caso de sistemas ou medidores bidirecionais.

(2) Este requisito deve ser atendido em cada tensão nominal especificada pelo fabricante, nos sistemas ou medidores multitensão.

(3) Para energia reativa, multiplicar os limites de erro percentual por 2.

(4) Tensões fundamental e harmônica em fase, cruzando em zero na subida.

(5) Esse ensaio não se aplica a sistemas ou medidores para ligação indireta. Para energia reativa deve ser aplicado um atraso de 90° na corrente.

(6) Após o ensaio, o sistema ou medidor deve apresentar erros dentro dos limites estabelecidos.

(7) Nos sistemas ou medidores com corrente máxima superior a 400 % da corrente nominal, elevar a corrente de 200 % em 200 % até atingir a corrente máxima. Nos sistemas ou medidores com corrente máxima inferior a 400 % da corrente nominal, elevar a corrente até a corrente máxima.

(8) Deve ser aplicado tensões polifásicas equilibradas aos circuitos de tensão.

(9) A corrente distorcida de ensaio se apresenta com dois ciclos presentes, com valor eficaz igual ao nominal da placa de identificação e dois ciclos ausentes (corrente zerada por dois períodos).

MINUTA

2.5.1.2.3 As condições gerais e metodologia para realização dos ensaios realizados para comprovação do atendimento aos requisitos descritos na Tabela 7 são definidas em Normas Inmetro Técnicas.

2.5.1.2.4 O sistema ou medidor deve se comportar de acordo com os efeitos estabelecidos na Tabela 8, quando submetido às variações das grandezas de influência.

Tabela 8 – Efeitos permitidos sob condições específicas

Condição	Efeitos permitidos
Tensão de impulso	Não ocorrer descargas disruptivas durante a aplicação dos impulsos. (1)
Tensão aplicada (2)	Não deve ocorrer ruptura de material isolante ou centelhamento. Após a execução do ensaio, o exame visual do sistema, medidor ou mostrador remoto não deve indicar qualquer falha de isolamento.
Início de funcionamento do medidor	O tempo medido entre a reenergização e o primeiro pulso emitido pelo sistema ou medidor deve ser menor ou igual a 10 s mais o tempo de um pulso, desconsiderando pulsos emitidos com propósito não metrológicos.
Corrente de partida (3)(4)	O sistema ou medidor deve emitir de 2 a 6 pulsos dentro do tempo definido na metodologia do ensaio.
Marcha em vazio (4)	O sistema ou medidor deve emitir no máximo 1 pulso dentro do tempo definido na metodologia do ensaio.
Perdas internas do circuito de potencial e fonte de alimentação (6) (7) (10) (11)	O sistema ou medidor deve apresentar as seguintes perdas máximas: Monofásico, no circuito de potencial: 2 W e 10 VA. Polifásico, total por elemento: 2 W e 10 VA(5). Multigrandeza monofásico: 3 W, 15 VA Multigrandeza 2 elementos (por elemento)(5): 2,5 W, 12,5 VA Multigrandeza 3 elementos (por elemento) (5): 2 W, 10 VA Multifunção monofásico: 5 W, 25 VA Multifunção 2 elementos (por elemento) (5): 3,5 W, 17,5 VA Multifunção 3 elementos (por elemento) (5): 3 W, 15 VA
Perdas internas do circuito de corrente	O sistema ou medidor deve apresentar as seguintes perdas máximas por fase: 0,5 VA (classe D); 0,8 VA (classe C); 1,0 VA (classe B) e; 1,5 VA (classe A)
Aquecimento (8)	O incremento da temperatura do sistema ou medidor em relação à temperatura ambiente não deve exceder: Sem relé de carga (com corrente máxima): No ponto mais quente da superfície externa: 25 °C Nos terminais de corrente: 45 °C Com relé de carga (com corrente máxima de 100 A): No ponto mais quente da superfície: 25 °C Nos terminais de corrente: 45 °C Com relé de carga (com corrente máxima de 120 A): No ponto mais quente da superfície: 30 °C Nos terminais de corrente: 50 °C
Ensaio do mostrador	A diferença relativa entre a energia conhecida aplicada ao sistema ou medidor e a indicação de energia apresentada pelo mostrador não deve ser superior ao limite E ± 1 dígito menos significativo do sistema ou medidor (E = erro percentual permitido para o sistema ou medidor na condição de ensaio, de acordo com os limites estabelecidos nas Tabelas 2 e 2a).
Método de cálculo de energia ativa	A diferença relativa entre a energia conhecida aplicada ao sistema ou medidor e a indicação de energia apresentada pelo mostrador deve ser: Sistema ou medidor de 3 elementos: entre - 63,6% - 69,6%. Sistema ou medidor de 2 elementos: entre - 90% a -100%.
Tempo de autonomia (1)(9)	Após a falta de energia: As informações lidas devem estar iguais às informações lidas antes da falta de energia; A memória de massa deve estar zerada ou vazia no período de falta de energia; O relógio/calendário deve estar atualizado; O desvio do relógio deve ser inferior a 13 s, para sistemas ou medidores cuja base de tempo for interna, ou 87 s para medidores cuja base de tempo for a rede.
Ciclo de calor úmido	Aprovação no ensaio de tensão de impulso (a tensão de impulso deverá ser multiplicada por um fator de 0,8). O sistema ou medidor não deverá mostrar dano ou mudança de informação (1).

(1) Após o ensaio o sistema ou medidor deve ter seus erros de medição dentro dos limites estabelecidos pela Tabela 2 nas condições 10% I_n (FP=1) e I_n (FP= 1; 0,5i e 0,8c).

(2) O ensaio de tensão aplicada não deverá ser realizado em caso de uso de dispositivos de proteção contra sobretensão nos circuitos internos do sistema ou medidor.

(3) Este requisito deve ser atendido nos sentidos de fluxo de energia direto e reverso, no caso de sistemas ou medidores bidirecionais.

(4) Este requisito deve ser atendido em cada tensão nominal especificada pelo fabricante, nos sistemas ou medidores multitensão.

(5) Para sistemas ou medidores polifásicos, as perdas são assumidas como igualmente partilhadas entre os elementos. No caso de falta de tensão em um dos elementos, é admitido que o consumo seja maior que o especificado, porém o sistema ou medidor deve continuar a operar corretamente.

(6) Os valores estabelecidos neste requisito são valores médios no período, em regime permanente de funcionamento. Quando forem utilizadas fontes de alimentação chaveadas, valores de pico acima desses serão permitidos, mas deve ser assegurado que a potência nominal dos transformadores de potencial associados, seja adequada.

(7) Para medidores que possuem alimentação auxiliar, as perdas devem ser medidas somente nos circuitos de potencial, excluindo o circuito de alimentação auxiliar.

(8) Depois do ensaio, o sistema ou medidor não deve apresentar danos e deve estar de acordo com o ensaio de tensão aplicada.

(9) Esse ensaio somente se aplica a sistemas ou medidores que armazenem informações em memória volátil, mantida por dispositivo de manutenção de memória volátil como, por exemplo, bateria ou supercapacitor. Caso o sistema ou medidor permita a configuração em ambas as bases de tempo, o ensaio deve ser realizado em ambas as situações.

(10) Para medidores com dispositivos bidirecionais de telecomunicação, as perdas devem ser medidas somente nos circuitos de potencial, excluindo estes dispositivos.

(11) Para sistemas de medição, as perdas no circuito de potencial e no circuito da fonte de alimentação deverão ser determinadas apenas para os módulos de medição ou circuitos de medição.

2.5.1.2.5 As condições gerais e a metodologia para realização dos ensaios realizados para comprovação do atendimento aos requisitos descritos na Tabela 8 são definidas em Normas Inmetro Técnicas.

2.5.2 Ensaios de compatibilidade eletromagnética

2.5.2.1 O sistema ou medidor deve suportar perturbações que podem ser encontradas em condições normais de uso.

2.5.2.2 A variação do erro percentual do sistema ou medidor sob perturbação em relação a um erro de referência, deve estar dentro dos limites estabelecidos na Tabela 9, sob as condições específicas de cada ensaio.

Tabela 9 – Limite de variação do erro percentual sob perturbação

Perturbação	Condições específicas	Critérios de aceitação	Limite de variação do erro percentual para medidores de índice de classe			
			D	C	B	A
Impulso combinado	Circuitos de tensão: 4 kV de linha para terra; 2 kV entre linhas. Circuitos auxiliares acima de 40 V: 2 kV de linha para terra; 1 kV entre linhas.	B	-	-	-	-
Transientes elétricos	Circuitos de corrente e tensão: 4 kV Circuitos auxiliares acima de 40 V: 2 kV Circuitos auxiliares abaixo de 40 V: 1 kV	A	Energia ativa: $e_1 \pm 1$ Energia reativa: $e_1 \pm 2$	Energia ativa: $e_1 \pm 2$ Energia reativa: $e_1 \pm 4$	Energia ativa: $e_1 \pm 4$ Energia reativa: $e_1 \pm 8$	Energia ativa: $e_1 \pm 6$ Energia reativa: $e_1 \pm 12$
Descarga eletrostática	Descargas por contato: 8 kV Descargas pelo ar: 15 kV Descargas indiretas: 8 kV	B	-	-	-	-
Campos eletromagnéticos de radiofrequência irradiada (1)	f = 80 MHz a 2000 MHz; 10 V/m, modulação 80% AM, 1 kHz onda senoidal; I_n	A	$e_1 \pm 1$	$e_1 \pm 1$	$e_1 \pm 2$	$e_1 \pm 3$
Curtas interrupções e quedas de tensão	Conforme especificado em Norma Inmetro Técnica	B	-	-	-	-
Campos eletromagnéticos de radiofrequência conduzida (1)	f= 0,15 MHz a 80 MHz; tensão induzida pelo campo: 10 V; modulação 80% AM, 1 kHz onda senoidal	A	$e_1 \pm 1$	$e_1 \pm 1$	$e_1 \pm 2$	$e_1 \pm 3$
Perturbações de correntes diferenciais conduzidas (2 kHz a 150 kHz)(2)	Circuitos de corrente para medidores diretos: 2 kHz to 30 kHz: Idiff = 3 A 30 kHz to 150 kHz: Idiff = 1.5 A. Circuitos de corrente para medidores indiretos: 2 kHz to 30 kHz: Idiff = 0.03 * Imax; 30 kHz to 150 kHz: Idiff = 0.015 * Imax;	A	$e_1 \pm 0,8$	$e_1 \pm 2$	$e_1 \pm 4$	$e_1 \pm 6$

(1) Para instrumentos que meçam tanto energia ativa quanto energia reativa, é suficiente avaliar a imunidade do instrumento circulando apenas com energia ativa.

(2) Este ensaio não se aplica aos circuitos de tensão do medidor ou sistema.

2.5.2.3 O sistema ou medidor deve ser projetado e fabricado de modo a atender aos critérios de aceitação da Tabela 10, quando exposto às perturbações previstas neste regulamento.

Tabela 10 – Critérios de aceitação para ensaios de imunidade a perturbações eletromagnéticas

Critérios de Aceitação	Descrição
Critério A	Durante o ensaio, é esperado o seguinte desempenho das funções abaixo: 1) registro de energia: a variação do erro percentual devido à perturbação não deve exceder os limites estabelecidos no item 2.5.2.2 deste RTM. 2) indicação do mostrador ou mostrador externo: degradação da qualidade do mostrador (cor, brilho, contraste, nitidez, geometria) é aceitável; a indicação do conteúdo de energia dos registradores de energia deve se manter inequivocamente legível durante o ensaio e sem perda ou alteração indevida de registros. 3) chaveamento de cargas: operação de chaveamentos inesperados não podem ocorrer; Depois do ensaio, quando a perturbação for removida e as condições de referência de ensaio forem restabelecidas, todas as funções do medidor devem ser restabelecidas sem nenhuma intervenção do operador e sem desconexão da alimentação principal ou auxiliar do medidor.
Critério B	Durante o ensaio, é esperado o seguinte desempenho das funções abaixo: 1) Dispositivo de verificação: não deve ser observado emissão de pulsos; 2) indicação do mostrador ou mostrador externo: degradação da qualidade do mostrador (cor, brilho, contraste, nitidez, geometria) assim como ilegibilidade do conteúdo dos registradores de energia são aceitáveis durante o ensaio, sem perda ou alteração de registros; 3) chaveamento de cargas: operação de chaveamentos inesperados não podem ocorrer. Durante o ensaio, uma degradação ou perda temporária das outras funções do medidor é aceitável, incluindo funções de comunicação ou auto reinicialização do software embarcado. Depois do ensaio, quando a perturbação for removida e as condições de referência de ensaio forem restabelecidas, o medidor não deve apresentar sinais de danos, perda ou alteração de registros e deve apresentar erros dentro dos limites estabelecidos neste regulamento. Todas as funções do medidor devem ser restabelecidas sem nenhuma intervenção do operador e sem desconexão da alimentação principal ou auxiliar do medidor.

2.5.2.4 As condições gerais e metodologia para realização dos ensaios para comprovação do atendimento aos requisitos descritos nas Tabelas 9 e 10 são definidas em Normas Inmetro Técnicas.

2.5.2.4.1. Para o ensaio de impulso combinado, utiliza-se como referência a norma IEC 61000-4-5:2014 Ed. 3.0 (Norma ABNT NBR IEC 61000-4-5:2017).

2.5.2.4.2 Para o ensaio de transientes elétricos, utiliza-se como referência a Norma IEC 61000-4-4:2012 Ed. 3.0 (Norma ABNT NBR IEC 61000-4-4:2015).

2.5.2.4.3 Para o ensaio de descargas eletrostáticas, utiliza-se como referência a Norma IEC 61000-4-2:2008 Ed. 2.0 (Norma ABNT/IEC 61000-4-2:2013).

2.5.2.4.4 Para o ensaio de campos eletromagnéticos de radio frequência irradiados, utiliza-se como referência a Norma IEC 61000-4-3:2010 Ed. 3.2 (Norma ABNT NBR IEC 61000-4-3:2014) ou a norma IEC 61000-4-20:2010 Ed. 2.0.

2.5.2.4.5 Para o ensaio de curtas interrupções e quedas de tensão, utiliza-se como referência a Norma IEC 61000-4-11:2004 Ed. 2.0.

2.5.2.4.6 Para o ensaio de campos eletromagnéticos de radio frequência conduzidos, utiliza-se como referência a Norma IEC 61000-4-6:2013 Ed. 4.0 (Norma ABNT NBR IEC 61000-4-6:2019).

2.5.2.4.7. Para o ensaio de perturbações de correntes diferenciais conduzidas (2 kHz a 150 kHz), utiliza-se como referência a Norma IEC 61000-4-19:2014.

2.6 Requisitos e limites adicionais para medidores de múltipla tarifação

2.6.1 O sistema ou medidor de múltipla tarifação deve atender aos requisitos estabelecidos na Tabela 11, para cada característica a ser avaliada.

Tabela 11 – Requisitos para sistemas ou medidores de múltipla tarifação

Característica	Requisitos
Exatidão do relógio	O erro do relógio não deve ser superior a ± 5,78 µs/s.
Exatidão do relógio com reserva operativa	Após restabelecer a alimentação do sistema ou medidor: O erro do relógio não deve ser superior a ± 11,57 µs/s. (1)
Influência da temperatura na exatidão do relógio	A variação do erro do relógio em relação ao erro de referência e_1 (23 °C ± 2 °C) não deve ser superior a: Em 80 °C ± 2 °C: e_1 ± 98,96 µs/s (e_1 ± 8,55 s/24h) Em -10 °C ± 2 °C: e_1 ± 57,29 µs/s (e_1 ± 4,95 s/24h)
Influência de perturbações eletromagnéticas na exatidão do relógio	A diferença entre o erro de medição de intervalo de tempo com perturbação e sem perturbação não deve ser superior a ± 5,78 µs/s.(1)
Ensaio de registradores/mostradores de postos tarifários	A diferença relativa entre a energia conhecida aplicada ao medidor e a indicação de energia apresentada nos respectivos registradores não deve ser superior ao erro percentual permitido somado ao ke para o medidor na condição de ensaio, estabelecido neste RTM. Os valores apresentados no mostrador devem estar conforme os respectivos registros, considerando o truncamento para o número de casas decimais programado no mostrador, na apresentação dos resultados.
(1) Os pulsos de sincronismo devem ser emitidos e a indicação do relógio no mostrador deve ser exibida sem perda de medição do tempo.	

2.6.1.1 As condições gerais e a metodologia para realização dos ensaios realizados para comprovação do atendimento aos requisitos descritos na Tabela 11 são definidas em Normas Inmetro Técnicas.

3. REQUISITOS TÉCNICOS

3.1 Características elétricas

As tensões nominais, correntes nominais, correntes máximas e frequência nominal são as especificadas na Tabela 12 deste regulamento.

Tabela 12. Tensões nominais e correntes nominais e máximas

	Tensões nominais padrão (V)	Tensões nominais excepcionais (V)
Ligação direta	120 - 240	100 - 127 - 200 - 220 - 230 - 380 - 440 - 480
Ligação através de transformadores de potencial	120 - 240	57,7 - 63,5 - 67 - 100 - 110 - 115 - 127 - 173 - 190 - 200 - 220 - 440
	Correntes nominais padrão (A)	Correntes nominais excepcionais (A)
Ligação direta	15 - 30	5 - 10 - 20
Ligação através de transformadores de corrente	2,5	1 - 2 - 5
	Correntes máximas padrão (A)	Corrente máxima excepcional (A)
Ligação direta	100 - 120 - 200	60
Ligação através de transformadores de corrente	10 - 20	1,2 - 2 - 6
	Frequência nominal padrão (Hz)	Frequência nominal excepcional (Hz)
Ligação direta e ligação através de transformadores de corrente	60	50

3.1.1 Para SIP, as tensões nominais, correntes nominais, correntes máximas e frequência nominal são as especificadas na Tabela 12a deste regulamento.

Tabela 12a. Tensões nominais e correntes nominais e máximas para SIP

Tensões nominais padrão (V)
120 -240
Correntes nominais padrão (A)
1 - 2 - 5
Correntes máximas padrão (A)
5 - 10 - 15
Frequência nominal padrão (Hz)
60

3.2 Requisitos mecânicos

3.2.1 Os requisitos mecânicos definidos neste regulamento se aplicam aos medidores, módulos de medição que compõem sistemas de medição e SIP, salvo quando especificado em contrário.

3.2.2 Os medidores de encaixe (medidor "socket"), de embutir ou para sistema de medição a transformador, devem seguir este regulamento no que se refere à especificação, exceto a: dimensões, características da base, bloco de terminais, elementos de fixação, tampa, marcas de selagem, placa de identificação e identificação do proprietário.

3.2.3 Os medidores e sistemas devem ser projetados e construídos de modo que evitem gerar perigo quando em uso, de modo a assegurar especialmente a segurança pessoal contra choques elétricos e os efeitos de temperaturas excessivas, a proteção contra a propagação de fogo e a proteção contra a penetração de objetos sólidos, poeira e água.

3.2.4 Todas as partes sujeitas à corrosão devem ser devidamente protegidas.

3.2.4.1 Qualquer revestimento protetor não deve ser passível de danos por manuseio normal nem de danos causados pela exposição ao ar ambiente.

3.2.4.2 Os medidores e sistemas devem ter condições de suportar a radiação solar sem degradar significativamente os materiais.

3.2.5 Base do medidor e módulo de medição

3.2.5.1 A base deve ser de construção rígida, não deve ter parafusos, rebites ou dispositivos de fixação das partes internas que possam ser retirados sem violação das marcas de selagem da tampa.

3.2.5.2 A base deve ter dispositivo para sustentação e um ou mais furos na parte inferior para sua fixação, localizados de modo a impedir a remoção do instrumento sem violação da tampa do bloco de terminais.

3.2.5.3 Os subitens 3.2.5.1 e 3.2.5.2 não se aplicam a SIP.

3.2.6 Tampa do medidor, módulo de medição ou SIP

3.2.6.1 A tampa deve ser construída e ajustada de modo a assegurar o perfeito funcionamento, mesmo em caso de deformação não-permanente.

3.2.6.2 Se a tampa não for transparente, um ou mais visores devem ser colocados para leitura do mostrador e observação do indicador de funcionamento.

3.2.6.3 Esses visores devem ser de material transparente, os quais não podem ser removidos sem que haja ao menos danos à tampa ou rompimento de alguma das marcas de selagem.

3.2.6.4 Os subitens 3.2.6.2 e 3.2.6.3 não se aplicam a SIP e módulos de medição.

3.2.7 Bloco de terminais

3.2.7.1 O bloco de terminais deve ser feito de material isolante capaz de não apresentar deformações após o medidor ou módulo de medição ter sido submetido ao ensaio de aquecimento com a corrente máxima.

3.2.7.2 A sua fixação à base deve ser feita de forma que somente possa ser retirado com o rompimento das marcas de selagem da tampa do medidor ou módulo de medição.

3.2.7.3 A posição dos terminais do neutro deve ser identificada pela cor azul, na face frontal do bloco de terminais para medidores polifásicos de ligação direta.

3.2.7.4 Os subitens 3.2.7.1, 3.2.7.2 e 3.2.7.3 não se aplicam a SIP.

3.2.8 Terminais

3.2.8.1 Os terminais de corrente do medidor para medição direta e módulos de medição do sistema devem possuir dois parafusos de modo a garantir a fixação segura e permanente de condutores de 4 mm2 a 35 mm2 em medidores monofásicos, e de 4 mm2 a 50 mm2 em medidores polifásicos de até 120 A, e de 10 mm2 a 95 mm2 em medidores polifásicos de até 200 A (excepcionalmente 35 mm2 a 120 mm2 para 200 A), os quais devem ter capacidade para suportar a corrente máxima do medidor ou módulo.

3.2.8.1.1 Os terminais de linha do sistema devem ter capacidade para suportar a demanda de corrente especificada pelo fabricante.

3.2.8.2 Para medidores polifásicos de corrente máxima de 200 A, caso o terminal de neutro seja utilizado somente para potencial, este deve permitir a conexão segura e permanente de condutores de 2,5 mm2 a 16 mm2.

3.2.8.3 Os terminais de corrente dos medidores polifásicos para medição indireta devem permitir a ligação segura e permanente de condutores numa faixa de, no mínimo, 2,5 mm2 a 16 mm2.

3.2.8.4 Os terminais de potencial dos medidores polifásicos para medição indireta devem permitir a ligação segura e permanente de um a três fios condutores de 2,5 mm2.

3.2.8.5 Os terminais não devem ser passíveis de deslocamentos para o interior do medidor ou módulo de medição, independente dos parafusos de fixação dos cabos de ligação.

3.2.8.6 Os subitens 3.2.8.1, 3.2.8.2, 3.2.8.3, 3.2.8.4 e 3.2.8.5 não se aplicam a SIP.

3.2.8.7 Disposição dos terminais

3.2.8.7.1 A disposição dos terminais do medidor deve ser simétrica do tipo Linha-Carga.

3.2.8.7.2 O subitem 3.2.8.7 não se aplica a SIP e a sistemas de medição.

3.2.9 Terminal de terra

3.2.9.1 O terminal de terra, quando existir, destina-se ao aterramento de invólucros metálicos e deve ser eletricamente ligado às partes metálicas externas acessíveis do medidor ou do sistema de medição.

3.2.9.2 Deve poder acomodar um condutor que tenha uma seção transversal entre 6 mm2 e 16 mm2 , preferencialmente equivalente aos condutores principais de corrente.

3.2.9.3 Depois da instalação, o cabo no terminal de terra deve ter uma fixação tal que não permita o seu afrouxamento.

3.2.10 Tampa do bloco de terminais

3.2.10.1 A tampa do bloco de terminais deve conter a inscrição, LINHA-CARGA , apresentada externamente de forma indelével.

3.2.10.2 O parafuso de fixação, quando existir, deve ser solidário à tampa e deve ter dispositivo para selagem independente da tampa do medidor.

3.2.10.3 Os subitens 3.2.10.1 e 3.2.10.2 não se aplicam a módulos de medição e SIP.

3.2.11 Gabinete

3.2.11.1 O gabinete deve ser de construção rígida, não deve ter parafusos, rebites ou dispositivos de fixação das partes internas do sistema que possam ser retirados sem violação das marcas de selagem da tampa do gabinete.

3.2.11.2 O gabinete deve ter dispositivo para sustentar o sistema em sua instalação.

3.2.11.3 O sistema pode ser comercializado sem o gabinete previamente aprovado, desde que sejam observadas as condições descritas a seguir:

I - a modificação deve ser submetida à avaliação do Inmetro;

II - o sistema deve ser instalado em caixa de instalação, que deve prever local para afixação de marca(s) de selagem de responsabilidade da distribuidora;

III - a informação da placa de identificação afixada no gabinete do sistema deve, doravante, constar na estrutura que suporta as partes do sistema; e

IV - a caixa de instalação deve ser de construção rígida e não deve ter parafusos, rebites ou dispositivos de fixação das partes internas do sistema que possam ser retirados sem violação das marca(s) de selagem da tampa da caixa.

3.2.11.4 A caixa de instalação deve ser construída de modo que atenda às especificações do fabricante do sistema, no que tange a:

I - distâncias mínimas entre a estrutura do sistema e caixa de instalação na qual ele está inserido;

II - número máximo de estruturas instaladas por caixa e distâncias mínimas entre elas;

III - segurança pessoal contra choques elétricos e os efeitos de temperaturas excessivas; e

IV - proteção contra a propagação de fogo e proteção que evite a penetração de objetos sólidos, poeira e água.

3.2.12 Tampa do gabinete

3.2.12.1 A tampa do gabinete deve ser construída e ajustada de modo a assegurar o perfeito funcionamento do sistema, mesmo em caso de deformação não-permanente.

3.2.13 Tomada

3.2.13.1 A tomada do SIP deve ser feita de material isolante, capaz de não apresentar deformações após o SIP ter sido submetido ao ensaio de aquecimento com a corrente máxima.

3.2.13.2 A tomada deve possuir acessório, fornecido pelo fabricante ou importador, que possibilite a conexão de seus circuitos de tensão e corrente nos equipamentos de ensaio e verificação.

3.2.14 Plano de selagem

3.2.14.1 Todo medidor e módulo de medição deve possuir marcas de selagem da tampa, da tampa do bloco de terminais e do dispositivo de reposição de demanda, se houver.

3.2.14.2 Além dos dispositivos de selagem citados no subitem 3.2.14.1, os sistemas de medição devem possuir marcas de selagem da tampa do gabinete e dos módulos que integrem a cadeia legalmente relevante.

3.2.14.3 É de responsabilidade da distribuidora que os ramais de ligação individuais de energia elétrica e conexões dos sistemas de medição estejam devidamente protegidos e solidamente fixados às partes seladas do sistema, ou possuam selagem adicional desde a saída do sistema até a sua entrada na unidade consumidora.

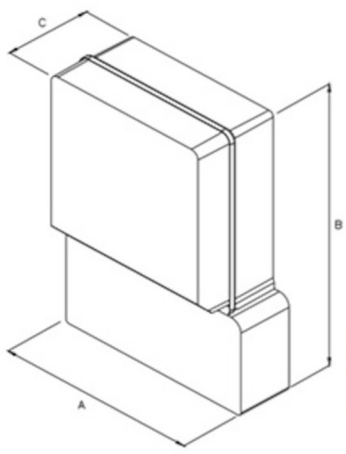
3.2.14.4 O SIP deve possuir dispositivos independentes para selagem da tampa do SIP e do dispositivo de comunicação, se não houver proteção lógica.

3.2.14.5 Os diâmetros dos orifícios de selagem não devem ser inferiores a 2,0 mm.

3.2.15 Dimensões máximas

3.2.15.1 As dimensões máximas dos medidores devem estar de acordo com a Figura 1 e a dimensão B corresponde à medida da base do medidor, não incluindo a tampa do bloco de terminais (curta ou longa).

3.2.15.2 O subitem 3.2.15.1 não se aplica a módulos de medição e a SIP.



	Dimensões máximas (em mm)		
Tipo do medidor	A	B	C
Monofásico	140	190	120
Polifásico ligação direta até 120 A	190	280	160
Polifásico ligação indireta	217	280	200
Polifásico ligação direta 200 A	255	280	190

Figura 1 - Dimensões máximas

3.3 Dispositivo de saída para verificação

3.3.1 O medidor e o módulo de medição do sistema devem ter, no mínimo, um dispositivo de saída do tipo diodo emissor de luz infravermelho ou vermelho e/ou um simulador de mancha de disco, acessível para verificação, capaz de ser monitorado com equipamento de verificação.

3.3.2 Este dispositivo deve ser acessível pela parte frontal do medidor ou módulo de medição do sistema e pode estar incluso na porta óptica.

3.3.3 O dispositivo de saída para verificação pode ser um acessório conectado ao SIP.

3.3.4 O fabricante deve indicar o tempo mínimo de teste.

3.4 Dispositivo de indicação visual de medição

3.4.1 O medidor deve ter um dispositivo de indicação visual que permita ao usuário identificar a medição de energia.

3.4.1.1 Este dispositivo pode ser compartilhado com o dispositivo de verificação.

3.4.1.2 O SIP não precisa possuir dispositivo de indicação visual de medição.

3.5 Placas de identificação

Os medidores, partes e módulos de sistemas de medição devem ser providos de identificação, contendo informações no idioma português e marcadas de modo indelével, conforme definido a seguir:

3.5.1 Placa de identificação do medidor ou módulo de medição

3.5.1.1 Deve estar facilmente visível com a tampa do medidor ou módulo de medição no lugar, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome ou marca do fabricante;
II - número de série;
III - ano de fabricação;
IV - designação do modelo;
V - frequência;
VI - tensão(ões) nominal(is) (xx V) ou (xx V, xx V ...) ou (xx V / xx V") ou (xx / xx V);
VII - corrente nominal e máxima (xx (XX) A);
VIII - número de elementos de medição (x ELEMENTOS ou EL);
IX - número de fios (x FIOS);
X - constante de verificação (Kh x,x Wh/p ou varh/p);
XI - constante eletrônica (Ke x,x Wh/p ou varh/p);
XII - índice de classe (D, C, B ou A);
XIII - portaria de aprovação de modelo (Inmetro/Dimel nnn/aaaa);
XIV - esquema de ligação, incluindo a identificação das interfaces de comunicação; e
XV - espaço para identificação da distribuidora.

3.5.1.2 A constante eletrônica Ke deve constar da placa de identificação do medidor que possuir memória de massa e nos medidores sem memória de massa a identificação da constante Ke é opcional.

3.5.1.3 Um modelo pode assumir diferentes valores de Ke.

3.5.1.4 Caso não seja possível constar o esquema de ligação na placa de identificação, o mesmo deverá ser colocado em lugar visível quando da instalação do medidor ou módulo de medição.

3.5.2 Placa de identificação do gabinete do sistema de medição

3.5.2.1 Deve estar facilmente visível com a tampa do gabinete no lugar, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome ou marca do fabricante;
II - número de série;
III - ano de fabricação;
IV - designação do modelo;
V - frequência;
VI - tensão(ões) nominal(is) (xx V) ou (xx V, xx V ...) ou (xx V / xx V") ou (xx / xx V);
VII - corrente nominal e máxima (xx (XX) A);
VIII - constante de verificação (Kh x,x Wh/p ou varh/p);
IX - índice de classe (D, C, B ou A);
X - portaria de aprovação de modelo (Inmetro/Dimel nnn/aaaa);
XI - esquema de ligação, incluindo a identificação das interfaces de comunicação; e
XII - espaço para identificação da distribuidora.

3.5.2.2 Caso não seja possível constar o esquema de ligação na placa de identificação, o mesmo deverá estar colocado em lugar visível quando da instalação do sistema.

3.5.3 Placa de identificação do mostrador externo e demais módulos

3.5.3.1 Deve estar facilmente visível, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome ou marca do fabricante;
II - número de série;
III - ano de fabricação;
IV - designação do modelo;
V - frequência;
VI - tensão(ões) nominal(is) (xx V) ou (xx V, xx V ...) ou (xx V / xx V") ou (xx / xx V);
VII - portaria de aprovação de modelo (Inmetro/Dimel nnn/aaaa); e
VIII - espaço para identificação da distribuidora.

3.5.4 Placa de identificação do SIP

3.5.4.1 Deve estar facilmente visível com a tampa do SIP no lugar, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome ou marca do fabricante;
II - número de série;
III - ano de fabricação;
IV - designação do modelo;
V - frequência;
VI - tensão(ões) nominal(is)(xx V) ou((xx V, xx V ...));
VII - corrente nominal e máxima (xx (XX) A);
VIII - constante de verificação (Khx,xWh/p ou varh/p);
IX - constante eletrônica (Kex,xWh/p ou varh/p);
X - índice de classe (D, C, B ou A); e
XI - portaria de aprovação de modelo (Inmetro/Dimel nnn/aaaa).

3.5.4.2 Os incisos "V", "VI", "VII", "VIII", "IX", "X" e "XI", podem não estar presentes na placa de identificação desde que estejam contidas no "QR code" da placa de identificação do instrumento.

3.5.4.3 A constante eletrônica Ke deve constar da placa de identificação SIP que possuir memória de massa e nos SIP sem memória de massa a identificação da constante Ke é opcional.

3.5.5 Espaço para identificação do usuário.

3.5.5.1 Todo e qualquer texto ou figura incluída na área de identificação do usuário, com dimensões mínimas de 10 mm x 50 mm, não tem qualquer relação com os dados de identificação do modelo aprovado.

3.6 Mostrador

3.6.1 O sistema ou medidor deve dispor de um (ou mais) mostrador(es), solidário(s) ou externo(s), capaz(es) de exibir o valor numérico de cada grandeza para a qual o sistema ou medidor é aprovado.

3.6.2 O SIP não precisa possuir mostrador, desde que as informações referentes ao consumo de energia possam ser acessadas através de dispositivo físico ou software.

3.6.3 O dispositivo mostrador eletrônico ou eletromecânico, parte integrante do medidor, deve ser capaz de registrar, partindo do zero, por um tempo mínimo de 1150 h, a energia correspondente à máxima corrente na maior tensão nominal e fator de potência unitário.

3.6.4 A indicação do valor de consumo deve ser feita em:

I - energia ativa: Wh, múltiplos e submúltiplos; e
II - energia reativa: varh, múltiplos e submúltiplos.

3.6.5 No caso de múltiplos valores apresentados em um único mostrador, este deve mostrar ciclicamente cada registro por no mínimo 5 s, com o seu respectivo código de identificação.

3.6.6 Tamanhos dos dígitos: a altura dos dígitos das grandezas e códigos identificadores apresentados no mostrador, não deve ser inferior a 5,0 mm e nem mais estreitos do que 2,50 mm.

3.6.7 Quantidade de dígitos: Deve ter a quantidade de dígitos suficiente no mostrador para atender o subitem 3.6.3.

3.6.8 Código identificador: Se no mostrador forem apresentadas sequências de grandezas com informações diferentes, um código identificador deve ser apresentado para identificar univocamente cada uma delas.

3.6.9 Durante e após a aplicação dos ensaios previstos neste regulamento, o(s) mostrador(es) deve(m) manter as suas funções e indicações inalteradas, salvo quando especificado em contrário na metodologia de ensaio constante na respectiva Norma Inmetro Técnica.

3.6.10 Os medidores de ligação indireta poderão apresentar, nos seus respectivos mostradores, as grandezas do lado primário ou secundário dos transformadores de instrumentos.

3.7 Mostrador externo

3.7.1 O mostrador externo ao medidor ou sistema deve atender aos requisitos técnicos estabelecidos no subitem 3.6 deste regulamento.

3.7.2 O dispositivo mostrador externo deve ser atualizado em intervalos de no máximo 1 min, ou tempo equivalente ao número de telas multiplicado por 5 s.

3.7.3 O mostrador externo não deve apresentar informações divergentes das armazenadas no medidor ou sistema, respeitando as condições de atualização previstas em 3.7.2.

3.7.4 A inclusão de mostrador externo ao modelo de medidor ou sistema aprovado deve ser objeto de aprovação por parte do Inmetro.

3.7.5 O mostrador externo e o medidor ou sistema devem ser submetidos aos ensaios adicionais definidos na Tabela 16 deste regulamento.

3.7.6 O mostrador externo deve ser provido de identificação da portaria de aprovação de modelo do medidor ou sistema.

3.7.7 As informações mínimas que devem obrigatoriamente ser apresentadas no mostrador através da ciclagem são: totalizadores de energia elétrica, data e hora (para medidor ou sistema de múltiplas tarifas), identificação do medidor ou módulo de medição e teste do mostrador.

3.7.8 O mostrador deve apresentar uma indicação do estado da atualização das grandezas.

3.8 Requisitos técnicos adicionais para medidores e sistemas de múltipla tarifação

3.8.1 Registradores

3.8.1.1 A energia elétrica medida nos diferentes postos tarifários deve ser registrada em registradores distintos.

3.8.1.2 Os valores das energias armazenadas em cada posto tarifário, em uso para o faturamento, e sua totalização devem ser indicados e identificados no mostrador ou no dispositivo mostrador externo ao medidor.

3.8.1.3 Em qualquer posto tarifário, somente os registradores referentes ao período de tempo pré-programado e o registrador totalizador geral devem estar registrando o consumo.

3.8.1.4 Para um mesmo intervalo de tempo, a soma dos valores das energias ativa armazenadas em cada um dos registradores dos postos tarifários deve ser igual ao valor da energia ativa armazenada no registrador totalizador.

3.8.2 Requisitos gerais dos medidores eletrônicos de múltipla tarifação de energia elétrica

3.8.2.1 Os sistemas ou medidores eletrônicos de múltipla tarifação devem ser capazes de mostrar o horário local com uma resolução mínima de 1 s.

3.8.2.2 O relógio do sistema ou medidor eletrônico de múltipla tarifação deve ser ajustável, prever anos bissextos e permitir a programação de horário de verão.

3.8.2.3 O sistema ou medidor eletrônico de múltipla tarifação deverá contemplar uma função para ensaio do relógio conforme descrito no subitem 3.8.3.

3.8.2.4 O requerente do processo de avaliação ou modificação do modelo de sistema ou medidor eletrônico de múltipla tarifação deve fornecer meios que permitam ensaiar a exatidão do relógio.

3.8.2.5 O sistema ou medidor eletrônico de múltipla tarifação deve possuir um dispositivo (óptico ou elétrico) que emita pulsos periódicos destinados à comparação com uma referência externa de tempo.

3.8.2.6 Este dispositivo pode ser uma saída periférica, a porta óptica ou, inclusive o dispositivo de verificação.

3.8.2.7 O fabricante deve indicar um procedimento de ajuste da periodicidade dos pulsos a que se refere o subitem 3.8.2.5.

3.8.3 Função para ensaio do relógio

3.8.3.1 A função para ensaio do relógio deve executar no mínimo as seguintes tarefas:

I - exibir continuamente no mostrador a indicação do relógio do sistema ou medidor;

II - conforme a indicação do relógio do sistema ou medidor, emitir periodicamente pulsos de sincronismo destinados à comparação com uma referência externa de tempo;

III - permitir a configuração de um ou vários intervalos de tempo (período) entre os pulsos de sincronismo;

IV - o intervalo de tempo (período) entre pulsos de sincronismo deve estar entre 3 s e 5 min;

V - nos medidores em que houver compensação da base de tempo, a configuração da função de ensaio de relógio deve permitir habilitar e desabilitar tal compensação;

VI - enquanto a função estiver ativada, o sistema ou medidor deve continuar medindo e registrando energia elétrica; e

VII - a função deve manter-se habilitada mesmo se uma interrupção na alimentação ocorrer.

3.8.3.2 É admissível que o mostrador desligue e que os pulsos de sincronismo parem de ser emitidos, entretanto, a indicação do relógio no mostrador e a emissão de pulsos devem ser retomadas após reestabelecer a alimentação.

3.8.3.3 O dispositivo de emissão dos pulsos de sincronização pode ser compartilhado com o dispositivo de verificação desde que exista uma comutação adequada entre a função de ensaio do relógio e a operação normal do sistema ou medidor.

3.8.3.4 A desativação automática da função de ensaio de relógio quando houver ativação manual da mesma deve ocorrer após 48 h da ativação.

3.8.3.5 A duração do pulso de sincronismo deve ser maior do que 10 ms e menor do que 100 ms.

3.8.3.6 O fabricante deve fornecer com a documentação para avaliação de modelo, as seguintes informações mínimas sobre a função de ensaio do relógio:

I - procedimento de programação, ativação e desativação da função;

II - período mínimo entre pulsos de sincronismo que pode ser programado;

III - tempo típico de subida/descida das bordas dos pulsos de sincronização; e

IV - o tempo mínimo de compensação da base de tempo do sistema ou medidor (se houver).

3.8.4 Reserva operativa

3.8.4.1 Quando uma interrupção na alimentação acontecer, o sistema ou medidor eletrônico de múltipla tarifação deve manter a indicação do relógio dentro da exatidão especificada na Tabela 11, durante o intervalo de tempo especificado pelo fabricante como reserva operativa.

3.8.4.2 Os sistemas ou medidores eletrônicos de múltipla tarifação que permitam a troca de bateria utilizada na reserva operativa devem admitir a troca da mesma sem romper as marcas de selagem metrológicas.

3.8.4.3 O fabricante deve especificar o tempo necessário para que a reserva operativa fique plenamente disponível.

3.8.4.4 Os sistemas ou medidores eletrônicos de múltipla tarifação devem manter o funcionamento do relógio do sistema ou medidor sem perder o registro de tempo, por até cinco minutos, durante a substituição da bateria, mesmo na ocorrência de falta de energia durante este processo.

4. CONTROLE METROLÓGICO

4.1 Aprovação de modelo

4.1.1 Os sistemas ou medidores a que se refere este Regulamento só podem ser comercializados pelo seu fabricante ou importador após a aprovação de seus respectivos modelos, conforme os requisitos metrológicos e técnicos constantes deste regulamento, além dos ensaios e inspeções descritos nos subitens de 4.1.2 a 4.1.6.

4.1.2 Exame Geral

4.1.2.1 Consiste em verificar a conformidade do sistema ou medidor com a documentação apresentada, realizando uma avaliação quanto às suas características técnicas e metrológicas, inscrições, unidades de medida e locais de selagem, conforme os requisitos deste regulamento, bem como avaliações para verificar se as funções são executadas corretamente em relação à documentação apresentada.

4.1.3 Ensaios de desempenho

4.1.3.1 Os ensaios e seus respectivos objetivos estão descritos na Tabela 13.

Tabela 13 – Objetivo dos ensaios de desempenho

	Ensaio	Objetivo
1	Ensaios de dielétrico i) Ensaio de tensão de impulso ii) Ensaio de tensão aplicada	verificar se o medidor ou sistema, e os dispositivos auxiliares incorporados, se existirem, conservam as qualidades dielétricas adequadas, levando em consideração as influências atmosféricas e as diferentes tensões a que são submetidos em condições normais de utilização.
2	Ensaio de início de funcionamento do medidor	verificar se o medidor começa a registrar energia após sua inicialização
3	Ensaio de verificação do método de cálculo de energia ativa	verificar se o método de cálculo da energia em medidores polifásicos consiste no módulo da soma das energias de cada elemento de medição
4	Ensaio da corrente de partida	verificar se o medidor inicia e continua a operar na corrente de partida
5	Ensaio de marcha em vazio	verificar o desempenho do medidor sob condições sem carga, onde nenhum valor significativo de energia deve ser registrado
6	Ensaio de variação da corrente	verificar se o erro de medição nas condições de referência e de desbalanceamento de carga é inferior ao erro máximo admissível conforme seu índice de classe
7	Ensaio de influência da temperatura ambiente	verificar se o coeficiente de temperatura do medidor está de acordo com os requisitos deste regulamento
8	Ensaio de verificação das perdas internas i) Ensaio do circuito de potencial e fonte de alimentação ii) Ensaio do circuito de corrente	verificar se as perdas internas dos circuitos de medição de potencial, da fonte de alimentação e pelos circuitos de medição de corrente estão de acordo, para cada caso específico, aos requisitos deste regulamento
9	Ensaio de influência da variação de tensão	verificar se o desvio no erro de medição devido à variação da tensão aplicada ao medidor está de acordo com os requisitos deste regulamento
10	Ensaio de influência da variação da frequência	verificar se o desvio no erro de medição devido à variação da frequência aplicada ao medidor está de acordo com os requisitos deste regulamento
11	Ensaio de influência de componente harmônico nos circuitos de tensão e corrente	verificar se o desvio no erro de medição devido à presença do 5° harmônico nos sinais de corrente e tensão está de acordo com os requisitos deste regulamento
12	Ensaio de influência da inversão da sequência de fase	verificar se o desvio no erro de medição devido ao intercâmbio da sequência de fases aplicada ao medidor está de acordo com os requisitos deste regulamento
13	Ensaio de influência da interrupção de uma ou duas fases	verificar se o desvio no erro de medição devido à interrupção de uma ou duas fases está de acordo com os requisitos deste regulamento
14	Ensaio de influência da componente CC (1/2 onda) no circuito de corrente CA	verificar se o desvio no erro de medição devido à presença de componente CC no circuito de corrente CA de medidores de conexão direta está de acordo com os requisitos deste regulamento
15	Ensaio de influência da indução magnética CC de origem externa	verificar se o desvio no erro de medição devido à presença de indução magnética contínua de origem externa está de acordo com os requisitos deste regulamento
16	Ensaio de influência da indução magnética CA de origem externa	verificar se o desvio no erro de medição devido à presença de um campo magnético CA na frequência de alimentação e de origem externa está de acordo com os requisitos deste regulamento
17	Ensaio de influência da operação de dispositivos internos	verificar se a operação do(s) dispositivo(s) internos afetam o desempenho metrológico do medidor e se este mantém a conformidade do medidor com os requisitos deste regulamento
18	Ensaio de influência da interface de comunicação	verificar se a operação da(s) interface(s) de comunicação afetam o desempenho metrológico do medidor e se este mantém a conformidade do medidor com os requisitos deste regulamento
19	Ensaio de sobrecarga de curta duração	verificar se o medidor é capaz de lidar com sobrecorrente de curto período causada por um curto-circuito dentro da carga que está sendo medida, verificando se está em conformidade com os requisitos deste regulamento
20	Ensaio de autoaquecimento	verificar se o medidor é capaz de suportar a corrente máxima continuamente e em conformidade com o especificado neste regulamento
21	Ensaio de aquecimento	verificar se variação de temperatura em partes do medidor devido à circulação da corrente máxima está em conformidade com o especificado neste regulamento
22	Ensaio de variação brusca da tensão	assegurar que o medidor de conexão indireta não é susceptível à variações bruscas da tensão de alimentação
23	Ensaio do mostrador	verificar se a indicação da energia registrada pelo medidor corresponde à energia consumida
24	Ensaio de verificação do tempo de autonomia	verificar se o medidor mantém sua programação e registros após uma falta de energia
25	Ensaio de influência de harmônicas ímpares	verificar se o desvio no erro de medição devido à presença de harmônicos ímpares na corrente está de acordo com os requisitos deste regulamento
26	Ensaio de influência de sub-harmônicas	verificar se o desvio no erro de medição devido à presença de sub-harmônicos na corrente está de acordo com os requisitos deste regulamento

4.1.3.2 Não se aplicam a SIP os ensaios de verificação do método de cálculo de energia ativa; influência da inversão da sequência de fase; influência da interrupção de uma ou duas fases; influência da componente CC (1/2 onda) no circuito de corrente CA; influência da indução magnética CC de origem externa; autoaquecimento; aquecimento e variação brusca da tensão.

4.1.3.3 O ensaio do mostrador se aplica a SIP, onde entende-se por mostrador o dispositivo físico ou software utilizado para acessar as informações de consumo de energia.

4.1.4 Ensaios de compatibilidade eletromagnética

4.1.4.1 Os ensaios e seus respectivos objetivos estão descritos na Tabela 14.

Tabela 14 – Objetivo dos ensaios de compatibilidade eletromagnética

	Ensaio	Objetivo
1	Ensaio de impulso combinado	verificar conformidade com os requisitos deste regulamento, sob condições em que há superposição de impulsos combinados na tensão da rede elétrica e, se aplicável, nas portas de comunicação
2	Ensaio de imunidade a transientes elétricos	verificar conformidade com os requisitos deste regulamento, sob condições em que há superposição de transientes elétricos na tensão da rede elétrica e, se aplicável, nas portas de comunicação
3	Ensaio de imunidade a descargas eletrostáticas	verificar conformidade com os requisitos deste regulamento, quando submetido a aplicação de descargas eletrostáticas diretas e indiretas.
4	Ensaio de imunidade a campos eletromagnéticos de radiofrequência irradiada	verificar que a variação do erro de medição devido aos campos eletromagnéticos de rádio frequência irradiada está em conformidade com os limites estabelecidos neste regulamento
5	Ensaio de imunidade a curtas interrupções e quedas de tensão	verificar conformidade com os requisitos deste regulamento, sob condição de curtas interrupções e quedas de tensão
6	Ensaio de imunidade a campos eletromagnéticos de radiofrequência conduzida	verificar a variação do erro de medição devido aos campos eletromagnéticos de rádio frequência conduzida está em conformidade com os limites estabelecidos
7	Perturbações de correntes diferenciais conduzidas	verificar a variação do erro de medição devido a presença de correntes diferenciais conduzidas.

4.1.5 Ensaios adicionais para sistemas ou medidores de múltipla tarifação

4.1.5.1 Os ensaios e seus respectivos objetivos estão descritos na Tabela 15.

Tabela 15 – Objetivo dos ensaios adicionais para sistemas ou medidores de múltipla tarifação

	Ensaio	Objetivo
1	Exatidão do relógio do medidor	Verificar se a exatidão do relógio do sistema ou medidor está dentro dos limites estabelecidos neste regulamento.
2	Exatidão do relógio do medidor com reserva operativa	Verificar se a exatidão do relógio do sistema ou medidor em condição de reserva operativa está dentro dos limites estabelecidos neste regulamento.
3	Influência da temperatura na exatidão do relógio do medidor	Verificar se a exatidão do relógio do sistema ou medidor nas condições de temperatura de -10 °C e 70 °C está dentro dos limites estabelecidos neste regulamento.
4	Ensaio de registradores/mostradores de postos tarifários	Averiguar se o sistema ou medidor é capaz de registrar e apresentar corretamente a energia nos registradores e mostrador durante a troca dos postos tarifários.
5	Influência de perturbações eletromagnéticas na exatidão do relógio do medidor	Verificar se a exatidão do relógio do sistema ou medidor está dentro dos limites estabelecidos neste regulamento, quando submetido às perturbações eletromagnéticas.

4.1.6 Ensaio climático

Ensaio cíclico de calor úmido - O objetivo deste ensaio é verificar se o medidor suporta condições de alta umidade e ciclos de variações na temperatura sem que falhas significativas ocorram e se mantenha em conformidade aos requisitos deste regulamento.

4.1.7 Os sistemas ou medidores cujos modelos possibilitem o uso de diversas configurações devem ser submetidos, além dos ensaios estabelecidos neste Regulamento para uma determinada configuração, a ensaios adicionais, conforme Tabela 16, de acordo com o item variado na configuração.

Tabela 16 – Ensaios adicionais

Item variado	Ensaios adicionais a serem realizados
Tensão nominal[1]	Corrente de partida; marcha em vazio; variação da corrente; perdas internas (circuito de potencial e fonte de alimentação); influência da variação de tensão; variação brusca da tensão (somente para maior tensão); Influência da variação da frequência; Influência de componente harmônico nos circuitos de tensão e corrente; Influência da inversão da sequência de fase, Influência da interrupção de uma ou duas fases; curtas interrupções e quedas de tensão.
Corrente nominal [2] [3]	Corrente de partida; variação da corrente; influência da temperatura ambiente; perdas internas (circuito de corrente); influência da variação de tensão; influência da variação da frequência; influência de componente harmônico nos circuitos de tensão e corrente; influência da inversão da sequência de fase; influência da interrupção de uma ou duas fases;
Disposição mecânica	Tensão aplicada; influência da indução magnética de corrente contínua de origem externa, influência da indução magnética de corrente alternada de origem externa; aquecimento; compatibilidade eletromagnética (todos).
Número de elementos e fios[4]	Tensão aplicada; variação da corrente; perdas internas (circuito de potencial); influência da variação de tensão; influência da variação da frequência; influência de componente harmônico nos circuitos de tensão e corrente; influência da inversão da sequência de fases; influência da interrupção de uma ou duas fases; influência da componente corrente contínua (1/2 onda) no circuito de corrente alternada; autoaquecimento; impulso combinado, curtas interrupções e quedas de tensão.
K_e	Ensaio do mostrador, programando o medidor para exibir em seu mostrador pulsos proporcionais à energia aplicada, cuja constante de proporcionalidade é o valor de K_e informado pelo fabricante. O método de leitura dos pulsos deve ser informado pelo fabricante.

Interface de comunicação	Tensão de impulso; tensão aplicada; perdas internas no circuito de tensão e fontes de alimentação; influência da interface de comunicação; transientes elétricos na linha de sinal; campos eletromagnéticos de RF conduzida na linha de sinal; campos eletromagnéticos de RF irradiada
Dispositivo interno (5)	Tensão de impulso; tensão aplicada; variação da corrente, verificação das perdas internas; sobrecarga de curta duração; operação de dispositivos internos; autoaquecimento; aquecimento; ensaios de compatibilidade eletromagnética (todos).
Frequência nominal	Influência da variação da frequência; influência da variação de tensão; corrente de partida; marcha em vazio; influência da variação da corrente; perdas internas (circuito de potencial e fonte de alimentação); variação brusca da tensão.
Mostrador do medidor (mesma tecnologia)	Ensaio do mostrador; perdas internas (circuito de potencial e fonte de alimentação); descargas eletrostáticas; transientes elétricos; campos de RF irradiada; ensaio de registradores/mostradores de postos tarifários.
Mostrador externo (6) (7) (10) (mesma tecnologia)	Ensaios de dielétrico (apenas no mostrador); perdas internas (circuito de potencial e fonte de alimentação, perda máxima total 6 W e 15 VA); ensaio do mostrador (nos limites de temperatura de operação); ensaios de compatibilidade eletromagnética no mostrador (todos); ensaio de registradores/mostradores de postos tarifários.
K_h	Corrente de partida; marcha em vazio; variação da corrente; ensaio do mostrador.
Diagrama de ligação	Corrente de partida; marcha em vazio; variação da corrente; influência da variação de tensão; perdas internas no circuito de potencial; influência da inversão da sequência de fase; influência da interrupção de uma ou duas fases.
Quadrantes de medição	Tensão aplicada; variação da corrente; influência da temperatura ambiente; influência da variação de tensão; influência da variação da frequência; influência de componente harmônico nos circuitos de tensão e corrente; influência da inversão da sequência de fase; influência da interrupção de uma ou duas fases; compatibilidade eletromagnética (todos)
Corte e religa remoto	Tensão aplicada; verificação das perdas internas; circuito de potencial e fonte de alimentação; circuito de corrente; influência da operação de dispositivos internos; aquecimento; compatibilidade eletromagnética (todos)
Circuito da fonte de alimentação	Tensão aplicada; início de funcionamento do medidor; verificação das perdas internas; circuito de potencial e fonte de alimentação; influência da interrupção de uma ou duas fases; influência da indução magnética CC de origem externa; influência da indução magnética CA de origem externa; aquecimento; compatibilidade eletromagnética (todos)
Inclusão de múltipla tarifação	Exatidão do relógio do medidor; exatidão do relógio do medidor com reserva operativa; influência da temperatura na exatidão do relógio do medidor; influência de perturbações eletromagnéticas na exatidão do relógio do medidor; ensaio de registradores/mostradores de postos tarifários; análise de software.
Mudança na tecnologia do relógio(8)	Exatidão do relógio do medidor; exatidão do relógio do medidor com reserva operativa; influência da temperatura na exatidão do relógio do medidor; influência de perturbações eletromagnéticas na exatidão do relógio do medidor.
Mudanças na reserva operativa(9)	Exatidão do relógio do medidor; exatidão do relógio do medidor com reserva operativa.

(1) Para sistemas ou medidores com faixa de tensão, as tensões nominais devem ser aquelas indicadas pelo fabricante.
(2) Os ensaios devem ser realizados para as correntes nominais adicionais cujos valores são inferiores ao valor da corrente nominal submetida à aprovação total.
(3) Quando o valor da corrente nominal adicional for superior ao valor da corrente nominal submetida à aprovação total, o ensaio de corrente de partida não deve ser realizado.
(4) aplicável somente para aumentar o número de elementos ou para retirar fisicamente algum elemento do medidor.
(5) os ensaios de sobrecarga de curta duração, autoaquecimento e aquecimento são aplicáveis somente aos dispositivos de comutação.
(6) Os ensaios nos mostradores externos, realizados em comunicação com o sistema ou medidor, devem ser realizados com os modelos de sistemas ou medidores compatíveis informados pelo requerente.
(7) Os ensaios de tensão de impulso e tensão aplicada são aplicáveis somente ao mostrador externo. Os demais ensaios são realizados com o dispositivo mostrador em comunicação com o sistema ou medidor.
(8) Por exemplo, alterações na fonte do relógio, forma de correção da temperatura etc.
(9) Por exemplo, alteração de supercapacitor para bateria ou vice-versa.
(10) A perda máxima total considera o instrumento operando em conjunto com o mostrador externo.

4.1.8 A solicitação de avaliação de modelo deve ser feita de acordo com as normas Inmetro aplicáveis.

4.1.9 O número de sistemas ou medidores que constituem a amostra será definido como o necessário para cobrir todas as configurações possíveis do modelo apresentadas na documentação técnica referente à solicitação, considerando um exemplar exclusivo para análise de software.

4.1.9.1 Cada exemplar de sistemas de medição deve estar completo, com todas as posições preenchidas, com suas respectivas configurações de medição instaladas (monofásica, bifásica, trifásica) e seus respectivos mostradores externos.

4.1.10 O fabricante deve informar a forma de medição (unidirecional ou medidor bidirecional).

4.1.11 Os sistemas ou medidores devem estar acompanhados de manuais, escritos na língua portuguesa, que contenham no mínimo a descrição das características técnicas, descrição do princípio de funcionamento, descrição do código das informações do mostrador, diagrama de blocos e desenhos do sistema ou medidor.

4.1.11.1 Os desenhos ou a fotografia digital da(s) placa(s) do circuito eletrônico devem fazer parte de documentação adicional.

4.1.11.2 Os manuais devem fornecer todas as informações necessárias ao manuseio e funcionamento dos sistemas ou medidores.

4.1.11.3 Os sistemas ou medidores devem estar acompanhados de informações de configuração, cabos, acessórios e meios necessários à aplicação dos ensaios e ao seu funcionamento.

4.1.11.4 Quando o SIP utilizar controle de corte / religa do tipo eletrônico (relé de estado sólido), ao invés de um dispositivo mecânico (relé convencional), deverá ser providenciada uma forma de anular tal controle através da criação de um jumper físico, para que seja possível a realização dos ensaios metrológicos.

4.1.11.5 Todas as inscrições e identificações dos sistemas ou medidores devem ser procedidas em língua portuguesa.

4.1.11.6 Nos casos onde o instrumento esteja destinado à exportação, é permitido ao fabricante proceder as inscrições e identificações na língua a que este se destina, desde que autorizado pelo INMETRO. Os mecanismos para esta autorização serão definidos em Norma Inmetro específica.

4.1.12 Todas as inscrições obrigatórias, unidades, símbolos e indicações devem se apresentar de forma clara e legível.

4.1.13 A aprovação de um modelo em determinado índice de classe garante a aprovação nos demais índices de classe inferiores ao aprovado, sem a necessidade de ensaios adicionais, ou seja, se o sistema ou medidor é aprovado com índice de classe D, este obtém de forma automática a aprovação para os índices de classe C, B e A.

4.1.13.1 A modificação de modelo visando a uma melhor classe de exatidão requer um novo processo de avaliação de modelo.

4.1.14 Qualquer proposta de modificação no modelo aprovado deve ser comunicada ao Inmetro para análise e posterior tomada de decisão.

4.1.14.1 A solicitação de modificação de modelo deve ser feita de acordo com as normas Inmetro aplicáveis e obedecer aos mesmos procedimentos de avaliação de modelo.

4.1.14.2 O modelo a ser modificado deve ser submetido aos ensaios adicionais previstos na Tabela 16 deste regulamento.

4.1.14.3 Modificações no modelo aprovado que não estejam previstas na Tabela 16 deste regulamento devem ser objeto de análise do Inmetro, que decidirá sobre a necessidade de realização de ensaios adicionais, tamanho da amostra a ser apresentada ou se as modificações implicam em uma nova avaliação de modelo.

4.2 Verificações

4.2.1 O interessado ou seu representante legal deve colocar à disposição do Inmetro ou dos seus órgãos delegados, os meios adequados em instalações, material e pessoal auxiliar, necessários à realização das verificações.

4.2.2 O equipamento de verificação utilizado no controle metrológico legal deve estar rastreado aos padrões nacionais e possuir exatidão pelo menos 3 (três) vezes melhor que a do sistema ou medidor sob ensaio.

4.2.3 Verificação inicial

4.2.3.1 Os sistemas ou medidores a que se refere este regulamento só podem ser comercializados pelo seu fabricante ou importador quando aprovados em verificação inicial, conforme os ensaios descritos no subitem 4.2.5.

4.2.3.2 A verificação inicial deve ser realizada nas dependências do fabricante ou importador, ou em local autorizado pelo Inmetro, sempre em território nacional.

4.2.4 Verificação após reparos do sistema ou medidor recondicionado

4.2.4.1 Os sistemas ou medidores recondicionados só podem ser empregados na medição de energia elétrica após aprovados em verificação após reparos, conforme os ensaios descritos no subitem 4.2.5.

4.2.4.2 Os reparos ou atualização do instrumento não devem alterar as características metrológicas constantes em sua portaria de aprovação de modelo.

4.2.4.3 A verificação de sistema ou medidor recondicionado deve ser feita após o seu reparo, antes de sua instalação.

4.2.4.4 A verificação após reparos deve ser realizada nas dependências do reparador ou em local autorizado pelo Inmetro, sempre em território nacional.

4.2.4.5 Em caso de simples realocação de sistema ou medidor e desde que seja constatada a integridade da selagem, sem a necessidade de algum tipo de manutenção ou reparo, não será necessário submetê-los a verificação após reparos.

4.2.5 Os ensaios e inspeções de verificação inicial e verificação após reparos compreendem:

I - inspeção visual de correspondência ao modelo aprovado;
II - inspeção geral do sistema ou medidor;
III - ensaio de tensão aplicada;
IV - ensaio de exatidão;
V - ensaio de corrente de partida;
VI - ensaio de controle das funções e grandezas com elevação de temperatura;
VII - ensaio dos circuitos auxiliares, se aplicável;
VIII - ensaio de verificação do limite inferior da tensão de utilização;
IX - ensaio do mostrador;
X - ensaio de verificação da integridade de software, se aplicável; e
XI - ensaio de exatidão do relógio (para sistemas ou medidores de múltipla tarifação).

4.2.5.1 Os ensaios estabelecidos no subitem 4.2.5, incisos "I", "II", e "III" devem ser realizados em todos os sistemas ou medidores.

4.2.5.2 O ensaio determinado no inciso "IV" do subitem 4.2.5 deve ser realizado em todos os sistemas ou medidores em sentido de fluxo de energia direto e, quando em sentido de fluxo de energia reverso (se aplicável), pode ser realizado utilizando-se um plano de inspeção amostral, de acordo com Norma Inmetro Técnica.

4.2.5.3 Os ensaios do subitem 4.2.5, incisos "V", "VI", "VII", "VIII", "IX", "X" e "XI" podem ser realizados utilizando-se um plano de inspeção amostral, de acordo com Norma Inmetro Técnica.

4.2.5.4 Para sistemas de medição, não se aplicam os ensaios estabelecidos no subitem 4.2.5, incisos "III", "VI" e "VII". Os demais ensaios do subitem 4.2.5 devem ser realizados de acordo com o prescrito nos subitens 4.2.5.1, 4.2.5.2 e 4.2.5.3.

4.2.5.5 Para SIP, todos os ensaios estabelecidos no subitem 4.2.5 podem ser realizados utilizando-se um plano de inspeção amostral, de acordo com Norma Inmetro Técnica.

4.2.5.6 O ensaio do mostrador se aplica a SIP, onde entende-se por mostrador o dispositivo físico ou software utilizado para acessar as informações de consumo de energia.

4.2.5.7 Os procedimentos dos ensaios e inspeções de verificação inicial e verificação após reparos são definidos por Norma Inmetro Técnica.

4.2.6 Verificação voluntária

4.2.6.1 Os sistemas ou medidores empregados na medição de energia elétrica, quando submetidos à verificação voluntária, devem ser avaliados conforme os ensaios descritos nos subitens de 4.2.6.2 a 4.2.6.4.

4.2.6.2 Verificação voluntária de sistemas ou medidores, quando realizada em laboratório:

I - inspeção visual de correspondência ao modelo aprovado;
II - inspeção geral do sistema ou medidor;
III - inspeção de integridade das marcas de selagem;
IV - ensaio de marcha em vazio;
V - ensaio de exatidão;
VI - ensaio do mostrador;
VII - ensaio de verificação de integridade de software (quando aplicável e a critério do Inmetro e/ou órgão metrológico); e
VIII - verificação do relógio (quando aplicável e a critério do Inmetro e/ou órgão metrológico).

4.2.6.3 Verificação voluntária de medidores, quando realizada na instalação do consumidor:

I - inspeção visual de correspondência ao modelo aprovado;
II - inspeção geral do sistema ou medidor;
III - inspeção de integridade das marcas de selagem;
IV - ensaio de marcha em vazio;
V - ensaio de exatidão;
VI - ensaio do mostrador; e
VII - verificação do relógio (quando aplicável e a critério do Inmetro e/ou órgão metrológico).

4.2.6.4 Verificação voluntária de sistemas de medição e medidores, quando realizada na instalação do consumidor, por meio de medição comparativa:

I - inspeção de integridade das marcas de selagem;
II - inspeção visual de correspondência ao modelo aprovado;
III - inspeção geral do sistema ou medidor; e
IV - ensaio de exatidão (por medição comparativa).

4.2.6.5 A verificação voluntária de SIP deverá ser realizada somente em laboratório, e compreende os ensaios prescritos no subitem 4.2.6.2.

4.2.6.6 Os procedimentos dos ensaios e inspeções de verificação voluntária são definidos por Norma Inmetro Técnica.

4.2.6.7 A distribuidora de energia elétrica ou o poder público municipal ou distrital e seus prestadores de serviço de iluminação pública, proprietários do sistema ou medidor, devem colocar à disposição do Inmetro ou dos seus órgãos delegados os meios adequados em instalações, material e pessoal auxiliar, necessário à realização da verificação voluntária.

4.2.6.8 A critério do Inmetro, poderá ser solicitado ao fabricante os meios para que seja realizada a verificação de integridade de software em laboratório.

4.2.6.9 A distribuidora de energia elétrica ou o poder público municipal ou distrital e seus prestadores de serviço de iluminação pública, proprietários do sistema ou medidor, devem ser notificados quanto às anomalias encontradas e providenciar imediatamente sua correção, incluindo, se necessário, a troca do sistema ou medidor.

4.2.6.10 A distribuidora deve garantir que o ramal de ligação individual de energia elétrica e conexões do sistema sejam devidamente protegidos e solidamente fixados às partes seladas do instrumento de medição, ou possuírem selagem adicional desde a saída do instrumento de medição até a sua entrada na unidade consumidora.

4.3 Perícia metrológica legal

4.3.1 Os sistemas ou medidores empregados na medição de energia elétrica, quando submetidos à perícia metrológica, devem ser avaliados conforme prescrições constantes em Norma Inmetro Técnica.

4.3.1.1 Apenas especialistas do Inmetro e das autoridades metrológicas competentes, devidamente capacitados, podem realizar atividades de perícia metrológica legal.

4.4 Supervisão Metrológica

4.4.1 Todo sistema ou medidor de energia elétrica está sujeito à supervisão metrológica, conforme prescrições constantes em Norma Inmetro específica.

4.4.2 O sistema ou medidor de energia elétrica quando submetido à supervisão metrológica, deverá passar por exames e ensaios previstos neste Regulamento, selecionados a critério do Inmetro, de acordo com Norma Inmetro Específica.

ANEXO B

REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DE SOFTWARE E HARDWARE A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 221, DE 23 DE MAIO DE 2022.

1. TERMOS E DEFINIÇÕES

1.1 Legalmente relevante : software/hardware/dados que interferem nos requisitos regulamentados pela metrologia legal, por exemplo, a exatidão de medição, ou no correto funcionamento do referido sistema/instrumento de medição de energia elétrica.

1.2 Cadeia legalmente relevante: compreende o processo de captura, processamento e publicação do resultado da medição ao usuário.

1.3 Interface de comunicação: qualquer tipo de interface que habilite a transferência de informações entre os dispositivos dos sistemas/instrumentos de medição (óptica, rádio, eletrônica etc.), ou com dispositivos externos.

1.4 Autenticação: comprovação da identidade declarada/alegada de um usuário, processo ou dispositivo.

1.5 Integridade: garantia de que os dados/software/parâmetros não foram alterados durante o uso, reparo, manutenção, transferência ou armazenamento sem que haja a autorização.

1.6 Confidencialidade: garantia de que os dados/software/parâmetros não foram divulgados a pessoas físicas ou jurídicas ou processos sem autorização durante o uso, reparo, manutenção, transferência ou armazenamento.

1.7 Disponibilidade: garantia de que os dados/software/parâmetros estão disponíveis aos processos ou pessoas jurídicas autorizadas quando solicitados.

1.8 Ataque: qualquer ação não autorizada que possa comprometer a segurança dos dados/software/parâmetros.

1.9 Carga (download): processo de transferência automática de software para o sistema/instrumento de medição de energia elétrica usando qualquer meio apropriado local ou remoto.

1.10 Identificador de software: sequência de caracteres legíveis atribuída univocamente a um software.

1.11 Interface de usuário: permite a troca de informações entre o consumidor/concessionária e o sistema/instrumento de medição de energia elétrica ou seus componentes de hardware e software.

1.12 Validação: verificação na qual os requisitos especificados são adequados para um uso pretendido.

1.13 Hash: função matemática, que mapeia valores de um bloco de dados, em um número de tamanho fixo e reduzido (código hash) com as seguintes propriedades:

I - a mudança em qualquer bit de um bloco de dados implica em um código hash diferente;

II - não é viável a partir de um código hash retornar ao bloco de dados original; e

III - não é viável encontrar dois blocos que gerem o mesmo código hash.

1.14 Assinatura digital: código univocamente atribuído a um arquivo de texto/dados/software de forma a provar a sua integridade e autenticidade quando da transmissão ou armazenamento.

1.14.1 Usualmente uma assinatura digital é gerada em duas etapas:

I - calcula-se inicialmente o código hash do arquivo; e

II - codifica-se este código usando uma chave privada.

1.15 Modelo de medição: relação matemática entre todas as grandezas que, sabidamente, estão envolvidas numa medição.

1.15.1 Uma forma geral de um modelo de medição é a equação h(Y, X1, ..., Xn) = 0, onde Y, a grandeza de saída no modelo de medição, é o mensurando, cujo valor deve ser deduzido da informação sobre as grandezas de entrada no modelo de medição X1, ..., Xn.

1.16 Grandeza: propriedade de um fenômeno, de um corpo ou de uma substância, que pode ser expressa quantitativamente sob a forma de um número e de uma referência.

1.17 Grandeza de entrada: grandeza que deve ser medida, ou grandeza cujo valor pode ser obtido de outro modo, para calcular um valor medido de um mensurando.

1.18 Grandeza de saída: grandeza cujo valor medido é calculado utilizando-se os valores das grandezas de entrada num modelo de medição.

1.19 Função de medição: relação matemática entre todas as grandezas que, sabidamente, estão envolvidas numa medição.

1.19.1 Função de grandezas cujo valor, quando calculado a partir de valores conhecidos das grandezas de entrada no modelo de medição, é um valor medido da grandeza de saída no modelo de medição.

1.19.2 Se um modelo de medição h(Y, X1, ..., Xn) = 0 pode ser escrito explicitamente como Y = f(X1, ..., Xn), onde Y é a grandeza de saída no modelo de medição, a função f é a função de medição e geralmente f pode simbolizar um algoritmo que fornece, para os valores da grandeza de entrada X1, ..., Xn, um valor de saída único correspondente a y = f (X1, ..., Xn).

1.19.3 A função de medição também é utilizada para calcular a incerteza de medição associada ao valor medido de Y.

2. REQUISITOS GERAIS DE SOFTWARE E HARDWARE

2.1 Características básicas do sistema/instrumento de medição de energia elétrica

2.1.1 O sistema/instrumento de medição de energia elétrica dentro do escopo deste Regulamento é um instrumento de medição que possui software embarcado, caracterizando-se por:

I - todo o software aplicativo foi desenvolvido para suporte à medição, incluindo as funções sujeitas ao controle metrológico legal, assim como as restantes;

II - a interface do usuário é normalmente dedicada à aplicação de medição;

III - se existir, um sistema operacional não pode compartilhar recursos computacionais com outros usuários;

IV - o software e o seu ambiente são invariáveis: a carga de software somente é permitida quando os requisitos descritos no subitem 3.5 forem atendidos; e

V - interfaces para a transmissão dos dados das medições através de redes de comunicação são permitidas desde que atendam aos requisitos de 2.5 (Influência da interface de entrada de dados).

2.1.2 Documentação requerida:

I - descrição completa do hardware contemplando: arquitetura em módulos, diagrama de blocos de cada módulo, tipo de processador/microcontrolador, interfaces de comunicação/usuário etc.;

II - descrição funcional do sistema/instrumento de medição de energia elétrica;

III - descrição da interface do usuário, menus e diálogos (se existir); e

IV - manual operacional.

2.2 Identificação do software

2.2.1 Os softwares legalmente relevantes devem ser identificados.

2.2.2 Cada mudança no software definido como legalmente relevante deverá ser avaliada e aprovada pelo Inmetro e possuir um novo identificador.

2.2.3 Na ausência de uma interface de comunicação, a identificação do software deverá ser afixada sobre o sistema/instrumento de medição de energia elétrica.

2.2.4 Documentação requerida: a documentação fornecida deve descrever os identificadores, a forma como foram criados, como os identificadores podem ser acessados e como eles estão estruturados de forma a diferenciar entre as versões que requerem ou não aprovação das alterações.

2.3 Integridade de software

2.3.1 Os softwares legalmente relevantes devem ser indissoluvelmente ligados a sua identificação.

2.3.2 É necessária a existência de procedimento para a verificação da integridade do software legalmente relevante em campo.

2.3.3 A interface de comunicação que permitir a identificação do software deverá também habilitar a verificação de integridade do software.

2.3.4 Caso não seja disponível uma interface de comunicação, o fabricante deverá fornecer um mecanismo de verificação de integridade de software para o propósito de perícia metrológica.

2.3.5 Documentação requerida: descrição dos procedimentos disponíveis para a verificação de integridade em campo.

2.4 Exatidão dos algoritmos e funções de medição

2.4.1 Os algoritmos e funções de medição devem ser adequados e funcionalmente corretos para o sistema/instrumento de medição de energia elétrica (exatidão dos algoritmos, arredondamentos, etc.).

2.4.2 Deve ser possível analisar algoritmos e funções, tanto por ensaios metrológicos como por ensaios/exames de software.

2.4.3 Documentação requerida: descrição dos algoritmos e funções de medição (cálculo, exatidão e arredondamentos dos resultados).

2.5 Influência da interface de entrada de dados

2.5.1 Nenhuma entrada de dados deve influenciar o software legalmente relevante, nem os parâmetros de calibração e/ou os dados das medições, de forma não prevista na descrição apresentada no processo de aprovação de modelo.

2.5.2 Deve haver uma correlação unívoca e não ambígua de cada comando/dado e seu efeito no sistema. Toda entrada de dados que não seja explicitamente declarada e documentada não pode ter qualquer efeito sobre as funções do instrumento ou medições.

2.5.3 Documentação requerida: a inexistência de comandos deve ser comprovada através da completa ausência de "portas" de entrada para a interface de usuário no esquemático.

2.5.3.1 Na existência de comandos, ou na impossibilidade de comprovação da inexistência de comandos pelo esquemático, o requerente da aprovação de modelo deve fornecer:

I - o código fonte completo e comentado do instrumento;

II - lista completa de todos os comandos existentes junto com uma declaração de completude;

III - descrição do significado de cada comando e seus efeitos nas funções e dados do sistema/instrumento de medição de energia elétrica;

IV - descrição dos procedimentos realizados para validar a completude dos comandos;

V - descrição dos ensaios realizados para provar a funcionalidade declarada dos comandos; e

VI - descrição dos mecanismos de controle de acesso e proteção contra intrusão.

2.6 Proteção contra mudanças acidentais/não-intencionais

2.6.1 O(s) software(s) legalmente relevante(s) e os dados de medição devem ser protegidos contra modificações acidentais ou não intencionais.

2.6.2 Os possíveis motivos para modificações acidentais ou não-intencionais são:

I - influências físicas imprevisíveis - o armazenamento dos dados das medições deve ser protegido contra a corrupção ou supressão na presença de uma falha ou, alternativamente, a falha (erro) deve ser detectável;

II - funções de usuário - confirmação deve ser exigida antes de suprimir ou alterar dados;

III - defeitos residuais do software - devem ser tomadas medidas adequadas para proteger os dados de mudanças não intencionais que possam ocorrer através de um projeto incorreto ou erros de programação, por exemplo, verificações da plausibilidade.

2.6.3 Documentação requerida: descrição das medidas que foram tomadas para proteger o software/dados contra alterações não intencionais.

2.7 Proteção contra mudanças intencionais não autorizadas

2.7.1 O(s) software(s) legalmente relevante(s) deve(m) ser protegido(s) contra modificações inadmissíveis, cargas remotas não autorizadas e substituição de memória.

2.7.2 Documentação requerida: a documentação deve fornecer garantias de que o software legalmente relevante não pode permitir modificações inadmissíveis, sendo que as medidas de proteção tomadas contra mudanças intencionais não autorizadas devem estar destacadas.

2.8 Proteção dos parâmetros

2.8.1 Os parâmetros que fixam as características legalmente relevantes do sistema/instrumento de medição de energia elétrica devem ser protegidos contra modificações não-autorizadas.

2.8.2 Todas as modificações em parâmetros relevantes deverão ser registradas em memória não-volátil.

2.8.3 No caso de medição por postos tarifários definidos por horário de consumo, serão considerados parâmetros relevantes o horário do medidor e as informações de início e fim de posto tarifário.

2.8.4 Documentação requerida: a documentação necessária compreende a descrição de todos os parâmetros legais pertinentes, incluindo:

I - valores nominais e margens de variação;

II - onde são armazenados;

III - como podem ser visualizados;

IV - como são protegidos; e

V - em que condições podem ser alterados.

2.9 Detecção de falha

2.9.1 O sistema/instrumento de medição de energia elétrica deve possuir função de detecção de falhas.

2.9.2 Tanto o processo de detecção, quanto a reação à falha, deve estar de acordo com o descrito na documentação constante do processo de aprovação de modelo.

2.9.3 Documentação requerida: documentação contendo a lista de falhas que são detectáveis, os respectivos algoritmos de detecção e as reações desencadeadas.

2.10 Validação do software

2.10.1 O software legalmente relevante deve ser validado.

2.10.2 Documentação requerida: descrição dos procedimentos de teste realizados para a validação do software frente aos requisitos do presente Regulamento e os resultados obtidos.

3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE SOFTWARE E HARDWARE

3.1 Os requisitos específicos tratam de aspectos técnicos referentes a tecnologias empregadas na concepção do sistema/instrumento de medição de energia elétrica ou inserção de funcionalidades complementares.

3.2 Se algum requisito específico for aplicável ao sistema/instrumento de medição de energia elétrica é necessária a disponibilização ao Inmetro de todo o código fonte comentado do software legalmente relevante.

3.3 Separação das partes legalmente relevantes

3.3.1 Os instrumentos de medição controlados por software podem ter funcionalidades complexas e conter módulo(s) legalmente relevante(s) e módulo(s) não legalmente relevante(s).

3.3.1.1 A(s) parte(s) metrologicamente relevantes(s) do sistema/instrumento de medição de energia elétrica não deve(m) ser influenciada(s) por outras partes do mesmo sistema/instrumento de medição de energia elétrica.

3.3.1.2 Deve haver uma parte do software englobando todos os módulos e parâmetros legalmente relevantes, claramente separada dos outros componentes de software.

3.3.1.3 Caso não haja separação de software todo ele será considerado relevante.

3.3.2 Pertencem ao software legalmente relevante, no caso de separação de baixo nível, todas as unidades de programa (sub-rotinas, procedimentos, funções, classes) e, no caso de separação de alto nível, todos os programas e bibliotecas que contribuem para:

I - o processamento das medições; e

II - as funções auxiliares tais como: a exibição de dados, segurança de dados, armazenamento de dados, identificação de software, carga de software, transmissão ou armazenamento de dados, checagem ou armazenamento de dados recebidos.

3.3.3 Pertencem ainda ao software legalmente relevante todas as variáveis, arquivos temporários e os parâmetros que tenham impacto sobre os valores das medições ou funções legalmente relevantes.

3.3.3.1 Os componentes da interface de software protetora também são parte do software legalmente relevante.

3.3.4 O software legalmente não relevante inclui as unidades de programa restantes e os dados ou parâmetros não incluídos nas categorias anteriores.

3.3.4.1 Modificações no software legalmente não relevante são permitidas desde que os requisitos de separação de software sejam observados.

3.3.5 A troca de dados entre os softwares legalmente relevantes e não relevantes deve ser realizada através de uma interface protetora que abranja todas as interações e fluxos de dados.

3.3.5.1 Quaisquer interações e fluxos de dados não devem influenciar de forma inadmissível o software legalmente relevante, incluindo o comportamento dinâmico do processo de medição.

3.3.6 Deve haver uma atribuição inequívoca de cada comando enviado através da interface de software para uma função ou uma alteração de dados do software legalmente relevante.

3.3.7 Os códigos e dados que não são declarados e documentados como comandos não devem ter nenhum efeito sobre o software legalmente relevante.

3.3.7.1 A interface deve ser completamente documentada e quaisquer outras interações/fluxo de dados não documentadas não devem ser realizadas nem pelo programador do software legalmente relevante, nem pelos programadores do software não relevante.

3.3.8 Quaisquer informações geradas pelo software que não é legalmente relevante só podem ser exibidas pelo sistema/instrumento de medição de energia elétrica caso elas não possam ser confundidas com as informações que se originam a partir da parte legalmente relevante.

3.3.9 Documentação requerida:

I - esquemático completo do sistema/instrumento de medição de energia elétrica apontando a(s) parte(s) legalmente relevante e não legalmente relevantes;

II - descrição de todas as funções de programa e estruturas de dados relevantes:

a) não poderá existir nenhuma função não-documentada; e

b) a correta implementação da separação de software deve estar demonstrada na documentação;

III - descrição de todos os componentes que pertencem ao software legalmente relevante e sua inter-relação com as funções;

IV - descrição da interface do software contendo: lista completa de todos os comandos juntamente com uma declaração de completude, e descrição dos comandos e os seus efeitos sobre as funções e os dados do software legalmente relevante;

V - no caso da existência de apresentação compartilhada no sistema/instrumento de medição de energia elétrica (entre o software legalmente relevante e o software legalmente não relevante) deve ser explicitamente descrito:

a) o conjunto de informações passível de apresentação;

b) como é feita a apresentação; e

c) o software que realiza a apresentação.

3.4 Transmissão dos dados através de redes de comunicação

3.4.1 O conjunto de requisitos técnicos descritos a seguir, se aplica apenas quando o sistema/instrumento de medição de energia elétrica utiliza internamente à cadeia de medição legalmente relevante, uma rede de comunicação para transmitir e receber dados das medições:

I - completude dos dados transmitidos - os dados transmitidos devem incluir todas as informações necessárias à apresentação, ou processamento, da medição no dispositivo receptor de acordo com a documentação específica constante do processo de aprovação de modelo.

II - integridade dos dados transmitidos - os dados legalmente relevantes transmitidos devem ter sua integridade verificada e somente podem ser usados se esta for constatada;

III - autenticidade dos dados transmitidos - é necessário identificar a origem, sem ambiguidade dos dados transmitidos e, para fazer frente aos possíveis atrasos da transmissão dos dados, é necessário que o instante da medição seja registrado junto ao valor da medição;

IV - confidencialidade das chaves - as chaves criptográficas (e dados correlatos), caso sejam utilizadas, devem ser tratadas como dados legalmente relevantes e devem ser mantidas em segredo e protegidas para que não sejam corrompidas. A proteção deve cobrir tentativas de mudanças intencionais a partir de ataques;

V - manipulação de dados corrompidos - os dados que são detectados como corrompidos não devem ser utilizados;

VI - atraso de transmissão - uma medição não pode ser influenciada pela comunicação. Deve-se garantir que, mesmo sob as piores condições do meio de comunicação (alto tráfego, por exemplo), a mesma não invalidará as medições; e

VII - disponibilidade dos serviços de transmissão - mesmo que os serviços de rede de comunicação se tornem indisponíveis, não deve haver perda de dados das medições e o dispositivo mostrador instalado no consumidor deve sinalizar tal situação. O usuário não deve ser capaz de corromper dados das medições em função da supressão da transmissão.

3.4.2 Documentação requerida:

I - protocolo de comunicação;

II - descrição do método de verificação de integridade;

III - descrição dos mecanismos que garantem a correta atribuição do valor de uma medição a um sistema/instrumento de medição de energia elétrica específico;

IV - descrição dos principais mecanismos de manipulação e gerência das chaves para mantê-las secretas;

V - descrição dos mecanismos usados para descarte dos dados corrompidos;

VI - descrição de como a medição é protegida contra atrasos decorrentes da comunicação; e

VII - descrição dos procedimentos de proteção contra a interrupção da transmissão ou outros erros.

3.5 Carga de software legalmente relevante

3.5.1 O conjunto de requisitos técnicos descritos a seguir, se aplica apenas quando o sistema/instrumento de medição de energia elétrica utiliza a sua interface de comunicação para carregar e instalar software legalmente relevante.

3.5.2 A carga e a subsequente instalação de software devem ser automáticas e devem garantir o não comprometimento do ambiente de proteção do software no final do processo.

3.5.3 O dispositivo alvo deve ter um software legalmente relevante permanentemente residente e invariável, com todas as funções necessárias para verificar os requisitos definidos neste item.

3.5.4 O dispositivo deve ser capaz de detectar uma falha de carga ou instalação, gerando uma sinalização do ocorrido.

3.5.4.1 Se a carga ou a instalação fracassar, ou se for interrompida, o estado inicial do sistema/instrumento de medição de energia elétrica não deve ser afetado.

3.5.4.2 Caso não seja possível, o sistema/instrumento de medição de energia elétrica deve exibir uma mensagem de erro permanente e o seu funcionamento metrológico deve ser impedido, até que o erro seja corrigido.

3.5.5 No caso de uma instalação bem sucedida, todas as formas de proteção devem ser restauradas para o seu estado original, a menos que o software carregado tenha a devida autorização para alterá-las.

3.5.6 Durante a carga e a instalação de novo software as funções de medição do sistema/instrumento de medição de energia elétrica devem ser impedidas, caso não possam ser completamente garantidas.

3.5.7 Devem ser empregados meios para garantir a autenticidade do software carregado, e para indicar que este software foi previamente avaliado e aprovado.

3.5.7.1 Antes da utilização do software carregado, o instrumento de medição de energia elétrica deve verificar automaticamente se: o software é autêntico (e não uma fraude) e o software é aprovado para esse tipo de instrumento de medição.

3.5.7.2 Os meios pelos quais o software identifica a sua autorização prévia devem ser protegidos para evitar a falsificação.

3.5.8 Devem ser empregados meios para garantir que o software tenha sua integridade verificada e somente possa ser usado se esta for constatada.

3.5.9 Devem ser garantidos por meios técnicos apropriados que todos os softwares carregados sejam devidamente identificados e registrados no sistema/instrumento de medição de energia elétrica para fins de controle a posteriori.

3.5.10 O software só pode ser carregado com a permissão explícita da distribuidora de energia elétrica, como segue:

I - depois que o sistema/instrumento de medição de energia elétrica tenha sido posto em serviço, a concessionária é responsável por controlar a permissão de carga. Este requisito garante que o fabricante não possa alterar o software legalmente relevante do instrumento de medição sem o consentimento explícito da distribuidora de energia elétrica;

II - o meio pelo qual a distribuidora de energia elétrica exprime a sua permissão é parte do software legalmente relevante e deve ser protegido como tal, cuja permissão é necessária a menos que se estabeleça em contrário; e

III - a disponibilidade do dispositivo para carga deve ser indicada para a distribuidora de energia elétrica.

3.5.11 Mesmo que os requisitos descritos em 3.5.2 a 3.5.10 não possam ser cumpridos, ainda assim é possível fazer a carga da parte do software legalmente não relevante, desde que as seguintes exigências sejam cumpridas:

I - deve existir uma clara separação entre o software legalmente relevante e o não relevante, de acordo com os requisitos do item 3.3 (Separação das partes relevantes); e

II - toda a parte do software legalmente relevante seja permanente e invariável, isto é, não possa ser carregada ou alterada sem o rompimento de lacre ou selo.

3.5.12 Documentação requerida: a documentação deve possuir a descrição de:

I - processo automático da carga, processo de verificação e instalação, como o nível de proteção é garantido no final, e o que acontece quando ocorre uma falha;

II - como a autenticidade da identificação do software é garantida;

III - como a autenticidade da aprovação prévia é garantida;

IV - como é garantido que o software carregado foi aprovado para o tipo de instrumento de medição em questão;

V - como a integridade do software é garantida;

VI - como as cargas de software são rastreadas e como rastreabilidade é implementada e protegida; e

VII - os meios técnicos pelos quais o processo de carga considera a permissão da distribuidora de energia elétrica (controle de acesso).

3.6 Arquiteturas baseadas em assinatura digital

3.6.1 O sistema/instrumento de medição poderá fazer uso de mecanismo de assinatura digital para assegurar a autenticidade e irrefutabilidade das informações de medição.

3.6.2 Poderão ser assinadas as grandezas de saída ou grandezas de entrada juntamente com informações que permitam reconstituir o valor da grandeza de saída.

3.6.3 Para medidores cujas grandezas de entrada sejam assinadas digitalmente antes da aplicação da função de medição de energia elétrica:

I - o Inmetro, após análise da arquitetura do sistema/instrumento de medição, poderá dispensar a entrega de parte da documentação a que se referem os subitens 2.4.3, 2.5.3.1, inciso I, e 3.2; e

II - todas as grandezas de entrada assinadas digitalmente deverão ser tratadas como parte do resultado legalmente e metrologicamente completo da medição.

3.6.4 Para sistemas cujas grandezas de saída sejam assinadas digitalmente após a aplicação da função de medição de energia elétrica:

I - o Inmetro, após análise da arquitetura do sistema/instrumento de medição, poderá dispensar a entrega de parte da documentação a que se referem os subitens 2.4.3, 2.5.3.1, inciso I, e 3.2; e

II - a assinatura digital da grandeza de saída dever ser tratada como parte do resultado legalmente e metrologicamente completo da medição.

3.7 Comportamento dinâmico

3.7.1 A co-existência de software não legalmente relevante não pode influenciar negativamente no comportamento dinâmico do processo de medição.

3.7.2 Caso haja um compartilhamento de recursos de processamento, o software legalmente relevante deve sempre ter a disponibilidade necessária para o seu bom funcionamento (ex. prioridade superior ao software não relevante).

3.7.2.1 Esse requisito adicional garante que, para aplicações em tempo real de sistemas/instrumentos de medição de energia elétrica, o comportamento dinâmico do software legalmente relevante não é influenciado por software legalmente não relevante, ou seja, os recursos do software legalmente relevante não podem ser alterados de forma não admitida pela parte não relevante.

3.7.3 Documentação requerida: descrição de como é garantida a disponibilidade necessária para a execução correta do software legalmente relevante:

I - hierarquia de interrupção;

II - diagrama temporal das tarefas de software; e

III - limite de tempo de execução destinado às tarefas legalmente não relevantes etc.

3.8 Capacidade de processamento

3.8.1 Apresentar todos os elementos constituintes do sistema/instrumento de medição de energia elétrica que tenham uso compartilhado (concentradores, redes de comunicação).

3.8.2 Todos os elementos devem ser dimensionados em função dos instantes de maior carga.

3.8.3 Documentação requerida: apresentar os cálculos que comprovem a capacidade de compartilhamento.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Para efeito de aplicação deste anexo, um sistema/instrumento de medição de energia elétrica controlado por software é composto por todos os elementos envolvidos na captura, processamento e publicação do resultado da medição (dispositivo mostrador) ao usuário final (consumidor).

4.2 Os elementos do sistema/instrumento de medição de energia elétrica controlados por software diretamente envolvidos ou que de alguma forma interfiram nos processos de captura, processamento e publicação do resultado da medição ao usuário final, são ditos "legalmente relevantes" e devem satisfazer à totalidade dos requisitos técnicos de software gerais e, também, aos requisitos técnicos de software específicos elegíveis em função da tecnologia empregada e/ou funcionalidades disponíveis.

4.3 É de responsabilidade do Inmetro determinar quais softwares/hardwares/dados são considerados legalmente relevantes.

4.4 As evidências para cumprimento dos requisitos técnicos de software estabelecidos no presente Regulamento devem ser providas pelo fabricante.

PORTARIA Nº 226, DE 26 DE MAIO DE 2022

Prorroga prazos para atendimento aos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta no Processo SEI nº 0052600.011841/2020-39, resolve:

Art. 1º A Portaria Inmetro nº 231, de 18 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2021, seção 1, páginas 161 a 165, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. A partir de 17 de abril de 2023, os fabricantes nacionais e importadores devem fabricar ou importar, para o mercado nacional, somente capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares em conformidade com as alterações promovidas pela Portaria Inmetro nº 456, de 2019, incorporadas a este Regulamento Consolidado.

Parágrafo único. A partir 17 de abril de 2024, os fabricantes nacionais e importadores devem comercializar para o mercado nacional, somente capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares em conformidade com as alterações promovidas pela Portaria Inmetro nº 456, de 2019, incorporadas a este Regulamento Consolidado.". (NR).

"ANEXO A - MEMORIAL DESCRITIVO

.....

2. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DO CAPACETE/VISEIRA

MATERIAL: ABS, Policarbonato, Fibra de Vidro, Fibra Composta (discriminá-las).

CASCO EXTERNO: injetado, laminado, outros.

BERÇO INTERNO: poliestireno expandido, ou outro, sendo o berço identificado por número (56, 58, 60, 62, 64) ou letras, e, quando isto ocorrer, deverá ser inclusa abaixo uma tabela de correlação com o tamanho aplicável para cada tamanho de capacete produzido."(NR).

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições contidas na Portaria Inmetro nº 231, de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 227, DE 26 DE MAIO DE 2022

Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para bombas medidoras de combustíveis líquidos.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos II e III, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e item 4, alínea "a" da Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

Considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto;

Considerando a Portaria Inmetro nº 559, de 15 de dezembro de 2016, que aprova regulamento técnico metrológico bombas medidoras de combustíveis líquidos;

Considerando o que consta no Processo SEI nº 0052600.004160/2022-86, resolve:

Objeto e campo de aplicação

Art. 1º Fica aprovada a regulamentação técnica metrológica que estabelece condições mínimas, bem como as operações de controle metrológico legal para bombas medidoras de combustíveis líquidos, composta pelos seguintes anexos:

I - Anexo A: Regulamento Técnico Metrológico

II - Anexo B: Requisitos de Compatibilidade Eletromagnética

III - Anexo C: Requisitos de Segurança de Software e Hardware

IV - Anexo D: Política de Transição para os Instrumentos de Medição em Uso

§ 1º O disposto neste regulamento se aplica às bombas medidoras de combustíveis líquidos localizadas em instalações terrestres fixas ou em instalações aquáticas flutuantes fixas e móveis utilizadas na comercialização de combustíveis líquidos.

§ 2º Esta regulamentação não se aplica a bombas medidoras de combustíveis líquidos localizadas em instalações terrestres móveis.

Disposições transitórias

Art. 2º As bombas medidoras de combustíveis líquidos, aprovadas conforme o regulamento técnico metrológico estabelecido pela Portaria Inmetro nº 23, de 25 de fevereiro de 1985, poderão ser submetidas a verificação inicial até 15 de dezembro de 2022.

Parágrafo Único. Dentro do prazo previsto para verificação inicial, poderão ser realizadas modificações de modelo de bombas medidoras de combustíveis líquidos mencionadas no caput.

Art. 3º As bombas medidoras de combustíveis líquidos, aprovadas pela Portaria Inmetro nº 23, de 1985, poderão ser submetidas a verificações subsequentes e inspeções de acordo com o Anexo D - Política de Transição para os Instrumentos de Medição em Uso - desta portaria até o ano indicado na tabela 1, conforme seu ano de fabricação.

Tabela 1 - Limites para verificação de Bombas não adaptadas

Ano de fabricação da bomba de combustível	Ano da última verificação
De 2019 a 2022	2033
De 2016 a 2018	2030
De 2012 a 2015	2029
De 2008 a 2011	2028
De 2005 a 2007	2026
Até 2004	2024

Parágrafo Único. Após o prazo estabelecido no caput, apenas as bombas medidoras de combustíveis adaptadas conforme estabelecido nesta portaria, poderão ser submetidas a verificação subsequente.

Art. 4º As bombas medidoras de combustíveis líquidos, aprovadas pela Portaria Inmetro nº 23, de 25 de fevereiro de 1985, poderão ser adaptadas para atender aos requisitos da regulamentação ora aprovada, de acordo com os prazos estabelecidos na tabela 1 do art. 3º, devendo ser submetidas a verificação, após reparo, antes de ser recolocadas em uso.

§ 1º A adaptação está condicionada a autorização prévia do Inmetro, mediante solicitação do requerente da aprovação do modelo original da bomba medidora.

§ 2º As portarias de aprovação de modelo de bombas medidoras eletrônicas de combustíveis líquidos, cujos requerentes/titulares não mais figurem no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), não poderão ter seus modelos modificados com vistas à adaptação à regulamentação ora aprovada.

§ 3º As bombas medidoras de combustíveis adaptadas devem ostentar placa de identificação conforme exigido no subitem 5.1 do RTM ora aprovado, acrescida dos dizeres:

"MODELO MODIFICADO

Adaptado de acordo com a Portaria Inmetro/Dimel nº ..../ XXXX"

§ 4º O número da portaria de aprovação de modelo original também deve constar da placa de identificação.

§ 5º Caso seja mantida a placa de identificação original, deve-se acrescentar outra placa com as informações necessárias complementares.

§ 6º As bombas medidoras de combustíveis líquidos adaptadas estão dispensadas do cumprimento dos requisitos 5.1.1 "l", 5.1.2. "e".

Infrações

Art. 5º A partir de 15 de dezembro de 2022, as bombas medidoras de combustíveis líquidos autuadas pelo Inmetro por fraude, não poderão permanecer em uso, devendo ser substituídas por bombas medidoras de combustíveis líquidos aprovadas em conformidade com este RTM.

Art. 6º O cumprimento dos requisitos estabelecidos no presente Regulamento Técnico Metrológico não exclui a observância de outros atos normativos pertinentes e supervenientes, formulados pelo Inmetro ou por outros órgãos, sempre respeitando as atribuições e competências de cada órgão e o devido nível hierárquico das normas.

Parágrafo Único. No presente regulamento a legislação do ICP-Brasil deverá ser observada no que concerne à assinatura digital e algoritmos criptográficos para emissão de certificado digital aplicável aos instrumentos pertinentes ao normativo.

Art. 7º A infringência a quaisquer dispositivos do regulamento sujeitará os infratores às penalidades previstas no art. 8º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999.

Revogação

Art. 8º Ficam revogadas:

I - Portaria Inmetro nº 23, de 25 de fevereiro de 1985, publicada no Diário Oficial da União em 7 de março de 1985, Seção 1, páginas 3891 a 3894;

II - Portaria Inmetro nº 174, de 7 de agosto de 1991, publicada no Diário Oficial da União em 14 de agosto de 1991, Seção 1, páginas 16399 a 16400;

III- Portaria Inmetro nº 38, de 5 de março de 1993, publicada no Diário Oficial da União em 12 de março de 1993, Seção 1, páginas 2978 a 2979;

IV - Portaria Inmetro nº 52, de 13 de fevereiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 16 de fevereiro de 2004, Seção 1, página 58;

V - Portaria Inmetro nº 559, de 15 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2016, Seção 1, páginas 249 a 250;

VI - Portaria Inmetro nº 294, de 29 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 2 de julho de 2018, Seção 1, páginas 57 a 58;

VII - Portaria Inmetro nº 486, de 16 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 17 de outubro de 2018, Seção 1, página 38;

VIII - Portaria Inmetro nº 516, de 13 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2019, Seção 1, páginas 127 a 128; e

IX - Portaria Inmetro nº 264, de 15 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 16 de junho de 2021, Seção 1, páginas 185 a 188.

Parágrafo Único. Fica revogada, a partir da publicação desta portaria, a Portaria Inmetro nº 159, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 31 de março de 2022, Seção 1 - Extra A, páginas 48 a 53.

Vigência

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 1º julho de 2022.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXO A

REGULAMENTO TÉCNICO METROLÓGICO PARA BOMBAS MEDIDORAS DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS

1. TERMOS E DEFINIÇÕES

1.1 Para fins deste documento aplicam-se os termos constantes do Vocabulário Internacional de Termos de Metrologia Legal, aprovado pela Portaria Inmetro n° 150, de 29 de março de 2016, e do Vocabulário Internacional de Metrologia - Conceitos fundamentais e gerais e termos associados, aprovado pela Portaria Inmetro n° 232, de 8 de maio de 2012, ou suas substitutas, além dos demais termos apresentados a seguir.

1.2 Bombas medidoras de combustíveis líquidos e seus componentes.

1.2.1 Bomba medidora de combustíveis líquidos: instrumento destinado a medir continuamente, computar e indicar o volume do líquido que passa pelo dispositivo medidor, sob as condições de medição.

1.2.2 Dispositivo auxiliar: dispositivo desenvolvido para realizar uma função peculiar, diretamente envolvido na elaboração, transmissão ou apresentação dos resultados.

1.2.2.1 São exemplos de dispositivos auxiliares, mas não somente: dispositivos para retorno ao zero, dispositivo para indicação repetitiva, dispositivo para impressão, dispositivo para memorização de dados, indicador de preço, totalizador e de predeterminação.

1.2.3 Dispositivo adicional: dispositivo que não seja considerado auxiliar, necessário para assegurar medição correta ou facilitar operações de medição.

1.2.3.1 São exemplos de dispositivos adicionais, mas não somente: conjunto eliminador de ar ou gases, indicador de ar ou gases, visor de fluxo, filtro, unidade de bombeamento, válvulas e mangueiras.

1.2.3.2 Densímetro termocompensado: instrumento de vidro de massa constante, que possui o seu interior capilar preenchido com líquido termométrico, o qual deve coincidir com a superfície do líquido em medição quando este tiver uma massa específica de (0,8111 ± 0,0001) g/mL a 20 °C, equivalente a 92,5 % massa.

1.2.4 Unidade de bombeamento.

1.2.4.1 Unidade de bombeamento de sucção: componente que aspira o líquido do reservatório e o recalca através dos demais componentes do sistema hidráulico.

1.2.4.2 Unidade de bombeamento submerso (Bomba submersa): componente instalado no reservatório, que recalca o líquido através dos demais componentes do sistema hidráulico.

1.2.5 Dispositivo de filtragem: componente destinado a impedir a passagem de impurezas sólidas, de modo a proteger o dispositivo medidor.

1.2.6 Conjunto eliminador de ar e gases: conjunto composto pelo separador de ar e gases e pelo eliminador de ar e gases, usado para remover ar, vapor e gases contidos no líquido.

1.2.6.1 Dispositivo separador de ar e gases: componente destinado a separar, continuamente, o ar e outros gases misturados ao líquido a ser medido, de modo que somente este penetre nas câmaras medidoras.

1.2.6.2 Dispositivo eliminador de ar e gases: componente destinado a conduzir para o exterior o ar e outros gases separados do líquido a ser medido.

1.2.7 Dispositivo medidor: componente de uma bomba medidora que transforma o fluxo ou o volume do líquido medido em sinais, de qualquer natureza, que são transmitidos para o dispositivo transdutor.

1.2.8 Dispositivo transdutor: dispositivo que transforma os sinais de informação gerados pelo dispositivo medidor em um sinal de saída que representa a massa ou o volume de combustível a ser medido sob a forma de dados digitais, a serem transmitidos ao dispositivo controlador através do protocolo de comunicação.

1.2.9 Dispositivo controlador: dispositivo responsável por controlar os outros dispositivos da bomba medidora e processar a informação metrológica.

1.2.10 Dispositivo indicador: dispositivo que apresenta os resultados das medições.

1.2.11 Dispositivo controlador-indicador: dispositivo que reúne as funcionalidades do dispositivo controlador e indicador.

1.2.12 Elemento indicador: caracteres alfanuméricos referentes à indicação, chamado também de dígito.

1.2.13 Visor: conjunto de elementos indicadores.

1.2.14 Painel indicador: painel onde estão localizados os visores e as inscrições obrigatórias referentes às indicações das medições.

1.2.15 Dispositivo de predeterminação: um dispositivo que permite selecionar a quantidade a ser fornecida e que cessa automaticamente o fluxo do líquido no final do fornecimento desta quantidade selecionada.

1.2.16 Dispositivo de ajuste: um dispositivo, mecânico ou eletrônico, incorporado à bomba medidora que somente permite o deslocamento da curva de erros, com o objetivo de trazer os erros para dentro dos limites dos erros máximos admissíveis.

1.2.17 Conjunto de abastecimento: deve possuir os seguintes elementos:

1.2.17.1 Mangueira: tubo flexível através do qual o líquido medido é escoado.

1.2.17.2 Bico de descarga: ponto de transferência conectado à mangueira que permite controlar o fluxo do líquido medido, durante a operação de entrega.

1.2.18 Dispositivo de retorno ao zero ou sistema de bloqueio: componente ou função destinado a impedir que a unidade de bombeamento volte a funcionar, após uma medição, sem que os indicadores retornem a zero.

1.2.19 Dispositivo totalizador: dispositivo ou função que registra, sem retorno ao zero e possibilidade de alteração, o total cumulativo dos volumes entregues pela bomba medidora.

1.2.20 Dispositivo recuperador de vapor: sistema destinado a capturar e conduzir ao reservatório os vapores de gasolinas emanados e naturalmente produzidos durante a utilização da bomba medidora.

1.3 Tipos específicos de bombas medidoras, instalações e modo de serviço.

1.3.1 Bomba medidora computadora: aquela que indica o volume do líquido medido, o preço unitário, e o total a pagar correspondente.

1.3.2 Bomba medidora não computadora: aquela que indica o volume do líquido medido.

1.3.3 Bomba medidora simples: aquela que possui capacidade para um único abastecimento por operação.

1.3.4 Bomba medidora múltipla: aquela que possui capacidade para mais de um abastecimento simultâneo.

1.3.5 Bomba medidora compacta: aquela que apresenta todos os componentes dispostos em uma única cabine.

1.3.6 Bomba medidora modular: aquela cujos componentes estão dispostos em, pelo menos, dois locais distintos.

1.3.7 Bomba medidora contínua: aquela que fornece as indicações de forma contínua.

1.3.8 Bomba medidora descontínua: aquela que fornece as indicações através de incrementos correspondentes a uma determinada fração da unidade medida.

1.3.9 Bomba medidora mecânica: aquela em que os resultados da medição são obtidos a partir de um sistema mecânico de indicação.

1.3.10 Bomba medidora eletromecânica: aquela em que os resultados da medição são obtidos a partir de um sistema eletromecânico de indicação.

1.3.11 Bomba medidora eletrônica: aquela em que os resultados de medição são obtidos a partir de um sistema eletrônico de indicação.

1.4 Características metrológicas

1.4.1 Durabilidade: capacidade de a bomba medidora conservar suas características de desempenho durante certo tempo de utilização.

1.4.2 Quantidade mínima mensurável: menor volume do líquido para o qual a medição é metrologicamente aceitável para a bomba medidora, cujo volume é chamado também de entrega mínima.

1.4.3 Condições operacionais

1.4.3.1 Vazão mínima (Qmín): vazão acima da qual todo medidor deve operar dentro dos erros máximos admissíveis, expressa em litros por minuto.

1.4.3.2 Vazão máxima (Qmáx): maior vazão na qual o medidor deve operar dentro dos erros e perda de pressão máximos admissíveis, expressa em litros por minuto.

1.4.3.3 Pressão máxima de funcionamento (Pmáx): máxima pressão a que pode se submetido o medidor em trabalho contínuo, sem que ocorram alterações em suas características construtivas e metrológicas.

1.4.4 Família: conjunto de bombas medidoras cujas características construtivas, operacionais, funcionais e metrológicas são similares entre si, podendo ser apreciados através da análise de uma amostra que seja representativa de toda a família, que apresentem gabinetes com aparências similares e que sejam dotadas dos mesmos componentes internos.

1.4.5 Fraude Metrológica: ação de modificação intencional do instrumento, de seu plano de selagem, de instalação de corpo estranho, modificação mecânica, elétrica ou outra manobra que permita alteração na exatidão da medição, a indicação de volume, totalização de volume, preço do combustível ou qualquer outro resultado da medição, observadas as variações volumétricas permitidas pelos requisitos metrológicos.

2. UNIDADES DE MEDIDA

2.1 O volume deve ser indicado em litros (™ou L) e em seus submúltiplos.

3. REQUISITOS METROLÓGICOS

3.1 Erros máximos admissíveis das bombas medidoras.

3.1.1 Os erros máximos admissíveis de ±0,3% devem ser aplicados na aprovação de modelo antes do ensaio de durabilidade e na verificação inicial das bombas medidoras completas e do dispositivo medidor, para todos os tipos de combustíveis, e para todas as vazões para as quais a bomba medidora foi projetada ou aprovada.

3.1.2 Os erros máximos admissíveis para as bombas medidoras, nas indicações de volume quando das verificações subsequentes, inspeção e após ensaio de durabilidade na aprovação de modelo, são de ±0,5%.

3.1.3 A soma dos valores absolutos de dois erros de sinais contrários não deve ultrapassar 0,3% na aprovação de modelo antes do ensaio de durabilidade e na verificação inicial e não deve ultrapassar 0,5% nos ensaios de aprovação de modelo após o ensaio de durabilidade e nos ensaios de inspeções.

3.1.4 O erro máximo admissível para volumes entregues menores ou iguais à quantidade mínima mensurável é de 2%.

3.1.5 Para qualquer quantidade igual ou superior a cinco vezes a quantidade mínima mensurável, o erro de repetitividade do medidor, na aprovação de modelo, em cada vazão de ensaio, não deve ser superior a 40% do valor absoluto do erro máximo admissível de 0,5%.

3.1.6 Faixa de operação

3.1.6.1 A faixa de operação de uma bomba medidora deve ser determinada pelas seguintes características:

a) faixa de medição delimitada pelas vazões mínima (Qmín) e máxima (Qmáx);

b) pressão máxima de funcionamento (Pmáx);

c) valor dos limites de tensão AC, e/ou DC;

d) quantidade mínima mensurável do dispositivo medidor.

3.1.6.2 A faixa de operação de uma bomba medidora deve ser compatível com cada um de seus elementos componentes.

4. REQUISITOS TÉCNICOS

4.1 Requisitos Gerais

4.1.1 Uma bomba medidora deve ser constituída, pelo menos, por um dispositivo medidor, um dispositivo controlador, dispositivo de ajuste, se presente, um dispositivo indicador e válvula de segurança de mangueira.

4.1.2 As bombas medidoras devem ser construídas com materiais de qualidade adequada, resistentes aos diferentes processos de alteração causados pelos líquidos medidos.

4.1.3 Marcas de selagem

4.1.3.1 As bombas medidoras e seus componentes legalmente relevantes devem ser construídos de forma a permitir selagem.

4.1.3.2 A selagem deve ser realizada em todas as partes da bomba medidora que não estejam materialmente protegidas por outra forma contra as manobras que possam afetar a exatidão da medição.

4.1.3.3 São consideradas partes legalmente relevantes e necessárias de marca de selagem, quando existirem no instrumento, as listadas a seguir:

a) S1 - Gabinete dos dispositivos indicador e controlador;

b) S2 - Dispositivo de ajuste do dispositivo medidor;

c) S3 - Dispositivo transdutor de medição e conexões do eixo de transmissão;

d) S4 - Extremos da tubulação do eliminador de ar e gases, inclusive quando adaptada ao filtro adicional;

e) S5 - Abraçadeira da alavanca de acionamento e;

f) S6 - Extremos da tubulação que se conecta ao densímetro termocompensado.

4.1.3.4 Outros pontos de selagem podem ser considerados necessários por ocasião da avaliação de modelo.

4.1.4 Campo de utilização da bomba medidora

4.1.4.1 A bomba medidora deve ser construída de tal maneira que a vazão do líquido a ser medido fique entre as vazões mínima e máxima, exceto no início e no fim da medição ou durante as interrupções.

4.1.4.2 A vazão máxima da bomba medidora, na aprovação de modelo, deve ser pelo menos, cinco vezes a vazão mínima do dispositivo medidor ou a soma das vazões mínimas dos dispositivos medidores componentes.

4.2 Dispositivo indicador

4.2.1 Requisitos gerais

4.2.1.1 As bombas medidoras devem ser providas de um dispositivo indicador que forneça o volume do líquido medido nas condições de medição.

4.2.1.2 Uma bomba medidora pode ter mais de um dispositivo que indique a mesma grandeza, desde que cada um esteja de acordo com os requisitos deste Regulamento Técnico Metrológico.

4.2.1.3 Para todas as quantidades medidas relativas à mesma medição, as indicações fornecidas por mais de um dispositivo não devem diferir uma da outra, inclusive em caso de indicação remota adicional.

4.2.1.4 A indicação remota adicional deve ter relação clara com a bomba medidora em que foi realizada a medição.

4.2.1.5 É permitido o uso do mesmo mostrador para as indicações de mais de uma bomba medidora dotadas de um dispositivo indicador comum, desde que as seguintes condições sejam atendidas:

a) impossibilidade da utilização simultânea de mais de uma dessas bombas medidoras;

b) as indicações relativas a uma dada bomba medidora devem ser acompanhadas de uma identificação clara da bomba medidora utilizada para a medição;

c) a indicação correspondente a qualquer uma das bombas deve ser visualizada pelo usuário através de simples comando.

4.2.1.6 O sinal decimal deve aparecer de forma legível.

4.2.1.7 A unidade monetária usada, ou seu símbolo, deve figurar próxima da indicação e deve corresponder à vigente no país.

4.2.1.8 O nome da unidade de medida, ou seu símbolo, deve figurar próximo da indicação da quantidade medida.

4.2.2 Dispositivo indicador mecânico.

4.2.2.1 Quando a graduação de um elemento for inteiramente visível, o valor de uma volta deste elemento deve ser na forma 10n unidades autorizadas de volume.

4.2.2.2 Em um dispositivo indicador constituído por vários elementos, o valor de cada volta de um elemento, cuja graduação for inteiramente visível, deve ser igual a uma divisão subsequente.

4.2.2.3 Um elemento do dispositivo indicador pode ter movimento contínuo ou descontínuo.

4.2.2.4 O avanço de um algarismo de qualquer elemento que tenha movimento descontínuo deve ocorrer e ser completado quando o elemento precedente passar de 9 para 0.

4.2.2.5 Quando o primeiro elemento tiver somente uma parte da escala visível através de uma janela e tiver um movimento contínuo, o tamanho da janela deve corresponder a, pelo menos, 1,5 vezes a distância entre duas marcas consecutivas da escala graduada.

4.2.2.6 Os traços da escala devem ter espessura constante ao longo da linha e não devem exceder um quarto do comprimento de uma divisão.

4.2.2.7 O intervalo entre numerações consecutivas, em bombas medidoras contínuas, deverá possuir, no máximo, 10 traços que representem as menores graduações da escala.

4.2.2.8 O comprimento visível de uma divisão deve ser igual ou superior a 2 mm.

4.2.2.9 A altura visível dos algarismos deve ser igual ou superior a 15 mm.

4.2.2.10 O erro decorrente da folga máxima, durante a transmissão do dispositivo medidor, nos instrumentos de indicação contínua, deve ser inferior à metade da menor divisão.

4.2.2.11 A indicação de preço por litro deve ter, no mínimo, 3 dígitos.

4.2.2.12 A indicação de volume deve ter, no mínimo, 5 dígitos.

4.2.3 Dispositivo indicador eletrônico

4.2.3.1 As leituras das indicações devem ser exatas, fáceis e não ambíguas qualquer que seja a posição do visor.

4.2.3.2 As bombas medidoras computadoras eletrônicas devem possuir um sistema que impeça a continuidade do abastecimento sempre que o fornecimento do combustível for interrompido por um período de tempo superior a 60 segundos.

4.2.3.3 Não podem ocorrer interrupções da indicação do volume durante um abastecimento.

4.2.3.4 Quando o escoamento não for interrompido durante a falha do dispositivo de alimentação elétrica principal, a bomba medidora deve estar equipada com um dispositivo secundário de alimentação elétrica de emergência para garantir todas as funções da medição durante a falha.

4.2.3.5 No caso da interrupção da alimentação elétrica, os dados relativos à entrega devem ser armazenados.

I - O dispositivo indicador deve possuir um sistema que permita manter disponíveis as indicações da última entrega efetuada, durante um período de, pelo menos, cinco minutos.

4.2.3.6 O sistema deve também permitir um controle visual de todos os elementos indicadores, os quais devem realizar a seguinte rotina:

a) mostrar todos os segmentos dos dígitos dos visores (teste dos "oitos");

b) apagar todos os segmentos dos dígitos dos visores;

c) mostrar os "zeros", exceto para o visor de preço por litro.

4.2.3.7 A diferença entre o total a pagar e o preço calculado, a partir do preço por litro e do volume indicado, não deve exceder o preço correspondente a duas menores divisões de volume.

I - O preço correspondente a duas menores divisões de volume pode valer menos que a menor fração da moeda vigente no País e nesse caso a diferença entre o preço calculado e o preço indicado pode equivaler ao valor da menor fração da moeda vigente no País.

4.2.3.8 A indicação de preço por litro deve ter, no mínimo, 4 dígitos.

4.2.3.9 A indicação de volume deve ter, no mínimo, 6 dígitos.

4.2.4 Dispositivos auxiliares

4.2.4.1 Dispositivo indicador de volume.

I - Se o dispositivo indicador comportar diversos elementos, a leitura do volume medido deve ser feita pela simples justaposição das indicações desses diferentes elementos.

II - Os volumes devem ser expressos em litros e seus submúltiplos, por algarismos com altura mínima de 1,5 cm e 1,25 cm, respectivamente e os algarismos que representam os submúltiplos podem ser diferentes dos demais, seja pela cor, seja pelas suas dimensões.

III - O valor de uma divisão de uma indicação deve ser na forma 1x10n, 2x10n ou 5x10n unidades autorizadas de volume, onde "n" é um número inteiro positivo, negativo, ou zero, e não pode ser maior que 1/2000 do volume nominal entregue em 1 minuto.

IV - O valor de uma divisão e a capacidade máxima de indicação de volume poderão ter outros valores desde que apresentem maior precisão e segurança das indicações.

V - No caso de vendas diretas ao público é obrigatória a indicação do volume durante o período de medição.

4.2.4.2 Dispositivo indicador de preço

I - Um dispositivo indicador de volume com algarismos alinhados e retorno ao zero pode ser complementado com um dispositivo indicador de preço total a pagar, também com algarismos alinhados e retorno ao zero.

II - A indicação do preço unitário deve ser feita por algarismos com altura mínima de 1,25 cm e a do total a pagar por algarismos com altura mínima de 1,5 cm.

III - O preço unitário do combustível selecionado deve ser exibido antes do início da medição.

IV - O visor indicador de preço unitário do combustível deve permitir reajuste.

V - A modificação do preço unitário do combustível pode ser efetuada diretamente na bomba medidora ou com a ajuda de um equipamento periférico.

VI - Se o preço unitário for selecionado por meio de um equipamento periférico, um tempo de pelo menos 5 segundos deve separar a indicação de um novo preço unitário e o início da próxima operação de medição. Caso o preço unitário seja alterado sem iniciar uma nova venda, o total a pagar e volume da venda anterior devem ser zerados.

VII - O preço unitário do combustível, indicado no início da operação de medição não pode ser alterado durante a operação de abastecimento.

VIII - A capacidade do visor de total a pagar, em bombas medidoras computadoras, deve equivaler, no mínimo, a 100 vezes o preço unitário máximo

4.2.4.3 Dispositivo de retorno ao zero

I - Os dispositivos de retorno ao zero do dispositivo indicador do total a pagar e do dispositivo indicador de volume devem funcionar de tal forma que o retorno ao zero de um implique automaticamente no retorno ao zero do outro.

II - Um dispositivo indicador de volume deve ser equipado com um dispositivo de retorno ao zero por meio manual ou por meio de um sistema automático.

III - Quando a operação de retorno ao zero é iniciada, é vedada a indicação de volume diferente daquele da medição que acabou de ser realizada, até que a operação de retorno ao zero tenha sido completada.

IV - Nos dispositivos indicadores de bomba medidora para combustíveis líquidos é vedado o retorno ao zero durante a medição.

V - Não é permitido novo abastecimento sem que haja o retorno ao zero dos elementos indicadores de volume e total a pagar.

VI - O dispositivo de retorno ao zero deve possuir elementos destinados a impedir o funcionamento da bomba medidora relativa ao bico de descarga que estiver em seu receptáculo.

VII - Quando dois ou mais bicos de descarga forem utilizados no mesmo abastecimento, após os mesmos terem sido colocados em seus respectivos receptáculos, não deve ser possível fazer um novo abastecimento até que o dispositivo indicador tenha retornado ao zero.

VIII - Quando dois ou mais bicos de descarga forem utilizados no mesmo abastecimento, o bico que for colocado no receptáculo não pode ser usado antes do retorno ao zero das indicações.

IX - Após cada retorno ao zero, o desvio máximo no alinhamento dos zeros não pode ultrapassar o valor da menor divisão da graduação correspondente.

4.2.4.4 Dispositivo de ajuste

I - O dispositivo de ajuste deve ser selado e a marca de selagem deve estar localizada no dispositivo medidor e/ou no conjunto controlador-indicador.

II - O dispositivo medidor nas bombas medidoras utilizadas no abastecimento próprio pode ser equipado com um dispositivo de ajuste mecânico que permita modificações, por um comando simples, da relação entre o volume indicado e o volume real do líquido que passa através do medidor.

III - É proibido o ajuste de um medidor por meio de desvio do fluxo de combustível.

IV - O dispositivo de ajuste não deve permitir ajuste superior a 2,5% para bombas com vazão até 140 l/min e 5% para bombas medidoras de vazão superiores, ambos os valores percentuais em relação à primeira calibração de fábrica.

4.2.4.5 Dispositivo totalizador de volume

I - Toda bomba medidora deve ser dotada de dispositivo totalizador de volume.

II - Não deve ser possível apagar, zerar, travar, alterar ou realizar quaisquer modificações nos totalizadores.

III - Quando a capacidade de registro do totalizador chegar ao final, a bomba medidora deve reiniciar a contagem totalizada do zero automaticamente.

IV - Para os dispositivos totalizadores mecânicos ou eletromecânicos, a altura mínima dos algarismos será de 4 mm.

V - Nas bombas medidoras eletrônicas dotadas de mais de um dispositivo totalizador de volume, o dispositivo totalizador eletrônico é o único obrigatório.

4.2.4.6 Dispositivo de predeterminação

I - A quantidade selecionada deve ser pré-determinada pela ação de um dispositivo que indique a quantidade selecionada

II - A quantidade pré-determinada pode ser em volume ou total a pagar.

III - A quantidade pré-determinada deve ser exibida antes do início da medição.

IV - Quando for possível ver simultaneamente os algarismos do mostrador do dispositivo de predeterminação e os do dispositivo indicador, os algarismos do primeiro devem ser diferenciados dos algarismos do segundo.

V - No caso de um dispositivo de predeterminação eletrônico, é permitido indicar o valor pré-determinado no dispositivo indicador de volume ou de total a pagar por meio de uma operação especial desde que este valor seja substituído pela indicação do zero para o volume ou para o total a pagar, antes do início da operação de medição.

VI - No caso de uma entrega paga ou solicitada antecipadamente, a quantidade pré-determinada e a quantidade mostrada pelo dispositivo indicador de volume ou de total a pagar no final da operação de medição devem ser idênticas e expressas na mesma unidade.

VII - Essa unidade, ou seu símbolo, deve estar marcado sobre o dispositivo de predeterminação, ou sobre o indicador de volume.

VIII - O valor de uma divisão do dispositivo de predeterminação não deve ser inferior ao valor de uma divisão do dispositivo indicador.

IX - Não deve ser possível a predeterminação de qualquer valor que substitua a indicação de volume ou total a pagar, por um período de pelo menos 15 segundos a partir da conclusão do abastecimento, em bombas computadoras. Em bombas não computadoras, o período deverá ser de pelo menos 10 segundos.

4.2.4.7 Dispositivo controlador

I - Todos os parâmetros necessários para a elaboração das indicações que estão sujeitas ao controle metrológico legal, tais como o preço unitário, devem estar presentes no dispositivo controlador no início da operação de medição.

II - O dispositivo controlador pode ser equipado com interfaces que permitam o acoplamento de equipamentos periféricos, conforme descrito no item 3.5.28 do anexo C.

III - Quando estas interfaces forem usadas, o instrumento deve continuar funcionando corretamente e suas funções metrológicas não devem ser afetadas.

IV - É permitido ao dispositivo controlador realizar comunicação bidirecional com dispositivos auxiliares.

4.2.4.8 Dispositivo de impressão componente da bomba medidora.

I - O valor de uma divisão, na impressão, deve ser idêntico ao indicado pela bomba medidora.

II - A impressão do preço total a pagar de uma bomba medidora mecânica ou eletromecânica deve ser o resultado da multiplicação do volume abastecido pelo preço por litro do combustível.

III - Os valores impressos de uma bomba medidora eletrônica devem ser idênticos aos indicados pelo dispositivo indicador.

IV - Os algarismos, a unidade utilizada ou seu símbolo e o sinal decimal devem ser impressos sem ambiguidade no tíquete pelo dispositivo de impressão.

V - O dispositivo de impressão deve imprimir a data, hora, identificação da bomba medidora e do bico, volume medido, e ainda, no caso de bombas medidoras computadoras, o total a pagar e o preço por litro.

VI - É permitida a impressão de outras informações, não compulsórias, desde que não comprometam as informações obrigatórias.

VII - Se o dispositivo de impressão permitir a repetição de uma impressão antes que uma nova entrega seja iniciada, as cópias devem ser claramente assinaladas como tais.

VIII - É permitida a impressão somente do último abastecimento efetuado.

IX - Os algarismos, a unidade monetária empregada ou seu símbolo e o sinal decimal devem ser impressos pelo dispositivo.

4.2.4.9 Condições gerais de construção para instalação de dispositivos auxiliares opcionais

I - Dispositivos auxiliares opcionais devem ser conectados a uma linha de comunicação de dados e alimentação elétrica disponibilizada pelo fabricante na caixa de ligação e em compartimento sem acesso restrito, fora da área selada do gabinete do dispositivo controlador da bomba medidora, sujeita aos requisitos 3.3 e 3.5.28 a 3.5.31 do Anexo C desta regulamentação.

II - O compartimento sem acesso restrito deve possuir dimensões internas mínimas de 20cm x 15cm x 15cm, no gabinete do dispositivo indicador-controlador da bomba medidora.

III - No caso de bomba medidora dotada de mais de um ponto de abastecimento, deve ser previsto pelo menos um compartimento adicional, também sem acesso restrito, com dimensões internas mínimas de 10cm x 10cm x 10cm.

IV - Quando a bomba medidora possuir mais de um compartimento sem acesso restrito, a ligação entre eles deve permitir a passagem de pelo menos um cabo com no mínimo quatro vias.

V - A face de cada compartimento sem acesso restrito que for voltada para o lado externo do gabinete do dispositivo indicador controlador da bomba medidora deve ser de material que permita a passagem de sinal de radiofrequência e passagem de cabos.

VI - A linha de comunicação de dados da bomba medidora deve ter no mínimo quatro vias e estar disponível na caixa de ligação e no compartimento a que se refere o item 4.2.4.9 inciso II, sujeita aos requisitos 2.3 e 2.5.28 a 2.5.31 do Anexo C desta regulamentação.

VII - A alimentação elétrica deve ser disponibilizada no compartimento sem acesso restrito na mesma tensão e frequência da que alimenta a bomba medidora.

4.2.4.10 Os dispositivos auxiliares opcionais instalados no interior da bomba medidora devem fazer parte da avaliação do modelo da bomba medidora da qual for componente.

4.3 Dispositivos adicionais

4.3.1 Requisitos gerais dos dispositivos adicionais

4.3.1.1 Os dispositivos adicionais devem estar de acordo com a regulamentação pertinente no âmbito do Inmetro e devem cumprir os requisitos abaixo:

a) suportar a pressão máxima de funcionamento;

b) não deve influenciar na vazão máxima, de modo que essa permaneça dentro do limite estabelecido de 50% a 100% da vazão máxima declarada na portaria de aprovação de modelo;

c) não devem influenciar na exatidão das medições de maneira tal que os erros máximos admissíveis permaneçam dentro dos limites estabelecidos pelo presente regulamento.

4.3.2 O Conjunto de bombeamento deve estar localizado antes do dispositivo medidor, de modo que a perda de carga entre esses dois dispositivos seja desprezível.

4.3.2.1 O Conjunto de bombeamento deve possuir os seguintes componentes:

a) motor: deve movimentar a unidade de bombeamento;

b) unidade de bombeamento: deve ter a finalidade de recalcar ou aspirar e recalcar o combustível;

c) dispositivo de filtragem: deve ser capaz de reter impurezas sólidas que possam provocar desgastes prematuros no dispositivo medidor e estar localizado antes da unidade de bombeamento;

d) conjunto eliminador de ar e gases.

4.3.3 As bombas medidoras devem ser construídas e instaladas de tal forma que, durante o funcionamento normal, não haja entrada de ar e nem liberação de ar ou gases no líquido antes do dispositivo medidor.

4.3.3.1 Quando a bomba medidora for instalada com um sistema central de bombeamento, ou bombeamento remoto, os requisitos gerais em 6.3.3 devem ser observados.

4.3.4 Um conjunto eliminador de ar ou gases deve ser instalado quando a pressão na entrada da unidade de bombeamento for inferior à pressão atmosférica ou à pressão do vapor saturado do líquido, mesmo que momentaneamente, excetuando-se casos em que a tecnologia de medição empregada meça somente o líquido escoado.

4.3.4.1 O conjunto eliminador de ar ou gases deve ser instalado antes do dispositivo medidor, após a unidade de bombeamento de sucção ou deve estar combinado com a mesma

4.3.4.2 Se o conjunto eliminador de ar ou gases for instalado em nível inferior ao do medidor, uma válvula antirretorno equipada com um dispositivo limitador de pressão deve ser incorporada para evitar o esvaziamento da tubulação entre os dois componentes

4.3.5 A tubulação de remoção dos gases de um dispositivo eliminador de ar ou gases não deve possuir uma válvula de controle.

4.3.5.1 A tubulação de remoção dos gases de um dispositivo eliminador de ar ou gases deve ser de material rígido, que não permita obstrução sem sofrer deformação permanente.

4.3.6 O ar ou os gases separados por um dispositivo separador de ar ou gases devem ser eliminados automaticamente.

4.4 Dispositivo medidor

4.4.1 O dispositivo medidor deve estar instalado após o conjunto eliminador de ar e gases.

4.4.2 Deve ser construído de modo que as medições realizadas permaneçam dentro dos erros máximos admissíveis e repetitividade estabelecidos no presente regulamento.

4.5 Bico de descarga

4.5.1 O bico de descarga deve estar localizado após o dispositivo medidor e deve atender os seguintes requisitos:

a) dispor de válvula de comando manual e de válvula de retenção, a qual somente deve ser aberta quando submetida à pressão superior a 0,03 MPa;

b) ter vazão compatível com o limite de utilização da bomba medidora;

c) permitir de modo adequado e fácil o estabelecimento da vazão mínima;

d) suportar a pressão máxima indicada para a bomba medidora, não devendo apresentar vazamento.

4.6 Mangueira

4.6.1 As mangueiras devem estar instaladas após o dispositivo medidor e devem atender os seguintes requisitos:

a) as bombas medidoras devem funcionar com mangueiras cheias;

b) a variação de volume não deve ser superior a 3% quando submetida a uma pressão de 0,2 MPa em seu interior;

c) o comprimento máximo de todo o segmento flexível da mangueira da bomba medidora deve ser de 5m;

d) a distância máxima entre a conexão de saída da bomba medidora e a conexão entre a mangueira e o bico de descarga deve ser de 6m, incluindo-se todas as conexões metálicas, todos os dispositivos adicionais e seus segmentos flexíveis;

e) quando a bomba medidora for utilizada para abastecimento em condições especiais, o Inmetro pode, para cada caso, autorizar para o instrumento de medição específico, e não para o modelo, outros valores para o comprimento máximo.

4.7 Instalação de densímetro em bomba medidora de etanol hidratado combustível (EHC)

4.7.1 O densímetro termocompensado de leitura direta de teor alcoólico deverá ser de modelo aprovado pelo Inmetro.

4.7.2 Instalação de densímetro em bomba medidora de etanol hidratado combustível (EHC), em conjunto com o copo condensador deverá obedecer aos seguintes requisitos:

a) o conjunto (copo condensador e densímetro termocompensado de leitura direta de teor alcoólico) deve ser instalado na parte externa da bomba de combustível, ligado à rede do combustível antes do dispositivo medidor, por tubulação própria;

b) a altura superior do copo condensador em relação à base da bomba deverá ser máxima de 145 cm e mínima de 105 cm de modo a permitir uma boa visualização da leitura;

c) a conexão para abastecer o copo condensador deverá fornecer o fluido em quantidade suficiente e renová-lo sempre que houver novo abastecimento;

d) é permitido o uso de registro para ajustar o fluxo de fluido da conexão que abastece o copo condensador, desde que esse ajuste possa ser selado para impedir a obstrução dessa conexão;

e) o densímetro termocompensado de leitura direta de teor alcoólico deverá flutuar livremente dentro do copo condensador, sendo proibida sua fixação;

f) a tubulação não deverá apresentar obstrução impedindo a circulação do combustível;

g) a tubulação deve ser de material rígido, que não permita obstrução sem sofrer deformação permanente;

h) após a instalação do equipamento na bomba de combustível, deverão ser seladas as conexões de modo a impedir qualquer tipo de intervenção;

i) os pontos a serem selados deverão ser os indicados em portaria de aprovação de modelo da bomba medidora.

4.7.3 O uso de densímetro termocompensado de leitura direta de teor alcoólico a que se refere esta portaria fica condicionado à instalação e manutenção do equipamento por empresas autorizadas pelo Inmetro, as quais estão obrigadas a selar os pontos indicados conforme os desenhos anexados na portaria de aprovação da bomba medidora de combustíveis líquidos.

4.8 Dispositivo para recuperação de vapor

4.8.1 O dispositivo para recuperação de vapor deve atender ao previsto em 4.3.1.1.

4.9 Válvula de segurança de mangueira

4.9.1 A válvula de segurança de mangueira deve atender à regulamentação do Inmetro.

5. INSCRIÇÕES OBRIGATÓRIAS

5.1 Cada bomba medidora deve portar de forma legível e indelével as seguintes inscrições:

5.1.1 Identificação, afixada externamente no corpo da bomba medidora, em local de fácil visibilidade, com a borda superior em altura, em relação ao nível da base da bomba medidora, máxima de 160 cm e mínima de 115 cm:

a) identificação da aprovação de modelo, no formato "Portaria Inmetro nº NNN/AAAA", onde NNN e AAAA são o número e ano da aprovação, respectivamente;

b) identificação do requerente e do fabricante;

c) endereço do requerente e do fabricante

d) marca comercial

e) designação do modelo;

f) número de série;

g) ano de fabricação;

h) nome do país onde foi fabricada;

i) faixa de medição delimitada pela vazão mínima (Qmín) e pela vazão máxima (Qmáx);

j) pressão máxima (Pmáx);

k) identificação clara e unívoca de cada receptáculo dos bicos da bomba medidora múltipla;

l) quantidade mínima mensurável.

5.1.1.1 Caso não seja possível que a identificação seja afixada com a borda superior em altura de 115 cm, admite-se que essa altura seja de no mínimo 80 cm.

5.1.2 No painel indicador:

a) o tipo de combustível;

b) o preço unitário, na forma "preço por litro";

c) o total a pagar, na forma "total a pagar";

d) o volume entregue, na forma "litros";

e) O nome do dispositivo Bluetooth utilizado para emparelhamento do instrumento com a ferramenta de verificação de integridade de software, conforme descrito no Anexo C;

f) cada lado ou setor físico da bomba medidora de combustível que esteja associado a um ou mais dispositivos transdutores responsáveis pela realização de uma operação completa de medição de combustível, e que também esteja associado ao dispositivo indicador utilizado para apresentação do resultado da medição, deve ser identificado com as inscrições "LADO A", "LADO B", "LADO C",..., e assim sucessivamente, sendo que, por definição, o "LADO A" corresponde sempre àquele mais próximo à caixa de ligação da bomba.

5.1.3 No corpo do dispositivo medidor ou em uma placa fixada ao mesmo, em local de fácil visualização;

a) a identificação da aprovação de modelo, no formato "Portaria Inmetro nº NNN/AAAA", onde NNN e AAAA são o número e ano da aprovação, respectivamente;

b) identificação do requerente;

c) número de série.

5.1.4 Em local de fácil visualização, no dispositivo indicador:

a) a identificação da aprovação de modelo, no formato "Portaria Inmetro nº NNN/AAAA", onde NNN e AAAA são o número e ano da aprovação, respectivamente;

b) identificação do requerente;

c) número de série.

5.1.5 Na mangueira:

a) a identificação da aprovação de modelo da mangueira, no formato "Portaria Inmetro nº NNN/AAAA", onde NNN e AAAA são o número e ano da aprovação, respectivamente;

b) identificação do requerente.

5.1.6 No corpo do bico de descarga ou em uma placa fixada ao mesmo, em local de visualização direta, não oculta:

a) a identificação da aprovação de modelo do bico de descarga, no formato "Portaria Inmetro nº NNN/AAAA", onde NNN e AAAA são o número e ano da aprovação, respectivamente;

b) identificação do requerente (nome e CNPJ);

c) número de série.

5.1.7 Em local de fácil visualização, no dispositivo transdutor:

a) código de produto;

b) número de série.

5.1.8 Em local de fácil visualização, no dispositivo controlador:

a) código do produto;

b) número de série.

6. CONTROLE METROLÓGICO LEGAL

6.1 Aprovação de Modelo

6.1.1 Requisitos gerais da avaliação de modelo

6.1.1.1 As bombas medidoras sujeitas ao controle metrológico legal devem ser submetidas à avaliação de modelo.

6.1.1.2 Deve ser apresentado um exemplar de cada modelo para realização dos ensaios de avaliação de modelo.

6.1.1.3 No caso de família de modelos, deve ser apresentado, a critério do Inmetro, um ou mais exemplares de modelo representativo da família para realização dos ensaios de avaliação, abrangendo os modelos da família em questão

6.1.1.4 As bombas medidoras devem satisfazer, na avaliação de modelo, os requisitos dos Anexos A - Compatibilidade Eletromagnética e B - Segurança de Software e Hardware.

6.1.1.5 Os seguintes componentes obrigatórios de uma bomba medidora devem ser submetidos a uma avaliação de modelo separadamente: bico de descarga, mangueira, dispositivo indicador e dispositivo medidor.

6.1.1.6 Os componentes de uma bomba medidora devem estar em conformidade com os requisitos do presente regulamento.

6.1.1.7 A bomba medidora em avaliação de modelo deve atender totalmente os requisitos sem que se realize ajuste da mesma ou de seus dispositivos durante a realização dos ensaios.

6.1.1.8 A avaliação de modelo de uma bomba medidora consiste em verificar se seus componentes satisfazem os requisitos do presente regulamento, e que esses componentes sejam compatíveis mutuamente.

6.1.1.9 Os ensaios a serem realizados com vista à avaliação de modelo de uma bomba medidora devem ser determinados em função das aprovações de modelo já concedidas para os componentes da mesma.

6.1.2 Todos os ensaios a seguir devem ser realizados na bomba medidora completa:

a) verificação do funcionamento de seus componentes: conjunto de bombeamento, dispositivos separador e eliminador de ar e gases, dispositivo medidor, transdutor, indicador, auxiliares, adicionais, mangueira e bico;

b) determinação das vazões máxima e mínima;

c) determinação da pressão máxima de funcionamento;

d) ensaio de exatidão: determinação da curva de erros em diferentes vazões, respeitando-se o estabelecido em 3.1.

e) repetitividade;

f) ensaios nas bombas medidoras computadoras para verificação da correspondência entre o volume entregue e o total a pagar;

g) verificação do correto funcionamento do totalizador de volume;

h) verificação dos requisitos metrológicos e técnicos;

i) ensaio de durabilidade;

j) repetição dos ensaios acima, após a realização do ensaio de durabilidade.

6.1.3 Os ensaios devem ser realizados em seis vazões distribuídas dentro do campo de utilização, sendo que a mínima e a máxima devem estar compreendidas entre Qmin e 1,2Qmin, e 0,8Qmax e Qmax, respectivamente.

6.1.4 Os ensaios devem ser realizados nas condições limites de funcionamento.

6.1.5 Os ensaios de durabilidade devem ser realizados na vazão máxima da bomba medidora, entre 0,8Qmax e Qmax, com o líquido para o qual a bomba medidora se destina a ser utilizada ou um líquido com características similares, por um período de, no mínimo, 100 horas seguidas ou em diversos períodos, não podendo ultrapassar trinta dias para a conclusão.

6.1.6 É possível reduzir as etapas do processo de avaliação de modelo, quando a bomba medidora incluir componentes idênticos àqueles que equipam outro modelo de bomba medidora aprovada anteriormente, por um mesmo requerente, e quando as condições de funcionamento desses elementos forem idênticas.

6.1.7 Os seguintes componentes devem ser avaliados em separado, antes da aprovação da bomba medidora completa:

6.1.7.1 Avaliação de modelo de dispositivo indicador

I - Quando um dispositivo indicador for submetido à avaliação de modelo em separado, os ensaios podem ser realizados em simulador ou instalado em uma bomba medidora.

II - Todos os ensaios a seguir devem ser realizados:

a) Verificação do funcionamento da bomba medidora, com exame dos dispositivos auxiliares;

b) Ensaios nas bombas medidoras computadoras para verificação da correspondência entre o volume entregue e o total a pagar;

c) Verificação do correto funcionamento do totalizador de volume;

d) Verificação dos requisitos metrológicos e técnicos;

e) Ensaio de durabilidade.

6.1.7.2 Avaliação de modelo de dispositivo medidor

I - Quando um dispositivo medidor for submetido à avaliação de modelo em separado, todos os ensaios a seguir devem ser realizados:

a) Verificação dos requisitos metrológicos e técnicos;

b) Ensaios de exatidão;

c) Repetitividade;

d) Ensaio de durabilidade.

II - Em casos específicos, a critério do Inmetro, por exemplo: em caso de novas tecnologias, novas ligas metálicas, novos líquidos, a duração do ensaio de durabilidade pode ser aumentada, não podendo exceder 200 horas.

III - Após o ensaio de durabilidade, o dispositivo medidor deve ser novamente submetido aos ensaios de exatidão e repetitividade.

IV - Os erros determinados antes e após o ensaio de durabilidade devem permanecer dentro dos limites especificados em 3.1, sem qualquer modificação do ajuste ou correções.

6.1.7.3 Avaliação de modelo de bico de descarga

I - O bico de descarga deve dispor de válvula de comando manual e de válvula de retenção, a qual somente deve ser aberta quando submetida à pressão superior a 0,03 MPa.

II - O bico de descarga deve ter vazão compatível com o limite de utilização da bomba medidora.

III - O bico de descarga deve permitir de modo adequado e fácil o estabelecimento da vazão mínima.

IV - O bico de descarga deve suportar a pressão máxima indicada para a bomba medidora, não devendo apresentar vazamento.

V - Continuidade: deve possuir continuidade de aterramento ligada aos demais dispositivos e à bomba medidora.

6.1.7.4 Avaliação de modelo de mangueira

I - A mangueira deve ser construída com material de qualidade adequada, resistente aos diferentes processos de alteração causados pelo líquido escoado bem como aos eventuais choques, a que ficam sujeitos nas condições normais de trabalho.

II - A variação de volume não deve ser superior a 3% quando submetida a uma pressão em seu interior de 0,2 MPa.

III - A mangueira deve apresentar diâmetro interno uniforme.

IV - A mangueira deve apresentar espessura da parede uniforme.

V - A mangueira deve apresentar continuidade de aterramento.

6.1.7.5 Avaliação de modelo de dispositivos auxiliares

I - Todos os dispositivos auxiliares instalados na bomba medidora, inclusive os que não foram citados no presente regulamento, exceto os que são instalados utilizando a linha de dados e alimentação elétrica fornecidos pelo fabricante fora da área selada do gabinete, devem fazer parte da portaria de aprovação de modelo.

6.1.7.6 Avaliação de modelo de dispositivos adicionais

I - Exigências gerais

II - Todos os dispositivos adicionais instalados no interior da bomba medidora, inclusive os que não foram citados no presente regulamento, devem estar previstos na portaria de aprovação de modelo.

6.2 Verificação Inicial

6.2.1 As bombas medidoras só devem ser comercializadas ou expostas à venda depois de aprovadas na verificação inicial.

6.2.1.1 Os ensaios devem ser realizados em local definido pelo fabricante ou importador.

6.2.1.2 Por razões de segurança poderão ser admitidos ensaios com outros líquidos, desde que o comportamento seja semelhante àqueles para os quais a bomba medidora se destinar

6.2.2 Ensaios

6.2.2.1 A verificação inicial para a bomba medidora deve incluir:

a) um exame de conformidade da bomba medidora, incluindo os dispositivos auxiliares e os dispositivos adicionais, se aplicável;

b) ensaios de exatidão da bomba medidora nas condições limites de funcionamento, incluindo os dispositivos auxiliares e os dispositivos adicionais, se aplicável;

c) selagem dos pontos definidos na aprovação de modelo da bomba medidora;

d) verificação de integridade do software legalmente relevante da bomba medidora;

e) verificação do abastecimento de combustível finalizado e devidamente assinado com certificado digital ICP-Brasil.

6.2.2.2 Os ensaios de exatidão devem ser realizados respeitando o estabelecido em 3.1.1 e 3.1.3.

6.2.2.3 A selagem da bomba medidora deve obedecer ao plano de selagem indicado na portaria de aprovação do modelo.

6.2.2.4 A selagem deve ser realizada por meio de selos aprovados pelo Inmetro que proporcionem integridade suficiente.

6.2.2.5 Após a realização dos ensaios e a aprovação deve ser feita a aposição da Marca de Verificação.

I - O certificado de verificação pode ser emitido, caso solicitado.

6.2.2.6 As bombas medidoras reformadas nas fábricas ou em oficinas autorizadas pelo Inmetro devem cumprir todos os requisitos de verificação inicial.

6.3 Verificação Subsequente

6.3.1 Ensaios da verificação periódica e verificação após reparos

6.3.1.1 Conformidade ao modelo aprovado: observar se a bomba medidora conserva todas as características do modelo aprovado, através de exames visuais e operacionais.

6.3.1.2 Ensaio do bico de descarga.

6.3.1.3 Correspondência de volume e preço.

6.3.1.4 Dispositivo de bloqueio.

6.3.1.5 Verificação de integridade do software legalmente relevante da bomba medidora.

6.3.1.6 Verificação da assinatura digital de um abastecimento de combustível finalizado.

I - Usando a chave pública dos dispositivos transdutores envolvidos no abastecimento, validar os respectivos certificados digitais ICP-Brasil tipo OM-BR.

6.3.1.7 Os ensaios de exatidão devem ser realizados respeitando o estabelecido em 3.1.2.

6.3.1.8 A bomba medidora deverá ser ensaiada, no mínimo, na vazão máxima Q_2, sendo:

a) $0{,}9Q_{max} \leq Q_2 \leq Q_{max}$, sendo Q_{max} a vazão máxima obtida no local de instalação da bomba medidora, nas condições de utilização e nas condições reais de funcionamento;

b) Q_2 deve ser superior a, pelo menos, 50% da vazão máxima indicada na portaria de aprovação do modelo.

6.3.1.9 Na hipótese de ausência de selo nos locais indicados pela portaria de aprovação do modelo devem ser verificadas as partes que devem estar protegidas diretamente pelos selos danificados.

6.3.2 A verificação periódica é de caráter obrigatório e deve ser efetuada anualmente.

6.4 Ensaios de inspeção

6.4.1 Conformidade ao modelo aprovado: observar se a bomba medidora conserva todas as características do modelo aprovado, através de exames visuais e operacionais.

6.4.1.1 Os exames operacionais devem objetivar a verificação do atendimento aos preceitos técnicos e metrológicos estabelecidos no regulamento

6.4.1.2 Ensaio de exatidão de medição: verificar se os erros de indicação apresentados pela bomba medidora, em cada ensaio, não ultrapassam os erros máximos admissíveis estabelecidos em 3.1.2 e 3.1.3.

I - A bomba medidora deverá ser ensaiada, no mínimo, nas vazões Q_1 e Q_2, sendo:

a) $Q_{min} \leq Q_1 \leq 2Q_{min}$, onde Q_{min} é a vazão mínima indicada na placa de identificação da bomba medidora;

b) $0{,}9Q_{max} \leq Q_2 \leq Q_{max}$, sendo Q_{max} é a vazão máxima obtida no local de instalação da bomba medidora, nas condições de utilização e nas condições reais de funcionamento;

c) Q_2 deve ser superior, a pelo menos, a 50% da vazão máxima indicada na portaria de aprovação do modelo;

d) Pelo menos um ensaio deverá ser realizado em cada vazão;

e) Quando os erros relativos percentuais dos volumes entregues, respectivamente, nas vazões Q_1 e Q_2 forem de sinais diferentes, a soma do módulo de seus valores, tomados dois a dois, não pode ser superior a 0,5%.

6.4.1.3 Verificação de integridade do software legalmente relevante da bomba medidora.

6.4.1.4 Verificação da assinatura digital de um abastecimento de combustível finalizado.

I - Usando a chave pública dos dispositivos transdutores envolvidos no abastecimento, validar os respectivos certificados digitais ICP-Brasil tipo OM-BR.

7. CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

7.1 A bomba medidora, durante sua utilização e funcionamento, deve:

7.1.1 Manter todas as características de construção observadas na portaria de aprovação do modelo;

7.1.2 Manter todos os pontos de selagem previstos na portaria de aprovação do modelo;

7.1.3 Efetuar o abastecimento de forma que as partes interessadas possam acompanhar o processo;

7.1.4 Manter no dispositivo indicador e no dispositivo de impressão componente da bomba medidora; quando existir, a correspondência entre o volume fornecido e o total a pagar, de modo que permita a leitura e a impressão das indicações sem ambiguidade.

7.2 O tubo de eliminação de ar e gases deve estar selado em ambas as extremidades e permanentemente desobstruído.

7.2.1 O tubo de eliminação de ar e gases, quando conectado ao filtro, deve estar selado em ambas as extremidades e em todas as conexões entre os segmentos do tubo.

7.2.1.1 Não é permitida a utilização de qualquer dispositivo que vede essa conexão ou obstrua o dispositivo eliminador de ar e gases.

7.3 A bomba medidora deve funcionar sem fugas ou vazamento de combustível.

7.4 Os elementos de indicação devem estar em perfeito estado de funcionamento de modo que permitam a leitura das indicações sem ambiguidades.

7.5 O dispositivo indicador deve apresentar algarismos e unidades alinhados, legíveis e de acordo com o presente regulamento

7.6 Após cada retorno a zero, o desvio máximo no alinhamento dos algarismos indicadores não deve ultrapassar a menor divisão correspondente.

7.7 Não é permitida a exibição de informações adicionais similares às inscrições obrigatórias e às informações do abastecimento.

7.8 As bombas medidoras eletrônicas, quando da falta de energia elétrica, devem manter disponíveis, no mínimo por cinco minutos, as indicações da última entrega efetuada.

7.9 O sistema de iluminação das indicações, quando previsto na portaria de aprovação de modelo, deve estar em perfeito estado de funcionamento

7.10 A mangueira não deve apresentar malha interna aparente, bolha ou vazamento.

7.11 A mangueira deve permanecer cheia de produto, durante entregas sucessivas.

7.12 O comprimento máximo de todo o segmento flexível da mangueira da bomba medidora deve ser de 5m;

7.13 A distância máxima entre a conexão de saída da bomba medidora e a conexão entre a mangueira e o bico de descarga deve ser de até 6m, incluindo-se todas as conexões metálicas, todos os dispositivos adicionais e seus segmentos flexíveis.

7.14 A mangueira e o bico de descarga devem suportar a pressão máxima exercida pelo líquido, sem apresentar vazamentos.

7.15 O bico de descarga deve possibilitar vazões compatíveis com os limites de utilização da bomba medidora, permitindo a manipulação adequada em todo o intervalo de vazões.

7.16 O bico de descarga não pode apresentar vazamento superior a 40 mililitros quando acionado com a bomba medidora desligada.

7.17 A bomba medidora computadora deve estar desligada, quando o bico de descarga estiver na posição normal de descanso.

7.18 O sistema de bloqueio não pode permitir o acionamento indevido da bomba medidora.

7.19 As bombas medidoras computadoras eletrônicas devem possuir um sistema que impeça a continuidade do abastecimento sempre que o fornecimento do combustível for interrompido por um período de tempo superior a 60 segundos.

7.20 Quando a bomba medidora computadora for acionada, os elementos indicadores de volume e preço a pagar devem partir do zero, nos visores referentes ao abastecimento.

7.21 O detentor da bomba medidora, para os fins deste regulamento, deve dispor, no local de instalação, de uma medida materializada de volume compatível, de acordo com a Tabela 1, de modelo aprovado pelo Inmetro, destinada a ser utilizada pelo detentor da bomba medidora e pelo consumidor na verificação da mesma.

Tabela 1

Vazão máxima da bomba medidora conforme indicada na Portaria de aprovação do modelo (litros/minuto)	Capacidade da medida (litros)
Até 150	20
Acima de 150 a400	50
Acima de 400 a 800	100
Acima de 800	Conforme portaria de aprovação de modelo da bomba medidora

7.22 As medidas materializadas com capacidade de 20 litros devem ser verificadas pelo Inmetro e ajustadas a zero.

7.22.1 As demais medidas citadas em 7.21 deverão estar devidamente calibradas pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) ou verificadas pelo Inmetro e, em ambos os casos, ajustadas a zero.

7.23 O detentor da bomba medidora, para os fins deste regulamento, deve prover no local de instalação, condições adequadas, auxílio de pessoal capacitado para a correta operação dos equipamentos sujeitos às verificações metrológicas e medida materializada de volume adequada para utilização na verificação.

7.24 A vazão máxima medida não deve ser inferior a 50% da vazão máxima indicada na portaria de aprovação do modelo.

7.25 Apresentar inscrições que atendam ao disposto no presente regulamento.

7.26 O dispositivo de predeterminação deve estar em perfeito estado de funcionamento.

7.27 Nenhum dispositivo acoplado na mangueira deve comprometer o funcionamento ou a finalidade da válvula de segurança da mangueira.

7.28 Toda bomba medidora destinada originalmente à medição de combustíveis diferentes da gasolina pode ser fabricada de modo que possa também ser utilizada com esse combustível desde que o modelo do dispositivo para recuperação de vapor e a sua instalação estejam previstos na portaria de aprovação de modelo e ainda, que o modelo de bomba medidora a ser convertido para uso com gasolina não sofra modificação em campo com o objetivo de possibilitar essa instalação.

7.29 Toda bomba medidora destinada originalmente à medição de combustíveis diferentes de etanol hidratado combustível pode ser fabricada de modo que possa também ser utilizada com esse combustível, desde que a instalação de densímetro termocompensado e de dispositivo para recuperação de vapor esteja prevista na portaria de aprovação de modelo e que o modelo de bomba medidora a ser convertido para uso com etanol não sofra modificação em campo com o objetivo de possibilitar essa instalação.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

8.1 Sempre que forem realizadas transações comerciais de combustíveis líquidos é obrigatória a adoção de bombas medidoras computadoras de preços.

8.2 A bomba medidora pode ser equipada com dispositivos auxiliares e adicionais.

8.3 Quando o dispositivo auxiliar ou adicional for considerado componente obrigatório, este dispositivo deve ser parte integrante da bomba medidora.

8.4 O dispositivo medidor e a tubulação até o bico de descarga devem ser mantidos cheios de combustível durante a medição e durante os períodos de paralisação.

8.5 Uma bomba medidora, na qual o líquido possa circular no sentido oposto daquele do escoamento normal quando o conjunto de bombeamento for interrompido, deve ser munida de uma válvula de retenção.

8.6 O bico de descarga deve incorporar um dispositivo que impeça a drenagem da mangueira durante os períodos de paralisação.

8.7 Se a mangueira for constituída por diversos componentes, estes devem ser conectados por meio de um sistema de conexão que mantenha a mangueira cheia e que exija o uso de ferramenta para ser desconectado.

8.8 A bomba medidora eletrônica para combustíveis líquidos deve ser construída de forma que uma entrega interrompida por falha de alimentação de energia por um período superior a 15s não possa ser continuada.

8.9 Caracterização de uma bomba medidora.

8.9.1 Há tantas bombas medidoras quantos forem os dispositivos medidores empregados de forma independente na medição de um abastecimento.

8.9.1.1 Se houver mais de um dispositivo medidor, cujo funcionamento em conjunto resultar em uma única medição, esse conjunto de dispositivos medidores deve ser considerado como um único dispositivo medidor.

8.9.2 Bombas medidoras distintas podem ter componentes comuns, tais como conjunto de bombeamento, dispositivo controlador, filtro, conjunto eliminador de ar ou gases, dentre outros.

8.9.3 É considerado como bomba medidora simples o instrumento que efetuar uma entrega através de mais de um conjunto de abastecimento, cuja medição seja realizada por um dispositivo medidor ou mais de um dispositivo medidor funcionando em conjunto.

8.10 Toda a tubulação da bomba medidora, destinada a conduzir combustível, gases e vapores, exceto mangueiras flexíveis utilizadas no abastecimento de veículos, acessórios de segurança, tubos metálicos flexíveis que ligam a bomba medidora ao tanque de combustível e tubos metálicos flexíveis de recuperação de vapores, deve ser rígida, de deformação permanente, incluindo a tubulação externa ao densímetro termocompensado.

8.11 Para qualquer efeito e finalidade, o Inmetro considera válidos somente os resultados das medições realizadas por bombas medidoras de combustíveis líquidos aprovadas pelo Inmetro, não sendo admitidas medições paralelas.

8.12 O Anexo de software não se aplica à bombas medidoras não computadoras de preços nem a bombas medidoras mecânicas.

ANEXO B

REQUISITOS DE COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA
ENSAIOS DE COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA
CONDIÇÕES GERAIS

Os ensaios de compatibilidade eletromagnética descritos a seguir podem ser efetuados na bomba medidora eletrônica completa, ou na cabeça eletrônica incluindo o dispositivo sensor (sem incluir o conjunto de bombeamento e os bicos de descarga).

1.1.2. O equipamento sob ensaio (ESE), seja a bomba eletrônica completa, ou cabeça eletrônica deverá ser ensaiado com um simulador da vazão de liquido combustível que permita a determinação do erro de medição durante os ensaios.

1.1.2.1. Tal simulador deve ser fornecido pelo fabricante, e deverá estar adequado às capacidades físicas laboratoriais existentes.

1.1.2.2 O simulador deve efetuar as seguintes tarefas:

a) Fornecer ao sensor da bomba a grandeza de entrada correspondente a um determinado volume de combustível;

b) Simular um operador abrindo e fechando o bico da bomba durante um intervalo de tempo programável;

c) Permitir a simulação da operação da bomba conforme indicado no item 1.1.2.2.b. de forma repetitiva.

1.1.3. O ESE deve ser energizado com tensão nominal e de acordo com as condições de instalação estipuladas pelo fabricante.

1.1.4. A seguir devem ser realizados os seguintes ensaios:

a) Imunidade à variação na tensão de alimentação CA: utiliza-se como referência o procedimento de ensaio descrito no item 12.2 do documento D11:2013 da OIML;

b) Imunidade a curtas interrupções, quedas e variações de tensão na fonte de alimentação CA: utiliza-se como referência o procedimento de ensaio recomendado na norma IEC 61000-4-11:2004;

c) Imunidade a transientes elétricos rápidos: utiliza-se como referência o procedimento de ensaio recomendado na norma IEC 61000-4-4:2012;

d) Imunidade a descargas eletrostáticas: utiliza-se como referência o procedimento de ensaio recomendado na norma IEC 61000-4-2:2008;

e) Imunidade a campos eletromagnéticos de radio frequência irradiados: utiliza-se como referência o procedimento de ensaio recomendado na norma IEC 61000-4-3:2006+A1:2007+A2:2010;

f) Imunidade a campos eletromagnéticos de radio frequência conduzidos nas linhas de alimentação ou comunicação: utiliza-se como referência o procedimento de ensaio recomendado na norma IEC 61000-4- 6:2008.

1.1.5. Para a realização destes ensaios o fabricante da bomba de combustível deverá fornecer um dispositivo que simule a vazão do combustível continuamente durante os ensaios.

1.2. ENSAIO DE IMUNIDADE A CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS DE RADIOFREQUÊNCIA (RF) IRRADIADOS

1.2.1. Objetivo: verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de campos eletromagnéticos de RF irradiados.

1.2.2. Condições específicas: o ensaio deve ser realizado nas seguintes condições:

a) utiliza-se como referência o procedimento da Norma IEC 61000-4-3:2006+A1:2007 +A2:2010 para a configuração do ensaio e as especificações técnicas dos elementos necessários para a sua execução (gerador de sinais, antenas, atenuadores, acoplamentos, etc.);

b) faixa de frequência: 80 MHz a 2200 MHz;

c) modulação: 80 % AM, 1 kHz onda senoidal, polarização horizontal e vertical;

d) tempo de parada em cada freqüência (dwell time): suficiente efetuar uma medição do combustível;

e) nível de Severidade: 3 (10 V/m);

f) comprimento do cabo exposto ao campo eletromagnético: 1 m.

1.2.3. Resultado: a bomba de combustível é considerada aprovada se:

1.2.3.1. Durante a aplicação de RF irradiada, a variação nas indicações observadas não ultrapassou ±0,3% dos valores das indicações sem perturbação.

1.2.3.2. Durante e após a aplicação do ensaio o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções e indicações de preço unitário, total a pagar e volume entregue.

1.3. ENSAIO DE IMUNIDADE A CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS DE RADIO FREQUÊNCIA (RF) CONDUZIDOS

1.3.1. Objetivo: verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de campos eletromagnéticos de RF conduzidos nas linhas de alimentação ou comunicação.

1.3.2. Condições específicas: o ensaio deve ser realizado nas seguintes condições: a) utiliza-se como referência a recomendação da Norma IEC 61000-4-6 para a configuração do ensaio e as especificações técnicas dos elementos necessários para a sua execução (gerador de sinais, atenuadores, acoplamentos, etc.).

a) utiliza-se como referência a recomendação da Norma IEC 61000-4-6:2008 para a configuração do ensaio e as especificações técnicas dos elementos necessários para a sua execução (gerador de sinais, atenuadores, acoplamentos, etc.)

b) faixa de frequência: 150 kHz a 80 MHz;

c) modulação: 80 % AM, 1 kHz onda senoidal;

d) nível de severidade: 3 (10 V);

e) tempo de parada em cada frequência (dwell time): Suficiente efetuar uma medição da combustível.

1.3.3. Resultado: o ESE é considerado aprovado se:

1.3.3.1. Durante a aplicação de RF conduzida, a variação nas indicações observadas não ultrapassou ±0,3% dos valores das indicações sem perturbação.

1.3.3.2. Durante e após a aplicação do ensaio o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções e indicações de preço unitário, total a pagar e volume entregue.

1.4. ENSAIO DE IMUNIDADE A DESCARGAS ELETROSTÁTICAS

1.4.1. Objetivo: verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de descargas eletrostáticas por contato (diretas e indiretas) ou pelo ar.

1.4.2. Condições específicas: o ensaio deve ser realizado nas seguintes condições:

a) utiliza-se como referência a recomendação da Norma IEC 61000-4-2:2008 para a configuração do ensaio e as especificações técnicas dos elementos necessários para a sua execução (gerador de descarga, planos de acoplamento, etc.).

b) descargas por contato (diretas e indiretas): 6 kV, nas polaridades positiva e negativa;

c) descargas pelo ar: 8 kV, nas polaridades positiva e negativa.

1.4.2.1. As descargas por contato diretas devem ser aplicadas nas superfícies condutoras do ESE e superfícies condutoras tratadas (pintadas) que não são declaradas como isolantes pelo fabricante.

1.4.2.2. As descargas por contato indireto devem ser aplicadas nos planos de acoplamento verticais colocados nas proximidades do ESE.

1.4.2.3. As descargas pelo ar devem ser aplicadas nas superfícies isolantes do ESE e superfícies condutoras tratadas (pintadas) e declaradas como isolantes pelo fabricante.

1.4.2.4. As descargas eletrostáticas devem ser aplicadas em superfícies do ESE que sejam acessíveis ao operador durante utilização normal.

1.4.3. Resultado: o ESE é considerado aprovado se:

1.4.3.1. o erro de medição durante a aplicação de descargas eletrostáticas continua dentro dos limites definidos no RTM.

1.4.3.2. Durante e após a aplicação da perturbação o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções e indicações de preço unitário, total a pagar e volume entregue.

1.5. ENSAIO DE IMUNIDADE A TRANSIENTES ELÉTRICOS RÁPIDOS

1.5.1. Objetivo: verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de transientes elétricos rápidos na fonte de alimentação AC ou nas portas de comunicação.

1.5.2. Condições específicas: o ensaio deve ser realizado nas seguintes condições:

I) o ESE deve ser ensaiado nas condições de operação, devendo ser registrado o erro de medição antes do ensaio, a temperatura e umidade relativa do ar.

II) Utiliza-se como referência a recomendação da Norma IEC 61000-4-4:2012 para a configuração do ensaio e as especificações técnicas dos elementos necessários para a sua execução (gerador de transientes, rede de acoplamento, clamp capacitivo, etc.)

III) o nível de severidade é nível 3, conforme descrito a seguir:

a) na fonte de alimentação: ± 2 kV de tensão pico e taxa de repetição de 5 kHz;

b) nas portas de comunicação: ± 1 kV de tensão pico e taxa de repetição de 5 kHz.

1.5.3. Resultado: O ESE é considerado aprovado se:

1.5.3.1. A medição dos erros antes, durante e depois da aplicação dos transientes rápidos continua dentro dos limites definidos pelo RTM;

1.5.3.2. Durante e após a aplicação do ensaio o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções e indicações de preço unitário, total a pagar e volume entregue.

1.6. ENSAIO DE VARIAÇÃO NA TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO CA

1.6.1. Objetivo: verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de variações na tensão de alimentação.

1.6.2. Condições específicas: este ensaio deve ser realizado considerando os seguintes aspectos:

1.6.2.1. O ESE deve ser ensaiado nas condições de operação, devendo ser registrado o erro de medição antes do ensaio, a temperatura e umidade relativa do ar.

1.6.2.2. Utiliza-se como referência o item 12.2 recomendado no documento D11 da Organização Internacional de Metrologia Legal.

1.6.2.3. O fabricante deverá especificar no manual de instruções a tensão nominal do ESE, sendo tomado este valor como tensão de referência.

1.6.2.3.1 Quando especificada uma faixa de tensão, este ensaio deverá ser feito usando como tensão de referência, primeiro o limite inferior e depois o limite superior da faixa especificada.

1.6.3. Resultado: o ESE é considerado aprovado se:

a) é possível realizar a medição de combustível com a tensão de alimentação em cada um dos limites de tensão de ensaio;

b) os erros de medição continuam dentro dos limites definidos pelo RTM;

c) o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções e indicações de preço unitário, total a pagar e volume entregue.

1.7. ENSAIO DE IMUNIDADE A CURTAS INTERRUPÇÕES, QUEDAS E VARIAÇÕES DE TENSÃO NA FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC

1.7.1. Objetivo: verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de curtas interrupções, quedas e variações de tensão na fonte de alimentação AC.

1.7.2. Condições específicas: o ensaio deve ser realizado nas seguintes condições:

a) o ESE deve ser ensaiado nas condições de operação, devendo ser registrado o erro de medição antes do ensaio, a temperatura e umidade relativa do ar;

b) utiliza-se como referência a recomendação da Norma IEC 61000-4-11:2004 para a configuração do ensaio e as especificações técnicas dos elementos necessários para a sua execução (gerador de quedas, variac, etc.)

1.7.2.1. O fabricante deverá especificar no manual de instruções a tensão nominal do ESE, sendo tomado este valor como tensão de referência. Quando especificada uma faixa de tensão nominal (min Vnom e max Vnom), deverá ser calculada a diferença entre o limite superior e o inferior da faixa de tensão nominal especificada pelo fabricante (max min ΔV =Vnom −Vnom).

1.7.2.1.1 a tensão de referência para este ensaio deverá ser escolhida conforme os seguintes critérios:

a) Se min $\Delta V \leq 2{,}0 \cdot$Vnom , então a tensão de referência será o limite inferior da faixa min Vnom ;

b) em qualquer outro caso, o ensaio deverá ser realizado duas vezes, tomando como tensão de referência, primeiro o limite superior e depois o limite inferior ou vice-versa.

1.7.2.2. O nível de severidade é classe 2, sendo que deverão ser aplicadas as seguintes perturbações:

a) queda de tensão 1: amplitude da tensão de referência: 0%, durante 9 ms (0,5 ciclo);

b) queda de tensão 2: amplitude de tensão de referência: 0%, durante 17 ms (1 ciclo);

c) queda de tensão 3: amplitude de tensão de referência 70%, durante 500 ms (30 ciclos).

1.7.2.3. Cada perturbação deverá ser repetida no mínimo 10 vezes, com um intervalo de tempo entre repetições de no mínimo 10 s.

1.7.3. Resultado: o ESE é considerado aprovado se:

a) o erro de medição antes, durante e depois da aplicação do ensaio continua dentro dos limites definidos pelo RTM;

b) durante e após a aplicação do ensaio o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções e indicações de preço unitário, total a pagar e volume entregue.

ANEXO C

REQUISITOS DE SEGURANÇA DE SOFTWARE E HARDWARE

1. TERMINOLOGIA

1.1 Assinatura digital: Resultado proveniente de processo algorítmico, que assegura autenticidade, integridade, não-repúdio, e autoria de uma medição ou arquivo digital.

1.2 Autenticidade: garantia da identidade declarada/alegada de um usuário, processo ou dispositivo.

1.3 Carga de software: processo de transferência de software para os dispositivos de hardware do instrumento por intermédio de qualquer meio técnico apropriado.

1.4 Dispositivo controlador: dispositivo responsável por controlar os outros dispositivos da bomba medidora e processar a informação metrológica.

1.5 Dispositivo indicador: dispositivo que apresenta os resultados das medições.

1.6 Dispositivo controlador-indicador: dispositivo que reúne as funcionalidades dos dispositivos controlador e indicador.

1.7 Dispositivo medidor: componente de uma bomba medidora que transforma o fluxo ou o volume do líquido medido em sinais, de qualquer natureza, que são transmitidos para o dispositivo transdutor.

1.8 Dispositivo transdutor: dispositivo que transforma os sinais de informação gerados pelo dispositivo medidor em um sinal de saída que representa a massa ou o volume de combustível a ser medido sob a forma de dados digitais, a serem transmitidos ao dispositivo controlador por meio do protocolo de comunicação.

1.9 Identificador do abastecimento do dispositivo controlador: número inteiro, iniciando em zero e monotonamente crescente, que identifica univocamente cada abastecimento realizado pela bomba medidora.

1.10 Identificador do abastecimento do dispositivo transdutor: número inteiro, iniciando em zero e monotonamente crescente, que identifica univocamente o abastecimento realizado por um dado transdutor.

1.11 Identificador unívoco do transdutor: conjunto alfanumérico único que identifica o modelo e o número de série do transdutor.

1.12 Integridade: garantia de que os dados, software, ou parâmetros não foram submetidos à alterações, intencionais ou não intencionais, durante o uso, reparo, manutenção, transferência ou armazenamento.

1.13 Interface de comunicação: qualquer tipo de interface (ótica, rádio, eletrônica etc.) que habilite a transferência de informações entre dispositivos do instrumento de medição, ou com dispositivos externos.

1.14 Interface de separação: conjunto de componentes de software e/ou hardware que define a separação entre módulos de software e/ou hardware legalmente relevantes e não legalmente relevantes, por meio da qual comandos ou dados são trocados entre as partes legalmente relevantes e não legalmente relevantes.

1.15 Interface de usuário: interface que permite a troca de informações entre um usuário ou operador e o instrumento ou seus componentes de software e hardware.

1.16 Interface de verificação metrológica: interface que permite e troca de informações legalmente relevantes entre um agente metrológico e o instrumento ou seus componentes de software e hardware.

1.17 Meio inseguro de comunicação: meio que compartilha tráfego de dados com outras aplicações e não provê requisitos de autenticidade e integridade.

1.18 Nome do dispositivo Bluetooth: sequência de caracteres que corresponde ao identificador da interface de comunicação serial sem fio padrão Bluetooth utilizada como interface de verificação metrológica.

1.19 Partes legalmente relevantes: partes do software/hardware/dados do instrumento diretamente envolvidas ou que de alguma forma interferem nas características metrológicas regulamentadas pela metrologia legal.

1.20 Registro de alterações/auditoria: conjunto de dados contendo o registro de quaisquer eventos e/ou alterações no instrumento que sejam legalmente relevantes e passíveis de influenciar suas características metrológicas.

1.21 Registro de Alteração de Parâmetros Metrológicos Relevantes: registro de auditoria que armazena os eventos relacionados às alterações de parâmetros metrológicos relevantes no instrumento.

1.22 Registro de Interrupções de Funcionamento do Instrumento: registro de auditoria que armazena os eventos relacionados às interrupções no funcionamento do instrumento ou de algum de seus dispositivos.

1.23 Registro de Eventos de Manutenção: registro de auditoria que armazena os eventos relacionados às operações de manutenção no instrumento.

1.24 Registro de Cargas de Software Legalmente Relevante: registro de auditoria que armazena os eventos relacionados às operações de carga de software legalmente relevante no instrumento.

1.25 Requisitos gerais de software: requisitos que tratam de aspectos técnicos referentes às tecnologias de uso geral em instrumentos de medição controlados por software.

1.26 Requisitos específicos de software: requisitos que tratam de aspectos técnicos referentes às tecnologias específicas utilizadas no instrumento ou à inclusão de funcionalidades complementares.

1.27 Separação de software: separação do software de um instrumento nas partes legalmente relevante e não legalmente relevante, que se comunicam por meio de uma interface de software.

1.28 Verificação de integridade: procedimento que estabelece se um arquivo, software ou firmware corresponde a um arquivo, software ou firmware previamente conhecido.

1.29 Versão de software: sequência de caracteres que identifica univocamente um módulo de software e suas alterações.

2. REQUISITOS GERAIS DE SOFTWARE E HARDWARE

2.1 O software e o hardware considerados legalmente relevantes devem satisfazer à totalidade dos requisitos gerais.

2.2 Versão do software legalmente relevante.

2.2.1 O software legalmente relevante do instrumento e/ou de suas partes deve possuir uma versão que o identifique univocamente.

2.2.2 A versão deve ser apresentada por comando executado a partir das interfaces de usuário e de verificação metrológica.

2.2.3 Qualquer alteração no software do instrumento e/ou de suas partes e que seja definida como legalmente relevante deve implicar na geração de uma nova versão de software que o identifique univocamente.

2.3 Proteção de Software e Hardware

2.3.1 O software e o hardware do instrumento devem ser projetados e construídos de tal forma que a possibilidade de seu uso impróprio ou fraudulento, quer seja intencional, não intencional ou acidental, sejam mínimas.

2.3.2 As proteções do software compreendem métodos de selagem que utilizem meios físicos, eletrônicos ou criptográficos e devem garantir que intervenções ou alterações não autorizadas no software e no hardware do instrumento sejam evitadas e, caso aconteçam, sejam evidenciadas.

2.3.4 Partes legalmente relevantes do instrumento: quer sejam de software ou de hardware, não podem ser inadmissivelmente influenciadas por outras partes do instrumento de medição.

2.3.5 O software e os parâmetros legalmente relevantes devem ser protegidos contra modificações inadmissíveis ou não autorizadas, carga de software não autorizada e modificações causadas pela troca indevida de unidades de memória.

2.3.6 Em complementação à selagem mecânica, outros meios técnicos devem ser utilizados para proteger partes do instrumento que possuam sistema operacional embarcado, interfaces de comunicação ou opção de carga de software.

2.3.7 Somente funções claramente documentadas podem ser ativadas pelas interfaces de usuário, de verificação metrológica e de comunicação, que devem ser concebidas de forma a impedir o uso fraudulento ou impróprio do instrumento.

2.3.8 Os parâmetros que definem características metrológicas do instrumento devem ser armazenados de forma segura, protegidos contra intrusão e modificações indevidas, podendo ser alterados somente mediante procedimento documentado pelo fabricante.

2.3.9 O evento a que se refere o item 2.3.7 (alteração de parâmetros relevantes) deve implicar no rompimento de lacres físicos, bem como no armazenamento desta ação em um registro de auditoria implementado em memória não volátil (Registro de Alteração de Parâmetros Metrológicos Relevantes).

2.3.10 O registro do evento a que se refere o item 2.3.8 deve conter os seguintes dados: identificação do nível de acesso do responsável pela alteração, data e hora da alteração, tipo do parâmetro alterado, e os valores anterior e posterior à alteração.

2.3.11 Os registros de auditoria a que se refere o item 2.3.8 devem ser armazenados em fila circular em memória não volátil.

2.3.12 Cada evento armazenado no registro de auditoria a que se refere o item 2.3.8 deve estar associado a um identificador (índice do registro) que observe a ordem cronológica dos eventos causadores do registro.

2.3.13 O prazo mínimo do armazenamento a que se refere o item 2.3.8 é de 5 (cinco) anos.

2.3.14 No caso de preenchimento total da memória a que se refere o item 2.3.8 antes do prazo a que se refere o item 2.3.12, o instrumento deve sinalizar sua ocorrência no dispositivo indicador e impedir sua utilização até a substituição do dispositivo que abrigue a memória utilizada para armazenamento do registro de auditoria.

2.3.15 Os registros de auditoria a que se refere o item 2.3.8 devem ser disponibilizados para leitura por intermédio da interface de verificação metrológica, conforme definido na Norma NIT-Sinst-020.

2.3.16 Deve-se garantir que os componentes que armazenam registros de auditoria, dados e parâmetros legalmente relevantes sejam física e logicamente invioláveis.

2.3.17 Deve-se garantir que o dispositivo transdutor do instrumento seja inviolável, não sendo permitido o acesso físico, ou lógico indevido, ao seu interior.

2.4 Detecção de falhas

2.4.1 O instrumento deve possuir funções de detecção de falhas, a critério do fabricante, mediante implementações de software e/ou hardware

2.4.2 No caso de ocorrência de falhas, o software envolvido na detecção deve reagir de modo apropriado e conforme descrito no manual operacional do instrumento.

2.4.3 O instrumento deve interromper seu funcionamento caso:

a) seja constatada diferença na indicação de volume de combustível, acima do especificado pelo fabricante, entre a soma das medições realizadas por cada dispositivo transdutor utilizado no abastecimento e o valor registrado pelo dispositivo controlador;

b) sejam detectadas tentativas de acesso não autorizadas no instrumento, tanto por meios físicos como por meios lógicos.

2.4.4 Em caso de interrupção do funcionamento do instrumento devido a algum dos motivos elencados no item 2.4.3, uma mensagem de erro deve ser exibida no dispositivo indicador até que seja realizada uma operação de manutenção pelo responsável autorizado pelo órgão metrológico.

2.4.5 O evento a que se refere o item 2.4.3 (interrupção de funcionamento do instrumento) deve ser armazenado em um registro de auditoria implementado em memória não volátil (Registro de Interrupções de Funcionamento do Instrumento), da mesma forma como definido nos itens 2.3.10 a 2.3.15. e 2.4.6.

2.4.6 O registro do evento a que se refere o item 2.4.5 deve conter os seguintes dados:

a) identificação do tipo de evento que gerou a interrupção no funcionamento do instrumento;

b) o no identificador do dispositivo associado à falha identificada;

c) data e hora da interrupção.

2.4.7 O evento a que se refere o item 2.4.4 (operação de manutenção do instrumento) deve ser armazenado em um registro de auditoria implementado em memória não volátil (Registro de Eventos de Manutenção), da mesma forma como definido nos itens 2.3.10 a 2.3.15.

2.48 O registro do evento a que se refere o item 2.4.7 deve conter os seguintes dados:

a) identificação do nível de acesso do responsável pela manutenção do instrumento;

b) o resultado da operação de manutenção, a identificação do dispositivo ou parte da bomba medidora que foi alvo da operação de manutenção;

c) data e hora da operação.

2.5 Comunicação entre dispositivos de hardware da bomba medidora

2.5.1 A comunicação entre dispositivo transdutor, dispositivo controlador e dispositivo indicador deve ser realizada através de protocolo de comunicação definido pelo fabricante sendo facultado, adicionalmente ao protocolo, o uso de outros modos de comunicação.

2.5.2 O dispositivo transdutor deve armazenar internamente um certificado digital ICP-Brasil tipo OMBR. que permita referenciá-lo sem ambiguidade.

2.5.3 Cada dispositivo transdutor deve ser capaz de gerar um par de chaves criptográficas de forma segura, exportar sua chave pública, gerar requisição de certificado digital assinado com a chave privada, receber e exportar o certificado digital de objeto metrológico ICP Brasil tipo OM-BR.

2.5.3.1 Cada dispositivo transdutor deve assinar digitalmente o pacote de dados especificado no item 2.5.14.

2.5.3.2 Cada dispositivo transdutor deve exportar o certificado digital através de protocolo de comunicação definido pelo fabricante.

2.5.3.3 Deve ser disponibilizado um método para extração do certificado digital contido em cada dispositivo transdutor, bem como as ferramentas de hardware e software necessárias para realização dessa operação.

2.5.4 Dispositivos transdutores devem possuir certificados digitais padrão ICP-Brasil e identificadores unívocos diferentes.

2.5.5 A chave privada gerada por cada dispositivo transdutor deve ser armazenada de modo inviolável e inextricável do meio físico e lógico, assim como não pode ser exportada em hipótese alguma.

2.5.6 Os identificadores unívocos de cada dispositivo transdutor e as chaves públicas contidas nos respectivos certificados OM-BR devem ser armazenados no dispositivo controlador e no dispositivo indicador.

2.5.7 Antes de cada abastecimento, deve ser verificado se os identificadores unívocos e as chaves públicas de cada dispositivo transdutor estão armazenados no dispositivo indicador.

2.5.8 Em caso de falha na verificação referida no item 2.5.7, o dispositivo transdutor cuja verificação não for positiva deve ter seu funcionamento impedido até que seja realizada operação de manutenção pelo responsável autorizado pelo órgão metrológico.

2.5.9 O evento a que se refere o item 2.5.8 (interrupção de funcionamento do dispositivo transdutor) deve ser armazenado no mesmo registro de auditoria a que se refere o item 2.4.5 (Registro de Interrupções de Funcionamento do Instrumento).

2.5.10 O registro do evento a que se refere o item 2.5.9 deve conter os seguintes dados:

a) identificação do tipo de evento que gerou a interrupção no funcionamento do instrumento;

b) o no identificador do dispositivo associado à falha identificada;

c) data e hora da interrupção.

2.5.11 O evento a que se refere o item 2.5.8 (operação de manutenção do instrumento) deve ser armazenado no mesmo registro a que se refere o item 2.4.7 (Registro de Eventos de Manutenção). 2.5.12 O registro do evento a que se refere o item 2.5.11 deve conter os seguintes dados:

a)identificação do nível de acesso do responsável pela manutenção do instrumento;

b) o resultado da operação de manutenção, a identificação do dispositivo ou parte da bomba medidora que foi alvo da operação de manutenção;

c) data e hora da operação.

2.5.12 Ao final da operação de abastecimento ou no caso de o fornecimento do combustível for interrompido por um período de tempo superior a 60 segundos, o dispositivo transdutor deve transmitir ao dispositivo indicador as informações de totalização da medição em um pacote de dados assinado digitalmente com a chave privada a que se refere o subitem 2.5.3.

2.5.13 O pacote de dados citado no item 2.5.12 deve conter as seguintes informações:

a) o identificador do abastecimento fornecido pelo dispositivo controlador;

b) a identificação unívoca do dispositivo transdutor;

c) a identificação unívoca do dispositivo controlador;

d) o identificador do abastecimento do dispositivo transdutor;
e) constante de calibração do dispositivo transdutor;
f) volume medido pelo dispositivo transdutor;
g) volume total da transação fornecido pelo dispositivo controlador;
h) valor monetário total da transação fornecido pelo dispositivo controlador;
i) preço por litro do combustível fornecido pelo dispositivo controlador;
j) data e hora do abastecimento fornecidas pelo dispositivo controlador.

2.5.14 Cada dispositivo transdutor deve realizar internamente:
a) transformação dos sinais de informação gerados pelo dispositivo medidor em um sinal de saída que representa a massa ou o volume de combustível a ser mensurado;
b) a geração dos pacotes de dados a que se refere o item 2.5.13;
c) a assinatura digital do pacote de dados a que se refere o item 2.5.13

2.5.15 Ao final do abastecimento, o dispositivo indicador deve, no mínimo, apresentar as informações:
a) volume total da transação fornecido pelo dispositivo controlador a que se refere o item 2.5.13 alínea g;
b) valor monetário total da transação fornecido pelo dispositivo controlador a que se refere o item 2.5.13 alínea h;
c) preço por litro do combustível fornecido pelo dispositivo controlador a que se refere o item 2.5.13 alínea i.

2.5.16 Imediatamente após o recebimento do pacote de dados assinado a que se refere o item 2.5.12, sua assinatura digital deve ser verificada pelo dispositivo indicador, que deve sinalizar se o resultado da operação de verificação for positivo.

2.5.17 Se o resultado da verificação da assinatura digital a que se refere o item 2.5.16 for negativo, o funcionamento do dispositivo transdutor correspondente ao abastecimento deve ser impedido até que seja verificado e liberado pelo responsável técnico autorizado pelo órgão metrológico, e uma mensagem de erro deve ser apresentada no painel indicador.

2.5.18 O evento a que se refere o item 2.5.17 (interrupção de funcionamento do dispositivo transdutor) deve ser armazenado no mesmo registro de auditoria a que se refere o item 2.4.5 (Registro de Interrupções de Funcionamento do Instrumento).

2.5.19 O registro do evento a que se refere o item 2.5.18 deve conter os seguintes dados:
a) identificação do tipo de evento que gerou a interrupção no funcionamento do instrumento;
b) no do dispositivo transdutor associado à falha identificada;
c) data e hora da interrupção.

2.5.20 O evento a que se refere o item 2.5.17 (operação de manutenção do instrumento) deve ser armazenado no mesmo registro de auditoria a que se refere o item 2.4.7 (Registro de Eventos de Manutenção).

2.5.21 O registro do evento a que se refere o item 2.5.20 deve conter os seguintes dados:
a) identificação do nível de acesso do responsável pela manutenção do instrumento;
b) o resultado da operação de manutenção;
c) o código de identificação do dispositivo ou parte da bomba medidora que foi alvo da operação de manutenção;
d) data e hora da operação.

2.5.22 No caso de o instrumento utilizar um dispositivo controlador-indicador, este deve realizar a verificação da assinatura digital do pacote de dados a que se refere o item 2.5.12, e sinalizar se o resultado da operação de verificação for positivo.

2.5.23 Se o resultado da verificação da assinatura digital referida no item 2.5.22 for negativo, o funcionamento do dispositivo transdutor cuja verificação não foi positiva deve ser impedido até que seja realizada operação de manutenção pelo responsável autorizado pelo órgão metrológico, e uma mensagem de erro deve ser apresentada no dispositivo indicador.

2.5.24 Os eventos a que se refere o item 2.5.23 (interrupção de funcionamento do dispositivo transdutor e operação de manutenção do instrumento) devem ser armazenados nos registros de auditoria, da mesma forma como descrito nos itens 2.5.18 a 2.5.21.

2.5.25 Diferenças de arredondamento entre os resultados apresentados no dispositivo indicador e os resultados de medições provenientes do dispositivo transdutor não podem ser superiores aos erros máximos admissíveis para o instrumento.

2.5.25.1 As diferenças de arredondamento a que se refere este item devem ser avaliadas no dispositivo indicador.

2.5.25.2 As regras e operações utilizadas para arredondamento devem estar conforme definido nos itens 6.2.3.7 e 6.2.3.7.1 deste Regulamento Técnico Metrológico (Requisitos Técnicos).

2.5.26 O dispositivo indicador deve verificar se, para o pacote de dados recebido a que se refere o item 2.5.13, o valor denominado como "volume medido pelo dispositivo transdutor" (2.5.13.f) está conforme definido no item 2.5.25, quando comparado com o valor denominado como "volume total da transação" (2.5.13.g).

2.5.27 Se o resultado da verificação a que se refere o item 2.5.26 for negativo, o funcionamento do dispositivo transdutor envolvido na transação deve ser impedido até que seja realizada operação de manutenção pelo responsável autorizado pelo órgão metrológico, e uma mensagem de erro deve ser exibida.

2.5.28 O evento a que se refere o item 2.5.27 (interrupção de funcionamento do dispositivo transdutor) deve ser armazenado no mesmo registro de auditoria a que se refere o item 2.4.5 (Registro de Interrupções de Funcionamento do Instrumento).

2.5.29 O registro dos eventos a que se refere o item 2.5.28 devem conter as seguintes informações:
a) identificação do nível de acesso do responsável pela manutenção do instrumento;
b) o resultado da operação de manutenção;
c) o código de identificação do dispositivo ou parte da bomba medidora que foi alvo da operação de manutenção;
d) data e hora da operação.

2.5.30 Não pode haver conexões de equipamentos auxiliares, não constantes na Portaria de Aprovação de Modelo, diretamente nas placas eletrônicas do dispositivo transdutor, controlador ou indicador.

2.5.31 As interfaces de comunicação do instrumento com equipamentos auxiliares externos devem ser protegidas contra tentativas de acessos não autorizados ou indevidos ao instrumento.

2.5.32 Os comandos dos protocolos de interface de comunicação com equipamentos auxiliares externos não devem alterar parâmetros, dados e software legalmente relevantes de forma diferente daquela declarada pelo fabricante.

2.6 Verificação de integridade de software

2.6.1 Deve ser disponibilizada uma interface de verificação metrológica no instrumento que será utilizada para:
a) acesso ao Registro de Alteração de Parâmetros Metrológicos Relevantes;
b) acesso ao Registro de Interrupções de Funcionamento do Instrumento;
c) acesso ao Registro de Eventos de Manutenção;
d) acesso ao Registro de Cargas de Software Legalmente Relevante;
e) acesso ao pacote de dados gerado e assinado digitalmente por cada dispositivo transdutor utilizado no último abastecimento, juntamente com o sua respectiva chave pública contida no certificado digital OMBR;
f) execução do procedimento de verificação de integridade do software dos dispositivos transdutores e indicadores.

2.6.2 Para o instrumento bombas medidoras de combustíveis líquidos, a interface de verificação metrológica a que se refere o item 2.6.1 corresponde a uma interface de comunicação serial de dados padrão Bluetooth.

2.6.3 As especificações da interface de verificação metrológica, o respectivo protocolo de comunicação e o procedimento de verificação de integridade do software legalmente relevante são descritas na Norma NIT Sinst-020.

2.6.4 O nome do dispositivo Bluetooth utilizado para emparelhamento com dispositivos externos deve estar afixado em área visível sobre a superfície do instrumento, conforme descrito no item 5 deste Regulamento Técnico Metrológico (Inscrições Obrigatórias).

2.6.5 A operação de emparelhamento da interface Bluetooth com dispositivos externos deve ser possível em qualquer momento a partir do início de cada operação de abastecimento.

2.6.6 A identificação visual do nome do dispositivo Bluetooth a que se refere o item 2.6.4 deverá ser atualizada sempre que for necessária a substituição e/ou reconfiguração do dispositivo Bluetooth instalado na bomba medidora.

2.7 Documentação requerida para os requisitos gerais

2.7.1 As partes ou componentes do sistema de medição que realizem funções legalmente relevantes devem ser claramente identificadas, definidas e documentadas.

2.7.2 O requerente deve fornecer a documentação relacionada a seguir.

2.7.2.1 Descrição funcional do instrumento.

2.7.2.2 Manual operacional do instrumento.

2.7.2.3 Especificação do hardware contendo:
a) descrição completa do hardware contemplando arquitetura em módulos;
b) diagramas de blocos funcionais de cada módulo;
c) diagrama esquemático das placas e componentes;
d) especificação das interfaces de comunicação existentes incluindo seus tipos e protocolos de comunicação utilizados;
e) especificação de segurança do hardware criptográfico que armazena as chaves criptográficas e o processo de requisição e armazenamento do certificado digital ICP-Brasil.

2.7.2.4 Descrição funcional da interface de usuário do instrumento, incluindo menus, diálogos e funções existentes que tenham efeitos em dados, parâmetros e software legalmente relevantes.

2.7.2.5 Lista de todas as funções que podem ser ativadas através da interface de usuário e que tenham efeitos em dados, parâmetros e software legalmente relevantes, com as correspondentes ações passíveis de serem desencadeadas no instrumento.

2.7.2.6 Descrição de como a versão de software é construída, como é organizada, e como pode ser visualizada.

2.7.2.7 Descrição das medidas de proteção contra uso fraudulento e intrusão inadmissível ou não autorizada, incluindo planos de selagem e meios eletrônicos e criptográficos.

2.7.2.8 Descrição das medidas de proteção contra carga ou modificações não autorizadas de software.

2.7.2.9 Descrição do procedimento de registro de alteração de parâmetros que definem características legalmente relevantes do instrumento e do formato dos dados armazenados.

2.7.2.10 Descrição das medidas de proteção contra alterações indevidas dos parâmetros que definem características legalmente relevantes do instrumento.

2.7.2.11 Descrição do meio técnico que garante inviolabilidade do dispositivo transdutor conforme item 2.3.16.

2.7.2.12 Lista de falhas detectáveis, descrição do algoritmo ou método de detecção, descrição da reação do instrumento à detecção de cada falha, conforme item 2.4.

2.7.2.13 Descrição do protocolo de comunicação entre o dispositivo transdutor e o dispositivo controlador, conforme item 2.5.1.

2.7.2.14 Descrição do meio que assegura a inviolabilidade das chaves criptográficas a que se referem os itens 2.5.3 e 2.5.5.

2.7.2.15 Descrição do procedimento de registro dos eventos de interrupção de funcionamento e de operações de manutenção do instrumento, e o formato dos dados armazenados.

2.7.2.16 Descrição do formato do pacote de dados assinado, conforme item 2.5.14.

2.7.2.17 Descrição do procedimento de extração dos certificados digitais armazenados nos dispositivos transdutores do instrumento, e também do modo de operação das ferramentas de hardware e software fornecidas para essa operação.

2.7.2.18 Especificação do algoritmo de assinatura digital utilizado, conforme item 2.5.3.

2.7.2.19 Acesso irrestrito ao código-fonte completo e comentado do software legalmente relevante dos dispositivos transdutor e indicador. Acesso ao código fonte dá-se no local de avaliação de modelo.

2.7.2.20 Descrição do procedimento de vinculação entre o dispositivo transdutor e os dispositivos indicadores, incluindo o registro da identificação unívoca do dispositivo transdutor e sua respectiva chave pública contida no certificado digital OM-BR.

2.8 Software e Hardware para avaliação de modelo

2.8.1 O requerente deve fornecer o software e hardware necessários para que os requisitos deste Anexo possam ser avaliados, incluindo: dispositivo transdutor, dispositivo controlador, dispositivo indicador, outros dispositivos, cabos de conexão, interfaces de hardware (de usuário, de comunicação, de verificação metrológica) e ferramentas de software e hardware necessárias para funcionamento e avaliação do instrumento.

2.9 Ensaios funcionais de requisitos gerais de software

2.9.1 A critério do Inmetro, os ensaios funcionais descritos na última versão da norma NIT-Sinst-022 podem ser realizados para evidenciar o cumprimento dos requisitos gerais de segurança de software e hardware.

3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE SOFTWARE E HARDWARE

3.1 O software e o hardware legalmente relevantes que empregarem as funcionalidades tecnológicas específicas a seguir devem satisfazer os requisitos técnicos correspondentes, adiante elencados.

3.2 Separação de software e/ou hardware

3.2.1 Todos os módulos de software e hardware do dispositivo transdutor e dispositivo indicador, que realizem funções legalmente relevantes, formam as partes legalmente relevantes do instrumento.

3.2.2 São consideradas partes legalmente relevantes do dispositivo transdutor os elementos de software e hardware que atuem desde o momento da aquisição de dados, geração da informação de volume medido, processamento desta informação até o momento da assinatura digital e, no dispositivo indicador, os elementos de software e hardware que atuem desde o recebimento da informação do abastecimento, conferência da assinatura digital até a publicação da informação de medição.

3.2.3 Partes legalmente relevantes do hardware e/ou do software do instrumento não podem ser inadmissivelmente influenciadas por comandos recebidos por meio de interfaces de comunicação ou de partes não legalmente relevantes do instrumento.

3.2.4 Deve haver uma correspondência unívoca e não ambígua entre cada comando emitido via interface (de usuário, de verificação metrológica, de comunicação ou de separação) e cada função iniciada no software legalmente relevante ou alterações de dados realizadas na parte legalmente relevante.

3.2.5 Se a separação de software e/ou hardware não for possível ou for desnecessária, o software e/ou o hardware dos dispositivos transdutores e indicadores, como um todo, será considerado legalmente relevante.

3.2.6 Todas as comunicações entre as partes legalmente relevantes e não legalmente relevantes devem ser realizadas exclusivamente por intermédio de uma interface de separação de software e/ou de hardware definida especificamente para este fim.

3.2.7 A partes legalmente relevantes do instrumento, incluindo a interface de separação, devem ser clara e completamente identificadas e documentadas.

3.2.8 O requerente deve declarar a completude dos comandos referido no item 3.2.7.

3.2.9 O resultado de medição não deve ser comprometido por atrasos ou bloqueios ocorridos pela realização de tarefas não legalmente relevantes.

3.3 Armazenamento e transmissão de dados em meio inseguro.

3.3.1 No caso de transmissão de dados legalmente relevantes através de meio inseguro de comunicação ou armazenamento de dados para uso legalmente relevante futuro, estes devem ter sua autenticidade e integridade garantidas.

3.3.2 A autenticidade e integridade devem ser garantidas através da assinatura digital do pacote de dados a que se refere o item 2.5.13.

3.3.3 A assinatura digital do pacote de dados a que se refere o item 2.5.13 deve ser verificada pelo software e/ou hardware responsável por sua publicação ou processamento.

3.3.4 Se, no processo descrito em 3.3.3, alguma irregularidade for detectada, os dados devem ser descartados.

3.3.5 Componentes de software e/ou hardware que preparam dados legalmente relevantes para armazenamento ou transmissão, ou que realizam a verificação dos dados após leitura ou recepção, pertencem à parte legalmente relevante.

3.3.6 Chaves criptográficas privadas empregadas devem ser mantidas secretas e seguras internamente ao instrumento.

3.4 Carga de software legalmente relevante

3.4.1 Somente pode ser carregado no instrumento software submetido pelo requerente ao Inmetro e aprovado no processo de avaliação de modelo.

3.4.2 O instrumento não pode realizar medições durante o processo de carga de software legalmente relevante.

3.4.3 Ao final do procedimento de carga e instalação de novo software, o ambiente de proteção deve retornar ao mesmo nível de segurança declarado no processo de avaliação de modelo.

3.4.4 Devem ser empregados meios técnicos para garantir a autenticidade e integridade do software a ser carregado.

3.4.5 Se a autenticidade ou integridade do novo software não puderem ser verificadas, o instrumento deve descartá-lo e utilizar a versão anterior, ou tornar-se inoperante.

3.4.6 A carga e a tentativa de carga de software devem implicar no rompimento de lacres físicos, bem como no registro desta ação em um registro de auditoria implementado em memória não volátil (Registro de Cargas de Software Legalmente Relevante), da mesma forma como definido nos itens 2.3.10 a 2.3.15.

3.4.7 O registro dos eventos a que se refere o item 3.4.6 (carga ou tentativa de carga de software) deve conter os seguintes dados:

a) identificação do nível de acesso do responsável pela carga;

b) data e hora da carga, sucesso ou insucesso da carga, e;

c) as versões anterior e posterior à carga.

3.5 Carga de software não legalmente relevante.

3.5.1 A carga de software não legalmente relevante pode ser realizada sem necessidade de sua aprovação pelo Inmetro.

3.6 Arquiteturas que utilizam múltiplos dispositivos transdutores (N > 1) para um mesmo abastecimento.

3.6.1 Ao final de cada abastecimento, cada dispositivo transdutor utilizado no abastecimento deve transmitir ao dispositivo indicador sua respectiva informação de totalização da medição por meio de pacotes de dados assinados digitalmente com a chave privada a que se refere o subitem 2.5.3.

3.6.2 Caso o fornecimento do combustível seja interrompido por um período de tempo superior a 60 segundos, cada dispositivo transdutor utilizado no abastecimento deve transmitir ao dispositivo indicador sua respectiva informação de totalização da medição por meio de pacotes de dados assinados digitalmente com a chave privada a que se refere o subitem 2.5.3.

3.6.3 Imediatamente após o recebimento dos pacotes de dados a que se refere o item 2.5.14, o dispositivo indicador deve verificar se cada um dos pacotes de dados recebidos tem como origem dispositivos transdutores distintos entre si.

3.6.4 Se o resultado da verificação a que se refere o item 3.6.3 for negativo, o funcionamento dos dispositivos transdutores envolvidos na transação deve ser impedido até que seja realizada operação de manutenção pelo responsável autorizado pelo órgão metrológico, e uma mensagem de erro deve ser exibida.

3.6.5 Imediatamente após o recebimento dos pacotes de dados a que se refere o item 2.5.13, o dispositivo indicador deve verificar se as informações constantes do pacote de dados denominadas como "identificador do abastecimento" (2.5.13.alínea a), "volume total da transação" (2.5.13.alínea g), "valor monetário total da transação" (2.5.13.alínea h), "preço por litro" (2.5.13.alínea i) e "data e hora" (2.5.13.alínea j) são idênticas para todos os pacotes recebidos.

3.6.6 Se o resultado da verificação a que se refere o item 3.6.5 for negativo, o funcionamento dos dispositivos transdutores envolvidos na transação deve ser impedido até que seja realizada operação de manutenção pelo responsável autorizado pelo órgão metrológico, e uma mensagem de erro deve ser exibida.

3.6.7 Imediatamente após o recebimento dos pacotes de dados assinados a que se refere o item 2.5.12, a assinatura digital dos dispositivos transdutores envolvidos no abastecimento deve ser verificada pelo dispositivo indicador, que deve sinalizar se o resultado da operação de verificação foi positivo para todos os dispositivos envolvidos.

3.6.8 Se o resultado da verificação da assinatura digital a que se refere o item 3.6.7 for negativo para algum dos dispositivos transdutores envolvidos no abastecimento, o funcionamento deste dispositivo deve ser impedido até que seja verificado e liberado pelo responsável técnico autorizado pelo órgão metrológico, e uma mensagem de erro deve ser apresentada no dispositivo indicador.

3.6.9 O evento a que se refere o item 3.6.8 (interrupção de funcionamento do dispositivo transdutor) deve ser armazenado no mesmo registro de auditoria a que se refere o item 2.4.5 (Registro de Interrupções de Funcionamento do Instrumento).

3.6.10 O registro do evento a que se refere o item 4.6.9 deve conter os seguintes dados:

a) identificação do tipo de evento que gerou a interrupção no funcionamento do instrumento;

b) o no do dispositivo transdutor associado à falha identificada,

c) data e hora da interrupção.

3.6.11 Diferenças de arredondamento entre os resultados apresentados no dispositivo indicador e os resultados de medições provenientes da composição de medições de múltiplos transdutores não podem ser superiores aos erros máximos admissíveis para o instrumento.

3.6.11.1 As diferenças de arredondamento a que se refere este item devem ser avaliadas no dispositivo indicador.

3.6.11.2 As regras e operações utilizadas para arredondamento devem estar conforme definido no item 4.2.3.7 deste Regulamento Técnico Metrológico (Requisitos Técnicos).

3.6.12 O dispositivo indicador deve verificar se, para todos os pacotes de dados recebidos a que se refere o item 2.5.13, o resultado da soma de todos os valores denominados como "volume medido pelo dispositivo transdutor" (2.5.13. alínea f) está conforme definido no item 3.6.11, quando comparado com o valor constante dos pacotes de dados denominado como "volume total da transação" (2.5.13. alínea g).

3.6.13 Se o resultado da verificação a que se refere o item 3.6.12 for negativo, o funcionamento dos dispositivos transdutores envolvidos na transação deve ser impedido até que seja realizada operação de manutenção pelo responsável autorizado pelo órgão metrológico, e uma mensagem de erro deve ser exibida.

3.6.14 Os eventos a que se referem os itens 3.6.4, 3.6.6 e 3.6.13 (operação de manutenção do instrumento) devem ser armazenados no mesmo registro de auditoria a que se refere o item 3.4.7 (Registro de Eventos de Manutenção).

3.6.15 O registro dos eventos a que se refere o item 3.6.14 devem conter as seguintes informações:

a) identificação do nível de acesso do responsável pela manutenção do instrumento;

b) o resultado da operação de manutenção;

c) o código de identificação do dispositivo ou parte da bomba medidora que foi alvo da operação de manutenção;

d) data e hora da operação.

3.7 Documentação requerida para os requisitos específicos.

3.7.1 Documentação requerida para separação de software e/ou hardware.

3.7.1.1 Projeto da separação de software e/ou hardware; descrição e identificação dos módulos de software (programas, sub-rotinas, bibliotecas) e hardware (placas eletrônicas, componentes, transdutores) que realizem funções legalmente relevantes ou que contenham dados legalmente relevantes.

3.7.1.2 Descrição da interface de separação entre as partes legalmente relevantes e não legalmente relevantes.

3.7.1.3 Acesso irrestrito ao código-fonte do software legalmente relevante, incluindo a interface de separação.

3.7.1.4 Relação completa, descrição e funcionalidades dos comandos de interface de separação.

3.7.1.5 Declaração de completude dos comandos de interface de separação.

3.7.2 Documentação requerida para armazenamento e transmissão de dados legalmente relevantes

3.7.2.1 Descrição dos métodos que garantem autenticidade e integridade na transmissão ou armazenamento de dados.

3.7.2.2 Especificação do algoritmo de assinatura digital utilizado.

3.7.2.3 Descrição do meio e protocolo de transmissão e/ou armazenamento.

3.7.2.4 Código-fonte do software que prepara os dados para transmissão/ armazenamento e recepção/leitura.

3.7.2.5 Descrição das medidas que garantem a segurança das chaves criptográficas utilizadas.

3.7.3 Documentação requerida para carga de software legalmente relevante

3.7.3.1 Descrição do procedimento de carga de software legalmente relevante.

3.7.3.2 Descrição dos meios pelos quais se garante autenticidade e integridade do software a ser carregado.

3.7.3.3 Descrição do procedimento de registro das atualizações de software e o formato dos dados armazenados.

3.8 Ensaios funcionais de requisitos específicos de software e/ou hardware

3.8.1 A critério do Inmetro, os ensaios funcionais descritos na Norma Inmetro Técnica NIT-Sinst-022 podem ser realizados para evidenciar o cumprimento dos requisitos gerais de segurança de software e hardware.

4. ORGANIZAÇÃO E POSSE DA DOCUMENTAÇÃO E CÓDIGO FONTE

4.1 O requerente é o fiel depositário da documentação, incluindo o código fonte.

4.2 A documentação deve atender os seguintes requisitos:

a) O conteúdo do pacote de documentação a ser entregue deve ser organizado conforme descrito na NITSinst-003;

b) O pacote de documentação deve ser compactado e armazenado de forma segura, ficando de posse do fabricante de forma permanente e disponível para acesso sob demanda do Inmetro;

c) Deve ser fornecido um resumo criptográfico, hash, desse arquivo compactado utilizando algoritmo criptográfico seguro;

d) Deve ser fornecido um hash para cada binário oriundo da compilação do código fonte legalmente relevante;

e) Deve ser estabelecido um procedimento seguro que permita demonstrar periodicamente ao Inmetro que está em posse do pacote de entrega, isto é, provar que possui a pré-imagem do hash à que se refere o item 4.2 alínea b) e demais documentos inclusos no pacote disponibilizado durante o processo de aprovação de modelo.

4.3 Os hashes a que se referem o item 4.2 (pacote de entrega e de cada um dos binários) devem ser declarados na portaria de aprovação de modelo.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Manutenção e reparo

5.1.1 Ao dispositivo transdutor não é permitida manutenção e em caso de defeito deve ser devolvido ao fabricante e substituído por outro original.

5.2 Avaliação de Modelo

5.2.1 Todas as versões do software legalmente relevante do instrumento devem ser avaliadas e aprovadas pelo Inmetro previamente à sua carga no instrumento.

5.2.2 Em casos omissos, o Inmetro se reserva o direito de definir quais componentes de software e hardware são legalmente relevantes.

5.3 Segurança do processo de emissão de certificado digital para a bomba de combustível

5.3.1 É responsabilidade do fabricante sob supervisão do INMETRO garantir ambiente seguro e controlado para emissão de certificado digital padrão ICP-Brasil

5.3.2 O certificado digital e os algoritmos criptográficos utilizados no processo de assinatura digital mencionado neste RTM são definidos conforme regulamentos da ICP-Brasil e do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

5.4 Verificações iniciais, subsequentes e inspeções

5.4.1 Nas verificações iniciais e subsequentes, o instrumento deve ter a integridade de seu software legalmente relevante verificada e os valores atuais dos parâmetros legalmente relevantes devem ser registrados.

5.4.2 Nas verificações, inicial, subsequentes e inspeções metrológicas, ou a qualquer momento, o instrumento que apresente mau funcionamento da interface de verificação metrológica deve ser interditado até que seja inspecionado, corrigido e liberado pelo responsável autorizado pelo órgão metrológico.

ANEXO D

POLITICA DE TRANSIÇÃO PARA OS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO EM USO

1. VERIFICAÇÃO INICIAL

1.1 Ensaios de verificação inicial realizados em instrumentos aprovados segundo a Portaria Inmetro n.º 23/1985 devem ser realizados conforme o previsto em 6.2 do Anexo A, excetuando-se os ensaios previstos em 6.2.2.1 alíneas "d" e "e".

2. VERIFICAÇÕES SUBSEQUENTES E INSPEÇÕES

2.1 Ensaios de verificação periódica e verificação após reparos realizados em instrumentos aprovados segundo a Portaria Inmetro n.º 23/1985.

2.1.1 Devem ser observadas as condições de utilização e funcionamento conforme item 7 do presente Regulamento, excetuando-se o disposto em 7.2, 7.2.1, 7.2.1.1, 7.21, 7.22.1 e 7.25 do Anexo A.

2.1.1.1 O disposto no subitem 7.19 do Anexo A deve ser observado somente nas bombas medidoras que tenham sido aprovadas com dispositivo indicador dotado de controle direto do acionamento do motor elétrico e que possua sistema de desligamento automático.

2.1.2 A selagem do tubo de eliminação de ar e gases deve obedecer ao plano de selagem indicado na Portaria de Aprovação do Modelo, não sendo permitida a utilização de qualquer dispositivo que vede essa conexão ou obstrua o dispositivo eliminador de ar e gases.

2.1.3 O detentor da bomba medidora, para os fins deste Regulamento, deve dispor no local de instalação, de uma medida materializada de volume de 20 litros que atenda aos requisitos regulamentares.

2.1.4 As bombas medidoras devem apresentar as inscrições obrigatórias conforme indicadas na Portaria de Aprovação do Modelo.

2.1.5 Devem ser realizados os ensaios previstos em 6.3.1 do Anexo A, excetuando-se os previstos em 6.3.1.5 e 6.3.1.6.

2.2 Requisitos de software e hardware

2.2.1 Para os instrumentos aprovados segundo a Portaria Inmetro n° 23/1985 não são aplicáveis os ensaios de verificação subsequente dos itens 5.4.1 e 5.4.2 do Anexo C.

2.3 Ensaios de inspeção realizados em instrumentos aprovados segundo a Portaria Inmetro nº 23/1985.

2.3.1 Devem ser realizados os ensaios previstos em 6.4 do Anexo A, excetuando-se os previstos em 6.4.1.3 e 6.4.1.4.

2.3.2 Para o atendimento ao subitem 6.4.1, excetuam-se os requisitos previstos em 7.2, 7.2.1, 7.2.1.1, 7.21, 7.22.1 e 7.25 do Anexo A.

2.3.3 O disposto no subitem 7.19 do Anexo A. deve ser observado somente nas bombas medidoras que tenham sido aprovadas com dispositivo indicador dotado de controle direto do acionamento do motor elétrico e que possua sistema de desligamento automático.

2.3.4 A selagem do tubo de eliminação de ar e gases deve obedecer ao plano de selagem indicado na portaria de aprovação do modelo, não sendo permitida a utilização de qualquer dispositivo que vede essa conexão ou obstrua o dispositivo eliminador de ar e gases.

2.3.5 O detentor da bomba medidora, para os fins deste Regulamento, deve dispor no local de instalação de uma medida materializada de volume de 20 litros que atenda aos requisitos regulamentares.

2.3.6 As bombas medidoras devem apresentar as inscrições obrigatórias conforme indicadas na sua portaria de aprovação do modelo.

3. CONSIDERAÇÃO FINAL

3.1 Os demais itens do presente Regulamento aplicáveis aos instrumentos em uso devem ser exigidos durante o período de transição.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 7.964, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base na Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020, e o que consta do processo Susep nº 15414.603036/2022-79, resolve:

Art.1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de SIMPLE2U SEGUROS S.A., CNPJ nº 40.997.879/0001-02, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Autorizar SIMPLE2U SEGUROS S.A. a operar em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) em conformidade com o Edital Eletrônico Susep nº 1/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

PORTARIA SUSEP Nº 7.966, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no art. 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.600630/2022-16, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores e o estatuto social de DASSEG SEGUROS S.A., com sede na cidade de Pinheiros - ES, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de abril de 2022, rerratificadora da assembleia geral de constituição realizada em 10 de janeiro de 2022.

Art. 2º Conceder à DASSEG SEGUROS S.A. autorização para operar seguros de danos e pessoas, no segmento S3, na 4ª (quarta) e 6ª (sexta) regiões do território nacional.

Art. 3º Ratificar que o capital social de DASSEG SEGUROS S.A. é de R$ 5.000.000,00, dividido em 5.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Art. 4º Ratificar que o controle acionário e a ingerência efetiva nos negócios de DASSEG SEGUROS S.A. são exercidos pelo Sr. Dilmar Antônio Simonetti.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

PORTARIA SUSEP Nº 7.967, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.603613/2022-22, resolve:

Art.1º Homologar a expansão da participação qualificada direta de CATLIN RE SWITZERLAND LTD, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Suíça, em AXA XL RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 19.323.175/0001-68, com sede na cidade de São Paulo - SP, nos termos do Contrato de Venda de Ações e outras Avenças celebrado em 21 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 747, DE 26 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.605241/2022-79, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de membros do comitê de auditoria de XS4 CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 38.155.804/0001-32, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 15 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 748, DE 26 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608980/2022-12, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de MBM SEGURADORA S.A., CNPJ nº 87.883.807/0001-06, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 31 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 749, DE 26 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605488/2022-95, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores da ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A., CNPJ nº 32.357.481/0001-83, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 2 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 750, DE 26 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607602/2022-11, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administrador da BRASILPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A, CNPJ nº 27.665.207/0001-31, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 9 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 751, DE 26 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608312/2022-95, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administrador da MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 6 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 752, DE 27 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.609544/2022-61, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores da ALFA SEGURADORA S.A., CNPJ nº 02.713.529/0001-88, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 31 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

ATA DA 18ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2022

Em vinte de maio de dois mil e vinte e dois, às 9h, realizou-se a 18ª Assembleia Geral Extraordinária da Empresa, agendada por meio do Ofício SEI nº 144404/2022/ME, de 13.5.2022, da Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, com as participações do Sr. Milton Bandeira Neto, Procurador da Fazenda Nacional, representante da União conforme delegação de competência constante da Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 1º de julho de 2019, edição 124, seção 2, página 25, conforme registro no Livro de Presença de Acionistas nº 001, fls. 025; do Sr. Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo, Presidente do Conselho de Administração da EMGEA; do Sr. Miguel Ragone de Mattos, Presidente do Conselho Fiscal da EMGEA; e da Sra. Elâine Cristina Macedo Grisóstomo, Assessora-Sênior. O representante da União convidou o Sr. Gustavo Lobo, Presidente do COSAD, a presidir os trabalhos da Assembleia e a Sra. Elâine Cristina Macedo Grisóstomo a secretariá-los. Composta a mesa e verificado o quórum legal para a instalação em primeira convocação e para as deliberações, o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, esclarecendo que a publicação de anúncios havia sido dispensada, nos termos dos Arts. 124, § 4º, e 133, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976. A acionista única, por meio de seu representante, dispensou a leitura dos documentos, por já serem esses do conhecimento de todos, em seguida, informou aos presentes o único assunto componente da ordem do dia: (I) eleição de Marcelo Dias Varella ao cargo de Conselheiro Fiscal titular da EMGEA. Prosseguindo, o Presidente da Assembleia esclareceu que os documentos e informações relativos ao assunto constante da ordem do dia haviam sido disponibilizados ao representante da acionista desde a expedição do instrumento de convocação. A acionista única, por meio de seu representante, dispensou a leitura dos documentos, por já serem esses do conhecimento de todos, tendo votado: (I) pela eleição do Senhor MARCELO DIAS VARELLA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Cédula de identidade nº M**736**, emitida pela Secretaria de Segurança de Minas Gerais, em 15.3.1992, inscrito no CPF sob nº ***.638.656-**, residente em Brasília (DF), e domiciliado no SBS quadra 2, Bloco B - Asa Sul - Brasília (DF), para exercer a função de membro titular do Conselho Fiscal da companhia, para cumprir prazo de atuação de dois anos, de 20 de maio de 2022 a 20 de maio de 2024 em substituição ao Sr. Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes. Esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, a Ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada, na forma do Art. 130 da Lei nº 6.404/1976, pelo representante da única acionista e pelos integrantes da mesa. A Secretária da Assembleia declara que a referida ata é cópia fiel da constante no respectivo livro de atas. Brasília, 20 de maio de 2022. a) Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo - Presidente da mesa da Assembleia; Milton Bandeira Neto - Representante da União; e Elâine Cristina Macedo Grisóstomo - Secretária. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro desta Ata em 25 de maio de 2022 sob o número 1841206. #

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 119, DE 12 DE MAIO DE 2022

Divulga o resultado prévio da avaliação pedagógica das obras literárias inscritas e validadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 2/2020 - PNLD 2022 - Objeto 2 - Obras Literárias - Educação Infantil.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado prévio da avaliação pedagógica das obras literárias no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2022 - Educação Infantil, conforme o Edital de Convocação CGPLI nº 2/2020 - PNLD 2022 - Objeto 2 - Obras Literárias - Educação Infantil.

§ 1º O resultado prévio da avaliação pedagógica de obras literárias do PNLD 2022 - Educação Infantil encontra-se disposto no Anexo I desta Portaria.

§ 2º Os prazos, os procedimentos e as determinações constantes na Seção I e na Seção II aplicam-se às obras reprovadas e aprovadas com falhas pontuais previstas no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Em atendimento ao Decreto nº 9.099, de 19 de julho de 2017, e ao disposto no Edital CGPLI nº 2/2020, as obras literárias avaliadas receberam pareceres indicando sua:

I - Aprovação;

II - Aprovação condicionada à correção de falhas pontuais;

III - Reprovação.

Art. 3º Todos os pareceres estarão disponíveis no dia subsequente à publicação desta Portaria, na Plataforma PNLD-Digital, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Parágrafo único. O acesso aos pareceres será feito por meio de representante legal (detentor de direito autoral) já cadastrado na Plataforma PNLD-Digital, quando da etapa de inscrição, ou por seu substituto, se for o caso.

Seção I

Da Correção de Falhas Pontuais na Avaliação Pedagógica de Obras Literárias

Art. 4º Caso a obra literária tenha sido aprovada condicionada à correção de falhas pontuais, o detentor de direito autoral deverá reapresentar a obra corrigida, conforme especificações do Edital CGPLI nº 2/2020, com as devidas correções apontadas no respectivo parecer, no prazo de dez dias corridos, a contar do dia subsequente à publicação desta Portaria.

§ 1º As obras deverão ser carregadas na Plataforma PNLD-Digital, em versão caracterizada, acompanhadas da Declaração de Correção de Falhas Pontuais e da Ficha de Correção de Falhas Pontuais, constantes no Anexo II e no Anexo III, respectivamente, desta Portaria.

§ 2º A obra só será considerada aprovada para compor o Guia de Livros Didáticos se as falhas apontadas no parecer forem devidamente sanadas e a nova versão corrigida for carregada na Plataforma PNLD-Digital.

Seção II

Dos Recursos

Art. 5º O parecer referente à análise da obra literária aprovada condicionada à correção de falhas pontuais poderá ser objeto de recurso fundamentado por parte do editor, no prazo de dez dias corridos, a contar do dia subsequente à publicação desta Portaria.

Art. 6º O parecer referente à análise da obra literária reprovada poderá ser objeto de recurso fundamentado por parte do editor, no prazo de dez dias corridos, a contar do dia subsequente à publicação desta Portaria, vedados pedidos genéricos de revisão da avaliação.

Art. 7º O detentor de direito autoral poderá interpor somente 1 (um) recurso por obra aprovada condicionada à correção de falhas pontuais ou obra reprovada, conforme o caso.

Art. 8º O recurso deverá ser apresentado na Plataforma PNLD-Digital em versão caracterizada, em conformidade com as especificações constantes no Edital CGPLI nº 2/2020.

Art. 9º A Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) proferirá decisão sobre os recursos em até 30 dias, conforme rege o Edital CGPLI nº 2/2020, que ficarão disponíveis no mesmo endereço de visualização dos pareceres.

§ 1º O recurso será encaminhado às equipes de avaliação para reconsideração.

§ 2º Em caso de não reconsideração, a SEB poderá constituir equipes para analisar os recursos, conforme descrito no Decreto nº 9.099, de 2017.

Art. 10. A equipe citada no § 2º do art. 9º ficará encarregada de analisar o recurso e emitir manifestação exclusivamente sobre a procedência ou improcedência do recurso, vedada a reavaliação integral da obra literária.

Art. 11. A SEB não analisará recurso impresso ou encaminhado em formato incompatível ao disposto nesta Portaria.

Seção III

Do Resultado da Avaliação

Art. 12. O resultado final da avaliação será publicado no Diário Oficial da União, divulgado nos portais www.mec.gov.br e www.fnde.gov.br e disponibilizado na Plataforma PNLD-Digital, com listagem dos editores e das obras aprovadas.

Art. 13. A SEB não se responsabilizará por cadastramentos, acessos e inserção de documentos que não forem concretizados por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

ANEXO I

OBRAS APROVADAS - PNLD 2022 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Ordem	Código da Obra	Categoria	Resultado
1	0567 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
2	0603 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
3	0810 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
4	0736 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
5	0302 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
6	0372 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
7	0808 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
8	0694 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
9	0474 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
10	0799 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
11	0501 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
12	0237 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
13	0067 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
14	0832 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
15	0443 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
16	0648 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
17	0469 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
18	0475 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
19	0266 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
20	0725 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
21	0245 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
22	0137 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
23	0555 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
24	0774 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
25	0335 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
26	0248 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
27	0273 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
28	0080 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
29	0155 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
30	0704 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
31	0507 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
32	0744 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
33	0215 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
34	0650 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
35	0500 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
36	0663 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
37	0702 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
38	0049 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
39	0682 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
40	0684 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
41	0136 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
42	0675 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
43	0179 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
44	0180 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
45	0784 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
46	0658 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada

47	0313 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
48	0830 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
49	0456 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
50	0773 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
51	0654 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
52	0168 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
53	0738 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
54	0236 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
55	0644 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
56	0642 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
57	0641 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
58	0638 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
59	0630 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
60	0628 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
61	0617 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
62	0571 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
63	0218 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
64	0606 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
65	0634 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
66	0314 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
67	0612 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
68	0593 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
69	0635 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
70	0441 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
71	0570 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
72	0287 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
73	0554 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
74	0550 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
75	0289 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
76	0029 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
77	0485 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
78	0184 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
79	0447 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
80	0710 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
81	0157 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
82	0419 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
83	0519 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
84	0520 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
85	0516 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
86	0311 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
87	0344 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
88	0410 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
89	0139 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
90	0309 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
91	0370 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
92	0373 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
93	0325 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
94	0259 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
95	0321 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
96	0336 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
97	0292 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
98	0105 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
99	0331 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
100	0323 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
101	0319 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
102	0472 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
103	0429 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
104	0128 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
105	0435 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
106	0133 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
107	0021 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
108	0122 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
109	0540 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
110	0327 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
111	0371 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
112	0374 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
113	0342 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
114	0687 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
115	0751 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
116	0177 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
117	0208 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
118	0015 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
119	0205 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
120	0200 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
121	0143 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
122	0225 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
123	0109 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
124	0116 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
125	0141 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
126	0020 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
127	0121 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
128	0150 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
129	0001 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
130	0161 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
131	0050 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
132	0043 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
133	0054 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
134	0023 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
135	0690 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
136	0490 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
137	0396 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
138	0481 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
139	0599 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
140	0489 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
141	0664 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
142	0471 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
143	0620 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada
144	0692 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada

145	0110 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
146	0383 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
147	0002 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada
148	0338 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
149	0303 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
150	0159 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
151	0353 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
152	0463 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
153	0386 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
154	0127 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
155	0148 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
156	0070 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada
157	0680 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada

OBRAS APROVADAS CONDICIONADAS À CORREÇÃO DE FALHAS PONTUAIS - PNLD 2022 - EDUCAÇÃO INFANTIL

ORDEM	CÓDIGO DA OBRA	CATEGORIA	RESULTADO
158	0366 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
159	0349 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
160	0091 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
161	0061 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
162	0459 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
163	0369 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
164	0358 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
165	0194 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
166	0036 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
167	0631 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
168	0260 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
169	0783 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
170	0753 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
171	0750 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
172	0285 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
173	0397 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
174	0623 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
175	0786 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
176	0765 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
177	0829 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
178	0817 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
179	0173 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
180	0827 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
181	0708 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
182	0800 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
183	0772 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
184	0542 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
185	0210 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
186	0645 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
187	0825 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
188	0737 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
189	0757 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
190	0734 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
191	0618 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
192	0113 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
193	0480 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
194	0711 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
195	0089 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
196	0562 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
197	0380 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
198	0688 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
199	0347 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
200	0454 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
201	0117 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
202	0172 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
203	0149 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
204	0723 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
205	0027 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
206	0028 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
207	0284 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
208	0557 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
209	0560 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
210	0629 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
211	0806 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
212	0404 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
213	0488 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
214	0558 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
215	0322 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
216	0053 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais

217	0390 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
218	0771 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
219	0509 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
220	0809 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
221	0795 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
222	0826 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
223	0792 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
224	0389 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
225	0790 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
226	0782 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
227	0788 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
228	0329 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
229	0556 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
230	0746 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
231	0715 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
232	0062 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
233	0306 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
234	0685 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
235	0299 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
236	0779 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
237	0019 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
238	0777 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
239	0527 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
240	0776 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
241	0365 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
242	0391 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
243	0274 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
244	0013 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
245	0763 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
246	0193 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
247	0348 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
248	0328 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
249	0760 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
250	0363 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
251	0355 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
252	0707 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
253	0831 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
254	0126 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
255	0464 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
256	0748 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
257	0207 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
258	0187 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
259	0406 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
260	0226 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
261	0742 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
262	0735 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
263	0730 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
264	0731 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
265	0024 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
266	0741 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
267	0263 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
268	0561 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
269	0833 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
270	0717 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
271	0722 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
272	0728 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
273	0818 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
274	0652 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
275	0649 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
276	0716 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
277	0775 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
278	0018 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
279	0609 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
280	0264 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
281	0661 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais

282	0048 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
283	0505 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
284	0506 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
285	0610 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
286	0244 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
287	0686 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
288	0250 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
289	0183 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
290	0382 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
291	0498 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
292	0572 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
293	0085 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
294	0041 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
295	0178 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
296	0352 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
297	0227 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
298	0305 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
299	0458 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
300	0140 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
301	0124 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
302	0326 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
303	0316 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
304	0486 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
305	0278 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
306	0016 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
307	0477 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
308	0484 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
309	0399 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
310	0693 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
311	0356 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
312	0467 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
313	0268 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
314	0037 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
315	0081 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
316	0700 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
317	0600 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
318	0754 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
319	0659 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
320	0271 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
321	0811 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
322	0766 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
323	0695 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
324	0211 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
325	0473 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
326	0712 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
327	0563 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
328	0640 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
329	0455 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
330	0636 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
331	0724 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
332	0530 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
333	0559 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
334	0470 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
335	0626 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
336	0622 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
337	0138 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
338	0613 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
339	0614 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
340	0014 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
341	0364 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
342	0747 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
343	0090 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
344	0222 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
345	0068 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
346	0611 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
347	0066 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
348	0251 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
349	0064 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
350	0125 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
351	0279 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
352	0058 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
353	0082 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
354	0056 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
355	0272 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais

356	0011 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
357	0591 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
358	0647 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
359	0440 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
360	0219 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
361	0671 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
362	0069 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
363	0667 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
364	0065 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
365	0673 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
366	0012 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
367	0669 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
368	0587 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
369	0585 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
370	0583 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
371	0670 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
372	0573 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
373	0545 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
374	0574 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
375	0523 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
376	0514 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
377	0566 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
378	0553 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
379	0551 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
380	0568 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
381	0298 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
382	0564 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
383	0537 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
384	0513 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
385	0752 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
386	0293 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
387	0101 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
388	0332 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
389	0548 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
390	0385 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
391	0460 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
392	0112 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
393	0576 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
394	0439 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
395	0466 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
396	0487 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
397	0359 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
398	0073 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
399	0341 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
400	0087 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
401	0512 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
402	0495 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
403	0198 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
404	0277 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
405	0164 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
406	0119 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
407	0095 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
408	0249 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
409	0413 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
410	0479 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
411	0403 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
412	0233 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
413	0231 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
414	0230 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
415	0005 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
416	0238 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
417	0201 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
418	0425 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
419	0267 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
420	0431 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
421	0448 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
422	0446 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
423	0214 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
424	0079 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais

425	0115 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
426	0156 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
427	0154 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
428	0088 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
429	0438 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
430	0315 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
431	0134 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
432	0442 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
433	0310 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
434	0726 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
435	0409 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
436	0528 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
437	0426 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
438	0415 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
439	0497 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
440	0308 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
441	0770 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
442	0733 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
443	0379 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
444	0699 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
445	0301 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
446	0106 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
447	0351 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
448	0689 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
449	0791 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
450	0258 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
451	0749 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
452	0745 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
453	0170 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
454	0345 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
455	0465 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
456	0655 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
457	0030 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
458	0333 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
459	0468 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
460	0496 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
461	0086 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
462	0167 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
463	0257 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
464	0077 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
465	0436 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
466	0247 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
467	0240 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
468	0203 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
469	0662 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
470	0169 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
471	0666 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
472	0269 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
473	0191 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
474	0768 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
475	0619 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
476	0814 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
477	0719 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
478	0246 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
479	0798 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
480	0801 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
481	0239 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
482	0232 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
483	0300 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
484	0234 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
485	0803 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
486	0761 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
487	0092 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
488	0709 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
489	0229 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
490	0401 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
491	0228 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
492	0220 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
493	0433 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
494	0393 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
495	0052 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
496	0701 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
497	0601 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
498	0627 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
499	0204 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
500	0202 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
501	0697 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
502	0608 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
503	0186 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
504	0174 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais

505	0181 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
506	0598 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
507	0188 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
508	0584 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
509	0546 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
510	0524 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
511	0408 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
512	0163 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
513	0552 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
514	0160 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
515	0144 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
516	0339 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
517	0130 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
518	0337 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
519	0422 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
520	0199 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
521	0096 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
522	0123 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
523	0324 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
524	0318 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
525	0503 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
526	0427 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
527	0416 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
528	0132 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
529	0120 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
530	0262 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
531	0197 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
532	0235 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
533	0146 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
534	0420 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
535	0114 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
536	0209 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
537	0387 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
538	0175 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
539	0189 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
540	0094 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
541	0033 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
542	0434 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
543	0492 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
544	0423 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
545	0418 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
546	0153 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
547	0051 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
548	0147 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
549	0421 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
550	0535 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
551	0026 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
552	0040 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
553	0038 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
554	0039 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
555	0625 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
556	0683 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
557	0003 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
558	0656 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
559	0764 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
560	0624 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
561	0755 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
562	0729 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
563	0743 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
564	0511 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
565	0525 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
566	0478 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
567	0499 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
568	0400 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
569	0108 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
570	0534 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
571	0504 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
572	0793 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
573	0621 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais

574	0538 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
575	0491 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
576	0582 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
577	0449 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
578	0142 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
579	0212 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
580	0392 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
581	0740 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
582	0034 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
583	0544 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
584	0171 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
585	0346 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais
586	0152 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Aprovada condicionada à correção das falhas pontuais

OBRAS REPROVADAS

ORDEM	CÓDIGO DE OBRA	CATEGORIA	RESULTADO
587	0057 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
588	0297 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
589	0657 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
590	0375 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
591	0059 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
592	0190 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
593	0714 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
594	0312 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
595	0727 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
596	0787 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
597	0767 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
598	0131 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
599	0589 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
600	0616 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
601	0378 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
602	0022 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
603	0270 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
604	0063 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
605	0502 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
606	0078 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
607	0805 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
608	0532 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
609	0388 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
610	0804 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
611	0633 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
612	0381 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
613	0517 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
614	0720 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
615	0813 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
616	0718 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
617	0282 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
618	0402 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
619	0713 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
620	0541 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
621	0533 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
622	0565 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
623	0055 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
624	0796 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
625	0828 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
626	0679 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
627	0781 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
628	0265 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
629	0637 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
630	0732 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
631	0165 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
632	0698 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
633	0769 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
634	0083 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
635	0794 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
636	0261 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
637	0575 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
638	0362 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
639	0522 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
640	0643 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
641	0639 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
642	0674 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
643	0494 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
644	0394 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
645	0432 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
646	0476 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
647	0213 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
648	0461 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
649	0756 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
650	0084 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
651	0450 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
652	0604 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
653	0457 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
654	0296 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
655	0721 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
656	0632 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
657	0405 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
658	0510 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
659	0789 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
660	0615 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
661	0778 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
662	0696 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
663	0508 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
664	0653 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
665	0135 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
666	0706 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
667	0703 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
668	0060 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
669	0462 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
670	0602 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
671	0672 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada

672	0668 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
673	0594 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
674	0581 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
675	0586 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
676	0515 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
677	0578 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
678	0580 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
679	0288 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
680	0665 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
681	0569 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
682	0549 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
683	0290 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
684	0162 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
685	0185 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
686	0360 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
687	0320 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
688	0007 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
689	0518 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
690	0075 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Reprovada
691	0076 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
692	0334 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Reprovada
693	0196 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
694	0304 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
695	0395 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
696	0407 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
697	0276 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
698	0354 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
699	0317 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
700	0006 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
701	0482 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
702	0192 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
703	0151 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
704	0493 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
705	0437 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Reprovada
706	0417 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
707	0004 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
708	0691 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
709	0597 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
710	0590 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
711	0166 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
712	0042 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
713	0361 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
714	0071 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
715	0044 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
716	0275 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
717	0158 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Reprovada
718	0097 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Reprovada
719	0758 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
720	0762 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
721	0412 P22 02 01 000 000	Creche I / Bebês (0 a 1 ano e 6 meses)	Reprovada
722	0807 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
723	0254 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
724	0330 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
725	0307 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
726	0651 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
727	0206 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
728	0539 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
729	0357 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
730	0677 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
731	0376 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
732	0424 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
733	0430 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
734	0428 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
735	0579 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
736	0452 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
737	0577 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
738	0483 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
739	0195 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
740	0093 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
741	0221 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
742	0182 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
743	0451 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
744	0453 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
745	0047 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
746	0660 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
747	0536 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
748	0384 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
749	0588 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada
750	0816 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
751	0543 P22 02 02 000 000	Creche II / Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Reprovada
752	0759 P22 02 03 000 000	Pré-escola / Crianças pequenas de 4 e 5 anos	Reprovada

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE FALHAS PONTUAIS

Declaro, sob as penas da Lei, que _____ (detentor de direito autoral) procedeu à correção das falhas pontuais, referente à obra _____, apontadas no Parecer de Aprovação Condicionada à Correção de Falhas Pontuais.

Brasília, de de 2022.

Assinatura do Editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

ANEXO III

MODELO DE FICHA DE CORREÇÃO DE FALHAS PONTUAIS

Esta ficha deverá expressar, de forma clara e precisa, as correções feitas na obra, pelo detentor de direito autoral, descrevendo os problemas e as suas respectivas correções tanto no livro impresso quanto no material digital.

Código do Volume	Tipo de Falha	Página/Minuto
Descrição da Falha:		
Recomendações:		
Correção:		

O editor responsável assume, perante a Secretaria de Educação Básica e o FNDE, a veracidade das informações acima prestadas, comprometendo-se à apresentação das versões inteiramente corrigidas nas etapas posteriores do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2022 - Educação Infantil - Literário, em especial na distribuição.

Brasília, de de 2022.

Assinatura do Editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 321, DE 27 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre o Sistema de Monitoramento do resultado do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos indicadores de Rede das atividades das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPCT).

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no Processo SEI nº 23000.029067/2020-83, resolve:

Art. 1º Instituir e estabelecer normas para o funcionamento do Sistema de Monitoramento do resultado do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos indicadores de Rede das atividades das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPCT).

Parágrafo único. O Sistema contempla os dados processados de variáveis e indicadores, definidos nos Planos de Desenvolvimento Institucional e os Indicadores de Rede definidos pela Setec/Mec.

Art. 2º O Sistema de Monitoramento tem por finalidade:

I monitorar os indicadores de Rede, definidos pela Setec, e os institucionais definidos pelas instituições que compõe a Rede Federal de EPCT;

II monitorar a execução do PDI das instituições da Rede Federal de EPCT;

II cadastrar, coletar, calcular e divulgar os indicadores institucionais e de Rede das instituições da Rede Federal de EPCT;

III subsidiar a regulação, supervisão e acompanhamento das instituições da Rede Federal de EPCT;

IV possibilitar o acompanhamento de programas e de políticas públicas da educação profissional, científica e tecnológica executados pelas instituições da Rede Federal de EPCT; e

V compilar informações em painéis e relatórios para subsidiar a tomada de decisão na execução da política pública de educação profissional tecnológica.

Art. 3º O Sistema de Monitoramento será gerido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) por meio da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de EPCT (DDR/Setec).

Art. 4º A Gestão do Sistema de Monitoramento se dá a partir de um processo descentralizado de coleta de dados de variáveis para o cálculo de indicadores consignados nos Planos de Desenvolvimento Institucional e os definidos pela Setec/MEC.

Art. 5º Compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - Setec/MEC, como órgão gestor do Sistema de Monitoramento:

I coordenar e manter o Sistema de Monitoramento, bem como seus normativos;

II estabelecer requisitos funcionais para o Sistema de Monitoramento, considerando suas finalidades, a legislação em vigor e as necessidades dos diferentes perfis de acesso ao sistema;

III relatar ao setor responsável pela Tecnologia da informação do MEC eventuais inconformidades e necessidades de ajustes ao Sistema;

IV supervisionar o registro e a manutenção dos dados do Sistema de Monitoramento em regime de colaboração com a Rede Federal de EPCT;

V estabelecer mecanismos de acesso público aos resultados a serem divulgados por meio do Sistema de Monitoramento;

VI definir e divulgar orientações sobre o uso do Sistema de Monitoramento, expedindo normas complementares;

VII prestar apoio técnico para capacitação e suporte operacional aos usuários do Sistema de Monitoramento; e

VIII desenvolver estratégias de articulação junto a outras instituições visando a divulgação e institucionalização do Sistema de Monitoramento.

Art. 6º Compete ao setor responsável pela Tecnologia da informação do MEC:

I manter o Sistema de Monitoramento atualizado e em pleno funcionamento, conforme orientações enviadas pela Setec/MEC acerca de requisitos legais, boas práticas de governança e segurança da informação, considerando as necessidades dos diferentes perfis de acesso ao sistema;

II disponibilizar as ferramentas adequadas para extração de dados, geração de relatórios e acesso às informações disponíveis no Sistema de Monitoramento; e

III garantir a consistência dos dados disponíveis no Sistema de Monitoramento, em articulação com a Setec/MEC.

Art. 7º Compete às instituições da Rede Federal de EPCT, como usuárias do Sistema de Monitoramento:

I designar responsável institucional pelo Sistema de Monitoramento e pelos processos de cadastro, coleta, cálculo e divulgação dos indicadores;

II organizar grupo de trabalho para desenvolver as atividades necessárias para o pleno funcionamento do Sistema de Monitoramento;

III cadastrar os dados do Plano de Desenvolvimento Institucional vigente solicitados pelo Sistema de Monitoramento;

IV cadastrar variáveis e indicadores institucionais e de rede, definindo a sua periodicidade de extração;

V disponibilizar o acesso aos dados necessários para o cálculo dos indicadores, conforme periodicidade definida para a extração dos dados;

VI implantar o agente extrator de dados do Sistema de Monitoramento, bem como preparar suas estruturas de dados para o processo de coleta necessário para o cálculo dos indicadores; e

VII manter o agente extrator de dados e as informações do Sistema de Monitoramento atualizadas.

Art. 8º O Manual de uso e implantação do Sistema de Monitoramento será disponibilizado na área de publicações da Setec/MEC no endereço eletrônico do MEC.

Art. 9º Caberá à Setec/MEC expedir atos normativos complementares acerca da utilização do Sistema de Monitoramento.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KEDSON RAUL DE SOUZA LIMA
Substituto

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 670, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da entidade SERVIÇO SOCIAL EDUCACIONAL BENEFICENTE SESEBE, inscrita no CNPJ nº 34.078.881/0001-85, nos autos do Processo nº 23000.050013/2017-81, com validade pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação da decisão.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, a entidade certificada deverá apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art. 3º A entidade certificada deverá zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 671, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e conforme consta do Processo nº 00732.000694/2019-39 e do Despacho Ministerial de 16 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 18 de novembro de 2021, que homologa o Parecer CNE/CES nº 127/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601171, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de graduação em Engenharia Mecânica, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, no endereço Praça Doutor Renato Machado nº 10C, unidade Sede, bairro centro, no município Santo Antônio de Jesus, no estado da Bahia, mantido pelo Centro de Estudos Superiores de Santo Antônio de Jesus, reformando o efeito da linha 13 do Anexo da Portaria SERES nº 1.019, de 27 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2017, seção 1.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 672, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e conforme consta do Processo nº 00732.002696/2019-62 e do Despacho Ministerial de 16 de novembro de 2021, que homologa o Parecer CNE/CES nº 639/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201711777, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de graduação em Farmácia, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Uninassau Brasília, no endereço Quadra SGAS 902, s/n, lote 73, conjunto A, Taguatinga, Brasília - Distrito Federal, mantida pela Ser Educacional S.A, reformando o efeito da linha 35 do Anexo da Portaria SERES nº 190, de 17 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2019, seção 1.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 673, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e conforme consta do Processo nº 00732.002722/2019-52 e do Despacho Ministerial de 16 de novembro de 2021, que homologa o Parecer CNE/CES nº 737/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201712594, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de graduação em Direito, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Finom de Patos de Minas, no endereço Rua Ana de Oliveira, Edifício Marques, Lote D, Quadra 98, nº 645, bairro Centro, no Município de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Instituto Tecsoma LTDA - ITEC, reformando o efeito da linha 17 do Anexo da Portaria SERES nº 300, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2019, seção 1.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 674, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e conforme consta do Processo nº 00732.002999/2019-85 e do Despacho Ministerial de 17 de novembro de 2021, que homologa o Parecer CNE/CES nº 736/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201711980, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de graduação em Direito, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Uninassau Garanhuns, no endereço Rua Ernesto Dourado, nº 362, bairro Heliópolis, no município Garanhuns, no estado do Pernambuco, mantido pela Ser Educacional S.A, reformando o efeito da linha 40 do Anexo da Portaria SERES nº 243, de 29 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 31 de maio de 2019, seção 1.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 675, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e conforme consta do Processo nº 00732.003450/2019-16 e do Despacho Ministerial de 16 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2021, que homologa o Parecer CNE/CES nº 834/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201703200, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de graduação em Engenharia de Produção, bacharelado, com 50(cinquenta) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Libertas - Faculdades Integradas, no endereço Avenida Wenceslau Bras nº 1.018, bairro Lagoinha, município São Sebastião do Paraíso, no estado de Minas Gerais/MG, mantido pela Fundação Educacional Comunitária de S S Paraíso MG, reformando o efeito da linha 16 do Anexo da Portaria SERES nº 104, de 22 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2019, seção 1.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 676, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e conforme consta do Processo nº 00732.003541/2019-43 e do Despacho Ministerial de 16 de novembro de 2021, que homologa o Parecer CNE/CES nº 837/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201712956, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de graduação em Engenharia Elétrica, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade de Educação de Jaru, no endereço Avenida Vereador Otaviano Pereira Neto, s/n, bairro Setor 2, no município de Jaru, no estado de Rondônia, mantido pela Sociedade Rondoniense de Ensino Superior Dr. Aparício Carvalho de Moraes LTDA., reformando o efeito da linha 11 do Anexo da Portaria SERES nº 209, de 29 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2019, seção 1.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 677, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e conforme consta do Processo nº 00732.003614/2019-05 e do Despacho Ministerial de 17 de novembro de 2021, que homologa o Parecer CNE/CES nº 920/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201712185, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de graduação em Psicologia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Estácio de Florianópolis - Estácio Florianópolis, no endereço Rodovia SC 401 Km 01, nº 407, bairro Itacorubi, no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina/SC, mantida pela Sociedade Educacional de Santa Catarina Ltda (ASSESC), reformando o efeito da linha 27 do Anexo da Portaria SERES nº 113, de 28 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2019, seção 1.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 678, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e conforme consta do Processo nº 00732.003615/2019-41 e do Despacho de 30 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 1 de dezembro de 2021, que homologa o Parecer CNE/CES nº 921/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201712413, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de graduação em Nutrição, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Pitágoras de Maceió, no endereço Avenida Menino Marcelo, 3800, unidade sede, bairro Cidade Universitária, no município de Maceió, no estado de Alagoas, mantido pelo Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade LTDA, reformando o efeito da linha 25 do Anexo da Portaria SERES nº 243, de 29 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 31 de maio de 2019. seção 1.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 679, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e conforme consta do Processo nº 00732.003616/2019-96 e do Despacho Ministerial de 17 de novembro de 2021, que homologa o Parecer CNE/CES nº 922/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201712451, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de graduação em Enfermagem, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Uninassau Brasília, no endereço Quadra SGAS 902, S/N, Lote 73, Conjunto A, Taguatinga, Brasília - DF, mantida pela Ser Educacional, reformando o efeito da linha 40 do Anexo da Portaria SERES nº 101, de 22 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2019, seção 1.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 680, DE 27 DE MAIO 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, no art. 7º, I e II, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos arts. 2º, 45 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos arts. 68, 72, 76 e 77 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 28/2022/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, nos autos do Processo de Supervisão nº 23000.017023/2020-19, resolve:

Art. 1º Instaurar procedimento sancionador perante a Faculdade Associada Brasil - FAB (cód e- MEC nº 1756), mantida pela Sociedade Brasileira de Ensino Superior (cód. e-MEC nº 1161), inscrita no CNPJ sob o nº 03.346.013/0001-05, com sede na Rua Tiquatira, nº 243 - até 719/720, Bosque da Saúde, São Paulo/SP, CEP: 04317-111.

Art. 2º Aplicar as seguintes medidas cautelares em face da FAB:

I - o sobrestamento de processos regulatórios em trâmite protocolados pela Instituição de Ensino Superior (IES);

II - o impedimento de protocolização de novos processos regulatórios por parte da IES;

III - a suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil (Fies) para aqueles ingressantes nos cursos superiores da IES a partir do segundo semestre de 2022;

IV - a suspensão da possibilidade de participação em processo seletivo para a oferta de bolsas do Programa Universidade Para Todos (ProUni) para aqueles ingressantes nos cursos superiores da IES a partir do 2º semestre de 2022; e

V - a suspensão ou restrição da possibilidade de participação em outros programas federais de acesso ao ensino superior para aqueles ingressantes nos cursos superiores da IES a partir do segundo semestre de 2022.

Art. 3º Notificar e intimar a FAB, por meio eletrônico pelo e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, para a apresentação de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do parágrafo único, do art. 71, do Decreto nº 9.235, de 2017; e para apresentação de recurso no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 63, § 2º, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Notificar os órgãos que representaram junto ao Ministério da Educação (MEC) sobre a referida apuração.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 552/DDP, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.050233/2020-68, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro Tecnológico, de Ciências Exatas e Educação (CTE), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Engenharia Têxtil (DET), objeto do Edital nº 087/2021/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2021, Seção 3, página 119.

Campo de Conhecimento: Engenharia Têxtil
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Vagas: 2 (duas)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	CARLOS RAFAEL SILVA DE OLIVEIRA	8,28
2º	BRENNO HENRIQUE SILVA FELIPE	8,22
3º	CAMILLA BORELLI	7,90
4º	JOZIEL APARECIDO DA CRUZ	7,59

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA Nº 554/DDP, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.017142/2022-82, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Agricultura, Biodiversidade e Florestas - ABF/CCR do Campus Curitibanos, instituído pelo Edital nº 067/2022/DDP, de 28 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 80, Seção 3, de 29/04/2022.

Campo de conhecimento: Agronomia/ Fitossanidade/ Entomologia Agrícola.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
Nº de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média final
1º	Nádia Cristina de Oliveira	8,88
2º	Virgilio Gavicho Uarrota	7,88

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA Nº 558/DDP, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.018982/2022-62, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Direito- DIR/CCJ, instituído pelo Edital nº 067/2022/DDP, de 28 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 80, Seção 3, de 29/04/2022.

Campo de conhecimento: Direito Processual Civil.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
Nº de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média final
1º	Luiz Magno Pinto Bastos Junior	9,75
2º	Weber Luiz de Oliveira	8,94
3º	Gisele Witte	8,40
4º	Rodrigo de Abreu	8,29
5º	Allana Ariel Wilmsen Dalla Santa	8,22

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA Nº 559/DDP, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.022663/2022-51, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Filosofia - FIL/CFH, instituído pelo Edital nº 075/2022/DDP, de 06 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 86, Seção 3, de 09/05/2022.

Campo de conhecimento: Epistemologia
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
Nº de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média final
1º	Lauro de Matos Nunes Filho	8,00

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 27 DE MAIO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 28 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2021, resolve:

Nº 992 - Art. 1º. HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n° 001 de 03/01/2022, publicado no DOU em 04/01/2022, retificado em 13/01/2022, 14/01/2022, 07/02/2022, 14/02/2022 e 12/04/2022, referente ao CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de vagas do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, por Unidade, Código, Área de Conhecimento, Classe/Padrão/Nível, Regime de Trabalho e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme a seguir:

Unidade	Código	Área	Classe/ Padrão/ Nível	Regime de Trabalho	Lista	Candidato	Classificação
IEAA	0122IEAA02	Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa	Assistente A, Nível 1	DE	AC	GÉRSON BRUNO FORGIARINI DE QUADROS	1º
					AC	ANNA GABRIELLA CAVALCANTE MAMEDE DE ALMEIDA	2º

Art. 2º. ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Nº 996 - Art. 1º. HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n° 001 de 03/01/2022, publicado no DOU em 04/01/2022, retificado em 13/01/2022, 14/01/2022, 07/02/2022, 14/02/2022 e 12/04/2022, referente ao CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de vagas do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, por Unidade, Código, Área de Conhecimento, Classe/Padrão/Nível, Regime de Trabalho e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme a seguir:

Unidade	Código	Área	Classe/ Padrão/ Nível	Regime de Trabalho	Lista	Candidato	Classificação
IEAA	0122IEAA01	Educação	Adjunto A, Nível 1	DE	AC	MARLENE SCHUSSLER DAROZ	1º
					AC	JONATHA DANIEL DOS SANTOS	2º
					AC	ISAIAS JULIO DE OLIVEIRA	3º

Art. 2º. ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Nº 997 - Art. 1º. HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n° 085 de 27/12/2019, publicado no DOU em 31/12/2019, retificado em 21/01/2020, 23/01/2020, 06/02/2020, 28/02/2020, 15/01/2021, 19/01/2021, 28/01/2021 referente ao CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de vagas do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, por Unidade, Código, Área de Conhecimento, Classe/Padrão/Nível, Regime de Trabalho e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme a seguir:

Unidade	Código	Área	Classe/ Padrão/ Nível	Regime de Trabalho	Lista	Candidato	Classificação
FM	8519FM07	Cirurgia de Cabeça e Pescoço	Auxiliar, Nível 1	40h	Não houve candidato aprovado		

Art. 2º. ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Nº 998 - Art. 1º. HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n° 001 de 03/01/2022, publicado no DOU em 04/01/2022, retificado em 13/01/2022, 14/01/2022, 07/02/2022, 14/02/2022 e 12/04/2022, referente ao CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de vagas do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, por Unidade, Código, Área de Conhecimento, Classe/Padrão/Nível, Regime de Trabalho e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme a seguir:

Unidade	Código	Área	Classe/ Padrão/ Nível	Regime de Trabalho	Lista	Candidato	Classificação
FM	0122FM04	Saúde da Mulher (Ginecologia)	Auxiliar com especialização, Nível 1	20h	Não houve candidato aprovado		

Art. 2º. ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Nº 1.004 - PRORROGAR, a contar de 28 de maio de 2022, por 01 (um) ano, a validade do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto, objeto do Edital Nº 008/2021, de 16/02/2021, publicado no D.O.U. em 17/02/2021, nos seguintes termos:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria de Homologação Nº	Prazo de Validade (Inicial)	Prazo de Validade (Final)
Faculdade de Ciências Agrárias	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Portaria Nº 763/2021, de 27/05/2021, publicada no DOU em 28/05/2021	28/05/2022	27/05/2023
Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia	Engenharia Sanitária II	Portaria Nº 947/2021, de 24/06/2021, publicada no DOU em 25/06/2021	25/06/2022	24/06/2023
Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia	Engenharia Sanitária I	Portaria Nº 763/2021, de 27/05/2021, publicada no DOU em 28/05/2021	28/05/2022	27/05/2023
Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia	Química Orgânica e Direito	Portaria Nº 763/2021, de 27/05/2021, publicada no DOU em 28/05/2021	28/05/2022	27/05/2023

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 478, DE 25 DE MAIO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta do Processo de nº. 23113.068034/2019-48; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Biologia/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº 008/2021, publicado no D.O.U. em 02/08/2021, e no Correio de Sergipe em 03/08/2021, retificado através do Edital de Retificação nº 01, publicado no D.O.U. em 03/09/2021, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Zoologia (Invertebrados)
Disciplinas	Invertebrados I e II; Zoologia dos Invertebrados.
Cargo/Nível	Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: ANA PAULA SIQUEIRA DORNELLAS - 90,10 2º LUGAR: ANNE ISABELLEY GONDIM DE FARIAS - 88,12 3º LUGAR: LEONARDO SANTOS DE SOUZA - 83,03 4º LUGAR: LUANA MARINA DE CASTRO MENDONÇA - 77,69 5º LUGAR: ALISSON SOUSA MATOS - 75,19
Cotas (Lei nº 12.990/2014)	1º LUGAR: ALISSON SOUSA MATOS - 75,19
Cotas (Decreto nº 3.298/1999 e Decreto nº 9.508/2018)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTER JOVINIANO DE SANTANA FILHO

PORTARIA Nº 479, DE 25 DE MAIO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta do Processo de nº. 23113.016734/2021-65; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Comunicação Social/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº 008/2021, publicado no D.O.U. em 02/08/2021, e no Correio de Sergipe em 03/08/2021, retificado através do Edital de Retificação nº 01, publicado no D.O.U. em 03/09/2021, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Cinema, audiovisual e novas tecnologias
Disciplinas	Análise de mídias; História da TV e do vídeo; Laboratório em mídia digital; Introdução ao cinema e audiovisual
Cargo/Nível	Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: LEONARDO PASTOR BERNARDES RODRIGUES - 92,05 2º LUGAR: ADIL GIOVANNI LEPRI - 86,56 3º LUGAR: KÊNIA CARDOSO VILAÇA DE FREITAS - 81,29 4º LUGAR: DANIELLE PARFENTIEFF DE NORONHA - 81,07 5º LUGAR: MAÍRA BIANCHINI DOS SANTOS - 80,60
Cotas (Lei nº 12.990/2014)	1º LUGAR: KÊNIA CARDOSO VILAÇA DE FREITAS - 81,29
Cotas (Decreto nº 3.298/1999 e Decreto nº 9.508/2018)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTER JOVINIANO DE SANTANA FILHO

Ministério da Infraestrutura

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

DELIBERAÇÃO CONTRAN Nº 259, DE 26 DE MAIO DE 2022

Altera a Resolução CONTRAN nº 886, de 13 de dezembro de 2021, que regulamenta as especificações, a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), ad referendum do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X e o § 3º do art. 12 e o art. 159, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.016844/2021-83, resolve:

Art. 1º Esta Deliberação altera a Resolução CONTRAN nº 886, de 13 de dezembro de 2021, que regulamenta as especificações, a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), para substituir os Anexos I, III e IV.

Art. 2º Os Anexos I, III e IV da Resolução CONTRAN nº 886, de 2021, passam a vigorar com as alterações constantes no Anexo desta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 8.131, DE 25 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 35, alínea b do inciso XXII do Regimento Interno, aprovado pela Resolução no 581, de 21 de agosto de 2020, e considerando o constante dos autos do processo nº 00066.002779/2022-57, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA No 2022-05-03 - EMBRAER/39-1495 aplicável aos aviões Embraer S.A. modelos ERJ 170-100 e ERJ 170-200, emitida em 20 de maio de 2022 e efetivada em 25 de maio de 2022.

Parágrafo único: O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1495.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

PORTARIA Nº 8.132, DE 25 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 35, alínea b do inciso XXII do Regimento Interno, aprovado pela Resolução no 581, de 21 de agosto de 2020, e considerando o constante dos autos do processo nº 00066.002779/2022-57, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA No 2022-05-04 - EMBRAER/39-1496 aplicável aos aviões Embraer S.A. modelos ERJ 190-100 e ERJ 190-200, emitida em 20 de maio de 2022 e efetivada em 25 de maio de 2022.

Parágrafo único: O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1496.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

PORTARIA Nº 8.147, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.002890/2022-43, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A., o pedido de Nível Equivalente de Segurança para o requisito 23.1549(b), do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 23 (RBHA 23) para o avião Embraer EMB-505, referente à utilização de cor branca nas indicações analógicas de parâmetros primários do motor quando em operação normal e de um arco verde na indicação da autoridade da função Current Speed Control - CSC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 8.119, DE 24 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto no art. 33, inciso XV, alínea "a", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, no art. 8º, inciso XXII e §3º, da Lei n° 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010, nos itens 5.1.2 e 5.2.1.1, da Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 11-3, aprovada pela Portaria nº 1425/GC3, de 14 de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.095571/2014-73, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor do Aeródromo Público Bahia - Jorge Amado / Ilhéus -BA (SBIL) código CIAD: BA0004.

Art. 2º A aprovação de Plano Diretor do Aeroporto não sobrepõe entendimentos de processos subsequentes, correlatos à segurança operacional aeroportuária, sendo responsabilidade do operador de aeródromo manter o Plano Diretor atualizado.

Art. 3º A aprovação do Plano Diretor do Aeroporto não garante o cadastramento, pela ANAC, da expansão pretendida da infraestrutura aeroportuária, de modo que eventuais modificações de características ou cadastramentos vindouros deverão atender aos regulamentos processuais e materiais vigentes na oportunidade de sua implementação.

Art. 4º O disposto na presente Portaria não dispensa o operador de aeródromo da observância dos requisitos de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento urbano e outras posturas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS

PORTARIA Nº 8.075, DE 17 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.21 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2011 - SBSG, referentes à concessão dos serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, localizado no Estado do Rio Grande do Norte;

Considerando o Termo Aditivo, TA nº 7/2020, que altera o Contrato de Concessão de Aeroporto nº 001/ANAC/2011;

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário de 2022 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 13,8414% sobre os tetos das tarifários da Portaria nº 5.043, de 17 de maio de 2021; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.027328/2022-21, resolve:

Art. 1º Reajustar os tetos das tarifas previstas no Anexo 4 - Tarifas do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante.

Parágrafo único. As tabelas a seguir substituem as constantes na Portaria nº 5.043, de 17 de maio de 2021, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 1 - Tarifa de Embarque do Grupo I

Tarifa de embarque	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	42,35	74,97

Tabela 2 - Tarifa de Pouso do Grupo I

Tarifa de Pouso (Tonelada)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	13,2614	35,3558

Tabela 3 - Tarifa Unificada de Embarque e Pouso das Aeronaves do Grupo II

Faixa de Peso Máximo de Decolagem (Tonelada)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
ATÉ 1	217,01	312,34
DE 1 ATÉ 2	217,01	312,34
DE 2 ATÉ 4	263,49	549,71
DE 4 ATÉ 6	532,97	1.105,64
DE 6 ATÉ 12	694,17	1.455,46
DE 12 ATÉ 24	1.576,74	3.285,72
DE 24 ATÉ 48	4.046,07	7.377,19
DE 48 ATÉ 100	4.789,52	10.019,53
DE 100 ATÉ 200	7.817,17	16.653,38
DE 200 ATÉ 300	12.340,42	26.504,24
MAIS DE 300	20.625,47	43.876,03

Tabela 4 - Tarifas de Permanência das aeronaves do Grupo I

Tarifa de Permanência	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
Pátio de Manobras (PPM)	2,6203	7,0585
Pátio de Estadia (PPE)	0,5558	1,4369

Tabela 5 - Tarifas de Permanência em Pátio de Manobras Relativas às Aeronaves do Grupo II (por hora ou fração)

Faixa de Peso Máximo de Decolagem (Tonelada)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
ATÉ 1	35,89	33,72
DE 1 ATÉ 2	35,89	33,72
DE 2 ATÉ 4	35,89	33,72
DE 4 ATÉ 6	35,89	40,58
DE 6 ATÉ 12	35,89	67,47

DE 12 ATÉ 24	52,10	135,56
DE 24 ATÉ 48	104,44	264,32
DE 48 ATÉ 100	172,87	439,79
DE 100 ATÉ 200	391,65	995,07
DE 200 ATÉ 300	682,84	1.740,32
MAIS DE 300	992,93	2.532,36

Tabela 6 - Tarifas de Permanência na Área de Estadia Relativas às Aeronaves do Grupo II (por hora ou fração)

Faixa de Peso Máximo de Decolagem (Tonelada)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
ATÉ 1	2,36	2,20
DE 1 ATÉ 2	2,36	2,20
DE 2 ATÉ 4	2,36	4,37
DE 4 ATÉ 6	3,11	7,82
DE 6 ATÉ 12	5,33	13,45
DE 12 ATÉ 24	10,39	26,54
DE 24 ATÉ 48	20,81	52,77
DE 48 ATÉ 100	34,53	88,07
DE 100 ATÉ 200	78,24	199,87
DE 200 ATÉ 300	136,60	348,56
MAIS DE 300	198,53	507,85

Tabela 7 - Cálculo da Tarifa de Armazenagem da Carga Importada

Períodos de Armazenagem	Percentual sobre o valor CIF
1º - Até 02 dias úteis	0,68%
2º - De 3 a 5 dias úteis	1,36%
3º - De 6 a 10 dias úteis	2,04%
4º - De 11 a 20 dias úteis	4,08%
Para cada 10 dias úteis ou fração, além do 4º período, até a retirada da mercadoria.	+ 2,04%
Observações: 1. A partir do 4º (quarto) período os percentuais são cumulativos; 2. Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 8.	

Tabela 8 - Cálculo do Preço relativo à Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0614 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$20,47 (vinte reais e quarenta e sete centavos).

Tabela 9 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1642
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1642
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$20,52 (vinte reais e cinquenta e dois centavos).	

Tabela 10 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 1,0249
Observações: 1. Cobrança mínima: R$102,49 (cento e dois reais e quarenta e nove centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 7 e 8 ou a Tabela 11 deste Anexo.

Tabela 11 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada de Alto Valor Específico

Períodos de Armazenagem	Faixa (R$)	Percentual sobre o Valor CIF
3 dias úteis ou fração, a contar da data do recebimento no TECA	de 5.000,00 a 19.999,99/kg	0,54%
	de 20.000,00 a 79.999,99/kg	0,27%
	acima de 80.000,00/kg	0,14%
Observações: 1. O valor CIF por quilograma tem como referencial para cálculo o peso líquido da carga.		

Tabela 12 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0820
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0820
Observações: 1. Tarifa mínima de R$8,19 (oito reais e dezenove centavos) no TECA de origem e R$4,10 (quatro reais e dez centavos) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

Tabela 13 - Tarifa de Armazenagem e de Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento

Períodos de Armazenagem	Percentual sobre o valor FOB
1º Até 45 dias	1,36%
2º De mais de 45 dias a 90 dias	2,72%
3º De mais de 90 dias a 120 dias	4,08%
4º De mais de 120 dias	6,80%

Art. 2º Os novos tetos tarifários passam a vigorar na data de publicação desta Portaria

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.21 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACQUELINE DE AZEVEDO SILVA

ANEXO

MEMÓRIA DE CÁLCULO - REAJUSTE TARIFÁRIO

O cálculo do Reajuste Tarifário de 2022 baseou-se na fórmula prevista na cláusula 6.5 do Contrato de Concessão, a seguir transcrita:

6.5. Após o primeiro reajuste (período t=1), as Tarifas serão reajustadas pelo IPCA, tendo como referência a data do último reajuste, observando-se a seguinte fórmula:

$Tt = At + Bt$

Para t=2, tem-se que $At = T1 \times (IPCAt/IPCAt-1) \times (1-Xt) \times (1-Mt)$ e $Bt = At \times (-Qt)$

Para t>2, tem-se que $At = At-1 \times (IPCAt/IPCAt-1) \times (1-Xt) \times (1-Mt)$ e $Bt = At \times (-Qt)$

Onde:

t é um índice anual;

Tt é o valor da Tarifa reajustada;

T1 é o valor da Tarifa reajustada na data de início da FASE II;

At é o componente da tarifa reajustada que incorpora o índice de inflação e os efeitos do fator X e da reversão de receitas não tarifárias;

At-1 é o componente da tarifa reajustada no período anterior (t-1) que incorpora o índice de inflação e os efeitos do fator X e da reversão de receitas não tarifárias;

Bt é o componente da tarifa reajustada no período que incorpora os efeitos do fator Q;

IPCAt é o índice referente ao IPCA do mês anterior ao reajuste;

IPCAt-1 é o índice referente ao IPCA do mês do último reajuste (em t-1);

Xt é o fator de produtividade a ser definido a cada ciclo de Revisão dos Parâmetros da Concessão;

Mt é o termo de reversão de receitas não tarifárias a ser definido anualmente, conforme o Anexo 11 - Reversão de Receitas Não Tarifárias para Modicidade Tarifária;

Qt é o fator de qualidade a ser definido anualmente, conforme Anexo 2 - Plano de Exploração Aeroportuária.

De acordo com a cláusula acima transcrita, as fórmulas que se aplicam ao Reajuste de 2022 são:

Tt = At + Bt

At = At-1 x (IPCAt /IPCAt-1) x (1 - Xt) x (1 - Mt)

Bt = At x (-Qt)

Estas podem ser resumidas, para o atual reajuste, em apenas uma, qual seja:

P2022 = A2021 x (IPCA2022/IPCA2021) x (1 - X2022) x (1 - M2022) x (1 - Q2022) / (1 - Q2021)

Para o caso concreto, tem-se o IPCA2022 - relativo ao nível de preços de abril de 2022 e publicado pelo IBGE em maio de 2022 - correspondente a 6.382,88 e o IPCA2021 - relativo ao nível de preços de abril de 2021 e publicado pelo IBGE em maio de 2021 - correspondente a 5.692,31, resultando em IPCA2022/IPCA2021 = 12,1316%.

O fator X relevante ao Reajuste Tarifário de 2022, conforme definido pela Resolução Nº 539/2019, será X2022= -0,8000%, e os Fatores Q relevantes serão Q2021= -1,0000% e Q2022= -1,7262%. Por sua vez, o fator M será M2022= 0,0000%, conforme demonstrado no Ofício nº 63/2022/GERE/SRA-ANAC, de 23 de maio de 2022 (SEI 7220040).

Resulta-se, com isso, em um reajuste de 13,8414% sobre os tetos tarifários constantes das Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 12 da Portaria nº 5.043, de 17 de maio de 2021.

ARREDONDAMENTO E REAJUSTES TARIFÁRIOS

Considerando o formato de publicação das diversas tarifas, em que pese a quantidade de casas decimais em suas publicações, esta área técnica procede a um tratamento dos dados de modo que sejam diminuídas as distorções por arredondamento no decorrer do tempo, em especial das tarifas cujos valores são pouco expressivos e que as distorções pela aplicação dos percentuais são mais significativas.

Neste sentido, todos os dados de tetos tarifários são armazenados com 4 casas decimais (até o centésimo de um centavo) e todos os percentuais que compõem os reajustes (IPCA, fator X, e eventuais outros) são considerados na sexta casa decimal (até 0,000001 ou 0,0001%).

A publicação dos tetos tarifários reajustados, oriundos da aplicação dos percentuais sobre os tetos tarifários armazenados, como apresentado anteriormente, se dá pelo arredondamento na quantidade de casas decimais como apresentado no item "2.2 Tarifas Aeroportuárias" do Anexo 4 do Contrato de Concessão para cada uma das tarifas. A tabela abaixo apresenta a quantidade de casas decimais que são publicadas para os tetos tarifários reajustados.

Quantidade de casas decimais publicadas e reajuste aplicado ao teto tarifário		
Tarifas	**Decimais**	**Reajuste**
Tabela 1 - Tarifa de Embarque do Grupo I	2	13,8414%
Tabela 2 - Tarifa de Pouso do Grupo I	4	13,8414%
Tabela 3 - Tarifa Unificada de Embarque e Pouso das Aeronaves do Grupo II	2	13,8414%
Tabela 4 - Tarifas de Permanência das aeronaves do Grupo I	4	13,8414%
Tabela 5 - Tarifas de Permanência em Pátio de Manobras Relativas às Aeronaves do Grupo II (por hora ou fração)	2	13,8414%
Tabela 6 - Tarifas de Permanência na Área de Estadia Relativas às Aeronaves do Grupo II (por hora ou fração)	2	13,8414%
Tabela 7 - Cálculo da Tarifa de Armazenagem da Carga Importada	4	0,0000%
Tabela 8 - Cálculo do Preço relativo à Tarifa de Capatazia da Carga Importada	4	13,8414%
Tabela 9 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais	4	13,8414%
Tabela 10 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito	4	13,8414%
Tabela 11 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada de Alto Valor Específico	4	0,0000%
Tabela 12 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga destinada à Exportação	4	13,8414%
Tabela 13 - Tarifa de Armazenagem e de Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento	4	0,0000%

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DELIBERAÇÃO Nº 16, DE 26 DE MAIO DE 2022

Processo nº 50300.003429/2022-66. Fiscalizada: ESTAÇÃO HIDROVIÁRIA DO AMAZONAS S/A. CNPJ nº 04.487.762/0001-15. Objeto e Fundamento Legal: A Superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, decide por CONHECER o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa, uma vez que tempestivo, para no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a íntegra da decisão exarada por meio da Deliberação PAS nº 60/2021/GFP/SFC (1378901), que determinou a aplicação de multa no valor de R$ 38.584,60 (trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), pela prática da infração tipificada pelo art. 32, inciso XVI, da Resolução ANTAQ nº 3.274/2014.

GABRIELA COELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 58, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o que consta do Processo nº 50300.008646/2022-42, resolve:

Art. 1° Expedir Termo de Autorização em favor da empresa 3F ECO COLETA DE RESÍDUOS LTDA, CNPJ nº 36.918.782/0001-90, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na navegação de apoio portuário, utilizando exclusivamente embarcações com potência de até 2.000 hp.

Art. 2º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 59, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o que consta do Processo nº 50300.023117/2021-98, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa L V NAVEGAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI, CNPJ nº 30.432.640/0001-31, constante no Termo de Autorização ANTAQ nº 1.793, de 31 de agosto de 2020.

Art. 2º Revogar as Resoluções Antaq nº 7.985, de 31 de agosto de 2020, e nº 8.031, de 21 de setembro de 2020, e extinguir o 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização.

Art. 3º A extinção da autorização em tela não exime o autorizado de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 4º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 60, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o que consta do Processo nº 50300.008040/2022-15, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por extinção da pessoa jurídica autorizada, a outorga de titularidade do microempreendedor individual ANTONIO CLEILSON DE SOUZA ARAUJO 01555193285, CNPJ nº 33.257.802/0001-30, constante no Termo de Autorização ANTAQ nº 1.735, de 28 de dezembro de 2019.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 7.483-Antaq, de 28 de dezembro de 2019.

Art. 3º A extinção da autorização em tela não exime o autorizado de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 4º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 61, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o que consta do Processo nº 50300.008051/2022-97, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por extinção da pessoa jurídica autorizada, a outorga de titularidade do microempreendedor individual JOSÉ CARLOS PEREIRA DE VASCONCELOS 46171339253, CNPJ nº 29.069.413/0001-04, constante no Termo de Autorização ANTAQ nº 1.566, de 11 de agosto de 2018.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 6.280-Antaq, de 11 de agosto de 2018, e nº 8.031, de 21 de setembro de 2020.

Art. 3º A extinção da autorização em tela não exime o autorizado de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 4º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 62, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o que consta do Processo nº 50300.008053/2022-86, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por extinção da pessoa jurídica autorizada, a outorga de titularidade da microempreendedora individual CATIANE DA SILVA GAMA 69956618268, CNPJ nº 33.990.520/0001-48, constante no Termo de Autorização ANTAQ nº 1.820, de 19 de dezembro de 2020.

Art. 2º Revogar o Acórdão nº 284-Antaq, de 19 de dezembro de 2020.

Art. 3º A extinção da autorização em tela não exime o autorizado de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 4º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 63, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o que consta do Processo nº 50300.008558/2022-41, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresária individual R MACIEL FERREIRA, CNPJ nº 29.299.797/0001-51, constante no Termo de Autorização ANTAQ nº 1.657, de 20 de junho de 2019.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 6.959-Antaq, de 20 de junho de 2019.

Art. 3º A extinção da autorização em tela não exime o autorizado de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 4º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DELIBERAÇÃO Nº 190, DE 27 DE MAIO DE 2022

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, substituto, no uso de suas atribuições, fundamentado no artigo 58 da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.053175/2022-71:

Considerando o disposto no Capítulo III, Seção IV, Subseções II e III, do Contrato de Concessão PG-138/95-00, de 31 de outubro de 1995;

Considerando o disposto na Deliberação nº 1001, de 11 de dezembro de 2018, que aprovou a 24ª Revisão Ordinária, 12ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP da CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S/A; e

Considerando a Decisão Judicial proferida em sede da Reclamação com Pedido de Tutela Provisória nº 1016103-31.2022.4.01.0000, delibera:

Art. 1º Aprovar o reajuste da tarifa de pedágio atualmente vigente, da Rodovia BR-040/MG/RJ trecho Juiz de Fora-Petrópolis/Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e respectivos acessos, explorado pela CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S/A, em atendimento às decisões proferidas nos Agravos de Instrumento nº 1006526-63.2021.4.01.0000 e nº 1006184-52.2021.4.01.0000:

I - Aplicação do reajuste que indicou o percentual positivo de 8,35% (oito inteiros e trinta e cinco centésimos percentuais) sobre a TBP, correspondente à variação do IPCA no período de junho de 2020 a junho de 2021.

II - Alterar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio Reajustada após arredondamento, para a categoria 1 de veículos, de R$ 11,60 para R$ 12,60.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

GUILHERME THEO SAMPAIO

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	12,60
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	25,20
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	18,90
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	37,80
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	25,20
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	50,40
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	63,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	75,60
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	6,30
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 447, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 54; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.054832/2022-05, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da REAL EXPRESSO LTDA., CNPJ nº 25.634.551/0001-38, para a implantação da linha BRASÍLIA (DF) - BARRETOS (SP), via CALDAS NOVAS (GO), prefixo nº 12-0668-00, com os mercados de BRASILIA (DF) para ARAGUARI (MG), CALDAS NOVAS (GO), PIRES DO RIO (GO), UBERABA (MG), UBERLANDIA (MG) e VIANOPOLIS (GO), como seções.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 448, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XI do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018 e com o inciso III do art. 29 do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022 e considerando o que consta no processo administrativo nº 50500.016927/2022-12, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EVT TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 11.884.579/0001-19, de desistência da supressão da linha CORDEIROS (BA) - OSASCO (SP), prefixo nº 05-0245-00, deferida por meio da Portaria SUPAS nº 44, de 16 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2022.

Art. 2º Revogar a Portaria SUPAS nº 44, de 16 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2022.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 27 DE MAIO DE 2022

Aprova o Fluxo Geral de implementação da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, E O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 227 da Constituição, o § 1º do art. 28 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, o Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, e o que consta no Processo Administrativo nº 08015.000489/2019-81, resolvem:

Art. 1º Aprovar o Fluxo Geral de Implementação da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que instituiu o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.

Parágrafo único. O Fluxo Geral é resultado de trabalho colaborativo dos signatários do Pacto Nacional pela Implementação da Lei nº 13.431, de 2017.

Art. 2º No Fluxo Geral são definidas ações integradas junto aos órgãos responsáveis pelos serviços de atendimento à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência com o fim de evitar a revitimização, constando suas especificações técnicas no Guia para Implementação do Fluxo Geral da Lei nº 13.431, de 2017.

Art. 3º Os órgãos signatários do Pacto Nacional pela Implementação da Lei nº 13.431, de 2017, são responsáveis pela divulgação do Fluxo Geral e de sua documentação de suporte nos órgãos do Sistema de Garantias de Direitos e do Sistema de Justiça, bem como pela inserção desse Fluxo em suas políticas.

§ 1º A aplicação do Fluxo Geral, de suas especificações técnicas e de sua documentação de suporte pelos órgãos componentes do Sistema de Garantias de Direitos e do Sistema de Justiça não signatários desta Portaria dispensa qualquer ato de formalização.

§ 2º Os órgãos signatários do Pacto Nacional pela Implementação da Lei nº 13.431, de 2017, deverão, no âmbito de suas competências e em suas áreas de atuação, editar diretrizes setoriais específicas, inclusive políticas próprias, com o objetivo de ajustar a aplicação desta Portaria aos fluxos de trabalho já praticados, no prazo de cento e vinte dias, a contar da data de publicação desta Portaria, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

§ 3º Os órgãos signatários do Pacto Nacional pela Implementação da Lei nº 13.431, de 2017, sem competência normativa, são responsáveis pela divulgação do Fluxo Geral e pela orientação para a adoção deste, de suas especificações técnicas e de sua documentação de suporte nos órgãos que representam.

Art. 4º O Fluxo Geral, suas especificações técnicas e sua documentação de suporte serão revisados, no mínimo, a cada biênio, a contar da data de publicação desta Portaria, para incorporar as melhores práticas advindas de sua execução.

Art. 5º O Fluxo Geral, suas especificações técnicas e sua documentação de suporte serão disponibilizados no sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, obrigatoriamente, e nos sítios eletrônicos dos demais signatários do Pacto Nacional pela Implementação da Lei nº 13.431, de 2017, a juízo discricionário de cada órgão, podendo também ser disponibilizado por outros órgãos e entidades interessados.

Parágrafo único. A utilização do material referido no caput dispensa autorização formal, exigindo-se apenas a citação da fonte e a referência ao link do sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em trinta dias a contar da data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

CIRO NOGUEIRA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO
Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

RONALDO VIEIRA BENTO
Ministro de Estado da Cidadania

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro de Estado da Saúde

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro de Estado da Educação

MINISTRO LUIZ FUX
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA
Defensor Público-Geral Federal

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.249, DE 27 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/8072 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SKILL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 69.117.869/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 866/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.250, DE 27 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/14709 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESATE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 18.854.220/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 754/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.251, DE 27 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/18771 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KONNTE - SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.090.084/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 933/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.252, DE 27 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/22410 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CETTRA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 31.681.150/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 943/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.253, DE 27 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/23787 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0166-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Alagoas com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 966/2022 (CNPJ nº 17.428.731/0166-43) e nº 967/2022 (CNPJ nº 17.428.731/0167-24).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 531, DE 27 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas baixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma dos Art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199/2017:

HILDEGARD WEINBERGER que passou assinar HILDEGARD DRAXLER, nascida em 04 de janeiro de 1987, filha de Josef Weinberger e de Maria Rogalsky, adquirindo a nacionalidade Austríaca. (Processo nº 08018.029334/2022-00);

MARIA LÍGIA RODRIGUES GOMES KLÖKNER, nascida em 20 de novembro de 1990, filha de Evandro Luiz Klokner e de Marisa Rodrigues Gomes Klokner adquirindo a nacionalidade Holandesa. (Processo nº 08018.026048/2022-84) e;

SARA JANE ARAUJO LOPES, nascida em 11 de outubro de 1983, filha de Maria da Penha Araujo Lopes e de Álvaro Lopes, adquirindo a nacionalidade Holandesa. (Processo nº 08018.020372/2022-99).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 532, DE 27 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve

Declarar a perda da nacionalidade brasileira da pessoa abaixo relacionada, nos termos do art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma dos art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017:

VICTOR XIANGRONG TAN que passou assinar TAN XIANGRONG, nascido em 18 de abril de 2011, filho de JunJian Tan e de Chune Zhang, adquirindo a nacionalidade Chinesa. (Processo nº 08000.012436/2022-77).

Considerando que a perda de nacionalidade foi concedida a título precário, o requerente deverá apresentar cópia da página de identificação do passaporte chinês, no prazo de 18 (dezoito) meses, para complementação da instrução processual, sob pena de anulação do ato, tendo em vista o compromisso do Brasil para a redução da apatridia e em analogia ao disposto no art. 39 da Portaria MJ nº 623, de 13 de novembro de 2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 533, DE 27 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Reconhecer e Certificar ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

TIAGO NUNO DA SILVA MELO PATRICIO - G255416-V, natural de Portugal, nascido em 13 de janeiro de 1978, filho de Celso José Patrício e de Maria Lidia da Silva Melo Patricio, residente no Estado de São Paulo/SP (Processo nº 08018.028726/2022-43).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 534, DE 27 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.006304/2018-10, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JUAN PABLO SANCHEZ SANTANDER, de nacionalidade chilena, filho de Fabian Sanchez e de Helena Santander Munhoz, nascido na República do Chile, em 23 de dezembro de 1992, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 535, DE 27 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDIAS DOLCE - V808514-W, natural do Haiti, nascido em 04 de outubro de 1987, filho de Ermilus Dolce e de Marie Fils Aime, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 235881.0127362/2021);

AHMAD FADI NAHAS - F301897-3, natural da Síria, nascido em 01 de junho de 1984, filho de Abdulaziz Nahas de Farida Achram, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0194921/2022);

ALI FARHOUDH - F045810-I, natural da Síria, nascido em 01 de junho de 1995, filho de Youssef e de Fatima, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0090008/2021);

ANIUVIS DOMINGUEZ ARANO - G005439-Q, natural de Cuba, nascida em 20 de dezembro de 1981, filha de Damaris Arano Riquenes, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0091742/2021);

AYA AKHWAN - F162121-0, natural da Arábia Saudita, nascida em 06 de dezembro de 1993, filha de Mohamad Haitham Akhwan e de Huda Alazhari, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0011944/2020);

BESSY AIMEÉ RODRÍGUEZ LEYVA - G010723-B, natural de Cuba, nascida em 03 de agosto de 1970, filha de Wilder Rodriguez Zaldivar e de Clara Marta Leyva Javis, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0090327/2021);

BINTA DJALO - F165892-8, natural de Guiné-Bissau, nascida em 20 de maio de 1997, filha de Fatumata Ba e de Bubacar Djalo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0012489/2020);

DACHENKA CEDENO PELÁEZ - V991859-9, natural de Cuba, nascida em 26 de junho de 1981, filha de Julio Cedeno Pena e de Dania Peláez Cutino, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0120363/2021);

DIAA ATWI - V594567-Z, natural do Líbano, nascido em 01 de agosto de 1986, filho de Hassan Atwi e de Rihab Zahwi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0101687/2021);

HAROLD BERRETTE - G173748-B, natural do Haiti, nascido em 16 de outubro de 1991, filho de Arnold Berrette e de Terencide Louis, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0114628/2021);

IBRAHIMA FALL - G477548-F, natural de Senegal, nascido em 28 de junho de 1982, filho de Babacar Fall e de Seynabou Gaye, residente no Estado da Paraíba (Processo nº 235881.0102182/2021);

ISABEL AFONSO DITUTALA - V127722-U, natural da Angola, nascida em 20 de julho de 1970, filha de Afonso Xita e de Luisa Finda, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0112565/2021);

ISMAIL HUSSAIN - G295529-V, natural de Bangladesh, nascido em 07 de janeiro de 1985, filho de Nasir Uddin e de Piara Begum, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0118639/2021);

JEAN GUERBY JOSEPH - G214730-H, natural do Haiti, nascido em 18 de agosto de 1987, filho de Joseph Jacques e de Firmante Henry, residente no Distrito Federal (Processo 235881.0109749/2021);

JEAN KENSON JOLNE - G233437-8, natural do Haiti, nascido em 06 de março de 1990, filho de Sauveur Jolne e de Yvonne Dorlean, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0075498/2021);

JOAQUIN ALBERTO SOTO PEREZ - V515593-3, natural da Venezuela, nascido em 19 de fevereiro de 1972, filho de Jesus Alberto Soto Luzardo e de Maria Teresa Perez Sanchez, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 235881.0098008/2021);

JOHNNY SAINT LOUIS - G197717-R, natural do Haiti, nascido em 07 de janeiro de 1993, filho de Jean Placide Saint Louis e de Normine Delice, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0147716/2021);

JOSEPH EL HAJJ - V907877-V, natural do Líbano, nascido em 13 de março de 1984, filho de Jean El Hajj e de Genevieve Mansour, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0111067/2021);

JULIO CESAR NUNEZ NARANJO - V960596-1, natural de Cuba, nascido em 04 de dezembro de 1966, filho de Mildo Nunez Lamote e de Angela Gabriela Naranjo Sanchez, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0095009/2021);

KATERINE DANIELE OLGA MENDES - V816398-C, natural da Nova Zelândia, nascida em 14 de agosto de 1968, filha de Claude Walter Bobillier e de Marjory Ann Botting, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0122352/2021);

KHADY NDIAYE - G149288-7, natural de Senegal, nascida em 29 de janeiro de 1988, filha de Ibrahima Ndiaye e de Tening Ndour, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0104962/2021);

LINA MANUEL GASPAR - F026214-4, natural da Angola, nascido em 14 de maio de 1992, filha de Manuel Gaspar Milonga e de Isabel Mateus Manuel, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0088896/2021);

MADELEINE GUSTAVE - G168321-S, natural do Haiti, nascida em 10 de dezembro de 1984, filha de Rose-Marie Gustave, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0135363/2021);

MARINHO DO ROSARIO GREGORIO - G423535-0, natural da Angola, nascido em 05 de dezembro de 1989, filho de Frederico Gregorio e de Rosaria Mendes de Oliveira, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0087036/2021);

MARIANA MANRIQUE TROPPER- G076878-R, natural da Venezuela, nascida em 02 de julho de 1982, filha de Hector Jose Manrique e de Judith Luisa Tropper Cedeno, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0013914/2020);

MICHELET TILME - G244014-P, natural do Haiti, nascido em 05 de maio de 1987, filho de Renaud Tilme e de Emanie Alcius, residente no Estado de Santa Catarina (Processo 235881.0138432/2021);

MOHAMAD MORTADA - G199604-U, natural do Líbano, nascido em 02 de janeiro de 1988, filho de Hussein Mortada e de Haifa Kassab, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0121620/2021);

MOHAMMAD ALDAAS - G192421-0, natural da Síria, nascido em 23 de maio de 2003, filho de Hussam Aldaas e Abira Alzamel, residente no Estado do Paraná (Processo 235881.0150670/2021);

MOHANADAF ABDULRAHMAN - F313745-A, natural da Síria, nascido em 6 de janeiro de 1998, filho de Ahmad Abdulrahman e de Khadigeh Abdulrahman, residente no Estado do Paraná (Processo 235881.0091383/2021);

OLCY FAUSTIN - G071465-3, natural do Haiti, nascido em 25 de abril de 1989, filho de Jean Robert Faustin e de Marie Rose Castor, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0098746/2021);

OLUFEMI AYOADE ADEDEJI - G406721-0, natural da Nigéria, nascido em 25 de abril de 1981, filho de Ojo Adedeji e de Beatrice Adedeji, residente no Distrito Federal (Processo 235881.0151855/2021);

PETERSON PIERRE - G281706-O, natural do Haiti, nascido em 14 de julho de 1988, filho de Thony Pierre e de Celicia Georges, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0154117/2021);

REHANA SULTANA - G295723-Z, natural de Bangladesh, nascida em 15 de abril de 2002, filha de Md Tozomul Miah e de Sayma Akter, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0150687/2021);

RODRIGO MONTEIRO BATISTA NOBRE - V858741-S, natural de Portugal, nascido em 17 de fevereiro de 1999, filho de Luis Filipe da Conceição Nobre e de Maria Manuela Monteiro, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0136627/2021);

ROOSEVELT ALBERIC - G260371-9, natural do Haiti, nascido em 06 de setembro de 1986, filho de Derilia Day e de Lenord Alberic, residente no Estado do Paraná (Processo 235881.0148876/2021);

ROSANA IRIANI DAZA DE GARCIA - G262829-F, natural da Venezuela, nascida em 25 de fevereiro de 1982, filha de Antonio Jose Daza e de Elizabeth Gonzalez, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0085277/2021);

SOKOL NDRECA - V580823-W, natural da Albânia, nascido em 24 de setembro de 1975, filho de Simon Ndreca e de Drande Ndreca, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0088056/2021);

SULIYAT ADEBUKOLA SERIKI TARAWALLY - G440130-T, natural da Nigéria, nascida em 18 de junho de 1994, filha de Gafar Diekola e de Monsurat Diekola, residente no Distrito Federal (Processo 235881.0113961/2021);

TAMARA MELIZA VALENCIA DELGADO DE FERNÁNDEZ - G311678-1, natural do Peru, nascida em 23 de outubro de 1981, filha de Segundo Valencia Shardin e de Encarnacion Delgado de Valencia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0013949/2020);

TITILAYO OLAMIDE ADEDEJI - G406711-3, natural da Nigéria, nascida em 27 de novembro de 1992, filha de Alade Olonade e de Mary Olonade, residente no Distrito Federal (Processo 235881.0151506/2021);

VANIA JOSEPH - G286111-U, natural do Haiti, nascida em 07 de abril de 1998, filha de Jean Vanis Joseph e de Dieulie Joseph, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0152667/2021);

WATSON DECOSTE - G395095-V, natural do Haiti, nascido em 05 de novembro de 1993, filho de Decilhomme Decoste e de Marie Vania Delva, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0138714/2021);

WISLER PROPHETE - G281301-D, natural do Haiti, nascido em 12 de dezembro de 1988, filho de Fritz Prophete e de Jacotte Jean, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0113368/2021);

WISMICK JOSEPH - V807223-B, natural do Haiti, nascido em 29 de janeiro de 1980, filho de Jean Baptiste Joseph e de Ivonette Macius, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0118150/2021) e

ZILMA AMELIA SABINA RUBIO - G368729-J, natural de Cuba, nascida em 19 de setembro de 1991, filha de Algimiro Sabina Yturralde e de Marlen Rubio Jerez, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0155619/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 536, DE 27 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

HUANG WEN HSIEN - Y240818-9, natural de Taiwan, nascido em 08 de agosto de 1985, filho de Huang Yu Lin e de Chen Chiu Min, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0136221/2021).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 5339/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004228/2020
Interessado: NOELLA KHONDE KIAMBU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS ou O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a interessada não preenche os requisitos dos incisos II e III do Art. 65 da Lei 13.445/2017, vez que não apresentou documento que comprove a residência pelo período de quatro anos, bem como não foi anexado comprovante emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, que demonstre sua capacidade de se comunicar em língua portuguesa.

Despacho nº 5340/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013380/2020
Interessado: RABIAA MOHAMAD CHOUMAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020. Considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação dos documentos necessários para a instrução do pedido conforme listados na portaria retro mencionada, sendo apresentadas somente as certidões de antecedentes criminais federal e estadual, tendo sido estabelecido prazo para apresentação dos documentos faltantes e mesmo assim não houve a manifestação do requerente. Indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do art. 65 da Lei 13.445/2017 e da Portaria 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5341/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0100036/2021
Interessado: BEBETO CLERGER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, retroativo ao pedido da naturalização, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221 do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5342/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0013417/2020
Interessado: ARCENIO OCHOA VELASQUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela

Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020.

Considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários para a instrução do pedido conforme listados na portaria retro mencionada, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5343/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0076181/2021
Interessado: GLADA GALITE RENFORT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certificado de curso de português à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto no art. 5º, §4º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual do Paraná, e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5344/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0100217/2021
Interessado: FERNANDO COLMAN ROSA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é brasileiro nato, e, portanto, não atende às exigências contidas no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 5345/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0013427/2020.
Interessado: MD ALIUR RAHMAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela

Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de

novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5346/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067138/2021
Interessado: PHANUEL VICTOR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou os seguintes documentos: Certidão de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual e Atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, evidenciando assim o não cumprimento à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5347/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0101968/2021
Interessado: KATIANA BRUN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5348/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0103161/2021
Interessado: SAMUEL ANTWI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5349/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0103827/2021
Interessado: ZENAIDA CRUZ PUPO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, por inviabilidade do pedido, com fundamento no disposto no §2º do art. 7º, da Port. 623/20 MJ, tendo em vista que que já foi concedida a nacionalidade brasileira à requerente por meio da Portaria 3.922 de 27 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 28 de setembro de 2021.

Despacho nº 5350/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0013393/2020
Interessado: RAUDEL LEON LOPEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela

Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou os seguintes documentos: Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; Certidão de casamento atualizada; Atestado de antecedente criminal do País de origem (Atualizado) e Inscrição consular/ Certidão de Nascimento, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5351/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0104576/2021
Interessado: BAYAN AL HARIRI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5352/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0104578/2021
Interessado: MOUTAZ AL HARIRI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5353/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0104581/2021
Interessado: MARYAM BALHAWAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor e o grupo familiar se encontram no exterior sem previsão de retorno e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 5354/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0030578/2021
Interessado: LADY ANGELA VISCARRA OLGUIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5355/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0104719/2021
Interessado: MAMADOU NDOYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou como comprovação da capacidade de se comunicar em língua portuguesa documento não previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e, portanto, não atende a exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5356/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0032648/2021
Interessado: WONG WEI WEI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o/a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, bem como o disposto na MOC 39/2020.

Despacho nº 5357/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0105048/2021.
Interessado: ASSANE KONTEYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5358/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0105312/2021
Interessado: MARCO D AMBROSIO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5359/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0105312/2021
Interessado: MARCO D AMBROSIO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5360/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0093586/2021
Interessado: DANIELA FLORES VASQUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, descumprindo, portanto, o art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5361/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0108016/2021
Interessado: MOUMOUNI NEBIE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui um ano de residência por prazo indeterminado, retroativo ao pedido da naturalização, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 65 c/c inciso III, art. 66 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5362/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0110003/2021
Interessado: SERIGNE SALIOU THIAM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5363/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0111509/2021
Interessado: CARLOS ALBERTO LIVINGSTON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5364/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111889/2021
Interessada: IVANDRO MARIA CABRAL DA VEIGA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5365/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0112324/2021
Interessado: ALVARO MORONI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5366/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0112441/2021
Interessado: YAIMA RAMIREZ RODRIGUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da certidão das justiças, estadual e Federal, que não foram apresentadas até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5367/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0113119/2021.
Interessado: ROSALBA ELIZABETH GAUTO RODRIGUES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5368/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102112/2021
Interessado: SERGE MONGOY MIAMBANZILA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou documento não previsto no art. 5º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5369/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0114139/2021
Interessado: VITO BULANTURU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5370/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0112426/2021
Interessado: JEAN LOUIS BERSON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5371/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115804/2021
Interessado: LUIS ENRIQUE GONZALEZ INERARITE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, fora do prazo de validade e apresentou certificado indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, evidenciando assim o não cumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5372/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115861/2021
Interessado: CHEIKH DIAGNE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou os seguintes documentos: certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal; certidão de antecedentes criminais do país de origem; passaporte completo; comprovante de situação cadastral no CPF e comprovante de endereço, portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 e art. 56 da Portaria n.º 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5374/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0116863/2021
Interessada: MOLIERE JOSEPH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o

encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5375/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116529/2021.
Interessado: JEAN LUKENSON ESTIVERNE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5376/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0118543/2021
Interessado: BEATRIZ NOBUCO ENOMOTO DROSDECK

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefiro o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, restando faltosos o CPF, cópia completa do passaporte, além das certidões de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal e o atestado de antecedentes criminais do país de origem, devidamente legalizado e com tradução pública juramentada, não cumprindo, assim, as exigências previstas no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, além da interessada não ter apresentado o CPF, e cópia completa do passaporte.

Despacho nº 5377/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0118979/2021
Interessado: GORA NGOM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 63/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS, de 17 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 subsequente, Seção 1, pág. 173:
Onde se lê: RAUL SANTIAGO ZELAYA ZUAZO;
Leia-se: PEDRO ANTONIO PENAFIEL CHENCHE.

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 26 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016 e na Portaria nº 537, de 4 de julho de 2017, resolve:

Nº 1.063 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social FUNDAÇÃO AMADEU INACIO, com sede em ATALAIA - AL, inscrita no CNPJ sob o nº 23.370.115/0001-73, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e apresentação de documentação incompleta, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 787/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (17945998). Por oportuno, atenta-se no sentido de que a entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000294/2022-15

Nº 1.064 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social GRUPO RORAIMENSE DE APOIO A FAMÍLIA E ORIENTAÇÃO AOS USUÁRIOS DE DROGAS, com sede em Boa Vista/RR, inscrita no CNPJ sob o nº 34.265.720/0001-09, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 375/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08026.000535/2021-37.

Nº 1.065 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação (16680203) como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA RESIDENCIAL DE BALBINA-AMVIB , com sede em Presidente Figueiredo - AM, inscrita no CNPJ sob o nº 01.938.078/0001-14, nos termos do que estabelece o art. 1°, §2°, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 376/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18092430). Processo SEI/MJ nº 08026.000982/2021-96.

Nº 1.066 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido da entidade social INSTITUTO RAUL CORTEZ, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 14.293.953/0001-08, conforme Nota Técnica nº 362/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18080473). Processo SEI/MJ nº 08026.000320/2022-05.

BRUNO ANDRADE COSTA

COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS

DESPACHO Nº 936, DE 26 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Notificar a entidade social PROJETO ELIAS, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.471.181/0001-01, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo de Perda de Qualificação, que visa a verificar os requisitos de permanência da qualificação como OSCIP, mediante atualização cadastral, sob pena de perda da sua qualificação. Conforme art. 44 da Lei 9.784, de 1999, fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000066/2022-91.

NADIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER

DESPACHO Nº 937, DE 26 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Notificar a entidade social INSTITUTO VIDA BRASIL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL e de ESTUDOS, PESQUISA E TREINAMENTO, inscrita no CNPJ sob o nº 07.993.378/0001-8, com sede em Brasília-DF, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo de Perda de Qualificação, que visa a verificar os requisitos de permanência da qualificação como OSCIP, mediante atualização cadastral, sob pena de perda da sua qualificação. Conforme art. 44 da Lei 9.784, de 1999, fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000066/2022-91.

NADIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO Nº 6, DE 27 DE MAIO DE 2022

DESPACHO DECISÓRIO Nº 6/2022/GAB3/CADE
Processo nº 08700.006369/2018-88
Procedimento Administrativo para Apuração de Ato de Concentração nº 08700.006369/2018-88.
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (ex officio).
Representadas: MIH Brazil Participações Ltda. (Naspers Limited) e Rocket Internet SE (Pedidos Já Divulgação e Tecnologia Ltda. e Delivery Hero AG).
Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro; Marcio Dias Soares; Pedro Pendeza Anitelle; Esther Collet Janny Teixeira Biselli; Marcos Pajolla Garrido, Cristiane Saccab Zarzur; Gláucia Gomes Menato; João Luís Aguiar de Medeiros; Luís Cláudio Furtado Faria; e outros
Relator: Conselheiro Gustavo Augusto

Considerando o relatado no item 65 e seguintes da NOTA TÉCNICA Nº 5/2022/SG-TRIAGEM AC/SGA1/SG/CADE (SEI nº 1065571), e tendo em vista o teor da petição de 11 de maio de 2022, da empresa Naspers (SEI nº 1060286), esclareçam as partes representadas, no prazo comum de 5 (cinco) dias úteis, quanto à existência de compromisso de pagamento já assumido ou de proposta de acordo a ser apreciada por este Tribunal, ou se há intenção de apresentação de nova proposta de conciliação.

Publique-se e intime-se. Após, submeta-se o presente despacho à homologação do Tribunal.

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Conselheiro

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 26 DE MAIO DE 2022

Institui o projeto desterro que trata da gestão de cumprimento de decisões judiciais pelo ICMBio.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio e o O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das atribuições que lhes conferemos artigos 11 e 24 do Anexo I do Decreto n. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no art.4º da Lei n. 9.028, de 12 de abril de 1995; na Portaria AGU n. 1.547, de 29 de outubro de 2008, com a redação dada pela Portaria AGU n. 179, de 2 de junho de 2015; na Portaria PGF n. 603, de 2 de agosto de 2010; na Portaria PGF n., de 26 de agosto de 2013; e na Portaria PGF n. 261, de 5 de maio de 2017, resolvem:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (PFE/ICMBio), o PROJETO DESTERRO, que consiste na atuação da PFE/ICMBio quando constatado descumprimento de decisão judicial, podendo propor e acompanhar as medidas administrativas necessárias para fomentar e promover o cumprimento de decisões judiciais.

§1º O Projeto Desterro atuará no hiato entre a emissão do parecer de força executória elaborado pelo órgão de contencioso da Procuradoria-Geral Federal (PGF), noticiando a existência de obrigação judicial, e o efetivo cumprimento do comando da decisão judicial.

§2º O Projeto Desterro não significa a assunção, pela PFE/ICMBio, da responsabilidade pelo descumprimento de provimentos judiciais, sendo tão somente um instrumento adicional voltado ao fomento no cumprimento das obrigações determinadas pelo Poder Judiciário, que tenham sido objeto de pareceres de força executória pelos órgãos de contencioso da PGF.

§3º O cumprimento de decisões judiciais no âmbito do ICMBio é estranho às atividades dos membros da carreira de Procurador Federal, aos quais cabe, desde que previamente intimados pelo Juízo, instar e orientar o órgão administrativo competente para o adimplemento da decisão, devendo requerer urgência quando necessário.

Art. 2º Constituem objetivos do Projeto Desterro:

I - a promoção da integração no âmbito interno do ICMBio quando esta for condição necessária para o cumprimento da decisão judicial inadimplida;

II - a promoção da integração entre o ICMBio e atores externos, sempre que o cumprimento do comando judicial depender de providências alheias às competências do ICMBio;

III - a proposição de medidas administrativas compatíveis com as limitações orçamentárias;

IV - o monitoramento das medidas administrativas necessárias ao cumprimento das decisões judiciais prolatadas, a fim de que sejam respeitados os marcos assumidos;

V - a adoção de medidas consensuais, no âmbito administrativo, visando o cumprimento de decisão judicial com vistas ao fim último que é a execução da política pública;

VI - a busca do equilíbrio entre as restrições orçamentárias e a obrigação legal de cumprir o comando judicial impositivo;

VII - a incidência, no cumprimento de decisões judiciais, dos parâmetros previstos no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

VIII - a atuação coordenada e integrada entre a atuação consultiva da PFE ICMBio e os Procuradores Federais responsáveis pela defesa da autarquia em juízo.

Art. 3º Configurado descumprimento das decisões judiciais de que trata o § 1º, do art. 1º desta Portaria, o Procurador-Chefe da PFE/ICMBio avaliará a necessidade de inclusão do processo administrativo no Projeto Desterro, para que seja acompanhado o efetivo cumprimento do comando expedido pelo juízo.

§ 1º A inclusão do processo no Projeto Desterro também poderá se dar a partir da solicitação de setores do ICMBio ou dos Procuradores Federais lotados na PFE/ICMBio, após a comunicação de decisões judiciais pelos órgãos de contencioso da PGF.

§2º A inclusão de um processo para acompanhamento no Projeto Desterro deve ser sucedida de ciência ao Presidente do ICMBIo e à Diretoria respectiva.

Art. 4º A cada 06(seis) meses, a Presidência do ICMBio oficiará a todos os servidores e colaboradores do ICMBio, a fim de que seja informado se, sob sua responsabilidade, encontram-se processos judiciais com decisões judiciais pendentes de cumprimento, total ou parcial, com as respectivas razões.

Parágrafo único Na periodicidade de que trata o caput, será avaliada, em conjunto com a PFE/ICMBio, a pertinência de serem excluídos do acompanhamento do Projeto Desterro os casos que já não mais se enquadram nas hipóteses do art. 1º.

Art. 5º Compete ao Subprocurador-Chefe da PFE/ICMBio coordenar reuniões, informar aos técnicos envolvidos sobre riscos processuais e propor as medidas que reputar necessárias com vistas à promoção do cumprimento da decisão judicial.

Parágrafo único - A Chefia de Gabinete do Presidente do ICMBio poderá solicitar a titularidade da gestão de qualquer processo a que se refere esta Portaria.

Art. 6º Após a solicitação de inclusão do processo no Projeto Desterro, o Gabinete do Procurador-Chefe da PFE/ICMBio encaminhará o processo ao Subprocurador-Chefe da PFE/ICMBio, para distribuição, instrução e providências necessárias ao efetivo cumprimento da decisão judicial.

§1º O processo será instruído com:

I - a íntegra da decisão judicial cujo cumprimento está sendo verificado;

II - se for o caso, o parecer de força executória; e

III - nota, parecer, cota, despacho ou ofício contendo os encaminhamentos necessários para o efetivo cumprimento da decisão judicial.

§2º A manifestação aludida no § 1º, inciso III do caput delimitará, de forma expressa e concisa, a obrigação imposta pelo juízo e eventual tempo de cumprimento, bem como eventual multa diária, se for o caso.

§3º Uma vez caraterizado o descumprimento, para além dos encaminhamentos administrativos nos sistemas próprios, poderá ser agendada reunião com o(s) responsável(is) pelo cumprimento, cabendo à PFE/ICMBio propor formas de adimplemento e estabelecer marcos para solução.

§4º Constatado risco à ordem pública, as razões devem ser encaminhadas ao Presidente do ICMBio, para ciência e adoção das providências que entender cabíveis.

Art. 7º Uma vez incluído o processo no Projeto Desterro, o Procurador-Chefe ou o Subprocurador-Chefe da PFE/ICMBio deverão adotar as seguintes providências:

I - encaminhar o processo à equipe do Projeto Desterro para:

a) elaborar relatório circunstanciado, por meio da realização do cotejo entre o processo judicial e o administrativo, para identificar as obrigações impostas ao Instituto que ainda não foram cumpridas, indicando os respectivos órgãos administrativos do ICMBio responsáveis pelo adimplemento;

b) sugerir a distribuição de expedientes às unidades organizacionais do Instituto, para adoção de providências necessárias ao efetivo cumprimento da decisão judicial; e

c) monitorar as ações administrativas e prazos a elas fixados e comunicar ao Subprocurador Chefe da PFE/ICMBio os respectivos vencimentos, e o cumprimento ou não das obrigações pactuadas.

II - designar reuniões com Procuradores Federais, Membros do Ministério Público, Diretorias, Comitê Gestor, Coordenações, Unidades de Conservação e demais órgãos e entidades envolvidos nos processos, no intuito de alinhar procedimentos factíveis, a fim de se dar cumprimento à decisão judicial, quando necessário;

III - requerer ao órgão de contencioso da PGF para avaliar a apresentação de Petição em juízo, ou mesmo interlocução junto ao membro do Ministério Público, objetivando a dilação de prazo para cumprimento das diligências, se necessário for.

Art. 8º As reuniões internas, convocadas pela PFE/ICMBio, devem alcançar as autoridades munidas de poder decisório, a fim de garantir que a decisão judicial inadimplida seja efetivamente cumprida.

Parágrafo único. As reuniões, quando pautadas, deverão observar os critérios de eficiência, clareza e objetividade, devendo as atas serem redigidas de forma concisa com o estabelecimento de obrigações e prazos.

Artigo 9º. A integração entre a atuação consultiva e a atuação contenciosa deverá observar as seguintes medidas:

I - comunicação à PRF respectiva da inclusão do processo no projeto desterro para fins de ciência;

II - agendamento prévio de reunião com o Procurador Federal responsável pela defesa em juízo sempre que se entender relevante a compreensão exata dos riscos processuais em face das medidas administrativas pensadas para cumprimento; e

III - comunicação à PRF respectiva sempre que houver adimplemento de uma obrigação imposta em juízo.

Parágrafo único. Devem ser envidados esforços no sentido de que as ferramentas de controle utilizadas pela PFE ICMBio para monitoramento dos planos de trabalho elaborados com vistas ao cumprimento de decisões judiciais possam ser acessadas pelos Procuradores Federais responsáveis pela defesa da Autarquia em juízo.

Art. 10 Os planos de trabalho assumidos pelas Diretorias do ICMBio, em razão do projeto Desterro devem, obrigatoriamente, serem incluídos nas metas anuais e compatibilizados com as demais prioridades técnicas do Instituto.

Parágrafo único - No caso referido no caput, a dimensão integrativa ocorrerá entre o planejamento da política pública e os planos de trabalho existentes para cumprimento dos comandos judiciais.

Art. 11 Caso seja verificada inércia, resistência ou demora excessiva na adoção das providências necessárias ao cumprimento da decisão judicial, o Subprocurador-Chefe da PFE/ICMBio informará o Gabinete do Procurador-Chefe da PFE/ICMBio, que avaliará a adoção de novas providências judiciais ou administrativas necessárias a assegurar o efetivo cumprimento da decisão judicial.

Art. 12 Quando houver a comprovação do efetivo cumprimento de todas as obrigações determinadas em decisões judiciais prolatadas em determinado processo, deverá ser elaborado pelo Subprocurador-Chefe da PFE/ICMBio relatório conclusivo de arquivamento ao Procurador-Chefe da PFE/ICMBio, para análise e encaminhamento ao Presidente do Instituto, para ciência e adoção de providências que entender pertinentes.

Art. 13 Os casos omissos serão comunicados pelo Procurador-Chefe da PFE/ICMBio ao Presidente do Instituto.

Art. 14 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC
Presidente do Instituto

DILERMANDO GOMES DE ALENCAR
Procurador-chefe Nacional
Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

DESPACHO Nº 8-DIMAN//GABIN/ICMBIO, DE 18 DE MAIO DE 2022

O Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, no uso das competências atribuídas pela Portaria nº 737, de 18 de junho de 2020, aprova o Plano de Uso Público da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (SEI nº 10817607).

LUIS GUSTAVO BIAGIONI

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.421/SPE/MME, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000368/2022-87. Interessada: Lasa Lago Azul S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.678.100/0001-05. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica de Ampliação da Central Geradora Termelétrica denominada Lago Azul, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.AI.GO.029173-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.452, de 5 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 1.422/SPE/MME, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004311/2022-57. Interessada: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, inscrita no CNPJ sob o nº 00.357.038/0001-16. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica, objeto do Despacho nº 4.029, de 17 de dezembro de 2021 (Parcial), de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.021, DE 24 DE MAIO DE 2022

Altera a Resolução Normativa nº 559, de2013, referente à aplicação do mecanismo de transição da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST de centrais de geração.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, nos arts. 3º e 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, na Resolução nº 281, de 1º de outubro de 1999, na Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004, na Resolução Normativa nº 666, de 23 de junho de 2015, no Processo n° 48500.003564/2021-22, resolve:

Art. 1º Acrescentar os §§ 1º e 2º ao art. 8º da Resolução Normativa nº 559, de 27 de junho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

§ 1º A partir do ciclo tarifário 2022/2023 o disposto no caput deste artigo não se aplica às centrais de geração cuja TUST estabilizada tenha sido fixada nos termos da Resolução Normativa nº 267, de 5 de junho de 2007.

§ 2º Excepcionalmente, para as centrais de geração que tiveram a TUST estabilizada fixada nos termos da Resolução Normativa nº 267, de 5 de junho de 2007, e reduzida com a aplicação do cálculo da transição de que trata o caput deste artigo até o ciclo tarifário 2021/2022, os valores resultantes devido à aplicação desta regra de transição deverão ser creditados para essas centrais geradoras no ciclo tarifário 2022/2023 devidamente atualizado pelo Índice de Atualização de Transmissão - IAT"(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.906, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002646/2015-10. Interessado: Alupar Investimento S.A. e UFV Pitombeira S.A.. Objeto: Transfere para a UFV Pitombeira S.A. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Pitombeira, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.CE.034037-5.01, localizada no município de Aracati, estado do Ceará. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.923, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000828/2022-77. Interessado: CPFL Santa Cruz. Objeto: declara de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Companhia Jaguari de Energia - CPFL Santa Cruz, a área de terra necessária à ampliação da Subestação 138/34,5/11,9 kV Casa Branca - Ulian, localizada no município de Casa Branca, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.924, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.004343/2022-52. Interessado: Enel Distribuição Ceará Objeto: declara de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Enel Distribuição Ceará, a área de terra necessária à implantação da Subestação 69/13,8 kV Barroquinha, localizada no município de Barroquinha, estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.930, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005033/2022-55. Interessados: São Francisco Transmissão de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, a área de terra que perfaz uma superfície de 26.964 (vinte seis mil novecentos e sessenta e quatro) metros quadrados, necessária à ampliação da Subestação 500 kV Porto Sergipe, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.933, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.003950/2022-03. Interessado: Amazonas Energia S.A. Objeto: declara de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Amazonas Energia S.A., a área de terra necessária à implantação da Subestação 69/13,8 kV Cachoeirinha Um, localizada no município de Manaus, estado do Amazonas. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.934, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.004385/2020-21. Interessado: EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., as áreas de terra necessárias aos acessos à linha de distribuição 138 kV Ramal Olaria e à subestação 138/13,8 kV Olaria, localizada no munícipio de São Sebastião, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta dos autos e estão disponíveis no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.935. Processo nº 48500.003971/2014-19. Interessado: Ventos de Santo Alexandre Energias Renováveis S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.162.471/0001-09, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Rosália 01, CEG nº EOL.CV.CE.034748-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 42.000 kW de potência instalada, localizada no município de Tianguá, no estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.936. Processo nº 48500.003970/2014-66. Interessado: Ventos de São Nicéforo Energias Renováveis S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.162.507/0001-54, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Rosália 02, CEG nº EOL.CV.CE.034749-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 42.000 kW de potência instalada, localizada no município de Tianguá, no estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.937. Processo nº 48500.003969/2014-31. Interessado: Ventos de Santo Agapito I Energias Renováveis S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.197.438/0001-14, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Rosália 03, CEG nº EOL.CV.CE.049898-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 42.000 kW de potência instalada, localizada no município de Tianguá, no estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.938. Processo nº 48500.005174/2020-14. Interessado: Ventos de Santo Ildefonso Energias Renováveis S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.197.407/0001-63, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Rosália 04, CEG nº EOL.CV.CE.049894-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 42.000 kW de potência instalada, localizada no município de Tianguá, no estado do Ceará. Prazo da outorga:

Nº 11.939. Processo nº 48500.005173/2020-61. Interessado: Ventos de Santo Inocêncio Energias Renováveis S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.197.378/0001-30, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Rosália 05, CEG nº EOL.CV.CE.049895-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 42.000 kW de potência instalada, localizada no município de Tianguá, no estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.940. Processo nº 48500.005172/2020-17. Interessado: Ventos de São Silvestre Energias Renováveis S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.197.315/0001-83, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Rosália 06, CEG nº EOL.CV.CE.049896-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 42.000 kW de potência instalada, localizada no município de Tianguá, no estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.941. Processo nº 48500.005171/2020-72. Interessado: Ventos de São Torquato Energias Renováveis S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.197.337/0001-43, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Rosália 07, CEG nº EOL.CV.CE.049897-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 42.000 kW de potência instalada, localizada no município de Tianguá, no estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.949, DE 24 DE MAIO 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.004306/2022-44. Interessado: Murion Solar Energia SPE. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Murion Solar Energia SPE Ltda., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV SE UFV Murion - SE Sol do Sertão, localizada no estado da Bahia. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.950, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.004868/2022-98. Interessado: Enel Green Power. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Enel Green Power Novo Lapa 01 S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV SE UFV Novo Lapa - SE Bom Jesus da Lapa II, localizada no estado da Bahia. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.954, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001593/2021-50, 48500.001594/2021-02, 48500.001667/2021-58, 48500.005450/2021-17, 48500.005451/2021-61, 48500.005452/2021-14. Interessado: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Autorizar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, Contrato de Concessão n° 061/2001, a implantar melhorias em instalações de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÕES HOMOLOGATÓRIAS DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.004969/2021-88, resolve:

Nº 3.036. Interessadas: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim - Cemirim, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista e Elektro Redes S.A - Elektro, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologar o resultado do Reajuste Tarifário Anual - RTA, de 2022 da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim - Cemirim, a vigorar a partir de 29 de maio de 2022, e dá outras providências;

Nº 3.037. Interessadas: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda - Cercos, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Energisa Sergipe - ESE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologar o resultado do Reajuste Tarifário Anual - RTA, de 2022 da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda - Cercos, a vigorar a partir de 29 de maio de 2022, e dá outras providências;

Nº 3.038. Interessadas: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão Ltda - Cerpro, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologar o resultado do Reajuste Tarifário Anual - RTA, de 2022 da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão Ltda - Cerpro, a vigorar a partir de 29 de maio de 2022, e dá outras providências;

Nº 3.039. Interessadas: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda - CERRP, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. - ESS, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologar o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda - CERRP, a vigorar a partir de 29 de maio de 2022, e dá outras providências.

As íntegras destas Resoluções e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.biblioteca.aneel.gov.br .

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.040, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004899/2021-68. Interessadas: CEMIG Distribuição S/A - Cemig-D, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig-GT, Empresa Santos Dumond de Energia S.A. - ESDE, Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. - Mantiqueira, São Gotardo Transmissora de Energia S.A. - São Gotardo, Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. - SLTE, Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. - SMTE, Serra Paracatu Transmissora de Energia Ltda. - SPTE e Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorrogar a vigência das tarifas da CEMIG Distribuição S/A - Cemig-D, que constam nos Anexos da Resolução Homologatória n° 2.877, de 25 de abril de 2021, e dá outras providências. As íntegras dessas Resoluções e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.359, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004452/2014-60, decide:

Interessadas: Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul e Celesc Distribuição S.A. - Celesc-D. Objeto: Determinar que os ativos terão de ser transferidos da transmissora - Eletrobras CGT Eletrosul, para a distribuidora - Celesc-D, em 2022, Trecho 3, conforme Anexo à integra desse Despacho; e também que os pagamentos devidos pela Distribuidora à Transmissora ficam ajustados para 30 (trinta) dias, contados a partir da data de transferência. A Integra desse Despacho, e seu anexo, constam do autos e estarão disponíveis em www.biblioteca.aneel.gov.br .

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.360, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.000899/2021-99, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. - EMS, inscrita no CNPJ sob o nº 15.413.826/0001-50, em face da decisão em última instância administrativa da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul - AGEPAN, referente ao Auto de Infração -AI nº 01, de 2020-AGEPAN/Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 1.749.500,95 (um milhão, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos reais e noventa e cinco centavos) em decorrência do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares relacionados a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica.

CAMILA FIGUEIREDO BONFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.361, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001034/2021-40, decide conhecer e, no mérito, dar parcial provimento ao Recurso

Administrativo interposto pela Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. -EMT em face do Auto de Infração -AI nº 3/2019, lavrado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados -AGER/MT, especialmente para os fins de: (i.1) cancelar a Não Conformidade NC.1; (i.2) manter as Não Conformidades NC.2, NC.3, NC.4, NC.5, NC.6, NC.7, NC.8, NC.9, NC.10, NC.12, NC.15, NC.16 e NC.17, assim como as Determinações DT.1, DT.2 e DT.3, nos estritos termos como definidos pela fiscalização, e as correspondentes sanções aplicadas; (i.3) converter a penalidade de multa atribuída à Não Conformidade NC.16 em advertência; e (i.4) reduzir a penalidade de multa ao valor total de R$ 5.549.177,10 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e dez centavos), a ser recolhido conforme a legislação; e (ii) determinar que a AGER/MT realize nova fiscalização na EMT, especificamente sobre o objeto descrito na NC.1 deste Processo Administrativo, porém autuada em processo específico, para a efetiva e concreta demonstração de infração intrassetorial e precisa definição de abrangência da infração.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.362, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001898/2022-42, decide: (i) conhecer o recurso interposto pelo município de Redenção/CE e, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) conhecer o recurso interposto pela Enel Ceará e, no mérito, dar-lhe provimento parcial; (iii) reformar a decisão exarada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE permitindo que a distribuidora efetue a recuperação dos consumos não faturados nos 36 (trinta e seis) meses anteriores ao censo realizado em 2018, nos termos dos artigos 114 e 116 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, vigente à época do ocorrido; e (iv) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.363, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta nos Processos nº 48500.003694/2017-89 e 48500.003744/2017-28, decide: (i) Conhecer o Recurso Administrativo interposto pela empresa ATE XX Transmissora de Energia S.A, cadastrado sob o CNPJ 18.274.502/0001-76 em face do Despacho nº 2.808, de 2018, emitido pela Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT, que determinou a execução da garantia de fiel cumprimento do Contrato de Concessão nº 10/2013, e, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) desconstituir o Despacho nº 2.808, de 3 de dezembro de 2018 da Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT, os Despachos nº 3.167, de 26 de dezembro de 2018 e nº 360, de 6 de fevereiro de 2019, e o Despacho nº 1.401, de 21 de maior de 2019; (iii) ratificar todos os atos administrativos de instrução processual que foram produzidos no curso dos processos nº 48500.003694/2017-89 e 48500.003744/2017-28; (iv) aplicar, à ATE XX Transmissora de Energia S.A., a penalidade de multa prevista no Edital do Leilão nº 001/2013-ANEEL, no valor de R$ 68.986.363,74 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e seis mil e trezentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos), a preços de março de 2022, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do investimento previsto no Contrato de Concessão nº 010/2013-ANEEL; (v) na hipótese de quitação da multa, caso não existam eventuais débitos remanescentes, determinar que seja devolvida a Garantia de Fiel Cumprimento do Contrato de Concessão nº 010/2014-ANEEL; e (vi) no caso de não pagamento da multa, determinar a execução da Garantia de Fiel Cumprimento em valor suficiente para sua quitação, respondendo a ATE XX Transmissora de Energia S.A. pela diferença.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.364, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005369/2005-37, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em face do Despacho nº 2.668, de 2020, emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, que indeferiu o pedido de alteração de características técnicas da Usina Termelétrica - UTE Arembepe.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.365, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005399/2020-62, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela R.A. Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., incrtita no CNPJ sob o nº 33.499.342/0001-57, em face do Despacho nº 3.238, de 2020, emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, que negou autorização para a Recorrente atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.368, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004616/2020-05, decide: (i) conhecer e, no mérito, negar provimento aos Pedidos de Reconsideração interpostos pela Celesc Distribuição S.A. - Celesc-DIS e Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul, mantendo inalterados os resultados constantes da Resolução Homologatória nº 2.921, de 2021, que homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica - RTP, as Tarifas de Energia - TE, e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, da Celesc-DIS e deu outras providências; e (ii) determinar que na Receita Anual Permitida - RAP, a ser homologada para o ciclo 2022-2023 da transmissão, a Superintendência de Gestão Tarifária - SGT, proceda com as compensações relativas à transferência de equipamentos à Celesc-Dis.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.369, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001785/2021-66, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - Neoenergia Brasilia, inscrita no CNPJ sob o nº 07.522.669/0001-92, mantendo-se o teor da Resolução Autorizativa nº 10.729, de 2021, que autorizou a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabeleceu os limites para os indicadores de continuidade de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC, e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, dos conjuntos da Recorrente para os anos de 2022 a 2026.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.370, DE 25 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo no 48500.001028/2021-92, decide declarar a perda de objeto dos Requerimentos Administrativos interpostos pela Santo Antônio Energia S.A. - Saesa e Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR com vistas ao afastamento do período de transição estabelecido na Resolução Normativa nº 559, de 2013.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.372, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.005271/2019-65 e 48500.005053/2019-21, decide negar provimento aos pedidos de reconhecimento de excludente de responsabilidade e de alteração do cronograma de implantação da Usina Termelétrica UTE Palmaplan Energia 2, localizada no município de Rorainópolis, estado de Roraima, interpostos pela Palmaplan Energia SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 34.238.198/0001-68.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.373, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005053/2019-21, decide (i) à Palmaplan Energia SPE S.A. - inscrita no CNPJ sob o nº 34.238.198/0001-68, aplicar a penalidade de multa no valor de R$ 1.645.359,91 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos), em decorrência do atraso em curso na implantação da UTE Palmaplan Energia 2; e (ii) em caso de não pagamento da multa aplicada, determinar a execução da garantia de fiel cumprimento em valor suficiente para quitação da referida multa, respondendo a Palmaplan pela sua diferença.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.374, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003690/2017-09, decide: (i) desconstituir o Despacho nº 3.799, de 13 de novembro de 2017, da Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT, o Despacho nº 4.105, de 5 de dezembro de 2017, e o Despacho nº 854, de 26 de março de 2019; (ii) ratificar todos os atos administrativos de instrução processual que foram produzidos no curso do processo nº 48500.003690/2017-09; (iii) aplicar, à ATE XVIII Transmissora de Energia S.A, cadastrado sob o CNPJ 17.330.375/0001-12 na penalidade de multa prevista no Edital do Leilão nº 007/2012-ANEEL, no valor de R$ 50.520.859,37 (cinquenta milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos), a preços de março de 2022, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do investimento previsto no Contrato de Concessão nº 006/2013-ANEEL; (iv) na hipótese de quitação da multa, caso não existam eventuais débitos remanescentes, determinar que seja devolvida a Garantia de Fiel Cumprimento do Contrato de Concessão nº 006/2013-ANEEL; e (v) no caso de não pagamento da multa, determinar a execução da Garantia de Fiel Cumprimento em valor suficiente para sua quitação, respondendo a ATE XVIII Transmissora de Energia S.A. pela diferença.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.375, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta nos Processos nº 48500.003695/2017-23 e 48500.003745/2017-72, decide: (i) desconstituir os Despachos nº 3.723, de 3 de novembro de 2017 e nº 890, de 18 de abril de 2018, da Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT, o Despacho nº 4.065, de 4 de dezembro de 2017, e o Despacho nº 1.989, de 4 de setembro de 2018; (ii) ratificar todos os atos administrativos de instrução processual que foram produzidos no curso dos processos nº 48500.003695/2017-23 e 48500.003745/2017-72; (iii) aplicar, à ATE XXI Transmissora de Energia S.A, cadastro sob o CNPJ 18.273.248/0001-91 a penalidade de multa prevista no Edital do Leilão nº 001/2013-ANEEL, no valor de R$ 299.934.729,68 (duzentos e noventa e nove milhões, novecentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos), a preços de março de 2022, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do investimento previsto no Contrato de Concessão nº 013/2013-ANEEL; (iv) na hipótese de quitação da multa, caso não existam eventuais débitos remanescentes, determinar que seja devolvida a Garantia de Fiel Cumprimento do Contrato de Concessão nº 013/2013-ANEEL; e (v) no caso de não pagamento da multa, determinar a execução da Garantia de Fiel Cumprimento em valor suficiente para sua quitação, respondendo a ATE XXI Transmissora de Energia S.A. pela diferença.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.378, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos listados no ANEXO, decide conhecer e, no mérito, indeferir o pedido de alteração dos cronogramas de implantação das UFV Mauriti 1 a 9, relacionadas no Anexo deste Despacho, o qual também contém os atos autorizativos, razões sociais e CNPJ dos titulares e Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

ANEXO

Processos	Razão Social	CNPJ	Resolução Autorizativa (nº)	UFV	CEG
48500.001096/2018-56	Sunco Energy Brasil Mauriti 10 Participações Societárias Ltda.	31.886.399/0001-83	REA nº 7.732, de 9/4/2019	Mauriti 1	UFV.RS.CE.038364-3.01
48500.001097/2018-09	Sunco Energy 2 Brasil Mauriti Participações Societárias Ltda.	29.103.647/0001-20	REA nº 7.733, de 9/4/2019	Mauriti 2	UFV.RS.CE.038365-1.01
48500.001098/2018-45	Sunco Energy Brasil Mauriti 3 Participações Societárias Ltda.	9.168.859/0001-96	REA nº 7.734, de 9/4/2019	Mauriti 3	UFV.RS.CE.038366-0.01
48500.001099/2018-90	Sunco Energy Brasil Mauriti 4 Participações Societárias Ltda.	29.469.320/0001-77	REA nº 7.735, de 9/4/2019	Mauriti 4	UFV.RS.CE.038367-8.01
48500.001100/2018-86	Sunco Energy Brasil Mauriti 5 Participações Societárias Ltda.	29.103.664/0001-68	REA nº 7.736, de 9/4/2019	Mauriti 5	UFV.RS.CE.038368-6.01
48500.001101/2018-21	Sunco Energy Brasil Mauriti 6 Participações Societárias Ltda.	29.103.672/0001-04	REA nº 7.737, de 9/4/2019	Mauriti 6	UFV.RS.CE.038369-4.01
48500.001108/2018-42	Sunco Energy Brasil Mauriti 7 Participações Societárias Ltda.	31.153.615/0001-81	REA nº 7.738, de 9/4/2019	Mauriti 7	UFV.RS.CE.038370-8.01
48500.001109/2018-97	Sunco Energy Brasil Mauriti 8 Participações Societárias Ltda.	31.159.183/0001-16	REA nº 7.739, de 9/4/2019	Mauriti 8	UFV.RS.CE.038371-6.01
48500.001110/2018-11	Sunco Energy Brasil Mauriti 9 Participações Societárias Ltda.	31.864.512/0001-20	REA nº 7.740, de 9/4/2019	Mauriti 9	UFV.RS.CE.038372-4.01

DESPACHO Nº 1.379, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, conforme a Portaria n. 139, de 18 de maio de 2022, e o que consta dos Processos nº 48500.002914/2018-38, 48500.002915/2018-82, 48500.002916/2018-27, 48500.002917/2018-71, 48500.002918/2018-16, 48500.006458/2018-03, 48500.006459/2018-40, 48500.006461/2018-19, 48500.006460/2018-74, 48500.006462/2018-63, 48500.006463/2018-16, 48500.006467/2018-96, 48500.006464/2018-52, 48500.006465/2018-05, 48500.006466/2018-41, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido de alteração dos cronogramas de implantação das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV Castilho 1 a 5 e UFV Hélio Valgas 1 a 10, por não restar demonstrado o excludente de responsabilidade pelos atrasos na implantação dessas usinas.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.388, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.004969/2021-88, decide autorizar a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a utilizar os créditos da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim - Cemirim, junto à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para compensar os débitos da Cemirim junto à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.400, DE 24DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001216/2016-53 decide (i) desconstituir o Despacho nº 1.058, de 14 de maio de 2018, (ii) ratificar todos os atos administrativos instrutórios que foram produzidos no curso processual, (iii) à Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.395.590/0001-03, aplicar a penalidade de multa prevista no Edital de Leilão nº 04, de 2011 - ANEEL, no valor atualizado, até março de 2021, de R$ 35.605.232,08 (trinta e cinco milhões, seiscentos e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oito centavos), sujeito à atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, até a data de sua quitação, (iv) em caso de não pagamento da multa, determinar a execução da Garantia de Fiel Cumprimento em valor suficiente para sua quitação, respondendo a Concessionária pela sua diferença, e (v) na hipótese de pagamento da multa, caso não existam eventuais débitos remanescentes, determinar que seja devolvida a Garantia de Fiel Cumprimento.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.407, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001056/2020-29, decide: i) conhecer dos requerimentos administrativos para reconhecimento das situações de restrição de operação por constrained-off nas Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs protocolados na ANEEL e, no mérito, dar parcial provimento, no sentido de reconhecer o direito dos montantes de constrained-off, para restrição elétrica, exclusivamente no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, os quais não poderão superar o montante mínimo para tornar nulo o ressarcimento previsto nos contratos; ii) determinar a Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração - SRG que, no prazo de 15 dias, submeta metodologia provisória para avaliação da Diretoria para o cálculo dos montantes de constrained-off de UFVs, reconhecidos em "i)", a ser utilizada até que a metodologia definitiva seja definida pela ANEEL; iii) determinar a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, após a ANEEL aprovar a metodologia provisória para o cálculo do constrained-off de UFV, estabeleça e publique cronograma para o reprocessamento, com o uso dessa metodologia, dos ressarcimentos já efetuados pelas UFVs; e iv) determinar a recontabilização dos valores de constrained-off das UFVs na CCEE realizados com base na metodologia provisória quando a ANEEL definir a metodologia definitiva.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.408, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.002127/2018-96, 48500.002189/2018-06, 48500.002193/2018-66, e 48500.002186/2018-64, decide declarar a perda de objeto dos processos de alteração do cronograma de implantação das Centrais Geradoras Fotovoltaicas Mundo Novo I a IV, outorgadas à Usina Geradora de Energia SGA Ltda., localizadas no município de São Gonçalo do Amarante, estado do Ceará, por restar exaurida sua finalidade, nos termos do art. 14 da Norma de Organização ANEEL n° 001, aprovada pela Resolução Normativa n° 273, de 2007.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.410, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos n° 48500.002921/2018-30, 48500.002922/2018-84, 48500.002923/2018-29, 48500.002924/2018-73, 48500.002925/2018-18 e 48500.002926/2018-62, decide conhecer e, no mérito: (i) indeferir pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso na implantação das centrais geradoras fotovoltaicas Cassilândia 1 a 6, localizadas no município de Cassilândia, estado do Mato Grosso do Sul, de titularidade da Cassilândia Solar Participações S.A., CNPJ n° 31.738.904/0001-42; e (ii) indeferir pedido de alteração dos cronogramas de implantação dessas usinas.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.411, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos listados no ANEXO, decide conhecer e, no mérito, indeferir pedido de alteração dos cronogramas de implantação das Centrais Geradoras Eólicas Tucano V, IX, XI, XIII e XVII, Ventos de Santa Tereza 1 a 14 e Ventos de São Ricardo 1 a 13, relacionadas no ANEXO deste Despacho.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

ANEXO

ocesso	Usina	Ato de Outorga	Titular	CEG
48500.002436/2013-51	EOL Tucano V	REA nº 8.820, de 19/05/2020	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	EOL.CV.BA.032570-8.01
48500.004005/2013-20	EOL Tucano IX	REA nº 8.824, de 19/05/2020	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	EOL.CV.BA.032583-0.01
48500.004000/2013-05	EOL Tucano XI	REA nº 8.826, de 19/05/2020	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	EOL.CV.BA.036988-8.01
48500.003938/2016-42	EOL Tucano XIII	REA nº 8.827, de 19/05/2020	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	EOL.CV.BA.036994-2.01
48500.002576/2018-34	EOL Tucano XVII	REA nº 8.829, de 19/05/2020	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	EOL.CV.BA.040696-1.01
48500.000323/2020-41	Ventos de Santa Tereza 01	REA nº 9.262, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047235-2.01
48500.000322/2020-04	Ventos de Santa Tereza 02	REA nº 9.263, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047236-0.01
48500.000321/2020-51	Ventos de Santa Tereza 03	REA nº 9.264, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047237-9.01
48500.000320/2020-15	Ventos de Santa Tereza 04	REA nº 9.265, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047238-7.01
48500.000319/2020-82	Ventos de Santa Tereza 05	REA nº 9.266, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047239-5.01
48500.000318/2020-38	Ventos de Santa Tereza 06	REA nº 9.267, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047240-9.01

48500.000317/2020-93	Ventos de Santa Tereza 07	REA nº 9.268, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047241-7.01
48500.000316/2020-49	Ventos de Santa Tereza 08	REA nº 9.269, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047242-5.01
48500.000315/2020-02	Ventos de Santa Tereza 09	REA nº 9.270, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047243-3.01
48500.000314/2020-50	Ventos de Santa Tereza 10	REA nº 9.271, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047244-1.01
48500.000313/2020-13	Ventos de Santa Tereza 11	REA nº 9.272, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047245-0.01
48500.000312/2020-61	Ventos de Santa Tereza 12	REA nº 9.273, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047246-8.01
48500.000311/2020-16	Ventos de Santa Tereza 13	REA nº 9.274, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047247-6.01
48500.000310/2020-71	Ventos de Santa Tereza 14	REA nº 9.275, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.047198-4.01
48500.002286/2020-13	Ventos de São Ricardo 01	REA nº 9.474, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 01 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049170-5.01
48500.002285/2020-61	Ventos de São Ricardo 02	REA nº 9.475, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 02 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049171-3.01
48500.002284/2020-16	Ventos de São Ricardo 03	REA nº 9.476, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049172-1.01
48500.002283/2020-71	Ventos de São Ricardo 04	REA nº 9.477, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049173-0.01
48500.002282/2020-27	Ventos de São Ricardo 05	REA nº 9.478, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 05 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049174-8.01
48500.002281/2020-82	Ventos de São Ricardo 06	REA nº 9.479, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049175-6.01
48500.002280/2020-38	Ventos de São Ricardo 07	REA nº 9.480, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 07 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049176-4.01
48500.002279/2020-11	Ventos de São Ricardo 08	REA nº 9.481, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 08 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049177-2.01
48500.002278/2020-69	Ventos de São Ricardo 09	REA nº 9.482, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 09 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049178-0.01
48500.002277/2020-14	Ventos de São Ricardo 10	REA nº 9.483, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049179-9.01
48500.002276/2020-70	Ventos de São Ricardo 11	REA nº 9.484, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049180-2.01
48500.002275/2020-25	Ventos de São Ricardo 12	REA nº 9.485, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 12 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049181-0.01
48500.002274/2020-81	Ventos de São Ricardo 13	REA nº 9.486, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 13 Energias Renováveis S.A.	EOL.CV.RN.049182-9.01

DESPACHO Nº 1.412, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos listados no ANEXO, decide conhecer e, no mérito, indeferir pedido de alteração dos cronogramas de implantação das EOL Cajuína C3 a C7 e das UFV Sky Arinos I a VIII, relacionadas no ANEXO deste Despacho.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

ANEXO

Processos	UFV	**Resolução Autorizativa**	Razão Social	**CEG**
48500.002887/2013-99	EOL Cajuína C7	REA nº 8.892, de 2/6/2020	Serra Verde I Energética S.A.	EOL.CV.RN.032539-2.01
48500.002888/2013-33	EOL Cajuína C6	REA nº 8.893, de 2/6/2020	Serra Verde II Energética S.A.	EOL.CV.RN.032540-6.01
48500.002644/2013-51	EOL Cajuína C5	REA nº 8.892, de 2/6/2020	Serra Verde III Energética S.A.	EOL.CV.RN.032541-4.01
48500.002886/2013-44	EOL Cajuína C4	REA nº 8.892, de 2/6/2020	Serra Verde IV Energética S.A.	EOL.CV.RN.032542-2.01
48500.002885/2013-08	EOL Cajuína C3	REA nº 8.892, de 2/6/2020	Serra Verde V Energética S.A.	EOL.CV.RN.032543-0.01
48500.001323/2020-68	UFV Sky Arinos I	REA nº 10.065, de 8/6/2021	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	UFV.RS.MG.047364-2.01
48500.001322/2020-13	UFV Sky Arinos II	REA nº 10.067, de 8/6/2021	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	UFV.RS.MG.047365-0.01
48500.001321/2020-79	UFV Sky Arinos III	REA nº 10.068, de 8/6/2021	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	UFV.RS.MG.047366-9.01
48500.001320/2020-24	UFV Sky Arinos IV	REA nº 10.069, de 8/6/2021	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	UFV.RS.MG.047367-7.01
48500.001319/2020-08	UFV Sky Arinos V	REA nº 10.070, de 8/6/2021	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	UFV.RS.MG.047368-5.01
48500.001318/2020-55	UFV Sky Arinos VI	REA nº 10.071, de 8/6/2021	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	UFV.RS.MG.047369-3.01
48500.000886/2021-10	UFV Sky Arinos VII	REA nº 10.072, de 8/6/2021	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	UFV.RS.MG.047370-7.01
48500.000887/2021-64	UFV Sky Arinos VIII	REA nº 10.073, de 8/6/2021	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	UFV.RS.MG.047371-5.01

DESPACHO Nº 1.413, DE 24 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 17 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003289/2020-66, decide conhecer e dar provimento ao pedido de excludente de responsabilidade interposto pela Empresa de Transmissão Baiana S.A. - ETB, inscrita sob o CNPJ nº 24.870.961/0002-04, em razão do atraso na execução das obras do Contrato de Concessão nº 11, de 2016-ANEEL, para (i) recompor o prazo contratual na mesma medida dos atrasos verificados; e (ii) determinar que o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, recontabilize as Parcelas Variáveis por Atraso na Entrada em Operação - PVA, das instalações outorgadas pelo Contrato de Concessão nº 11, de 2016-ANEEL.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 26 DE MAIO DE 2022

Nº 1.416. Processo nº 48500.004543/2022-13. Interessadas: Moxy Administração e Participações - Eireli e Flor de Lótus Participações Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Sapucaí, com potência instalada de 12.400 kW, cadastrada sob o CEG PCH.PH.SP.037446-6.01, localizada no rio Sapucaí, no estado de São Paulo; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados.

Nº 1.417. Processo nº 48500.004545/2022-02. Interessadas: Moxy Administração e Participações - Eireli e Flor de Lótus Participações Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH São Sebastião, com potência instalada de 16.200 kW, cadastrada sob o CEG PCH.PH.SP.037445-8.01, localizada no rio Sapucaí, no estado de São Paulo; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados.

Nº 1.418. Processo nº 48500.004546/2022-49. Interessadas: Moxy Administração e Participações - Eireli e Flor de Lótus Participações Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Santa Rita, com potência instalada de 13.600 kW, cadastrada sob o CEG PCH.PH.SP.037443-1.01, localizada no rio Sapucaí, no estado de São Paulo; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.414, DE 25 DE MAIO DE 2022

Processo nº: 48500.005151/2022-63. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: (i) estabelecer parcelas adicionais de Receita Anual Permitida; (ii) de ajuste referentes à Operação e Manutenção de instalações de transmissão transferidas ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2008; e (iii) para cobertura de custos previstos em Resolução Normativa. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca .

RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 27 DE MAIO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 28 de maio de 2022.

Nº 1.440 Processo nº: 48500.005494/2021-47. Interessados: UTE Paulínia Verde S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Paulínia Verde (Antiga MP Paulínia). Unidades Geradoras: UG1, de 2.860,00 kW, UG3 e UG4, de 2.715,00 kW cada, e. Localização: Município de Paulínia, no estado de São Paulo.

Nº 1.441 Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: Mineração Oro Ytê Ltda. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Oroytê. Unidades Geradoras: UG3 e UG4, de 1.000,00 kW cada. Localização: Município de Bela Vista, no estado de Mato Grosso do Sul.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 1.423, DE 26 MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006370/2021-89, decide indeferir o pleito da Transenergia São Paulo S.A. - TSP de retificar a Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI aplicada em decorrência do atraso para o retorno à operação do disjuntor 956 da SE Itatiba ocorrido no desligamento iniciado em 15/1/2020.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

DESPACHO Nº 1.436, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005305/2022-17, decide indeferir o pedido da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - ISA CTEEP de isenção da aplicação de Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI referente a desligamentos intempestivos da Função Transmissão - FT LT 440 kV Getulina/Jupia SP, ocorridos em 3 de setembro de 2021, atribuídos pela empresa ao alteamento de estruturas de distribuição que cruzam a referida FT.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 1.439, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 1.009, de 22 de março de 2022, e nº 1.002 de 25 de janeiro de 2022, e o que consta no Processo nº 48500.004865/2022-54, decide: (i) aprovar o Contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCELP, celebrado entre a compradora Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte (CERNHE), inscrita no CNPJ sob o nº 53.176.038/0001-86, e a vendedora Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Matrix), inscrita no CNPJ sob o nº 17.858.631/0001-49; e (ii) estabelecer que as cláusulas contratuais que impliquem, direta ou indiretamente, alteração de preço, prazo, montantes originalmente contratados, suspensão de fornecimento e resolução do contrato subordinam-se à manifestação prévia e discricionária da ANEEL por meio do mecanismo de Aprovação.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 66/2022

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
867.066/2005-ÁGUAS LEBRINHA LTDA- Fonte Azul - Águas Lebrinha Ltda - Embalagens de 10L e 20L- IPIRANGA DO NORTE/MT
866.214/2010-AGUA MINERAL HIPOTERMAL FONTE JORDANI LTDA- Fonte Jordani Ltda ME - Água Mineral Hipotermal Fonte Jordani Ltda ME - Embalagens 300 mL - 497 mL com gás - 497 mL - 1,5 L - 300 mL com gás - 5 L - 8 L - 10 L - 3 L - 20 L- NOVA MUTUM/MT
805.414/1974-ÁGUAS LEBRINHA LTDA- Nossa Senhora de Santana e Bica das Moças - Águas Lebrinha Ltda - Embalagens 350ml (premium) , 350 ml (premium com gás) , 497 ml , 500 ml (fitness) , 500 ml (com gás) , 1L (premium) , 1L (premium com gás) , 1,5 L, 200 ml, 300 ml e 6L - Fonte Bica das Moças - 10L e 20L - Fonte Nossa Senhora de Santana- CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
867.114/2010-ADOLAR TOMASI & CIA LTDA- Registro de Licença N° 03/2012 - Vencimento em 29/06/2025
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
866.959/2020-PAVESI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
866.548/2020-GINCO URBANISMO LTDA
866.437/2020-MINASCAL EXTRACAO MINERAL LTDA
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
866.812/2020-R. DE F. DONATO ME (CERAMICA TROPICAL)
866.420/2020-CERAMICA DOIS IRMAOS LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
867.044/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA-OF. N°21922/2022 - DIFAM
867.029/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO-OF. N°21823/2022 - DIFAM
867.014/2021-MUNICIPIO DE CANABRAVA DO NORTE-OF. N°21935/2022 - DIFAM
867.011/2021-MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA-OF. N°21930/2022- DIFAM
866.118/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA-OF. N°21992/2022- DIFAM

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 70/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.167/2020-SEGREDO ENERGIA LTDA- Cessionário:UHE Juruena Ltda- CPF ou CNPJ 39.916.142/0001-39- Alvará n°3589/2020
866.287/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE- Cessionário:Buriti Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 40.854.585/0001-21- Alvará n°9025/2021
866.587/2021-ESTER GUIMARAES RAMOS- Cessionário:BR Mineração Ltda EPP- CPF ou CNPJ 21.610.331/0001-13- Alvará n°7552/2021
866.586/2021-ESTER GUIMARAES RAMOS- Cessionário:BR Mineração Ltda EPP- CPF ou CNPJ 21.610.331/0001-13- Alvará n°7551/2021
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
867.114/2020-COOPERATIVA DE EXTRACAO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-CUIABÁ/MT - Guia n° 16/2022-13.500 e 8.500toneladas/ano-Minério de Ouro e Cascalho- Vigência da Guia:02(dois) anos
867.186/2021-SIDNEI ARI BELLINCANTA-APIACÁS/MT - Guia n° 17/2022-50.000toneladas/ano-Minério de Ouro- Vigência da Guia:02 (dois) anos
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
867.186/2021-SIDNEI ARI BELLINCANTA- Alvará n°9845/2021 - Cessionario:866.343/2022-V & C Mineradora Ltda- CPF ou CNPJ 45.640.472/0001-47
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
866.083/2009-PEDREIRA TANGARÁ LTDA-ALVARÁ N°5632/2009
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
867.396/2013-MINERACAO SERRA MORENA LTDA- Área de 444,02 ha para 151,30 ha-Calcário (Calcítico/Dolomítico)-Rosário Oeste/MT
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.203/2016-FERNANDO ANTONIO COSTA
866.267/2015-JOÃO GIMENES RODRIGUES
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
866.263/2012-GILBERTO PEREIRA DE SOUZA ME - PLG Nº 20/2015 de 26/05/2015- Vencimento em 26/05/2027
Fase de Requerimento de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
866.584/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-OF. N°25408/2022-DIREM
866.932/2021-J DEMITO PESQUISA MINERAL E PROSPECCAO GEOLOGICA LTDA-OF. N°25399/2022-DIREM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
866.599/2021-MUNICIPIO DE PEDRA PRETA- Registro de Extração N°9250/2022 de 24/05/2022
867.133/2021-MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU- Registro de Extração N°9251/2022 de 24/05/2022

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 247/2022

Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
850.493/2021-JOSE CARLOS DE FARIAS
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.135/2022-CERAMICA CACHAMORRA LTDA-OF. N°25988/2022/DIFAM-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 249/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BACIA B1-PARA PIGMENTOS S A-850.038/1988-OF. N°23954/2022/SESBM-PA/ANM - PRAZO 60 DIAS

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 250/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)

851.331/2013-LUZ MINERACAO LTDA- OF. N° Ofício nº 26305/2022/GER-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 28/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
826.463/2016-RTB GEOLOGIA E MINERACAO LTDA.-BOCAIÚVA DO SUL/PR, CERRO AZUL/PR, TUNAS DO PARANÁ/PR - Guia n° 14/2022-300.000ton/ano-Minério de Ferro- Vigência da Guia:1 ano
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.315/2018-J. A. GAI COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA LTDA-Cessionário:Areal Agua Azul Ltda- CPF ou CNPJ 03.240.027/0001- 40- Alvará n°882/2019
826.090/2020-EXTRACAO DE AREIA BERGAMO LTDA- Cessionário:Oflavio Caetano Bergamo Me- CPF ou CNPJ 45.188.751/0001- 11- Alvará n°5049/2020
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
826.489/2021-POLICAL INDUSTRIAL DE CAL LTDA. EPP-OF. N°11273/2022
826.002/2021-KLABIN S.A.-OF. N°11603/2022
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.771/2007-LB TRANSPORTE E MINERACAO LTDA- Área de 285,78 ha para 39,04 ha-Areia-Campo Alegre/SC
826.292/2015-J. MONTEIRO SERVICOS NAVAIS - EIRELI- Área de 12,17 ha para 2,8 ha-AREIA-Araucária e Contenda/PR
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
825.576/1972-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22764/2022
802.683/1977-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22771/2022
804.267/1977-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22773/2022
805.674/1977-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22781/2022
805.675/1977-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22782/2022
805.677/1977-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22785/2022
801.843/1978-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22790/2022
801.844/1978-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22793/2022
820.915/1980-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22799/2022
820.366/1983-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22802/2022
820.975/1987-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22805/2022
826.533/2000-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22807/2022
826.479/2001-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°22567/2022
826.255/1988-MARC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°25384/2022
826.153/2001-MARC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°25391/2022
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
826.001/2010-MINERAÇÃO NOGAL LTDA ME- Prazo:2 anos
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
826.170/1992-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°24732/2022
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.935/2013-MINERAÇÃO PORTO TAQUARA LTDA.- Registro de Licença N° 47/2013/DNPM-PR - Vencimento em 11/10/2023
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.355/2006-RODOLFO WEIBER-OF. N°20733/2022
826.192/2009-OCA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°25829/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.427/2017-CONSTRUTORA COGUETTO MARIA - EIRELI- Alvará n° 8361/2017 - Cessionário: Dellai & Dall Santo Mineracao Ltda- CNPJ 44.425.313/0001- 67
826.026/2017-R MINAS LTDA- Edital n° 9/2016 - Cessionário: Areal Agua Azul Ltda- CNPJ 03.240.027/0001- 40

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 84/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
810.183/2016-CRISTOVAM DILLMANN FILHO
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
810.183/2016-CRISTOVAM DILLMANN FILHO
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.453/2016-COMERCIO DE AREIA MARTINS LTDA- Registro de Licença N° 156/2016 - Vencimento em 11/05/2024
810.133/1987-JANE ELISETE DE LIMA PINTO- Registro de Licença N° 659/1988 - Vencimento em 28/01/2027
810.790/2008-DELIO SPELLMEIER- Registro de Licença N° 79/2009 - Vencimento em 09/06/2025
810.037/2000-ARO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 80/2008 - Vencimento em 27/04/2024
810.041/2000-ARO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 84/2008 - Vencimento em 26/10/2023
810.709/2015-S. P. SEVERO JÚNIOR - ME- Registro de Licença N° 230/2015 - Vencimento em 06/04/2024
810.502/2020-S. P. SEVERO JÚNIOR - ME- Registro de Licença N° 05/2021 - Vencimento em 06/04/2024
810.835/2012-AMADEU PEGORARO- Registro de Licença N° 9541/2014 - Vencimento em 20/05/2026
810.039/2000-ARO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 82/2008 - Vencimento em 26/10/2023
810.035/2000-ARO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 78/2008 - Vencimento em 27/04/2024
810.034/2000-ARO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 77/2008 - Vencimento em 27/04/2024
810.036/2000-ARO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 79/2008 - Vencimento em 27/04/2024
810.038/2000-ARO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 081/2008 - Vencimento em 27/04/2024
810.432/2018-CALLIARI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.- Registro de Licença N° 013/2019 - Vencimento em 25/05/2023
810.355/2008-BASALTO SANTA GEMA LTDA- Registro de Licença N° 225/2008 - Vencimento em 16/05/2032
810.054/2009-LUIZ CUNHA EXTRATORA DE PEDRAS LTDA- Registro de Licença N° 21/2009 - Vencimento em 12/05/2026
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
810.849/2009-EDYR MILITINO RUI- Processo englobado:810381/2018
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
810.381/2018-EDYR MILITINO RUI
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
811.160/2012-MINERAÇÃO NOVA PETRÓPOLIS LTDA.-OF. N°4095/2022-60 dias
810.978/2008-TONIOLO, BUSNELLO S/A - TUNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTACOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°48096/2021-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.174/2012-CRM CENTRAL RIOGRANDENSE DE MINERIOS LTDA-OF. N°25358/2022
811.438/2015-MINERACAO VERA CRUZ LTDA-OF. N°25403/2022
810.128/2021-ARGITELLUS MINERACAO LTDA.-OF. N°25828/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.734/2019-CRISTOVAM DILLMANN FILHO-Registro de Licença N° 76/2022 - Vencimento em 12/11/2023
811.260/2021-VALDIR MANFIO E FILHO LTDA ME-Registro de Licença N° 77/2022 - Vencimento em 17/12/2025

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 87/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.352/2017-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°25176/2022
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
811.322/2014-COMMEPP MINERAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS LTDA - AI N°370/2022
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
810.684/2018-DARCI ANTONIO CARNIEL MARQUETTO-Cessionário:48052.8101992022-11-Massa Mineração Eirelli
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.637/2013-PAULO ROBERTO PAVIN
810.532/2018-WALTER GUIZZARDI JUNIOR
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
810.035/2021-DERLI DOS ANJOS FREITAS -Alvará N°2548/2021
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
810.542/2008-FELIPE BRIDI- Cessionário:Titânio do Brasil Serviços de Pesquisa Mineral Ltda- CPF ou CNPJ 36.918.847/0001-05- Alvará n°14917/2008
810.543/2008-FELIPE BRIDI- Cessionário:Titânio do Brasil Serviços de Pesquisa Mineral Ltda- CPF ou CNPJ 36.918.847/0001-05- Alvará n°14895/2008
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(776)
810.124/2020-D A DA SILVA PEDRAS- Registro de Licença N° 99/2021-Cessionario:48052.8102202022-89-Pedras Silveira Ltda- CNPJ 04.278.048/0001-17
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
811.075/2008-COMERCIAL DE AREIA SILVA LTDA-OF. N°25680/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.359/2020-CERAMICA KASPARY LTDA-OF. N°25478/2022
Fase de Requerimento de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
811.473/2011-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-OF. N°1966/2021
810.358/2020-GABRIEL MICHELS ZANETTE-OF. N°25618/2022
810.057/2020-SULMIN MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI-OF. N°26057/2022
810.056/2020-SULMIN MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI-OF. N°26056/2022
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
810.047/2021-BRX MINERAÇÃO LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.405/2021-FABIANO DOS ANJOS SILVEIRA E CIA LTDA
810.404/2021-FABIANO DOS ANJOS SILVEIRA E CIA LTDA
810.294/2021-DEPOSITO E EXTRACAO DE AREIA CAPELA LTDA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
810.199/2022-MASSA MINERAÇÃO EIRELLI

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHO
Relação nº 39/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
846.075/2018-BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI-OF. N°18964/2022
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
846.188/2019-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE JUNCO DO SERIDO PB
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
846.156/2015-PROMINA PROJETOS DE MINERAÇÃO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
846.233/2013-ENGEOMINAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA, GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
846.025/2009-POLIMASSA ARGAMASSAS LTDA

ARNALDO BEZERRA LOPES DE ALMEIDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 40/2022

Fase de Concessão de Lavra
Aceita defesa apresentada(475)
840.289/1986-MIBRASA MINÉRIOS BRASILEIROS LTDA.
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)

846.117/2007-MINERACAO VALE DO PIANCO LTDA
Fase de Lavra Garimpeira
Nega o aditamento de substância mineral(526)
846.096/2004-GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA SOUSA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(1259)
846.096/2004-GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA SOUSA-OF. N°106/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
846.038/2003-PARAÍBA TOURMALINE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°12073/2022-60 (sessenta) dias dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.174/2010-CASA GRANDE MINERACAO EIRELI-OF. N°25466/2022
846.027/2010-ANTONIO PEREIRA DOS ANJOS-OF. N°25468/2022
846.036/2011-ELIZABETH PRODUTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°25470/2022
846.015/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-OF. N°26083/2022
846.306/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-OF. N°26236/2022
846.169/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-OF. N°26286/2022
846.061/2010-KN TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°26252/2022
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
846.025/2009-POLIMASSA ARGAMASSAS LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
846.070/2022-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE JUNCO DO SERIDO PB-OF. N°25361/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
846.068/2022-DIAS & SOUZA LTDA
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.273/2021-CERAMAN CERAMICA EXTRACAO DE ARGILA LTDA-Registro de Licença N° 7/2022 - Vencimento em 16 de setembro de 2026
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
846.253/2021-GCB MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

ARNALDO BEZERRA LOPES DE ALMEIDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO
Relação nº 38/2022

Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
846.068/2021-CSN CIMENTOS S.A.-AI N°3328/2022
848.142/2020-ELIZANGELA ARAÚJO GAMBARRA-AI N°3450/2022

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 44/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(1027)
864.032/2016-JOSÉ DIOMAR LOPES DE ARAÚJO
864.154/2016-JOSÉ DIOMAR LOPES DE ARAÚJO
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)
864.603/2010-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MONTE SANTO - COOPERSANTO-OF. N°27223/2021/SEFAM-TO/ANM
Despacho publicado(1971)
864.603/2010-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MONTE SANTO - COOPERSANTO-Determina cumprimento de exigência - Prazo 90 dias (Art. 6°, Lei nº 7.805, de 18/07/1989) - Ofício nº 26651/2021/SEFAM-TO/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
864.140/2018-A R NETO NONATO- Registro de Licença N° 08/2019 - Vencimento em 10/04/2023
864.141/2018-A R NETO NONATO- Registro de Licença N° 09/2019 - Vencimento em 28/04/2024
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
864.358/2016-APRÍGIO FERREIRA DA SILVA NETO
Indefere Requerimento de PLG(335)
864.054/2021-JOSÉ DIOMAR LOPES DE ARAÚJO
864.055/2021-JOSÉ DIOMAR LOPES DE ARAÚJO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
864.055/2016-CARLOS LUIZ ZORZI
864.255/2018-GUILHERME CADETE RIBEIRO RODRIGUES EIRELI
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.155/2020-T FABIOLA NETO AMORIM EIRELI-OF. N°14252/2022/SEFAM-TO/ANM
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.147/2020-T FABIOLA NETO AMORIM EIRELI-Registro de Licença N° 19/2022 - Vencimento em 31/08/2030
864.494/2021-J.J. MULINARI LTDA-Registro de Licença N° 18/2022 - Vencimento em 28/07/2026

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

DESPACHO
Relação nº 45/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito exigência(1298)
864.603/2010-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MONTE SANTO - COOPERSANTO-OF. N°26651/2021/SEFAM-TO/ANM-DOU de 12/05/2022
864.603/2010-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MONTE SANTO - COOPERSANTO-OF. N°27223/2021/SEFAM-TO/ANM-DOU de 12/05/2022

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 58/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Rubis Mineracao e Servicos Eireli me - 848168/17

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 21/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Rick Rodrigues Costa - 806049/17 - Not.1/2022 - R$ 4.561,54

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 40/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Edmilson Barbosa da Silva - 840281/18 - Not.21/2022 - R$ 228,00

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 41/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Edmilson Barbosa da Silva - 840281/18 - Not.22/2022 - R$ 9.028,07
Miguel Villar Baffa Capobiango - 840094/19 - Not.23/2022 - R$ 4.000,95

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 43/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Zenize Cavalcanti Meira - 846122/18 - Not.30/2022 - R$ 402,52, 846122/18 - Not.32/2022 - R$ 411,68

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 44/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Sudamerica Ltda - 846090/18 - Not.28/2022 - R$ 9.132,33, 846097/18 - Not.29/2022 - R$ 9.052,71
Zenize Cavalcanti Meira - 846122/18 - Not.31/2022 - R$ 4.546,97, 846122/18 - Not.33/2022 - R$ 8.842,07

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 46/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
j. de c. Ramalho - 803075/20 - Not.47/2022 - R$ 4.486,65
Moacir Austerno Cardoso - 803190/18 - Not.37/2022 - R$ 6.826,92

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 47/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Clausito Borges - 803163/20 - Not.46/2022 - R$ 4.482,16
Henrique Alcântara Avelino - 803236/12 - Not.39/2022 - R$ 3.965,53
j. de c. Ramalho - 803075/20 - Not.48/2022 - R$ 4.494,39
Moacir Austerno Cardoso - 803190/18 - Not.38/2022 - R$ 8.670,89
Valmir Batista - 803108/14 - Not.40/2022 - R$ 1.108,75

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 49/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Carvalho Locações e Servicos Ltda - 800100/19 - Not.94/2022 - R$ 7.455,38
Mineracao Cardeal do Nordeste Ltda - 800508/17 - Not.87/2022 - R$ 913,32, 800510/17 - Not.89/2022 - R$ 1.581,49, 800511/17 - Not.91/2022 - R$ 912,36, 800509/17 - Not.96/2022 - R$ 906,79
Pedreiras Coité Ltda - 800349/19 - Not.98/2022 - R$ 1,55
Portal do Sol Participacoes & Mineracao Eireli - 800528/18 - Not.102/2022 - R$ 9.102,53

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 50/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Carvalho Locações e Servicos Ltda - 800034/19 - Not.93/2022 - R$ 9.153,31, 800100/19 - Not.95/2022 - R$ 9.153,31
Ccm Mineração Ltda - 800147/18 - Not.86/2022 - R$ 9.093,94

Milka Mineração Exportação e Importação Ltda me - 800391/18 - Not.100/2022 - R$ 4.494,39
Mineracao Cardeal do Nordeste Ltda - 800508/17 - Not.88/2022 - R$ 9.153,31, 800510/17 - Not.90/2022 - R$ 8.120,29, 800511/17 - Not.92/2022 - R$ 8.120,29, 800509/17 - Not.97/2022 - R$ 8.389,29
Pedreiras Coité Ltda - 800349/19 - Not.99/2022 - R$ 8.964,34
Portal do Sol Participacoes & Mineracao Eireli - 800528/18 - Not.103/2022 - R$ 4.494,39
Sudamerica Ltda - 800463/18 - Not.101/2022 - R$ 8.988,79

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 59/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
3maria Mineracao Ltda - 848134/20 - Not.63/2022 - R$ 8.966,69
Color Prisma Mineração Ltda - 848168/19 - Not.55/2022 - R$ 27,45
Goetze Lobato Engenharia S.a - 848096/20 - Not.53/2022 - R$ 219,97
Vilma Bilro de Araujo - 848182/18 - Not.57/2022 - R$ 95,02

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 60/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
3maria Mineracao Ltda - 848134/20 - Not.64/2022 - R$ 4.482,16
Color Prisma Mineração Ltda - 848168/19 - Not.56/2022 - R$ 4.514,03
Goetze Lobato Engenharia S.a - 848096/20 - Not.54/2022 - R$ 4.384,35
Mineração Angicos Ltda me - 848097/15 - Not.62/2022 - R$ 4.482,16
New Business Administracao e Negocios de Empresas Ltda - 848168/20 - Not.65/2022 - R$ 4.482,16
p. w. Vasconcelos - 848073/16 - Not.52/2022 - R$ 4.561,54
Sudamerica Ltda - 848085/18 - Not.60/2022 - R$ 8.817,61, 848087/18 - Not.61/2022 - R$ 8.817,61
v Belem Cavalcante - 848192/16 - Not.51/2022 - R$ 2.980,08
Vilma Bilro de Araujo - 848182/18 - Not.58/2022 - R$ 8.833,73
Vulcano Export Calcários LTDA. me - 848135/16 - Not.50/2022 - R$ 434,24

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 20/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Geobem - Consultoria e Projetos Ltda - 806052/17
Vale Mineracao e Piscicultura Eireli - 806032/20

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 39/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Clcampos Trading America Importacao e Exportacao Ltda - 840297/21
Minecom Extração, Beneficiamento e Comercialização de Minerais Ltda - 840125/18, 840129/18, 840130/18, 840131/18, 840132/18, 840134/18
Patricia Neves do Nascimento Holanda - 840256/18

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 42/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Morro Verde Participacoes S/a - 846103/13
Peteg Pesquisas Tecnicas em Geologia Ltda - 846164/18

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 45/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Rmb Manganes Ltda - 803063/18, 803064/18, 803065/18

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 57/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Mineração Angicos Ltda me - 848098/15
Oceam Mineração Tecnológica Serviços LTDA. - 848132/19

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 291/2022

TORNA S/EFEITO MULTA APLICADA-TAH - (643) 860.762/2021 - Thiago Neto de Rezende - A. I. nº 1222/2022 - multa publicada na Rel. 237/2022, DOU de 18/05/2022, TAH paga no prazo.

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 292/2022

TORNA S/EFEITO MULTA APLICADA-TAH - (643) 860.374/2021 - Elias Eduardo Dias Nascimento - A. I. nº 1175/2022 - multa publicada na Rel. 237/2022, DOU de 18/05/2022, TAH paga no prazo.

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 4 (BA, SE, AL)

DESPACHO
Relação nº 293/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35) João Helio Andrade Rocha - 878026/19 - A.I. 4269/22
Nelson Araujo Dos Santos - 878083/19 - A.I. 4271/22
Orlando Figueiredo de Araujo - 878008/20 - A.I. 4272/22
Torre Empreendimentos Rural e Construção Ltda - 878072/19 - A.I. 4270/22

JOSÉ ROMILDO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Divisão

DESPACHO
Relação nº 294/2022

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35) Jackson Marques me - 878007/20 - A.I. 4274/22 Jvm Empreendimentos e Transportes Eireli - 878063/19 - A.I. 4273/22

JOSÉ ROMILDO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Divisão

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 7 (PE,RN,CE,PB,PI,MA)

DESPACHO
Relação nº 41/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Klayson Pereira de Medeiros Veloso - 846132/19 - A.I. 3989/22

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
p/ Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 4.312, DE 27 DE MAIO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48074.878018/2022-04-JACINTO ALVES DE CARVALHO NETO (Documento SEI: 4153939)

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

ALVARÁ Nº 4.314, DE 27 DE MAIO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846062/2022-77-CONGO COMERCIO, TRANSPORTES E LOCACOES LTDA (Documento SEI: 4153938)

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

ALVARÁ Nº 4.315, DE 27 DE MAIO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820232/2022-10-Ricardo Guimaraes Zambrone (Documento SEI: 4157855)

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 332/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4339/2022-830.278/2022-DRAGAS SIA LTDA-
4337/2022-832.356/2021-TRATOR CAT - PECAS E SERVICOS EIRELI-
4338/2022-832.919/2021-MINERACAO DO PORTO LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4349/2022-830.556/2022-IMPERATRIZ MINERAÇÃO COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE ROCHA ORNAMENTAL LTDA-
4345/2022-830.287/2022-WILSON MACHADO CORREIA-
4341/2022-831.889/2021-GRANROCHAS MINERACAO E EXPORTACAO LTDA-
4342/2022-831.891/2021-GRANROCHAS MINERACAO E EXPORTACAO LTDA-
4344/2022-830.280/2022-AREAL RIO PARDINHO LTDA.-
4343/2022-830.067/2022-ISMAR VITOR DIAS-
4340/2022-833.038/2006-AGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA-
4346/2022-830.289/2022-SX ENGENHARIA INCORPORACAO E COMERCIO LTDA-
4347/2022-830.300/2022-BRUSAMEX - IMPORT EXPORT LTDA-
4348/2022-830.305/2022-ROMEU BARRETO DE ALMEIDA-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 342/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4370/2022-810.140/2022-PAULO ROBERTO MULLER-
4371/2022-810.143/2022-ANGELO FELIPE BARBOSA MOLETA-
4369/2022-810.084/2022-RAFAEL AUGUSTO LANIUS-
4367/2022-810.078/2022-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-
4366/2022-810.975/2021-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
4365/2022-810.974/2021-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
4368/2022-810.079/2022-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-
4383/2022-820.149/2022-RICARDO GUIMARÃES DOS SANTOS-
4374/2022-820.074/2022-RENATO BENATTI-
4373/2022-820.042/2022-PAOLA DE FREITAS JUNQUEIRA-
4382/2022-820.147/2022-RICARDO GUIMARÃES DOS SANTOS-
4384/2022-820.152/2022-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-
4375/2022-820.087/2022-J. C. DE OLIVEIRA EIRELI-
4376/2022-820.099/2022-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-
4377/2022-820.124/2022-ANTONIO CESAR CHIMARELLI-
4380/2022-820.137/2022-ROQUE YURI TANDEL ME-
4381/2022-820.139/2022-AEO ENVAZAMENTO DE AGUA MINERAL LTDA-
4372/2022-820.016/2022-INOCH MONTEIRO DE CAMPOS FILHO-
4379/2022-820.135/2022-MARCIA ALVES DA SILVA-
4378/2022-820.133/2022-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.-
4395/2022-830.150/2022-SAO THOMAZ EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA E CASCALHO-
4398/2022-830.178/2022-GRANROCHA MINERAÇÃO EIRELI-
4394/2022-830.137/2022-BIANCA BARRETO BISSIATI-
4396/2022-830.157/2022-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
4387/2022-830.035/2022-ECO QUARTZ TRANSPORTES E MINERACAO LTDA-
4388/2022-830.037/2022-RONAN FERREIRA DOS SANTOS-
4390/2022-830.050/2022-RENATO MAGELA ANDRADE-
4397/2022-830.173/2022-WANDER CAMPOS-
4401/2022-830.210/2022-BRUNO CESAR ARAUJO-
4400/2022-830.187/2022-PEDRO PAULO DE ALMEIDA GOMES-
4393/2022-830.078/2022-RAPHAEL DIAS VIEIRA EIRELI-
4392/2022-830.060/2022-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
4391/2022-830.057/2022-ALBERTO ANDRADE ANZOLIN-
4389/2022-830.043/2022-GUILHERME SANTOS BERNARDES-
4385/2022-830.021/2022-VITOR SILVA DO BEM-
4386/2022-830.031/2022-NATÁLIA RAMOS PORTO FERNANDES-
4399/2022-830.180/2022-HEVERTON DE PAULA ENGENHARIA-
4402/2022-840.023/2022-COOGASCEN - COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO SERTAO CENTRAL-
4403/2022-846.020/2022-CESAR VIEIRA DE ABREU-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4350/2022-810.021/2022-COMSAIBRI-COMÉRCIO DE SAIBRO E BRITAS LTDA-
4351/2022-810.097/2022-JACITO ANGELO OSMARI-
4352/2022-810.118/2022-ZART & ECKERT MINERACAO LTDA-
4353/2022-820.163/2022-SAO CARLOS AMBIENTAL - SERVICOS DE LIMPEZA URBANA E TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA.-
4355/2022-830.051/2022-THALMON RUELA CAMPAGNOLI-
4356/2022-830.129/2022-FRANCISCO CARLOS CARDOSO FIORELLI-
4357/2022-830.132/2022-GERALDA FREIRE DOS SANTOS-
4359/2022-830.190/2022-CRISTINA BUENO GUIMARAES-
4361/2022-830.198/2022-BH MINERACAO LTDA-
4358/2022-830.157/2022-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
4360/2022-830.197/2022-TERRA DO BRASIL MINERACAO LTDA -ME-
4354/2022-830.039/2022-EDILSON JOSÉ REIS GUEDES-
4363/2022-846.026/2022-JORGE LIBERALINO DE SOUZA-
4362/2022-846.023/2022-JORGE LIBERALINO DE SOUZA-
4364/2022-846.027/2022-JORGE LIBERALINO DE SOUZA-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 343/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
820.162/2022-DANIEL FIGUEIREDO- Alvará N°2.635- DOU de 6 de abril de 2022
820.071/2022-STAF - SOCIEDADE TÉCNICA DE AREIAS PARA FUNDIÇÃO LTDA.- Alvará N°2.376- DOU de 06 de abril de 2022

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 348/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4335/2022-815.006/2022-DNXS CERÂMICAS E MINERAÇÃO LTDA. ME-
4336/2022-815.080/2022-MEYER COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA-
4334/2022-815.660/2021-CASSIANA BACK FELDHAUS-
4333/2022-815.626/2021-LR2TX PARTICIPACOES LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4332/2022-815.512/2021-OSNI PEREIRA ME-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 349/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4331/2022-866.213/2022-BRUNO OLIVEIRA GUEDES-
4330/2022-866.176/2022-FRANCISMAR FONTES CORSINI-
4329/2022-867.665/2021-WESLEY SOARES SILVA-
4327/2022-867.650/2021-JBNX HOLDING E PARTICIPACOES LTDA-
4328/2022-867.651/2021-EDER RODRIGO PEREIRA-
4324/2022-867.386/2021-PATRICIA GEVEZIER PODOLAN DE FIGUEIREDO-
4325/2022-867.596/2021-MT MINERIOS DO BRASIL LTDA-
4326/2022-867.634/2021-IDAEL PEREIRA SAMPAIO-
4323/2022-866.081/2021-NX GOLD S.A.-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4317/2022-867.519/2021-FORTALEZA MINERADORA LTDA-
4318/2022-867.520/2021-FORTALEZA MINERADORA LTDA-
4319/2022-867.522/2021-FORTALEZA MINERADORA LTDA-
4320/2022-867.523/2021-FORTALEZA MINERADORA LTDA-
4321/2022-867.524/2021-FORTALEZA MINERADORA LTDA-
4316/2022-866.190/2019-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-
4322/2022-866.151/2022-FRANCISMAR FONTES CORSINI-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 318, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.222646/2019-11, resolve: autorizar a empresa LWART LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 46.201.083/0027-17, a operar a instalação de coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado, localizada a Estrada do Vale Verde s/n, Zona Rural - Junqueirópolis/SP. CEP: 17.890-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -21:35:22,700; -51:27:19,600 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 11.000 m³.

TQ	Ø (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	25,00	12,00	5.000	IIIB	Vertical aéreo
02	20,00	10,30	3.000	IIIB	Vertical aéreo
03	20,00	10,30	3.000	IIIB	Vertical aéreo

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 319, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.211683/2022-91. resolve: Autorizar a empresa VIBRA ENERGIA S.A., a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 541, de 30 de Novembro de 2012.

CNPJ
34.274.233/0001-02
34.274.233/0091-50
34.274.233/0329-93
34.274.233/0328-02
34.274.233/0149-01
34.274.233/0255-12
34.274.233/0029-03
34.274.233/0080-06
34.274.233/0040-00
34.274.233/0025-71
34.274.233/0101-67
34.274.233/0262-41
34.274.233/0369-80
34.274.233/0067-20
34.274.233/0095-84

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 717, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea e, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/SP0021208	CLENILDO S SOARES GAS JACARE - ME	07.547.641/0001-00	48610.006049/2008-80
001/GLP/RS0005985	COMERCIAL DE GAS ARCO IRIS LTDA.	94.780.723/0001-02	48610.000634/2006-12
001/GLP/SC0012844	COMERCIAL DE GÁS SANRAVI	74.042.789/0001-80	48610.003179/2007-81
001/GLP/RS0014141	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS FLORESTAL LTDA	02.558.109/0002-55	48610.005667/2007-21
001/GLP/RS0013818	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS FLORESTAL LTDA	02.558.109/0006-89	48610.004818/2007-24
GLP/SC0204409	COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS NOVA ESPERANÇA LTDA - ME	08.674.572/0001-68	48610.019081/2010-40
GLP/SP0214692	EDILSON ALONÇO DA SILVA	14.589.560/0001-38	48610.003849/2012-25
GLPRS0304857	HELEN SIR ALVES ANDRADE 00262755033	30.345.925/0001-35	48610.009591/2018-66
GLP/RS0211443	HILDOR BECKER	07.170.579/0001-80	48610.013962/2011-38
GLP/RS0218745	MARE COMBUSTIVEIS E INCORPORACOES LTDA	01.718.007/0001-06	48610.012640/2012-52
GLP/SP0233195	M.R.G. GAS E AGUA EIRELI - ME	23.410.232/0001-13	48610.001767/2016-70
GLP/RS0210847	PF COMBUSTIVEISLTDA.	07.766.110/0002-99	48610.012712/2011-81
GLP/RS0175845	POSTO DE COMBUSTÍVEIS CAPITÃO LTDA	01.590.786/0001-07	48610.013943/2008-14
GLP/SC0209753	SILVETE MARIA MORAIS	78.529.914/0001-31	48610.010579/2011-28
GLP/SC0208450	SOELENE MARIA BRASILEIRO ME	10.644.851/0001-20	48610.008156/2011-48

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 720, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPRN0400546	A DOMINGOS DA SILVA GAS & CONVENIENCIA EIRELI	34.025.934/0005-23	48610.212650/2022-68
GLPPA0400576	ALBERTO B DA SILVA	42.804.776/0001-04	48610.212680/2022-74
GLPMT0400525	CENTRAL COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA LTDA	46.113.372/0001-25	48610.211390/2022-11
GLPGO0400578	CL DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	27.387.019/0001-99	48610.212065/2022-68
GLPSP0400580	DIH GAS E AGUA AGENOR DE CAMPOS LTDA	44.375.018/0001-43	48610.211975/2022-23
GLPMG0400567	EQUIP-GAS LTDA	03.587.220/0001-51	48610.212674/2022-17
GLPSP0400544	FRANCISCA SONIA DE FIGUEIREDO NEVES	02.565.433/0006-24	48610.212647/2022-44
GLPDF0400572	GAS LIGEIRINHO COMERCIO DE GLP LTDA	24.467.055/0001-74	48610.206515/2022-83
GLPBA0400529	GIDEON JOSE FRANCISCO	00.626.539/0002-31	48610.212359/2022-90
GLPMG0400517	GRAZIANA RODRIGUES DOS SANTOS	44.950.042/0001-69	48610.212626/2022-29
GLPPA0400521	I S DE SOUSA DISTRIBUIDORA BEBIDAS LTDA	45.308.452/0001-73	48610.210804/2022-87
GLPPA0400574	J J REIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	30.899.773/0001-12	48610.210812/2022-23
GLPSC0400541	LANA COMERCIO E DISTRIBUIDORAS DE GAS LTDA	43.101.352/0001-46	48610.212320/2022-72
GLPRS0400523	M & L TAQUARUCU AUTO CENTER LTDA	23.317.114/0001-65	48610.212089/2022-17
GLPBA0400569	SALES COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	43.554.987/0001-07	48610.212212/2022-08
GLPTO0400527	SCHIRLEY MARIA CARVALHO DE SOUZA	35.729.589/0001-48	48610.209247/2022-51

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 721, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/GO0225463	AUTO POSTO FELICIDADE LTDA	04.449.531/0001-17	48610.208354/2022-62
PR/SP0225536	AUTO POSTO GARCIA 5174 LTDA	44.266.648/0001-80	48610.212476/2022-53
PR/SP0225519	AUTO POSTO JARDIM HELENA LTDA	44.691.910/0001-33	48610.212423/2022-32
PR/MA0225516	AUTO POSTO LEAO - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E COMBUSTIVEIS LTDA	45.861.940/0001-03	48610.211982/2022-25
PR/SP0225556	AUTO POSTO TIRADENTES LTDA	45.227.686/0001-96	48610.212516/2022-67
PR/SP0225518	AUTO POSTO VILA SANTA ROSA LTDA	39.923.167/0001-60	48610.212063/2022-79
PR/SC0225517	AVILA & TESTONI LTDA	42.659.453/0001-74	48610.209852/2022-22
PR/MG0225576	COMBUSTIVEL JOSE BONIFACIO LTDA	45.458.485/0001-08	48610.212268/2022-54
PR/BA0225537	FABRICIA DIAS PEREIRA EIRELI	33.178.951/0001-04	48610.211185/2022-48
PR/BA0225496	GUIMARAES XLVI COMERCIO DE PETROLEO LTDA	29.922.751/0001-47	48610.207669/2022-92
PR/GO0225461	L.A.R COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA	42.019.207/0001-58	48610.212373/2022-93
PR/RS0225557	POSTO DE COMBUSTIVEIS ESTACAO EIRELI	28.027.203/0001-90	48610.212541/2022-41
PR/SP0225462	POSTO DE SERVICOS BOM PASTOR LTDA	43.669.556/0001-88	48610.206982/2022-11
PR/CE0225538	POSTO SOL NASCENTE LTDA.	03.898.522/0001-40	48610.212481/2022-66
PR/TO0225577	WATTS COMBUSTIVEIS LTDA	38.352.974/0001-07	48610.201486/2022-63

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 723, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP nº 41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/RS0023435 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente a MARILAINE SPIERING, com inscrição no CNPJ sob o nº 02.099.743/0001-96, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.223104/2021-71.

ADRIANA NICKEL LOURENCO

DESPACHO SDL-ANP Nº 724, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP nº 41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/MG0024701 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente a AUTO POSTO BOM JESUS VIEIRAS LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 04.206.374/0001-19, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.210450/2019-75.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 725, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de maio de 2020, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP nº 41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/SP0107565 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente a AUTO POSTO VITTORIA LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 14.793.553/0001-53, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.211157/2019-25.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO SPD-ANP Nº 715, DE 27 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Fica CREDENCIADA a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionada à área, tema e subtema abaixo.

2.Cabe à unidade credenciada manter atualizadas as informações referentes ao credenciamento no SIPED, a contar da data de publicação deste Despacho.

CREDENCIAMENTO ANP N°	1045/2022	
UNIDADE DE PESQUISA	Instituto Senai de Inovação em Biotecnologia	
INSTITUIÇÃO CREDENCIADA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	
CNPJ/MF	03.774.819/0103-29	
PROCESSO ANP	48610.208728/2022-40	
LOCALIZAÇÃO	São Paulo / SP	
ÁREA	TEMA	SUBTEMA
BIOCOMBUSTÍVEIS	BIOETANOL	PRODUÇÃO DE BIOETANOL
OUTRAS FONTES DE ENERGIA	HIDROGÊNIO	PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO
TEMAS TRANSVERSAIS	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	MINIMIZAÇÃO DE RESÍDUOS - REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM
TEMAS TRANSVERSAIS	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	REMEDIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS E IMPACTADAS

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

DESPACHO SBQ-ANP Nº 716, DE 27 DE MAIO DE 2022

O CHEFE DE NÚCLEO do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, e com base no disposto no artigo 11, inciso IV, da Resolução ANP nº 804, de 20 de dezembro de 2019, torna público o cancelamento dos registros indicados abaixo, pertencentes ao detentor SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº 39.987.978/0001-24, pelas razões constantes do Processo Administrativo ANP 48610.222061/2021-15.

REGISTRO	SITUAÇÃO	PROCESSO	MARCA COMERCIAL	DETENTOR
20930	CANCELADO	48600.200935/2021-94	STARLUB FÊNIX ENERGY SINTÉTICO	SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA
20951	CANCELADO	48600.200966/2021-45	STARLUB FÊNIX PLUS SEMISSINTÉTICO	SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA
20951	CANCELADO	48600.202020/2021-13	STARLUB FÊNIX PLUS SEMISSINTÉTICO	SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA
20998	CANCELADO	48600.200981/2021-93	STARLUB AQUARIUS 2T MINERAL	SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA
21092	CANCELADO	48600.202017/2021-08	STARLUB FÊNIX NITRO SINTÉTICO 5W-30	SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA
21094	CANCELADO	48600.202019/2021-99	STARLUB FÊNIX PLUS SEMISSINTÉTICO 10W-30	SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA
21095	CANCELADO	48600.202002/2021-31	STARLUB FÊNIX ENERGY SINTÉTICO	SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA
21160	CANCELADO	48600.202444/2021-88	STARLUB DRACO GEAR 90 API GL5	SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA

ALEX RODRIGUES BRITO DE MEDEIROS

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO SPC-ANP Nº 718, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, o que consta do Processo ANP nº 48610.202369/2021-36 e a sentença proferida pela Vara Federal Cível e Criminal da Subseção Judiciária de Caxias-MA nos autos Mandado de Segurança nº 1002507-63.2021.4.01.3702, resolve:

Ficam RESTABELECIDAS as Autorizações ANP nº 586, de 16/08/2019, publicada no DOU em 19/08/2019, e nº 587, de 16/08/2019, publicada no DOU em 19/08/2019, outorgadas à ITAJUBARA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 06.110.605/0001-11, referente à instalação produtora de etanol, com capacidade de produção de 400 m³/d de etanol hidratado e 370 m³/d de etanol anidro, localizada na Vila Pimenteiras, s/n, Centro, Coelho Neto - MA.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 320, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta nos processos ANP nº 48610.216216/2019-51 e 48610.200463/2022-31 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa VOPAK BRASIL S/A, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 44.167.450/0001-49, autorizada a operar o Terminal de combustíveis líquidos marítimo para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis Classe I a III (Norma ABNT NBR 17.505) no município de Santos, Estado de São Paulo/SP, composto pelas seguintes instalações:

1) Área 1: 16 (dezesseis) tanques para armazenamento de produtos granéis líquidos combustíveis, inclusive derivados de petróleo, da classe III - B, cujas características estão descritas na tabela abaixo, e 03 (três) Plataformas Rodoviárias para carregamento e descarga composta por 03 (três) Ilhas, sendo 02 (duas) Ilhas simples e 01 (uma) Ilha dupla, totalizando 4 (quatro) baias.

Número do Tanque	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)
TK-106-01	11,445	19,980	2.060,533
TK-106-02	12,736	20,010	2.554,752
TK-106-03	12,726	20,00	2.549,830
TK-106-04	12,726	20,00	2.547,045
TK-106-05	12,725	19,980	2.547,513
TK-106-06	11,452	19,980	2.063,313
TQ-801	11,394	12,940	1.315,385
TQ-802	11,393	12,940	1.314,852
TQ-803	11,397	12,960	1.320,234
TQ-804	11,401	12,990	1.326,863
TQ-805	11,393	13,010	1.329,436
TQ-806	11,386	12,780	1.300,965
TQ-807	11,392	13,000	1.328,124
TQ-808	11,401	12,990	1.326,839
TQ-809	11,401	12,990	1.326,839
TQ-810	11,394	13,010	1.327,463

2) Área 2: 10 (dez) tanques para armazenamento de produtos granéis líquidos combustíveis, inclusive derivados de petróleo, da classe III - B, cujas características estão descritas na tabela abaixo, e (uma) Plataforma Rodoviária para carregamento e descarga composta por 03 (três) Ilhas, sendo 02 (duas) Ilhas duplas e 01 (uma) Ilha simples, totalizando 5 (cinco) baias.

Número do Tanque	Diâmetro (m)	Altura Útil (m)	Capacidade (m3)
TA-01	15,00	16,40	2.885,320
TA-02	15,00	16,40	2.894,812
TA-03	15,00	16,40	2.915,879
TA-04	15,00	16,40	2.879,212
TA-05	15,00	16,40	2.896,574
TA-06	17,00	16,40	3.711,630
TA-07	17,00	16,40	3.745,598
TA-08	17,00	16,40	3.767,759
TA-09	15,00	16,40	2.914,433
TA-10	15,00	16,40	2.918,679

3) Área 3: 40 (quarenta) tanques para armazenamento de produtos granéis líquidos inflamáveis e combustíveis, inclusive derivados de petróleo, das classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível, cujas características estão descritas na tabela abaixo, e 5 plataformas rodoviárias para carregamento e descarregamento, havendo uma com 8 (oito) baias e as demais com uma baia cada.

Número do Tanque	Diâmetro (m)	Altura útil (m)	Capacidade (m3)
TQ-301	16,002	12,500	2.516,538
TQ-302	16,001	12,500	2.516,522
TQ-303	16,006	12,480	2.515,280
TQ-304	15,971	14,900	2.998,725
TQ-305	16,005	14,890	3.002,362
TQ-306	16,002	14,960	3.021,826
TQ-307	16,005	14,900	3.012,959
TQ-308	16,006	12,460	2.513,209
TQ-309	10,992	14,880	1.416,302
TQ-310	9,990	13,480	1.057,927
TQ-311	10,997	13,500	1.283,692
TQ-312	10,999	13,500	1.282,176
TQ-313	10,113	13,450	1.061,578
TQ-314	10,992	13,460	1.281,284
TQ-315	7,001	13,280	511,870
TQ-316	6,979	13,480	516,447
TQ-317	7,000	13,440	518,552
TQ-318	7,007	13,470	520,153
TQ-319	7,000	11,000	424,672
TQ-320	7,000	11,000	424,199
TQ-321	6,657	14,940	521,926
TQ-322	6,657	14,940	521,874
TQ-323	6,653	14,890	519,175
TQ-324	6,653	14,880	519,113
TQ-325	7,978	14,880	746,124
TQ-326	7,978	14,880	746,520
TQ-327	7,978	14,880	746,485
TQ-328	7,978	14,880	745,902
TQ-329	8,000	14,960	753,215
TQ-330	8,000	14,970	754,502
TQ-331	6,671	14,980	524,782
TQ-332	8,000	14,970	753,937
TQ-333	8,000	14,960	754,151
TQ-334	8,000	14,960	752,654
TQ-335	10,000	15,000	1.181,971
TQ-336	9,999	15,000	1.181,603
TQ-337	9,998	15,009	1.181,253
TQ-338	10,000	14,980	1.181,417
TQ-339	10,000	14,980	1.180,435
TQ-340	9,998	14,990	1.180,563

4) Área 4: 12 (doze) tanques para armazenamento de produtos granéis líquidos inflamáveis e combustíveis, inclusive derivados de petróleo, das classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e álcool combustível, cujas características estão descritas na tabela abaixo, e três plataformas rodoviárias para carregamento e descarga.

Tanque	Diâmetro (m)	Altura útil (m)	Capacidade (m3)
3000/01	15,237	17,360	3.174,269
3000/02	15,237	17,360	3.174,019
3000/03	15,236	17,360	3.174,242
3000/04	15,237	17,360	3.174,131
3000/05	15,238	17,360	3.174,828
3000/06	15,237	17,360	3.174,331
3000/07	15,238	17,360	3.174,524
3000/08	15,237	17,360	3.174,171
3000/09	15,237	17,360	3.174,726
3000/10	15,237	17,360	3.174,383
3000/11	15,237	17,360	3.174,282
3000/12	15,238	17,360	3.174,805

5) Área 6: 32 tanques de armazenamento de aço carbono ASTM A-36 de produtos granéis líquidos inflamáveis e combustíveis, das classes I a III, com 02 (duas) bacias de contenção e com 01 plataforma rodoviária, cada uma composta por 08 baias, 04 ilhas duplas, com capacidade para carregar até 08 caminhões-tanque simultaneamente.

Número do Tanque	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m3)
TQ-111-01	16,27	26,37	5.488,153
TQ-111-02	11,69	23,97	2.578,378
TQ-111-03	11,69	23,96	2.580,201
TQ-111-04	11,69	23,97	2.579,837
TQ-111-05	11,78	23,96	2.617,931
TQ-111-06	11,72	23,98	2.589,127
TQ-111-07	11,69	23,96	2.579,888
TQ-111-08	11,71	23,96	2.587,866
TQ-111-09	11,71	23,96	2.587,741
TQ-111-10	16,35	26,40	5.558,710
TQ-111-11	16,36	26,05	5.499,215
TQ-111-12	16,33	26,38	5.538,900
TQ-111-13	16,32	26,32	5.517,552
TQ-111-14	16,29	26,38	5.513,729
TQ-111-15	16,29	26,38	5.514,706
TQ-111-16	11,69	23,96	2.578,694
TQ-112-01	10,39	21,57	1.831,032
TQ-112-02	10,39	21,59	1.831,536
TQ-112-03	10,40	21,57	1.835,584
TQ-112-04	10,41	21,58	1.840,900
TQ-112-05	10,38	21,58	1.829,635
TQ-112-06	10,41	21,58	1.839,931
TQ-112-07	10,41	21,58	1.840,297
TQ-112-08	10,41	21,57	1.841,425
TQ-112-09	10,44	21,58	1.851,249
TQ-112-10	14,26	26,40	4.228,771
TQ-112-11	14,22	26,40	4.202,980
TQ-112-12	14,21	26,39	4.198,018
TQ-112-13	14,22	26,37	4.198,630
TQ-112-14	14,20	26,32	4.173,952
TQ-112-15	14,19	26,38	4.183,949
TQ-112-16	14,19	26,39	4.181,474

6) 09 (nove) dutos portuários em aço inoxidável com as características descritas na tabela abaixo:

Identificação ("Tag")	Diâmetro (polegadas)	Extensão (m)	Pressão Máxima (kgf/cm2)	Vazão Máxima (m³/h)	Temperatura máxima (ºC)
1002	8	2.700	7	300	80
1003	8	2.700	7	300	80
1004	8	2.700	7	300	80
1005	8	2.700	7	300	80
1006	8	2.700	7	300	80
1007	8	2.700	7	300	80
1008	8	2.700	7	300	80
1009	8	2.235	7	300	80
1010	8	2.236	7	300	80

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Fica revogada a Autorização de Operação ANP nº 969, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2019.

Art.4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 321, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo nº 48610.202658/2018-30 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG e Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS em 29 de julho de 2020, constante no processo nº 48610.005271/2018-37, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) , cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 06.248.349/0001-23, autorizada a operar as instalações de transporte de gás natural abaixo relacionadas, integrantes do Gasoduto Catu-Pilar:

1. Gasodutos Catu-Itaporanga, Itaporanga-Carmópolis, Carmópolis-Pilar, Atalaia-Itaporanga e Ramais FAFEN-SERGAS I, FAFEN-SERGAS II, Atalaia I e Atalaia II, conforme características abaixo:

Identificação	Origem (Município/UF)	Destino (Município/UF)	Diâmetro (polegadas)	Extensão (km)	Produtos	Pressão de Projeto (kgf/cm²)	Vazão Mínima (m³/dia)*	Vazão Máxima (m³/dia)*
Gasoduto Catu-Itaporanga	EDG Catu (Pojuca/BA)	Estação de Itaporanga (Itaporanga d'Ajuda/SE)	26	196,0	Gás Natural	100	4.000.000	9.100.000
Gasoduto Itaporanga-Carmópolis	Estação de Itaporanga (Itaporanga d'Ajuda/SE)	Estação de Carmópolis (Japaratuba/SE)	26	68,5	Gás Natural	100	5.000.000	12.700.000
Gasoduto Carmópolis-Pilar	Estação de Carmópolis (Japaratuba/SE)	EDG Pilar (Pilar/AL)	26	176,8	Gás Natural	100	5.000.000	15.000.000
Gasoduto Atalaia-Itaporanga	EDG Atalaia (Aracaju/SE)	Estação de Itaporanga (Itaporanga d'Ajuda/SE)	14	29,5	Gás Natural	100	2.000.000	3.100.000
Ramal FAFEN-SERGAS I	Estação Divina Pastora (Divina Pastora/SE)	PE FAFEN-SERGAS (Laranjeiras/SE)	8	8,0	Gás Natural	100	165.000	1.800.000
Ramal FAFEN-SERGAS II	PE FAFEN-SERGAS (Laranjeiras/SE)	Estação de Manguinhos (Nossa Senhora do Socorro/SE)	8	13,8	Gás Natural	40	15.000	300.000
Ramal Atalaia I	UPGN Atalaia	EDG Atalaia	14	1,12	Gás Natural	100	2.000.000	3.100.000
Ramal Atalaia II	UPGN Atalaia	EDG Atalaia	14	0,972	Gás Natural	35	150.000	1.500.000

* 20°C e 1 atm.

2. Pontos de Entrega Araçás, Fazenda Bálsamo, Fazenda Alvorada, Estância, Águas Claras, Itaporanga, Carmópolis II (SERGAS), Carmópolis II (UO-SEAL), Penedo, São Miguel dos Campos, Aracaju, FAFEN-SERGAS-FAFEN-SE, FAFEN-SERGAS-SERGAS, Socorro e Manguinhos, EDG de Atalaia, Interligações com Atalaia, PR Atalaia I e PR Atalaia II, conforme características abaixo:

Identificação	Município/UF	Vazão Mínima (m³/dia)*	Vazão Máxima (m³/dia)*	Pressão de Entrada (kgf/cm²)	Pressão de Saída (kgf/cm²)
Ponto de Entrega (PE) Araçás	Araçás/BA	3.000	30.000	38,0 (mínima) a 100,0 (máxima)	30,0 (mínima) a 39,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Fazenda Bálsamo	Esplanada/BA	3.000	30.000	38,0 (mínima) a 100,0 (máxima)	31,0 (mínima) a 41,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Fazenda Alvorada	Esplanada/BA	6.000	60.000	38,0 (mínima) a 100,0 (máxima)	32,0 (mínima) a 41,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Estância	Estância/SE	10.000	90.000	38 (mínima) a 100,0 (máxima)	30,0 (mínima) a 45,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Águas Claras	Estância/SE	5.000	45.000	38 (mínima) a 100,0 (máxima)	30,0 (mínima) a 45,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Itaporanga	Itaporanga d'Ajuda/SE	3.500	35.000	38 (mínima) a 100,0 (máxima)	30,0 (mínima) a 45,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Carmópolis II - SERGAS	Rosário do Catete/SE	5.000	60.000	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)	13,5 (mínima) a 18,5 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Carmópolis II - UO SEAL	Rosário do Catete/SE	60.000	600.000	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)	8,5 (mínima) a 18,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Penedo	Penedo/AL	5.000	50.000	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)	34,0 (mínima) a 45,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos/AL	5.000	50.000	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)	34,0 (mínima) a 45,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Aracaju	Aracaju/SE	50.000	340.000	40,0 (mínima) a 98,0 (máxima)	14,0 (mínima) a 21,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) FAFEN-SERGAS-FAFEN-SE	Laranjeiras/SE	150.000	1.500.000	50,0 (mínima) a 100,0 (máxima)	23,0 (mínima) a 31,5 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) FAFEN-SERGAS-SERGAS	Laranjeiras/SE	15.000	300.000	50,0 (mínima) a 100,0 (máxima)	24,0 (mínima) a 33,5 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Socorro	Nossa Senhora do Socorro/SE	15.000	200.000	24,0 (mínima) a 27,5 (máxima)	22,0 (mínima) a 27,5 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Manguinhos	Nossa Senhora do Socorro/SE	15.000	100.000	24,0 (mínima) a 27,5 (máxima)	22,0 (mínima) a 27,5 (máxima)
Interligação com PR Atalaia I	Aracaju/SE	2.000.000	3.100.000	-	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Interligação com PR Atalaia II	Aracaju/SE	150.000	1.500.000	-	22,0 (mínima) a 35,0 (máxima)
Interligação Atalaia	Aracaju/SE	150.000	1.500.000	22,0 (mínima) a 35,0 (máxima)	22,0 (mínima) a 35,0 (máxima)

* 20°C e 1 atm.

3. EDG Atalaia, localizada no município de Aracaju/SE, constituída pelo PE Aracaju e as interligações com o Ponto de Recebimento (PR) Atalaia I, com o PR Atalaia II, com o Gasoduto Atalaia- Catu (GASEB), com o Gasoduto Atalaia-Itaporanga (GAI) e com o Gasoduto Atalaia-Laranjeiras (GAL).

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 532, de 30 de julho de 2020, publicada no DOU em 31 de julho de 2020, nº 146, Seção 1, pág nº 48.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO SIM-ANP Nº 719, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 265, de 10 de setembro de 2020, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.207381/2020-56, resolve:

Fica disponível o Sumário do Projeto pretendido pela empresa Logum Logística S/A no Estado de São Paulo, referente a alteração do traçado de construção de aproximadamente 41,65 Km de duto para transporte de etanol anidro e hidratado, interligando o Terminal Terrestre de Guararema/SP às Bases de Distribuição de Combustíveis (BR, Raízen e futuramente Torrão), localizadas no município de São José dos Campos/SP, percorrendo os municípios de Guararema, Santa Branca, Jacareí e São José dos Campos.

Todo o processo está disponível para consulta no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a ser acessado em http://www.anp.gov.br/processo-eletronico-sei, estando as características principais do projeto resumidas nos documentos de referência SEI nº 2154625, 2185270 e 2187362.

Os comentários e sugestões devem ser encaminhados à "Superintendência de Infraestrutura e Movimentação" da ANP em até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação, com endereçamento à Avenida Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, ou através do endereço eletrônico sim@anp.gov.br.

Informo que a documentação apresentada pela empresa Logum Logística S/A continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia outorgada pela ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

CNPJ nº 00.001.180/0001-26
NIRE: 533.0000085-9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 933ª REUNIÃO
REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2022

Certidão

Ao vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às 07h50, o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia"), com escritório central localizado à Rua da Quitanda, nº 196, 25º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, instalou sua 933ª reunião por videoconferência em ambiente exclusivamente remoto - Cisco Webex Meetings, com registro de encerramento dos trabalhos às 08h05 deste mesmo dia. A convocação foi feita de ordem do Presidente do Conselho de Administração, por meio de correspondência eletrônica, no vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28, do estatuto social da Companhia. Assumiu remotamente a presidência dos trabalhos o Conselheiro RUY FLAKS SCHNEIDER (RFS). Participaram remotamente da reunião os Conselheiros RODRIGO LIMP NASCIMENTO (RLN), CARLOS EDUARDO RODRIGUES PEREIRA (CRP), ANA CAROLINA TANNURI LAFERTE MARINHO (ALM), BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO (BEC), MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (MSF), FELIPE VILLELA DIAS (FVD) e DANIEL ALVES FERREIRA (DAF). Ausentaram-se justificadamente da reunião os Conselheiros JERÔNIMO ANTUNES (JEA) e ANA SILVIA CORSO MATTE (ASM). Participaram ainda do concílio o Secretário de Governança BRUNO KLAPPER LOPES (BKL) e o Assessor do Conselho de Administração FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR (FKJ). Em respeito ao disposto no art. 163, inciso III, c/c seu §3º, da Lei nº. 6.404/1976, assistiram à íntegra da reunião, na qualidade de convidados, os seguintes membros do Conselho Fiscal da Eletrobras: Sr. DOMINGOS ROMEU ANDREATTA; Sr. RAFAEL REZENDE BRIGOLINI; e Sra. THAÍS MARCIA F. MATANO LACERDA.

Ordem do Dia: A Diretoria Executiva da Eletrobras, por meio da Resolução RES-238/2022, de 27 de maio de 2022, com base na autorização concedida pela 181ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de fevereiro de 2022 ("AGE da Desestatização"), em atendimento ao disposto na Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI") n.º 203, de 19 de outubro de 2021 ("Resolução CPPI Original"), conforme alterada ("Resolução CPPI 203") e conforme aprovado pelo Tribunal de Contas da União em 18 de maio de 2022, formalizou proposta de deliberação com o objetivo de:

(1) aprovar os principais termos e condições da oferta pública de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações Ordinárias"), incluindo sob a forma de American Depositary Shares ("ADS"), representados por American Depositary Receipts ("ADR"), todos livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada simultaneamente no Brasil e no exterior ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de Ações Ordinárias, não incluindo sob a forma de ADS, a ser realizada no Brasil ("Oferta Secundária", e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta Global").

(2) aprovar o inteiro teor de determinados documentos elaborados no âmbito da Oferta Global.

(3) ratificar os atos regulares de gestão até então praticados pela administração da Companhia com relação à Oferta Global.

(4) autorizar os diretores da Companhia para praticarem todos os atos regulares de gestão que se fizerem necessários à consecução da Oferta Global, incluindo, mas não se limitando, (i) a negociação dos termos, condições e documentos da Oferta Global; e (ii) a celebração de todos os contratos e documentos necessários à realização da Oferta Global.

(5) autorizar a Diretora de Governança, Riscos e Conformidade da Companhia a formalizar a validação das versões finais dos documentos da Oferta Global pela Companhia ao grupo de trabalho da Oferta Global, incluindo (i) a correção de inconsistências e/ou ajustes de informações não materiais que se façam necessários em razão da conclusão do procedimento de back up de informações do Formulário de Referência da Companhia; e (ii) a correção de inconsistências e/ou ajustes de informações apontadas pelos auditores independentes, assessores financeiros da

Companhia e assessores jurídicos contratados para a Oferta Global em razão da validação e finalização da revisão dos Documentos da Oferta Global.

(6) Ratificar o registro realizado em 26 de maio de 2022 dos documentos de que trata a Deliberação do Conselho de Administração n.º 041 de 13 de abril de 2022.

Deliberação: DEL-064/2022. Foi aprovado, sem ressalvas e restrições, pela unanimidade dos Conselheiros de Administração presentes, e com o assessoramento prévio dos órgãos de governança competentes da Companhia, conforme aplicável, o que se segue:

(1) os principais termos e condições da Oferta Global, conforme dispostos abaixo:

(1.1) a Oferta Global compreenderá a distribuição (i) primária de, inicialmente, 627.675.340 Ações Ordinárias, incluindo sob a forma de ADS; e (ii) secundária de, inicialmente, 69.801.516 Ações Ordinárias, não incluindo sob a forma de ADS, e será realizada simultaneamente:

(i) no Brasil ("Oferta Brasileira"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, mediante uma oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações Ordinárias ("Ações da Oferta Brasileira"), a ser registrada na CVM, sob a coordenação de Banco BTG Pactual S.A., Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Agente Estabilizador"), Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., Banco Itaú BBA S.A., XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Caixa Econômica Federal, Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Morgan Stanley S.A. e Banco Safra S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta Brasileira"), e com a eventual participação de outras instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (em conjunto com os Coordenadores da Oferta Brasileira, "Instituições Participantes da Oferta Brasileira"), com esforços de colocação das Ações Ordinárias no exterior, a serem realizados por BTG Pactual US Capital, LLC, BofA Securities, Inc., Goldman Sachs & Co. LLC, Itau BBA USA Securities, Inc., XP Investments US, LLC, Bradesco Securities, Inc., Citigroup Global Markets Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC, J.P. Morgan Securities LLC, Morgan Stanley & Co. LLC e Safra Securities LLC, sendo (a) nos Estados Unidos da América, para investidores em oferta registrada na US Securities and Exchange Comission ("SEC"), ao amparo do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"); e (b) nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados no Brasil ou nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daqueles países, cujos investimentos sejam efetuados em conformidade com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor ("Investidores Estrangeiros"), e desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, CVM e demais disposições regulamentares aplicáveis; e

(ii) no exterior ("Oferta Internacional"), em conformidade com o Securities Act e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, mediante uma oferta pública de distribuição primária de Ações Ordinárias sob a forma de ADS, representados por ADR ("Ações da Oferta Internacional" e, em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira, "Ações da Oferta Global"), a ser registrada na SEC, sob a coordenação de Banco BTG Pactual S.A. - Cayman Branch, BofA Securities, Inc., Goldman Sachs & Co. LLC, Itau BBA USA Securities, Inc., XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Bradesco Securities, Inc., Citigroup Global Markets Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC, J.P. Morgan Securities LLC e Morgan Stanley & Co. LLC (em conjunto, "Coordenadores da Oferta Internacional" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Brasileira, "Coordenadores da Oferta Global"). Cada ADS representará uma Ação Ordinária. A alocação das Ações da Oferta Global entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional será divulgada na data de divulgação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Anúncio de Início").

(1.2) a Oferta Primária será realizada mediante aumento de capital da Companhia com emissão de Ações Ordinárias, dentro do limite do capital autorizado previsto no parágrafo único do artigo 8º de seu estatuto social, sem observar a atual proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, mas observando a proporção máxima entre ações preferenciais e ações ordinárias conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 11 de seu estatuto social, e no inciso III do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei n.° 10.303, de 31 de outubro de 2001, conforme alterada, com exclusão do direito de preferência, mas com concessão do direito de prioridade dos Acionistas (conforme definido abaixo) para subscrição das Ações Ordinárias da Oferta Primária, incluindo a quantidade máxima do Lote Suplementar (conforme definido abaixo), em quantidade equivalente a até o limite de subscrição proporcional do respectivo Acionista previsto no Aviso ao Mercado e no Prospecto Preliminar, aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na Primeira Data de Corte (conforme definido abaixo), nos termos do inciso I do artigo 172 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do artigo 8º do estatuto social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021, conforme alterada ("Lei 14.182").

(1.3) a Oferta Brasileira será realizada em conformidade com o Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, a ser celebrado entre a Companhia, BNDES Participações S.A., na qualidade de acionista vendedor no âmbito da Oferta Global ("Acionista Vendedor") e os Coordenadores da Oferta Brasileira ("Contrato de Distribuição da Oferta Brasileira").

(1.4) a Oferta Internacional e os esforços de colocação das Ações Ordinárias no exterior no âmbito da Oferta Brasileira serão realizados nos termos do International Underwriting and Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Internacional ("Contrato de Distribuição da Oferta Internacional").

(1.5) a Oferta Global será registrada no Brasil junto à CVM de acordo com a Instrução CVM 400 e nos Estados Unidos da América junto à SEC de acordo com o Securities Act.

(1.6) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com as Instituições Participantes da Oferta Brasileira, realizarão a distribuição das Ações da Oferta Brasileira, nos termos da Instrução CVM 400, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CPPI 203, notadamente os artigos 8º, 9º e 10º, por meio de quatro ofertas distintas, a saber:

(i) Oferta Prioritária aos Acionistas. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CPPI 203, a Oferta Prioritária aos Acionistas será destinada a todos acionistas ordinaristas e preferencialistas da Companhia em 27 de maio de 2022 ("Primeira Data de Corte"), observado que, nos termos do parágrafo 3º do artigo 3º da Resolução CPPI 203, não será admitida a participação na Oferta Global de (a) órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, indireta ou fundacional; (b) fundos em que a União Federal ("União") detenha, direta ou indiretamente, a maioria das cotas; e (c) qualquer dos poderes da União ("Acionistas");

(ii) Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados. De acordo com o parágrafo 2º do artigo 8º da Resolução CPPI 203, a Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados será destinada a pessoas físicas que (a) tenham contrato de trabalho vigente com as Empresas Eletrobras (conforme definido abaixo) em 30 de abril de 2022 ("Empregados"); e (b) cumulativamente, em 30 de abril de 2022, (1) sejam ex-empregados das Empresas Eletrobras; (2) aposentados pelo regime geral (RGPS) ou próprio (RPPS) de previdência social; e (3) estejam na condição de participantes ou assistidos (x) dos Planos de Previdência Complementar das Empresas Eletrobras (conforme definido abaixo); ou (y) que foram migrados para o Plano BD Engie (Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fundação Elos Previdência) como resultado da cisão parcial de Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., realizada em 23 de dezembro de 1997, nos termos do respectivo protocolo de cisão parcial celebrado em 12 de dezembro de 1997 ("Aposentados").

Para fins da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, (a) "Empresas Eletrobras" significa, de acordo com os parágrafos 2º e 3º do artigo 8º da Resolução CPPI 203: (i) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (CNPJ: 00.001.180/0001-26); (ii) Furnas - Centrais Elétricas S.A. (CNPJ: 23.274.194/0001-19); (iii) Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul (CNPJ: 02.016.507/0001-69) ("CGT Eletrosul"); (iv) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (CNPJ: 33.541.368/0001-16); (v) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte (CNPJ: 00.357.038/0001-16); (vi) Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (CNPJ: 01.104.937/0001-70); (vii) Transenergia Goiás S.A. (CNPJ: 10.997.345/0001-15); (viii) Brasil Ventos Energia S.A. (CNPJ: 24.042.246/0001-94); (ix) Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (CNPJ: 23.003.161/0001-34); (x) Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. (CNPJ: 24.477.906/0001-60); (xi) Energia dos Ventos IX S.A. (CNPJ: 15.253.373/0001-41); (xii) Energia dos Ventos V S.A. (CNPJ: 15.253.861/0001-59); (xiii) Energia dos Ventos VI S.A. (CNPJ: 15.253.315/0001-18); (xiv) Energia dos Ventos VII S.A. (CNPJ: 15.253.791/0001-39); (xv) Energia dos Ventos VIII S.A. (CNPJ: 15.253.399/0001-90); (xvi) Livramento Holding S.A. (CNPJ: 14.610.209/0001-81); (xvii) Eólica Cerro Chato IV S.A. (CNPJ: 14.620.866/0001-00); (xviii) Eólica Cerro Chato V S.A. (CNPJ: 14.606.642/0001-43); (xix) Eólica Cerro Chato VI S.A. (CNPJ: 14.607.742/0001-94); (xx) Eólica Cerro dos Trindade S.A. (CNPJ: 14.610.172/0001-91); (xxi) Eólica Ibiraputiã S.A. (CNPJ: 14.608.116/0001-12); (xxii) Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE (CNPJ: 16.383.969/0001-29), incorporada em 1° de abril de 2022 pela CGT Eletrosul); e (xxiii) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (CNPJ: 00.073.957/0001-68), incorporada em 2 de janeiro de 2020 pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (anterior denominação social de CGT Eletrosul). Para evitar quaisquer dúvidas, não estão incluídas na definição de "Empresas Eletrobras" para fins da Alocação Prioritária a Empregados e Aposentados, nos termos da Resolução CPPI 203, Itaipu Binacional e Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear; e (b) "Planos de Previdência Complementar das Empresas Eletrobras" significa o Plano BD Engie (Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fundação Elos Previdência) e os seguintes planos de previdência complementar patrocinados pelas Empresas Eletrobras, em conjunto: (i) Plano BD Chesf (Patrocinadora: Chesf e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fachesf); (ii) Plano CD Chesf (Patrocinadora: Chesf e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fachesf); (iii) Plano BS Chesf (Patrocinadora: Chesf e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fachesf); (iv) Plano de Benefício Definido - BD da Real Grandeza (Patrocinadora: Furnas e Entidade Fechada de Previdência Complementar: FRG); (v) Plano de Contribuição Definida - CD da Real Grandeza (Patrocinadora: Furnas e Entidade Fechada de Previdência Complementar: FRG); (vi) Plano de Benefício Definido - BD Eletrobras (Patrocinadora: Eletrobras e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Eletros); (vii) Plano de Contribuição Definida - CD Eletrobras (Patrocinadora: Eletrobras e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Eletros); (viii) Plano de Contribuição Definida - CD I (Patrocinadora: Eletrobras e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Eletros); (ix) Plano ELOSPREV CGT Eletrosul (Patrocinadora: CGT Eletrosul e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Elos Previdência); (x) Plano BD-Elos/Eletrosul (Patrocinadora: CGT Eletrosul e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Elos Previdência); (xi) Plano CD Eletrosul (Patrocinadora: CGT Eletrosul e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Elos Previdência); (xii) Plano Único BD CGTEE (Patrocinadora: CGT Eletrosul e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Elos Previdência); (xiii) Plano 01-A - Eletronorte (Patrocinadora: Eletronorte e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Previnorte); (xiv) Plano 02-A - Amazonas Energia (Patrocinadora: Eletronorte e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Previnorte); (xv) Plano 01-B - Eletronorte (Patrocinadora: Eletronorte e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Previnorte); e (xvi) Plano 02-B - Amazonas Energia (Patrocinadora: Eletronorte e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Previnorte);

(iii) Oferta de Varejo. De acordo com o parágrafo 4º do artigo 8º da Resolução CPPI 203, a Oferta de Varejo será destinada a pessoas físicas residentes e domiciliadas no Brasil, as quais poderão adquirir Ações da Oferta Brasileira (a) diretamente ("Investidores de Varejo - Pessoas Físicas"), exceto se investirem acima de R$1.000.000,00; ou (b) indiretamente ("Investidores de Varejo - Fundos" e, em conjunto com os Investidores de Varejo - Pessoas Físicas, "Investidores de Varejo"), por meio da aplicação em cotas de Fundos Mútuos de Privatização cujos recursos sejam transferidos (a) de conta(s) vinculada(s) ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou (b) de aplicações previamente existentes em outros Fundos Mútuos de Privatização-FGTS, constituídos para a aquisição de Ações Ordinárias no âmbito da Oferta Brasileira, cujos regulamentos deverão adotar o padrão previsto no anexo ao Prospecto Preliminar; e

(iv) Oferta Institucional. De acordo com o parágrafo 8º do artigo 8º da Resolução CPPI 203, a Oferta Institucional será destinada a pessoas físicas cujo valor de investimento seja acima de R$ 1.000.000,00, pessoas jurídicas e outras entidades que vierem a participar da Oferta Brasileira ("Investidores Institucionais").

(1.7) observado o disposto na Resolução CPPI 203, o preço por Ação da Oferta Global no âmbito da Oferta Global ("Preço por Ação") será fixado após proposta dos Coordenadores da Oferta Global à Companhia e ao Acionista Vendedor, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, no Brasil, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e pelos Coordenadores da Oferta Internacional, no exterior ("Procedimento de Bookbuilding"), que terá como parâmetro (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; (ii) a cotação dos ADS na New York Stock Exchange ("NYSE"); e (iii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletadas junto a investidores institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding. No âmbito da Oferta Internacional, o Preço por Ação sob a forma de ADS será equivalente ao Preço por Ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US$), com base na taxa de câmbio de venda dessa moeda (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil, considerando quatro casas decimais, conforme apurada na data de celebração do Contrato de Distribuição. Observado o disposto na Resolução CPPI 203 e no item (1.7) abaixo, o Preço por Ação será aprovado em nova reunião do conselho de administração da Companhia a ser realizada após a conclusão dos eventos relacionados acima.

(1.8) Observado o disposto no artigo 22 da Instrução CVM 400:

(i) a Oferta Global será cancelada caso o Preço por Ação seja inferior ao preço mínimo, nos termos do artigo 12, parágrafo 5°, da Resolução CPPI 203;

(ii) considerando o que foi deliberado na AGE da Desestatização e o que consta na respectiva proposta da administração, como condição à distribuição das Ações Ordinárias a serem inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Primária e, consequentemente, à Oferta Global, a Companhia deverá obter com a distribuição das Ações Ordinárias a serem inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Primária recursos líquidos que sejam no mínimo correspondentes a R$22.057.564.316,99 ("Recursos Mínimos Líquidos"), valor esse (a) que corresponde a uma variação de 5% para baixo do valor mais baixo originalmente estipulado na Resolução CPPI Original (R$23.218.488.754,73) para a outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica previstos no artigo 2º da Lei 14.182; e (b) que, à luz do artigo 4º da Resolução CPPI 203, corresponde ao valor mínimo de destinação ao pagamento da bonificação de outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica previstos no artigo 2º da Lei 14.182. Caso a Companhia não obtenha com a distribuição das Ações Ordinárias a serem inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Primária recursos líquidos que sejam no mínimo correspondentes aos Recursos Líquidos Mínimos, a Oferta Global será cancelada; e

(iii) considerando a necessidade de obtenção de aprovação prévia dos titulares de debêntures da 1ª Emissão de Debêntures de Furnas em razão do aporte de capital a ser realizado em decorrência do Aumento de Capital de MESA ser superior ao valor limite para essas situações definido na Escritura de Emissão, em todos os casos para evitar o inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado (cross default ou cross acceleration) da maioria do endividamento de Furnas, e, consequentemente, o inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado (cross default ou cross acceleration) da maioria do endividamento da Companhia ("Aprovação Prévia"), deverá

ser obtida a Aprovação Prévia até 6 de junho de 2022 (inclusive). Caso a Aprovação Prévia não seja obtida até 6 de junho de 2022 (inclusive), a Oferta Global será cancelada ("Condição Anuências e Aprovações Prévias").

Para fins da Oferta Global, (a) "Furnas" significa Furnas Centrais Elétricas S.A.; (b) "Primeira Emissão de Debêntures de Furnas" significa a 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Furnas; (C) "Aumento de Capital MESA" significa o aumento de capital realizado na AGE MESA, de até R$1.582.551.386,00, mediante a emissão de até 12.764.070.940 ações ordinárias, pelo preço de emissão unitário de R$0,1240, cujos recursos deveriam ser utilizados para integralização de aumento de capital a ser realizado em SAESA, mediante a emissão de até 8.593.084.315 ações ordinárias, pelo preço de emissão unitário de R$0,1842, e que deveria ser destinado para fazer frente aos impactos decorrentes; (d) "Escritura de Emissão" significa o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Furnas - Centrais Elétricas S.A., celebrado em 25 de novembro de 2019 e aditado em 17 de dezembro de 2019, entre Furnas, como emissora, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas, e a Companhia, como fiadora.; (e) "AGE MESA" significa a assembleia geral extratordinária da MESA, realizada em 29 de abril de 2022, na qual foram aprovados, entre outros: (i) um aumento de capital de até R$1.582.551.386,00, mediante a emissão de até 12.764.070.940 ações ordinárias, pelo preço de emissão unitário de R$0,1240, cujos recursos deveriam ser utilizados para integralização de aumento de capital a ser realizado em SAESA, mediante a emissão de até 8.593.084.315 ações ordinárias, pelo preço de emissão unitário de R$0,1842, e que deveria ser destinado para fazer frente aos impactos decorrentes, e (ii) um período de 30 dias para exercício de direito de preferência, dentro do qual os acionistas da MESA deveriam decidir se desejavam subscrever sua respectiva parcela das Novas Ações MESA e subscrever quaisquer outras Novas Ações MESA não subscritas pelos demais acionistas até tal data; (f) "Novas Ações MESA" significa a totalidade de 12.764.070.940 ações ordinárias, pelo preço de emissão unitário de R$0,1240 foi emitida, no âmbito do Aumento de Capital de MESA, realalizada na AGE MESA; (g) "SAESA" significa Santo Antônio Energia S.A.

(1.9) no âmbito da Oferta Global não haverá a distribuição de ações adicionais, incluindo sob a forma de ADS, prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, conforme reunião do CPPI realizada em 20 de maio de 2022.

(1.10) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações da Oferta Brasileira inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 15% do total de Ações da Oferta Brasileira inicialmente ofertado (que poderá corresponder ao total de Ações da Oferta Global inicialmente ofertado, a depender da alocação das Ações da Oferta Global entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional em função da demanda no Brasil e no exterior, após o Procedimento de Bookbuilding), correspondente a até 104.621.528 Ações Ordinárias, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Brasileira inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição da Oferta Brasileira, as quais serão destinadas exclusivamente para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia, no âmbito da Oferta Brasileira ("Lote Suplementar"), observado que não haverá outorga de opção de lote suplementar de ADSs representativos de ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta Internacional.

(1.11) não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Global.

(1.12) as demais características da Oferta Global constarão do Prospecto Preliminar, do Aviso ao Mercado, do Preliminary Prospectus on Form F-3 e do Prospectus Supplement, os quais serão que divulgados e arquivados perante a CVM e SEC oportunamente.

(2) o inteiro teor dos seguintes documentos elaborados no âmbito da Oferta Global:

(i) minuta do Contrato de Distribuição da Oferta Brasileira;

(ii) minuta do Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras;

(iii) minuta do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Contrato de Estabilização");

(iv) minuta do Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Contrato de Empréstimo");

(v) minuta do pedido de reserva da Oferta Prioritária aos Acionistas;

(vi) minuta do pedido de reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados;

(vii) minuta do pedido de reserva para Investidores de Varejo - Pessoas Físicas;

(viii) minuta do pedido de reserva para FMP-FGTS;

(ix) modelo de carta-convite às instituições consorciadas que participarão da Oferta Brasileira;

(x). aviso ao mercado da Oferta Global ("Aviso ao Mercado");

(xi) minuta do anúncio de início da Oferta Global;

(xii) minuta do anúncio de encerramento da Oferta Global;

(xiii) declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que deverá ser assinada por diretores da Companhia na data de lançamento da Oferta Global;

(xiv) declaração de companhia aberta da Companhia, nos termos do item 11 do anexo II da Instrução CVM 400, que deverá ser assinada por diretores da Companhia na data de lançamento da Oferta Global;

(xv) declaração de emissor com grande exposição de mercado da Companhia, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Resolução da CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que deverá ser assinada pela Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia na data de lançamento da Oferta Global;

(xvi) Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, incluindo os documentos a ele anexos e incorporados por referência ("Prospecto Preliminar");

(xvii) pedido de registro da Oferta Global a ser apresentado à CVM;

(xviii) declaração do Diretor Presidente da Companhia, para fins do item 1.1/1.2 do Formulário de Referência da Companhia, que deverá ser assinada na data de lançamento da Oferta Global;

(xix) declaração da Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia, para fins do item 1.1/1.2 do Formulário de Referência da Companhia, que deverá ser assinada na data de lançamento da Oferta Global;

(xx) Carta de Contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("Carta de Contratação");

(xxi) Formulário de Referência da Companhia;

(xxii) minuta da certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração que aprovará o Preço por Ação;

(xxiii) minuta do Contrato de Distribuição Internacional;

(xxiv) minuta dos acordos de restrição à venda de Ações Ordinárias a serem celebrados com os administradores da Companhia e o Acionista Vendedor no âmbito da Oferta Global ("Lock-up Agreements");

(xxv) Automatically Effective Registration Statement on Form F-3, e seus anexos;

(xxvi) Preliminary Prospectus Supplement, e seus anexos ("Prospectus Supplement");

(xxvii) Form 6-K relativo às informações financeiras intermediárias do período encerrado em 31 de março de 2022, e seus anexos;

(xxviii) Launch press release;

(xxix) Form 6-K relativo ao launch press release;

(xxx) NYSE Section 303A.06 Audit Committee Initial Written Affirmation Form; e

(xxxi) Arrangement Letter da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("Arrangement Letter").

(3) ratificação dos atos regulares de gestão até então praticados pela administração da Companhia com relação à Oferta Global, sendo certo que todos tais atos foram praticados no curso normal das negociações no âmbito da Oferta Global.

(4) autorização para que os diretores da Companhia pratiquem todos os atos regulares de gestão que se fizerem necessários à consecução da Oferta Global, incluindo, mas não se limitando, (i) a negociação dos termos, condições e documentos da Oferta Global; e (ii) a celebração de todos os contratos e documentos necessários à realização da Oferta Global, incluindo o Contrato de Distribuição da Oferta Brasileira, o Contrato de Distribuição da Oferta Internacional, o Contrato de Estabilização, o Contrato de Empréstimo, a Carta de Contratação, a Arrangement Letter e os Lock-up Agreements.

(5) autorização para que a Diretora de Governança, Riscos e Conformidade da Companhia formalize a validação das versões finais dos documentos da Oferta Global pela Companhia ao grupo de trabalho da Oferta Global, incluindo (i) a correção de inconsistências e/ou ajustes de informações não materiais que se façam necessários em razão da conclusão do procedimento de back up de informações do Formulário de Referência da Companhia; e (ii) a correção de inconsistências e/ou ajustes de informações apontadas pelos auditores independentes, assessores financeiros da Companhia e assessores jurídicos contratados para a Oferta Global em razão da validação e finalização da revisão dos Documentos da Oferta Global.

(6) ratificar o registro realizado em 26 de maio de 2022 dos documentos de que trata a Deliberação do Conselho de Administração n.º 041 de 13 de abril de 2022.

Encerramento e lavratura: Nada mais havendo a tratar sobre a DEL-064/2022, o Presidente do Conselho de Administração deu por encerrados os trabalhos correlatos e determinou ao Secretário de Governança a lavratura desta Certidão que, após lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente Conselho de Administração. Os demais assuntos havidos nessa reunião foram omitidos nesta certidão, por dizerem respeito a interesses meramente internos à Companhia, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante o "caput" do artigo 155 da Lei das Sociedades por Ações, situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no § 1º do artigo 142 da citada Lei. Fica registrado que o material pertinente aos itens deliberados na presente Reunião do Conselho de Administração encontra-se arquivado na sede da Companhia. A deliberação retratada nesta certidão é cópia fiel da decisão havida na ata da reunião em referência e constante em livro próprio que fica arquivado na sede da Companhia. Os registros e manifestações feitos pelos Conselheiros foram recebidos, numerados seguidamente, e arquivados na sede da Companhia na forma do parágrafo 1º, "b", do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Presentes na reunião e signatários da ata: Presidente RUY FLAKS SCHNEIDER (RFS); Conselheiros RODRIGO LIMP NASCIMENTO (RLN), CARLOS EDUARDO RODRIGUES PEREIRA (CRP), ANA CAROLINA TANNURI LAFERTE MARINHO (ALM), BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO (BEC), MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (MSF), FELIPE VILLELA DIAS (FVD) e Conselheiro DANIEL ALVES FERREIRA (DAF); Secretário de Governança BRUNO KLAPPER LOPES (BKL); Assessor do Conselho de Administração FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR (FKJ).

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2022.

RUY FLAKS SCHNEIDER

Presidente do Conselho

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.034, DE 27 DE MAIO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 5002100-79.2010.4.04.7100, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00225/2022/COREMASSES/PRU4R/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 17/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02456, resolve:

Retificar a Portaria nº 1.422, de 30 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2010, para conceder a ALDUINO MACHADO DA SILVA, portador do CPF nº 087.110.510-3, a reintegração ao posto de 3º Sargento do Exército Brasileiro, que ocupava quando foi licenciado em 19.06.1965, tendo direito às promoções aos postos ou graduações que teria atingido se permanecesse na ativa, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos na legislação castrense, com toda a repercussão financeira, ressalvada a prescrição qüinqüenal, contada retroativamente à data do protocolo administrativo do pedido de anistia, sendo devidas as parcelas que se formaram desde 23 de outubro de 1996.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA/MS Nº 3.444, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021
(Publicada no DOU de 27-12- 2021)

ANEXO (*)

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	CNES	GESTÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	LEITOS NOVOS	VALOR (ANUAL R$)	TOTAL DE LEITOS NOVOS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	LEITOS QUALIFICADOS	VALOR (ANUAL R$)	TOTAL DE LEITOS QUALIFICADOS	VALOR TOTAL (ANUAL R$)
MG	314520	NOVA SERRANA	HOSPITAL SÃO JOSÉ DE NOVA SERRANA	2143801	MUNICIPAL	82.71 ENFERMARIA CLÍNICA DE RETAGUARDA - NOVOS	15	1.396.125,00	15	82.72 ENFERMARIA CLÍNICA DE RETAGUARDA - QUALIFICADOS	8	496.400,00	8	1.892.525,00

(*)Republicado por ter saído, no Diário Oficial da União (DOU) nº 243, de 27 de dezembro de 2021, Seção 1, página 54 e 55, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 1.181, DE 27 DE MAIO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção Unidade Básica de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de Construção.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA OR**ÇAMENTÁRIO**	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	BANABUIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BANABUIU	11397753000122001	953.000,00	0000	10301501985810001
CE	BATURITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATURITE	10241072000122002	953.000,00	0000	10301501985810001
CE	PIQUET CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIQUET CARNEIRO	13848618000122010	953.000,00	0000	10301501985810001
RJ	PARATY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12640342000122013	1.056.000,00	0000	10301501985810001
TO	COLINAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11359904000122002	990.000,00	0000	10301501985810001
TOTAL			5 PROPOSTA(S)	4.905.000,00		

PORTARIA Nº 1.182, DE 27 DE MAIO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção Unidade Básica de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de Construção.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SE	ITABAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABAIANA SERGIPE	12219015000122002	953.000,00	0000	10301501985810001
SE	ITABAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABAIANA SERGIPE	12219015000122003	953.000,00	0000	10301501985810001
TOTAL			2 PROPOSTA(S)	1.906.000,00		

PORTARIA GM/MS Nº 1.210, DE 24 DE MAIO DE 2022

Estabelece a suspensão da transferência dos recursos incluídos no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Distrito Federal, destinados ao custeio das Centrais de Regulação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.975, de 21 de dezembro de 2012, que habilita Estados e Municípios a receberem incentivos financeiros de custeio destinados às Centrais de Regulação organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o disposto no art. 354 ao art. 368 da Seção X - Do Incentivo Financeiro de Custeio Destinado às Centrais de Regulação - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS n° 197, de 6 de fevereiro de 2019, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (Teto MAC);

Considerando o não atendimento dos requisitos constantes no art. 358 da Seção X da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, o que permite ao Ministério da Saúde a suspensão do repasse do incentivo financeiro de custeio destinado às Centrais de Regulação; e

Considerando a Nota Técnica nº 22/2022-CGRA/DRAC/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.062746/2017-94, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a suspensão da transferência dos recursos incluídos no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Distrito Federal, destinados ao custeio das Centrais de Regulação, no montante anual de R$ 334.800,00 (trezentos e trinta e quatro mil e oitocentos reais), conforme Anexo a esta Portaria.

§ 1º O restabelecimento do repasse do incentivo financeiro de custeio suspenso estará condicionado ao cumprimento dos compromissos firmados pelo gestor nas propostas aprovadas, em conformidade com o estabelecido no art. 358, Título III, Capítulo II, Seção X da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, no prazo de 6 (seis) meses.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no § 1º, o estabelecimento listado no Anexo desta Portaria será desabilitado.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo ser suspensos do Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	CIDADE / ESTADO	GESTÃO	CENTRAL DE REGULAÇÃO	TIPO DE CENTRAL	PORTE	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	CNES	VALOR ANUAL R$	VALOR MENSAL R$
DF	530000	BRASÍLIA/DISTRITO FEDERAL	ESTADUAL	DISTRITO FEDERAL	AMBULATORIAL	III	PORTARIA GM/MS nº 2.975, DE 21/12/2012 (DOU DE 24/12/2012)	7049188	334.800,00	27.900,00

PORTARIA Nº 1.213, DE 27 DE MAIO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	CORURIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORURIPE	11970318000122001	395.162,00	0000	10301501985810001
AL	CORURIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORURIPE	11970318000122004	100.848,00	0000	10301501985810001
CE	BATURITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATURITE	10241072000122001	499.654,00	0000	10301501985810001
MA	PINDARE-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11146975000122002	499.853,00	0000	10301501985810001
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS-RN	10292556000122003	497.506,00	0000	10301501985810001
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS-RN	10292556000122007	2.410,00	0000	10301501985810001
SE	MALHADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11216362000122001	499.907,00	0000	10301501985810001
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11497605000122006	499.935,00	0000	10301501985810001
TOTAL			8 PROPOSTAS	2.995.275,00		

PORTARIA Nº 1.230, DE 27 DE MAIO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	RIO BRANCO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	07458465000122002	604.189,00	0000	10303501821D90001
AC	RIO BRANCO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	07458465000122003	305.252,00	0000	10303501821D90001
AL	MACEIO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	11659171000122001	799.818,00	0000	10303501821D90001
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	74031865000122001	700.000,00	0000	10303501821D90001
ES	VITORIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06893466000122007	615.003,00	0000	10303501821D90001
GO	GOIANIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00544963000122001	333.186,00	0000	10303501821D90001
MA	SAO LUIS	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	06023953000122003	382.536,00	0000	10303501821D90001
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	03517102000122004	504.460,00	0000	10303501821D90001
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	04441389000122005	694.032,00	0000	10303501821D90001
PB	JOAO PESSOA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA PARAIBA - FESEP	03609595000122011	637.494,00	0000	10303501821D90001
PI	TERESINA	FUNDO DE SAUDE DO ESTADO DO PIAUI	06206659000122004	649.659,00	0000	10303501821D90001
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	08597121000122005	750.000,00	0000	10303501821D90001
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	35949791000122002	784.878,00	0000	10303501821D90001
RN	NATAL	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO RIO GRANDE DO NORTE	14031955000122006	649.999,00	0000	10303501821D90001
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	05370016000122001	834.622,00	0000	10303501821D90001
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	80673411000122005	650.000,00	0000	10303501821D90001
TO	PALMAS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO TOCANTINS	13849028000122001	691.428,00	0000	10303501821D90001
TOTAL			17 PROPOSTAS	10.586.556,00		

PORTARIA GM/MS Nº 1.273, DE 27 DE MAIO DE 2022

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Minas Gerais e Municípios, correspondente a recomposição de teto financeiro relacionados aos procedimentos de radioterapia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 263, de 22 de fevereiro de 2019, que atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Departamento de Regulação, Controle e Avaliação de Sistemas (DRAC/SAES/MS), constante no NUP-SEI nº 25000.072818/2022-79, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 16.156.029,25 (dezesseis milhões, cento e cinquenta e seis mil vinte e nove reais e vinte e cinco centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Minas Gerais e Municípios, para recomposição do teto financeiro relacionados aos novos procedimentos de radioterapia alterados, no ano de 2019, para tratamento por localização tumoral, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, aos Fundos Estadual e Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 7ª (sétima) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL R$
MG	310000	MINAS GERAIS	E	3.504.358,05
MG	310160	ALFENAS	M	559.741,52
MG	310620	BELO HORIZONTE	M	4.752.832,73
MG	310670	BETIM	M	276.208,00
MG	312230	DIVINOPOLIS	M	948.614,53
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	M	543.844,98
MG	313130	IPATINGA	M	645.485,35
MG	313670	JUIZ DE FORA	M	1.078.744,52
MG	314330	MONTES CLAROS	M	1.668.955,15
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	M	871.936,85

MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	M	68.996,49
MG	317010	UBERABA	M	380.297,26
MG	317020	UBERLANDIA	M	856.013,82
TOTAL				16.156.029,25

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 510, DE 25 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de prestação de contas final de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas final de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho/SC

CNPJ: 75.437.053/0001-73

Município/UF: Pinhalzinho/SC.

Título do projeto: "Ampliação do número de alunos atendidos pela equipe multiprofissional no Jardim Sensorial"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.062724/2015-62

Período analisado: De 28 de março de 2016 a 28 de março de 2018.

Embasamento: PARECER DE MÉRITO Nº 241/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025789716)

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 512, DE 25 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

Razão Social: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto

CNPJ: 60.255.791/0001-22

Município/UF: Ribeirão Preto/SP.

Título do projeto: "Geração e desenvolvimento de uma plataforma de expansão de linfócitos geneticamente modificados para tratamento de leucemias linfoides."

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.189625/2016-16

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: PARECER TÉCNICO Nº 35/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0026688172).

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 513, DE 25 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade aos resultados das análises de prestações de contas anuais de Projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de Projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Serra.

CNPJ: 27.564.699/0001-79

Município/UF: Serra/ES

Título do projeto: Ampliação da Assistência à Saúde da Pessoa com Deficiência da APAE de Serra.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercício 2019

Processo NUP: 25000.019707/2018-58

Embasamento: Parecer de Mérito nº272/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0026361368).

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de Projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Serra.

CNPJ: 27.564.699/0001-79

Município/UF: Serra/ES

Título do projeto: Ampliação da Assistência à Saúde da Pessoa com Deficiência da APAE de Serra.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercício 2020

Processo NUP: 25000.019707/2018-58

Embasamento: Parecer de Mérito nº 273/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0026363136).

Resultado: APROVADO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 514, DE 26 DE MAIO DE 2022

Indefere projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013; e considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado, com captação de recursos inferior ao previsto nos arts. 68 e 69 do anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

NUP: 25000.033962/2021-17

Título do projeto: Reabilita hidro-ApaeCom

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE COMODORO-MT

CNPJ: 04.583.879/0001-00

Valor aprovado para a captação de doações: R$ 52.092,50 (cinquenta e dois mil, noventa e dois reais, cinquenta centavos)

Município/UF: Comodoro/MT

Prazo de execução: 24 meses

Extrato do projeto (resumo): Utilizar a técnica terapêutica de hidroterapia com alunos de 06 meses a 14 anos, com deficiência motora ou neurológica, para prevenir sequelas e auxiliar na reabilitação e habilitação.

Art. 2º Revogar o inciso I do art. 1º da Portaria nº 577/SE/MS, de 2 de dezembro de 2021, publicada no DOU, edição 229, na data de 7 de dezembro de 2021, Seção 1, página 147.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 516, DE 26 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.035445/2021-74

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria de Jetibá/ES

CNPJ: 03.258.716/0001-81

Município/UF: Santa Maria de Jetibá/ES

DADOS DO PROJETO

Título do Projeto: Implantação dos Serviços de Neuropediatria, Ortopedia e Psiquiatria para promoção da saúde da pessoa com deficiência.

Extrato do Projeto (Resumo): Implantação do serviço de atendimento médico especializado de neuropediatria, psiquiatria e ortopedia para ofertar um atendimento integral a pessoa com deficiência intelectual e ou múltipla abrangendo todo seu ciclo de vida.

Prazo de execução inicialmente aprovado: 24 meses

Valor inicialmente aprovado: R$ 894.773,64 (oitocentos e noventa e quatro mil setecentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 894.773,64 (oitocentos e noventa e quatro mil setecentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Prazo de execução solicitado: 24 meses

Fundamento Legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS.

DADOS DA ANÁLISE DO PROJETO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: PARECER DE MÉRITO Nº 298/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0026854743).

Resultado: APROVADO.

Valor aprovado da readequação: R$ 894.773,64 (oitocentos e noventa e quatro mil setecentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 2º Revogar o inciso LXXIII, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 577, de 2 de dezembro de 2021, publicada no DOU nº 229, na data de 7 de dezembro de 2021, Seção 1, página 151.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 517, DE 26 DE MAIO DE 2022

Indefere Projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado, com captação de recursos inferior ao previsto nos arts. 68 e 69 do anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

NUP: 25000.167876/2020-18

Título do Projeto: Aprimorando ações de reabilitação na APAE São Borja.

Razão Social da Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Borja

CNPJ: 90.791.922/0001-57

Município: São Borja/RS

Prazo de execução: 24 meses

Extrato do Projeto (resumo): Assegurar o direito ao diagnóstico, tratamento e a intervenção precoce através da ampliação e implantação dos atendimentos especializados, de forma a contribuir para a reabilitação/habilitação e inclusão da pessoa com deficiência, garantindo-lhes a promoção da saúde e melhora de qualidade de vida. Além disso, buscar evitar doenças que são em parte evitáveis pela mudança de hábitos de vida e alimentares, diagnóstico precoce e tratamento adequado.

Art. 2º Revogar o inciso V do art. 1º da Portaria nº 577/SE/MS, de 2 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União, edição 229, na data de 7 de dezembro de 2021, Seção 1, página 147.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.719, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 746122
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

MEAD JOHNSON DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE NUTRIÇÃO LTDA / 10.351.637/0001-86
LACTOFERRINA
25351.258137/2020-54
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 3621930/20-5

NPS DO BRASIL FARMACEUTICA LTDA / 24.604.135/0001-24
HIDROXIMETILBUTIRATO DE CÁLCIO (HMB-CA)
25351.827931/2020-51
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 2761793/20-0

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.720, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 746422
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

FIBRAFORM INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA. / 10.655.578/0001-30
ARTIGO PRECURSOR LÂMINA DE PET PCR GRAU ALIMENTÍCIO
25351.897537/2021-61
4044 - REGISTRO DE EMBALAGEM RECICLADA / 4754100/21-2

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.721, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições de alteração temporária, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 382, de 12 de maio de 2020, relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º A aprovação das petições objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 750222
NESTLE BRASIL LTDA / 60.409.075/0001-52
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.775277/2010-52
4126 - Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19 / 0432088/22-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.747, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 723922
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

A7 COMERCIAL EXPORTADORA LTDA. / 38.300.440/0001-37
DIÓXIDO DE TITÂNIO (INS 171)
25351.732374/2021-71
4113 - AVALIAÇÃO DE EXTENSÃO DE USO DE ADITIVOS ALIMENTARES, EXCETO ESPÉCIES BOTÂNICAS / 2652857/21-5

CHR HANSEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 48.871.545/0001-08
LACTOBACILLUS RHAMNOSUS GG (DSM 33156) - LGG
25351.540033/2020-91
4107 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE PROBIÓTICOS / 4190768/20-1

DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A. / 56.992.951/0001-49
2'-O-FUCOSILLACTOSE (2'-FL)
25351.129403/2022-02
4135 - EXTENSÃO DE USO DE INGREDIENTES AVALIADOS ANTERIORMENTE PARA NOVAS CATEGORIAS DE ALIMENTOS / 0830951/22-9
DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A. / 56.992.951/0001-49
LACTO-N-NEOTETRAOSE
25351.129396/2022-31
4135 - EXTENSÃO DE USO DE INGREDIENTES AVALIADOS ANTERIORMENTE PARA NOVAS CATEGORIAS DE ALIMENTOS / 0830919/22-8
2'-O-FUCOSILLACTOSE (2'-FL) E DIFUCOSILLACTOSE (DFL)
25351.129360/2022-57
4136 - AVALIAÇÃO POR APROVEITAMENTO DE ANÁLISE REALIZADA POR AUTORIDADES REGULATÓRIAS ESTRANGEIRAS / 0830716/22-0

THE PRODUCT MAKERS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AROMAS E INGREDIENTES LTDA / 06.891.167/0001-76
MELAÇO DA CANA-DE-AÇUCAR
25351.866871/2020-91 /
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 2875148/20-6

UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA / 01.615.814/0001-01
PEPTÍDEOS DE COLÁGENO BIOATIVO ALTAMENTE PURIFICADO DE PELE BOVINA
25351.135073/2020-14
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 3415986/20-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.748, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 717922
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

UNICA PHARMACEUTICALS PRODUTOS FARMACEUTICOS E NUTRICIONAIS LTDA / 26.751.186/0001-04
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS ESPESSADA COM AMIDO DE BATATA E GOMA ALFARROBA
25351.740468/2020-33 /
4071 - REGISTRO DE FÓRMULAS INFANTIS DESTINADAS A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS / 2501194/20-9
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES
25351.345192/2019-40 /
4070 - REGISTRO ÚNICO DE FÓRMULAS INFANTIS / 0527584/19-9
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES
25351.578194/2020-57 /
4069 - REGISTRO DE FÓRMULAS INFANTIS / 1995030/20-1

LOGOPLASTE DO BRASIL LTDA / 00.359.256/0001-90
PRÉ-FORMA DE PET-PCR GRAU ALIMENTÍCIO
25351.642882/2021-69 /
4044 - REGISTRO DE EMBALAGEM RECICLADA / 4282572/21-3

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.711, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

ACCORD FARMACÊUTICA LTDA 64171697000146
decitabina 25351.661232/2015-99 05/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0942543/15-8
1.5537.0106.001-6 24 Meses
50 MG PO LIOF SOL INFUS IV CT FA VD TRANS

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA 17562075000169
DESLORATADINA
DIZDY 25351.565190/2016-01 05/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 2599363/16-6
1.1560.0244.001-3 24 Meses
0,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 60 ML + SER DOSAD
1.1560.0244.002-1 24 Meses
0,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOSAD
1.1560.0244.003-1 24 Meses
0,5 MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 60 ML + SER DOSAD
1.1560.0244.004-8 24 Meses
0,5 MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + SER DOSAD

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
HIDROXIUREIA
LEUX 25351.733166/2019-75 05/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 3517525/19-7
1.0298.0573.001-3 24 Meses
500 MG CAP DURA CT FR VD AMB X 100

MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. 17875154000120
glibenclamida 25351.002497/2015-15 05/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0005176/15-4
1.0917.0126.001-6 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0917.0126.002-4 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0917.0126.003-2 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500
1.0917.0126.004-0 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 1000

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A 60665981000118
CLORIDRATO DE REMIFENTANILA
REMISTESI 25351.827804/2020-51 03/2024
11108 RDC 73/2016 - SIMILAR - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 1311345/22-3
11871 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 1313762/22-0
1.0497.1458.001-3 12 Meses
2 MG PO LIOF SOL INJ/INFUS IV CT FA VD TRANS
1.0497.1458.002-1 12 Meses
2 MG PO LIOF SOL INJ/INFUS IV CT 5 FA VD TRANS

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
alfa1antitripsina
ZEMAIRA 25351.280203/2011-61 06/2027
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1019429/21-1
1.0151.0124.001-9 36 Meses
1000 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 20 ML + DISP TRANSF
1.0151.0124.002-7 36 Meses
1000 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 20 ML + DISP TRANSF COM FILTRO

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
Virus da varicela
VARILRIX 25000.032781/96-84 10/2038
11884 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 2. ALTERAÇÃO NOS BANCOS DE CÉLULAS - MODERADA 1021452/21-6
11889 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 6. ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE QUALIFICAÇÃO DO BANCO DE CÉLULAS OU BANCO DE SEMENTES - MODERADA 2632782/22-1
1.0107.0121.001-2 24 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.002-0 24 Meses
PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.003-9 24 Meses
PO LIOF INJ CT 25 FA VD TRANS+ 25 AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.004-7 24 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS+ SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.005-5 24 Meses
PO LIOF INJ CT 5 FA VD TRANS+ 5 SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.006-3 24 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML + 2 AGU REMOV
1.0107.0121.007-1 24 Meses
PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML + 20 AGU REMOV
1.0107.0121.008-1 24 Meses
PO LIOF INJ CT 100 FA VD TRANS + 100 SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML + AGU REMOV

MERCK S/A 33069212000184
Cetuximabe
ERBITUX 25351.072816/2004-18 10/2026
11967 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 77A. INCLUSÃO OU MODIFICAÇÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 3259839/21-4
1.0089.0335.003-4 48 Meses
5 MG/ML SOL INJ CT FA VD TRANS X 20 ML
1.0089.0335.005-0 48 Meses
5 MG/ML SOL INJ CT FA VD TRANS X 100 ML

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Toxóide pertussis + Hemaglutinina Filamentosa + Poliovírus inativados tipo 1 + Poliovírus inativados tipo 2 + Poliovírus inativados tipo 3
TETRAXIM 25351.411872/2019-69 11/0025
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 4638588/20-6
1.8326.0389.001-0 36 Meses
SUS INJ CT SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML C/ AGU ACOPLADA

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133
VACINA COVID-19
COMIRNATY 25351.023179/2021-57 02/2024
11925 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 38. ALTERAÇÃO DO ADJUVANTE QUÍMICO/SINTÉTICO - MODERADA 2526184/22-3
11925 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 38. ALTERAÇÃO DO ADJUVANTE QUÍMICO/SINTÉTICO - MODERADA 2526186/22-0
1.2110.0481.001-9 12 Meses
225 MCG SUS DIL INJ CT 195 FA VD INC X 0,45ML
1.2110.0481.002-7 12 Meses
225 MCG SUS INJ CT 5 FA VD INC X 2,25ML
1.2110.0481.003-5 12 Meses
225 MCG SUS INJ CT 10 FA VD INC X 2,25ML
1.2110.0481.004-3 12 Meses
130 MCG SUS DIL INJ CT 10 FA VD INC X 1,3ML
1.2110.0481.005-1 12 Meses
225 MCG SUS DIL INJ CT 25 FA VD INC X 2,25ML

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA 17562075000169
VALERIANA OFFICINALIS L.
Valsed 25351.477989/2015-61 07/2027
10620 MEDICAMENTO FITOTERAPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM PRIMÁRIA 0430055/22-6
1.1560.0195.003-4 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 20

HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO LTDA 78950011000120
Maytenus ilicifolia Mart. ex Reissek
ESPINHEIRA SANTA HERBARIUM 25351.221599/2002-34 06/2028
10639 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE FABRICANTE DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, QUANDO FOREM MANTIDAS AS ESPECIFICAÇÕES APROVADAS NO DOSSIÊ 8467934/21-4
1.1860.0043.002-0 24 Meses
380 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 45

JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A 55972087000150
CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE CÁLCIO DI-HIDRATADO + CLORETO DE POTÁSSIO
RINGER 25001.007052/71 03/2027
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 4453874/21-0
1.0491.0060.003-2 24 Meses
(9 + 0,3 + 0,3) MG/ML SOL INJ IV CX 20 BOLS PLAS PVC TRANS SIST FECH X 500 ML
1.0491.0060.011-3 24 Meses
(9 + 0,3 + 0,3) MG/ML SOL INJ IV CX 24 FR PLAS PE TRANS SIST FECH X 500 ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.712, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

APSEN FARMACEUTICA S/A 62462015000129
STRYPHNODENDRON ADSTRINGENS (MART.) COVILLE
FITOSCAR 25351.172353/2007-36 12/2027
10624 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 6629141/21-1
1.0118.0605.003-1 24 Meses
60 MG/G POM DERM CT BG AL X 20 G

EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA 07607851000146
alfaoctocogue
Hemo-8r 25351.430675/2013-12 10/2028
11930 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 1117753/22-5
1.9304.0001.001-6 24 Meses
250 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD TRANS + FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.9304.0001.002-4 24 Meses
500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD TRANS + FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.9304.0001.003-2 24 Meses
1000 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD TRANS + FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.9304.0001.004-0 24 Meses
1500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD TRANS + FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.9304.0001.005-9 24 Meses
250 UI PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA DIL X 5ML + CONJ REC
1.9304.0001.006-7 24 Meses
500 UI PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA DIL X 5ML + CONJ REC
1.9304.0001.007-5 24 Meses
1000 UI PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA DIL X 5ML + CONJ REC
1.9304.0001.008-3 24 Meses
1500 UI PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA DIL X 5ML + CONJ REC

MJM PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA 04891262000144
PERTECNETATO DE SÓDIO (99M TC)
TECHNELITE 25351.391155/2015-27 05/2032
10365 RADIOFÁRMACO - REGISTRO DE MEDICAMENTO RADIOFÁRMACO RADIONUCLÍDEO 0565351/15-7

12500 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 10
15000 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 11
18000 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 12
10000 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 09
7500 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 08
6000 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 07
5000 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 06
4500 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 05
4000 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 04
3000 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 03
1000 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 13
2000 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML
2500 MCI SOL INJ IV FA VD TRANS MULTIDOSE X ATÉ 10 ML - 02

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.713, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei 13.411, e Art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e Arts. 4º, 7º e 16 da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

BAYER S.A.
ANDROCUR 25351092170200819
3911793216 NOVO - Mudança maior de excipiente para formas farmacêuticas sólidas
3911795212 NOVO - Inclusão de local de fabricação de medicamento de liberação convencional
3911823211 NOVO - Redução do prazo de validade do medicamento
---
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
NILPERIDOL 2500100692685
3939341211 SIMILAR - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
3939413211 SIMILAR - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
---
MERCK S/A.
CRINONE 25351368462200838
3948226210 NOVO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
---
SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.
CLOTRIMAZOL 25351678016201475
3927690212 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
3927692219 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.714, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei 13.411, e Art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e Arts. 4º, 7º e 16 da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.
REPATHA 25351062667201529
3214779211 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
REPATHA 25351062667201529
3214781213 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
---
CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
RHOPHYLAC 25351708521200815
3278452210 11949 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 59. Substituição do padrão de referência primário - Moderada
Alburex 20 25351641622200807
3329645216 11949 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 59. Substituição do padrão de referência primário - Moderada
RHOPHYLAC 25351708521200815
3329647212 11949 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 59. Substituição do padrão de referência primário - Moderada
---
TAKEDA PHARMA LTDA.
TAKHZYRO 25351779114202089
3648078219 11930 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. Alteração de instalação de fabricação do produto terminado - Maior
TAKHZYRO 25351779114202089
3648082217 11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. Alteração do processo de fabricação do produto terminado - Moderada
TAKHZYRO 25351779114202089
3648086210 11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. Alteração do processo de fabricação do produto terminado - Moderada
TAKHZYRO 25351779114202089
3648090218 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
TAKHZYRO 25351779114202089
3648070213 11922 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 36. Alteração da descrição ou composição do produto terminado - Maior
---
BAYER S.A.
Jivi 25351503833201997
3762811219 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
Jivi 25351503833201997
3763221213 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
Jivi 25351503833201997
3763223210 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
Jivi 25351503833201997
3763225216 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
Jivi 25351503833201997
3763228211 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
Jivi 25351503833201997
3763255218 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
Jivi 25351503833201997
3763268210 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
---
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
HEPTAR 2599103456176
3827595213 11934 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 43. Alteração nos testes de controle em processo e/ou critérios de aceitação aplicados durante o processo de fabricação do produto terminado ou nos intermediários - Moderada
HEPTAR 2599103456176
3827638211 11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. Alteração na especificação ou no procedimento analítico usado para liberação do produto terminado - Moderada
---
NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
Novolin N 2500100701789
3875365211 11932 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. Alteração do processo de fabricação do produto terminado - Maior

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.752, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA KOTT TOMAZETT

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
NOME DO INSUMO NUMERO DO PROCESSO
ROTA
VENCIMENTO NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
ASSUNTO DESCRIÇÃO

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 1.00298-1
CLOZAPINA 25351.379268/2011-02
001
12/2022 15.0298.0395.002-4 60 Meses
10325 INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 1.00298-1
CLOZAPINA 25351.510131/2013-99
001
09/2024 15.0298.0413.002-0 24 Meses
10325 INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 187, de 20 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 24 de janeiro de 2022, Seção 1, Pág. 169, referente ao processo 25351.623044/2014-67.

Onde se lê:

NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
ACETATO DE CLORMADINONA + ETINILESTRADIOL
BEMARI 25351.623044/2014-67 01/2022
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0923446/14-2
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0722995/14-0 - 25351.518328/2014-
46)
1.2675.0407.001-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 21
1.2675.0407.002-8 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 42
1.2675.0407.003-6 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 63
1.2675.0407.004-4 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 84

Leia-se:

NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
ACETATO DE CLORMADINONA + ETINILESTRADIOL
BEZIANY 25351.623044/2014-67 01/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0923446/14-2
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0722995/14-0 - 25351.518328/2014-46)
1.2675.0407.001-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 21
1.2675.0407.002-8 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 42
1.2675.0407.003-6 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 63
1.2675.0407.004-4 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 84

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 257, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 31 de janeiro de 2022, Seção 1, Pág. 248, referente ao processo 25351.576153/2014-88.
Onde se lê:
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
ACETATO DE CLORMADINONA + ETINILESTRADIOL 25351.576153/2014-88 01/2022
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0803329/14-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0722995/14-0 - 25351.518328/2014-46)
1.2675.0408.001-5 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 21
1.2675.0408.002-3 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 42
1.2675.0408.003-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 63
1.2675.0408.004-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 84
Leia-se:
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
ACETATO DE CLORMADINONA + ETINILESTRADIOL 25351.576153/2014-88 01/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0803329/14-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0722995/14-0 - 25351.518328/2014-46)
1.2675.0408.001-5 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 21
1.2675.0408.002-3 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 42
1.2675.0408.003-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 63
1.2675.0408.004-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 84

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 257, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 31 de janeiro de 2022, Seção 1, Pág. 248, referente ao processo 25351.578918/2014-14.
Onde se lê:
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 05044984000126
ACETATO DE CLORMADINONA + ETINILESTRADIOL 25351.578918/2014-14 01/2022
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0807693/14-6
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0722995/14-0 - 25351.518328/2014-46)
1.6773.0674.001-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 21
1.6773.0674.002-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 42
1.6773.0674.003-8 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 63
1.6773.0674.004-6 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 84
Leia-se:
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 05044984000126
ACETATO DE CLORMADINONA + ETINILESTRADIOL 25351.578918/2014-14 01/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0807693/14-6
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0722995/14-0 - 25351.518328/2014-46)
1.6773.0674.001-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 21
1.6773.0674.002-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 42
1.6773.0674.003-8 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 63
1.6773.0674.004-6 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 84

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 1.028, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 64, de 4 de abril de 2022, Seção 1, Pág. 170, referente ao processo 25351.096733/2022-04.
Onde se lê:
SANTISA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO S/A 04099395000182
dipirona 25351.096733/2022-04 04/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0650879/22-1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 999096/66-5 - 25991.004907/79-31)
1.0186.0036.001-4 24 Meses
500 MG COM CX 50 ENV AL POLIET X 10
1.0186.0036.002-2 24 Meses
500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 2 ML
1.0186.0036.003-0 24 Meses
500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 1 ML
1.0186.0036.004-9 24 Meses
500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 5 ML
Leia-se:
SANTISA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO S/A 04099395000182
dipirona 25351.096733/2022-04 04/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0650879/22-1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 999096/66-5 - 25991.004907/79-31)
1.0186.0036.002-2 24 Meses
500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 2 ML
1.0186.0036.003-0 24 Meses
500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 1 ML
1.0186.0036.004-9 24 Meses
500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 5 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.418, de 3 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 83, de 04 de maio de 2022, Seção 1, página 558, referente ao processo nº 25351.366288/2020-85:
Onde se lê:
LIBBS FARMACÊUTICA LTDA 61230314000175
BEVACIZUMABE
ELOVIE 25351.366288/2020-85 05/2032
10369 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO PELA VIA DE DESENVOLVIMENTO POR COMPARABILIDADE 3848963/20-5
1.0033.0214.001-8 24 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 4 ML
1.0033.0214.002-6 24 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 16 ML
Leia-se:
LIBBS FARMACÊUTICA LTDA 61230314000175
BEVACIZUMABE
ELOVIE 25351.366288/2020-85 05/2032
10369 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO PELA VIA DE DESENVOLVIMENTO POR COMPARABILIDADE 3848963/20-5
1.0033.0214.001-8 30 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 4 ML
1.0033.0214.002-6 30 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 16 ML

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.762, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: LUCKY STRIKE DOUBLE ICE (cigarro com filtro) - embalagens primária box; e embalagens secundárias pacote para 2 embalagens primárias, pacote para 4 embalagens primárias e pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.012455/2021-51
Expediente: 0394213/22-9
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais Produto
Marca: ROTHMANS OF LONDON 1890 WHITE CLASSIC BLUE (cigarro com filtro) - embalagens primárias maço e box; e embalagens secundárias pacote para 10 embalagens primárias maço e pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.594876/2020-15
Expediente: 8424308/21-2
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais Produto
Marca: ROTHMANS OF LONDON 1890 WHITE CLASSIC RED (cigarro com filtro) - embalagens primárias maço e box; e embalagens secundárias pacote para 10 embalagens primárias maço e pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.594850/2020-69
Expediente: 8424287/21-6
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais Produto
Marca: ROTHMANS OF LONDON KINGSIZE SILVER (cigarro com filtro) - embalagens primárias box e maço; e embalagens secundárias pacote para 10 embalagens primárias maço e pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.850051/2021-69
Expediente: 0394229/22-5
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais Produto

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.733, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro e por consequente, cancelar o Registro dos Produtos para Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
____
_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Enzytec Biotecnologia Ltda. / 07.214.566/0001-65
Família Alethia HSV 1&2
25351.545796/2022-90 / 82444370013
80078 - IVD - Transferência de titularidade de registro de família de produtos / 2720935221
Alethia Pertussis
25351.545812/2022-44 / 82444370014

80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720961221
Alethia Chlamydia
25351.545775/2022-74 / 82444370012
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720898228
Alethia Mycoplasma Direct
25351.545740/2022-35 / 82444370011
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720793221
Alethia Malária
25351.545679/2022-26 / 82444370010
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720681229
Alethia Strep Grupo A
25351.545678/2022-81 / 82444370009
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720680222
Alethia Pertussis Controle Externo
25351.545677/2022-37 / 82444370008
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720674222
Alethia Mycoplasma Direto Controle Externo
25351.545676/2022-92 / 82444370007
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720673226
Alethia Strep Grupo B Controles Externos
25351.545507/2022-52 / 82444370006
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720291226
CALAS (SISTEMA DE ANTIGENO CRIPTOCOCICO POR AGLUTINACAO DO LATEX)
25351.545845/2022-94 / 82444370018
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2721022229
Família Alethia CMV
25351.545838/2022-92 / 82444370017
80078 - IVD - Transferência de titularidade de registro de família de produtos / 2721005227
Alethia Malária Controles Externos
25351.545824/2022-79 / 82444370016
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720980226
Alethia Strep Grupo A Controle Externo
25351.545813/2022-99 / 82444370015
80074 - IVD - Transferência de titularidade de registro de produto / 2720962228

NL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA / 52.541.273/0001-47
Família Alethia HSV 1&2
25351.472735/2020-34 / 10230730144
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2715024223
Alethia Pertussis Controle Externo
25351.000350/2019-35 / 10230730125
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2714931227
Família Alethia CMV
25351.472732/2020-09 / 10230730145
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2715266227
Alethia Malária
25351.337274/2018-30 / 10230730118
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2711521222
Alethia Mycoplasma Direct
25351.343668/2018-27 / 10230730117
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2711514226
Alethia Strep Grupo A
25351.321356/2018-62 / 10230730115
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2711499227
Alethia Chlamydia
25351.472716/2020-16 / 10230730143
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2714966225
Alethia Strep Grupo A Controle Externo
25351.847364/2018-34 / 10230730120
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2714781225
Alethia Pertussis
25351.586599/2018-44 / 10230730119
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2713937221
Alethia Mycoplasma Direto Controle Externo
25351.848012/2018-04 / 10230730123
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2714912222
Alethia Strep Grupo B Controles Externos
25351.847995/2018-53 / 10230730122
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2714900224
Alethia Malária Controles Externos
25351.847959/2018-90 / 10230730121
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2714797229
CALAS (SISTEMA DE ANTIGENO CRIPTOCOCICO POR AGLUTINACAO DO LATEX)
25351.221857/2004-44 / 10230730040
80085 - IVD - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 2711476227

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.735, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ALAMAR TECNO CIENTÍFICA LTDA / 48.044.358/0001-42
VERIFIK®COVID Autoteste para detecção de Antígeno SARS-CoV-2 em amostra Nasal
25351.106474/2022-29 / 80049120113
8433 - IVD - Registro de produto / 0698398227

ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA / 32.929.819/0001-24
SYSTANE ULTRA sem conservantes
25351.669445/2021-92 / 81869420137
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 4340034215

BIOMÉDICA EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA / 01.299.509/0001-40
CAVUX CERVICAL CAGE
25351.766399/2020-98 / 10355870432
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 4638405207

BIOSUL PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA - ME / 05.905.525/0001-90
TROPONINA I
25351.176568/2022-65 / 80474870090
8433 - IVD - Registro de produto / 1083999222
PSA Semi-Quantitativo
25351.176597/2022-27 / 80474870092
8433 - IVD - Registro de produto / 1084159228
TROPONINA T
25351.176573/2022-78 / 80474870091
8433 - IVD - Registro de produto / 1084036222
Família de Testes Rápidos Sangue Oculto
25351.223919/2022-34 / 80474870093
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 1291363224

BIOTRONIK COMERCIAL MÉDICA LTDA. / 50.595.271/0001-05
ADNOVO MINI
25351.065726/2022-52 / 80224390305
80032 - EQUIPAMENTO - Registro de Sistema de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0481002223

CALL MEDICAL DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 40.749.573/0001-37
Kit de Detecção Multiplex COVID-19 - nCoV-VM
25351.531115/2022-14 / 82202950005
8433 - IVD - Registro de produto / 2685810220

CONTROLLER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA / 78.515.210/0001-00
SOLUÇÃO DE CONTROLE DE GLICOSE BIOLAND
25351.026544/2022-66 / 10410130049
8433 - IVD - Registro de produto / 0216020220

CRITÉRIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICINAIS E ODONTOLÓGICOS LTDA. / 08.444.319/0001-18
Barreira Não Absorvível - LUMINA-BOPP
25351.793916/2021-82 / 80522420014
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2840472216

DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 11.462.456/0001-90
CARDIAC COMBO TEST CASSETE FIA
25351.192471/2022-08 / 80638720215
8433 - IVD - Registro de produto / 1159124222
MALÁRIA P.f/Pan RAPID TEST
25351.176588/2022-36 / 80638720214
8433 - IVD - Registro de produto / 1084109221

DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 02.535.707/0001-28
Babyleo TN500
25351.544495/2022-49 / 10407370151
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2718931227

LABORLAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP / 72.807.043/0001-94
TTPA
25351.120085/2022-14 / 10246810341
8433 - IVD - Registro de produto / 0779337225

LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA. / 04.187.384/0001-54
Aparelho de Anestesia
25351.546073/2022-16 / 80203470016
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2721844229

LUMIRADX HEALTHCARE LTDA / 22.940.751/0001-20
LUMIRATEK COVID-19 + Influenza A e B - Combo
25351.120083/2022-17 / 81327670131
8433 - IVD - Registro de produto / 0779331226

MOVITEK Comércio e Serviços de Importação e Exportação de Produtos Médicos Hospitalares LTDA / 21.772.748/0001-82
Sistema Nova para Fixação Pedicular MIS
25351.758800/2020-16 / 81207910075
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 4623983209

SCITECH PRODUTOS MEDICOS SA / 01.437.707/0001-22
Grampeador Linear Cortante e Cargas Scitech
25351.747989/2021-01 / 10413960237
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 2704705219
Grampeador Circular Cortante com carga
25351.747932/2021-01 / 10413960235
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2704486216
PRÓTESE PLÁSTICA BILIAR
25351.747988/2021-58 / 10413960236
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 2704702214

Smith & Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
SISTEMA DE HASTE FEMORAL RETRÓGRADA TRIGEN META-NAIL
25351.225646/2021-81 / 80804050323
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 1116994210
SISTEMA DE HASTE ANTERÓGRADA TROCANTÉRICA TRIGEN META TAN
25351.225648/2021-71 / 80804050325
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 1117000210
SISTEMA DE HASTE ANTERÓGRADA TROCANTÉRICA TRIGEN TAN
25351.225647/2021-26 / 80804050324
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 1116997214

STARHEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA / 19.903.883/0001-78
X-tack - Sistema Endoscópico de Sutura Helix
25351.414380/2021-40 / 81115910005
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 3843993210

Techimport Tecnologia em Implantes Ortopédicos Ltda - EPP / 15.524.734/0001-47
Âncoras Flexíveis Knottech Techimport
25351.793902/2021-69 / 81118460081
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2840406218

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
GERADOR AMICA-GEN PARA ABLAÇÃO TÉRMICA POR RADIOFREQUÊNCIA
25351.570930/2022-91 / 80102512814
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2777123227
GERADOR AMICA-GEN PARA ABLAÇÃO TÉRMICA POR MICRO-ONDAS
25351.570929/2022-66 / 80102512813
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2777120222
PERFADEX® PLUS
25351.625073/2021-92 / 80102512811
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4249426215
GERADOR AMICA-GEN PARA ABLAÇÃO TÉRMICA POR MICRO-ONDAS E RADIOFREQUÊNCIA
25351.188014/2022-19 / 80102512812
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1139035222

Nº de Processos : 30

Total de Empresas : 19

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.736, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
SUPERA PERIPHERAL STENT (OD)
25351.043626/2018-99 / 80146502090
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 1016071220
SUPERA PERIPHERAL STENT (OD)
25351.043626/2018-99 / 80146502090
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1016122228

ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 43.426.626/0001-77
HArmonyca com lidocaína
25351.900117/2021-79 / 80143600132
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0884954224

AMAZON IND, COM, EXPORT E IMPORT DE PROD ESPECIALIZADOS LTDA - EPP / 07.800.274/0001-04
TINTA PARA TATUAGEM DERM INK
25351.778902/2015-34 / 80412410015
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4189563221

AMERICAN ORTHODONTICS BRASIL PRODUTOS ORTODÔNTICOS LTDA / 11.984.167/0001-50
NOLA DRY FIELD SYSTEM
25351.643158/2021-52 / 80755760022
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2711198229

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
FLEXCATH ADVANCE - BAINHA DEFLECTÍVEL COM DILATADOR
25351.463704/2021-73 / 10349001090
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 0812671222
Grampeador GIA com Tecnologia Tri-Staple
25351.520449/2021-73 / 10349001258
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 2414689227

BARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA. / 10.818.693/0001-88
HemoSplit
25351.105722/2020-52 / 80689090181
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 0884958227
HemoSplit
25351.105722/2020-52 / 80689090181
80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima / 0884962225
HemoSplit
25351.105722/2020-52 / 80689090181
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 0884960229
TELA PERFIX LIGHT PLUG
25351.404341/2014-14 / 80689090037
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4266922217

BAUMER S.A. / 61.374.161/0001-30
FIO METALICO PARA FIXACAO OSSEA
25351.323477/2005-24 / 10345500078
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 2147905224

BIOMECÂNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA / 58.526.047/0001-73
Sistema de Fixação Rígida de Membros Inferiores - BM
25351.566755/2015-76 / 80128580153
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1437172223
SISTEMA DE FIXAÇÃO RÍGIDA DE PLACAS RETAS EM TITÂNIO - BM
25351.334084/2014-32 / 80128580142
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1437174220

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA / 01.513.946/0001-14
BAINHA TRANSEPTAL CURVA FIXA TSX
25351.611430/2019-11 / 10341350976
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 1112234220
BAINHA TRANSEPTAL CURVA FIXA TSX
25351.611430/2019-11 / 10341350976
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 1112244227

DIASORIN LTDA / 01.896.764/0001-70
Família LIAISON® SARS-CoV-2 Ag
25351.732881/2020-24 / 10339840531
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2554072226

ELEKTA MEDICAL SYSTEMS COMÉRCIO E SERVICOS PARA RADIOTERAPIA LTDA. / 09.528.196/0001-66
Elekta Unity
25351.282355/2019-76 / 80569320030
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 2721779225

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
AEON Endoscopic Stapler Reloads
25351.193216/2020-11 / 80117580922
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 0141966228

FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA. / 49.601.107/0001-84
Kit para Autotransfusão AT3
25351.215645/2017-71 / 10154450181
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 7633172215

GCA BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 11.015.655/0001-50
ROUND COLLECTION
25351.431616/2014-95 / 80674930007
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 8471486217

GEISTLICH PHARMA DO BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 11.344.677/0001-63
BIO-OSS
25351.090181/2012-36 / 80696930002
80252 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 0597255228

GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. / 06.028.137/0001-30
HLS Set Advanced 7.0
25351.383086/2020-06 / 80259110197
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 2465026229
HLS Set Advanced 5.0
25351.377752/2020-69 / 80259110174
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 2465030227
HLS Set Advanced 7.0
25351.383086/2020-06 / 80259110197
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2465050221
HLS Set Advanced 5.0
25351.377752/2020-69 / 80259110174
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2465052228

HELP MEDICAL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 23.236.534/0001-17
GRAMPEADORES CIRCULARES
25351.431861/2019-03 / 81654900005
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 2389181225
GRAMPEADORES LINEARES E UNIDADE DE CARREGAMENTO DE USO INDIVIDUAL
25351.431840/2019-80 / 81654900004
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 2389179223
UNIDADE DE CARREGAMENTO DE USO INDIVIDUAL
25351.431839/2019-55 / 81654900003
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 2450036224

IMPOL INSTRUMENTAL E IMPLANTES LTDA / 49.337.413/0001-55
Sistema para protese total de joelho
25351.043123/2009-11 / 10108770108
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0549478228

JELIVI CARE INDUSTRIA LTDA / 39.468.203/0001-42
AVENTAL CIRURGICO ESTERIL J.CARE
25351.166051/2022-68 / 82305950011
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2998070224

Jotec do Brasil importação e comercio de equipamentos hospitalares ltda / 21.996.505/0001-28
FAMÍLIA DE ENXERTOS VASCULARES INORGÂNICOS JOTEC
25351.112644/2019-17 / 81398250004
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 1112228225
FAMÍLIA DE ENXERTOS VASCULARES INORGÂNICOS JOTEC

25351.112644/2019-17 / 81398250004
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 1112242221

KTK INDUSTRIA, IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA / 61.489.381/0001-09
SAT 700
25351.173603/2002-41 / 10229820077
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2728522227

LIMA DO BRASIL EIRELI / 03.117.039/0001-81
Glenóide Metal Back de Ombro SMR
25351.505344/2016-03 / 80070180059
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1287360228
Glenóide AXIOMA de Ombro SMR
25351.505340/2016-01 / 80070180061
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1287364221
Sistema de Ombro Reverso SMR Cimentado
25351.407527/2017-51 / 80070180071
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1287362224

MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 03.580.620/0001-35
GERADOR DE FLUXO COM UMIDIFICADOR AQUECIDO E ACESSORIOS
25351.374134/2013-50 / 80047300501
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3316514229
SELENIA DIMENSIONS
25351.651591/2009-12 / 80047300267
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2782823229

ORTOSPINE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA. / 08.832.121/0001-01
SISTEMA DE COLUNA CARBOCLEAR
25351.634184/2019-75 / 80454380103
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 1535791221

POLAR FIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 02.881.877/0001-64
Curativo Hidrofibra Estéril com Prata Wound Care Acqua Ag
25351.773228/2021-04 / 8003400140
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3294746221

PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 00.028.682/0001-40
EXANTIA
25351.010437/2009-08 / 10306840111
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 2450005224
MATRIZ DE ENXERTO DURAL DURAGEN
25351.009292/00-89 / 10306840037
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 0052225222

RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA / 59.557.124/0001-15
OLLA SENSITIVE
25351.595418/2017-90 / 80774900057
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 8451791213
OLLA Texturizado
25351.592597/2017-11 / 80774900059
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 8451793210

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
PreciControl HTLV
25351.563271/2015-59 / 10287411123
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 0969134221

SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 58.426.628/0001-33
Bomba de Infusão Peristáltica icatu 4.0
25351.253065/2022-11 / 10188530084
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 2736032226
Bomba de Infusão Peristáltica Linear icatu
25351.294471/2018-57 / 10188530081
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 2736036229
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA ST7000
25351.427798/2015-85 / 10188530070
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 2736034222

SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA / 01.449.930/0001-90
Família Atellica IM SARS-CoV-2 Total (COV2T)
25351.471700/2020-88 / 10345162357
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2450191223
FTD SARS-CoV-2
25351.462351/2020-11 / 10345162356
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2450193220

Smith & Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
SISTEMA TRIGEN DE HASTE SEMIRRIGIDA COM BLOQUEIO MISTO-APLICAÇÃO FEMORAL
25351.249396/2014-40 / 80804050101
80143 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão de componente/acessório em registro de sistema de material implantável em ortopedia. / 0494214201

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
DELTA SYSTEM FIXACAO CMF BIOABSORVIVEL
25351.000728/2003-33 / 80005430044
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1437109220

TEKMARKET INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LIMITADA / 21.579.468/0001-52
SmartPadz - Pás Adesivas Multifuncionais
25351.779470/2021-83 / 81658400012
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 2721775222

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
BLENDER MISTURADOR DE AR OXIGENIO
25351.122426/2005-87 / 80102510150
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2784606227

W.L. GORE & ASSOCIATES DO BRASIL LTDA. / 03.806.796/0001-62
GORE SEAMGUARD Bioabsorbable Staple Line Reinforcement
25351.437288/2007-08 / 80067930017
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 1138942227
GORE SEAMGUARD Bioabsorbable Staple Line Reinforcement
25351.437288/2007-08 / 80067930017
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4762410218

Nº de Processos : 57

Total de Empresas : 35

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.737, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BMR MEDICAL S.A. / 07.213.544/0001-80
Citraflow 4% - Solução anticoagulante de citrato de sódio 4%
25351.077354/2022-15 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0543488222

BRAMSYS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 04.729.995/0001-87
Kit Cânula Epidural epiBlock
25351.823482/2021-52 / 80195520039
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2907848212

CASEX IND DE PLAST PRODS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 78.746.773/0001-09
Unna Heal - Bandagem Bota de Unna
25351.819308/2018-18 / 10222320029
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 0831863228

CROMO LIFE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - ME / 08.299.064/0001-47
Prodisc C (Prodisc-C NOVA/ Prodisc-C VIVO)- Prótese disco cervical
25351.049872/2022-31 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0395609221

DAFA SURGICAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA EPP / 27.415.236/0001-45
Giannutri 3D Expansível Trabecular Nanoelastico DLIF
25351.052048/2022-68 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0408383221

DR IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 17.634.786/0001-00
SISTEMA ARIX JEIL: Pés PGF
25351.068448/2022-95 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 0492545229

GLOBUS MEDICAL BRASIL LTDA / 07.131.437/0001-03
ESPAÇADOR EXPANSÍVEL MAGNIFY-S
25351.065693/2022-41 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0480876222

JPG - PRODUTOS FUNCIONAIS E NUTRICIONAIS LTDA / 21.051.983/0001-65
mesofiller intense
25351.807998/2021-50 /
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 2872254210

MEDARTIS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 07.021.336/0001-80
MODUS® 2 MIDFACE
25351.071907/2022-18 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 0508711222

OYSTER IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME / 13.197.391/0001-28
Cientific Hyaluronic Facial Implant 24 Lidocaine
25351.074092/2022-29 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0517397223

Nº de Processos : 10

Total de Empresas : 10

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.738 DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA: LABCORP BRASIL SERVICOS FARMACEUTICOS LTDA.
CNPJ: 09.011.459/0001-65
DISPOSITIVO MÉDICO EM INVESTIGAÇÃO: NovoTTF-200T kit de tratamento
NÚMERO DO PROCESSO DO DOSSIÊ ESPECÍFICO DE ENSAIO CLÍNICO: 25351.735264/2021-61
EXPEDIENTE: 2680883/22-8
CE 8003/2021-B
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 80112 - ENSAIOS CLÍNICOS - Alteração de Formulário de Apresentação de Ensaio Clínico - Dispositivos Médicos

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.739, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob o número de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº do Processo	Expediente do Pedido de Desistência	Expediente da Petição	Assunto
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.463707/2021-15	2735554/22-3	8471482/21-4	80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.463707/2021-15	2735554/22-3	8471496/21-4	80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.463707/2021-15	2735554/22-3	8471498/21-1	80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.463707/2021-15	2735554/22-3	8471519/21-7	80241 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão/alteração de acessórios de uso exclusivo em registro de família
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.464492/2021-41	2735530/22-6	8535815/21-1	80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.464492/2021-41	2735530/22-6	8535827/21-4	80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.464492/2021-41	2735530/22-6	8535831/21-2	80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.468686/2021-16	2735611/22-6	8535813/21-4	80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.468686/2021-16	2735611/22-6	8535829/21-1	80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.468686/2021-16	2735611/22-6	8535833/21-9	80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - 01.645.409/0001-28	25351.468686/2021-16	2735611/22-6	8535841/21-0	80241 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão/alteração de acessórios de uso exclusivo em registro de família
BIOTECH VISION CARE OFTALMOLOGIA BRASIL LTDA - 19.443.989/0001-36	25351.824394/2021-78	1146072/22-8	2909441/21-1	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia
BIOTECH VISION CARE OFTALMOLOGIA BRASIL LTDA - 19.443.989/0001-36	25351.824395/2021-12	1146035/22-5	2909444/21-5	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia
NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA - 06.172.459/0001-59	25351.438276/2013-18	2498151/22-6	0776343/22-3	80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril
SKINSTORE S.A. - 12.979.552/0001-72	25351.879429/2021-14	4197797/22-1	4711961/21-6	8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico
W.L. GORE & ASSOCIATES DO BRASIL LTDA. - 03.806.796/0001-62	25351.070384/2009-49	4190914/22-3	4173820/22-9	8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.741, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
BOSCALIDA TÉCNICO ADAMA
25351.215792/2015-35
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0312242/15-5
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA
FLUTRIAFOL TÉCNICO ADAMA ADA
25351.852771/2018-07
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1203502/18-1
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

ALLIERBRASIL AGRONOMIA LTDA. - 02.850.049/0001-69
SOLUSOL EXTRA
25351.526481/2020-05
5106 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL II - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1835743/20-0
CATEGORIA 4 PRODUTO POUCO TÓXICO

BIORISK ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA / 08.911.564/0001-98
PIRIPROXIFEN TÉCNICO PROPLAN

25351.795192/2016-11
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1137323/16-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

BRA DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 07.057.944/0001-44
PICLORAM TÉCNICO CC BRA
25351.420844/2017-10
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1556480/17-1
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

CHR HANSEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 48.871.545/0001-08
NIMAXXA
25351.016624/2021-22
5087 - PRODUTO MICROBIOLÓGICO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO MICROBIOLÓGICO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 8429561/21-8
PRODUTO NÃO CLASSIFICADO

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. / 04.136.367/0001-98
METSULFUROM-METÍLICO TÉCNICO FMC
25351.081987/2017-01
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0240229/17-4
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

ISK BIOSCIENCES DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 02.657.037/0001-12
TERRAD'OR 300 WG
25351.071550/2019-72
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 0109013/19-5
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

MASSEN PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA. / 26.918.077/0001-39
GR-INN-D
25351.051249/2021-67
5086 - PRODUTO MICROBIOLÓGICO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO MICROBIOLÓGICO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 8519408/21-4
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
PICLORAM TÉCNICO NORTOX BR
25351.444884/2015-40
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0645251/15-5
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

OURO FINO QUIMICA LTDA / 09.100.671/0001-07
PICLORAM TÉCNICO OF
25351.778706/2015-66
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1111322/15-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

PERTERRA INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. - 33.824.613/0001-00
FIPRONIL 250 FS PERTERRA
25351.235270/2022-02
5120 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL IV - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1342617/22-3
CATEGORIA 3 - PRODUTO MODERADAMENTE TÓXICO

PROREGISTROS REGISTROS DE PRODUTOS LTDA. - 05.617.846/0001-99
ATRAFORCE
25351.329057/2017-65
5097 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL I - PODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1175120/17-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
GRIZZLI
25351.457848/2015-71
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0664356/15-6
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
PICLORAM TÉCNICO ZS
25351.553878/2017-41
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2041009/17-3
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA. - 14.497.712/0001-72
DIAFENTIURON 500 SC PLS CL1
25351.000823/2022-06
5117 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL III - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0220448/22-8
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 10.486.463/0001-69
BOSCALID TÉCNICO RAINBOW
25351.570911/2014-30
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0795304/14-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.
RICEPAL
25351.773751/2015-13
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1103436/15-0
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUD
TEBUCONAZOL TÉCNICO RAINBOW
25351.181940/2016-59
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2021724/16-2
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. / 07.467.822/0001-26
CYPTRIN
25351.707886/2015-88
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1004971/15-1
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

TRADECORP DO BRASIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA. - 04.997.059/0001-57
TRINEXAPAQUE ASCENZA EC
25351.024043/2020-06
5106 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL II - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0126564/20-2
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

YONON BIOCIÊNCIAS E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA. - 24.941.471/0001-62
AZOXYSTROBIN 250 SC YONON
25351.903978/2016-53
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1320170/16-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
DIQUAT 200 SL YONON
25351.014815/2021-01
5120 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL IV - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 3044801/21-9
CATEGORIA 3 - PRODUTO MODERADAMENTE TÓXICO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.742, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
ARMERO BR
25351.727435/2018-83
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4739701/21-9

ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA. / 01.789.121/0001-27
LANFOR
25351.664533/2014-85
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0346804/22-1
RECONIL
25991.003872/79
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0064765/22-9

ALLIERBRASIL AGRO LTDA / 02.850.049/0001-69
CAVALRY 200 SP
25351.318547/2015-72
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0333935/22-5

BAYER S.A. / 18.459.628/0001-15
VERANGO PRIME
25351.537186/2016-01
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0391909/22-3

COPALLIANCE - COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA / 10.664.726/0001-82
GLIFOCOPA 720 WG
25351.726301/2012-43
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 1695431/21-9

FERBRU PARTICIPAÇÕES S.A. - 27.150.699/0001-22
MAXCLOM 500 EC
25351.685826/2018-05
5124 - PÓS-REGISTRO DE AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 1259271/22-6

SIMBIOSE IND. E COM. DE FERTILIZANTES E INSUMOS MICROBIOLOGICOS LTDA / 08.879.643/0001-69
NEMACONTROLSUPER
25351.118707/2019-31
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 2769701/21-5

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. / 07.467.822/0001-26
CORDIAL 100
25000.014700/97-81
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0405068/22-1
DANIMEN 300 EC
25000.014828/98-26
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0405104/22-7
EPINGLE 100
25000.032699/97-86
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0405235/22-4
MEOTHRIN 300
25001.009470/82
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0405202/22-9
SUMIRODY 300
25000.015649/97-61
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0405030/22-3
TIGER 100 EC.
25000.007691/97-72
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0405069/22-7

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
TRUZON
25351.578499/2013-94
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0404972/22-5

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.743, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

ADAMA BRASIL S/A - 02.290.510/0001-76
25351.516544/2022-53
FASE I

GOWAN PRODUTOS AGRICOLAS LTDA - 67.148.692/0001-90
25351.274553/2022-61
FASE III
25351.519344/2022-52
FASE I

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS - 61.142.550/0001-30
25351.513892/2022-79
FASE II
25351.513950/2022-64
FASE II
25351.513951/2022-17
FASE II
25351.513991/2022-51
FASE I

NICHINO DO BRASIL AGROQUÍMICOS LTDA - 20.664.619/0001-08
25351.516745/2022-51
FASE I

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
25351.506466/2022-89
FASE III
25351.516547/2022-97
FASE II
25351.516602/2022-49
FASE II
25351.516614/2022-73
FASE III
25351.516668/2022-39
FASE II
25351.516812/2022-37
FASE II

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.744, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Reprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

AGBITECH CONTROLES BIOLOGICOS LTDA - 22.130.747/0001-05
25351.252846/2022-98
Fase III

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.745, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de alteração de formulação de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA

BAYER S.A. / 18.459.628/0001-15
MYTHOS
25000.010462/97-53
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 2671526/22-9
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
LUFENURON NORTOX 100 EC
25351.108638/2015-39
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 2707592/22-6
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.731, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
_____
ADCOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 39.299.870/0001-49
ADCOS PROTETOR SOLAR AQUA FLUID FPS UVB 50
25351.417814/2021-63 / 220280376
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2693066/22-1
ADCOS PROTETOR SOLAR AQUA FLUID FPS UVB 50
25351.417814/2021-63 / 220280376
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 8534758/21-2
ADCOS PROTETOR SOLAR AQUA FLUID FPS UVB 50
25351.417814/2021-63 / 220280376
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 8562838/21-7

ANCLA´S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - EPP / 19.138.182/0001-90
ROVAL FPS 45 FOTOPROTETOR FACIAL COLOR BASE BEGE
25351.185248/2015-87 / 275470014
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0595123/22-8
ROVAL FPS 45 FOTOPROTETOR FACIAL COLOR BASE BEGE
25351.185248/2015-87 / 275470014
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 3718505/21-5

BIO SCIENTIFIC INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA EPP / 04.552.888/0001-26
BIO-SUNPROTECT FPS 60 BEGE MÉDIO BIOAGE
25351.750572/2018-11 / 232640215
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2957080/20-6

CASA GRANADO LABORATÓRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS S/A / 33.109.356/0001-17
PROTETOR SOLAR GRANADO BEBÊ FPS 70
25351.165780/2022-05 / 201160269
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1014184/22-3

CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 40.367.856/0001-14
PHOTOAGE WATER FPS 60 COLOR DERMAGE
25351.584070/2021-91 / 217170267
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1154763/22-6
BK COMPACT FPS 60 COR 2 MÉDIO LIGHT DERMAGE
25351.938209/2021-21 / 217170263
232 - REG. COSMÉTICOS - Substituição do Acondicionamento de Produto Registrado / 1519386/22-2
BK COMPACT FPS 60 COR 3 MÉDIO DERMAGE
25351.938254/2021-86 / 217170264
232 - REG. COSMÉTICOS - Substituição do Acondicionamento de Produto Registrado / 1519351/22-4
BK COMPACT FPS 60 COR 1 CLARO DERMAGE
25351.938309/2021-58 / 217170265
232 - REG. COSMÉTICOS - Substituição do Acondicionamento de Produto Registrado / 1519645/22-8

CDC INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 16.584.409/0001-32
PROTETOR SOLAR KIDS FPS 60 JAY'LUC
25351.192763/2022-32 / 275010010
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1160777/22-5

Centralderm Indústria de Cosméticos Ltda / 01.768.131/0001-86
ÁLCOOL GEL 70% SUAVE TOK
25351.676678/2015-55 / 225360010
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1136856/21-8
ÁLCOOL GEL 70% SUAVE TOK
25351.676678/2015-55 / 225360010
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 8429567/21-6

& CO. INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP / 17.153.030/0001-30
STICK LABIAL INCOLOR - &CO
25351.125738/2022-43 / 280880031
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0811222/22-5
ILUMINADOR CORPORAL - &CO.
25351.125791/2022-44 / 280880032
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0811493/22-9

FARMAX S.A. / 21.759.758/0001-88
PROTETOR SOLAR FACIAL FPS 50 GEL TRANSLÚCIDO SUNLESS FARMAX
25351.081231/2021-90 / 231220187
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 7221708/21-5

HYDRAPLUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME / 01.452.746/0001-07
AVT- GEL - ANTISSÉPTICO À SECO - POLYSELL
25351.018960/2021-18 / 234760056
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3073602/21-6

INSTITUTO PASTEUR DE COSMIATRIA LTDA / 87.727.277/0001-07
PROTETOR SOLAR FPS 30 - QOD BARBER SHOP
25351.089282/2021-60 / 214850407
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1465734/22-8

Isdin Produtos Farmaceuticos Ltda / 10.817.114/0001-82
FOTOULTRA ISDIN FUSION FLUID SPOT PREVENT
25351.489796/2013-45 / 253860016
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 3332182/21-8

LABORATORIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO LIFAR LTDA / 92.928.951/0001-43
PROTETOR SOLAR PANVEL FPS 30 BRONZEIA E PROTEGE
25351.239499/2022-16 / 238680117
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1359345/22-1
PROTETOR SOLAR PANVEL FPS 15 BRONZEIA E PROTEGE
25351.239525/2022-06 / 238680118
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1359432/22-1
PROTETOR SOLAR Nº 21 FPS 50
25351.964127/2016-12 / 238680085
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0833121/22-7
PROTETOR SOLAR Nº 21 FPS 50
25351.964127/2016-12 / 238680085
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0962852/22-8

L`AROMATIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 17.470.182/0001-67
REP INSETOS FAMILY LOÇÃO DEET - AVVIO PHARMA
25351.408923/2021-90 / 270090039
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3828157/21-1
PROTETOR SOLAR FPS 30 - INFRA

25351.891628/2021-92 / 270090040
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4739259/21-4
PROTETOR SOLAR FPS 60 - INFRA
25351.891781/2021-10 / 270090041
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4739503/21-2

NATURELLE IND E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA / 48.561.369/0001-08
TANGERINA VERDE ÁLCOOL GEL HIDRATANTE ANTISSÉPTICO PARA MÃOS TANIA BULHÕES
25351.097265/2022-87 / 206640929
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0652430/22-8

PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA / 33.306.929/0001-00
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS KA+ MED FPS 99
25351.557868/2020-80 / 200704339
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1082240/22-2

WEST COSMÉTICOS LTDA / 02.600.131/0001-35
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS FIK
25351.504316/2021-50 / 230220122
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 5188679/21-3

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.732, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BRASIL COSMÉTICOS EIRELI / 13.925.205/0001-20
ÁLCOOL EM GEL HIGIENIZADOR ANTISSÉPTICO JD BODY CARE
25351.346548/2020-04 / 416920001
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2976532/21-4

Francefarma Indústria de Cosméticos ltda / 18.575.413/0001-60
Óleo Bronzeador Cenoura FPS 6 Sunbrisa
25351.537302/2022-01 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2700186/22-2
Óleo Bronzeador Urucum FPS 6 Sunbrisa
25351.537303/2022-48 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2700191/22-6

GREENIX-COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS COSMÉTICOS E LIMPEZA LTDA EPP / 09.070.588/0001-24
PROTETOR SOLAR FPS 60 HOJJI
25351.161970/2022-45 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0990787/22-2

HYDRAPLUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME / 01.452.746/0001-07
ALCOOL GEL 70 - RIOLAB
25351.534813/2022-63 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2695386/22-2

INSTITUTO PASTEUR DE COSMIATRIA LTDA / 87.727.277/0001-07
PROTETOR SOLAR FPS 60 KIDS - EVER CARE
25351.523773/2022-24 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2665616/22-0

K&G INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 62.726.310/0001-45
Photoderm Antioleosidade Gel Creme FPS 30 Bioderma
25351.497105/2022-34 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2463247/22-3

LABORATORIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO LIFAR LTDA / 92.928.951/0001-43
ÓLEO PROTETOR SOLAR PANVEL SOLAR FPS 6
25351.668712/2014-05 / 214150061
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1287212/22-1
ÓLEO PROTETOR SOLAR PANVEL SOLAR FPS 6
25351.668712/2014-05 / 214150061
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1338684/22-1

NEIDENALVA ROCHA MELO / 86.510.666/0001-05
ÁLCOOL EM GEL FLOR DE LÍRIO
25351.884851/2021-83 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4725108/21-9

NOW QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. / 42.900.316/0001-80
NQ 5 ASSEPT
25351.273589/2010-48 / 239220004
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1420605/22-4
NQ 5 ASSEPT
25351.273589/2010-48 / 239220004
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1435920/22-8

Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda. / 22.966.065/0001-29
PROTETOR SOLAR FPS 60 CORPORAL NO+VELLO
25351.743143/2021-93 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4487652/21-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.734, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

ADAM COSMÉTICOS LTDA/4.04199-8
TRINOXIDIU TONICO CAPILAR
25351.096352/2022-17

ÁGUIA DE OURO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME/2.01750-
MÁSCARA BOTOX ORGHANIC GLATTEN
25351.387688/2019-91

A J COSMETICOS LTDA - ME/2.06998-4
RECONSTRUTOR EPA VIOLETA ELLA COSMÉTICOS
25351.516771/2020-17
RECONSTRUTOR EPA ELLA COSMÉTICOS
25351.518405/2020-01

AKYROS INDUSTRIA & COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/4.03271-9
BLONTOX TOP SHINE
25351.782810/2022-34

AMNI COSMÉTICOS LTDA/2044143 - 2
SELAGEM ORGANICA POTENZA LISCIO LODEVI PROFESSIONALE
25351.600423/2020-27

BANDEIRA & CAVALCANTI INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA/2.04077-0
ELISE HAIR THERAPY
25351.600440/2020-64

BELLA FLORENZA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP /2.07507-4
NUTRA BELLA OXOPLASTIA BELLA FLORENZA COSMÉTICOS
25351.593963/2020-47

BELA POR NATUREZA COMERCIO E MANIPULAÇÃO DE COSMETICOS, PERFUMARIA E PRODUTOS DE HIGIENE LTDA - EPP/2.07816-1
FREE BITE
25351.922432/2020-76

COSMEFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA ME /2.05699-5
HAIRVIK- ERVIK
25351.063944/2022-52

DENISE FERRARI BONETI ME /2.08757-4
BOTOX MATIZADOR AZUL PLENITUDE
25351.637483/2020-03

DUDAMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP /2.09183-7
EXPLOSÃO DOS FIOS SUPER ALINHAMENTO CAPILAR KÉRASMAR
25351.859672/2020-27

FIOFORTE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI/2.05110-9
Loção Tônica Antiqueda Blend Capilar Barba de Respeito
25351.376366/2017-11

G.A.M. COSMETICOS LTDA - ME/2.06192-9
MONIREE LINE PROGRESSIVA D'CHUVEIRO MAGIC
25351.610385/2020-11

GREEN INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E BELEZA LTDA - ME/2.06113-6
ESCOVA REDUTORA MEGA LISO VIPGLAMOUR PROFISSIONAL
25351.846133/2020-28

GUILHERME SOUZA DE MEDEIROS EIRELI - EPP/2.09850-1
GLOSS SUPER LISO NATURAL - BELLA MOÇA
25351.837069/2020-94

HRT DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA /4.01775-8
HOT IRON - Realinhamento térmico
25351.629356/2020-22
SGC MEGA POWER TANINOPLASTIA
25351.609030/2020-89

LE PIERI COSMETICOS EIRELI /2.02486-1
MÁSCARA REALINHADORA STEP 2 LINDA E LISA MISS LUCKY
25351.139149/2017-00

PACK FOR YOU INDUSTRIA E COMERCIO DE COMESTICOS LTDA - EPP
MAIS LISO FINALIZADOR LE PRÖ COSMETICS
25351.604423/2021-87

PESSINI INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICO - EIRELI/2.05048-6
ORAL GOURMET VINHO COM LEITE CONDENSADO - PESSINI COSMÉTICOS
25351.336529/2018-47
SPICY LOVE UVA - PESSINI COSMÉTICOS
25351.125847/2016-77
SPICY LOVE ICE MENTA - PESSINI COSMÉTICOS
25351.201104/2016-80
SURPRISE PESSINI COSMÉTICOS
25351.127564/2017-07
SPICY LOVE ICE MORANGO - PESSINI COSMÉTICOS
25351.208093/2016-64
G+ NO PONTO CREME PARA MASSAGEM - PESSINI COSMÉTICOS
25351.175537/2018-19
VAI FUNDO CREME PARA MASSAGEM - PESSINI COSMÉTICOS
25351.175471/2018-59
OH! GOSTOSA CREME PARA MASSAGEM - PESSINI COSMÉTICOS
25351.175568/2018-61
ORAL GOURMET ALGODÃO DOCE - PESSINI COSMÉTICOS
25351.336523/2018-70
ORAL GOURMET BANANA SPLIT - PESSINI COSMÉTICOS
25351.394634/2019-81
ORAL GOURMET CHICLETE - PESSINI COSMÉTICOS
25351.394744/2019-43
ORAL GOURMET COCONUT - PESSINI COSMÉTICOS
25351.795775/2018-37
ORAL GOURMET DOCE DE LEITE - PESSINI COSMÉTICOS
25351.394646/2019-14
ORAL GOURMET MARSHMALLOW - PESSINI COSMÉTICOS
25351.336507/2018-87

TBC PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA/2.03730-8
doTERRA ÓLEO ESSENCIAL TANGERINE
25351.620288/2017-03

YAHWEH SHAMMAH INDUSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA EPP/2.08877-9

INFINITÁ COSMETICS BAIN DE BRILLANCE

25351.593914/2020-12

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.749, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Cancelamento de Notificação de Produto Saneante de Risco 1 por ato de ofício, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA: AMOVERI FARMA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.10655-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: SAI MOSQUITO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.506347/2022-26
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: SAI MOSQUITO BABYDEAS - ADESIVO + SACO ALUMINIZADO + CAIXA DE CARTOLINA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3222043 ODORIZANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4200222/22-2

_ _

NOME DA EMPRESA: CERA LUMINOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01922-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: LLIMP CLORO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316655/2021-81
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: LLIMP CLORO 1LITRO + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3316519/22-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LLIMP CLORO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316655/2021-81
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: LLIMP CLORO 5LITROS + BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3316519/22-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LLIMP CLORO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316655/2021-81
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: LLIMP CLORO 2LITROS + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3316519/22-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LLIMP CLORO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316655/2021-81
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: LLIMP CLORO 1LITRO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3316519/22-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LLIMP CLORO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316655/2021-81
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: LLIMP CLORO 2LITROS + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3316519/22-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LLIMP CLORO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316655/2021-81
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: LLIMP CLORO 5LITROS + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3316519/22-0

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.750, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA: R3 QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07868-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: AYA PROTEC REPELENTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.159996/2021-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.7868.0004.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: TUBO DE ALUMINIO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3208011 REPELENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: SENIR EMBALAGENS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03193-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIO-KRISS + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIO-KRISS + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIO-KRISS + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIO-KRISS + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.005-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: FLORAL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.006-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: FLORAL + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.007-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: FLORAL + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.008-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: FLORAL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.009-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex

NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.010-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.011-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.012-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.013-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: TALCO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.014-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: TALCO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.015-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: TALCO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.016-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: TALCO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.017-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.018-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.019-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.020-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.021-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX - VIOLETA CLARO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.022-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX - VIOLETA CLARO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.023-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX - VIOLETA CLARO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.024-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX - VIOLETA CLARO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.025-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX - VIOLETA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.026-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX - VIOLETA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.027-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX - VIOLETA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.028-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX - VIOLETA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.029-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.030-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.031-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE

VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.032-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: VIOLEX + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.033-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ALGAS MARINHAS + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.034-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ALGAS MARINHAS + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.035-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ALGAS MARINHAS + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.036-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ALGAS MARINHAS + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.037-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NEW KHAIAK + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.038-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NEW KHAIAK + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.039-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NEW KHAIAK + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.040-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NEW KHAIAK + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.041-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM - ROSA CLARO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.042-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM - ROSA CLARO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.043-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM - ROSA CLARO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.044-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM - ROSA CLARO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.045-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM - ROSA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.046-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM - ROSA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.047-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM - ROSA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.048-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM - ROSA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.049-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: AMAZÔNIA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.050-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: AMAZÔNIA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.051-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: AMAZÔNIA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.052-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: AMAZÔNIA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA

VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.053-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIOGRAPHIA - AZUL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.054-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIOGRAPHIA - AZUL + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.055-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIOGRAPHIA - AZUL + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.056-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIOGRAPHIA - AZUL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.057-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIOGRAPHIA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.058-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIOGRAPHIA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.059-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIOGRAPHIA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.060-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: BIOGRAPHIA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.061-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: CITRONELA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.062-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: CITRONELA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.063-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: CITRONELA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.064-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: CITRONELA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.065-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DAMA DA NOITE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.066-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DAMA DA NOITE + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.067-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DAMA DA NOITE + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.068-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DAMA DA NOITE + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.069-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DAVENNE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.070-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DAVENNE + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.071-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DAVENNE + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.072-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DAVENNE + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.073-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DOUVE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto

EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.074-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DOUVE + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.075-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DOUVE + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.076-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: DOUVE + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.077-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NYVEA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.078-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NYVEA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.079-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NYVEA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.080-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NYVEA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.081-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: PALMOLIVIN + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.082-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: PALMOLIVIN + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.083-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: PALMOLIVIN + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.084-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: PALMOLIVIN + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.085-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: PINHO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.086-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: PINHO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.087-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: PINHO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.088-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: PINHO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.089-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: STILETUS + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.090-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: STILETUS + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.091-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: STILETUS + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.092-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: STILETUS + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.093-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ZIX 40 - VERDE CLARO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.094-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ZIX 40 - VERDE CLARO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.095-1

VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ZIX 40 - VERDE CLARO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.096-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ZIX 40 - VERDE CLARO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.097-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ZIX 40 - VERDE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.098-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ZIX 40 - VERDE + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.099-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ZIX 40 - VERDE + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.100-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ZIX 40 - VERDE + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.101-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NATHUREX + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.102-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NATHUREX + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.103-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NATHUREX + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.104-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: NATHUREX + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.105-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ALGAS MARINHAS + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.106-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ALGAS MARINHAS + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.107-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ALGAS MARINHAS + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Concentrado Barbarex
NUMERO DE PROCESSO: 25351.169500/2021-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0039.108-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2032
APRESENTAÇÃO: ALGAS MARINHAS + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1438469/22-5

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.751, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA: BEJA INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.11008-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA TUIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.117405/2022-41
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.701, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Advanced Medical Solutions Ltd
Endereço: Western Wood Way, Langage Science Park, Plymouth, Devon, PL7 5GB, Reino Unido
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8.01.025-1 Expediente: 4317828/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Covidien, LLC
Endereço: 5920 Longbow Drive, Boulder, Colorado, 80301, Estados Unidos da América
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 4589743/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III e equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: GE Medical Systems SCS
Endereço: Rue de La Minière 283, 78530, Buc, França
Solicitante: GE Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda CNPJ: 00.029.372/0001-40
Autorização de Funcionamento: 8.00.712-6 Expediente: 4452933/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Hoya Lamphun Ltd.
Endereço: 75/2 Moo 4 Tambol Banklang, Amphur Muang Lamphun, 51000, Tailândia
Solicitante: Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda CNPJ: 09.117.476/0001-81
Autorização de Funcionamento: 8.06.863-6 Expediente: 4739263/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Interrad Medical, Inc.
Endereço: 181 Cheshire Lane, Suite 100, Plymouth, 55441, Minnesota, Estados Unidos da América
Solicitante: Politec Importação e Comércio Ltda. CNPJ: 43.894.609.0001-64
Autorização de Funcionamento: 1.01.780-1 Expediente: 2695989/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Katalyst Surgical, LLC
Endereço: 754 Goddard Avenue, Chesterfield, Missouri, 63005 - Estados Unidos da América
Solicitante: Visionmed Equipamentos Médicos Ltda. CNPJ: 02.960.756/0001-08
Autorização de Funcionamento: 8.01.702-8 Expediente: 4282540/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Osartis GmbH
Endereço: Lagerstrasse 11-15, Dieburg, 64807, Alemanha
Solicitante: Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8.01.459-0 Expediente: 4487656/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Solta Medical Inc.
Endereço: 11720 North Creek Parkway N, Suite 100, Bothell, WA 98011, Estados Unidos da América
Solicitante: BL Indústria Ótica Ltda CNPJ: 27.011.022/0001-03
Autorização de Funcionamento: 8.01.360-6 Expediente: 4618121/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Thermo Fisher Scientific Oy
Endereço: Ratastie 2, Vantaa, 01620, Finlândia
Solicitante: PHADIA Diagnósticos Ltda CNPJ: 04.930.429/0001-39
Autorização de Funcionamento: 8.02.541-8 Expediente: 2476565/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.702, DE 25 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Apiaca Importação e Exportação de Óculos e Embalagens Ltda. CNPJ: 30.794.410/0001-12
Endereço: Rua Padre Montoya, Foz do Iguaçu/PR CEP: não informado
Autorização de Funcionamento: não possui Expediente: 1421249/20-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
Motivo: Em desacordo com o Parágrafo Único do Art. 3° da RDC 16/2014 e Art. 3° da RDC 25/2011: Ausência de Autorização de Funcionamento (AFE) para as atividades exercidas e ausência de relatório de inspeção.

Empresa: Bone Surgical Equipamentos Médicos Eireli CNPJ: 04.408.009/0001-97
Endereço: Rua Vergueiro, n. 2016, 1° e 2° Andar, Conj. 11 e 12 - 2° Andar, Conj. 21 e 22 - Vila Mariana - São Paulo/SP CEP: 04102-000
Autorização de Funcionamento: 8020302 Expediente: 1263947/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
Motivo: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentação de relatório de inspeção válido, conforme notificação de exigência nº 3654266/20-1.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.703, DE 25 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir a Inclusão de Classe de Risco no Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Amazon Ind. Com. Export. e Import. de Prod. Especializados Ltda - EPP CNPJ: 078002740001-04
Endereço: Segunda Travessa Zilar B. Oliveira, S/Nº, Centro, Lençóis - BA CEP: 46960-000
Autorização de Funcionamento: 8041241 Expediente: 3873742/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo de indeferimento: Em atendimento ao §1º do Art. 4º da RDC nº 497/2021.

Empresa: Cienlabor Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 02.814.280/0001-05
Endereço: Rua Industrial José Flávio Pinheiro, 1150, Parque Industrial, João Pessoa - PB CEP 58082-057
Autorização de Funcionamento: 8008291 Expediente: 2098898/21-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III e Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo de Indeferimento: Em atendimento ao inciso I, §1º do Art. 4º da RDC nº 497/2021.

Fabricante: Excellent Hi-Care Private Limited
Endereço: 58/5A, Indira Nagar Extension, Pattanam Village, Ural Post, Tindivanam Taluk, Villupuram District, Tamil Nadu, 604001 - Índia
Solicitante: Oftalmed Distribuidora e Importadora Ltda CNPJ: 05.336.975/0001-09
Autorização de Funcionamento: 8024366 Expediente: 3173986/19-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Em atendimento ao §1º do Art. 4º da RDC nº 497/2021.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.704, DE 25 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da empresa Biotech Vision Care Pvt. Ltd., Endereço: 555-556-557, Near Subham Tex-O-Pack, Khatraj - Dist. Gandhinagar - Gujarat, Índia, solicitada pela empresa Biotech Vision Care Oftalmologia Brasil Ltda. CNPJ: 19.443.989/0001-36, publicada pela Resolução RE nº 914, de 23 de março de 2022, no Diário Oficial da União nº. 59 de 28 de março de 2022, Seção I, pág. 193, devido a publicação em duplicidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.705, DE 25 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Da An Gene Co., Ltd. of Sun Yatsen University, publicada pela Resolução-RE nº 3.617, de 14 de setembro de 2020, no Diário Oficial da União nº. 177, de 15 de setembro de 2020, Seção 1, pág. 102 de FG Brasil Ltda - ME CNPJ: 22.564.552/0001-65, para Belcher Farmacêutica do Brasil Ltda ME., CNPJ: 14.146.456/0001-79, conforme expedientes nº 2356907/20-3 e 0360331/22-0.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa E.M.S Electro Medical Systems S.A., publicada pela Resolução-RE nº 2.488, de 15 de julho de 2020, DOU n. 137, de 20/07/2020, Seção 1, pág. 114 a 115. de Ecomed Comércio de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 29.992.682/0001-48 para VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda., CNPJ: 04.718.143/0001-94, conforme exp. 2546226/19-3 e 3878142/21-8.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.706, DE 25 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Agerdan Barroso Junior Eireli. CNPJ: 35.094.501/0001-69
Endereço: Avenida Borba, 1631, Cachoeirinha, Manaus - AM CEP: 69065-030
Autorização de Funcionamento: 8239472 Expediente: 2602880/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Allmed Pronefro Brasil Ltda CNPJ: 04980517/0001-45
Endereço: Rua Matheus Pereira Carvalho, 878, Vila Tarumã, Pinhais - PR CEP: 83323-220
Autorização de Funcionamento: 8018851 Expediente: 4798409/21-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: DVX Comércio Órtese e Prótese Ltda. CNPJ: 16.888.191/0001-00
Endereço: ST C 1 Lote 01/12 Salas 217/218/219/220 Ed Tag Tradecenter , Taguatinga Centro, Brasília - DF CEP: 72010-010
Autorização de Funcionamento: 8098041 Expediente: 4739312/21-2
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Emenalli Medical Ltda. - EPP CNPJ: 13.694.036/0001-64
Endereço: Rua Diamante nº 478 - Arvoredo 2ª Seção, Contagem - MG CEP: 32113-000
Autorização de Funcionamento: 8153353 Expediente: 1466479/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Labinbraz ComerciaL Ltda. CNPJ: 73008682/0001-52
Endereço: Avenida Guido Caloi, 1935, Blocos A e B, Térreo - Jardim São Luis, São Paulo - SP CEP: 05802-140
Autorização de Funcionamento: 1026859 Expediente: 4711567/21-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Laimed Comércio e Representações Ltda CNPJ: 23.902.152/0001-85
Endereço: Rua Olavo Bilac, 126 - Sala 503 A, Rio Branco, Caxias do Sul - RS CEP: 95010-080
Autorização de Funcionamento: 8147973 Expediente: 8549049/21-2
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Leads Medical Comércio de Materiais Hospitalares Ltda CNPJ: 12810613/0001-73
Endereço: Sia Trecho 3 Lote 625/695 Bloco B Salas 105, 107, 109, 111, 113, Setor Industrial, Guará - DF CEP: 71200-030
Autorização de Funcionamento: 8075238 Expediente: 6181747/21-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Marymed Distribuidora de Medicamentos e Correlatos Ltda CNPJ: 23121920/0001-63
Endereço: Avenida Carlos Gomes n.º 434, Zona 05, Maringá - PR CEP: 87015-200
Autorização de Funcionamento: 8133302 Expediente: 4126308/21-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Prosurg Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04.907.399/0001-40
Endereço: Av. Paraná, 2288, Andar 5, ES 51,52,53 E 54, Boa Vista, Curitiba - PR CEP: 82510-000
Autorização de Funcionamento: 8023633 Expediente: 4112607/21-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda. CNPJ: 01.449.930/0003-51
Endereço: R. Dona Francisca, 8300, Bloco I - Módulo 4, Perini Business Park - Distrito Industrial, Joinville - SC CEP: 89219-600
Autorização de Funcionamento: 8106621 Expediente: 2534819/22-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Telecor Biomédica Ltda. CNPJ: 30.124.044/0001-94
Endereço: Rua Pareto, n. 23 -Tijuca, Rio de Janeiro - RJ CEP: 20550-120
Autorização de Funcionamento: 8008439 Expediente: 4570314/21-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.707, DE 25 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Ackermann Instrumente GmbH
Endereço: Eisenbahnstrasse 65-67, Rietheim-Weilheim, Baden-Württemberg - Alemanha
Solicitante: Minas Import Ltda. CNPJ: 00.279.767/0001-00
Autorização de Funcionamento: 8030221 Expediente: 1996137/19-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III e Equipamentos de uso médico da classe III
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Fabricante: AR Baltic Medical UAB
Endereço: P. Luksio G. 5B - Vilnius, 08221 - Lituânia
Solicitante: Tecmedic Comércio de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 05.638.301/0001-69
Autorização de Funcionamento: 8020291 Expediente: 1739863/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Fabricante: Chembio Diagnostics Systems, Inc
Endereço: 3661 Horseblock Rd - Medford, NY, 11763 - Estados Unidos da América
Solicitante: Chembio Diagnostics Brazil Ltda CNPJ: 09.449.181/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8053524 Expediente: 3631177/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para Diagnóstico de Uso in Vitro das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Hudson Respiratory Care Tecate S. de R.L. de C.V. (a Teleflex Medical Company)
Endereço: Prol. Mision Eusebio Kino 1316, Rancho El Descanso, Tecate, Baja California, 21478 - México
Solicitante: Line Life Cardiovascular Com. de Prod. Med. e Hosp. Ltda. CNPJ: 01.197.835/0001-46
Autorização de Funcionamento: 1035053 Expediente: 1947033/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Implantec S.A.
Endereço: Perdriel, 1624, Cidade Autônoma de Buenos Aires - CABA, Buenos Aires, C1279AHM - Argentina
Solicitante: Vertek Consumo Clínico e Hospitalar Eirelli ME CNPJ: 22.898.875/0001-95
Autorização de Funcionamento: 8136508 Expediente: 1160350/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco
---
Fabricante: KFF S.A
Endereço: Espora nº 41/49/51, Sarandí, Provincia de Buenos Aires - Buenos Aires, 1872 - Argentina
Solicitante: Endo-Master Comércio de Equipamentos Ópticos e Científicos Ltda - EPP CNPJ: 05785287/0001-26
Autorização de Funcionamento: 8053342 Expediente: 4156350/21-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco
---
Fabricante: LG CHEM, LTD
Endereço: 129, SEOKAM-RO, IKSAN-SI, JEOLLABUK-DO, 7336 - Coreia do Sul
Solicitante: Sousam Importação e Exportação Ltda CNPJ: 03.616.432/0001-10
Autorização de Funcionamento: 8005705 Expediente: 3776458/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco."

Fabricante: Tepha, Incorporated
Endereço: 99 Hayden Avenue, Suite 360, Lexington - MA, 02421 - Estados Unidos da América
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04718143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8010251 Expediente: 2131479/19-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Fabricante: Titamed BVBA
Endereço: Mechelsesteenweg 297 F, Kontich, 2550 - Bélgica
Solicitante: Nivaa Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. CNPJ: 04.019.582/0001-09
Autorização de Funcionamento: 8058322 Expediente: 4424223/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.708, DE 25 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta e Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Acciax Produtos para Saúde e Correlatos Eireli. CNPJ: 07.321.530/0001-80
Endereço: Rua Eugênio Xavier de Campos, 247, Parque Itacolomy, Mogi Guaçu - SP CEP: 13843-192
Autorização de Funcionamento: 8033552 Expediente: 1550696/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Bionext Produtos Biotecnológicos Ltda CNPJ: 05.423.767/0001-47
Endereço: Avenida Prefeito Antônio Tavares Leite, nº 401, Dist. Ind. I José Marangoni, Mogi Mirim - SP CEP: 13803-330
Autorização de Funcionamento: 8025512 Expediente: 4855760/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: DSP Industrial Eirelli EPP CNPJ: 03.960.018/0001-23
Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto nº 303, Ouro Verde II, Campo Largo - PR CEP: 83606-290
Autorização de Funcionamento: 8011698 Expediente: 4589853/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Ingá Materiais Médicos Hospitalares Ltda - EPP. CNPJ: 04037992/0003-44
Endereço: Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda, 720, Parque Industrial, Maringá - PR CEP: 87065-160
Autorização de Funcionamento: 8117514 Expediente: 3910567/21-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV e Equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.709, DE 25 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir o novo tipo de linha de produto equipamentos, classe de risco III, na certificação da empresa MTW Endoskopie W. Haag KG., solicitada pela empresa Prosurgery - Importação e Comércio de Material Cirúrgico Ltda ME., CNPJ n.º 13.179.728/0001-74, publicada pela Resolução-RE nº 2.999, de 12 de agosto de 2020, no Diário Oficial da União nº. 157, de 17 de agosto de 2020, Seção 1, pág. 87, conforme expedientes nº 0301137/20-0 e 0539412/22-8.

Art. 2º Incluir o novo tipo de linha de produto Equipamentos de Uso Médico da Classe III na certificação da empresa Microport Neurotech (Shanghai) Co. Ltd, solicitada pela empresa MicroPort Scientific Vascular Brasil Ltda., CNPJ nº 29.182.018/0001-3, publicada pela Resolução-RE nº 2236, de 1º de julho de 2020, no Diário Oficial da União nº. 127, de 6 de julho de 2020, Seção 1, pág. 64, conforme expedientes nº 3399099/19-3 e 1898576/21-1.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.715, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Baxalta Incorporated
Endereço: 4501 Colorado Boulevard, Los Angeles, CA 90039
País: Estados Unidos da América Código único: A.000075
Solicitante: Takeda Pharma Ltda. CNPJ: 60.397.775/0001-74
Expediente(s): 1419113/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: inibidor de C1 esterase derivado de plasma humano.

Fabricante: Biocon Biologics Limited
Endereço: Block No. M1, M2 and M6, Q1 (QC3 and QC 10) and W3, 20th KM, Hosur Road, Electronics City, Bengaluru - 560 100.
País: Índia Código Único: A.000105
Solicitante: EMS S/A CNPJ: 57.507.378/0003-65
Expediente(s): 4424350/21-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos Farmacêuticos Ativos Biológicos: insulina humana.

Fabricante: Grifols Biologicals Inc.
Endereço: 13111 Temple Avenue, City of Industry, CA 91746
País: Estados Unidos da América Código Único: A.000288
Solicitante: Grifols Brasil Ltda CNPJ: 02.513.899/0001-71
Expediente(s): 4667635/21-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: albumina humana, fator VIII de coagulação, fator IX de coagulação e fator de von Willebrand.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.716, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa LUPIN LIMITED, publicada pela Resolução RE nº 2.884, de 22 de julho de 2021, no Diário Oficial da União nº 139, de 26 de julho de 2021, Seção 1, pág. 172, DE MERCK S/A, CNPJ: 33.069.212/0001-84 Autorização/MS: 1000898; PARA MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA, CNPJ: 17.875.154/0001-20, Autorização/MS 1009178; conforme expedientes nº 0334165/21-1 e 2392175/22-5.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.717, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa S.C. SANDOZ S.R.L (Código único: A.001318) para SANDOZ S.R.L, em todas as certificações vigentes à data de 31 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.718, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, considerando a necessidade de inclusão na certificação de boas práticas de fabricação, prevista no Art. 11 da RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica Comprimidos na linha de Sólidos não estéreis da certificação da empresa LEK PHARMACEUTICALS D.D. (Código único: A.000366), solicitada pela empresa NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A, CNPJ nº 56.994.502/0001-30, publicada pela Resolução - RE nº 3.415, de 3 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 172, de 8 de setembro de 2020, Seção 1, página 98, conforme expedientes nº 0750195/20-7 e 2636181/22-9.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.725, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: laboratório químico farmacêutico do exército - CNPJ: 00.394.452/0409-03 - AUTORIZ/MS: 1012085
ENDEREÇO: rua licínio cardoso,96
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 4430860/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Óleos; Xaropes
.....
EMPRESA: laboratório químico farmacêutico do exército - CNPJ: 00.394.452/0409-03 - AUTORIZ/MS: 1012085
ENDEREÇO: rua licínio cardoso,96
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 4430678/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Pomadas
.....
EMPRESA: Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A. - CNPJ: 60.659.463/0032-98 - AUTORIZ/MS: 1055897
ENDEREÇO: RUA VP-02 , QUADRA 05, MÓDULO 07
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 4370740/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: M/S. MYLAN LABORATORIES LIMITED [HSF]
ENDEREÇO: PLO NO.14, SIPCOT-II, KRISHNAGIRI ROAD, HOSUR - 635109 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001268
EMPRESA SOLICITANTE: MYLAN LABORATORIOS LTDA - CNPJ: 11.643.096/0001-22
AUTORIZ/MS: 1088307 - EXPEDIENTE(s): 4739766/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: AIZANT DRUG RESEARCH SOLUTIONS PVT. LTD.
ENDEREÇO: SY 172/173, APPAREL PARK ROAD, DULAPALLY,VIL. DUNDIGAL-GANDIMAISAMMA MD., MEDCHAL,MALKHAJGIRI DT. - HYDERABAD - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001383
EMPRESA SOLICITANTE: DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 03.978.166/0001-75
AUTORIZ/MS: 1051431 - EXPEDIENTE(s): 4570778/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: IMMACULE LIFESCIENCES PVT. LTD.
ENDEREÇO: VILLAGE THANTHEWAL, ROPAR ROAD, NALAGARH, DISTRICT SOLAN, HIMACHAL PRADESH, 174101 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001226
EMPRESA SOLICITANTE: MR LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ: 23.668.196/0001-92
AUTORIZ/MS: 1155906 - EXPEDIENTE(s): 4643864/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: GLAXOSMITHKLINE MANUFACTURING S.P.A.
ENDEREÇO: STRADA PROVINCIALE ASOLANA Nº 90 (LOC. SAN POLO), 43056 TORRILE (PR) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000276
EMPRESA SOLICITANTE: NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - CNPJ: 56.994.502/0001-30
AUTORIZ/MS: 1000685 - EXPEDIENTE(s): 4549132/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
Produtos estéreis: Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: INTAS PHARMACEUTICALS LTD
ENDEREÇO: CAMP ROAD, SELAQUI-248197 DEHRADUN. UTTARAKHAND - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001290
EMPRESA SOLICITANTE: ACCORD FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 64.171.697/0001-46
AUTORIZ/MS: 1055377 - EXPEDIENTE(s): 4739591/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: ACS DOBFAR S.P.A.

ENDEREÇO: VIA A. FLEMING, 2 - 37135 VERONA - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000277
EMPRESA SOLICITANTE: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 4644186/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Cefalosporínicos): Pós com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: ATLANTIC PHARMA - PRODUÇÕES FARMACÊUTICAS, S.A.
ENDEREÇO: RUA DA TAPADA GRANDE, Nº 2, ABRUNHEIRA, SINTRA, 2710-089 - PAÍS: PORTUGAL - CÓDIGO ÚNICO: A.000885
EMPRESA SOLICITANTE: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.286.647/0001-16
AUTORIZ/MS: 1000472 - EXPEDIENTE(s): 4655386/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.726, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ: 04.470.877/0001-05 - AUTORIZ/MS: 1188370 - AE: 1188383
ENDEREÇO: RUA ITACOLOMI, Nº 365
MUNICÍPIO: PATO BRANCO - UF: PR - EXPEDIENTE: 0419896/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.727, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 17.562.075/0001-69 - AUTORIZ/MS: 1015601
ENDEREÇO: RODOVIA BR 153 KM 5,5
MUNICÍPIO: GOIÂNIA - UF: GO - EXPEDIENTE: 0419495/22-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pomadas com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA: Novartis Biociências S.A. - CNPJ: 56.994.502/0020-00 - AUTORIZ/MS: 1000685
ENDEREÇO: ANTONIO RASTEIRO FILHO,1920,BL A SL RM 214 BL P AR200 BL E AR PAR 000
MUNICÍPIO: CAMBÉ - UF: PR - EXPEDIENTE: 2707492/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA: GAS NOBRE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES EIRELI - CNPJ: 24.878.503/0001-22 - AUTORIZ/MS: 1180498
ENDEREÇO: AV GETULIO VARGAS S/N
MUNICÍPIO: MARABÁ - UF: PA - EXPEDIENTE: 2695553/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais (Embalagem primária): Gases Medicinais
.....
EMPRESA FABRICANTE: ONCOMED MANUFACTURING A.S.
ENDEREÇO: KARÁSEK 2229/1B - 621 00 - PAÍS: TCHECA, REPÚBLICA - CÓDIGO ÚNICO: A.001364
EMPRESA SOLICITANTE: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.286.647/0001-16
AUTORIZ/MS: 1000472 - EXPEDIENTE(s): 1060940/20-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: LABORATORIO ELEA PHOENIX S.A.
ENDEREÇO: AV. GRAL. LEMOS N° 2809, LOS POLVORINES, PARTIDO DE MALVINAS ARGENTINAS, PROVINCIA DE BUENOS AIRES - PAÍS: ARGENTINA - CÓDIGO ÚNICO: A.000357
EMPRESA SOLICITANTE: APSEN FARMACEUTICA S/A - CNPJ: 62.462.015/0001-29
AUTORIZ/MS: 1001188 - EXPEDIENTE(s): 4618151/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: SANOFI PASTEUR
ENDEREÇO: 1541 AVENUE MARCEL MÉRIEUX, 69280 - MARCY L´ETOILE - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000549
EMPRESA SOLICITANTE: INSTITUTO BUTANTAN - CNPJ: 61.821.344/0001-56
AUTORIZ/MS: 1022340 - EXPEDIENTE(s): 3872034/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: BAXTER PHARMACEUTICAL SOLUTIONS LLC
ENDEREÇO: 927 SOUTH CURRY PIKE, BLOOMINGTON, INDIANA (IN) 47403 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000081
EMPRESA SOLICITANTE: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 51.780.468/0001-87
AUTORIZ/MS: 1012361 - EXPEDIENTE(s): 3873660/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: FAREVA PAU 2
ENDEREÇO: 50 CHEMIN DE MAZEROLLES, IDRON, 64320 - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000906
EMPRESA SOLICITANTE: Samsung Bioepis br Pharmaceutical ltda. - CNPJ: 24.563.776/0001-88
AUTORIZ/MS: 1159210 - EXPEDIENTE(s): 4725469/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: IMMACULE LIFESCIENCES PVT. LTD.
ENDEREÇO: VILLAGE THANTHEWAL, ROPAR ROAD, NALAGARH, DISTRICT SOLAN, HIMACHAL PRADESH, 174101 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001226
EMPRESA SOLICITANTE: TEVA FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 05.333.542/0001-08
AUTORIZ/MS: 1055731 - EXPEDIENTE(s): 1310299/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.761, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: LE BRISE AROMAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 34.046.321/0001-49
Produto - (Lote): LIMPA LENTES ANTIVIRAL OUTFOG(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4216403/22-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
2. Empresa: CRIVELLA QUIMICA INDUSTRIAL LTDA - CNPJ: 93.444.131/0001-49
Produto - (Lote): PS CARE ELIMINADOR DE ODORES PRONTO USO (TODOS);PS CARE ELIMINADOR DE ODORES CONCENTRADO(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4216433/22-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.763, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Ebazar.COM.BR. LTDA - CNPJ: 03007331000
Produto - (Lote): CANETA APLICADORA DA MARCA STABILIZIER PEN THESERA(LOTES A PARTIR DE 19/05/2022);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4209200/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Exportação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação irregular do produto Caneta aplicadora da marca Stabilizier Pen Thesera, por meio do site https://lista.mercadolivre.com.br/thesera, apresentado como sistema para aplicação de princípios ativos por pressurização diretamente na pele sem a utilização de agulhas, de fabricante desconhecido, considerando o estabelecido nos Art. 7º, 25 e 59 da Lei n. 6.360/1976, Art. 15, § 3º do Decreto nº. 8.077/2013. Art. 1º Resolução - RDC nº 185 de 2001, Art. 1º, 2º e demais disposições da RDC n. 40/2015, e Art. 10, inciso V da Lei 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.764, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: B2W Companhia Digital (Americanas S.A.) - CNPJ: 00776574000
Produto - (Lote): CANETA APLICADORA DA MARCA STABILIZIER PEN THESERA(LOTES A PARTIR DE 19/05/2022);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4209250/22-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação irregular do produto Caneta aplicadora da marca Stabilizier Pen Thesera, por meio do site https://www.americanas.com.br/produto/3678819087?epar=bp_pl_00_go_bs_pmax_D46_3P_TK3&opn=YSMESP&WT.srch=1&offerId=6259ece287c00289c255ee6f&gclid=Cj0KCQjwhLKUBhDiARIsAMaTLnEY-uume4NvZhZlcN-ij_Ar6aJt6uxLsvD18dctz2ExJ_ny2qmK3vkaAtnYEALw_wcB, apresentado como sistema para aplicação de princípios ativos por pressurização diretamente na pele sem a utilização de agulhas, de fabricante desconhecido, considerando o estabelecido nos Art. 7º, 25 e 59 da Lei n. 6.360/1976, Art. 15, § 3º do Decreto nº. 8.077/2013. Art. 1º Resolução - RDC nº 185 de 2001, Art. 1º, 2º e demais disposições da RDC n. 40/2015, e Art. 10, inciso V da Lei 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.765, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Bom Negocio Atividades de Internet Ltda - CNPJ: 13673743000
Produto - (Lote): CANETA APLICADORA DA MARCA STABILIZIER PEN THESERA(LOTES A PARTIR DE 19/05/2022);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4209273/22-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação irregular do produto Caneta aplicadora da marca Stabilizier Pen Thesera, por meio do site https://www.olx.com.br/brasil?q=Caneta%20Thesera, apresentado como sistema para aplicação de princípios ativos por pressurização diretamente na pele sem a utilização de agulhas, de fabricante desconhecido, considerando o estabelecido nos Art. 7º, 25 e 59 da Lei n. 6.360/1976, Art. 15, § 3º do Decreto nº. 8.077/2013. Art. 1º Resolução - RDC nº 185 de 2001, Art. 1º, 2º e demais disposições da RDC n. 40/2015, e Art. 10, inciso V da Lei 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.766, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: MIL AROMAS BRAZIL - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - CNPJ: 06014929000156
Produto - (Lote): NAFTALINA MIL AROMAS(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4216183/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
2. Empresa: RESSOLEVER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - CNPJ: 05213722000148
Produto - (Lote): HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4219395/22-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
3. Empresa: RIOQUIMICA S.A. - CNPJ: 55.643.555/0001-43
Produto - (Lote): RIOZYME IV E NEUTRO(2102891B);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4215428/22-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório da contra prova do laudo de análise fiscal 537.1.P.0/2022, para atividade amilolítica, emitido pelo IAL e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.767, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: K.N.R. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONSERVAS LTDA. - KORN - CNPJ: 17127400000165
Produto - (Lote): PALMITO DE PUPUNHA EM CONSERVA (1221);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4214976/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado do laudo de análise nº 283.1P.0/2022, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels no Rio de Janeiro; que apresenta resultados insatisfatórios quanto aos ensaios microbiológicos; para o lote 1221, produto PALMITO DE PUPUNHA em conserva, marca PRAMESA, data de fabricação 12/2021, data de validade 12/2023, produzido pela empresa K.N.R. Indústria e Comércio de Conservas Ltda. - nome fantasia KORN, CNPJ: 17.127.400/0001-65,; foram infringidos o disposto na Instrução Normativa n.º 60 de 23/12/2019, na Resolução - RDC n.º 17, de 19/11/1999, na Resolução - RDC n.º 18, de 19/11/1999, no item 9 da Portaria SVS/MS nº 326, de 30/07/1997 e no inciso IV do art. 48 do Decreto-Lei 986/1969.
.....
2. Empresa: Casa Branca Indústria e Comércio de Conservas, Importação e Exportação Ltda - CNPJ: 17932177000129
Produto - (Lote): PALMITO DE PUPUNHA EM CONSERVA (238);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4211264/22-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado do laudo de análise nº 148.1P.0/2022, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels no Rio de Janeiro; que apresenta resultados insatisfatórios quanto aos ensaios de contagem de bolores e leveduras para o produto PALMITO DE PUPUNHA em conserva, marca DO RIO, lote 238, data de fabricação 18/12/2021, data de validade 18/12/2023, produzido pela empresa Casa Branca - Indústria e Comércio de Conservas, Importação e Exportação LTDA., CNPJ: 17.932.177/0001-29; foram infringidos o disposto na Instrução Normativa n.º 60 de 23/12/2019, na Resolução - RDC n.º 17, de 19/11/1999, na Resolução - RDC n.º 18, de 19/11/1999, no item 9 da Portaria SVS/MS nº 326, de 30/07/1997 e no inciso IV do art. 48 do Decreto-Lei 986/1969.
.....
3. Empresa: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PALMITO DO BAIXO SUL DA BAHIA - - CNPJ: 07158412000101
Produto - (Lote): PALMITO DE PUPUNHA EXTRA MACIO INTEIRO (121121B9);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4206138/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado do laudo de análise nº 255.1P.0/2022, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels no Rio de Janeiro, que apresenta resultados insatisfatórios quanto aos ensaios de contagem de bolores e leveduras para o produto PALMITO DE PUPUNHA EXTRA MACIO INTEIRO, marca BONDUELLE, data de validade 12/11/2023, lote 121121 B9, produzido pela Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia (COOPALM), CNPJ: 07.158.412/0001-01, foram infringidos o disposto na Instrução Normativa n.º 60 de 23/12/2019, na Resolução - RDC n.º 17, de 19/11/1999, na Resolução - RDC n.º 18, de 19/11/1999, no item 9 da Portaria SVS/MS nº 326, de 30/07/1997 e no inciso IV do art. 48 do Decreto-Lei 986/1969.
.....
4. Empresa: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONSERVAS ALTEROZA LTDA. - CNPJ: 02704378000100
Produto - (Lote): PALMITO DE AÇAIZEIRO - ROYAL PALM (21S21M3P);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4215571/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado do laudo de análise nº 245.1P.0/2022, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels no Rio de Janeiro; que apresenta resultados insatisfatórios quanto aos ensaios de contagem de bolores e leveduras para o produto Palmito de açaizeiro em conserva picado, marca: ROYAL PALMS, lote 21S21M3P, data de fabricação 21/09/2021, data de validade 21/09/2024, produzido pela empresa Indústria e Comércio de Conservas Alteroza Ltda., CNPJ: 02.704.378/0001-00; foram infringidos o disposto na Instrução Normativa n.º 60 de 23/12/2019, na Resolução - RDC n.º 17, de 19/11/1999, na Resolução - RDC n.º 18, de 19/11/1999, no item 9 da Portaria SVS/MS nº 326, de 30/07/1997 e no inciso IV do art. 48 do Decreto-Lei 986/1969.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.768, DE 27 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: VIA AROMA INDUSTRIA DE AROMATIZADORES DE AMBIENTE LTDA EPP - CNPJ: 04.612.952/0001-17
Produto - (Lote): ÁGUA PERFUMADA PARA TECIDOS ANTIMOFO VIA AROMA(TODOS);SACHÊ PERFUMADO ANTIMOFO VIA AROMA(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4214997/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
2. Empresa: LSC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - CNPJ: 12.659.502/0001-08
Produto - (Lote): ELIMINADOR DE ODORES ECOVILLE(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4213323/22-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
3. Empresa: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA - CNPJ: 59.557.124/0001-15
Produto - (Lote): VEJA PETS ELIMINADOR DE ODORES(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4212309/22-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.769, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: ITC COSMÉTICOS LTDA - EPP - CNPJ: 21752748000110
Produto - (Lote): PLÁSTICA DE REALINHAMENTO CAPILAR - FOREVER LISS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4221487/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Grau 2 indevidamente notificado nesta Agência em desacordo com o art. 25 e item 14 do Anexo VIII da resolução RDC n.º 07/2015 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

2. Empresa: LSV BEAUTY INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME - CNPJ: 33.026.150/0001-23
Produto - (Lote): BETOX MÁSCARA DE REDUÇÃO DE VOLUME - BEOX PROFESSIONAL(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4202483/22-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
3. Empresa: CENTRALSUL INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ: 00871981000142
Produto - (Lote): ELIMINADOR DE ODORES PARA CAPACETE RACING 150 ML(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4221962/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Risco 2 indevidamente notificado nesta Agência e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.753, DE 27 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA DROGAPARK LTDA / 45.780.323/0001-83
25351.525984/2022-00 / 7902451
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2672194225

MEDICAL PRIME COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 20.610.628/0001-16
25351.575824/2022-01 / 3113738
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2786594227

MARIA S DE JESUS COMERCIO DE MEDICAMENTO / 44.592.609/0001-72
25351.525991/2022-01 / 7902495
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2672212227

Magalu Log Serviços Logísticos Ltda / 24.230.747/0003-66
25351.673626/2022-02 / 8249100
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 2989166220

ZILMAR B. DA SILVA LTDA / 45.248.930/0001-05
25351.243620/2022-04 / 7903473
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2687690226

AIRESCOM AGROINDUTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E REPRESENTAÇÕES LTDA / 83.672.816/0002-70
25351.129509/2022-06 / 7903092
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2330190222

E S SILVA FARMACIA / 45.193.027/0001-86
25351.530917/2022-07 / 7902768
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2684833223
---
drogaria sao carlos unidas ltda / 04.784.418/0012-40
25351.575503/2022-07 / 8248993
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2785990226

MEDICAL SYSTEM BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 37.260.261/0001-50
25351.575861/2022-10 / 8249053
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2786668221

TCHE GURIAS LTDA / 45.721.331/0001-59
25351.527115/2022-10 / 7902984
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676690226

S. Z. FARMACÊUTICA LTDA / 11.866.785/0003-68
25351.162192/2022-10 / 7903061
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1551913229

Drogaria LVD LTDA / 03.610.682/0014-67
25351.526938/2022-10 / 7902572
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2675893228

DROGARIA SAUDE DO PARQUE UNIAO LTDA / 45.453.051/0001-07
25351.530913/2022-11 / 7902694
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2684821220

K8 COMERCIO EXTERIOR LTDA / 41.731.921/0001-01
25351.575644/2022-11 / 3113724
735 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2786239222

REDE DROGARIA FUTURA LTDA / 44.158.910/0001-72
25351.526954/2022-11 / 7902586
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2675982229

COMERCIAL DE MEDICAMENTOS SAMPAIO LTDA / 14.492.146/0005-30
25351.527098/2022-11 / 7902919
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676623220

C.C.M. REZENDE LTDA / 44.106.491/0001-25
25351.575798/2022-11 / 8249040
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2786493226

IVONE CORDEIRO DE SOUZA - ME / 12.074.256/0001-22
25351.527113/2022-12 / 7902936
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676682225

ORLA LOGÍSTICA, COMÉRCIO INTERNACIONAL E ARMAZÉNS GERAIS LTDA / 35.970.094/0002-97
25351.576084/2022-12 / 8249098
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 2787095224

CARMO FARMA LTDA / 45.583.400/0001-05
25351.526753/2022-13 / 7902511
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2675134228

ELETROCOR ELETRONICA LTDA / 50.886.076/0001-34
25351.575570/2022-13 / 8249019
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2786099226

LINE DISTRIBUIDORA LTDA / 17.753.841/0001-72
25351.575533/2022-13 / 8249005
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2786040221

DROGARIA JJL LTDA / 46.205.830/0001-56
25351.527120/2022-14 / 7903321
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676706226

TRANSPORTES BERTOLINI LTDA / 04.503.660/0035-95
25351.535166/2022-15 / 8248962
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2696072221

MERCADO ENVIOS SERVIÇOS LOGISTICA LTDA / 20.121.850/0029-56
25351.552022/2022-15 / 8248928
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 2737685222

GILDENE CARVALHO DOS SANTOS / 33.858.986/0001-94
25351.250071/2022-16 / 7902737
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2709647225

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2927-72
25351.526896/2022-17 / 7902538
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2675691229

D & L COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTO LTDA / 43.219.940/0001-89
25351.280463/2022-18 / 7903460
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2687020227

LINE DISTRIBUIDORA LTDA / 17.753.841/0001-72
25351.575501/2022-18 / 4045816
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2785989228

ANDERSON ANDRE FERREIRA DA SILVA / 40.037.606/0001-16
25351.527108/2022-18 / 7903303
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676664227

JOSEFA MAYANE DA SILVA SANTOS COSTA / 38.383.888/0002-42
25351.533779/2022-18 / 7902876
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691816221

COMERCIO IRMAOS ECARD ROQUE LTDA / 41.189.528/0001-38
25351.527064/2022-18 / 7903257
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676470229

M+ SAUDE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.685.920/0001-29
25351.532653/2022-18 / 7902785
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2690046227

REAG LAB COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 16.926.786/0001-02
25351.575727/2022-19 / 8249036
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2786387221

JC MED - DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS - LTDA / 43.882.205/0001-50
25351.535118/2022-19 / 8248945
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2695968221

DROGA NETO PRODUTOS FARMACEUTICOS E NATURAIS LTDA / 22.865.244/0001-70
25351.527018/2022-19 / 7903118
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676286222

JULIO CESAR ALCANTU ME / 04.845.641/0001-06
25351.527016/2022-20 / 7902632
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676279220

DAMISUEL DE JESUS SANTOS FARMA / 43.355.938/0001-37
25351.125996/2022-20 / 7903089
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1539908227

HELEN ROBERTA RODRIGUES PINTO LTDA - ME / 46.069.487/0001-60
25351.530911/2022-21 / 7902677
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2684815225

H MONTEIRO GARCIA - ME / 31.747.813/0001-73
25351.533775/2022-21 / 7902845
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691804228

Farmacia foco saude ltda / 45.650.455/0001-90
25351.527023/2022-21 / 7903149
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676301220

DROGARIA HELOISA / 43.502.031/0001-53
25351.508016/2022-21 / 7903520
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3312445221

DROGARIA POPULAR FARMA MEDICAMENTOS LTDA / 45.758.926/0001-89
25351.527087/2022-22 / 7903274
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676556220

M DA SILVA OLIVEIRA / 40.127.421/0001-00
25351.525989/2022-24 / 7902478
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2672206222

LOURES, PIEKARZEWICZ, RIBEIRO LTDA / 45.360.739/0001-42
25351.527048/2022-25 / 7903226
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676411223

F&C LOGISTICS BRAZIL LTDA / 00.386.211/0001-04

25351.535148/2022-25 / 3113711
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2696034222

DROGARIA E PERFUMARIA SÃO MATTEO LTDA ME / 44.967.501/0001-17
25351.527055/2022-27 / 7902880
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676440227

B A PEREIRA DROGARIA / 45.787.771/0001-09
25351.494882/2022-27 / 7903502
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2709787221

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2949-88
25351.526894/2022-28 / 7902524
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2675687221

EKOBÉ COSMÉTICOS LTDA / 43.340.155/0001-80
25351.575626/2022-30 / 4045820
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2786224225

Drogaria e Drugstore Santa Efigenia Ltda / 44.370.875/0001-50
25351.497578/2022-31 / 7902710
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2704706227

MARIA ALDENORA MAIA BARBOSA / 29.308.245/0001-62
25351.527021/2022-32 / 7903121
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676295221

ANA MARIA L FRANCO LTDA / 42.076.571/0002-30
25351.527102/2022-32 / 7903288
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676639226

L F DOS SANTOS COMERCIO LTDA / 43.945.979/0001-83
25351.533773/2022-32 / 7902828
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691798220

DROGARIA MODELO EIRELI / 18.647.104/0001-58
25351.527085/2022-33 / 7903261
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676550221

FTMP MACAU LTDA / 45.601.046/0001-02
25351.508039/2022-35 / 7903516
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2726996225

EMANUEL DA SILVA CARDOSO LTDA / 43.996.261/0001-16
25351.119997/2022-35 / 7903456
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2687008228

JEONCEL TRANSPORTES LTDA -ME / 07.515.384/0001-24
25351.891756/2021-36 / 3113707
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0177283220

F&C LOGISTICS BRAZIL LTDA / 00.386.211/0001-04
25351.535153/2022-38 / 4045802
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2696046221

GOLFARMA DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA LTDA / 07.644.746/0001-87
25351.673629/2022-38 / 8249113
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2989173226

C CLEBERSON SAMPAIO PEREIRA / 31.205.663/0001-76
25351.549752/2022-39 / 8248914
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2732871222

MICHELLE APARECIDA DOS SANTOS ELIAS SILVA / 46.000.549/0001-87
25351.527005/2022-40 / 7902601
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676191222

MAGNO L M CAMPOS LTDA / 43.599.472/0001-15
25351.051721/2022-42 / 7902646
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0405240228

DROGARIA GUARITA LTDA - ME / 44.210.267/0001-89
25351.508012/2022-42 / 7903533
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2734116220

IRACEMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 44.168.654/0001-02
25351.525985/2022-46 / 7902464
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2672197220

MEDICAL PRIME COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 20.610.628/0001-16
25351.575790/2022-47 / 4045833
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2786484227

DENTAL AGUA VERDE LTDA / 04.840.118/0001-89
25351.548475/2022-47 / 1275098
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2727872224

ESTEVILDO DOS SANTOS CORREA / 05.295.136/0002-70
25351.187951/2022-49 / 7903075
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2147308221

AESFERA COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 38.376.832/0001-80
25351.575887/2022-50 / 8249067
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2786744229
---
antonio oliveira do nascimento & cia ltda / 32.513.708/0004-85
25351.533681/2022-52 / 7902799
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691347220

Objetiva farma / 45.057.691/0001-06
25351.530909/2022-52 / 7902663
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2684809221

FOGLIA COSMETICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 40.257.613/0001-23
25351.546613/2022-53 / 4045773
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2724405226

FARMACIA TOPFARMA EIRELI / 43.351.655/0001-17
25351.530916/2022-54 / 7902741
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2684830229

T OLIVEIRA DA ROCHA / 11.350.484/0001-15
25351.575485/2022-55 / 8248980
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2785956222

NABARRO E MOREIRA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.444.747/0001-77
25351.497581/2022-55 / 7902754
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2989332221

NORDESTE IND E COM LTDA / 45.128.712/0001-29
25351.535054/2022-56 / 3113695
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2695849222

DROGASHOP COLINAS DO TOCANTINS COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA / 45.948.666/0001-04
25351.525983/2022-57 / 7902447
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2672191221

M DAS GRACAS P DA SILVA / 45.387.312/0001-38
25351.526747/2022-58 / 7902507
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2674987224

GMS PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 41.707.104/0001-18
25351.535142/2022-58 / 8248959
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2696006229

FARMAFREIRE EIRELI / 43.333.916/0001-76
25351.525990/2022-59 / 7902481
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2672209227

BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA / 48.740.351/0038-57
25351.575677/2022-61 / 8249022
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2786286221

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2943-92
25351.526897/2022-61 / 7902541
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2675696220

IPC INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS E PERFUMARIA LTDA / 35.841.269/0001-85
25351.673630/2022-62 / 4045851
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2989183221

AMAZON LOGISTICA DO BRASIL LTDA. / 28.387.734/0004-37
25351.575927/2022-63 / 8249071
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2786835224

Drogaria SM LTDA / 45.802.752/0001-04
25351.530914/2022-65 / 7902706
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2684824224

MNS DROGARIA LTDA / 44.756.488/0001-57
25351.526992/2022-65 / 7902590
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676114229

DROGARIA CABRAL E VIEIRA / 45.340.341/0001-44
25351.533778/2022-65 / 7902862
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691813227

DROGARIA E PERFUMARIA YASMIM F.S.A EIRELI / 35.839.584/0001-78
25351.495021/2022-66 / 7903547
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2716986223

DROGARIA E PERFUMARIA ELEPE LTDA / 44.027.517/0001-40
25351.243642/2022-66 / 7903491
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2704366225

D S BONFIM / 45.519.356/0001-74
25351.527114/2022-67 / 7902953
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676685220

EVOLUIR DISTRIBUIDORA LTDA / 28.733.489/0001-20
25351.525981/2022-68 / 7902433
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2672184228

MENDES & MARTINS PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 43.084.528/0001-07
25351.527056/2022-71 / 7903230
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676443221

T OLIVEIRA DA ROCHA / 11.350.484/0001-15
25351.575837/2022-72 / 1275189
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2786610222

CSL PARENTE LTDA / 40.059.711/0001-56
25351.187963/2022-73 / 7902650
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1138825221

VERLAINE SOUZA NOGUEIRA FARMACIA / 35.956.394/0002-11
25351.526937/2022-75 / 7902569
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2675890223

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2936-63
25351.530912/2022-76 / 7902681
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2684818220

JUAZEIRO COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 45.964.013/0001-19
25351.533776/2022-76 / 7902859
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691807222

MENDES E SILVA MEDICAMENTOS LTDA / 45.743.763/0001-60
25351.527105/2022-76 / 7902922
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676656226

FARMA ROUXINOL LTDA / 44.624.574/0001-06
25351.527024/2022-76 / 7903166
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676308227

DROGARIA DROGAVIVA IV LTDA / 44.666.856/0001-76
25351.222851/2022-76 / 7903487
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2702324229

DROGARIA BOM RETIRO LTDA / 91.151.555/0009-47
25351.531271/2022-77 / 7902771
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2686511224

DROGARIA ESTANCIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 42.166.424/0001-70
25351.527031/2022-78 / 7903183
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676341229

L & M FARMA LTDA / 43.395.972/0001-35
25351.527095/2022-79 / 7902905
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676604223

DROGARIA GADELHA LTDA / 35.751.875/0001-00
25351.497595/2022-79 / 7902723
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2708482225

Drogaria Salussolia Ltda / 43.488.591/0001-09
25351.527047/2022-81 / 7903212
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676404221

DENTAL THOMAZINI CLINICA ODONTOLOGICA E COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 28.428.413/0001-90
25351.552252/2022-84 / 8248931
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2738186220

ECOLOGICA COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI / 05.988.254/0001-83
25351.535080/2022-84 / 4045787
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2695887221

DROGARIA AMOR SAÚDE LTDA / 43.300.452/0001-00
25351.527061/2022-84 / 7902893
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676461220

MEDICAL FUTURE LTDA / 43.813.982/0001-43
25351.534658/2022-85 / 8248976
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2695039221

MEDIDROGAS LTDA ME / 30.084.107/0009-83
25351.527015/2022-85 / 7902629
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676269222

INGRID GOMES DA SILVA SALDANHA / 33.056.949/0001-62
25351.526935/2022-86 / 7902555
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2675884229

Drogaria Droganews De Araruama LTDA / 45.282.821/0001-04
25351.533774/2022-87 / 7902831
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691801223

M DE F MAIA BARBOSA / 32.086.788/0001-97
25351.527022/2022-87 / 7903135
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676298226

N FARMACIA NOGUEIRA LTDA - ME / 45.580.762/0001-42
25351.527103/2022-87 / 7903291
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676642226

Farma Brito Eireli / 42.834.568/0001-58
25351.527119/2022-90 / 7903104
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676703221

FERNANDES LOPES E ROCHA LTDA / 45.739.013/0001-15
25351.527038/2022-90 / 7903197
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676366224

EGAL TRATAMENTOS CAPILARES S.A. / 29.872.879/0001-43
25351.575953/2022-91 / 8249084
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2786900221

ELABORE COSMETICOS E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS EIRELI / 34.267.754/0001-24
25351.535145/2022-91 / 4045791
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2696023221

GOLFARMA DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA LTDA / 07.644.746/0001-87
25351.673628/2022-93 / 4045864
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2989171223

DROGARIA ANTONINO LTDA / 30.883.303/0001-60
25351.533758/2022-94 / 7902801
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691678229

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0679-13
25351.527013/2022-96 / 7902615
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676243229

COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS MORAIS LTDA / 43.622.056/0001-90
25351.533772/2022-98 / 7902814
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691795225

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.754, DE 27 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ALIANCA BIO COSMETICOS LTDA EPP / 03.176.103/0001-03
25351.464255/2017-02 / 2095583
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 2665507226
25351.464255/2017-02 / 2095583
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2665402220

DROGARIA PRECO POPULAR LTDA / 31.013.468/0001-44
25351.755937/2018-02 / 7620862
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2736740221

F MENDES RODRIGUES LTDA / 35.749.394/0001-60
25351.894370/2020-03 / 7746299
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059394228
25351.894370/2020-03 / 7746299
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059333226

DROGARIA GUIMARAES BAUER LTDA / 40.438.990/0001-69
25351.110032/2021-04 / 7788844
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736770223

Empreendimentos Pague Menos S/A / 06.626.253/1130-02
25351.003313/2018-06 / 7562017
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059396224

MEDICALLBIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 40.291.204/0001-43
25351.070026/2021-07 / 8217937
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2384773224

FARMA SUPER ECONOMIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 34.052.679/0001-84
25351.181418/2020-10 / 7713964
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059390225

TECNO 4 PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP / 04.124.669/0001-46
25351.208178/2008-11 / 2047488
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2714171222

JARADROGA DROGARIA LTDA / 73.600.371/0001-88
25351.721676/2013-12 / 7064713
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736768221

DROGARIA MEDLON LTDA / 37.750.298/0001-67
25351.915069/2021-13 / 7780611
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059341227

DOMINGAS VOGADO ROGERIO / 05.925.695/0001-36
25351.139102/2012-15 / 0838978
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2785079220

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0276-10
25351.491455/2012-15 / 0867829
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2729000220

G.B. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 11.059.197/0001-50
25351.455540/2010-15 / 0678186
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736754221

C. R. J. COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 12.051.303/0001-12
25351.385890/2017-16 / 7536509
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2728998222

ILS INTEGRATED LOGISTIC SOLUTIONS CONSULTING BRASIL LTDA / 04.866.319/0001-55
25351.252872/2022-16 / 8246179
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2707658227

DROGARIA ASSUMCAO & ALMEIDA LTDA / 30.514.363/0001-06
25351.163324/2019-17 / 7642727
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2665314223

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0041-64
25351.679843/2014-17 / 7342404
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2736742228

FARMACIAS BRAVA LTDA / 09.597.446/0020-82
25351.540368/2020-17 / 7768886
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2824461223

V.A. MOSCARDINI RODRIGUES - FARMACIA / 40.119.187/0001-61
25351.205684/2021-18 / 7793124
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2781395229

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0359-81
25351.327123/2014-19 / 7214289
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2736736223

B C I INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 42.845.318/0001-13
25351.156163/2022-19 / 4043881
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2707515221

DROGARIA MAIS BRASIL SANTA LUCIA LTDA / 60.059.680/0001-40
25351.678902/2013-20 / 7048419
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059351224

PHARMACIE FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 28.127.485/0001-06
25351.682048/2017-20 / 7557586
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736776222

DIAS & CARMO LTDA / 10.830.463/0001-34
25351.444550/2009-24 / 0690796
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059337229

FARMÁCIAS SÃO RAFAEL LTDA / 01.659.445/0011-12
25351.246976/2017-24 / 7516571
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2728990227
---
drogarias pacheco S/A / 33.438.250/0178-09
25351.454250/2019-25 / 7669026
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3059364226

MABA 9 MANIPULACAO FARMACEUTICA LIMITADA / 12.399.587/0001-32
25351.473749/2014-27 / 7263712
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059355227

Orbispharma Distribuidora e Logistica Ltda / 10.585.311/0004-66
25351.510629/2022-28 / 8247629

867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2665463229
25351.510629/2022-28 / 8247629
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2665446227

AMATUSA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA / 10.979.028/0001-76
25351.588099/2019-28 / 8189918
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1547832223

DROGARIA FARMED SAO SEBASTIAO LTDA / 24.495.144/0001-24
25351.453961/2016-30 / 7489115
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2736725228

MABA 4 MANIPULACAO FARMACEUTICA LTDA / 12.330.142/0001-04
25351.387803/2013-31 / 0777524
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059347226

DROGARIA CANCELA PRETA DE PADRE MIGUEL LTDA / 09.455.386/0001-09
25351.636652/2014-31 / 7319022
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736752225

DROGARIA SÃO PAULO SA / 61.412.110/0384-70
25351.662781/2014-31 / 7357750
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059378226
25351.662781/2014-31 / 7357750
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3059374223

REIS ANDRADE FARMACIA LTDA / 40.921.152/0001-41
25351.322820/2021-33 / 7799508
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1159177223
---
drogarias pacheco S/A / 33.438.250/0043-16
25351.149361/2015-34 / 7371841
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2728992223
25351.149361/2015-34 / 7371841
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2728977220

Drogaria Confiança ltda / 33.550.039/0003-01
25351.189933/2017-34 / 7510045
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736774226

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/0697-80
25351.042314/2014-34 / 7097125
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2735325227
25351.042314/2014-34 / 7097125
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2735320226

MELHOR FARMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 08.854.518/0001-02
25351.231478/2014-34 / 7163104
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059349222

ILS INTEGRATED LOGISTIC SOLUTIONS CONSULTING BRASIL LTDA / 04.866.319/0001-55
25351.031191/2021-35 / 3110225
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2707475220

GHL DROGARIA EIRELI - EPP / 26.957.336/0001-30
25351.412653/2017-35 / 7529327
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2728986229

Produtos Farmaceuticos Mais Saúde LTDA / 41.054.085/0001-78
25351.689778/2021-38 / 7820563
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2728988225

TD FARMA LTDA / 27.805.865/0003-43
25351.157027/2022-38 / 7887954
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2716445224

Farmácia Nahuan Ltda. / 01.598.647/0003-91
25351.390404/2014-39 / 7236511
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2729007227
---
farmacia DO TRABALHADOR BRASILEIRO LDTA-ME / 18.979.825/0001-65
25351.736790/2013-39 / 7070996
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2734005228

DROGARIA CENTRAL CAMPOS ALTOS LTDA - ME / 15.222.385/0001-09
25351.464577/2012-39 / 0868807
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1556068226

VALMIREIDE ALVES DE ARAGAO / 02.266.068/0001-42
25351.196129/2015-40 / 7378224
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2736715221

BELAVIDA FARMÁCIA LTDA / 17.500.977/0001-70
25351.540703/2013-40 / 0528952
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059392221

SAÚDE E DROGARIA LTDA / 40.473.879/0001-03
25351.881167/2021-40 / 7864483
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059329228

DROGARIA JLF E COMERCIO LTDA / 07.404.760/0001-03
25351.653283/2014-41 / 7321883
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2729011225

ENDORJ SOLUCOES LOGISTICAS E COMERCIAIS LTDA / 24.962.752/0001-00
25351.467296/2017-42 / 8155476
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0480125228

DROGARIA E PERFUMARIA SOUZA DE BURITIZEIRO LTDA / 15.623.683/0001-00
25351.609325/2012-45 / 0876041
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2736719223

INNOVARE PHARMA LTDA / 42.321.418/0001-40
25351.028800/2022-50 / 7878447
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2705854229

CENTRAL DE MEDICAMENTOs NOBRE LTDA / 13.197.261/0002-76
25351.359504/2016-50 / 7478573
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2736734227

FARMACIA MENDES JUNIOR LTDA / 18.603.746/0001-55
25351.199251/2002-53 / 0118238
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736758224
25351.199251/2002-53 / 0118238
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2736721225

RPM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA / 18.562.592/0001-09
25351.669877/2015-57 / 8129508
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1359403221

DROGARIA BEM ESTAR LTDA / 42.769.436/0001-90
25351.813233/2021-59 / 7863062
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2736744224

DROGARIA MULTIFARMA SAO SIMAO LTDA / 14.074.430/0001-62
25351.343781/2015-60 / 7392562
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3059370221

S & S FARMACIA LTDA - ME / 21.371.749/0001-15
25351.452564/2015-60 / 7403537
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3059376220

ELAYNE ESTEVES DA SILVA ME / 39.143.998/0001-19
25351.333341/2020-61 / 7761921
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736766225

TRANSMMCM TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS LTDA / 14.698.791/0002-60
25351.909796/2020-61 / 8207867
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2634533225

MURÇA TOSTA & MURÇA LTDA / 44.320.411/0001-30
25351.271619/2022-61 / 7895838
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3059366222

ILS INTEGRATED LOGISTIC SOLUTIONS CONSULTING BRASIL LTDA / 04.866.319/0001-55
25351.252834/2022-63 / 1272836
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2707462225

MTB TECNOLOGIA LTDA - EPP / 01.405.834/0001-40
25351.402221/2006-63 / 8034925
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3549711221

DROGARIA FARMAZAM LTDA-ME / 03.277.361/0001-78
25351.324247/2006-63 / 0471303
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736772220

DROGARIAS ULTRA POPULAR PIRENOPOLIS LTDA / 24.446.652/0001-12
25351.239322/2016-63 / 7468989
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059353221

A J L ARAUJO EIRELI / 03.171.422/0001-18
25351.657672/2013-65 / 7020105
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059325225

DROGARIAS UNIPOPULAR LTDA / 40.313.234/0001-03
25351.369465/2021-66 / 7803078
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059343223

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/1510-10
25351.244982/2016-66 / 7469524
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2793380226
25351.244982/2016-66 / 7469524
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2793338225

A R DE OLIVEIRA - ME / 21.523.336/0001-09
25351.041897/2015-67 / 7361719
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2799848227

GIACHELI & CIA LTDA / 48.390.330/0001-67
25351.145491/2014-71 / 7132881
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2736738220

DROGARIA MEDICAL CRISPIN LTDA / 33.342.769/0001-47
25351.255625/2022-71 / 7893993
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2736732221

CURATIVA FARMACIA DE MANIPULACAO DE FORMULAS LTDA / 91.583.351/0001-28
25351.190304/2002-71 / 0069792
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059339225

DROGARIA E CIRURGICA SANTA RITA DE SALINAS LTDA / 02.346.582/0001-98
25351.074393/2004-71 / 0425226
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736756228
25351.074393/2004-71 / 0425226
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2736717227
---
c c campos drogaria / 19.135.365/0001-51
25351.072591/2014-71 / 7103353
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059384221

BF TECNOLOGIA 3D LTDA / 06.122.109/0001-88
25351.741950/2008-72 / 8048374
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2707471224

FARMACIA SAIS ATIVOS LTDA-ME / 74.477.613/0001-50
25351.666755/2020-74 / 7734962
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736764229

UDIMED COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI / 59.629.519/0001-86

25351.203925/2005-74 /
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2707626228

FARMACIA DADAY LTDA. / 07.987.101/0001-47
25351.208939/2014-75 / 7165136
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736783225

CABARROS & KHAIRALLA DROGARIA LTDA / 38.327.256/0001-80
25351.187970/2022-75 / 7889530
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3059372227

ALFA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 31.175.808/0001-33
25351.462133/2020-79 / 1238881
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 2709576228

R C SOUZA HENRIQUE EIRELI / 12.428.214/0001-42
25351.746856/2014-80 / 7346011
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736779227
25351.746856/2014-80 / 7346011
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2736727224

MM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP / 27.241.111/0002-27
25351.396751/2019-80 / 7665743
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2728996226

DROGARIAS ULTRA POPULAR LTDA / 09.492.647/0018-09
25351.049859/2022-81 / 7882039
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3059368229

DROGARIA SAO FRANCISCO DO MARACANA LTDA / 08.886.274/0001-31
25351.084113/2010-81 / 0648705
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059380228

PRESTES E CORREA DROGARIAS LTDA / 32.973.303/0001-87
25351.484248/2019-81 / 7674025
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2736746221

GRUCHOWSKI HOMEOPATIA LTDA / 02.184.095/0001-76
25351.093325/2014-82 / 7118100
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059327221

FERREIRA & SANTANA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 11.338.483/0001-55
25351.327909/2013-86 / 0965371
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2716104228

CAMILA SCIESLESKI DE LIMA & CIA LTDA / 06.121.763/0001-77
25351.527401/2013-86 / 0466076
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2716032227
---
sl drogaria ltda - me / 19.713.710/0001-97
25351.340910/2014-87 / 7205425
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736762222

DROGARIA W.J. LTDA / 21.300.706/0001-49
25351.144728/2015-88 / 7372283
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2697419223

THIAGO TAVARES DA SILVA / 23.350.774/0005-71
25351.078882/2019-88 / 7636220
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059386227

N.R. MEDICAMENTOS EIRELI / 15.483.711/0001-31
25351.702396/2014-88 / 7350185
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2736723221

DROGARIA BOA SAUDE COMERCIAL LTDA / 14.421.188/0001-56
25351.393029/2014-89 / 7244473
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059361221

IMPERIO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 34.775.311/0001-44
25351.592200/2020-89 / 3095257
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2634547226
---
drogaria e perfumaria cortes farma ltda-me / 16.951.160/0001-56
25351.602981/2014-89 / 7302122
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2728979226

DROGARIA CONFIANCA NATAL LTDA / 24.931.502/0001-02
25351.304269/2016-89 / 7473912
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059345220

GHL DROGARIA EIRELI EPP / 26.957.336/0002-11
25351.790310/2018-90 / 7624010
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2728981228

MPM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.084.497/0001-12
25351.062515/2009-91 / 0602391
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059331220

PRISCILA KERLLY DA SILVA MENDES / 22.856.951/0001-08
25351.506094/2022-91 / 8247391
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2707773221

MAXIMA DENTAL IMPORTACAO,EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI-ME / 28.857.335/0001-40
25351.656830/2017-93 / 1172110
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4206226229

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/1004-58
25351.586679/2013-95 / 7008050
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2793385227

REDE POUPE FARMA LTDA / 10.335.402/0001-09
25351.388305/2014-97 / 7228745
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059335222

Clear optical lens importação e exportação ltda / 06.019.489/0001-20
25351.089413/2009-97 / 8052577
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1359416226

ALFREDO QUEIROZ RODRIGUES DE CARVALHO FILHO ME / 20.515.974/0001-15
25351.589637/2014-97 / 7297744
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736760226

G.B STRAPASSON E CIA LTDA / 12.044.700/0020-20
25351.486712/2021-98 / 7808075
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2736750229

GE HOSPITALAR LTDA / 25.456.112/0006-97
25351.068699/2021-99 / 8240041
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4190362221

OCTAPHARMA BRASIL LTDA / 02.552.927/0001-60
25000.002540/99-71 / 1039712
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2665428229

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.755, DE 27 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIOSIGMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA / 12.051.059/0001-98
25351.439844/2013-52 / 8096760
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4590723212

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.756, DE 27 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

lobato & silva medicamenstos ltda / 45.046.762/0001-67
25351.459416/2022-03 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2298830221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2734920/22-9, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Os dados informados no cartão CNPJ da empresa diferem dos dados constantes no documento emitido pela Vigilância Sanitária Local.

N DE J GONCALVESCORREA / 45.444.194/0001-52
25351.526988/2022-05 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676096227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
drogaria triunfo serrana ltda epp / 04.995.669/0002-00
25351.527089/2022-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676588228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

BENDITA FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 45.591.552/0001-50
25351.533777/2022-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2691810222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

DALTON JOSE VILAS BOAS RIBEIRO LTDA / 44.844.667/0001-46
25351.526871/2022-13 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2675567220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

C & C FARMACIA LTDA / 45.157.040/0001-80
25351.526688/2022-18 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2674783229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

NB FARMA DROGARIA EIRELI / 26.461.364/0002-43
25351.527111/2022-23 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676672228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

GEILSON SOARES GONCALVES EIRELI / 39.535.170/0001-06
25351.525987/2022-35 /

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2672200223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

RDSL SP FARMACIA LTDA. / 40.178.118/0002-00
25351.527007/2022-39 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676198220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
parkfarma comercio varejista de medicamentos ltda / 45.549.591/0001-99
25351.527040/2022-69 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676379226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

TAYNAR BARBOSA SILVA / 43.742.880/0001-84
25351.527017/2022-74 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676282220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

DROGARIA SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA / 45.376.685/0001-03
25351.525988/2022-80 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2672203228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
parente comercio de medicamentos ltda / 07.611.859/0001-86
25351.530910/2022-87 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2684812221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui autorização vigente, Nº 0.72574-8, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, Resolução RDC nº 17/2013 e Lei 9.782/99.

RAFAEL FIRMINO DE OLIVEIRA-ME / 22.488.013/0001-94
25351.527086/2022-88 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2676553225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

JC MED - DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS - LTDA / 43.882.205/0001-50
25351.535120/2022-98 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2695970226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 8.24894-5, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9.782/1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.757, DE 27 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA IRMÃOS VIEIRA LTDA / 04.330.259/0003-13
25351.308231/2014-13 / 7214981
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059398221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

R R BIANOR FARMACIA LTDA / 43.946.355/0001-80
25351.867927/2021-14 / 7864802
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059388223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
samroz representacoes ltda / 14.607.461/0001-31
25351.411191/2021-15 /
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2665618222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa não possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada nesta alteração, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei 9782/99.

DROGARIA ASSUMCAO & ALMEIDA LTDA / 30.514.363/0001-06
25351.163324/2019-17 / 7642727
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2665231221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019 e o documento emitido pela Vigilância Sanitária local encontra-se vencido, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

AMOUX, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 14.978.420/0001-51
25351.773674/2020-20 / 4023996
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2714154221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

J.E.F LOUZADA DROGARIA / 37.662.887/0001-93
25351.877950/2020-28 / 7745475
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2728994220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

MELHOR FARMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 08.854.518/0001-02
25351.231478/2014-34 / 7163104
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059400226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

BRK LABORATÓRIOS EIRELI / 11.761.463/0001-92
25351.658389/2019-46 / 4015757
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2707466221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

N MARTINS COMERCIO FARMACÊUTICO / 33.374.765/0001-40
25351.930076/2020-64 / 7748151
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3059357223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

MPM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.084.497/0001-12
25351.062515/2009-91 / 0602391
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3059382224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

VENEZA - INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 02.705.260/0001-98
25000.030510/98-38 / 2027454
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2707846228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.758, DE 27 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Concessão de Autorização de Funcionamento para a Empresa, em anexo, publicada pela Resolução - RE nº 1177 de 13 de abril de 2022, no Diário Oficial da União nº 72 de 14 de abril de 2022, Seção 1, pág. 451.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SUPERMERCADO AEROPORTO LTDA / 18.960.918/0001-48 25351.162024/2022-16 / 4044534 70367 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 0990986225

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.759, DE 27 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FORTES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E HIGIENIZACAO LTDA / 23.811.894/0001-03
25351.499942/2022-06 / 1275131
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2476675229

BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA / 48.740.351/0038-57
25351.575741/2022-12 / 1275175
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2786420229

MILIMPEX PRODUTOS FARMACEUTICOS DO BRASIL LTDA / 35.858.355/0001-09
25351.552052/2022-21 / 1275100
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2737732221
---
mega pharma manipulaçao ltda / 39.641.107/0001-54
25351.250085/2022-30 / 1275113
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2723622226

VIEIRA & MERQUIADES PRODUTOS FARMACÊUTICOS / 43.694.324/0001-80
25351.527060/2022-30 / 1275192
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2676458220

FARMACIA DE MANIPULACAO VERGANI & GOULART LTDA / 40.980.391/0001-72
25351.302733/2022-41 / 1275127
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2729104229

PRO SAUDE FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 43.406.045/0001-73
25351.527037/2022-45 / 1275084
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2676363220

VF COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO CIRURGICO E MEDICAMENTOS LTDA / 38.282.883/0001-42
25351.535144/2022-47 / 1275144
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2696018227

T OLIVEIRA DA ROCHA / 11.350.484/0001-15
25351.575453/2022-50 / 1275161
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2785870221

TRANSPORTES BERTOLINI LTDA / 04.503.660/0035-95
25351.535167/2022-51 / 1275158
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2696073228

PETROLEO BRASILEIRO SA - UO-BC / 33.000.167/1007-50
25351.673687/2022-61 / 1275204
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2989275223

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.760, DE 27 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

APOLO HOSPITALAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 13.917.345/0001-56
25351.463718/2015-08 / 1144494
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4192685221

R L M FARMACIA DE MANIPULACAO EIRELI / 05.120.260/0001-14
25351.059588/2003-18 / 1364950
7024 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 2665439221

MILIMPEX PRODUTOS FARMACEUTICOS DO BRASIL LTDA / 35.858.355/0001-09
25351.552052/2022-21 / 1275100
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4180875225

PHARMACIE FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 28.127.485/0001-06
25351.260672/2018-51 / 1176921
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 2735808229

ILS INTEGRATED LOGISTIC SOLUTIONS CONSULTING BRASIL LTDA / 04.866.319/0001-55
25351.252821/2022-94 / 1272840
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 2707457221

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.728, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de habilitação na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
ENDEREÇO CIDADE UF
MOTIVAÇÃO INDEFERIMENTO

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 2733680/22-6
Green Brasil Consultoria e Assessoria Ambiental Ltda. 30.611.508/0001-97
Rua Ourique, 98 - Penha Circular. Rio de Janeiro/RJ
Descumprimento do art 7º, inciso II e art 8º da RDC nº 390/2020

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 2724486/22-6
Scribner Laboratório de Análises Clínicas Ltda.
Av Vicente Machado, 2190 - 2º Andar - Batel. Curitiba/PR
Descumprimento do art 7º da RDC nº 390/2020

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.729, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º A presente habilitação terá validade de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º O(s) escopo(s) habilitado(s) são(erão) publicado(s) no portal eletrônico da ANVISA: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
RAZÃO SOCIAL CNPJ
CÓD. REBLAS
ENDEREÇO CIDADE UF

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 2793307/22-0
Limnobrás Laboratório de Análises Limnológicas Ltda. 97.503.098/0001-31
145
Rua Lamenha Lins, 2498 - Parolin. Curitiba/PR

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 2686317/22-1
LBN Análises Laboratoriais Ltda. 59.069.161/0001-84
139
Av. Mutinga, 3885 - Jd Santo Elias. São Paulo/SP

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.722, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: ERIVANIA LIMEIRA DUARTE TEIXEIRA
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 1052 - A
BAIRRO: SÃO CRISTOVÃO
MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS INDIOS
UF: AL
CEP: 57601-250
CNPJ: 0 4.5 5 5.6 2 3/0 0 0 1- 8 1
PROCESSO: 25764.000001/2022-67 (EXP:0128190/22-1)
AUTORIZA M/S: 9.09883-2
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: RBL BARBEARIA LTDA
ENDEREÇO: V TR VP 003, Nº 6200 LOJA BOOP 15
BAIRRO: CARIANOS
MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS
UF: SC
CEP: 88.047-902
CNPJ:33.628.608/0001-14
PROCESSO N°: 25741.000012/2022-13 (EXP: 0551457/22-8)
AUTORIZ/MS: 9.09872-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTELARIA, INSTITUTOS DE BELEZA E CONGÊNERES; LAVANDERIA, ATENDIMENTO MÉDICO, OU COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES NAS ÁREAS PORTUÁRIAS, AEROPORTUÁRIAS E PONTOS DE PASSAGEM DE FRONTEIRAS;

MATRIZ
EMPRESA: FALUB INDUSTRIA E COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA.
ENDEREÇO: ROD. DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO, S/N
BAIRRO: JARDIM PARAISO II
MUNICÍPIO: ITU
UF: SP
CEP: 13.304-350
CNPJ: 00.384.068/0001-11
PROCESSO: 25759.339147/2021-98 (EXP: 1457871/21-9)
AUTORIZ/MS: 9.09888-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS; .

MATRIZ
EMPRESA:AEROJET DEDETIZADORA LTDA
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO PAROLIN Nº 517
BAIRRO: PAROLIN
MUNICÍPIO: CURITIBA
UF: PR
CEP: 80220-360
CNPJ: 00.241.793/0001-30
PROCESSO Nº. 25743.000007/2022-82 (EXP: 0443165/22-0)
AUTORIZ/MS: 9.09885-0
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: IRMÃOS KREFTA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PERIMETRAL LESTE Nº 7351
BAIRRO: MORUMBI
MUNICÍPIO: FOZ DO IGUAÇU
UF: PR
CEP: 85858-760
CNPJ: 81.189.227/0001-29
PROCESSO Nº. 25351.319256/2021-71 (EXP: 3665330/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.09878-6
ÁREA: PAF

ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: RCR REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA.
ENDEREÇO: R. RAFAEL DE MARCO, Nº 300, LOTE 03
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL DAS OLIVEIRAS
MUNICÍPIO: TABOÃO DA SERRA
UF: SP
CEP: 06.765-350
CNPJ: 03.262.073/0001-40
PROCESSO: 25759.281067/2022-17 (EXP: 0990699/22-6)
AUTORIZ/MS: 9.09879-0
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;.

MATRIZ
EMPRESA: AMBIPAR ENVIRONMENT WASTE LOGISTIC LTDA
ENDEREÇO: R ANGATUBA Nº83 ANTIGO 65
BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL SATELITE DE SAO PAULO
MUNICÍPIO: GUARULHOS
UF: SP
CEP: 07.220-030
CNPJ: 62.004.692/0001-01
PROCESSO: 25351.019507/2021-11 (EXP:8437518/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.09853-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.723, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA:GRAMACHO RECICLAVEIS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA MONTE CASTELO, SN, QUADRA 100 A LOTE 20 E 21 PARTE.
BAIRRO: JARDIM GRAMACHO
MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS
UF: RJ
CEP: 25.055-120
CNPJ: 22.702.287/0001-34
PROCESSO: 25351.606378/2021-03 (EXP:2258223/21-1)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: AUSÊNCIA DOS SEGUINTES DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES, A DESPEITO DA EMPRESA TER SIDO NOTIFICADA PARA CUMPRIMENTO DESSAS EXIGÊNCIAS:
1.REGISTRO DE REGULARIDADE TÉCNICA QUE COMPROVE A VINCULAÇÃO E RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL COM A EMPRESA POR TEMPO COMPATÍVEL À ATIVIDADE PRETENDIDA; E
2.LICENÇAS AMBIENTAIS DAS EMPRESAS PRESTADORAS DO SERVIÇO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS, CONFORME RELACIONADAS NO PLEITO DE CONCESSÃO.

MATRIZ
EMPRESA: QUALITEC ANÁLISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PADRE CICERO, 2200, LOJA 05
BAIRRO: CAJUINA SAO GERALDO
MUNICÍPIO: JUAZEIRO DO NORTE
UF: CE
CEP: 63022115
CNPJ: 17.542.757/0001-00
PROCESSO N°: 25351.800745/2021-55 (EXP: 2855230/21-7)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS RESULTANTES DO TRATAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS E DEJETOS EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS CONTIDAS NA NOTIFICAÇÃO CVPAF-CE Nº 74/2021, CONFORME PRECONIZADO NOS ARTIGOS 6° E 11, DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204 DE 06 DE JULHO DE 2005, ALTERADA PELA RDC Nº 23 DE 05 DE JUNHO DE 2015. ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AO CONTRATO SOCIAL, CNPJ E RELATÓRIO DESCRITIVO DOS MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS, QUE DEVEM CONTEMPLAR A ATIVIDADE ESPECÍFICA PLEITEADA PELA EMPRESA.

MATRIZ
EMPRESA:RAYANE MIEHE RISTOW 05989616902
ENDEREÇO: AVENIDA ROCHA POMBO S/N
BAIRRO: ÁGUAS BELAS
MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
UF: PR
CEP: 83010-900
CNPJ:33.606.049/0001-41
PROCESSO Nº. 25351.218827/2021-51 (EXP: 3462675/21-4)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTELARIA, INSTITUTOS DE BELEZA E CONGÊNERES; LAVANDERIA, ATENDIMENTO MÉDICO, OU COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES NAS ÁREAS PORTUÁRIAS, AEROPORTUÁRIAS E PONTOS DE PASSAGEM DE FRONTEIRAS.
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO ENCAMINHOU O PETICIONAMENTO DE CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA Nº 4250960/21-2 EMITIDA EM 27/10/2021 DENTRO DO PRAZO LEGAL MÁXIMO DE 120 DIAS EM CONFORMIDADE COM A RDC Nº 204 DE 06/07/2005 ALTERADA PELA RDC Nº 23 DE 05/07/2015.

MATRIZ
EMPRESA: JSL S/A
ENDEREÇO: R. DOUTOR RENATO PAES DE BARROS, Nº 1.017, CONJ 91
BAIRRO: ITAIM BIBI
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 04.530-001
CNPJ: 52.548.435/0001-79
PROCESSO Nº: 25752.493468/2021-05 (EXP: 1919204/21-5)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO CUMPRE A NOTIFICAÇÃO 121/21/CRPAF/SP/ANVISA; NÃO ATENDE AOS ITENS 01, 08, 12 E 13, TODOS DO ANEXO III, DA RDC 345, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002.

MATRIZ
EMPRESA: CARGOX TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: R GOMES DE CARVALHO Nº1195 CONJ 11 E 12
BAIRRO: VILA OLIMPIA
MUNICÍPIO: SAO PAULO
UF: SP
CEP: 04.547-004
CNPJ: 14.899.142/0001-47
PROCESSO: 25351.761805/2021-15 (EXP: 4531891/21-0)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO ATENDEU AS NOTIFICAÇÕES 4746907/21-2 E 4747076/21-3, E FINDO O PRAZO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS PARA RESPOSTA.

MATRIZ
EMPRESA: BRASPRAG CONTROLE DE PRAGAS E SERVICOS LTDA
ENDEREÇO: R ALMIRANTE AMYNTHAS JORGE, Nº 2
BAIRRO: ACUPE DE BROTAS
MUNICÍPIO: SALVADOR
UF: BA
CEP: 40.290-300
CNPJ: 30.875.697/0007-09
PROCESSO: 25742.001479/2022-62 (EXP: 2720310/22-1)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: CONCESSÃO DE AFE PROTOCOLADA EM CNPJ DE EMPRESA FILIAL, EM DESCOMPASSO COM O DISPOSTO NO ART. 5º, § 1°, DA RDC 345/2002.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.724, DE 26 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art.160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: JSX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP
ENDEREÇO: AV. GETÚLIO VARGAS, 162, SALA 01 - BOX 04 E 05
BAIRRO: VILA OPERÁRIA
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.303-220
CNPJ: 07.462.288/0001-65
PROCESSO N°: 25741.000032/2022-86 (EXP: 2521378/22-4)
AUTORIZ/MS: 9.09889-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS COM EMPREGO NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

MATRIZ
EMPRESA: L E SYSTEM IMPORT- IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA JOÃO BAUER Nº 498, SALA 410
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.301-500
CNPJ: 13.941.791/0002-87
PROCESSO N°: 25741.000034/2022-75 (EXP: 2551900/22-1)
AUTORIZ/MS: 9.09890-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

MATRIZ
EMPRESA: DISTRICENTER IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: R. SAMUEL MEIRA BRASIL, Nº 394, SALA 10
BAIRRO: TAQUARA II
MUNICÍPIO: SERRA
UF: ES
CEP: 29167-650
CNPJ: 35.457.333/0001-29
PROCESSO: 25748.000121/2022-62 (EXP: 2707609/22-6)
AUTORIZ/MS: 9.09886-3
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

MATRIZ
EMPRESA: DISTRICENTER IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: R. SAMUEL MEIRA BRASIL, Nº 394, SALA 10
BAIRRO: TAQUARA II
MUNICÍPIO: SERRA
UF: ES
CEP: 29167-650
CNPJ: 35.457.333/0001-29
PROCESSO: 25748.000122/2022-15 (EXP: 2707722/22-7)
AUTORIZ/MS: 9.09887-7
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS COM EMPREGO NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA FUNASA Nº 2.815, DE 27 DE MAIO DE 2022

Anula a Portaria nº 2401/2022.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE-Funasa, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos II e XII do art. 14, Anexo I, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, alterado pelo Decreto nº 10.476, de 27 de agosto de 2020 e, com fundamento no artigo 53, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal-STF, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 2401, de 9 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 88, Seção 1, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL DA SILVA MARQUES

PORTARIA FUNASA Nº 2.827, DE 27 DE MAIO DE 2022

Institui as metas globais de desempenho institucional referente ao período de 16 de abril de 2022 a 15 de abril de 2023, para fins de cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-GDPGPE, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho-GDPST, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos-GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura-GDAIE devidas aos servidores do quadro de pessoal da Fundação Nacional de Saúde-Funasa.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE-Funasa, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 14, inciso XII, do Anexo I, do Estatuto aprovado pelo Decreto 8.867 de 3/10/2016, publicado no D.O.U. de 4/10/2016, alterado pelo Decreto nº 10.476, de 27 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 166, de 28 de agosto de 2020, Seção I, e

Considerando o disposto na Lei nº 11.355/2006, alterada pela Lei nº 11.907/2009, na Lei nº 11.539/2007, na Lei nº 11.784/2008, na Lei nº 12.277/2010, no Decreto nº 7.133/2010 e no Decreto nº 8.107/2013 e mais o que consta dos autos do processo nº 25100.001893/2022-27, resolve:

Art. 1º Instituir as metas globais de desempenho institucional para fins de cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-GDPGPE, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho-GDPST, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos-GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura-GDAIE, devidas aos servidores do quadro de pessoal da Fundação Nacional de Saúde-Funasa, para o período de 16 de abril de 2022 a 15 de abril de 2023, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL DA SILVA MARQUES

ANEXO

METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL - 16/04/2022 A 15/04/2023

Nº	Meta	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Fonte	Índice de Referência	Método de Aferição	Resultado Esperado
1	Fomentar a implementação de ações de educação em Saúde Ambiental em 60 municípios e populações rurais em situação de risco e vulnerabilidade socioambiental e sanitária.	Apoiar técnica e financeiramente municípios brasileiros para a promoção de ações de educação em saúde ambiental.	Nº de municípios atendidos	Plataforma + Brasil e SIPLAM	96 municípios atendidos	O cálculo é realizado tendo como base a quantidade estipulada na meta em relação ao que foi executado.	60 municípios atendidos
2	Atender 200 comunidades rurais com ações de promoção e proteção da qualidade da água para consumo humano.	Apoiar as comunidades rurais para cumprimento das exigências da Portaria de potabilidade da água para consumo humano.	Somatório das comunidades rurais	SEI e SIPLAM	816 comunidades rurais atendidas	Planilhas enviadas via SEI pelas Superintendências Estaduais da Saúde, registrando as atividades de apoio.	200 comunidades rurais atendidas
3	Atender 200 municípios com ações de promoção e proteção da qualidade da água para consumo humano.	Apoiar os municípios no cumprimento das exigências da Portaria de potabilidade da água para consumo humano.	Somatório dos municípios	SEI e SIPLAM	560 municípios atendidos	Planilhas enviadas via SEI pelas Superintendências Estaduais da Saúde, registrando as atividades de apoio.	200 municípios atendidos
4	Concluir 98 Planos de Saneamento Básico em Municípios com até 50.000 habitantes.	Apoiar os municípios no cumprimento dos requisitos estabelecidos na Política Federal de Saneamento Básico e legislações correlatas.	Número de municípios com até 50.000 habitantes com Plano de Saneamento Básico concluídos.	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS/MDR) e municípios apoiados pela Funasa para a elaboração de Planos de Saneamento Básico.	98 Planos de Saneamento Básico em municípios com até 50.000 habitantes habitantes com Planos de Saneamento Básico concluídos.	Consolidação das informações declaradas pelos municípios no SNIS/SINISA e na base de dados internas da Funasa.	98 municípios com até 50.000 habitantes com Planos de Saneamento Básico concluídos
5	Concluir 200 obras ou instalações de saneamento.	Promover ações de saneamento básico em municípios com população até 50.000 habitantes	Números de obras concluídas	Platafoma +Brasil/ Siga/Formulários SUEST	309 obras ou instalações concluídas	Levantamento dos instrumentos concluídas nas ações relacionadas ao saneamento.	200 obras ou instalações concluídas
6	Capacitar 200 técnicos em gestão de ações e serviços públicos de saneamento básico.	Ampliar a capacidade do quadro técnico e gerencial dos municípios para a gestão adequada dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais dos sistemas de saneamento básico implantados.	Número de Certificados de participação emitidos pela Funasa.	Plataforma de ensino a distância e controles internos.	375 capacitados	Consolidação da emissão dos Certificados de Participação	200 técnicos capacitados

A Avaliação Institucional corresponde a 80 pontos, que serão distribuídos conforme percentual de alcance atingido:

Desempenho Institucional (%)	Pontuação final da Avaliação Institucional
Acima de 70	80 pontos
> 60 a 70	70 pontos
> 50 a 60	60 pontos
> 40 a 50	50 pontos
> 30 a 40	40 pontos
0 a 30	26 pontos

Ministério do Trabalho e Previdência

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA/MTP Nº 1.255, DE 27 DE MAIO DE 2022

Altera a Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, caput, parágrafo único, inciso II da Constituição, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15 .....

.....

V - até o décimo dia seguinte ao da ocorrência, os dados de desligamento, quando acarretar extinção do vínculo empregatício, observado o disposto no § 6º do art. 14, com a indicação da respectiva data, e se houver aviso prévio indenizado, da data projetada para término do contrato de trabalho.

....." (NR)

"Art. 44. .....

I - contrato de trabalho por prazo determinado ou indeterminado, conforme modelo disponível no portal gov.br; e

II - nota contratual para substituição ou para prestação de serviço caracteristicamente eventual de músicos, artistas e técnicos de espetáculos de diversões, conforme modelo disponível no portal gov.br.

....." (NR)

"Art. 45. O contrato de trabalho e a nota contratual deverão ser devidamente preenchidos na forma dos incisos I e II do art. 44, conforme o caso, e constituirão documento comprobatório de rendimentos do músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões contratado." (NR)

"Art. 74. O sistema de registro eletrônico de ponto deve registrar fielmente as marcações efetuadas, não sendo permitida qualquer ação que desvirtue os fins legais a que se destina, tais como:

....." (NR)

"Art. 81. Todos os tipos de sistema de registro eletrônico de ponto devem gerar o Arquivo Fonte de Dados, conforme especificações disponíveis no portal gov.br." (NR)

"Art. 83. O programa de tratamento de registro de ponto, independentemente do sistema de registro eletrônico de ponto utilizado, deve gerar:

I - o Arquivo Eletrônico de Jornada, conforme especificações disponíveis no portal gov.br; e

II - o relatório Espelho de Ponto Eletrônico, conforme art. 84." (NR)

"Art. 88. .....

§ 1º As assinaturas eletrônicas geradas pelo REP-P para o Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador emitido em arquivo eletrônico devem ser no padrão PAdES (PDF Advanced Electronic Signature).

§ 2º As assinaturas eletrônicas geradas pelo REP-A, REP-P e programa de tratamento de registro de ponto para o Arquivo Fonte de Dados e o Arquivo Eletrônico de Jornada devem ser no padrão CAdES (CMS Advanced Electronic Signature) e devem ser armazenadas em um arquivo no formato p7s destacado (detached).

Art. 89. .....

§ 1º O Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade deve ser emitido conforme modelo e especificações disponíveis no portal gov.br.

.....

§ 3º O arquivo eletrônico que contém o Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade deve ter o formato Portable Document Format - PDF, com assinatura no padrão PAdES (PDF Advanced Electronic Signature), e o empregador deverá mantê-lo para apresentação à Inspeção do Trabalho.

....." (NR)

"Art. 96. .....

.....

§ 2º .....

I - empregados que possuem PIS: colocar "0" na primeira posição do campo e o PIS completo nas próximas onze posições ou informar o PIS completo nas onze primeiras posições e preencher com espaço na última posição;

....." (NR)

"Art. 97. .....

Parágrafo único. No caso de sistema alternativo eletrônico de controle de jornada autorizado por acordo ou convenção coletiva de trabalho, firmado sob a vigência da Portaria MTE nº 373, de 25 de fevereiro de 2011, não serão exigidos o arquivo eletrônico e o relatório especificados no art. 83." (NR)

"Art. 97-A. O prazo definido no art. 97 também se aplica aos fabricantes ou desenvolvedores de REP-A, especificamente para a geração do Arquivo Fonte de Dados."

"Art. 164. .....

.....

VI - instrumento de cooperação para disponibilização de dados - ajuste realizado por meio de acordo de cooperação técnica ou acordo de cooperação a ser celebrado entre solicitante de dados e Ministério do Trabalho e Previdência, no uso de suas atribuições, com vias de formalizar o acesso aos dados pessoais, conforme modelos disponíveis no portal gov.br. ....." (NR)

"Art. 167. .....

.....

IV - plano de trabalho, conforme modelos disponíveis no portal gov.br, que abranja os elementos a seguir:

.....

V - na hipótese de o solicitante ser organização da sociedade civil, regida pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a solicitação também deverá ser acompanhada:

a) dos documentos previstos no art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014; e

b) da declaração que ateste que:

1. a entidade se enquadra na definição de organização da sociedade civil, nos termos do disposto no art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014;

2. a entidade é regida por normas de organização interna cujos objetivos são voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, nos termos do disposto no inciso I do art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014; e

3. a solicitação não se enquadra nos impedimentos previstos nos art. 39 e art. 40 da Lei nº 13.019, de 2014.

.....

§ 3º .....

.....

II - análise quanto à materialidade do instrumento de cooperação e quanto à sua conformidade com esta Portaria.

§ 4º Para efeitos da alínea "a" do inciso V do caput, o solicitante apresentará cópia do estatuto social e de eventuais alterações estatutárias, devidamente registrados, não substituíveis por certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil." (NR)

"Art. 169. Para formalização de instrumento de cooperação de que trata o inciso VI do art. 164, o representante legal da instituição deverá assinar Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, conforme modelo disponível no portal gov.br." (NR)

"Art. 173. O gestor de dados disponibilizará ao usuário de dados o arquivo contendo as informações solicitadas, de acordo com o formato e o leiaute acordado entre os partícipes, mediante entrega de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo assinado pelo usuário de dados, conforme modelo disponível em portal gov.br." (NR)

"Art. 178-A. O disposto neste Capítulo se aplica, no que couber, à disponibilização e à utilização de dados pessoais por organizações internacionais que tenham memorando de entendimento ou instrumento congênere vigente que objetive a cooperação entre o Ministério do Trabalho e Previdência e o organismo internacional.

Parágrafo único. Serão indeferidas solicitações de dados formuladas por entidades ou organizações internacionais que não que tenham em vigência memorando de entendimento ou instrumento congênere, nos termos do caput.

Art. 178-B. A disponibilização e a utilização dos dados pessoais de que tratam este Capítulo por universidades ou institutos de pesquisas internacionais deverá ser precedida de parceria ou de instrumento congênere, celebrada com universidade ou instituição de pesquisa nacional que assuma as responsabilidades e obrigações previstas neste Capítulo."

"Seção VIII

Do Quadro Brasileiro de Qualificações

Art. 184-A. Fica aprovado o Quadro Brasileiro de Qualificações - QBQ, conjunto de informações que descreve o preparo necessário ao trabalhador para o desempenho de cada ocupação descrita na Classificação Brasileira de Ocupações.

§ 1º São objetivos do Quadro Brasileiro de Qualificações:

I - definir o nível de qualificação compatível com cada ocupação da Classificação Brasileira de Ocupações;

II - garantir a transparência da associação entre qualificações e ocupações, a fim de possibilitar a identificação e a comparabilidade das diferentes formas de educação e formação e de sua adequação ao mercado de trabalho;

III - possibilitar aos trabalhadores a identificação de diferentes ocupações adequadas às suas qualificações;

IV - possibilitar aos empregadores a identificação da qualificação necessária aos trabalhadores para preenchimento das vagas de trabalho abertas;

V - definir referenciais para os resultados de aprendizagem associados aos diferentes níveis de qualificação;

VI - subsidiar a análise de programas de aprendizagem profissional a serem incluídos no Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional - CONAP;

VII - subsidiar a análise de programas de qualificação profissional a serem ofertados por instituições de educação profissional; e

VIII - viabilizar o intercâmbio de informações e de experiências entre sistemas de qualificação profissional do Brasil e de outros países.

§ 2º O Quadro Brasileiro de Qualificações serve de referência para as políticas públicas e as demais ações do Ministério do Trabalho e Previdência, e deve ser observado para:

I - priorização das ocupações a serem atualizadas na CBO a cada ano;

II - identificação da compatibilidade entre vagas e trabalhadores na política de intermediação de mão de obra; e

III - adequação das políticas de qualificação profissional, inclusive aprendizagem profissional.

Art. 184-B. Para fins do disposto nesta Seção, considera-se:

I - conhecimento: conjunto de informações, fatos, teorias, práticas e princípios necessários para o exercício de uma ocupação;

II - habilidade: capacidade de aplicar conhecimentos e utilizar os recursos adquiridos para concluir tarefas e solucionar problemas, podendo ser cognitiva, prática, física, psicomotora e sensorial;

III - atitude: capacidade para realizar tarefas e resolver problemas de diferentes níveis de complexidade, com diferentes graus de autonomia e responsabilidade;

IV - competência: caracterização de uma ocupação a partir da necessidade de conhecimentos, habilidades, e atitudes necessárias à sua execução; e

V - qualificação: resultado esperado da aprendizagem em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes, para o desempenho de atividades ou funções típicas de uma ocupação.

Parágrafo único. A competência reflete os conhecimentos, habilidades e atitudes demandadas ao exercício de determinada ocupação, enquanto a qualificação se refere aos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos pelo trabalhador nos diferentes processos de aprendizagem e qualificação profissional.

Art. 184-C. O Quadro Brasileiro de Qualificações é organizado em oito níveis de qualificação, caracterizados pela descrição das competências correspondentes a cada nível, e estruturado em ordem crescente de complexidade e profundidade das competências necessárias ao desempenho das ocupações contidas em cada nível.

§ 1º A caracterização de cada nível do Quadro Brasileiro de Qualificações é dada por:

I - nível 1: capacidade de aplicar conhecimentos gerais e conceitos associados a tarefas simples, que requerem habilidades básicas e que são executadas sob supervisão direta;

II - nível 2: capacidade de aplicar conhecimentos gerais, conceitos tecnológicos básicos e habilidades de profundidade restrita, para executar tarefas e resolver problemas simples e correntes, sob supervisão de rotina, com autonomia e responsabilidade limitadas;

III - nível 3: capacidade de aplicar conhecimentos especializados, fundamentos tecnológicos e habilidades para executar tarefas e resolver problemas de complexidade intermediária, sob supervisão geral;

IV - nível 4: capacidade de aplicar conhecimentos, conceitos e procedimentos técnicos, habilidades e princípios de gestão para resolver problemas específicos, gerenciar atividades e supervisionar o trabalho de rotina de terceiros;

V - nível 5: capacidade de aplicar conhecimentos gerais abrangentes, especializados e teóricos, além de habilidades para conceber soluções criativas aos problemas específicos, gerenciar ações e avaliar resultados do desempenho de terceiros;

VI - nível 6: capacidade de aplicar conhecimentos aprofundados de uma área, com compreensão crítica de teorias e princípios, além de habilidades para conceber soluções criativas e inovadoras na resolução de problemas complexos, gerenciar ações ou projetos, avaliar e propor desenvolvimento profissional de terceiros;

VII - nível 7: capacidade de aplicar conhecimentos altamente especializados e de vanguarda, além de habilidades para desenvolver novos conhecimentos na resolução de problemas complexos e imprevisíveis ligados à investigação e à inovação, assim como gerenciar e transformar contextos de trabalhos complexos, com novas abordagens estratégicas; e

VIII - nível 8: capacidade de aplicar conhecimentos de ponta na vanguarda de uma área e na interligação entre áreas, além de habilidades complexas e altamente especializadas, para alargar fronteiras do conhecimento, assim como investigar e inovar na resolução de problemas críticos e soluções práticas.

§ 2º Toda ocupação descrita na CBO é associada a apenas um nível do Quadro Brasileiro de Qualificações.

§ 3º A associação das ocupações aos níveis do Quadro Brasileiro de Qualificações é estabelecida a partir da análise das competências efetivamente relacionadas ao exercício daquelas ocupações e é independente de currículos, cursos ou regulações específicas.

Art. 184-D. A atualização do Quadro Brasileiro de Qualificações será feita anualmente, de acordo com a disponibilidade orçamentária, e seguirá metodologia a ser definida pela Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência.

Art. 184-E. O Quadro Brasileiro de Qualificações será disponibilizado no portal gov.br."

"Art. 235. .....

I - edital de convocação da assembleia geral de fundação ou ratificação de fundação publicado no DOU e em jornal, impresso ou digital, de circulação na base territorial pretendida, que conterá:

.....

Parágrafo único. As exigências previstas na alínea "e" do inciso I poderão ser supridas pela publicação em jornal cuja tiragem seja comprovadamente de abrangência nacional." (NR)

"Art. 236. .....

§ 1º.....

I - edital de convocação com descrição de toda a categoria e base territorial representadas e pretendidas, conforme o estatuto social, para assembleia geral de alteração estatutária, publicado no DOU e em jornal, impresso ou digital, de circulação na referida base territorial do qual conste o subscritor, que deverá atender ao seguinte:

.....

§ 3º As exigências previstas na alínea "c" do inciso I do § 1º poderão ser supridas pela publicação em jornal cuja tiragem seja comprovadamente de abrangência nacional." (NR)

"Art. 237. .....

§ 1º A solicitação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

I - edital de convocação conjunto dos sindicatos que participarão da fusão com a descrição das respectivas categorias e bases territoriais, conforme a representação das entidades, publicado no DOU e em jornal, impresso ou digital, de circulação na base territorial resultante da fusão, para assembleia geral de autorização da fusão, do qual conste o subscritor, que deverá atender ao seguinte:

a) publicação com antecedência mínima de vinte dias da realização da assembleia, para a entidade com base municipal, intermunicipal ou estadual, e de quarenta e cinco dias para entidades de base interestadual ou nacional, contados a partir da última publicação;

b) intervalo entre as publicações no DOU e em jornal de circulação na referida base não superior a cinco dias; e

c) publicação em todas as unidades da Federação, quando se tratar de entidade com abrangência nacional, e nos respectivos Estados abrangidos, quando se tratar de entidade interestadual;

II - ata da assembleia geral com a descrição da categoria e da base territorial aprovada, registrada em cartório, acompanhada de lista de presença, contendo a finalidade da assembleia, a data, o horário e o local de realização, os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes; e

III - estatuto social registrado em cartório, no qual deve constar, de forma objetiva, a categoria e a base territorial correspondentes, não aceitos termos genéricos, como "afins", "similares", "conexos", entre outros.

§ 2º As exigências previstas na alínea "c" do inciso I do § 1º poderão ser supridas pela publicação em jornal cuja tiragem seja comprovadamente de abrangência nacional.

§ 3º A representação da entidade resultante da fusão não poderá exceder à soma da representação das entidades preexistentes." (NR)

Art. 238. .....

§ 1º A solicitação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

I - edital de convocação conjunta dos sindicatos que participarão da incorporação com a descrição das respectivas categorias e bases territoriais, conforme a representação das entidades, publicado no DOU e em jornal, impresso ou digital, de circulação na base territorial resultante da incorporação, para assembleia geral de autorização da incorporação, do qual conste o subscritor, que deverá atender ao seguinte:

a) publicação com antecedência mínima de vinte dias da realização da assembleia, para a entidade com base municipal, intermunicipal ou estadual, e de quarenta e cinco dias para entidades de base interestadual ou nacional, contados a partir da última publicação;

b) intervalo entre as publicações no DOU e em jornal de circulação na referida base não superior a cinco dias; e

c) publicação em todas as unidades da Federação, quando se tratar de entidade com abrangência nacional, e nos respectivos Estados abrangidos, quando se tratar de entidade interestadual;

II - ata da assembleia geral com a descrição da categoria e da base territorial aprovada, registrada em cartório, acompanhada de lista de presença contendo a finalidade da assembleia, a data, o horário e o local de realização, os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes; e

III - estatuto social registrado em cartório, no qual deve constar, de forma objetiva, a categoria e a base territorial correspondentes, não aceitos termos genéricos, como "afins", "similares", "conexos", entre outros.

§ 2º As exigências previstas na alínea "c" do inciso I do § 1º poderão ser supridas pela publicação em jornal cuja tiragem seja comprovadamente de abrangência nacional.

§ 3º A representação da entidade incorporadora não poderá exceder a soma da representação das entidades preexistentes." (NR)

"Art. 240.....

.....

II - ata da assembleia geral registrada em cartório, devendo constar expressamente a aprovação da fundação e a indicação das entidades fundadoras com os respectivos CNPJ, acompanhada de lista de presença contendo a finalidade da assembleia, a data, o horário e o local de realização, os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes; e

III - estatuto social, aprovado em assembleia geral e registrado em cartório.

....." (NR)

"Art. 241. .....

I - edital de convocação que abranja o conselho de representantes da entidade sindical, bem como o representante legal da entidade que passará a ser por ela coordenada, com a indicação do subscritor, publicado no DOU com antecedência mínima de trinta dias da data da assembleia, contendo o objeto da alteração;

II - ata da assembleia geral com o objeto da alteração, registrada em cartório, acompanhada de lista de presença, na qual conste a finalidade da assembleia, a data, o horário e o local de realização, os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes; e

III - estatuto social aprovado em assembleia geral e registrado em cartório.

....." (NR)

"Art. 242. .....

.....

V - nos casos de fusão e incorporação, que a representação da entidade resultante não exceda à soma da representação das entidades preexistentes.

§ 1º Verificada irregularidade ou insuficiência nos documentos apresentados, a Coordenação-Geral de Registro Sindical da Subsecretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência notificará a entidade solicitante para saneamento, no prazo improrrogável de dez dias, contados do recebimento da notificação.

§ 2º Não será passível de saneamento irregularidades ou insuficiência de documentos que impliquem na publicação de novos editais de convocação." (NR)

"Art. 246. Publicada a abertura do prazo para impugnação, a entidade sindical de mesmo grau que já possua ao menos a primeira publicação do processo pleiteado no DOU poderá fazê-la em até trinta dias, por meio do portal gov.br.

....." (NR)

"Art. 248. .....

.....

§ 2º Na hipótese de acordo entre as partes, constará na ata, objetivamente:

I - a representação de cada entidade envolvida resultante do acordo; e

II - o prazo para apresentação, ao Ministério do Trabalho e Previdência, dos estatutos que contenham os elementos identificadores da nova representação.

§ 3º Na hipótese de o cartório não liberar, comprovadamente, o novo estatuto social em tempo hábil para peticionamento no SEI, a entidade poderá solicitar a abertura de um novo prazo, juntando comprovante que justifique a impossibilidade de atendimento ao prazo inicial." (NR)

"Art. 249. .....

.....

VI - verificação de conflito preexistente ao objeto da alteração estatutária;

VII - impugnação apresentada por entidade de grau diverso da entidade impugnada, salvo por instrumento de procuração específica; e

VIII - impugnação apresentada por entidade com representação genérica, em face de solicitação de registro ou de alteração estatutária pleiteada por entidade com representação de categoria diferenciada, nos termos do § 3º do art. 511 do Decreto-Lei nº5.452, de 1943 - CLT." (NR)

"Art. 252. .....

.....

Parágrafo único. Após o deferimento do registro, caberá à entidade manter atualizados os dados perenes, na modalidade de diretoria, nos termos do art. 263.

Art. 253. .....

I - insuficiência ou irregularidade de documentação não passíveis de saneamento ou ausência de saneamento no prazo legal, nos termos do § 1º do art. 242.

.....

IX - nos casos de fusão e incorporação, se a representação da entidade resultante exceder a soma da representação das entidades preexistentes;

....." (NR)

"Art. 260. .....

.....

§ 1º No caso de entidades que obtiveram registro por meio de carta sindical, o interessado poderá substituir o estatuto social previsto no inciso I do caput por cópia da respectiva carta.

§ 2º Toda alteração estatutária das entidades mencionadas neste artigo que envolva mudança na categoria ou na base territorial deverá seguir o rito previsto no art. 236." (NR)

"Art. 272. .....

I - cópia da carta sindical; e

II - estatuto social registrado em cartório, em consonância com a carta sindical." (NR)

"Art. 273. .....

Parágrafo único. Para fins de observância da unicidade sindical, será verificada, no CNES, a existência de entidade sindical representante da categoria na mesma base territorial descrita na carta sindical." (NR)

Art. 2º O Anexo VIII da Portaria nº 671, de 2021, passa a vigorar na forma do Anexo I.

Art. 3º O Anexo IX da Portaria nº 671, de 2021, passa a vigorar na forma do Anexo II.

Art. 4º Revogam-se as seguintes disposições da Portaria nº 671, de 2021:

I - parágrafo único do art. 83;

II - incisos I e II do caput do art. 173;

III - inciso IV do caput do art. 235;

IV - inciso IV do § 1º do art. 236;

V - parágrafo único do art. 237;

VI - parágrafo único do art. 238;

VII - inciso IV do caput do art. 240;

VIII - inciso IV caput do art. 241;

IX - § 1º e § 2º do art. 252;

X - inciso VI do caput do art. 253;

XI - art. 268;

XII - inciso III do caput do art. 272;

XIII - § 2º do art. 273;

XIV - art. 283; e

XV - Anexos II, III, V, VI, VII, X, XI, XII, XIII e XIV.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

ANEXO I - Novo Anexo VIII da Portaria nº 671, de 2021

ANEXO VIII

REQUISITOS DO REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO CONVENCIONAL - REP-C

O REP-C deve apresentar os seguintes requisitos:

1. Relógio interno de tempo real (Real Time Clock - RTC) com precisão mínima de 5 (cinco) partes por milhão (ppm) e que permita operações de ajuste, com capacidade de funcionamento ininterrupto por um período mínimo de 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) horas na ausência de energia elétrica de alimentação.

2. Mostrador não-analógico do RTC, contendo hora, minutos e segundos, com as seguintes características:

2.1. densidade horizontal máxima deve ser de 2 (dois) caracteres por centímetro; e

2.2. o caractere não pode ter altura inferior a 8 (oito) mm.

3. Dispor de mecanismo impressor em bobina de papel, integrado e de uso exclusivo do equipamento, que permita impressões com durabilidade mínima de 5 (cinco) anos.

4. Meio de armazenamento permanente, denominado Memória de Registro de Ponto - MRP, com capacidade de retenção dos dados gravados por, no mínimo, 10 (dez) anos, onde os dados armazenados não possam ser apagados ou alterados, direta ou indiretamente. As seguintes operações devem ser gravadas de forma permanente na MRP:

4.1. marcação de ponto, armazenando número do CPF, data e hora da marcação;

4.2. inclusão ou alteração das informações do empregador, armazenando os dados de data, hora e responsável pela inclusão ou alteração; tipo de identificador do empregador (CNPJ ou CPF); identificação do empregador; CEI/CAEPF/CNO, caso exista; razão social ou nome; e local da prestação do serviço;

4.3. ajuste do RTC, armazenando os dados de data antes do ajuste, hora antes do ajuste, data ajustada e hora ajustada, além de identificação do responsável pelo ajuste do RTC;

4.4. inserção, alteração e exclusão de dados de empregado, armazenando os dados de data e hora da operação, tipo de operação, número do CPF, nome do empregado e demais dados necessários à identificação do trabalhador pelo REP, além de identificação do responsável pela operação; e

4.5. eventos sensíveis do REP, considerando seus respectivos códigos.

OBS: Cada registro gravado na MRP deve conter Número Sequencial de Registro - NSR, consistindo em numeração sequencial em incrementos unitários, iniciando-se em 1 na primeira operação do REP.

5. Meio de armazenamento, denominado Memória de Trabalho - MT, onde ficarão armazenados os dados necessários à operação do REP. Os seguintes dados devem ser gravados na MT:

5.1. do empregador: tipo de identificador do empregador (CNPJ ou CPF); identificador do empregador; CEI/CAEPF/CNO, caso exista; razão social ou nome; e local da prestação do serviço; e

5.2. dos empregados que utilizam o REP: nome, CPF e demais dados necessários à identificação do empregado pelo equipamento.

6. Gerar o Arquivo Fonte de Dados - AFD, a partir dos dados armazenados na MRP, em conformidade com o art. 81 desta Portaria.

7. Emitir a Relação Instantânea de Marcações - RIM, contendo a relação de todas as marcações efetuadas pelos trabalhadores na últimas 24 (vinte e quatro) horas, disponível no local da prestação do serviço para pronta extração na forma impressa ao Auditor-Fiscal do Trabalho.

8. A impressão da RIM deve ter prioridade frente à atividade de marcação de ponto, com velocidade mínima de 480 (quatrocentas e oitenta) marcações de ponto em um tempo de 10 (dez) minutos, contendo as seguintes informações:

8.1. cabeçalho com identificador (CNPJ/CPF); CEI/CAEPF/CNO, caso exista; razão social ou nome do empregador; local da prestação do serviço; número de fabricação do REP; hora, dia, mês e ano da emissão da RIM;
8.2. NSR;
8.3. número do CPF e nome do empregado;
8.4. horário da marcação de ponto; e
8.5. quadrado, de 10 (dez) mm de lado, em cor preta, sólida, impresso ao final da RIM, no centro do papel.
9. Realizar marcação de ponto, composta dos seguintes passos:
9.1. receber diretamente a identificação do trabalhador, sem interposição de outro equipamento;
9.2. obter a hora do RTC;
9.3. registrar a marcação de ponto na MRP; e
9.4. gerar o Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador, conforme arts. 79 e 80.
10. A impressão do Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador deverá ser feita em cor contrastante com o papel, em caracteres legíveis com a densidade horizontal máxima de oito caracteres por centímetro e o caractere não poderá ter altura inferior a três milímetros.
11. O registro da marcação de ponto gravada na MRP consistirá dos seguintes campos:
11.1. NSR;
11.2. CPF do trabalhador;
11.3. data da marcação; e
11.4. horário de marcação, composta de hora, minutos e fuso horário.
12. Possuir identificação do REP gravada de forma indelével na sua estrutura externa, contendo CNPJ e nome do fabricante, marca, modelo e número de fabricação do REP, o qual deve ser composto por 17 (dezessete) dígitos (FFFFFMMMMMVSSSSSS), sendo:
12.1. FFFFF: número de cadastro do fabricante;
12.2. MMMMM: número de registro do modelo;
12.3. V: versão da MRP, com até 1 (um) dígito, podendo variar de 0 (zero) a 9 (nove); e
12.4. SSSSSS: número série único do equipamento.
OBS: A marcação indelével do REP assume sempre V igual a 0 (zero). Somente a numeração que é impressa nos documentos fiscais é que terá o dígito V atualizado, conforme forem introduzidas novas versões de MRP.
13. Dispor de porta de saída padrão USB externa, de uso exclusivo pelo Auditor-Fiscal do Trabalho, compatível com dispositivo USB de armazenamento de massa com conector macho tipo A, formatado no padrão FAT32, denominada Porta Fiscal.
14. Gravar o AFD em dispositivo externo de memória, por meio da Porta Fiscal, para a pronta captura de todos dados armazenados na MRP pelo Auditor-fiscal do trabalho, com mensagens de evolução do processo de transmissão de informações, bem como mensagem de conclusão ou erro, até que o dispositivo seja extraído do REP.
15. A gravação do AFD em dispositivo externo de memória, por meio da Porta Fiscal, deve ocorrer em qualquer situação crítica, como equipamento aberto, sem papel ou com MRP esgotada, com prioridade no caso de uso simultâneo de outras portas de saída, quando existirem.
16. O tempo de gravação da AFD na Porta Fiscal deve respeitar as seguintes condições:
16.1. a taxa de transferência real mínima de transmissão dos dados da MRP para o dispositivo externo de memória, por meio da Porta Fiscal, deve ser 219,73 kbit/s;
16.2. o tempo máximo de captura da MRP esgotada deve ser 40 (quarenta) minutos; e
16.3. a contagem de tempo de captura do AFD deve ser suspendida quando ocorrer marcação de ponto simultaneamente à referida captura.
17. Demais itens especificados no Regulamento Técnico da Qualidade para Registrador Eletrônico de Ponto publicado pelo INMETRO, em virtude da delegação atribuída pela Portaria MTE nº 101, de 13 de janeiro de 2012.

ANEXO II - Novo Anexo IX da Portaria nº 671, de 2021

ANEXO IX
REQUISITOS DO REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO VIA PROGRAMA - REP-P

O REP-P deve apresentar os seguintes requisitos:
1. Permitir a identificação da organização e do trabalhador.
2. Possuir ou acessar relógio que mantenha sincronismo com a Hora Legal Brasileira (HLB) disseminada pelo Observatório Nacional (ON), com uma variação de no máximo 30 (trinta) segundos.
3. Todo coletor de marcação de registro de ponto conectado ao REP-P deve exibir relógio não-analógico contendo horas, minutos e segundos no momento da marcação.
4. As marcações registradas realizadas no REP-P devem ser oriundas de coletor on-line (conectado ao REP-P), podendo excepcionalmente estar off-line (não conectado ao REP-P).
5. No caso de registro off-line, as marcações devem ser enviadas posteriormente no primeiro momento em que o coletor entrar em modo on-line (conectado ao REP-P), garantidas as normas de segurança da informação contidas nesta Portaria.
6. Acesso a meio de armazenamento com redundância, alta disponibilidade e confiabilidade, denominado Armazenamento de Registro de Ponto - ARP. As seguintes operações devem ser gravadas na ARP:
6.1. inclusão ou alteração das informações do empregador, armazenando os dados de data, hora e responsável pela inclusão ou alteração; tipo de identificador do empregador (CNPJ ou CPF); identificação do empregador; CEI/CAEPF/CNO, caso exista; razão social ou nome; e local da prestação do serviço ou endereço do estabelecimento ao qual o empregado esteja vinculado, quando exercer atividade externa ou em instalações de terceiros;
6.2. ajuste do relógio, armazenando os dados de data antes do ajuste, hora antes do ajuste, data ajustada e hora ajustada, além de identificação do responsável pelo ajuste do relógio;
6.3. inserção, alteração e exclusão de dados de empregado, armazenando os dados de data e hora da operação, tipo de operação, número do CPF, nome do empregado e demais dados necessários à identificação do trabalhador pelo REP, além de identificação do responsável pela operação;
6.4. eventos sensíveis do REP, considerando seus respectivos códigos; e
6.5. marcação de ponto, armazenando número do CPF, data e hora da marcação, fuso horário da marcação, data e hora da gravação do registro, fuso horário da gravação do registro, identificador do coletor e código hash (SHA-256).
OBS: Cada estabelecimento terá sua própria sequência de NSR, consistindo em numeração sequencial em incrementos unitários, iniciando-se em 1 na primeira operação do REP em relação ao estabelecimento.
7. Os dados armazenados na ARP não devem ser apagados ou alterados, direta ou indiretamente, pelo prazo mínimo legal.
8. Realizar marcação de ponto, composta dos seguintes passos:
8.1. receber de forma inequívoca a identificação do trabalhador, valendo-se de serviços informáticos que garantam a disponibilidade permanente desta funcionalidade;
8.2. obter a data e a hora de registro do ponto de forma confiável;
8.3. registrar a marcação de ponto na ARP; e
8.4. disponibilizar Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador, conforme arts. 79 e 80.
9. Caso seja adotado o formato impresso para o Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador, a impressão deverá ser feita em cor contrastante com o papel, em caracteres legíveis com a densidade horizontal máxima de oito caracteres por centímetro e o caractere não poderá ter altura inferior a três milímetros.
10. O registro da marcação de ponto gravada na ARP consistirá dos seguintes campos:
10.1. NSR;
10.2. CPF do Trabalhador;
10.3. data da marcação;
10.4. horário de marcação, composto de hora, minutos e fuso horário;
10.5. data da gravação do registro;
10.6. horário da gravação do registro, composto de hora, minutos e fuso horário;
10.7. identificação do coletor; e
10.8. código hash (SHA-256).
11. Gerar o Arquivo Fonte de Dados - AFD, a partir dos dados armazenados na ARP, em conformidade com o art. 81 desta Portaria.
12. Possibilitar a geração do AFD para um determinado intervalo temporal.
13. Todos os equipamentos e programas informatizados que integram o REP-P devem apresentar alta disponibilidade, de modo a não comprometer o serviço de registro de ponto em qualquer uma de suas etapas.

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 27 DE MAIO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 671/2021 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Análise Técnica nº 1179 (25125540), resolve: a) Deferir o Recurso Administrativo nº 19964.106364/2022-56, interposto pela Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado da Paraíba - FETAM/PB, e tornar sem efeito a Análise Técnica nº 1087 (24772350), publicada no D.O.U. de 17/05/2022, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99; b) Deferir o Registro Sindical à Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado da Paraíba - FETAM/PB, CNPJ nº 44.300.809/0001-04, Processo 19964.105919/2022-42, com abrangência Estadual, para a seguinte representação: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da categoria trabalhadores no serviço público municipal, ativos e inativos, independentemente do regime jurídico, das Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais e autarquias púbicas municipais no Estado da Paraíba, nos termos do inciso VI do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1164/2022/MTP SEI 25082364, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106416/2022-94 (SC21931), de interesse do SINPESJOB - O Sindicato dos(as) Pescadores (as) Profissionais, Artesanais, Aquicultores(as), Marisqueiro(as), Criadores(as) de peixe, Marisco e Trabalhadores (as) na pesca do Município de São João Batista/MA, CNPJ n.º 10.448.635/0001-00, para representação da categoria profissional abrange os (as) trabalhadores (as) em pesca, criação artesanal de peixe e marisco, tecelões (ãs) artesanais de matérias de pesca, pescadores (as) artesanais, aquicultores (as), marisqueiros (as) e trabalhadores (as) na pesca compreendendo os que exercem atividades como assalariados e assalariadas, permanente ou eventuais na pesca, aquicultura e maricultura, independentemente da natureza do Órgão empregador, bem como pescadores (as), aquicultores (as), marisqueiros (as), criadores(as) de peixe e marisco trabalhadores (as) na pesca que exerçam a atividade econômica objeto da classe, individual, em parceria ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executado em condições de mútua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência Municipal e base territorial no município de São João Batista, Estado Maranhão, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1172 (SEI 25096416), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106421/2022-05, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SITIO DO MATO - BAHIA, CNPJ 08.003.283/0001-37, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no Município de Sítio do Mato, Estado da Bahia, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1185 (25135700), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106504/2022-96, de interesse do Sindicato dos Pescadores Profissionais, Artesanais, Marisqueiros, Aquicultores, Criadores de Peixe, Marisco e Trabalhadores na Pesca do Município de Mirinzal/MA - SINPEMI , CNPJ 10.841.332/0001-52, para representação da categoria profissional dos pescadores profissionais, artesanais, marisqueiros, aquicultores, criadores de peixe, marisco e trabalhadores na pesca no município de Mirinzal, Estado do Maranhão, compreendendo os que exercem atividades como assalariados, permanentes ou eventuais, independentemente da natureza do órgão empregador, e também os que exercem atividade individual, em parceria ou em regime de economia familiar, com abrangência municipal e base territorial no município de Mirinzal, Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1189 (25149327), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106547/2022-71, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Mojuí dos Campos/PA, CNPJ n.º 12.367.573/0001-37, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Mojuí dos Campos no Estado do Pará, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1148 (SEI 25018147), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106323/2022-60, de interesse do Sindicato dos Comerciários de Belo Horizonte e Região - SECBH, CNPJ n.º 17.220.179/0001-95, para representação da categoria profissional dos empregados no comércio atacadista e/ou varejista de adornos e acessórios em vestuário; algodão e outras fibras vegetais; animais; armarinho; áudio e vídeo; bijuterias; calçados; carnes frescas e congeladas; açougues e peixarias; carvão vegetal; couros e peles; cristais; produtos e equipamentos de decoração; lazer; limpeza; instrumentos e equipamentos musicais; segurança; informática; eletrodomésticos; eletroeletrônicos; equipamentos; espelhos; ferro, ferragens e ferramentas; flores e plantas; sacolão, frutas e verduras; granitos; jóias; lenha; livros; louças; madeiras e compensados; maquinismos; materiais de construção; material de escritório; material elétrico; minérios; móveis, novos e usados; objetos de arte; papel e papelão; peças e acessórios novos e usados para veículos; peças recuperadas ou recondicionadas; pedras preciosas, semipreciosas e gemas, bruta ou lapidada; pedras, mármores e granitos; peixes ornamentais; pneumáticos; produtos alimentícios; produtos

cirúrgicos; produtos de beleza; produtos de higiene; produtos de informática, acessórios e periféricos; produtos de papelaria; produtos e acessórios em "pet shop"; produtos e acessórios em "sex shop"; produtos e artes fotográficas e cinematográficas; produtos em feiras e exposições; produtos esportivos; produtos médico-hospitalar e científico; produtos ópticos; produtos químicos; produtos sanitários; relógios; sacaria; sonorização; ferro-velho, sucata e peças de desmanche; tabacaria; tapeçaria; tecidos; telecomunicações; tintas; vestuário; vidros e vidros planos; empregados em empresas de comércio de importação e exportação; todos no sistema físico ou eletrônico, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Belo Horizonte, Caeté, Confins, Ibirité, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas e Vespasiano, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento ao Procedimento Comum Cível nº 5008233-40.2022.4.03.6100, proveniente da 9ª Vara Cível Federal de São Paulo e PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00250/2022/CORESPNE/PRU3R/PGU/AGU (25035855) - NUP: 19964.105648/2022-25, com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022, e na Análise Técnica 215 (25085280), resolve, DESARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46219.020997/2016-35 - SC18747, CNPJ: 26.554.970/0001-22, de interesse do SINTRARESP - Sindicato dos Empregados em Restaurantes e Empresas do Comércio e Serviço de Alimentação Preparada e Bebida à Varejo de São Paulo e Região, e prorrogar o prazo para apresentação de resolução de conflito até a realização da audiência a ser designada pela Central de Conciliação.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1174 (SEI 25103396), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106465/2022-27, de interesse do SINTRAL - Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Urbana e de Empres, CNPJ 33.568.809/0001-73, tendo em vista irregularidade no estatuto social, e pagamento da GRU, bem como a não caracterização de categoria, nos termos do art. 253, inciso I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1176 (25108214), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º SC21464, processo 19980-104234/2022-81, de interesse do Sindicato dos Bombeiros Civis, Socorristas e Brigadistas do Estado de Pernambuco, CNPJ 10.723.810/0001-20, tendo em vista irregularidade e insuficiência documental, nos termos do art. 253, inc. I da Portaria MTP nº 671/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE 27 DE MAIO DE 2022-CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1957 (SEI nº 25128226), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46248.000068/2018-24, de interesse de TUVIL S A HOTEIS COM E IND, CNPJ 25.629.528/0001-55, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1855 (SEI nº 24969470), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.003089/2017-67, de interesse de TOP SERVICE COM DE PRODUTOS VETERINARIOS E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ nº 10.465.008/0001-87, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1955 (SEI nº 25125476), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46259.005827/2016-54, de interesse de SINTESE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 04.048.662/0001-92, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1954 (SEI nº 25125409), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46473.005613/2016-43, de interesse de SPE DIOGO MOREIRA S/A,CNPJ 12.360.052/0001-58, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1948 (SEI nº 25113871), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46218.015569/2017-81, de interesse do PRÁXIS ACADEMIA GINASTICA COM. E IMP. LTDA, CNPJ 01.791.438/0001-36, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1944 (SEI nº 25100091), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46425.000959/2017-10, de interesse de ATELIER SONIA LTDA ME, CNPJ nº 03.469.653/0001-02, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1946 (SEI nº 25101181), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46208.012081/2017-11, de interesse do BRAZ E FREITAS - ASSESSORIA DE COBRANCA LTDA, CNPJ 11.652.580/0001-18, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1943 (SEI nº 25096872), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 13041.101022/2019-70, de interesse do OURENSE DO BRASIL IND DE ARTEFATOS DE METAL LTDA, CNPJ 10.277.146/0001-32, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1942 (SEI nº 25094118), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46261.006914/2017-61, de interesse de EMPORIO NOVA ERA PAES E DOCES LTDA, CNPJ 04.872.924/0001-39, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1965 (SEI nº 25156188), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 10260.124968/2021-56, de interesse do YPE ENGENHARIA LTDA, CNPJ 48.699.706/0001-10, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1940 (SEI nº 25093073), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.000702/2017-95, de interesse do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MICHELE, CNPJ 54.067.616/0001-09, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1968 (SEI nº 25157589), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.020176/2016-07, de interesse do CONDOMÍNIO EMPRESARIAL JARDIM SUL, CNPJ 15.638.785/0001-08, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1964 (SEI nº 25154875), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46215.004411/2019-78, de interesse do DIVE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 29.763.299/0001-18, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 881 (SEI nº 24278510), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47546.000043/2017-48, de interesse de TENPRO TECNICA DE ENGENHARIA E PROJETO LTDA, CNPJ 26.387.696/0001-44, diante da prescrição da pretensão da restituição da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1973 (SEI nº 25167248), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46266.007744/2015-20, de interesse de FERAS CONFECÇÕES LTDA - ME, CNPJ 07.705.497/0001-92, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1974 (SEI nº 25167254), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46224.004923/2016-82, de interesse de MARISA LOJAS S.A., CNPJ 61.189.288/0001-89, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 3º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1976 (SEI nº 25172005), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46211.002190/2018-52, de interesse de ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO ACONCHEGO DA SERRA, CNPJ nº 42.781.963/0001-10,, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 295, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
220381 - NO COMPASSO
ASSOCIACAO DAS INVERNADAS ARTISTICAS E CAMPEIRA DO CTG AMIGOS DA QUERENCIA
CNPJ/CPF: 08.766.482/0001-05
Processo: 01400000381202209
Cidade: São Carlos - SC;
Valor Aprovado: R$ 249.491,55
Prazo de Captação: 30/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto é uma ação formação cultural para crianças e adolescentes que objetiva a salvaguarda do patrimônio imaterial através da convivência e de aulas/oficinas semanais de danças e de produção e de declamação de poesias gauchescas.

220378 - OFICINAS DE DANÇAS DE MANAUS- PLANTANDO O FUTURO
BRUNNO MYCHELL BASTOS DE ATHAYDE
CNPJ/CPF: 003.334.772-78
Processo: 01400000378202287
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 60.000,01
Prazo de Captação: 30/05/2022 à 14/09/2022
Resumo do Projeto: Criação e realização da primeira edição da OFICINAS DE DANÇAS URBANAS DE MANAUS- PLANTANDO O FUTURO destinado ao público infantojuvenil. Além das oficinas, o projeto fará uma intervenção artística em grafite tendo como temática principal a conscientização ambiental. O projeto trará ainda, ações que juntam arte e sustentabilidade como: 1 Palestra de Desenvolvimento Sustentável, 1 Flash Mob (espetáculo de dança) "Dançando pela Amazônia" e coleta seletiva de todo lixo reciclável do evento que será doado para uma cooperativa de material reciclável.

220399 - PLANO ANUAL DO TEATRO DA CIDADE - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO - 2023
TEATRO DE PESQUISA
CNPJ/CPF: 18.824.136/0001-81
Processo: 01400000399202201
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 684.388,32
Prazo de Captação: 30/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Plano anual do Teatro da Cidade - Manutenção e Funcionamento 2023", tem como propósito a manutenção das atividades artísticas e administrativas do Teatro da Cidade, espaço sede do Teatro de Pesquisa, com prioridade para o custeio e em especial a garantia da continuidade do funcionamento da casa. - Realizar uma montagem de espetáculo anual, que entrará em temporada de no mínimo dois meses. - Realizar no mínimo 16 (dezesseis) apresentações teatrais de produções do Teatro de Pesquisa. - Realizar no mínimo 16 (dezesseis) apresentações de peças convidadas, por meio de curadoria. - Realizar o Festival anual de Teatro Mínimo, com 06 cenas teatrais curtas, reunindo artistas das várias gerações, com linguagens e estéticas teatrais diversas, as quais serão selecionadas por meio de curadoria. - Realizar uma mostra de 10 cenas solos (curtas) com

textos de autores como Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, Shakespeare, Nelson Rodrigues e Chico Buarque.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
220395 - Coral Laudate - Vozes da Mantiqueira (Evento com Transmissão Virtual)
MAURICIO AGASSI BOLDRIN
CNPJ/CPF: 402.619.938-01
Processo: 01400000395202214
Cidade: São José do Rio Pardo - SP;
Valor Aprovado: R$ 194.832,00
Prazo de Captação: 30/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de quatro apresentações virtuais (com possibilidade de realização de forma presencial e virtual) do Coral Laudate durante que serão preparadas durante dez meses de ensaio. As apresentações acontecerão nas cidades de São João da Boa Vista-SP, São José do Rio Pardo-SP, Poços de Caldas-SP e Espirito Santo do Pinhal-SP e todo repertório trabalhado são de canções folclóricas tradicionais e genuinamente brasileiras (livres de direitos autorais). Também serão realizadas três oficinas culturais como ações de contrapartida social em três escolas da rede pública de ensino.

220423 - SUPER JAM JAZZ FESTIVAL 2022
FAUSTO RODRIGUES VALLE JUNIOR
CNPJ/CPF: 30.700.118/0001-93
Processo: 01400000423202201
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 469.512,45
Prazo de Captação: 30/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O SUPER JAM JAZZ FESTIVAL 2022 será um festival de Música Instrumental na cidade histórica de Pirenópolis, Goiás, reunindo grandes artistas locais e nacionais. Este projeto é uma sequência do SUPER JAM (Pronac 192459) que em 2020/2021 foi executado no formato online. Além do evento presencial, produziremos um video mostrando os bastidores do festival e o registro de um dia de gravação em estúdio com músicos participantes do festival, em uma super sessão de improvisação, a Super Jam.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
220427 - Livros nas Praças
C.M.A DE FIGUEIREDO – ME
CNPJ/CPF: 10.292.875/0001-68
Processo: 01400000427202281
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.027.246,20
Prazo de Captação: 30/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Circulação de um ônibus-biblioteca nacional móvel para realização de empréstimos de livros e atividades literárias itinerantesno território nacional com o intuito de fomentar o hábito a leitura. O ônibus biblioteca Livros nas Praças: Biblioteca Móvel - percorrerá municípios e bairros situados em regiões da periferia, à margem de iniciativas literárias, e estacionará em uma determinada cidade, funcionando como um espaço alternativo de leitura para as comunidades. Espaço esse que oportunizará ao morador, contato com literatura, por meio de empréstimo de livros gratuitamente, e participando de ações de promoção e estímulo ao livro e a leitura, tais como: contação de histórias, bate papo com autores, palestras dentre outras ações. Tudo oferecido gratuitamente à população local.

220379 - MOSTRA LITERÁRIA: ESCRITA, CINEMA E GASTRONOMIA
FUNDACAO EDUCANDARIO CEL. QUITO JUNQUEIRA - BIBLIOTECA SINHA JUNQUEIRA
CNPJ/CPF: 55.998.546/0002-56
Processo: 01400000379202221
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 201.856,05
Prazo de Captação: 30/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar a MOSTRA LITERÁRIA: ESCRITA, CINEMA E GASTRONOMIA, que vai oferecer oito (8) meses de programação gratuita e aberta ao público. A Mostra vai oferecer oficinas, sessões de cinema e bate-papos com autores. Como contrapartida social, serão realizadas rodas de conversa/palestras para professores e estudantes. O primeiro eixo da Mostra trará a conexão entre a literatura e o cinema, e depois, entre a literatura e a gastronomia.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
220385 - Mais Sertanejo
RAFAEL JOSE LUNARDELLI
CNPJ/CPF: 310.326.408-98
Processo: 01400000385202289
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 209.935,79
Prazo de Captação: 30/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Mais Sertanejo" realizará a gravação musical do artista proponente no segmento da musica cantada, além de oferecer ações formativas de contrapartida social.

220408 - Sul Session
KEVIN BEGNIS SEVERO
CNPJ/CPF: 037.050.770-31
Processo: 01400000408202255
Cidade: Jundiaí - SP;
Valor Aprovado: R$ 234.806,00
Prazo de Captação: 30/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Sul Session" realizará gravação de um CD em live session do artista proponente, bem como a execução de ações formativas de contrapartida social.

PORTARIA Nº 296, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
210712 - ARAUCO E ÁRIA - A LENDA DA ARAUCÁRIA
JULMAR RUBENS LEARDINI
CNPJ/CPF: 428.267.649-34
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 297, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211166 - 24° Fenatib - Festival Nacional de Teatro Para Crianças e Jovens de Blumenau
Instituto de Artes Integradas de Blumenau
CNPJ/CPF: 06.292.251/0001-73
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Reduzido: R$ 2.314,00
Valor total atual: R$ 528.319,60

212582 - Festival de Dança de Joinville - 39º Edição
Instituto Festival de Dança de Joinville
CNPJ/CPF: 02.979.605/0001-00
Cidade: Joinville - SC;
Valor Reduzido: R$ 87.615,00
Valor total atual: R$ 3.272.705,22

200189 - Mulheres Marajoaras em Cena
Sandra Maria Job
CNPJ/CPF: 071.509.028-39
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Reduzido: R$ 910,00
Valor total atual: R$ 70.079,01

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212699 - 5º Coxilha Instrumental
JBA PRODUCOES CULTURAIS
CNPJ/CPF: 14.568.565/0001-84
Cidade: Guaíba - RS;
Valor Reduzido: R$ 2,00
Valor total atual: R$ 549.930,27

202666 - Expresso 25 - SUITE PARA TOM JOBIM
Susana Fröhlich
CNPJ/CPF: 218.087.670-04
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 8.156,00
Valor total atual: R$ 413.109,90

201437 - Mia Cara 2020
Associacao Cultural Solar do Rosario
CNPJ/CPF: 40.408.353/0001-40
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 8.013,00
Valor total atual: R$ 961.838,67

212380 - Oficinas de Música Caipira - 5ª Edição
KALITHEA PRODUÇÕES LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 13.089.311/0001-10
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 35.639,00
Valor total atual: R$ 512.571,02

191868 - Olodum & Bolshoi - A Cultura Negra e a Cultura Russa juntas no mesmo Palco
WF7 PRODUÇÕES
CNPJ/CPF: 12.084.450/0001-99
Cidade: São José - SC;
Valor Reduzido: R$ 5.415,00
Valor total atual: R$ 518.823,00

186281 - Panela do Jazz - Festival de Música Instrumental do Poço da Panela
Pro 4 Promoção e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 13.359.091/0001-06
Cidade: Recife - PE;
Valor Reduzido: R$ 13.670,00
Valor total atual: R$ 385.984,97

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
211769 - Plano Bienal de Atividades Brasil Solidário 2022-2023
Instituto Brasil Solidario
CNPJ/CPF: 07.456.934/0001-81
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.056.664,00
Valor total atual: R$ 11.736.160,00

212725 - Superações
CRISTIANE BORGO FRANCOIS PRODUCAO CULTURAL - ME
CNPJ/CPF: 20.227.772/0001-78
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 468.209,00
Valor total atual: R$ 1.829.965,21

204286 - Van Gogh - A Experiência Imersiva (Van Gogh Immersive)
Waleria Alexandrino Dias - ME
CNPJ/CPF: 10.996.755/0001-41
Cidade: Guarulhos - SP;
Valor Reduzido: R$ 237.013,00
Valor total atual: R$ 5.758.223,91

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
204819 - A Literatura em Língua Portuguesa: um mapeamento
OCEANOS CULTURA E COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 02.415.571/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 12.765,00
Valor total atual: R$ 1.565.431,00

211901 - Bibliotecas Renato Russo
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA VIDA
CNPJ/CPF: 04.069.566/0001-20
Cidade: Brasília - DF;
Valor Reduzido: R$ 89.271,00
Valor total atual: R$ 523.233,79

211869 - ESCOLA CRIATIVA DE FICÇÃO E POESIA - evento virtual
OCEANOS CULTURA E COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 02.415.571/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 26.136,00
Valor total atual: R$ 472.824,00

191433 - Saci e os Amigos da Natureza - 5ª Edição
CEPAR CULTURAL ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.242.168/0001-88
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 36.539,00
Valor total atual: R$ 377.141,96

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 5-E, DE 20 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar os prazos de captação de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo até 31/12/2022, mantidos os mecanismos já aprovados.

SALIC	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	CNPJ
15-0706	SÓ MENTE A VERDADE	PANORAMICA COMUNICACAO LTDA	05.565.485/0001-84
16-0246	J. SISTERS	CHOCOLATE FILMES EIRELI	11.503.567/0001-05
16-0703	LOVE SONGS	BLUE FILMES E PRODUÇÕES LTDA ME	10.664.463/0001-01
16-0027	MEUS 4 MARIDOS	VOGLIA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	36.472.587/0001-89
16-0671	ISABEL, PRINCESA DO BRASIL (DESENVOLVIMENTO)	DE FELIPPES FILMES E PRODUÇÕES LTDA	08.427.088/0001-34
17-0070	CINDERELA POP	PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA	05.565.485/0001-84
17-0305	NEUROSES URBANAS	ESTILINGUE FILMES LTDA ME	08.763.501/0001-31
17-0520	ESPÍRITO DA LUTA - 3ª TEMPORADA	FILMES MAIS LTDA	03.435.290/0001-94

Art. 2º Prorrogar os prazos de captação de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo até 31/12/2023, mantidos os mecanismos já aprovados.

SALIC	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	CNPJ
18-0112	GUIA SENTIMENTAL DE CIDADES LITERÁRIAS	PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA	05.565.485/0001-84
18-0284	DRAFT	RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA	02.947.857/0001-49
18-0307	TEATRO UMA JANELA PARA VIDA	SCREEN SP FILME E VÍDEO LTDA ME	08.215.198/0001-92
18-0325	TODO TIGRADO	RAFAEL GEBER ANDREAZZA ME	03.793.040/0001-26
18-0339	A ESTAÇÃO	VACA AMARELA FILMES EIRELI	10.407.637/0001-50
18-0440	A EVOLUÇÃO DO COMBATE	RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA	02.947.857/0001-49
18-0484	A CASA	PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA	05.565.485/0001-84
18-0495	JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS	ALENCAR RIBEIRO ME	18.506.737/0001-46
18-0554	OS AUSENTES	PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA	05.565.485/0001-84
18-0624	IDEIA DE GÊNIO	PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA	05.565.485/0001-84
18-1040	TUDO POR UM NAMORADO	PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA	05.565.485/0001-84
21-0007	AQUELES DIAS	B2 PRODUÇÃO CINE VIDEO EIRELI	00.873.599/0001-78

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLA SOBROSA MESQUITA MONSORES

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

RESOLUÇÃO NORMATIVA IBRAM Nº 19, DE 25 DE MAIO DE 2022

Disciplina a atividade de fiscalização das ações desenvolvidas pelos museus e por responsáveis pelos bens declarados de interesse público no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, inciso IV, do anexo I do Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009, de acordo com a deliberação da Diretoria Colegiada, na Septuagésima-Segunda Reunião de Trabalho realizada em 04 de maio de 2022, e tendo em vista o disposto no art. 66 da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009; no art. 4º da Lei n° 11.906, de 20 de janeiro de 2009 ; nos arts. 44 a 58 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013; e o constante nos autos do processo nº 01415.010667/2017-68 resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução Normativa disciplina, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, os procedimentos para as ações de fiscalização e aplicação de penalidades, previstas no art. 66 da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, no art. 4° da Lei n° 11.906, de 20 de janeiro de 2009 e nos arts. 44 a 58 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

Art. 2º Entende-se por ação de fiscalização a atividade desenvolvida pelo Ibram, no exercício de seu poder de polícia, visando a preservação do patrimônio museológico e dos bens declarados de interesse público e o desenvolvimento e fortalecimento do setor museológico.

Art. 3º Para os efeitos desta Normativa, considera-se;

I - museu (segundo o art. 2º, Inciso IX, do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013): "instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento";

II - caráter educativo: ações de informação, conscientização e orientação, visando a integridade do museu, do bem musealizado e do bem declarado de interesse público;

III - ações de caráter preventivo: ações planejadas antecipadamente, para evitar ou mitigar danos futuros ou processos cumulativos, visando manter a integridade do museu, do bem musealizado e do bem declarado de interesse público;

IV - ações coercitivas e punitivas: ações que impliquem em supressão de direitos, perda de benefícios e aplicação de multas;

V - risco: probabilidade de algo acontecer causando diversas gradações de perigos ou efeitos negativos; e

VI - dano: alteração física do museu, do bem musealizado e do bem declarado de interesse público, gerado a partir da ação de agentes de riscos, causando perda de valor patrimonial, degradação, destruição, inutilização.

Parágrafo único. As ações de caráter preventivo serão acordadas com o fiscalizado, bem como o prazo para o cumprimento, a partir da identificação do dano, sua extensão e sua complexidade.

Art. 4º São princípios da ação de fiscalização: legalidade, caráter educativo e preventivo, objetividade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, eficiência, transparência, devido processo legal, publicidade, moralidade e o respeito aos direitos dos fiscalizados e dos terceiros.

Art. 5º A fiscalização tem por principal objetivo a proteção e a preservação do museu, do bem musealizado ou declarado de interesse público, e terá caráter eminentemente educativo e preventivo, ressalvada a atuação coercitiva e punitiva aos casos previstos nesta Resolução Normativa.

Parágrafo único. Considera-se tão importante quanto o caráter preventivo ou punitivo, as soluções que possam ser apresentadas como resposta aos problemas, mitigando-os para o objetivo primordial da recuperação do bem em situação de risco ou danificado.

CAPÍTULO II

DOS FISCAIS

Art. 6º A fiscalização do Ibram, tanto a presencial quanto à distância, será realizada por servidores do quadro da autarquia ocupantes de cargos técnicos de nível superior, qualificados para o exercício da atividade de fiscal, e designados pelo Presidente, em caráter não exclusivo.

§ 1º Os fiscais serão indicados pela chefia imediata de suas unidades de exercício e designados, por ato formal, pelo Presidente do Ibram.

§ 2º A designação para atuação como fiscal poderá ser revista a qualquer momento, por interesse da administração ou por solicitação do fiscal, mediante justificativa.

§ 3º Os servidores designados, para a função de fiscalização, terão a atuação estabelecida para um período de 24 meses, cabendo a possibilidade de recondução, por concordância do servidor, por igual período.

§ 4º Findo o período de atuação como fiscal, o servidor deverá permanecer no mínimo 12 meses fora dessa função, sem a possibilidade de novas convocações para a atividade.

§ 5º Os servidores designados receberão capacitação específica para exercer a atividade de fiscalização.

§ 6º No desempenho de suas funções, os fiscais designados poderão solicitar apoio técnico de peritos e especialistas, com expertise comprovada, fora dos quadros do Ibram.

§ 7º Não poderão atuar como fiscais, servidores que estejam respondendo Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

CAPÍTULO III

DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 7º A atividade de fiscalização obedecerá à programação estabelecida no Plano Anual de Fiscalização e sua execução compreenderá ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

§ 1º O Departamento de Processos Museais - DPMUS/Ibram, dentro das suas atribuições regimentais, coordenará a atividade de fiscalização do Ibram.

§ 2º O Plano Anual de Fiscalização será elaborado pela Divisão de Fiscalização da Coordenação de Acervo Museológico do Departamento de Processos Museais - DIFISC/CAMUS/DPMUS/Ibram, e aprovado pelos Diretores do Departamento de Processos Museais; de Difusão, Fomento e Economia dos Museus; de Planejamento e Gestão Interna, pelo Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal e pelo Presidente do Ibram, até o dia 30 de outubro do ano anterior à sua vigência, e será publicado no Boletim de Serviço Eletrônico - BSE, até 14 (quatorze) dias após a sua aprovação, para conhecimento de qualquer interessado.

§ 3º O Ibram elaborará um Relatório Anual referente às ações de fiscalização realizadas, o qual será disponibilizado no portal eletrônico do Instituto, para divulgação e conhecimento público.

Art. 8º O Plano Anual de Fiscalização deverá conter:

I - As ações em andamento, do exercício anterior;

II - As ações de fiscalização a serem desenvolvidas;

III - Justificativa e memória de cálculo para as ações planejadas;

IV - A meta quantitativa para as ações de fiscalização a serem desenvolvidas;

V - Os recursos necessários para cumprimento da meta;

VI - Os critérios objetivos para definição das ações de fiscalização realizadas de ofício; e

VII - Os critérios de priorização das ações de fiscalização.

Art. 9º Devem ser adotados, como parâmetros para planejamento das ações de fiscalização, a existência de riscos e danos ao bem cultural, os relatórios dos órgãos de controle, a distribuição geográfica, entre outros elementos.

Art. 10. A observância do Plano Anual de Fiscalização poderá ser suspensa, em caso de atendimento a solicitações ou determinações dos órgãos de controle, do Ministério Público ou do Poder Judiciário, ou denúncias visando à apuração do fato motivador e veiculação pública de ocorrência de infração ou em casos emergenciais identificados pelo Ibram que demandem a atuação imediata do Instituto.

Parágrafo Único. O Plano Anual de Fiscalização ficará suspenso até o atendimento das solicitações ou determinações efetuadas pelos órgãos de controle, do Ministério Público ou do Poder Judiciário, ou denúncias por até 60 (sessenta) dias, ou até sua resolução, o que ocorrer primeiro, sob pena de paralização de sua execução.

Art. 11. Serão priorizadas, no Plano Anual de Fiscalização, as ações de fiscalização decorrentes da inação de entes federados municipais, estaduais e distrital, notificados, nos termos dos §§ 3º e 4º, do art. 52, do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 12. As ações de fiscalização deverão ser desenvolvidas por fiscais designados por ato específico da Presidência do Ibram.

§ 1º O Departamento de Processos Museais - DPMUS/Ibram indicará a equipe de fiscalização, de ao menos três fiscais, de acordo com a atividade e localização da fiscalização que será desenvolvida.

§ 2º Caso algum membro da equipe de fiscalização esteja em trabalho remoto por adesão legal, a convocação para o desempenho de atividades de fiscalização obedecerá à regra prevista no art. 9º da Resolução Normativa nº 5, de 23 de agosto de 2021.

§ 3º Caso algum membro da equipe de fiscalização esteja em trabalho remoto por adesão legal, haverá a convocação do mesmo, nos termos previstos no Plano de Gestão de Desempenho (PGD/Ibram).

Art. 13. A ação de fiscalização deverá ser objeto de planejamento abrangendo:

I - a definição do objetivo de acordo com o Plano Anual de Fiscalização;

II - o contato com a instituição ou com o responsável pelo bem cultural declarado de interesse público, objeto de fiscalização;

III - recursos físicos, orçamentários e financeiros;

IV - a estimativa de prazo para desenvolvimento;

V - o material de apoio;

VI - a definição de documentos a serem solicitados;

VII - o levantamento de ações de fiscalização anteriores e a situação do envio de dados ao Ibram; e

VIII - outras informações pertinentes para seu adequado desenvolvimento.

Art. 14. O(a) fiscalizado(a) será informado(a) prévia e formalmente da realização da ação de fiscalização, podendo ser solicitado, se necessário, o acompanhamento por representante.

CAPÍTULO V

DAS INFRAÇÕES

Art. 15. Com vistas a promover a preservação e proteção dos museus, dos bens musealizados e dos bens declarados de interesse público, e sem prejuízo do disposto no art. 40 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, consideram-se infrações administrativas:

I - destruir, inutilizar ou degradar museu, bem de museu ou bem declarado de interesse público;

II - alterar o aspecto ou estrutura de edificação do museu, sem autorização da autoridade competente;

III - pichar ou por outro meio conspurcar museu, bem de museu ou bem declarado de interesse público;

IV - deixar o proprietário de bem declarado de interesse público de informar ao Ibram a necessidade da realização de obras de conservação e reparação do bem, caso não possua recursos financeiros para realizá-las;

V - intervir em bem declarado de interesse público sem a anuência prévia do Ibram;

VI - deixar de proceder ao registro de museu, no órgão competente,

VII - deixar de elaborar e manter atualizado, o plano museológico; e

VIII - deixar de manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 16. A prática de infração administrativa sujeitará os infratores a:

I - multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) dias-multa, agravada em casos de reincidência, vedada sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada por outro ente federativo;

II - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

III - perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

IV - impedimento de contratar com o poder público, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e

V - suspensão parcial de sua atividade.

§ 1º O valor do dia-multa será fixado, mediante Portaria do Presidente do Ibram, após deliberação da Diretoria Colegiada, de acordo com os valores previstos no § 1º do art. 46 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

§ 2º Os valores das multas estarão sujeitos à atualização monetária desde a ciência pelo autuado da decisão que aplicou a penalidade até o seu efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previstos em lei.

Art. 17. Verificada a reincidência, a pena de multa poderá ser agravada em 1/3 (um terço).

Parágrafo único. Considera-se reincidente o infrator que cometer nova infração administrativa da mesma natureza, depois de transitar em julgado a decisão que o tenha condenado por infração administrativa anterior.

Art. 18. Para imposição e gradação da penalidade, o fiscal observará:

I - a gravidade do fato, considerados os motivos da infração e suas consequências para o museu, o bem musealizado e o bem declarado de interesse público;

II - os antecedentes do infrator; e

III - a situação econômica do infrator, em caso de multa.

Parágrafo único. Os parâmetros para aplicação das penalidades encontram-se estabelecidos na planilha de Dosimetria desta Resolução Normativa, prevista no Anexo VII a esta Resolução Normativa.

Art. 19. A penalidade de suspensão parcial de atividade apenas será aplicada quando caracterizado risco ao museu, bem musealizado e bem declarado de interesse público, e quando não for possível o acesso ao público a área afetada.

§1º A sanção referida no caput deverá se restringir ao menor espaço físico e pelo menor tempo possível, priorizando a manutenção das atividades do museu, notadamente o atendimento aos usuários, garantida a segurança dos bens existentes.

§2º Constatado o risco, e com vistas a garantir a segurança dos bens existentes, fica permitida a apreensão do bem musealizado ou declarado de interesse público, acompanhada de Termo de Depósito nos termos do inciso IV do art. 29 desta Resolução Normativa.

Art. 20. A aplicação das penalidades previstas nesta Resolução Normativa será feita sem prejuízo do disposto no art. 51, do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 , devendo a equipe de fiscalização comunicar ao setor competente do Ibram, caso haja necessidade de cobrança de indenização e/ou reparação de danos causados.

CAPÍTULO VII

DA AÇÃO FISCALIZADORA

Art. 21. No exercício da ação de fiscalização, quando julgar necessário, o Ibram poderá se valer de vistoria e requisitar apoio dos órgãos de segurança pública para os casos que envolvam relevante descumprimento da legislação relativa ao museu, ao bem musealizado e ao bem declarado de interesse público.

Art. 22. A fiscalização ocorrerá de ofício ou mediante denúncia de qualquer interessado, sendo que esta última terá prioridade na execução.

Art. 23. As ações de fiscalização podem se dar de forma presencial ou a distância, mediante consulta aos sistemas e bases de dados oficiais disponíveis e comunicação com o fiscalizado.

Art. 24. Compete exclusivamente ao Ibram, no âmbito federal, a fiscalização e aplicação das penalidades previstas no art. 66, da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, aos museus públicos federais.

Art. 25. Caso constatadas irregularidades em museus privados, municipais, estaduais e distritais, o Ibram notificará, por intermédio de Ofício, o ente federativo para fiscalização e eventual aplicação de penalidade.

§ 1º Em caso de notificação ao ente federado, a adoção de providências deverá ser monitorada.

§ 2º Caso não sejam adotadas providências pelo ente federado notificado, durante o período de 60 (sessenta) dias, o Ibram assumirá as referidas atribuições.

Art. 26. São instrumentos de fiscalização:

I - notificação de infração, procedimento preliminar destinado a impelir o notificado a corrigir as irregularidades encontradas, nos termos previstos no Anexo I a esta Resolução Normativa; e

II - auto de infração, lavrado em caso de não atendimento da notificação de infração ou quando a notificação se demonstrar inviável, nos termos previstos no Anexo II a esta Resolução Normativa.

Parágrafo único. Não será cabível a notificação de infração nos casos em que a irregularidade encontrada não puder ser corrigida.

Art. 27. A notificação de infração obedecerá ao formulário próprio e deverá conter:

I - identificação do responsável pelo museu ou proprietário/responsável do bem declarado de interesse público a ser notificado, com seu nome, endereço, CPF, entidade a que se vincula e seu CNPJ, se houver, e os meios para contato;

II - indicação do local, data e hora da sua lavratura, e das condições verificadas na ocasião;

III - indicação da infração ocorrida, seu fundamento legal, e as providências a serem tomadas, com respectivos prazos;

IV - identificação do bem cultural, na forma de inventários de acervos, de bens culturais musealizados e de bens declarados de interesse público, caso existentes;

V - identificação e assinatura do(s) fiscal(is);

VI - assinatura do notificado;

VII - identificação e qualificação de testemunhas, se houver;

VIII - a identificação do local onde o bem cultural ficará guardado, o responsável pelos custos de embalagem, seguro e deslocamento e a nomeação do fiel depositário; e

IX - advertência ao fiel depositário, que assinará termo próprio, de que é vedada, sem prévia autorização do Ibram, a remoção ou qualquer ação que incida sobre o bem que ficará sob sua guarda.

§ 1º A equipe de fiscalização definirá o prazo para a correção das irregularidades.

§ 2º O prazo definido somente poderá ser prorrogado uma vez, mediante apresentação de justificativa e aprovação por parte da equipe de fiscalização, conforme estipulado nos termos do § 1º do art. 55 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

§ 3º Caso as providências tomadas pelo notificado corrijam as irregularidades encontradas, não haverá a lavratura de auto de infração.

§ 4º Caso as providências tomadas pelo notificado não sejam suficientes para corrigir as irregularidades encontradas, a notificação será convertida em auto de infração.

§ 5º Em caso de recusa do autuado ou de seus prepostos em assinar o termo de ciência, o fato deverá ser relatado na notificação pela equipe de fiscalização, na presença de 02 (duas) testemunhas, devendo o auto de infração ser posteriormente encaminhado ao autuado, por via postal com aviso de recebimento.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO SANCIONADOR

Art. 28. O processo administrativo sancionador será iniciado de ofício, por meio de lavratura de auto de infração ou conversão da notificação em auto de infração.

Art. 29. Além do auto de infração, convertido ou lavrado, os seguintes documentos deverão integrar o processo sancionador, seguindo padronização estabelecida pelo Ibram:

I - relatório de fiscalização: documento destinado a descrever as causas e circunstâncias da infração, narrando em detalhes os fatos ocorridos para seu cometimento, o comportamento do autuado e dos demais envolvidos, os objetos, instrumentos e petrechos envolvidos, os elementos probatórios, o modus operandi e a indicação de eventuais atenuantes e/ou agravantes relevantes, com o objetivo de garantir as informações para a elucidação dos fatos e auxiliar na decisão da autoridade julgadora acerca da infração;

II - manual básico do autuado: documento destinado a informar os direitos e deveres das pessoas físicas e jurídicas autuadas, no âmbito do processo administrativo federal instaurado para apurar a infração, sendo entregue no ato da notificação, de forma impressa, e divulgado nas mídias de comunicação do Ibram;

III - laudo técnico: documento conclusivo elaborado com a finalidade de registrar o entendimento técnico sobre determinado fato, fundamentado em conhecimentos ou técnicas específicas, e que consiste em elemento probatório e de embasamento para decisões e medidas adotadas pela fiscalização;

IV - termo de depósito (se for o caso): documento destinado a formalizar o depósito de bens apreendidos por estarem sujeitos a grave risco, podendo ficar sob a guarda de órgão ou entidade ligada à área de patrimônio cultural, ser confiado a terceiro, bem como ficar sob a guarda do próprio autuado, na qualidade de fiel depositário, até o julgamento do processo administrativo; e

V - fundamento legal da autuação e da infração.

Art. 30. O auto de infração deverá conter a indicação do prazo para apresentação da defesa e o local em que deverá ser apresentada.

Art. 31. As fases do processo administrativo serão as seguintes:

I - fase de instauração, em que a equipe de fiscalização iniciará o processo, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da constatação do não atendimento da Notificação de Infração ou de irregularidade para a qual é inviável a notificação;

II - citação, em que o autuado será citado para apresentar defesa escrita no prazo de até 15 (quinze) dias, contado a partir do recebimento da contrafé do auto de infração;

III - defesa, será apresentada diretamente pelo autuado ou por intermédio de representante legal devidamente constituído, via serviço de remessa postal de documentos com aviso de recebimento ou protocolado na sede do Ibram, formulada por escrito e que conterá os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, e a especificação das provas que o autuado pretende produzir a seu favor, justificadas;

IV - verificação da regularidade formal, em que, transcorrido o prazo para defesa, competirá à autoridade julgadora verificar a necessária instrução processual, a legitimidade das partes e a regularidade formal do processo;

V - produção de provas, em que a autoridade julgadora verificará quais serão as provas pertinentes requeridas pela defesa, assim como as provas necessárias à sua convicção, podendo requisitá-las, bem como solicitar parecer técnico ou contradita do agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido;

VI - alegações finais, em que, concluída a instrução, o autuado será intimado para apresentar alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias;

VII - emissão de parecer pela Procuradoria Federal junto ao Ibram - PROFER/Ibram, quando houver controvérsia jurídica justificada;

VIII - julgamento, em que, oferecidas as alegações finais ou decorrido o prazo sem a manifestação do autuado, o DPMUS/Ibram decidirá, no prazo de 30 (trinta) dias, relatando o andamento do processo, e indicando os fatos e fundamentos jurídicos em que se baseia sua decisão, e, se for o caso, a penalidade aplicável;

IX - intimação da decisão, em que o autuado será intimado para tomar ciência e, se for o caso, pagar a multa, no prazo de 10 (dez) dias;

X - do recurso, em que, da decisão proferida pelo DPMUS/Ibram caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a ser dirigido ao Diretor de Processos Museais, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará ao Presidente do Ibram; e

XI - do julgamento do recurso, em que o recurso será julgado em segunda e última instância pelo Presidente do Ibram, e, seguida, o autuado será intimado da decisão.

§ 1º O processo administrativo será instruído com cópia do auto de infração ou da notificação de infração e de outros documentos pertinentes, como laudos e fotos, e deverão integrá-lo os instrumentos de fiscalização relativos ao museu e aplicados em consequência de uma mesma ação fiscalizadora.

§ 2º O agente que exercerá a função de autoridade julgadora, em primeira instância, será designado por ato do Presidente do Ibram, dentre servidores do quadro de pessoal da autarquia, ocupantes de cargos de nível superior, previamente qualificados para o exercício da atividade de fiscalização, e que não tenham participado da fiscalização na unidade autuada.

§ 3º A citação ou a intimação será considerada efetuada na data do aviso de recebimento, no caso de carta enviada por serviço de remessa expressa de documentos com Aviso de Recebimento - AR ou por meio de mensagem eletrônica, na data da confirmação de leitura, que deverão ser juntadas ao processo.

§ 4º As diligências e perícias técnicas requeridas pelo autuado serão custeadas por ele e deverão ser realizadas nos prazos estabelecidos pela autoridade julgadora, cabendo prorrogação do prazo, mediante justificativa fundamentada.

§ 5º As provas documentais poderão ser apresentadas até a fase de alegações finais, devendo ser anexadas ao processo.

§ 6º As testemunhas indicadas pelo autuado serão no máximo 3 (três), devendo ser intimadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, nos termos previstos no Anexo III a esta Resolução Normativa.

§ 7º O autuado é responsável pelo comparecimento de suas testemunhas, conforme data, horário e local estipulados pela instância julgadora.

§ 8º O autuado, ou seu representante legal, acompanharão o procedimento administrativo e poderão ter vista dos autos no Ibram e deles solicitar cópia física ou digital, por meio de autorização de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), nos moldes em que é previsto nos arts. 7º e 11, Incisos II e IV, da Portaria Ibram n° 567, de 16 de julho de 2021.

§ 9º A defesa e o recurso não serão conhecidos quando apresentados fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

§ 10. Para verificação da tempestividade da defesa será considerada a data de postagem, quando enviada por serviço de remessa expressa de documentos com aviso de recebimento, ou a data de protocolo, quando entregue em mãos, na sede do Ibram.

§ 11. As incorreções ou omissões do instrumento de fiscalização não acarretarão sua nulidade, quando dele constarem elementos suficientes para determinar a infração e possibilitar a defesa do autuado.

§ 12. O erro no enquadramento legal da infração é irregularidade formal que não acarreta a nulidade do instrumento de fiscalização e pode ser corrigido de ofício pela autoridade julgadora, devendo ser comunicada a correção ao autuado.

§ 13. O erro ou omissão que implique a nulidade do instrumento de fiscalização será declarado no julgamento.

§ 14. Anulado o instrumento de fiscalização com lavratura ou expedição de outro para apuração do mesmo ilícito, o processo concluído será apensado ao novo procedimento instaurado.

§ 15. Para efeito desta Resolução Normativa, entende-se por contradita as informações e esclarecimentos prestados pelo agente autuante, necessários à elucidação dos fatos que originaram o instrumento de fiscalização, ou manifestações acerca das razões alegadas pelo autuado, facultado ao agente, nesta fase, opinar pelo acolhimento parcial ou total da defesa.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Nos casos previstos nos incisos II e III do art. 66, da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, mediante comunicação oficial do Ibram.

Art. 33. Casos omissos serão dirimidos pela Presidência do Ibram, sendo passíveis de delegação nas hipóteses legalmente permitidas.

Art. 34. Esta Resolução Normativa deverá ser observada pelos órgãos e entidades do Poder Público no seu relacionamento direto e indireto, com os museus.

Art. 35. O Ibram elaborará material técnico para orientação do fiscalizado quanto às responsabilidades, padrões de qualidade, métodos de trabalho e outros aspectos que permitam objetividade no processo de fiscalização, no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Resolução Normativa.

Art. 36. Não poderá ser objeto de fiscalização matéria que não disponha de material técnico que oriente o fiscalizado quanto às responsabilidades, padrões de qualidade, métodos de trabalho e outros aspectos que permitam objetividade no processo de fiscalização.

Art. 37. O Ibram estabelecerá ou detalhará procedimentos complementares a esta Resolução Normativa.

Art. 38. Esta Resolução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2022.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

ANEXO I

Modelo de Notificação de Infração

MINISTÉRIO _____

Órgão/Entidade

(Endereço) (Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	Nº. _____/_____

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social/Responsável:			
Endereço:			
Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:
CPF/CNPJ:		Telefone/E-mail:	
DADOS DO RESPONSÁVEL:			
Nome:			
Endereço:			
Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:
CPF/CNPJ:		Telefone/E-mail:	
OBJETO DA FISCALIZAÇÃO:			
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO:			
Na fiscalização realizada no local descrito em ____ de _____ de ____, às _____ hs ficaram constatadas irregularidades, que podem ser enquadradas nos dispositivos da Legislação vigente, conforme abaixo discriminadas:			
DESCRIÇÃO DA(S) IRREGULARIDADE (S):			
INFRAÇÃO (descrição da ocorrência):			
ARTIGOS (Lei n° 11.904/2009 e Decreto nº 8.124/2013):		INCISOS:	PENALIDADE PREVISTA:
Informamos ao Notificado: Fica o responsável acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _____ (_____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.			

O notificado poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até __ (_____) dias úteis, junto ao Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, no endereço: _____ ou pelo endereço eletrônico: _____.
OBSERVAÇÕES:
RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:
Nome:
Assinatura/Carimbo: _____, _____/_____/_____
RECEBIDO POR:
Nome/Razão Social: CPF/CNPJ:
Assinatura: RECEBI EM, _____/_____/_____
( ) Recusou-se a assinar a notificação: TESTEMUNHAS: _____ _____ Nome/R.G. Nome/R.G. _____ _____ Assinatura Assinatura

ANEXO II

Modelo de Auto de Infração
MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
(Endereço) (Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

AUTO DE INFRAÇÃO	Nº. _____/_____

DADOS DO AUTUADO:			
Nome/Razão Social/Responsável:			
Endereço:			
Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:
CPF/CNPJ:		Telefone/E-mail:	
DADOS DO RESPONSÁVEL:			
Nome:			
Endereço:			
Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:
CPF/CNPJ:		Telefone/E-mail:	
Data da Notificação:		Notificação n° _____/_____	
OBJETO DA FISCALIZAÇÃO:			
PENALIDADES APLICADAS:			
Fica o responsável acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n° _____/_____ não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:			
INFRAÇÃO (descrição da ocorrência):			
ARTIGOS (Lei n° 11.904/2009 e Decreto nº 8.124/2013) :	INCISOS:	PENALIDADE PREVISTA:	
CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES: (segundo preceitos estabelecidos nos arts. 48 e 49 do Decreto n° 8.124)			
OBSERVAÇÕES:			
DETERMINAÇÕES:			
Informamos ao autuado: O autuado será citado para apresentar defesa escrita, junto a sede do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, no endereço: _____ ou pelo endereço eletrônico: _____, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento do Auto de Infração.			
RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:			
Nome:			
Assinatura/Carimbo: _____, _____/_____/_____			
RECEBIDO POR:			
Nome/Razão Social:	CPF/CNPJ:		
Assinatura: RECEBI EM, _____/_____/_____			
( ) Recusou-se a assinar a notificação: TESTEMUNHAS: _____ _____ Nome/R.G. Nome/R.G. _____ _____ Assinatura Assinatura			

ANEXO III

Modelo de Notificação de Testemunha:
MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
(Endereço) (Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)
NOTIFICAÇÃO
Ao Sr.(a) (nome da testemunha)

O(A) Chefe da Divisão de Fiscalização, com o intuito de instruir o Processo nº _____, referente ao Auto de Infração nº_____, lavrado em face de _____, vem à presença de Vossa Senhoria, INTIMÁ-LO(A), na condição de TESTEMUNHA, a comparecer no endereço: _____ (rua, número, andar e sala onde funciona a divisão), às _____ horas do dia _____ de _____ de 202__, a fim de prestar depoimento sobre atos e fatos constantes do referido processo.

Atenciosamente,
Local, ___de _____ de 202__.
.....
(Nome e assinatura)
Chefe da Divisão de Fiscalização
Ciente em ___/___/202____.
_____
(Nome e assinatura da testemunha)

ANEXO IV

Modelo de Notificação de Testemunha (videoconferência):
MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
(Endereço) (Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)
NOTIFICAÇÃO
Ao Sr.(a) (nome da testemunha)

O(A) Chefe da Divisão de Fiscalização, com o intuito de instruir o Processo nº _____, referente ao Auto de Infração nº_____, lavrado em face de _____, vem à presença de Vossa Senhoria, INTIMÁ-LO(A), a comparecer no endereço: _____ (rua, número, andar e sala), às _____ horas do dia _____ de _____ de 202__, a fim de prestar depoimento, na condição de TESTEMUNHA, sobre atos e fatos constantes do referido processo, por sistema de videoconferência.

Atenciosamente,
Local, ___de _____ de 202__.
.....
(Nome e assinatura)
Chefe da Divisão de Fiscalização
Ciente em ___/___/202__.
_____
(Nome e assinatura da testemunha)

ANEXO V

Modelo de Notificação do Autuado da Oitiva da Testemunha:
MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
(Endereço) (Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)
NOTIFICAÇÃO
Ao Sr.(a) (nome do representante)

O(A) Chefe da Divisão de Fiscalização, com o intuito de instruir o Processo nº _____, referente ao Auto de Infração nº_____, lavrado em face de _____, vem à presença de Vossa Senhoria, COMUNICÁ-LO(A), que esta divisão estará procedendo à oitiva da(s) testemunha(s) abaixo, no dia e horário que se lhe(s) segue(s):

(nome da testemunha)	(data da oitiva)	(horário da oitiva)

Saliento que essa(s) oitiva(s) será(ão) realizada(s), no endereço: _____(rua, número, andar e sala onde funciona a divisão), onde Vossa Senhoria poderá comparecer para acompanhar e participar dos atos.

Atenciosamente,
Local, ___de _____ de 202__.
.....
(Nome e assinatura)
Chefe da Divisão de Fiscalização
Ciente em ___/___/202__.
_____
(Nome e assinatura da representante)

ANEXO VI

Modelo de Notificação do Autuado da Oitiva da Testemunha (videoconferência):
MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
(Endereço) (Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)
NOTIFICAÇÃO
Ao Sr.(a) (nome do representante)
O(A) Chefe da Divisão de Fiscalização, com o intuito de instruir o Processo nº _____, referente ao Auto de Infração nº_____, lavrado em face de _____, vem à presença de Vossa Senhoria, COMUNICÁ-LO(A), que esta divisão estará procedendo à oitiva da(s) testemunha(s) abaixo, no dia e horário que se lhe(s) segue(s):

(nome da testemunha)	(data da oitiva)	(horário da oitiva)

Saliento que essa(s) oitiva(s) será(ão) realizada(s), por meio de sistema interno de videoconferência em (estado, endereço, sala) e (estado, endereço, sala), locais onde Vossa Senhoria poderá comparecer para acompanhar e participar dos atos.
Atenciosamente,
Local, ___de _____ de 202__.
.....
(Nome e assinatura)
Chefe da Divisão de Fiscalização
Ciente em ___/___/202__.
_____
(Nome e assinatura da representante)

ANEXO VII

Dosimetria

Infração Administrativa	Penalidade - Prazo e Enquadramento							
	Prazo para correção	I - multa simples	II -multa diária	III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais por 5 anos	IV - perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento por 5 anos	V - impedimento de contratar por 5 anos	VI - suspensão parcial de sua atividade (ação cautelar visando a preservação do bem cultural - art. 49 do Decreto n°8.124/2013)	Observações:
I - destruir museu, bem de museu ou bem declarado de interesse público;	início imediato devido a complexidade do dano (perda total)	x		x	x	x	x	suspensão parcial de suas atividades, em caso de risco de destruição para outros bens do museu, respeitado o prazo para as devidas correções.
II - inutilizar museu, bem de museu ou bem declarado de interesse público;	variável segundo a complexidade do dano, início imediato	x		x	x	x	x	suspensão parcial de suas atividades, em caso de risco de inutilização para outros bens do museu, respeitado o prazo para as devidas correções.
III - degradar museu, bem de museu ou bem declarado de interesse público;	variável segundo a complexidade do dano, início imediato		x	x	x	x	x	análise e avaliação do grau de degradação, por parte da fiscalização, segundo os requisitos previstos no art. 48, do Decreto nº 8.124/2013.
IV - alterar o aspecto ou estrutura de edificação do museu, sem autorização da autoridade competente;	segundo a análise do órgão competente	x					x	notificação ao órgão competente (instâncias federal, estadual, municipal e distrital), por parte da fiscalização primária efetuada pelo IBRAM (no caso da falta de regularização).
V - pichar ou por outro meio conspurcar museu, bem de museu ou bem declarado de interesse público;	variável segundo a complexidade do dano, início imediato		x				x	
VI - deixar o proprietário de bem declarado de interesse público de informar ao IBRAM a necessidade da realização de obras de conservação e reparação do bem, caso não possuir recursos financeiros para realizá-las;	não se aplica	x						
VII - intervir em bem declarado de interesse público sem a anuência prévia do IBRAM;	não se aplica	x					x	independente da necessidade da intervenção/restauração do bem, é necessária autorização prévia, por parte do IBRAM (levar em consideração na gradação).
VIII - deixar de proceder ao registro de museu no órgão competente;	12 meses	x						
IX - deixar de elaborar o plano museológico; e	12 meses	x						
X - deixar de manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.	período delimitado a depender do tamanho do acervo e da estrutura do museu	x						

Amplitude da Penalidade						
I - multa simples	II - multa diária	III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais por 5 anos	IV - perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento por 5 anos	V - impedimento de contratar por 5 anos	VI - suspensão parcial de sua atividade (ação cautelar visando a preservação do bem cultural - art. 49 do Decreto n° 8.124/2013)	Observações:
de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)		x	x	x	x	
de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)		x	x	x	x	
	de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)	x	x	x	x	
de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)					x	fato sem gravidade suficiente à justificar imposição das penalidades III, IV e V (art. 48 do Decreto n° 8.124/2013)

	de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)				x	fato sem gravidade suficiente à justificar imposição das penalidades III, IV e V (art. 48 do Decreto n° 8.124/2013)
de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)						fato sem gravidade suficiente à justificar imposição das penalidades III, IV e V (art. 48 do Decreto n° 8.124/2013)
de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)						fato sem gravidade suficiente à justificar imposição das penalidades III, IV e V (art. 48 do Decreto n° 8.124/2013)
de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)					x	fato sem gravidade suficiente à justificar imposição das penalidades III, IV e V (art. 48 do Decreto n° 8.124/2013)
de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)						fato sem gravidade suficiente à justificar imposição das penalidade III, IV e V (art. 48 do Decreto nº 8.124/2013)
de 10 a 1.000 dias - multa: considerando o art. 48 do Decreto nº 8.124/2013 (dia - multa: valor a ser fixado pela diretoria do Ibram)						fato sem gravidade suficiente à justificar imposição das penalidades III, IV e V (art. 48 do Decreto n°8.124/2013)

Gradação da Penalidade	Avaliação da Situação do Fiscalizado				
	Muito Grave	Gravidade Média	Pouco Grave	Sem Gravidade	Observações
I - a gravidade do fato, consideradas suas consequências para o museu, o bem musealizado e declarado de interesse público;	Não é possível recuperar	Recuperação custosa ou de resultado não ideal	Recuperação relativamente fácil com bom resultado	Não é necessária recuperação	
II - a gravidade do fato, considerados os motivos da infração;	Dolo, má fé ou má intenção	Culpa, negligência, imperícia, imprudência, sem má intenção	Outros fatores ligados à gestão do museu, não existindo má intenção	Fatores que estão fora da governabilidade do museu	
III - os antecedentes do infrator;	Infração anterior não corrigida da mesma natureza	Infração anterior de outra natureza não corrigida	Infração anterior corrigida (há menos de 5 anos)	Não existem infrações anteriores	
IV - a situação econômica do infrator, em caso de multa; e	Dispõe da totalidade dos recursos financeiros (100%)	Dispõe de parte dos recursos financeiros (50%)	Dispõe, de forma insuficiente, dos recursos financeiros (até 25%)	Não dispõe dos recursos financeiros	Cabe ao fiscalizado, demonstrar e comprovar a sua situação econômica
V - impacto na Penalidade.	Aplicação plena da penalidade	Redução em até 25% da multa	Redução em até 50% da multa	Redução até 100% da multa e não imposição das outras penalidades (art.48 do Decreto nº 8.124/2013	

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 27, DE 27 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

II - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Processo nº 01508.000926/2016-22
Projeto: Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial do empreendimento imobiliário Alphaville Paraná Residencial Norte e Sul
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Campo Largo, estado do Paraná
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02-Processo nº 01504.001225/2008-31
Projeto: Levantamento Prospectivo do Potencial Arqueológico da Área dos Cordões Litorâneos e Intersecção Barreiras e Área de Influência da Ponte Gilberto Amado
Arqueólogos Coordenadores: Lucia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani e David Lugli Turtera Pereira
Área de Abrangência: Municípios de Estância e Indiaroba, estado de Sergipe
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01508.000400/2022-91
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da Obra de Restauração e Reutilização do antigo Fórum Municipal, hoje Museu Campos Gerais
Arqueóloga Coordenadora: Jamária Batista Nascimento
Apoio Institucional: Museu Paranaense - Governo do Estado do Paraná
Área de Abrangência: Município de Ponta Grossa, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02-Processo nº 01425.000305/2015-88
Projeto: Recadastramento e sinalização de sítios arqueológicos nos municípios de Araguainha e Ponte Branca
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Municípios de Araguainha e Ponte Branca, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: RODONORTE - Concessionária de Rodovias Integradas S.A
Empreendimento: Duplicação entre km 394+500 ao km 403+500 (Trecho 8A e 8C) da BR-376 e Ampliação de Dispositivo de Retorno (Trecho 9B) entre o km 411+200 ao km 412+000 da BR376
Processo nº 01508.000256/2020-21
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de Duplicação entre km 394+500 ao km 403+500 (Trecho 8A e 8C) da BR-376 e Ampliação de Dispositivo de Retorno (Trecho 9B) entre o km 411+200 ao km 412+000 da BR-376
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Vanessa da Silva Belarmino
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Tibagi e Imbaú, estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia
Empreendimento: Requalificação Urbana do entorno do Mercado Público e Antiga Alfandega de Florianópolis
Processo nº 01510.000929/2018-89
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Referente à Requalificação Urbana do entorno do Mercado Público e Antiga Alfândega de Florianópolis
Arqueólogo Coordenador: Osvaldo Paulino da Silva
Arqueólogo de Campo: Osvaldo Paulino da Silva
Área de Abrangência: Município de Florianópolis, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 10 (dez) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Copel Distribuição S.A
Empreendimento: LDAT 138kV Capitão Leônidas Marques - Capanema
Processo nº 01508.000097/2017-69
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico da LDAT 138kV Barão de Capanema - Capitão Leônidas Marques
Arqueóloga Coordenadora: Ana Cláudia de Arthur Jucá
Arqueóloga de Campo: Ana Cláudia de Arthur Jucá
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etno-história - LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Capitão Leônidas Marques, Capanema e Realeza, estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rôgga Construtora e Incorporadora S.A
Empreendimento: Residencial Tigre
Processo nº 01510.000528/2020-43
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Empreendimento Imobiliário Residencial Tigre
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Valdir Luiz Schwengber
Apoio Institucional: Museu Etno-Arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí Área de Abrangência: Município de Balneário Piçarras, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Engemin Engenharia e Geologia Ltda
Empreendimento: Rodovia PR-405, trecho: entroncamento PR-340 (Cacatu) - Guaraqueçaba
Processo nº 01508.000475/2020-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da Rodovia PR-405, trecho: entroncamento PR-340 (Cacatu) - Guaraqueçaba
Arqueólogo coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de campo: Raul Viana Novasco
Área de Abrangência: Municípios de Antonina e Guaraqueçaba, estado do Paraná
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Camargo & Campanini Ltda
Empreendimento: Extração de Areia e Cascalho Camargo & Campanini Ltda
Processo nº 01508.000799/2021-29
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Extração de Areia e Cascalho Camargo & Campanini Ltda
Arqueólogo Coordenador: Antônio Carlos Mathias Cavalheiro
Arqueólogo de Campo: Eloi Bora
Apoio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - CEPA - Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Área de Abrangência: Município de Cândido de Abreu, estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: JCS Engenharia, Consultoria e Participações Eireli
Empreendimento: CGH Bulha I
Processo nº 01508.000502/2018-20
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Bulha I
Arqueólogo Coordenador: Isaac Amorim dos Santos
Arqueólogo de Campo: Isaac Amorim dos Santos

Apoio Institucional: Museu Paranaense - Governo do Estado do Paraná
Área de Abrangência: Municípios de Arapuã e Ivaiporã, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Palmital
Empreendimento: Loteamento Parque Industrial II
Processo nº 01508.000295/2022-90
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Parque Industrial II
Arqueólogo Coordenador: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Arqueólogo de Campo: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Palmital, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: ESB Engenharia Ltda
Empreendimento: Central Geradora Hidrelétrica Boa Esperança
Processo nº 01508.000273/2022-20
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Central Geradora Hidrelétrica Boa Esperança
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Alessandro de Bona Mello
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: municípios de Boa Ventura de São Roque e Turvo, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ravena Pesquisa Energética Ltda
Empreendimento: PCH Água Tremida
Processo nº 01508.000082/2021-87
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da PCH Água Tremida
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Alessandro de Bona Mello
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Moreira Sales e Tuneiras do Oeste, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sul Energia
Empreendimento: CGH Sete Quedas
Processo nº 01508.000046/2022-02
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Sete Quedas
Arqueóloga Coordenadora: Fabiana Chagas Moreira
Arqueólogos de Campo: Fábio Isídio dos Santos e Murilo Galho Ribeiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Marilândia do Sul, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Luiz Antônio Meneguel - ME
Empreendimento: Luiz Antônio Meneguel
Processo nº 01506.001474/2021-83
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Luiz Antônio Meneguel
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Arqueólogo de Campo: Mateus de Souza Ferreira
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Área de Abrangência: Município de Fartura, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Villa Bella Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Villa Bella
Processo nº 01506.000880/2021-29
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Villa Bella
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Itapetininga, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vulcano Export Mineração Exportação e Importação Ltda
Empreendimento: Unidade de Extração de Quartzito - Bairro Caneleiras
Processo nº 01506.000622/2022-23
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Unidade de Extração de Quartzito - Bairro Caneleiras
Arqueólogo Coordenador: Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Arqueólogo de Campo: Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Apoio Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy - Prefeitura de Jacarehy
Área de Abrangência: Município de Itapeva, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AS Incorporadora S/S Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Frei Moacir V
Processo nº 01506.000502/2022-26
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Frei Moacir V
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá
Arqueólogo de Campo: Gustavo Peres da Silva
Apoio institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de abrangência: Município de Dracena, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: CGH Cachoeira Geradora de Energia SPE Ltda
Empreendimento: CGH Cachoeira
Processo nº 01510.000664/2021-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Cachoeira
Arqueólogo Coordenador: Tacio Vieira Machado
Arqueólogo de Campo: Rodrigo Junghans
Apoio Institucional: Museu Eduardo de Lima e Silva Hoerhann - Prefeitura de Ibirama
Área de Abrangência: Municípios de Água Doce e Luzerna, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses

12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Torre Loteadora e Incorporadora Ltda
Empreendimento: Loteamento Aeronáutico II e Náutico II
Processo nº 01508.000150/2022-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Aeronáutico II e Náutico II
Arqueólogo Coordenador: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Arqueólogo de Campo: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Sertaneja, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Murion Solar Energia SPE Ltda
Empreendimento: LT 500kV SE Murion - SE Sol do Sertão
Processo nº 01502.000531/2022-28
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500kV SE Murion - SE Sol do Sertão
Arqueóloga Coordenadora: Fabiana Chagas Moreira
Arqueólogos de Campo: Fabio Isidio dos Santos e Murilo Galho Ribeiro
Área de Abrangência: Município de Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ecoservice Gestão de Resíduos Ltda
Empreendimento: Ecoservice Gestão de Resíduos
Processo nº 01494.000084/2022-53
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Ecoservice Gestão de Resíduos
Arqueólogo Coordenador: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Arqueólogo de Campo: Mario Pereira Mamede
Área de Abrangência: Município de Governador Edison Lobão, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 03 (três) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cooperativa de Mineração do Vale do Amapari - COOPEVALE
Empreendimento: Cooperativa de Mineração do Vale do Amapari - COOPEVALE - Mineração (Permissão de Lavra Garimpeira - PLG)
Processo nº 01424.000015/2022-73
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Cooperativa de Mineração do Vale do Amapari - COOPEVALE - Mineração (Permissão de Lavra Garimpeira - PLG)
Arqueólogo Coordenador: Kleber de Oliveira Souza
Arqueólogo de Campo: Kleber de Oliveira Souza
Apoio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP) - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Área de Abrangência: Município de Pedra Branca do Amapari, Estado do Amapá
Prazo de Validade: 03 (três) meses

16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Verde Grande Geração de Energia
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Caraúbas
Processo nº 01421.000233/2021-57

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Complexo Fotovoltaico Caraúbas
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueóloga de Campo: Suele Magalhães Cerqueira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte UERN
Área de abrangência: Município de Caraúbas, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Verde Grande Geração de Energia
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Jaguar
Processo nº 01421.000227/2021-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Fotovoltaico Jaguar
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueóloga de Campo: Suele Magalhães Cerqueira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: Município de Baraúna, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

18-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER/PB
Empreendimento: Vias do Atlântico - Av. João Cirilo da Silva (Altiplano Cabo Branco) - Hospital Universitário Lauro Wanderley (Campus UFPB)
Processo nº 01408.000206/2021-52
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras do acesso Vias do Atlântico - Av. João Cirilo da Silva (Altiplano Cabo Branco) - Hospital Universitário Lauro Wanderley (Campus UFPB)
Arqueólogo Coordenador: Levi Fonseca Dias de Freitas
Arqueólogo de Campo: Levi Fonseca Dias de Freitas
Área de Abrangência: Município de João Pessoa, estado da Paraíba
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SRN Holding S.A
Empreendimento: Projeto SRN Mineração
Processo nº 01402.000246/2019-30
Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Projeto SRN Mineração
Arqueólogo Coordenador: Celito Kestering
Arqueólogos de Campo: Rafael Barreto Ruben Siqueira Negreiros e Angelica Assis dos Santos
Apoio Institucional: Fundação Cultural Cristo Rei - Museu Dom Avelar Brandão Vilela
Área de Abrangência: Municípios de Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí e São Raimundo Nonato, estado do Piauí
Prazo de Validade: 03 (três) meses

20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Alphaville Urbanismo S.A
Empreendimento: Terras Alphaville Vale dos Sinos
Processo nº 01512.000651/2021-25
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Terras Alphaville Vale dos Sinos
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Carlos Eduardo Ferreira Melchiades
Apoio Institucional: Laboratório de Cultura Material e Arqueologia, Núcleo de Pré História e Arqueologia (Lacuma/Nupha) - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pedreira Joaçaba Ltda
Empreendimento: Ampliação da Pedreira Joaçaba
Processo n.º 01510.001058/2021-16
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Ampliação da Pedreira Joaçaba
Arqueólogo Coordenador: Tacio Vieira Machado
Arqueólogo de Campo: Rodrigo Junghans
Apoio Institucional: Museu Eduardo de Lima e Silva Hoerhann - Prefeitura de Ibirama
Área de Abrangência: Município de Joaçaba, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses

22-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Enel Green Power Novo Lapa 01 S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão LT 500kV SE Parque Solar Novo Lapa x SE Bom Jesus da Lapa II
Processo nº 01502.001184/2021-70
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de influência da Linha de Transmissão LT 500kV SE Parque Solar Novo Lapa x SE Bom Jesus da Lapa II
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Sebastião Lacerda de Lima Filho
Apoio institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA - Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
Área de abrangência: Município de Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Enercom Energias Renováveis Ltda
Empreendimento: UFV Enercom-Serrita I-II
Processo nº 01498.000237/2020-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da UFV Enercom-Serrita I-II
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Arqueóloga de Campo: Michelle Leão Pinheiro Bastos Dantas
Área de Abrangência: Município de Serrita, estado do Pernambuco
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Centrais Elétricas salto dos Dardanelos S.A
Empreendimento: CGH Faxinal I; II; e III
Processo nº 01425.000329/2021-85
Projeto: Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) na área do Conjunto de Geração Hidrelétrica Faxinal (CGH Faxinal I, PCH Faxinal II e CGH Faxinal III)
Arqueólogo Coordenador: Nelson Rodrigues
Arqueólogo de Campo: Nelson Rodrigues
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Município de Aripuanã, estado de Mato Grosso
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: CGH Três Palmeiras Energética SPE Ltda
Empreendimento: CGH Três Palmeiras
Processo nº 01508.000830/2021-21
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Três Palmeiras
Arqueóloga Coordenadora: Izabella Alvarenga Nunes
Arqueóloga de Campo: Taíssa Rosales Munhoz
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Candói, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

26-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Piumhi Energias Renováveis Ltda
Empreendimento: Complexo Geração Distribuída Piumhi
Processo nº 01514.000231/2022-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Complexo Geração Distribuída Piumhi
Arqueóloga Coordenadora: Virgínia Barbosa Pereira
Arqueóloga de campo: Virgínia Barbosa Pereira
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Município de Piumhi, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses

27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MAXGEO - Engenharia, Topografia E Consultoria Ltda
Empreendimento: Linha de Transmissão 500 kv Trindade - Silvânia e Estruturas Associadas
Processo nº 01516.000117/2021-89
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Linha de Transmissão Trindade - Silvânia e Estruturas Associadas
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueólogo de Campo: Petherson Farias de Oliveira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás (UFG)
Área de Abrangência: Municípios de Bonfinópolis, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Leopoldo de Bulhões, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Silvânia, Terezópolis de Goiás, Trindade, Luziânia, Brazabrantes e Nova Veneza, estado de Goiás
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

28-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Humaitá Solar Empreendimentos e Participações Ltda
Empreendimento: Usina Fotovoltaica - UFV Humaitá Solar
Processo nº 01502.001070/2021-20
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de Implantação da Usina Fotovoltaica - UFV Humaitá Solar
Arqueólogos Coordenadores: Naira Lorena de Oliveira Veras e Janderson Rubens Tameirão
Arqueólogos de Campo: Naira Lorena de Oliveira Veras e Maurício Rocha Ribeiro Monteiro
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Juazeiro, estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

29-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Felipe de Souza Leão
Empreendimento: Mineração em lavra a céu aberto para extração de saibro e argila
Processo nº 01403.000407/2021-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Mineração em lavra a céu aberto para extração de saibro e argila
Arqueólogas Coordenadoras: Milena Duarte de Oliveira Souza e Rúbia Nogueira de Andrade Malheiros
Área de Abrangência: Município de São Miguel dos Milagres, estado de Alagoas
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

30-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Urupati Participações Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Eldorado
Processo nº 01419.000007/2022-04
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Eldorado
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Gabriel Pereira de Oliveira
Apoio institucional: Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Área de abrangência: Município de Boa Vista, estado de Roraima
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

31-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Duaço Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardins
Processo nº 01506.001808/2021-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Loteamento Jardins
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá
Arqueólogo de Campo: Diego Barrocá
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Dracena, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

32-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Altos de Paulínia Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: BeUp Residence Paulínia-Fase 1
Processo nº 01506.000323/2022-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do BeUp Residence Paulínia-Fase 1
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Rafaela Torres Simões Faustino
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor

Área de Abrangência: Município de Paulínia, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

33-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Novo Tempo Imóveis Itajobi Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Village Tietê II
Processo nº 01506.000081/2022-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Loteamento Residencial Village Tietê II
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá
Arqueólogo de Campo: Diego Barrocá
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Borborema, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

34-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Loteamento Tarumã Park SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Tarumã Park
Processo nº 01425.000089/2022-08
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico no Loteamento Tarumã Park
Arqueólogo Coordenador: Fábio Isidio dos Santo
Arqueólogos de Campo: Cleiton Silva da Silveira e Murilo Galho Ribeiro
Apoio Institucional: Museu de História Natural de Mato Grosso Casa Dom Aquino - Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (Ecoss)
Área de Abrangência: Município de Cáceres, estado do Mato Grosso

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

35-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sérgio dos Santos Gião
Empreendimento: Náutico
Processo nº 01508.000783/2021-16
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Náutico
Arqueólogo Coordenador: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Arqueólogo de Campo: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Ribeirão Claro, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

36-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: DGEP Empreendimentos e Participações Ltda
Empreendimento: Tayayá Ecoview
Processo nº 01508.000180/2022-03
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Tayayá Ecoview
Arqueólogo Coordenador: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Arqueólogo de Campo: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Ribeirão Claro, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

37-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Maria Luiz Rodrigues Vasconcellos
Empreendimento: Reserva São Bento
Processo nº 01506.004259/2019-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Reserva São Bento
Arqueóloga coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de campo: Rafaela Simões Torres Faustino
Apoio institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de abrangência: Município de Paulínia, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

38-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Adilson Antonio Necchio
Empreendimento: Loteamento de Uso Misto Sem Denominação
Processo nº 01506.000995/2020-32
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento de Uso Misto Sem Denominação
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: José Eduardo Abrahão
Apoio institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de abrangência: Município de Louveira, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

39-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Agropastoril GB Ltda
Empreendimento: Parque Central Park Monte Mor III
Processo nº 01506.000894/2020-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Parque Central Park Monte Mor III
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Rafaela Simões Torres Faustino
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Paulínia, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

40-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Loteamento Parque Alvorada Araraquara SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Parque Das Árvores
Processo nº 01506.000783/2020-55
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Parque das Árvores
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Dhara Rodrigues Lima
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Araraquara, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

41-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sollic - Negócios e Participações Ltda
Empreendimento: Loteamento Misto Parque Industrial Solaris
Processo nº 01506.000218/2022-50
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Empreendimento Loteamento Misto Parque Industrial Solaris
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal
Arqueólogo de Campo: Luís Vinícius Sanches Alvarenga
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Área de Abrangência: Município de Santa Bárbara d'Oeste, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

42-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Ourolândia Energia Renovável Sociedade Unipessoal Spe Ltda
Empreendimento: Linha de Transmissão 500kv Ouro - Ourolândia
Processo nº 01502.000597/2022-18
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500kv Ouro - Ourolândia
Arqueóloga Coordenadora: Joyce Avelino Carneiro Santana
Arqueóloga de Campo: Joyce Avelino Carneiro Santana
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Ourolândia, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

43-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Millennium Wind II Participações Ltda
Empreendimento: Complexo Solar Serra da Ibiapaba
Processo nº 01496.000409/2021-05
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Complexo Solar Serra da Ibiapaba
Arqueóloga Coordenadora: Amanda Caroline Carvalho de Siqueira
Arqueólogo de Campo: Pablo Roggers Amaral Rodrigues
Área de Abrangência: Municípios de Carnaubal e Guaraciaba do Norte, estado do Ceará
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

PORTARIA Nº 28, DE 27 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve revogar:

I-Autorização nº 10, Anexo IV, da Portaria nº 63/2021, Seção I, Pág. 428, publicada no Diário Oficial da União em 02/05/2022, processo nº 01409.000225/2021-79, em nome dos Srs. Cleiton Silva da Silveira e Fábio Isidio dos Santo, projeto: "Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na CGH Santa Maria", tendo em vista solicitação dos arqueólogos coordenadores.

II- Autorização nº 28, Anexo V, da Portaria nº 48/2021, Seção I, Pág. 101, publicada no Diário Oficial da União em 16/08/2021, processo nº 01492.000205/2020-15, em nome do Sr. Felipe Silva Sales, projeto, projeto: "Acompanhamento Arqueológico para o Lote II da Rodovia Trecho 04- Xingú Uruará - Santarém (PA 370- Transuruará).", tendo em vista solicitação do empreendedor.

HERBERT MOURA REGO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 16, de 25 de março de 2022, Seção 1, Anexo III, Página 210, Autorização nº 01, processo nº 01508.000809/2020-45, publicada em 28/03/2022, onde se lê: "Arqueólogo de campo: Tácio Vieira Machado", leia-se: "Arqueólogos de campo: Tácio Vieira Machado e Rodrigo Junghans".

Na Portaria nº 48, de 13 de agosto de 2021, Seção 1, Anexo V, Página 102, Autorização nº 41, processo nº 01514.001229/2020-96, publicada em 16 de agosto de 2021, onde se lê: "Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)", leia-se: "Apoio Institucional: Museu do Diamante".

Na Portaria nº 23, de 06 de maio de 2022, Seção 1, Anexo IV, Página 119, Autorização nº 26, processo nº 01506.004649/2018-17, publicada em 09/05/2022, onde se lê: "Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Julian", leia-se: "Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani".

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA FUNARTE Nº 470, DE 25 DE MAIO DE 2022

Instituir o Chamamento Público para Termo de Colaboração com OSC - "Município Amigo do Circo" 2022

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no D.O.U. de 08/04/2004.

CONSIDERANDO:

O disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto nº 8.726 de 27 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º - Instituir o Edital de Chamamento Público visando à seleção de Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar termo de colaboração - "Município Amigo do Circo" 2022.

Art. 2º - Divulgar o edital que estabelece as normas de seleção de Organização da Sociedade Civil/OSC, que será publicado na seção 3 do Diário Oficial da União e na página eletrônica da Funarte www.gov.br/funarte/pt-br.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor em 30/05/2022, em virtude do item 7.2.1 do referido edital.

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 99/PGJM, DE 25 DE MAIO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XX e XXII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

Considerando a necessidade de elaborar manual de utilização do protocolo eletrônico no Ministério Público Militar para os usuários interno e externo, bem como a realização de uma "live" que servirá como treinamento para apresentar as funcionalidades da nova ferramenta, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 15 (quinze) dias o prazo estabelecido no art. 14 da Portaria 72/PGJM, de 27/04/2022, publicada no DOU 82, de 03/05/2022, Seção 1, Página 81.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 277, DE 26 DE MAIO DE 2022

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar existência digna a todos, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. a notícia de fato anônima, autuada sob o número 001195.2021.20.000/9, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a DISCRIMINAÇÃO DE TRABALHADORES; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/1993, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/1985, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de GONÇALVES AGUIAR & CIA LTDA (LOJAS EMMANUELLE), CNPJ 32.869.752/0004-22. Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 78, DE 26 DE MAIO DE 2022

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2022, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA ARRAES

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LÍQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	146.201.375,66	193.028.939,60	145.342.909,47	144.580.365,49	144.720.046,74	144.999.973,81	144.271.503,28	223.222.366,58	172.222.677,66	145.919.305,47	145.160.681,80	144.810.228,57	1.894.480.374,13	4.094.790,20
Pessoal Ativo	83.659.715,83	99.815.184,48	83.249.189,20	82.469.293,79	82.709.294,31	83.278.307,06	82.718.066,70	129.979.246,62	110.672.638,17	82.260.010,04	82.418.662,10	82.449.179,29	1.085.678.787,59	2.296.505,91
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	69.069.857,88	85.231.295,63	68.669.822,61	67.910.276,91	68.212.727,75	68.778.375,24	68.236.461,09	101.077.109,90	96.225.373,52	68.078.492,52	68.224.517,81	68.246.119,33	897.960.430,19	1.985.078,47
Obrigações Patronais	14.589.857,95	14.583.888,85	14.579.366,59	14.559.016,88	14.496.566,56	14.499.931,82	14.481.605,61	28.902.136,72	14.447.264,65	14.181.517,52	14.194.144,29	14.203.059,96	187.718.357,40	311.427,44
Pessoal Inativo e Pensionistas	62.541.659,83	93.213.755,12	62.093.720,27	62.111.071,70	62.010.752,43	61.721.666,75	61.553.436,58	93.243.119,96	61.550.039,49	63.659.295,43	62.742.019,70	62.361.049,28	808.801.586,54	1.798.284,29
Aposentadorias, Reserva e Reformas	51.777.305,68	77.221.151,35	51.360.815,54	51.490.792,79	51.335.924,32	51.104.745,95	50.962.226,02	77.544.290,93	50.988.032,53	51.699.085,61	51.782.506,08	51.074.901,80	668.341.778,60	1.687.222,47
Pensões	10.764.354,15	15.992.603,77	10.732.904,73	10.620.278,91	10.674.828,11	10.616.920,80	10.591.210,56	15.698.829,03	10.562.006,96	11.960.209,82	10.959.513,62	11.286.147,48	140.459.807,94	111.061,82
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art . 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art . 19 da LRF)	27.667.861,18	27.634.999,11	27.665.085,92	27.653.130,31	27.647.730,91	27.641.498,49	27.702.152,03	27.691.194,45	24.039.713,00	24.107.783,06	24.002.094,00	24.028.167,56	317.481.410,02	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	34.082,18	1.220,11	31.306,92	19.351,31	13.951,91	7.719,49	68.373,03	57.423,70	37.619,41	105.689,06	0,00	26.073,56	402.810,68	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.633.779,00	27.633.779,00	27.633.779,00	27.633.779,00	27.633.779,00	27.633.779,00	27.633.779,00	27.633.770,75	24.002.093,59	24.002.094,00	24.002.094,00	24.002.094,00	317.078.599,34	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	118.533.514,48	165.393.940,49	117.677.823,55	116.927.235,18	117.072.315,83	117.358.475,32	116.569.351,25	195.531.172,13	148.182.964,66	121.811.522,41	121.158.587,80	120.782.061,01	1.576.998.964,11	4.094.790,20

MAIO/2021 A ABRIL/2022

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.137.751.621.214,16	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.137.751.621.214,16	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.581.093.754,31	0,138967%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	4.892.331.971,22	0,430000%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	4.647.715.372,66	0,408500%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	4.403.098.774,10	0,387000%

FONTE: Tesouro Gerencial; Portaria STN nº 1.411, de 20 de MAIO de 2022 (RCL). Data de emissão: 20/05/2022 19h.1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos."

LÚCIO FLÁVIO FERRAZ
Secretário-Geral de Administração

MARIA CAMILA DE ÁVILA DOURADO
Secretária de Auditoria Interna

MARIA BETHANIA PEREIRA CASTRO LAHOZ
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

PORTARIA-TCU Nº 79, DE 27 DE MAIO DE 2022

Altera a Portaria-TCU nº 21, de 9 de fevereiro de 2022, que aprovou o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO).

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 28, inciso XXXIX do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 61 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO), combinado com o art. 8º, da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000 (LRF), resolve:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único da Portaria-TCU nº 21, de 9 de fevereiro de 2022, em decorrência do bloqueio de crédito para viabilizar a abertura de dois créditos adicionais suplementares um para o reajuste geral de 5% que o Presidente da República pretende conceder à Administração Pública Federal, que abrangerá os servidores ativos, aposentados e pensionistas e cargos em comissão, e outro para ajuste pontual de 8% nas tabelas de vencimento básico dos cargos da carreira do TCU tratado no Projeto de Lei que altera os anexos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA ARRAES

ANEXO ÚNICO

"Anexo Único da Portaria-TCU nº 21, de 9 de fevereiro de 2022
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO Em Reais

Cronograma anual			
Mês	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes e Capital	Total Mensal
Janeiro	172.637.253,02	25.990.051,26	198.627.304,28
Fevereiro	154.102.236,00	57.286.235,51	211.388.471,51
Março	159.166.479,00	15.868.239,47	175.034.718,47
Abril	159.166.479,00	44.079.142,65	203.245.621,65
Maio	159.166.478,00	43.918.110,76	203.084.588,76
Junho	159.166.477,14	35.165.718,76	194.332.195,90
Julho	159.166.477,14	35.165.718,76	194.332.195,90
Agosto	159.166.477,14	35.165.718,76	194.332.195,90
Setembro	159.166.477,14	35.165.718,76	194.332.195,90
Outubro	159.166.477,14	35.165.718,76	194.332.195,90
Novembro	159.166.477,14	35.165.718,76	194.332.195,90
Dezembro	159.166.477,14	35.165.718,76	194.332.195,90
Total	1.918.404.265,00	433.301.811,00	2.351.706.076,00

"

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nª 173, de 32 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 27 de maio de 2022, Edição 100, Seção 1, Página 270, onde se lê ''Portaria nª 173, de 32 de maio de 2022'', leia-se ''Portaria nª 173, de 25 de maio de 2022''.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 104-GP, DE 26 DE MAIO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio de 2021 a abril de 2022, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GILSON BARBOSA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2021 A ABRIL DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.260.086,81	10.357.657,94	10.137.535,62	10.133.446,62	10.240.055,87	10.300.965,96	15.674.496,93	12.189.616,50	13.547.306,11	10.523.681,05	10.302.625,44	10.353.905,93	134.021.380,78	878.239,09
Pessoal Ativo	8.369.098,73	8.466.059,37	8.297.669,94	8.286.685,33	8.387.690,84	8.435.624,25	12.896.969,54	10.320.210,91	10.739.642,13	8.660.494,20	8.425.415,22	8.429.577,04	109.715.137,50	878.239,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.998.426,69	7.085.053,41	6.928.281,76	6.904.804,88	7.009.232,39	7.056.709,22	10.152.176,38	8.929.613,24	9.406.656,77	7.274.720,80	7.062.360,40	7.058.934,37	91.866.970,31	831.338,14
Obrigações Patronais	1.370.672,04	1.381.005,96	1.369.388,18	1.381.880,45	1.378.458,45	1.378.915,03	2.744.793,16	1.390.597,67	1.332.985,36	1.385.773,40	1.363.054,82	1.370.642,67	17.848.167,19	46.900,95
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.890.988,08	1.891.598,57	1.839.865,68	1.846.761,29	1.852.365,03	1.865.341,71	2.777.527,39	1.869.405,59	2.807.663,98	1.863.186,85	1.877.210,22	1.924.328,89	24.306.243,28	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.311.786,46	1.312.396,95	1.263.921,27	1.259.081,91	1.259.081,91	1.277.227,54	1.916.052,40	1.277.227,54	1.884.277,70	1.247.203,68	1.261.423,17	1.259.053,26	16.528.733,79	-
Pensões	579.201,62	579.201,62	575.944,41	587.679,38	593.283,12	588.114,17	861.474,99	592.178,05	923.386,28	615.983,17	615.787,05	665.275,63	7.777.509,49	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.892.309,97	1.891.598,57	1.861.987,17	1.846.761,29	1.852.365,03	1.924.213,96	2.842.642,11	1.817.132,29	2.807.663,98	1.863.186,85	1.877.210,22	1.924.328,89	24.401.400,33	5.355,24
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.321,89	-	22.121,49	-	-	44.895,33	65.114,72	-	-	-	-	-	133.453,43	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	13.976,92	-	110.182,66	-	-	-	-	124.159,58	5.355,24
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.890.988,08	1.891.598,57	1.839.865,68	1.846.761,29	1.852.365,03	1.865.341,71	2.777.527,39	1.706.949,63	2.807.663,98	1.863.186,85	1.877.210,22	1.924.328,89	24.143.787,32	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.367.776,84	8.466.059,37	8.275.548,45	8.286.685,33	8.387.690,84	8.376.752,00	12.831.854,82	10.372.484,21	10.739.642,13	8.660.494,20	8.425.415,22	8.429.577,04	109.619.980,45	872.883,85

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.137.751.621.214,16	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	110.492.864,30	0,009709
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	278.737.769,68	0,024499
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	264.800.881,20	0,023274
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	250.863.992,71	0,022049

FONTE: Sistema <Tesouro Gerencial>, Unidade Responsável <COFIN/SAOS>, Data da emissão <26/05/2022> e hora de emissão <12h21m

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.411, de 20 de maio de 2022, publicada em 23 de maio de 2022.
3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", não foi incluído o valor de R$ 24.883,96 no mes de março/22, por se tratar de competência pertencente ao período de apuração.

Des. GILSON BARBOSA DE ALBUQUERQUE
Presidente do Tribunal

YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA
Diretora-Geral

PAULINÉA MARISE LIMA DE ARAÚJO
Dirigente de Auditoria Interna

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA GP Nº 32, DE 26 DE MAIO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 48 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Portaria STN nº 1411, publicada no D.O.U. de 23 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, relativo às despesas executadas por esta Unidade Gestora no período de maio de 2021 à abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ELTON MARTINEZ CARVALHO LEME

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas Em Restos **a Pagar**
	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	Não Processados[1] **(b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	37.814.465	39.939.086	37.608.894	36.085.335	37.737.724	39.277.290	57.522.826	40.126.756	52.668.429	38.459.433	37.695.139	37.778.885	492.714.268	6.696.314
Pessoal Ativo	26.673.788	28.863.502	26.596.135	25.010.922	26.774.772	28.331.450	41.136.077	29.193.223	36.458.106	27.334.241	26.816.434	26.866.206	350.054.863	4.476.642
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.960.196	24.135.734	21.874.824	20.291.381	21.958.376	23.626.571	31.813.034	24.481.648	31.745.607	22.656.544	22.143.438	22.214.062	288.901.419	3.352.434
Obrigações Patronais	4.713.592	4.727.768	4.721.311	4.719.541	4.816.396	4.704.879	9.323.043	4.711.575	4.712.499	4.677.696	4.672.996	4.652.144	61.153.444	1.124.208
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.140.676	11.075.584	11.012.758	11.074.413	10.962.952	10.945.840	16.386.748	10.933.532	16.210.322	11.125.192	10.878.704	10.912.678	142.659.404	2.219.671
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.059.774	7.013.216	6.985.225	6.986.874	6.932.271	6.888.877	10.392.325	6.918.906	10.258.134	6.784.545	6.712.583	6.738.599	89.671.334	1.210.352
Pensões	4.080.901	4.062.367	4.027.533	4.087.539	4.030.680	4.056.962	5.994.423	4.014.626	5.952.187	4.340.646	4.166.121	4.174.079	52.988.070	1.009.318
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	11.140.676	11.144.872	11.012.827	11.174.532	11.085.346	10.963.458	16.400.774	10.943.086	16.210.322	11.141.688	10.920.909	10.920.185	143.058.681	1.235.335
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0	69.288	68	100.119	122.394	17.617	14.026	47.264	0	16.496	42.204	7.506	436.987	89.409
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.140.676	11.075.584	11.012.758	11.074.413	10.962.952	10.945.840	16.386.748	10.895.821	16.210.322	11.125.192	10.878.704	10.912.678	142.621.694	1.145.926
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.673.788	28.794.214	26.596.067	24.910.802	26.652.377	28.313.832	41.122.051	29.183.670	36.458.106	27.317.744	26.774.229	26.858.700	349.655.586	5.460.978

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.137.751.621.214	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	355.116.566	0,031212
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.185.059.334	0,104158
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.125.806.367	0,09895
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.066.553.400	0,093742

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: SECONT, Data da emissão: 23/05/2022 hora de emissão: 19h

1 Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.411, de 20 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 23 de maio de 2022..

MARCIO BISPO DE OLIVEIRA
Secretário de Orçamento e Finanças

ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA
Diretora-Geral

CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ PEREIRA
Secretario de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 89, DE 26 DE MAIO DE 2022

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª. EDITH MARIA CORRÊA TOURINHO
Presidente do Tribunal

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2021 A ABRIL/2022

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	191.182.964,23	146.376.792,99	144.736.785,18	145.657.169,73	145.237.267,94	145.603.231,47	228.185.123,99	198.261.495,90	148.527.367,93	150.287.603,46	149.005.031,20	147.396.641,38	1.940.457.475,40	12.742.885,26	1.953.200.360,66
Pessoal Ativo	108.788.387,81	91.426.494,00	90.159.212,24	90.876.917,07	90.287.953,78	90.818.036,37	142.097.372,66	116.683.994,19	94.627.229,47	94.418.889,32	94.300.194,59	92.652.950,26	1.197.137.631,76	2.454.055,76	1.199.591.687,52
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	92.914.591,15	75.588.004,69	74.420.942,23	75.042.605,63	74.438.012,98	75.069.311,90	110.549.448,02	100.354.524,41	78.800.102,77	78.827.166,35	78.599.844,68	76.990.775,99	991.595.330,80	2.453.541,42	994.048.872,22
Obrigações Patronais	15.873.796,66	15.838.489,31	15.738.270,01	15.834.311,44	15.849.940,80	15.748.724,47	31.547.924,64	16.329.469,78	15.827.126,70	15.591.722,97	15.700.349,91	15.662.174,27	205.542.300,96	514,34	205.542.815,30
Pessoal Inativo e Pensionistas	82.394.576,42	54.950.298,99	54.577.572,94	54.780.252,66	54.949.314,16	54.785.195,10	86.087.751,33	81.577.501,71	53.900.138,46	55.868.714,14	54.704.836,61	54.743.691,12	743.319.843,64	10.288.829,50	753.608.673,14
Aposentadorias, Reserva e Reformas	64.137.505,02	42.726.417,34	42.568.590,18	42.638.876,49	42.546.595,63	42.651.397,91	65.860.974,92	60.143.243,48	42.024.339,75	42.734.260,01	42.335.215,45	42.398.459,33	572.765.875,51	7.340.911,53	580.106.787,04
Pensões	18.257.071,40	12.223.881,65	12.008.982,76	12.141.376,17	12.402.718,53	12.133.797,19	20.226.776,41	21.434.258,23	11.875.798,71	13.134.454,13	12.369.621,16	12.345.231,79	170.553.968,13	2.947.917,97	173.501.886,10
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	82.474.304,05	54.977.768,34	54.664.270,90	54.821.984,33	54.973.046,98	54.808.957,43	86.063.024,18	85.873.913,99	45.380.872,16	46.441.098,03	45.796.039,13	45.805.255,95	712.080.535,47	10.625.219,00	722.705.754,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	21.221,94	28.673,18	104.297,26	59.330,97	41.332,12	47.664,18	3.593,27	56.992,71	0,00	33.695,30	43.387,10	16.441,95	456.629,98	0,00	456.629,98
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	76.104,99	16.395,47	0,00	0,00	0,00	0,00	6.878,18	28.161.564,51	17.665,77	22.900,05	0,00	0,00	28.301.508,97	10.625.219,00	38.926.727,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	82.376.977,12	54.932.699,69	54.559.973,64	54.762.653,36	54.931.714,86	54.761.293,25	86.052.552,73	57.655.356,77	45.363.206,39	46.384.502,68	45.752.652,03	45.788.814,00	683.322.396,52	0,00	683.322.396,52
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	108.708.660,18	91.399.024,65	90.072.514,28	90.835.185,40	90.264.220,96	90.794.274,04	142.122.099,81	112.387.581,91	103.146.495,77	103.846.505,43	103.208.992,07	101.591.385,43	1.228.376.939,93	2.117.666,26	1.230.494.606,19

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.137.751.621.214,16	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	1.230.494.606,19	0,108151%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.351.145.002,64	0,294541%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.183.587.752,51	0,279814%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.016.030.502,38	0,265087%

FONTE: Tesouro Gerencial - CCON/SOF/TRT 1ª Região - 24/05/2022 - 16:31h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S): 1) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização crédito, R$ 39.403.957,10.

2) Despesa com Precatórios da Administração Indireta , executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 14.842.888,14.

3) Despesa com Precatórios da Administração Direta, executada por meio de descentralização de crédito, R$ 8.157.302,61.

4) No período de maio/2021 a abril/2022, houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados nas seguintes ações: 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União (R$ 679.966,43) e 20TP - Ativos Civis da União (R$ 4.561.444,68).

5) Não houve "Despesas não computadas" referentes à "Decisão Judicial", liquidadas no período maio/2021 a abril de 2022.

6) Foi incluído no item "Despesas não computadas" o montante de R$ 38.926.727,97, referente a Despesas de Exercícios Anteriores, liquidadas no período maio/2021 a abril de 2022, uma vez que seus fatos geradores são anteriores ao período de apuração deste relatório.

7) Não houve "Despesas com Pessoal não Executadas Orçamentariamente", com fato gerador no período de maio/2021 a abril de 2022.

Desª. EDITH MARIA CORRÊA TOURINHO
Presidente do Tribunal

DENISE HOLLANDA COSTA LIMA
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

LUIS FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA
Diretor-Geral

MARIA DE LOURDES PIRES BITTENCOURT
Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 163/DG, DE 25 DE MAIO DE 2022

Torna publico o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2022.

O DIRETOR-GERAL E ORDENADOR DA DESPESA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11a. REGIÃO, Ildefonso Rocha de Souza, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao art. 1º, incisos I e II da Portaria Nº 86/2017/SGP, datada de 25-1-2017, e o determinado no inciso III e parágrafo único do art. 54, e § 2o. do art. 55 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar no. 178, de 13 de janeiro de 2021, e em atendimento ao Acórdão no. 553/2017-TCU - Plenário, item 9.4, resolve:

Art. 1o. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 1º quadrimestre de 2022, pertinente ao período de maio de 2021 a abril de 2022, na forma constante de seu anexo.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

RGF - ANEXO 1 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "A")

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11a REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO DE 2021 A ABRIL DE 2022
R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.348.500,43	33.542.670,92	33.414.621,36	33.896.383,22	34.227.186,89	33.634.578,85	51.717.553,76	56.539.318,74	48.878.453,03	34.180.043,86	33.970.461,15	33.770.696,18	461.120.468,39	3.477.963,90	464.598.432,29
Pessoal Ativo	20.614.406,35	20.819.152,44	20.732.740,04	21.211.395,47	21.058.988,97	20.899.159,54	32.401.545,94	34.905.130,03	29.697.239,79	21.079.433,72	21.074.643,06	20.887.670,79	285.381.506,14	1.614.700,57	286.996.206,71
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.062.293,04	17.274.165,56	17.172.877,03	17.672.330,00	17.504.152,33	17.336.888,25	25.399.437,36	31.323.706,69	24.688.813,57	17.556.490,14	17.451.479,48	17.362.803,27	237.805.436,72	1.614.700,57	239.420.137,29
Obrigações Patronais	3.552.113,31	3.544.986,88	3.559.863,01	3.539.065,47	3.554.836,64	3.562.271,29	7.002.108,58	3.581.423,34	5.008.426,22	3.522.943,58	3.623.163,58	3.524.867,52	47.576.069,42	0,00	47.576.069,42
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.734.094,08	12.723.518,48	12.681.881,32	12.684.987,75	13.168.197,92	12.735.419,31	19.316.007,82	21.634.188,71	19.181.213,24	13.100.610,14	12.895.818,09	12.883.025,39	175.738.962,25	1.863.263,33	177.602.225,58
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.854.866,80	10.787.499,61	10.791.160,98	10.769.122,61	11.114.423,38	10.867.898,56	16.332.486,32	18.488.692,53	16.421.575,33	10.850.502,47	10.812.281,38	10.785.121,81	148.875.631,78	1.387.857,81	150.263.489,59
Pensões	1.879.227,28	1.936.018,87	1.890.720,34	1.915.865,14	2.053.774,54	1.867.520,75	2.983.521,50	3.145.496,18	2.759.637,91	2.250.107,67	2.083.536,71	2.097.903,58	26.863.330,47	475.405,52	27.338.735,99
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes													0,00		0,00
de Contratos de Terceirização ou de															
Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.879.227,28	1.936.018,87	1.890.720,34	1.920.393,67	2.053.774,54	1.867.520,75	14.262.980,54	21.579.294,87	4.486.250,85	2.260.290,36	2.181.096,46	2.107.963,68	58.425.532,21	3.306.266,29	61.731.798,50
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				4.528,53				15.074.196,00	1.711.214,20	7.382,94	120.301,03	11.509,78	16.929.132,48	3.151.711,90	20.080.844,38
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.879.227,28	1.936.018,87	1.890.720,34	1.915.865,14	2.053.774,54	1.867.520,75	14.262.980,54	6.505.098,87	2.775.036,65	2.252.907,42	2.060.795,43	2.096.453,90	41.496.399,73	154.554,39	41.650.954,12

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	31.469.273,15	31.606.652,05	31.523.901,02	31.975.989,55	32.173.412,35	31.767.058,10	37.454.573,22	34.960.023,87	44.392.202,18	31.919.753,50	31.789.364,69	31.662.732,50	402.694.936,18	171.697,61	402.866.633,79

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.137.751.621.214,16	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	402.866.633,79	**0,035409%**
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	751.154.997,84	0,066021%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	713.597.247,95	0,062720%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	676.039.498,06	0,059419%

FONTE: TG - NÚC. DE CONTABILIDADE - 24/mai/2022 - 10h 10m
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e, somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):
1. Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na ação 0625, foi consolidado no valor de R$ 3.020.617,22.
2. Os gastos com Precatórios da Administração Direta, na Ação 0005, foram executados no valor de R$ 220.958,16
3. Os gastos com Precatórios da Administração Indireta, na Ação 0005, foram executados no valor de R$ 8.198.290,57
4. No Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, foi publicado erroneamente em Disponibilidade de Caixa Bruta na Fonte de Recursos 381 - Recursos de Convênio, o valor de R$ 1.858.985,34, quando deveria ter sido segregado para Fonte 181, o valor de R$ 50.105,74 corrigido posteriormente no SICONFI, seguindo orientação da Semag/Diref.

Manaus, 25/05/2022

ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da Despesa

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

PORTARIA TRT. 17.ª REGIÃO.PRESI/DIGER Nº 3, DE 26 DE MAIO DE 2022

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF, resolve:
Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

DESª. DANIELE CORRÊA SANTA CATARINA
Vice-Presidente do Tribunal

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2021 A ABRIL/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.466.883,96	22.193.844,48	22.057.414,48	21.879.353,54	21.681.931,10	23.549.751,81	21.600.904,97	40.848.911,36	23.686.414,76	23.190.029,84	28.618.071,64	22.527.671,75	293.301.183,69	1.412.197,98	294.713.381,67
Pessoal Ativo	17.876.377,13	18.614.026,59	18.449.164,54	18.263.869,60	18.079.028,64	19.125.219,38	17.799.518,01	34.991.796,95	20.065.515,93	19.467.489,31	23.083.368,91	18.726.453,39	244.541.828,38	245.719,18	244.787.547,56
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.656.934,10	15.370.926,45	15.224.570,81	15.036.400,69	14.854.255,52	15.885.647,98	14.561.752,29	28.426.439,49	16.776.634,54	16.239.744,37	19.828.356,10	15.486.837,38	202.348.499,72	245.719,18	202.594.218,90
Obrigações Patronais	3.219.443,03	3.243.100,14	3.224.593,73	3.227.468,91	3.224.773,12	3.239.571,40	3.237.765,72	6.565.357,46	3.288.881,39	3.227.744,94	3.255.012,81	3.239.616,01	42.193.328,66		42.193.328,66
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.590.506,83	3.579.817,89	3.608.249,94	3.615.483,94	3.602.902,46	4.424.532,43	3.801.386,96	5.857.114,41	3.620.898,83	3.722.540,53	5.534.702,73	3.801.218,36	48.759.355,31	1.166.478,80	49.925.834,11
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.191.936,01	3.175.371,99	3.191.409,52	3.189.369,24	3.184.471,32	3.925.857,24	3.320.931,98	5.006.442,57	3.193.502,11	3.265.905,15	4.880.728,61	3.325.413,47	42.851.339,21	1.166.478,80	44.017.818,01
Pensões	398.570,82	404.445,90	416.840,42	426.114,70	418.431,14	498.675,19	480.454,98	850.671,84	427.396,72	456.635,38	653.974,12	475.804,89	5.908.016,10		5.908.016,10
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.590.506,83	3.579.817,89	3.608.249,94	3.615.483,94	3.618.124,47	4.891.342,70	3.801.386,96	4.187.261,29	4.671.934,86	3.943.034,06	5.611.329,02	3.801.277,08	48.919.749,04	1.412.197,98	50.331.947,02

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração								17.211,49					17.211,49		17.211,49
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração					19.157,17	1.166.248,66		1.083.389,04	1.051.036,03	220.493,53	76.626,29	58,72	3.617.009,44	1.412.197,98	5.029.207,42
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.590.506,83	3.579.817,89	3.608.249,94	3.615.483,94	3.598.967,30	3.725.094,04	3.801.386,96	3.086.660,76	3.620.898,83	3.722.540,53	5.534.702,73	3.801.218,36	45.285.528,11		45.285.528,11
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.876.377,13	18.614.026,59	18.449.164,54	18.263.869,60	18.063.806,63	18.658.409,11	17.799.518,01	36.661.650,07	19.014.479,90	19.246.995,78	23.006.742,62	18.726.394,67	244.381.434,65	0,00	244.381.434,65

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.137.751.621.214,16	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	244.381.434,65	0,021479%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	561.104.967,03	0,049317%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	533.049.718,68	0,046851%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	504.994.470,33	0,044385%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 25/05/2022

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 1.105.091,00.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 200.425,42.

4) Receita Corrente Líquida conforme portaria STN n.º 1.411, de 20/05/2022, publicada em 23/05/2022.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

Desª. DANIELE CORRÊA SANTA CATARINA
Vice-Presidente do Tribunal

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral de Secretaria

MARCOS DECOTÉ RODRIGUES
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA
Chefe da Divisão de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PORTARIA TRT-GP Nº 111, DE 25 DE MAIO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de Maio/2021 a Abril/2022, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra esta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se no DEJT, DOU e no site deste Tribunal.

Natal, 25 de Maio de 2022.

Desª. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO WANDERLEY DE CASTRO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2021 A ABRIL/2022
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.398.686,63	20.591.577,53	20.357.078,62	20.394.588,65	20.351.511,20	20.721.395,54	32.229.431,48	27.135.386,58	26.657.718,63	23.156.916,61	20.978.376,11	20.820.669,61	273.793.337,19	325.202.14	274.118.539,33
Pessoal Ativo	15.969.246,67	16.134.188,89	15.900.496,42	15.923.070,07	15.870.388,67	16.048.656,86	25.318.076,46	22.532.633,04	19.825.717,40	18.428.436,05	16.449.679,12	16.270.285,31	214.670.874,96	325.202.14	214.996.077,10
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.109.574,15	13.278.590,07	13.060.952,48	13.116.826,85	13.023.822,33	13.201.036,86	19.592.851,58	19.622.708,20	16.976.300,80	15.570.169,39	13.570.321,17	13.408.610,28	177.531.764,16	307.592,40	177.839.356,56
Obrigações Patronais	2.859.672,52	2.855.598,82	2.839.543,94	2.806.243,22	2.846.566,34	2.847.620,00	5.725.224,88	2.909.924,84	2.849.416,60	2.858.266,66	2.879.357,95	2.861.675,03	37.139.110,80	17.609,74	37.156.720,54
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.429.439,96	4.457.388,64	4.456.582,20	4.471.518,58	4.481.122,53	4.672.738,68	6.911.355,02	4.602.753.54	6.832.001,23	4.728.480,56	4.528.696,99	4.550.384,30	59.122.462,23	0,00	59.122.462,23
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.797.933,04	3.815.681,88	3.825.045,64	3.839.982,02	3.840.680,80	4.032.340,28	5.872.285,09	3.915.233,65	5.815.928,12	4.043.266,50	3.822.875,73	3.856.214,90	50.477.467,65	0,00	50.477.467,65
Pensões	631.506,92	641.706,76	631.536,56	631.536,56	640.441,73	640.398,40	1.039.069,93	687.519,89	1.016.073,11	685.214,06	705.821,26	694.169,40	8.644.994,58	0,00	8.644.994,58
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.445.200,95	4.473.149,63	4.473.731,91	4.471.518,58	4.488.211,49	4.672.738,68	6.912.253,93	5.034.916,29	6.883.012,55	6.644.845,59	4.555.151,98	4.606.093,87	61.660.825,45	123.627,68	61.784.453,13
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	15.760,99	15.760,99	15.760,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.282,97	0,00	47.282,97
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	1.388,72	0,00	7.088,96	0,00	242,63	432.162,75	51.011,32	1.916.365,03	26.454,99	55.709,57	2.490.423,97	123.627,68	2.614.051,65
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.429.439,96	4.457.388,64	4.456.582,20	4.471.518,58	4.481.122,53	4.672.738,68	6.912.011,30	4.602.753,54	6.832.001,23	4.728.480,56	4.528.696,99	4.550.384,30	59.123.118,51	0,00	59.123.118,51
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.953.485,68	16.118.427,90	15.883.346,71	15.923.070,07	15.863.299,71	16.048.656,86	25.317.177,55	22.100.470,29	19.774.706,08	16.512.071,02	16.423.224,13	16.214.575,74	212.132.511,74	201.574,46	212.334.086,20

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.137.751.621.214,16	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	212.334.086,20	0,018663%	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	476.626.909,16	0,041892%	

LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	452.795.563,70	0,039797%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	428.964.218,24	0,037703%

FONTE: Tesouro Gerencial, SECA/COF/TRT21, 23/05/2022, 16h10min

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011-TCU-Plenário, não foram incluídas as Despesas Liquidadas com Sentenças Judiciais (Precatórios e RPV), executadas por meio de descentralização interna e externa de créditos (provisão e destaque), no valor de R$ 1.038.629,81.

2) Do montante de R$ 295.833,75 de abono pecuniário pago a magistrados nos meses de Maio a Novembro de 2021, na NDD-31.90.91.14, foi reclassificado o valor de R$ 248.550,78 para a

NDD-31.90.11.44, com base na recomendação do Relatório de Auditoria Interna do TRT21, cujo escopo foi o Relatório de Gestão Fiscal do 2° quadrimestre de 2021, fundamentada na

Resolução CSJT-253/2019. Com a reclassificação, os valores pagos referentes aos meses de Maio a Novembro/2021 foram excluídos da linha "Decorrentes de Decisão

Judicial de Período Anterior ao da Apuração" deste Relatório.

3) Em Março/2021 foi liquidada a despesa no valor de R$ 656,28 na ação 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União na NDD 3190.16.44. Contudo, em Novembro/2021, esse valor foi reclassificado para a NDD 3190.01.03, motivo pelo qual foi incluído em Março/2021 e excluído em Novembro/2021 na linha "Aposentadorias, Reserva e Reformas".

4) Em Fevereiro/2022 foi liquidada a despesa no valor de R$ 159.776,87 na ação 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União na NDD 3190.92.16. Contudo, em Abril/2022, esse valor foi reclassificado para a NDD 3190.92.01, motivo pelo qual foi incluído em Fevereiro/2022 e excluído em Abril/2022 na linha "Aposentadorias, Reserva e Reformas".

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO WANDERLEY DE CASTRO
Desembargadora Presidente

MÁRCIO DE MEDEIROS DANTAS
Ordenador de Despesa

JEREMIAS IDUÍNO DA ROCHA E SILVA
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE
Coordenador de Orçamento e Finanças e Gestor Financeiro

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO COFEN Nº 16, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 073/2021. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-CE Nº 014/2020. 5ª REUNIÃO EXTAORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. INDICATIVO DE CASSAÇÃO. Unanimidade dos votos. Infração aos artigos 12, 34, 48 e 56 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007. Cassação do exercício profissional por 15 (quinze) anos.

BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SÍLVIA MARIA NERI PIEDADE
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO COFEN Nº 29, DE 23 DE MARÇO DE 2022

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 080/2021. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-RJ Nº 015/2020. 539ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. INDICATIVO DE CASSAÇÃO. Unanimidade dos votos. Infração aos artigos 4º, 24, 43, 61, 64 e 83 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 564/2017. Cassação do exercício profissional por 05 (cinco) anos.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES
Presidente da mesa

WILTON JOSÉ PATRÍCIO
Conselheiro Relator

DECISÃO COFEN Nº 116, DE 27 DE MAIO DE 2022

Decreta Intervenção parcial na Diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal de Enfermagem instalar os Conselhos Regionais, baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de suas ações e procedimentos, resguardando o seu bom funcionamento, nos termos do art. 8º, incisos II e IV, da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO que, nos termos dispostos do art. 22, inciso XII, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, compete ao Conselho Federal de Enfermagem acompanhar o funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem, zelando pela sua manutenção, uniformidade de procedimentos, regularidade administrativa e financeira, adotando, quando necessário, providências convenientes a bem de sua eficiência, inclusive com a designação de Plenários provisórios;

CONSIDERANDO que os Conselhos Regionais de Enfermagem são subordinados ao Cofen, conforme o disposto no art. 3º da Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, e no art. 76 do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012;

CONSIDERANDO os termos da sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1004509-15.2016.4.01.3400 - 8ª Vara Cível Federal, e ainda o Processo N° 0031889-98.2014.4.01.3400 - 20ª Vara Federal - ambos da SJDF, que expressamente reconhecem a legalidade e a legitimidade de o Conselho Federal de Enfermagem proceder medida intervencionista em Conselho Regional de Enfermagem quando da ocorrência de fatos e atos administrativos praticados e vedados pelos normativos do Cofen e contra a lei que instituiu o sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 77 do Regimento Interno do Cofen, o Conselho Regional de Enfermagem que, reiteradamente, não cumprir ou não fizer cumprir, com rigorosa exação, as obrigações previstas no artigo 76 do mesmo Regimento poderá sofrer intervenção do Cofen;

CONSIDERANDO que nos termos preconizados no art. 77, § 2º e seus incisos, do Regimento Interno do Cofen, foram esgotadas todas as medidas administrativas que cabiam ao Cofen a fim de retornar o COREN-ES à sua normalidade administrativa e institucional, e assim manter a integridade e unidade do Regional, em razão do grave comprometimento de suas atividades administrativas, financeiras e finalísticas, bem como garantir o pleno funcionamento e desempenho das competências e funções de quaisquer dos órgãos componentes da estrutura organizacional do COREN-ES;

CONSIDERANDO as denúncias recepcionadas no Cofen e materializadas nos Processos Administrativos nºs 671/2020 e 969/2020, o primeiro tratando de subsistentes indícios de materialidade de prática de violação do sistema de controle de anuidades, quando da realização do pleito eleitoral de 2020; e o segundo por abuso de poder e assédio moral conforme denúncia apresentada pela Srª Célia Regina do Nascimento, tendo ambas as denúncias sido admitidas pelo Plenário do Cofen, o que resultou na instauração dos referidos PADs;

CONSIDERANDO as denúncias recepcionadas no Cofen e materializadas nos Processos Administrativos nºs 1193/2021 e 633/2022, a primeira apresentada pelo Sr. Felipe Guilherme Bahiense Gomes, Conselheiro Regional do Coren-ES, contra a Srª Presidente, Andressa Barcellos de Oliveira, com alegações de violação de normativos do sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, e do regimento Interno da autarquia, além de ameaças de punições aos conselheiros regionais, causando intimidações, desrespeitando a autonomia e liberdade dos conselheiros no que se refere aos seus pareceres, principalmente quando do julgamento de processos éticos; e o segundo refere-se a denúncia da Srª Sandra Cavati Ribeiro, Diretora Secretária da entidade, por supostas irregularidades administrativas, contendo documentação apresentada como elementos de provas da denúncia formulada;

CONSIDERANDO as reiteradas denúncias e reclamações aportadas no Conselho Federal de Enfermagem, todas contra a atual gestão do Coren-ES especificamente em relação da Srª Andressa Barcellos de Oliveira, Presidente daquele Conselho Regional de Enfermagem, nelas constando as mais diversas ordens de irregularidades, principalmente na sua relação com os empregados públicos e com os Conselheiros e integrantes da Diretoria, chegando a resolver situações sempre aos gritos bem como impedindo o direito de voz e de debates das matérias quando da realização das reuniões do Plenário regional, conforme depoimentos livremente prestados perante o Plenário do Cofen pela Diretora Secretária Srª Sandra Cavati Ribeiro e pelo Diretor Tesoureiro Sr. Douglas Lirio Rodrigues do Coren-ES, quando da realização da 541ª Reunião Ordinária de Plenário do Cofen em 26 de maio de 2022;

CONSIDERANDO a ocorrência de situações abusivas reiteradas, praticadas contra empregados públicos e contra os Conselheiros do Coren-ES e contra os Conselheiros Diretores, estes tendo, sistematicamente, seus direitos negados especialmente em relação a indicação de pontos de pautas para serem discutidos em reuniões de diretoria, numa clara afronta às regras previstas no Regimento Interno do Coren-ES, de modo a interferir intensamente no comportamento psicológico, causando degradação do ambiente laboral e aviltamento à dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO o Ofício nº 538/GAB/SEC/COREN-ES, de 20 de maio de 2022, assinado e encaminhado pela Diretora Secretária Srª Sandra Cavati Ribeiro e pelo Diretor Tesoureiro Sr. Douglas Lirio Rodrigues do Coren-ES, nele constando nada menos do que dezoito (18) itens referentes às práticas abusivas de poder, tolhendo direitos e impedindo o regular exercício dos mandatos e dos cargos dos referidos diretores, atingindo, dessa forma, o regular e necessário andamento dos trabalhos institucionais e legais da autarquia, causando soluções de continuidade, interrupções extremamente prejudiciais aos serviços, principalmente em relação ao atendimento dos profissionais nas suas demandas e necessidades junto ao Coren-ES;

CONSIDERANDO a gravidade das acusações referentes às irregularidades administrativas e de tratamento e relacionamento pessoal e institucional de responsabilidade da Srª Presidente do Coren-ES, principal gestora da autarquia, causando sérias consequências e reflexos diretos na qualidade dos serviços prestados pelo Conselho Regional aos administrados e à sociedade em geral, comprometendo, indubitavelmente, o cumprimento de finalidades legais e institucionais da autarquia, especialmente o desenvolvimento das ações de fiscalização do exercício da enfermagem, finalidade precípua do Conselho Regional de Enfermagem;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de obediência, pelos órgãos e entidades de natureza jurídica pública, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência insertos no art. 37, caput, da Constituição Federal, no presente caso, principalmente, os princípios da moralidade e impessoalidade, aviltados em face dos fatos constantes nos processos administrativos que embasam a presente decisão;

CONSIDERANDO a urgência de medidas a serem adotadas no sentido de retornar o COREN-ES à normalidade administrativa e institucional e assim bem cumprir as finalidades que a lei lhe destinou, evitando-se a frustação dos profissionais nele inscritos quando da procura pelos serviços ao Conselho acometidos pela legislação vigente;

CONSIDERANDO a necessidade urgente de afastamento da Srª Andressa Barcellos de Oliveira do exercício do cargo de Presidente e do exercício do mandato de Conselheira Regional do Coren-ES, face a gravidade das denúncias que necessariamente implicam em apurações por parte de comissões processantes, de modo que a sua continuidade no cargo de presidente e no mandato de conselheira poderia implicar e prejudicar a realização dos trabalhos de apuração das denúncias, restando, indubitavelmente, a imperiosa necessidade de preservação de provas documentais e como forma de garantir a livre manifestação e depoimentos dos empregados, conselheiros e todo aquele que puder contribuir para os esclarecimentos;

CONSIDERANDO tudo o mais que consta dos autos dos Processos Administrativos citados nesta decisão, e a deliberação do Plenário do Cofen em sua 541ª Reunião Ordinária, decide:

Art. 1º Decretar, com fundamento no art. 77, § 2º, incisos I e II, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, intervenção parcial na Diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo, que terá duração de cento e oitenta (180) dias, contados de sua efetivação, podendo ser prorrogada por meio de decisão fundamentada do Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 2º Afastar, cautelarmente, a Sra. Andressa Barcellos de Oliveira, Coren-ES nº 105712-ENF, da Presidência e do exercício do mandato de Conselheira Regional do COREN-ES, pelo período que durar a intervenção de que trata esta decisão.

Art. 3º Designar o Sr. Daniel Menezes de Souza, Conselheiro Federal do Cofen, como Presidente Interventor, com todos os poderes que competem à presidência do Coren-ES, nos termos como prescritos pelo Regimento Interno do Conselho Regional de Enfermagem do Espirito Santo.

Art. 4º Durante a intervenção ficam mantidas todas as atividades, competências e finalidades da autarquia, especialmente do seu Plenário, assim como ficam mantidos todos Conselheiros Regionais Efetivos e Suplentes no pleno exercício de seus mandatos, exceto a Conselheira afastada por esta decisão.

Parágrafo único. A Diretoria do Coren-ES ficará com a seguinte composição:

I - Presidente: Sr. Daniel Menezes de Souza, Coren-RS nº 105771-ENF;

II - Secretária: Srª Sandra Cavati Ribeiro Santos, Coren-ES 41445-ENF;

III - Tesoureiro Sr. Douglas Lirio Rodrigues, Coren-ES nº 900893-TE.

Art. 5º O Presidente Interventor, bimestralmente, encaminhará ao Cofen relatório circunstanciado de todas as suas atividades à frente do COREN-ES, sendo que o primeiro relatório deverá ser encaminhado 15 (quinze) úteis após a sua designação.

Art. 6º Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União.

BETÂNIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS DE 27 DE MAIO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 148/2022 (PAe 000148.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 014083/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo 1º apelante/denunciado e em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo 2º apelante/denunciado. Com relação ao 1º apelante/denunciado, por unanimidade não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 18, 51, 58, 68, 75, 111, 112 e 118 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (c/c Resoluções do CFM nº 1.974/2011 e 2.126/15), 51, 58, 68, 75, 111, 112 e 118 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 51, 58, 68, 75, 111, 112 e 117 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), tudo nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Presidente da Sessão; NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 169/2022 (PAe 000169.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000014/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b", para lhe aplicar a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de abril de 2022. (data do julgamento) FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 171/2022 (PAe 000171.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 000065/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (c/c Resolução CFM nº 1.481/1997), 19 e 47 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 19 e 47 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Presidente da Sessão; FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 176/2022 (PAe 000176.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 000101/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 80 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de abril de 2022. (data do julgamento) FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Presidente da Sessão; CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 177/2022 (PAe 000177.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (PEP nº 000035/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 14, 18 (c/c Resoluções CFM nº 1.999/2012, artigo 2º; Resolução CFM nº 1.938/2010 - substituída pela Resolução CFM nº 2.004/2012 - artigo 9º, incisos "I" e "VII"; e Resolução CFM nº 1.974/2011, artigo 3º, letras "a" e "l") e 115 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 18 e 114 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 187/2022 (PAe 000187.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013937/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência), 17, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 17, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de abril de 2022. (data do julgamento) CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Presidente da Sessão; FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 116/2022 (PAe 000116.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 011606/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na alínea "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 23, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 23, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de maio de 2022. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 209/2022 (PAe 000209.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013183/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 18, 87 e 88 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 6 de maio de 2022. (data do julgamento) ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; RÉGIA MARIA DO SOCORRO VIDAL DO PATROCINIO, Relatora.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº CRC-CE 773, DE 25 DE MAIO DE 2022

Altera a RESOLUÇÃO CRCCE Nº 695/2018 que dispõe sobre a concessão de diárias e passagens, e dá outras providências.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ no exercício de suas atribuições legais e regimentais. CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os valores definidos para as diárias pagas pelo CRCCE, resolve:

Art. 1º - Alterar o anexo 1, da Resolução CRCCE nº 695/2018, que vigorará com os seguintes valores: Classe; Fora do Estado; Dentro do Estado do Ceará;Internacional (US$/ €$): Conselheiros Titulares e Suplentes, Superintendente Executivo e Assessores; R$ 516,00; R$ 310,00; 580,00. Empregados, Delegados, Coordenadores Regionais e colaboradores; R$ 390,00; R$ 230,00; 400,00.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

FELLIPE MATOS GUERRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

RESOLUÇÃO CRCBA Nº 652, DE 10 DE MAIO DE 2022

Altera o art. 6º e §1º da Resolução CRCBA nº 643 de 08 de outubro de 2021 que institui a gratificação por produtividade para os fiscais do CRCBA e critérios para a sua concessão.

O Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, no uso das suas atribuições legais e regimentais, na forma do Decreto-Lei nº 9295/46 de 27/05/46, e as alterações da Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010 e de acordo com o Regimento Interno do CRCBA, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 6º e §1º da Resolução CRCBA nº 643/2021 que passa a vigorar com as seguintes alterações: I - O art. 6º e o §1º passam a ter a seguinte redação: Art. 6º Para fins desta Resolução, considera-se produtividade as diligências/agendamentos realizados e tramitados no prazo estabelecido pelas normas vigentes do Conselho Federal de Contabilidade e que sejam arquivados por motivos justificados ou conclusos até a emissão da notificação. §1º O procedimento fiscal será considerado concluído, para efeito de produtividade, a partir do momento da cientificação do diligenciado até a emissão da notificação ou arquivamento do procedimento fiscal.

Art. 2º Esta Resolução retroagirá a 02 de janeiro de 2022.

ANDRÉ LUÍS BARBOSA DOS SANTOS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO

RESOLUÇÃO CRCPE Nº 392, DE 24 DE MAIO DE 2022

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco para os anos de 2022 e 2023.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a Instrução Normativa n.º 1, de 4 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e que determina que as contratações de TI devem ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o biênio 2022-2023, do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, elaborado pelo Comitê de Tecnologia da Informação do CRCPE, instituído pela portaria nº 035/2018.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo o PDTI-2022-2023 ser divulgado no site do CRCPE (www.crcpe.org.br).Aprovada na 1.553ª Reunião Plenária, realizada em 23 de maio de 2022.

MARIA DORGIVÂNIA ARRAES BARBARÁ
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

DELIBERAÇÃO CRCRS Nº 20, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Homologa o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do CRCRS - PDTI.

O Plenário do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de implementação do PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação no CRCRS;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Diretor, em reunião realizada no dia 21-02-2022, delibera homologar, por unanimidade, a versão 1.3 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) do Conselho Regional de Contabilidade do RS, para o biênio 2022/2023.

Ata nº 03-2022.

MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 12ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF12/PE Nº 103, DE 20 DEMAIO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 12ª REGIÃO / PERNAMBUCO - CREF12/PE, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso II do Artigo 31 da RESOLUÇÃO CREF12/PE nº 068/2018, resolve:

Art. 1º. O Art. 1º e § 2º, da RESOLUÇÃO CREF12/PE nº 068/2018, ESTATUTO DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 12ª REGIÃO/PERNAMBUCO, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1 - O Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região/ Pernambuco - CREF12/PE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e Foro na Capital, na cidade do Recife/PE, localizado na Rua Carlos de Oliveira Filho, nº 135, bairro do Prado, com abrangência no Estado de Pernambuco, autarquia especial sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, exerce e observa, em sua respectiva área de abrangência, as competências, vedações e funções atribuídas ao CONFEF, no que couber e no âmbito de sua competência material e territorial, e as normas estabelecidas na Lei nº 9.696, de 01 de setembro de 1998, neste Estatuto, e nas Resoluções do CONFEF." (NR)"§ 2º - O CREF12/PE desempenha serviço público independente, enquadrando-se como categoria CNAE 9412-0/01 - ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL." (NR)

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO FRANCISCO ANTUNES BELTRÃO NETO

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

DECISÃO NORMATIVA Nº 36, DE 27 DE ABRIL DE 2022

Aprova a 1ª Reformulação Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais.

O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a competência do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais em elaborar o seu plano de trabalho, Orçamento Programa e respectivas modificações nos termos do Inciso VI do artigo 15 da Lei n. 5.905 de 12 de julho de 1973.

Considerando o disposto no inciso VIII do artigo 21 e no inciso XXX do art. 23 do Regimento Interno do Coren-MG, aprovado pela Decisão Normativa n° 87, de 26 de outubro de 2021 e homologado pela Decisão Cofen nº. 189 de 03 de dezembro de 2021,

Considerando o artigo 43 da Lei nº 4320/1964 que autoriza que a abertura dos créditos suplementares e especiais mediante a existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

Considerando os estudos realizados pela Unidade de Contabilidade atestando a existência de recursos provenientes de superavit financeiro de exercícios anteriores, de expectativa de arrecadação para o exercício de 2022;

Considerando os estudos realizados pelo Departamento de Administração e pelo Departamento de TI;

Considerando o regulamento da Administração Financeiro e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução Cofen nº 340/2008;

Considerando a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas;

CONSIDERANDO o disposto na Decisão Normativa nº 88, de 26 de outubro de 2021, que aprovou a Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º - Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária para o exercício financeiro de 2022, passando o valor total global do Orçamento para o valor de R$ 59.143.761,34 (cinquenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e quatro centavos) tanto para receitas, quanto para despesas, em observância à Lei n. 4320/1964.

Art. 2º - A origem dos créditos tratados no artigo 1° desta norma é composta por utilização de superavit financeiro apurado no exercício anterior de R$ 10.100.000,00 (dez milhões e cem mil reais) e tendência ao excesso de arrecadação de R$ 2.186.061,34 (dois milhões, cento e oitenta e seis mil, sessenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Art. 3º - Ficam alteradas as dotações orçamentárias conforme o documento em anexo, tanto para receitas quanto para despesas.

Art. 4º - Esta Decisão Normativa deverá ser submetida ao Plenário do Coren-MG em sua primeira reunião subsequente e entra em vigor após homologação do Conselho Federal de Enfermagem.

BRUNO SOUZA FARIAS
Presidente do Conselho

JULIO CESAR B. SANTANA
1º Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 57/CREFITO-13, DE 26 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo para Eleição Direta para os mandatos de Conselheiros do CREFITO-13 para o quadriênio 2023-2027, e a designação de sorteio público aleatório, visando à formação da Comissão Eleitoral e eventual cadastro de reserva.

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região (CREFITO-13 MS), no uso de suas atribuições contidas na Lei nº 6.316/1975, em cumprimento à Resolução COFFITO nº 519, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre as eleições diretas para os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências, e em observância ao Acórdão nº 429, de 10 de Agosto de 2021; CONSIDERANDO a aproximação do término do mandato da atual gestão e a realização das eleições para o quadriênio 2023-2027; CONSIDERANDO a necessidade de deflagrar o processo para a eleição dos Conselheiros integrantes do CREFITO-13, na forma do art. 3º da Lei Federal 6.316/75; CONSIDERANDO a possibilidade de deflagração do processo eleitoral com prazo máximo de anterioridade de 10 (dez) meses do último dia de mandato dos Conselhos Regionais, conforme art. 1º da Resolução COFFITO 519, de 13 de março de 2020; CONSIDERANDO que cabe ao Presidente do Conselho Regional instaurar o processo eleitoral em questão, por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial da União, devendo proceder à designação de dia, hora e local para a realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-13, visando à formação da Comissão Eleitoral local e eventual cadastro de reserva, conforme preconizado no art. 7º da Resolução COFFITO nº 519, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Instaurar o processo para a eleição dos conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região (CREFITO-13 MS), para o mandato referente ao quadriênio 2023-2027, na forma prevista no Art. 3º da Lei nº 6.316/1975.

Art. 2º O processo eleitoral será regido pela Resolução COFFITO nº 519, de 13 de março de 2020.

Art. 3º O sorteio público aleatório para a formação da Comissão Eleitoral e eventual cadastro de reserva, entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-13 MS, será realizado no dia 24 de junho de 2022, às 10 horas, no plenário da sede desta autarquia federal, localizada na Rua Antônio Maria Coelho, nº 1400, Centro, Campo Grande/MS, CEP: 79.002-220.

§1º Que, para fins de sorteio da Comissão Eleitoral, a listagem dos profissionais deverá contemplar todos aqueles profissionais com domicílio na região metropolitana da cidade-sede do CREFITO, na forma do que estabelecer a legislação local quanto à extensão da região metropolitana.

§2º Determinar, em interpretação sistemática com o que dispõe o art. 5º da Resolução no 519/2020, que somente devam constar da listagem de profissionais para o sorteio dos membros da Comissão Eleitoral aqueles profissionais que não possuam débitos de qualquer natureza com o respectivo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RENATO SILVA NACER

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16 REGIÃO

ACÓRDÃO PED Nº 5, DE 24 DE MAIO DE 2022

Processo Ético-Disciplinar Nº 5/2021
Requerido (a): A.K.F.C
Processo Ético-Disciplinar nº 005/2021. Ementa: a) prescrever indevidamente medicamentos controlados; b) realizar consulta não presencial e c) usar da profissão para corromper a moral e os bons costumes. Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 005/2021, em que é denunciada a profissional fisioterapeuta A.K.F.C., adotado o voto da Relatora, Dra. Márcia de Souza Rodrigues, que passa a fazer parte do presente: Acordam os Conselheiros do CREFITO-16, por unanimidade, em sua 2ª Reunião Plenária de 2022, pela aplicação da penalidade de advertência em ofício reservado. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Dra. Márcia de Souza Rodrigues.

MÁRCIA DE SOUZA RODRIGUES
Conselheira Instrutora

